PIERRE GAXOTTE
Da Academia Francesa

A REVOLUÇÃO FRANCESA

Livraria Tavares Martins
PORTO / 1962

DIGITALIZADO
PELA
BIBLIOTECA
NACIONALISTA

BIBLIOTECA
NACIONALISTA
bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

PIERRE GAXOTTE
Da Academia Francesa

A REVOLUÇÃO FRANCESA

Livraria Tavares Martins
PORTO / 1962

A edição original desta obra intitula-se:
LA RÉVOLUTION FRANÇAISE

Tradução do professor
EDUARDO PINHEIRO

2.ª EDIÇÃO
revista e acrescentada
segundo
a mais recente edição
francesa

Direitos exclusivos da
LIVRARIA TAVARES MARTINS
em língua portuguesa

1. O ANTIGO REGIME

A FRANÇA do antigo regime constituia grande e velhíssimo edifício que fora construído por cinquenta gerações e que abarcava um período de mais de quinhentos anos. Todas essas gerações tinham ali deixado a sua marca individual, juntando sempre alguma coisa ao passado, sem nada eliminar ou amputar. Daí resultava que o plano desse edifício se mostrava confuso; os estilos eram desconexos e os fragmentos, irregulares. Umas partes, abandonadas, ameaçavam ruina; outras não ofereciam comodidade e outras ainda haviam-se tornado demasiadamente luxuosas. Mas, duma maneira geral, o conjunto era opulento, a fachada tinha um aspecto grandioso e vivia-se ali melhor e mais agradàvelmente que em qualquer outro sítio.

Os alicerces mais antigos e mais fundos eram obra da Igreja, que, durante doze séculos, havia trabalhado ali sòzinha ou quase só.

No tempo de Roma, num mundo duro e sem calor, já ela soubera consolar os infelizes, inspirar-lhes a coragem de viver, espalhar, enfim, a abnegação, a caridade, a paciência e a esperança numa vida melhor e justa. Quando o Império se desmoronou sob os golpes dos Bárbaros, foi ainda a Igreja o refúgio das leis e das letras, das artes e da política, ocultando, nos seus mosteiros, tudo o que podia ter valor para a cultura e ciência humana. Em plena anarquia, soube constituir uma sociedade viva e ordenada, cuja política e espírito eram suficientes para, por si só, fazerem lembrar os tempos calmos e suspirar por eles. Vai ao encontro dos invasores,

conquista-os, apazigua-os, converte-os, canaliza a sua vaga e limita suas devastações. Perante o bispo, representante dum além misterioso, o Germano tem medo e recua; poupa as pessoas, as casas e as terras. O homem de Deus torna-se o chefe das cidades, o defensor dos lares e dos edifícios, o único protector dos humildes neste mundo.

Mais tarde, quando tiver já passado a época dos saques e dos incêndios, quando for preciso reconstruir, administrar e negociar, as Assembleias e os Conselhos abrir-se-ão de par em par perante os clérigos, únicos capazes de redigir um tratado, levar a bom fim uma embaixada ou falar a um príncipe.

No meio de desgraças que surgem, no meio da derrocada do Estado carolíngeo, no meio dessa noite do nono século cheio de ruídos de armas, ao mesmo tempo que novas invasões húngaras, sarracenas e normandas devastam e enchem o país, ao mesmo tempo que a população flutua errante, a Igreja, mais uma vez, aguenta-se. Acata as tradições interrompidas, combate as desordens feudais, regulamenta as guerras privadas, impõe as tréguas e a paz. Os grandes monges Odon, Odilon e Bernardo levantam por cima dos torreões e das cidades o poder moral da Igreja, a ideia universal, o sonho da unidade cristã. Pregadores, pacificadores, conselheiros de toda a gente, árbitros de todas as questões, eles intervêm por toda a parte e em tudo, como verdadeiros poderes internacionais, aos quais os poderes terrestres não podem resistir senão tremendo.

Em volta dos grandes santuários e das santas abadias estreitam-se relações e planeiam-se viagens. Ao longo dos caminhos, por onde transitam longas procissões de peregrinos, nascem as canções épicas. As florestas desaparecem, graças aos monges que as desbravam. À sombra dos mosteiros, repovoam-se os campos. Aldeias em ruínas reerguem-se de novo. Os vitrais das igrejas e as esculturas das catedrais são o livro de imagens onde o povo se instrui. O papa é o ditador da Europa. Ordena as cruzadas e destrona reis. Doações, riquezas, honras, tudo é deposto aos pés dos clérigos, e o próprio excesso deste reconhecimento é o índice da grandeza dos seus benefícios.

Já, porém, um outro operário metera mãos à obra: o senhor feudal.

Quando o Estado se enfraquece, os indivíduos que estão melhor armados tomam o seu lugar. Quando o cetro de Carlos Magno deslizou das débeis mãos dos seus sucessores, levantou-se uma multidão de soldados para lhe apanharem os fragmentos. Como o território, a soberania esfacelou-se.

Enorme germinação de poderes cobriu o solo. Funcionários imperiais, grandes proprietários, aventureiros que conseguiram triunfar, salteadores que se agruparam, foram outros tantos novos régulos de múltiplas origens. Violências, usurpações, contratos, imunidades, partilhas, alienações, tudo isto ao acaso das circunstâncias, eis as fontes instáveis e incoerentes do seu poder. Todos os atributos do poder público separam-se, quebram-se, vendem-se e roubam-se. Um apodera-se duma portagem e outro dum mercado. Não há exército: há apenas bandos. A justiça divide-se em mil jurisdições especiais: territorial, pessoal, censual, alta e baixa. As almas dissolvem-se como os direitos. Uma única força se mantém: o valor, a coragem, a audácia, a brutalidade do indivíduo.

A falta de segurança é geral. Por toda a parte há gente que se bate. As crónicas não falam senão de morticínios, de saques, de incêndios, de aldeias arrasadas, de mulheres violadas, de trabalhadores assassinados. Para o fraco, a vida é apenas um contínuo terror. Em volta do senhor que possui um castelo, guerreiros e um tesouro, os camponeses agrupam-se à pressa. Em paga da sua protecção e justiça, cedem-lhe uma parte do seu trabalho e das suas colheitas. Os mais infelizes hipotecam-lhe a sua vida e a dos seus descendentes. Construtor do moinho, do forno e da ponte, ele é o senhor não só da circulação como das permutas. Toda a actividade dos seus hóspedes e servos fica encerrada dentro duma rede de adiantamentos e monopólios. Mas que vale toda esta servidão em troca da vida que se lhe deve?

O feudalismo veio dar organização e chefes a uma sociedade desamparada, desconexa e dispersa, que não tinha leis nem guias. Por muito apertada que fosse tal organização, conseguiu agrupar os homens e, por muito violentos que fossem os chefes, restabeleceram as garantias elementares, sem as quais não é possível subsistir. O seu serviço é oneroso e o seu benefício excessivo, mas, sem eles, a situação seria ainda pior.

Depois, este regime há-de suavizar-se e humanizar-se.

A Igreja se encarregará de lhe imprimir um pouco de ideal. O mesmo regime dará lugar às Comunas, que serão uma espécie de senhorios burgueses e colectivos. Os rudes barões acabarão por compreender que os seus interesses se sincronizam com os dos seus protegidos e que o melhor meio de os manter será ainda olhar devidamente por eles.

No tempo de Luís XII num país que não tem já necessidade da sua protecção e que passa bem sem os seus serviços, os senhores feudais gozam ainda de tal autoridade que nada se faz de importante na aldeia sem o seu conselho e a sua aprovação. Todos os respeitam e lhes votam reconhecimento sem qualquer coacção. Convidam-se os senhores para todas as festas de família, para os jantares da Purificação, para os de casamento ou baptizado e eles dignam-se sempre aceitar tais convites. São os padrinhos dos filhos e os conselheiros dos pais. No antigo torreão aberto para fora e rasgado em grandes janelas, sem fossos nem defesas, têm-se as mesmas preocupações e quase a mesma vida que nas cabanas vizinhas. Pensa-se nas colheitas, no gado, na chuva, nas vinhas e na venda do cereal. O senhor e os trabalhadores vão encontrar-se na feira. Se o dia foi bom, tocam os copos na taberna, gracejam uns com os outros e, entre dois copos, batem cordeais palmadinhas nas costas. Ao cair da noite, podemos ver o senhor que regressa a casa orgulhosamente escarrapachado sobre o seu rocinante, com uma boroa de pão debaixo do braço e conduzindo na garupa o seu caseiro.

No entanto, todas estas coisas não passavam de lembranças; as soberanias locais tinham sido feridas de morte e o tempo do rei chegara já.

O rei foi, antes de tudo, o obreiro da unidade nacional, e o seu poder cresceu à medida que o sentimento se tornava mais imperioso nas consciências populares. Mas a tarefa não era fácil e, antes que as parcelas dilaceradas da pátria se tivessem aproximado e soldado, decorreram muitos séculos e passaram-se muitos trabalhos.

O primeiro Capeto era um senhor muito pequeno, cuja ambição consistia em poder ir de Paris a Étampes sem ser assaltado nem espoliado. Os três seguintes abalançaram-se a empresas que ultrapassavam as suas forças, e pouco ou nada fizeram adiantar os negócios da monarquia. O quinto, Luís VI, compreendeu que devia concentrar a sua acção sobre um pequeno espaço, restringiu o seu papel de potência geral e decidiu-se, durante algum tempo, por um senhorio localizado. Passou vinte anos do seu reinado a limpar os arredores de Paris dos salteadores que ali se haviam fortificado, e foi um dia de triunfo aquele em que as estradas de Orleães e de Melun ficaram transitáveis. A realeza ganhou em solidez o que perdera em superfície. Activa e audaz, ela adquire pela primeira vez esse prestígio que está ligado, não à majestade da categoria e à glória das recordações, mas à força e ao bom êxito.

O movimento, para futuro, está dado.

Não há dúvida de que os Capetos tiveram sorte. Os primeiros deixaram todos filhos. As menoridades foram raras. As cruzadas desembaraçaram-nos dos mais turbulentos dos seus vassalos. Alguns dos seus adversários — e entre eles Ricardo Coração de Leão — morreram em ocasião muito oportuna. E todos tiveram, principalmente, bom senso, probidade, perseverança, sentido das realidades e gosto pela administração.

Para começar, subtraíram a coroa aos caprichos da eleição, aliaram-se à Igreja e protegeram os humildes. Estabeleceram a justiça, a ordem e a paz. Foram os chefes da defesa pública e os libertadores do país. Sucessivamente, combatem os Ingleses, os Alemães, os Espanhóis e os Austríacos. Com a severidade dum proprietário rural que procura aumentar o seu domínio, reconquistaram a herança carolíngea. Cada reinado — ou quase — marca uma fase da reconstrução. No tempo de Luís XIV trabalha-se ainda na fronteira do Norte, sempre muito vulnerável e muito próxima de Paris. Faz-se a anexação de Artois, Flandres e Alsácia e, na outra extremidade da França, do Rossilhão. No tempo de Luís XV anexam-se a Lorena e a Córsega.

Não basta, porém, conservar e engrandecer este belo país: é preciso valorizá-lo. O rei empreende a construção de estradas, traça canais, excava portos, represa as águas dos rios, constrói hospitais, protege universidades e academias. Monumentos de glória e de utilidade proclamam-no à porfia pai da pátria e benfeitor público.

Quando os velhos autores falam dele, parecem possuídos duma devoção sobrenatural. É — dizem eles — o primeiro dos reis. Nenhum soberano lhe pode ser comparado, nem pela antiguidade

de coroa, nem pelo brilho do seu trono, nem pela extensão e santidade do seu poder. É um personagem divino que toda a nação honra e serve com alegria. «Todo o Estado está nele — escreve Bossuet — a vontade do povo está encerrada na sua; como em Deus está reunida toda a perfeição e toda a virtude, assim todo o poder dos particulares está reunido no do Príncipe...» O marechal Marmont, nascido quinze anos antes da Revolução, mostra, numa passagem célebre das suas «Memórias», o prestígio de que gozava ainda Luís XVI nos últimos dias da monarquia: «Eu experimentava pelo rei um sentimento difícil de definir, um sentimento de dedicação com um carácter religioso. A palavra do rei tinha então uma magia, um poder que nada havia alterado. Nos corações rectos e puros, este amor tornava-se uma espécie de culto». E citava-se com satisfação esta frase dum embaixador veneziano do século XVI: «O reino da França tem sido sempre reconhecido, por consenso unânime dos povos, como o primeiro e o mais excelente reino da cristandade, tanto pela sua dignidade e poder como pela autoridade absoluta daquele que o governa».

Mas isto são palavras, palavras cujo sentido mudou muitas vezes, porque os homens não têm, da autoridade, uma ideia única e invariável. Pelo contrário, entendem-na de formas mutáveis e diversas.

A maneira como a França monárquica se formou, por fragmentos e pedaços, sobre as ruínas da França feudal, concedeu ao poder real, teòricamente sem limites, um carácter e restrições que nós, cidadãos dum Estado burocrático, napoleónico e meio socializado, dificilmente podemos suspeitar.

A autoridade aparece-nos hoje sob a figura dum funcionário por trás duma grade de ferro e investido dos mais amplos direitos, incluindo o de nos transformar em militares ou de nos mandar apanhar com tejolos no mais aceso duma revolta ou com estilhaços de aço nos campos duma batalha.

Este personagem é eterno, imutável, idêntico a si mesmo, duma extremidade à outra do território. Na planície ou na montanha, na Ilha de França ou na Lorena, ele aplica os mesmos regulamentos e recebe os mesmos impostos. É todo poderoso, porque a sua espécie é numerosa, porque toda a gente tem necessidade dele, porque os seus decretos são apoiados por uma polícia activa, por uma magistratura dócil e por numerosos regimentos.

Recenseia, regista e espiona. Conhece os nossos rendimentos e inventaria-nos as heranças. Sabe se possuímos um piano, um automóvel, um cão ou uma bicicleta. Instrui os nossos filhos e fixa-nos o preço do pão. Fabrica-nos o fósforo e vende-nos o tabaco que fumamos. É industrial, armador, comerciante e médico. Tem arquivos, florestas, caminhos de ferro, hospitais e o monopólio dos telefones. Monopoliza a caridade. Se pertencermos ao sexo masculino, manda-nos comparecer na sua frente, pesa-nos, mede-nos, examina-nos o funcionamento do coração, dos pulmões e do fígado. Não podemos dar um passo ou fazer um gesto sem que ele tenha conhecimento disso e encontre um pretexto para intervir. Um milhão de franceses, pelo menos, está ao seu serviço, dois ou três milhões são subsidiados por ele e os outros aspiram a sê-lo. Toda a gente resmunga, mas obedece; e, quando um dos seus agentes é maltratado por um cidadão descontente, há um clamor uníssono para anatematizar esta audácia e pedir prisões e juízes para tal sacrilégio.

Esta concepção dum governo burocrático servido por um exército de funcionários e que promulga, para uma nação de administrados, uma legislação única é, talvez, o que há de mais estranho ao antigo regime. Os maiores reformadores, os mais fervorosos defensores da unidade, não podiam sequer imaginar semelhante uniformidade e igual docilidade.

Por meio de decretos, Napoleão construiu o seu edifício novo sobre um solo nivelado. Por tentativas, a monarquia tinha reunido à coroa antigas províncias que possuíam cada uma a sua organização e os seus costumes. E ela respeitou essa organização e esses costumes. O reino é *uno* pela pessoa do soberano e *múltiplo* pelas suas instituições.

Em 1668, depois da primeira conquista do Franco-Condado, Luís XIV assinou com os representantes do país uma capitulação, cujo primeiro artigo era o seguinte:

«Todas as coisas continuarão em Franco-Condado no mesmo estado em que se encontram presentemente, quanto a privilégios, franquias e imunidades.»

Uma cláusula garantia o respeito pelas leis e pelos edictos em vigor sob o domínio espanhol; outra proibia a introdução de impostos novos, e outra conservava a Besanção a sua Academia.

Dôle obtinha a promessa de vir a ser o lugar de reunião dos Estados, etc.

A acta terminava finalmente com estas palavras:

«Sua Majestade promete e jura sobre os Santos Evangelhos que tanto Ela como os seus augustos sucessores manterão bem e lealmente todos os seus privilégios, franquias e liberdades, antigas possessões, usos, costumes e regulamentos, e que Ela fará tudo o que um Príncipe e Conde Palatino de Borgonha tem o dever de fazer.»

Alargai este exemplo, imaginai as províncias, as cidades, as classes, as associações, os ofícios, as artes, providos de alvarás, de direitos, de estatutos, de imunidades de toda a grandeza e de toda a natureza, e tereis uma ideia do que era a França de Luís XV e Luís XVI e da maneira como se podia exercer ali a vontade real.

A despeito de um grande esforço de simplificação realizado sob Luís XIV, a toda a decisão governamental continuava a opor-se uma grande quantidade de tradições, contratos, promessas e direitos adquiridos que era preciso ter em conta. Tornava-se necessário discutir, harmonizar, admitir descontos, quitações e excepções. As ordens mais formais encontravam-se corrigidas e emendadas por este conjunto de instituições, contra as quais nada se podia pràticamente. Os ministros lamentavam-se sem cessar da dificuldade de governar um Estado composto de cidadãos tão bem armados para poderem dar um xeque ao seu rei:

«Não se pode dar um passo neste vasto reino — dizia Calonne — sem se encontrarem leis diferentes, usos contrários, privilégios, excepções, isenções de impostos, direitos e pretensões de toda a espécie». E acrescentava, como ministro autoritário e centralizador: «Esta dissonância geral complica a administração, interrompe o seu curso, embaraça a sua jurisdição e multiplica por toda a parte as despesas e a desordem».

Tomemos um novo exemplo. No princípio do século XVIII, alguns administradores de províncias fronteiriças, empenhados em apressar a reparação dos caminhos em péssimo estado, mobilizaram os camponeses que moravam nas proximidades das estradas e obrigaram-nos a trabalhar. Como os resultados fossem satisfatórios, este sistema das *corveias* foi-se pouco a pouco espalhando.

Em 1731, o inspector geral Orry convidou os seus subordinados a generalizarem tal sistema e propôs um modelo de regulamento. É claro que se não podia impor a prestação de tais serviços aos nobres e aos eclesiásticos. As cidades, que já eram obrigadas a olhar pelas suas ruas e praças, estavam também naturalmente isentas e, dos seus habitantes, só pagariam aqueles que possuíssem quintas ou casas de campo. Seriam ainda isentos os oficiais de justiça, os empregados de finanças, os guardas florestais, os operários da casa da moeda, os empregados de empresas de transportes e, de uma maneira geral, todos os indivíduos que era preciso conservar e manter nos seus lugares, porque contribuíam para a prosperidade da sua província. O intendente de Champanha, por exemplo, isentou os operários que se ocupavam na manufactura de armas, os fundidores e afinadores de metais. Em Poitou, os isentos foram os papeleiros. Aqui, a corveia é exigida com severidade; acolá, com doçura. E terras há em que a má vontade é tal que não é possível pô-la em vigor.

Fica, pois, a decisão ministerial bem emendada. Mas ainda não é tudo. O Linguadoque, que tem já há muito os seus orçamentos de pontes e calçadas, não lhe liga importância alguma. Na circunscrição de Paris, para onde convergem as grandes vias, as estradas são conservadas à força de dinheiro e a corveia está reduzida ao transporte das pedras e dos paralelipípedos. Na província, dois ou três intendentes pensam melhorar-lhe o rendimento, atenuando-lhe o encargo, e, de acordo com as paróquias, transformam-na numa contribuição pecuniária, repartida pelo conjunto da sua circunscrição. Orceau de Fontette imagina um sistema para a sua: a de Caen, que é rica. Turgot aplica uma outra: a Limusino, que é pobre. Nomeado ministro, tenta impor à França inteira uma lei análoga, mas a sua tentativa de uniformidade é mal sucedida e volta-se aos regulamentos parciais, mais numerosos que nunca, adaptados aos recursos de cada região e ao carácter dos seus habitantes.

Quarenta anos depois da sua generalização, a corveia está irreconhecível. De dez em dez léguas, varia de natureza, de taxa, de fundamento, de força. Deformada, aumentada, diminuída, convertida, aceite, combatida ou reduzida a nada, traduz pelas suas mil formas a extrema variedade do reino, bem como o seu poder de resistência

e de reacção no que diz respeito a empreendimentos governamentais.

A primeira ordem do Estado, o clero, tinha uma organização particular que a tornava um corpo político. De dois em dois anos, os seus representantes reuniam-se para votar os impostos do Estado. Chamavam-nos «a título gratuíto», para mostrar que se tratava de uma espécie de dádiva e não duma verdadeira imposição. Escusado será dizer que as deliberações preliminares serviam de pretexto para um estendal de representações, às quais o poder, falto de dinheiro, não podia ficar surdo. No intervalo das sessões, dois agentes gerais estavam encarregados da defesa dos privilégios eclesiásticos e desempenhavam-se da sua missão com a maior vigilância. Grande proprietário, possuidor de cem milhões de dízimos, o clero tem a seu cargo duas das funções às quais o Estado moderno parece prestar a maior atenção e das quais a monarquia não se ocupa a não ser acidentalmente: a instrução pública e a assistência. E o clero consagra-lhes uma grande parte dos seus rendimentos.

Nas províncias que mais tardiamente foram reunidas à coroa tinham subsistido durante muito tempo Estados particulares, cujos poderes eram vastos: dirigiam a administração local, organizavam o seu orçamento particular e votavam os impostos gerais. Na véspera da Revolução, este sistema funcionava parcialmente na Borgonha, na Provença, na Flandres e nalguns países dos Pirinéus, no Linguadoque e na Bretanha. Os Estados de Linguadoque gozavam de uma boa reputação e passavam por assaz tratáveis. Os da Bretanha eram difíceis. O emprego de comissário do rei era aí considerado como um terrível cargo, que era quase impossível exercer com honra. A sua composição era singular. Enquanto o clero e o Terceiro Estado não enviavam senão uns cinquenta representantes cada um, todos os nobres com mais de vinte e cinco anos, e que justificassem uma nobreza paterna de um século, podiam assistir pessoalmente às sessões e tomar parte nas discussões. Nesta condição, havia quatrocentos ou quinhentos e, às vezes, mais. Susceptíveis, desconfiados, muito ciosos das liberdades da província que o contrato da Duquesa Ana consagrara, estavam sempre prontos a dizer mal do governo e a pregar qualquer partida aos seus representantes.

Bastante original era também a situação das terras da Alsácia

e da Lorena. Não existia, entre a França e a Renânia, uma fronteira linear que marcasse uma brusca solução de continuidade entre as relações sociais e políticas, mas antes uma zona de transição, um terreno de penetração recíproca, semeado de terras encravadas e de aldeias em litígio. Sarrelouis, praça francesa, estava em terra alemã, mas os príncipes alemães empossados na Alsácia conservavam direitos sobre um quinto do país. O arcebispo de Besançon contava entre os seus sufragâneos o bispo de Basileia, mas o arcebispo de Mogúncia continuava metropolita de Estrasburgo. O limite aduaneiro era entre a França e a Lorena e não entre a Alsácia e o Império. De Nanci, comunicava-se mais fàcilmente com Tréveros e Mogúncia do que com Dijon ou Remos. Nenhuma hostilidade existia entre Franceses e Renanos; havia, pelo contrário, as mais corteses e contínuas relações. Muitos alemães vêm instalar-se em França. Oito ou nove mil servem no nosso exército e têm precisamente a seu cargo a guarnição de Leste. Os jovens senhores do Palatinado ou de Vurtemberga sonham com Versalhes, falam a nossa língua, compram os nossos livros e coleccionam as nossas obras de arte. As Universidades de Bona e Mogúncia estão completamente eivadas da nossa civilização e, quando Gœthe pensa em ser professor, é para ensinar em Estrasburgo.

«É preciso não tocar nos usos do país da Alsácia», havia escrito um ministro de Luís XIV. Devido a esta máxima, nem a Concordata de 1516 nem a revogação do edicto de Nantes tiveram ali qualquer aplicação. A Igreja vive lá sob o regime da Concordata germânica e os protestantes praticam o seu culto sem quaisquer entraves. A língua, os costumes, os tribunais, as liberdades burguesas e as constituições municipais são fielmente respeitados. Nem *talha*, (1) nem impostos indirectos, nem direitos de registo: apenas impostos locais, cobrados segundo a forma tradicional.

Não se havia olhado devidamente pela Lorena. Os primeiros intendentes estabelecidos em Nanci haviam-na levado a suspirar pelos últimos duques. No entanto, antes de ser anexada, tinha passado pelas duas fases da ocupação e do protectorado. Dessa maneira gozava ainda de algumas regalias preciosas: a justiça era mais regular e mais esclarecida do que em qualquer outra parte.

(1) Espécie de contribuição que existiu em França antes de 1789. — *(N. T.)*

As cidades e comunidades do reino conservavam, do seu passado, privilégios importantes: isenções ou reduções de impostos, livre nomeação das autoridades urbanas, direito de justiça, direito de lançar impostos, direito de contrair empréstimos e direito de gastar à sua vontade. E, embora em muitos lugares o governo central se tivesse aproveitado da má administração e da prodigalidade das grandes municipalidades para lhes impor a sua fiscalização ou criar ali os lugares de «maire» (1) e de «lieutenant», (2) nem por isso a vida municipal deixava de ter um vigor e uma liberdade que nos surpreendem. O magistrado de Estrasburgo, os jurados de Bordéus, a guarda de Lião, a câmara de comércio de Marselha, que nomeava os cônsules do Levante, eram forças com que seria necessário contar. As pequenas cidades não eram menos encarniçadas na defesa das suas prerrogativas e deixar-se-iam arruinar com despesas judiciais de preferência a aceitarem de bom grado a tutela do poder real. As paróquias rurais elegiam síndicos, mas estes nada podiam fazer sem o assentimento da assembleia geral dos habitantes, a qual se reunia aos domingos, à saída da missa, para escolher os cobradores de talhas, deliberar sobre a corveia, sobre os caminhos e sobre os impostos, bem como para ouvir as comunicações do intendente e a leitura dos novos éditos.

Mas o mais poderoso obstáculo ao exercício ilimitado da autoridade real era constituído pelos próprios tribunais: Parlamentos, Tribunais dos Impostos, Tribunais Civis e do Crime, Tribunais do Bailio, Repartições de Finanças, etc., cujos membros eram proprietários dos seus cargos, como o são hoje os notários e os advogados. Poderemos avaliar bem a independência, a liberdade e as tentações que a posse de tais cargos traz consigo?

É o direito de absolver, apoiar e rehabilitar todos aqueles que a corte persegue, de atacar os seus agentes e de os mandar prender, de recusar francamente o registo e a aplicação de novas deliberações e, em resumo, de pôr em xeque toda a máquina governamental, por pouco hesitante e embaraçado que seja o seu andamento. E isto com tanta mais facilidade quanto todas estas espécies de

(1) Primeiro oficial municipal duma comuna. Em Paris era o primeiro oficial duma circunscrição *(N. T.)*

(2) Oficial que era investido de autoridade real *(N. T.)*

justiça não têm limites absolutos, mas têm todas, em graus diversos, atribuições financeiras, administrativas e políticas.

Se algumas delas, adormecidas ou caídas em decadência, se deixaram parcialmente despojar dessas atribuições, outras, empreendedoras e ousadas, conquistaram-nas bem mais importantes e que lhes dão infinitos pretextos para a sua intervenção e acção.

Esta enumeração é muito incompleta, mas basta para mostrar como a França de outrora diferia da França de hoje na sua constituição e no seu governo.

«Apanhada na golilha administrativa a que está acorrentada há mais de um século sem qualquer revolta e que favorece tantas tiranias sectárias e cesarianas», a França de hoje encontra-se sem resistência e sem força contra os ministros e contra as repartições públicas. Técnicos e «especialistas» são suficientes para a conduzirem. Os homens contam menos que os diplomas e os diplomas contam menos que os regulamentos.

Para reinar sobre a federação de organismos vivos que era a França antiga, para accionar e conter ao mesmo tempo esses milhares de repúblicas aristocráticas ou populares, rivais e desconfiadas, era preciso mais carácter, mais cuidado, mais paciência, mais energia e mais amor. Um governo honesto e bem intencionado era insuficiente. Era preciso um governo respeitado e temido.

Este governo, a França do antigo regime tinha conseguido organizá-lo e, até ao fim, enquanto a cabeça já lhe apodrecia, as outras partes do seu organismo permaneciam tão sãs e tão activas como nos belos tempos idos.

Os impostos, a justiça, a organização social, provincial e municipal eram, como notámos, extraordinàriamente complicados e confusos. A administração pròpriamente dita era muito simples e muito bem compreendida, diga-se o que se disser.

No alto, o Conselho do rei, legislador supremo, centro e motor de toda a máquina; em baixo, repartições ou comissões para preparar os seus acórdãos; seis ministros para lhes dar forma e os transmitir; trinta e dois intendentes para os pôr em execução, e era tudo. Pouco pessoal, pouca papelada, nenhuma rotina e o vigor necessário: eis o que era preciso para andar depressa e bem.

Por certo, não se chegara a este estado de coisas de uma só

vez. Antes que Luís XIV lhe tivesse dado o seu regulamento definitivo, a sua periodicidade e a sua divisão em secções, o Conselho assumira todas as formas possíveis, enchendo-se e esvaziando-se sucessivamente, ao acaso das circunstâncias e dos interesses. Os intendentes, por seu lado, não apareceram senão nos meados do século XVI e tinham sido, a princípio, apenas comissários provisórios e encarregados de missões temporárias nas províncias ou acompanhando os exércitos. Durante a própria *Fronda* tinham quase desaparecido completamente. Foi apenas a partir de Colbert que eles foram providos em circunscrições bem definidas e com atribuições tão extensas que Lavisse teve razão para escrever que o *intendente era o rei presente na província.*

Tem-se muitas vezes compreendido mal esta fórmula e julgado que, semelhante aos nossos prefeitos modernos, o intendente não tinha, por assim dizer, existência pessoal e era uma simples emanação do ministro, não podendo deliberar nada de importante sem recorrer a Versalhes. Isso não é exacto. Os consideráveis poderes, que eram conferidos ao intendente, pertenciam-lhe de facto e de verdade. Desses poderes usava ele largamente e sob a sua responsabilidade, sem necessitar de estar constantemente a mendigar ordens e instruções de Paris. Actuava, tomava as suas iniciativas, ia para diante e não estava à espera de que o bom resultado viesse consagrar os seus actos. Resolvia imediatamente as dificuldades, empreendia reformas que julgasse úteis, comprometia completamente a sua autoridade e a sua pessoa, obrigado apenas a fazer confirmar a sua decisão por meio de um acórdão do Conselho, acórdão esse que ele mesmo propunha, preparava e redigia. O inspector-geral fiscalizava os seus actos, mas não lhe criava embaraços. E esta liberdade ia tão longe que um intendente de Paris pôde, por sua própria autoridade, e dentro da sua circunscrição, modificar a organização dos impostos e transformar o imposto individual numa taxa sobre os alugueis.

Jovem relator do Conselho, conhecido pelos seus relatórios e trabalhos, eis o intendente prestes a partir para a sua província. É sério, aplicado, espírito aberto a tudo quanto é novo e progressivo, empreendedor e ávido de se distinguir. Há-de exercer o seu cargo dez, vinte, trinta, quarenta anos, ou mais talvez, e não deixará a intendência senão a troco de um cargo de conselheiro do

Estado ou de uma carteira de ministro. De qualquer maneira, não cessará, durante toda a vida, de trabalhar nas mesmas questões, com o mesmo espírito e com a mesma prudente ousadia.

Em nenhum tempo da sua história, mesmo na época dos grandes prefeitos napoleónicos, a França teve uma administração tão sábia, tão atenta, tão diligente, tão devotada ao bem público e tão acessível aos desejos da opinião. De facto, se o intendente é o homem do rei, é também o homem da província. Habitou lá durante tanto tempo que faz um corpo único com ela. Defende os seus interesses, torna-se seu advogado e, em caso de necessidade, em nome do seu passado e dos serviços prestados, protege-a contra as pretensões e contra os empreendimentos do poder central.

Em volta dos intendentes, nascem e organizam-se, em fases sucessivas, os grandes serviços públicos que a Revolução demolirá e que Napoleão não terá senão de trazer a lume para fazer figura de criador. Os serviços de registo, a propriedade, as hipotecas, a administração das vintenas que se tornaria mais tarde a administração das contribuições directas, a «régie», (1) os correios, as águas e florestas, as pontes e calçadas, as minas, etc., são outras tantas instituições cuja criação e aperfeiçoamento devem, com toda a justiça, ser inscritas no activo dos últimos Borbons.

Muitos monumentos perpetuam a actividade dos intendentes. Quase todas as cidades da província lhes devem a sua fisionomia e o seu plano: Bordéus, Nanci, Orleães, Túrones, Rennes, Metz, Châlons, Ruão, Limoges, Poitiers, Besanção, guardam, intactas, praças, ruas e jardins onde se inscrevem, na pedra e no solo, a previdência e o gosto apurado dos seus antigos administradores.

Mais ainda do que divagando pelos edifícios públicos, é principalmente examinando os arquivos, que nos foram deixados que poderemos aperceber-nos das suas intenções e avaliarmos os seus benefícios.

Nada há menos rebarbativo do que esses «dossiers» e essas correspondências. Os homens desse tempo sabiam tratar as questões mais árduas com o melhor à-vontade, com leveza e sem

(1) Administração encarregada da cobrança dos impostos indirectos *(N. T.)*

barbarismos. Quando um ministro escreve a um intendente, fá-lo no tom de pessoas distintas que conversam sobre negócios. O estilo é claro, simples e preciso. As frases dizem em poucas palavras o que é preciso dizer-se. Em poucas linhas, sem divagações nem digressões, o assunto fica exposto sobre todos os aspectos, com nobreza e duma maneira ao mesmo tempo cortês e familiar. Nunca um secretário de Estado prescreve, ordena ou proíbe: recomenda, aconselha, pede. Geralmente escreve: «Muito lhe agradecia...» Não se nota entre ele e o intendente qualquer autoritarismo, qualquer servilismo ou qualquer sinal de subordinação burocrática. É apenas pelas ligeiras diferenças de tratamento na fórmula final que é possível distinguir o superior do inferior.

Ardascheff, que estudou muito bem esta questão, cita este bilhete do inspector geral das finanças Lambert a um intendente de Linguadoque: «Recebi, senhor, com a carta que vos dignastes enviar-me em 29 do mês findo, a cópia das deliberações sobre cada artigo. Agradeço-vos esta nova prova de afeição».

Decididamente o ministro do Interior não escreve neste tom aos seus prefeitos. Isso provém, sem dúvida, de que prefeitos e ministros são como estranhos uns para os outros. Estes são os homens do Parlamento; aqueles os da Administração. Sob o antigo regime, ministros e administradores pertenciam ao mesmo mundo, isto é, a essa nobreza do Estado, que possui hereditàriamente os cargos da justiça e que fornece ao rei os seus melhores servidores. O estilo oficial estaria deslocado entre pessoas bem relacionadas. Nunca esses homens se sujeitaram ao ridículo de usar uma linguagem diferente da que usavam nos seus salões.

A braços com inúmeras dificuldades, perdidos numa floresta de instituições complicadas, invejados por contribuintes intratáveis, estes administradores elegantes e persistentes tinham o mérito supremo de levar as coisas a bom termo.

Como escreveu com toda a razão Mathiez, não é num país esgotado, mas num país florescente e em manifesto progresso que irá estalar a Revolução.

2. O ESTADO POBRE NUM PAÍS RICO

A MISÉRIA pode suscitar motins, mas não origina revoluções. Estas tem causas mais profundas e, em 1789, os Franceses não eram infelizes. Os mais seguros documentos provam-nos, pelo contrário, que a riqueza aumentava consideràvelmente desde há um século e que o estado material de todas as classes sociais, com excepção da nobreza rural, tinha melhorado sensìvelmente.

O regime corporativo, muito menos opressivo e muito menos generalizado do que se tem dito, não impedira o aparecimento da indústria nem se opusera a que ela ocupasse o devido lugar. O maquinismo importado de Inglaterra favorecera as concentrações de capitais e já se desenhava, pelo menos nos seus traços mais estáveis, a clássica fisionomia da França mineira e manufactora. No norte e na região do Maciço Central, as explorações de carvão e as fábricas metalúrgicas (o Creusot data de 1781); em Lião, a indústria de sedas; em Ruão e Mulhouse, o algodão; em Troyes, a indústria de malhas; em Castres, em Sedan, em Abbeville e em Elbeuf, a lã; na Lorena, o ferro e o sal; em Marselha, o sabão; em Paris, os curtumes, o mobiliário e os artigos de luxo. Já nessa altura se queixavam da escassez da mão-de-obra e da falta de combustível!

Todas as espécies de sociedades hoje conhecidas eram correntes nessa ocasião e tanto nobres como burgueses investiam nelas os seus capitais. Grandes senhores formam comanditas com plebeus. Anzin e Aniche pertencem a duas sociedades anónimas, uma das

quais fundada pelo príncipe de Croy. O duque de Charost explora Roche-La-Molière; o príncipe de Conti, o marechal de Castries e Tubeuf exploram a Grand'Combe.

A figura moderna do grande industrial, que movimenta milhões e dirige centenas de operários, existia já muito antes da Revolução, assim como a do financeiro, do intermediário, do corretor, do comanditário e do cambista.

Há uma Bolsa, bancos, uma Caixa de Descontos com o capital de cem milhões que emite notas análogas às do nosso Banco de França, um mercado de valores a prazo, uma cotação e a agiotagem. Especula-se sobre câmbios, sobre valores do Estado e sobre as acções das grandes companhias: companhia das Índias, companhia das Águas e companhia dos Seguros. Na opinião de Necker, a França detém metade do numerário existente na Europa.

O comércio exterior tomou um desenvolvimento extraordinário que — facto raro na história económica do antigo regime — nós podemos seguir, ano a ano, graças às estatísticas organizadas por um comissário da Inspecção Geral de nome Arnould e que são corroboradas pelas informações reunidas pela Companhia das Índias. Depois da morte de Luís XIV, o comércio exterior quadruplicou. Em 1788 atinge 1 061 milhões, cifra enorme que não volta a verificar-se antes de 1848.

Os grandes portos de Marselha, Bordéus e Nantes têm a animação, a cor e o ar de opulência e grandeza que ainda hoje causam admiração ao camponês do interior, que está habituado aos horizontes estreitos e uma vida silenciosa. Marselha monopoliza o comércio do Oriente. Sobre os cais e nos armazéns amontoam-se tapetes, tecidos da Índia, licores, arroz, trigo, vinhos de Chipre, óleos, peles, musselinas e panos estampados. Bordéus e Nantes têm o monopólio dos artigos coloniais. Só São Domingos fornece-lhes metade do açúcar consumido em todo o mundo. Abalados durante um instante pelo tratado de 1763, os seus grandes armadores depressa se refazem. As vitórias da guerra da Independência americana incutiram-lhes nova audácia. Onde se lançavam sete navios em 1738, construiram-se 33 em 1784. Os vinhos de Bordéus vão até à Rússia; os de Borgonha espalham-se pela Bélgica e pela Alemanha.

O comércio interior segue uma marcha paralela. Em 1715,

havia apenas maus caminhos, cheios de barrancos e minados pelas águas, com algumas calçadas pavimentadas, mas sem segurança. Em 1789, há duas mil léguas de boas estradas, sòlidamente empedradas e regularmente conservadas, às quais nem os rios nem as montanhas servem de obstáculo. As empresas de transportes reorganizadas por Turgot são as mais rápidas e as menos caras.

Em nenhum outro país se viaja tão depressa, tão bem e por um preço tão diminuto. Artur Young, que visitou a França no reinado de Luís XVI, no princípio da Revolução, não regateou a sua admiração (sempre pronta a denegrir tudo quanto não fosse inglês), pela beleza e pela comodidade das estradas francesas.

Aqui, porém, surge um problema grave.

Esta brilhante sociedade assentaria, como se disse, sobre um fundo de miséria? Por baixo da multidão dourada de burgueses enriquecidos haveria uma massa enorme de camponeses esfomeados e sem recursos?

Muitos assim têm julgado. E logo citam a célebre passagem de La Bruyère: «Vêem-se animais terríveis, machos e fêmeas, negros, lívidos, completamente queimados pelo Sol...», sem se lembrarem de que esta página, com um século de existência, não é mais do que um trecho de literatura saído da pena dum moralista de mau humor que, como todos os seus contemporâneos, tomava o vale encantador de Chevreuse por um deserto selvagem.

Assim se têm respigado, nas obras dos economistas, pinturas aterradoras da vida dos campos. Mas a maior parte dessas pinturas havia sido feita por homens de gabinete, que não conheciam o campo senão através das obras de Quesnay, numa época em que era moda celebrar a ingénua virtude dos trabalhadores do campo e verter torrentes de lágrimas sobre a penúria das forragens ou sobre o depauperamento dos carneiros merinos. Citam-se testemunhos de viajantes, mas, em frente de cada nota aflitiva, tem-se podido inscrever outra a contradizê-la. Como se poderá tirar destas fugitivas indicações uma conclusão geral? Numa hora de carruagem passa-se duma região boa para uma má, duma terra fértil para um solo ingrato. Basta um dia de geada para desolar uma aldeia, Uma colheita que se anuncia boa em Junho pode ser péssima em Julho. Uma Primavera cheia de sol pode compensar um detestável

Inverno. Dum ano para outro, tudo muda; duma província para outra, tudo varia.

E, depois, é necessário ter presente na memória este facto capital e indiscutível: *o sistema de impostos que pesava sobre o camponês tornava-lhe as aparências de pobreza uma necessidade quase absoluta.*

O imposto rural por excelência, a talha era um imposto sobre os rendimentos, grosseiramente repartidos *de harmonia com os sinais exteriores de riqueza,* por colectores escolhidos, cada um por sua vez, entre os próprios camponeses.

Infeliz do contribuinte que fosse exacto e sincero! Era sobre ele que caía todo o peso. Tendo de receber uma importância que fora prévia e globalmente determinada, desejosos de se verem livres o mais depressa possível da sua espinhosa missão e encantados por encontrarem um ingénuo de boa fé — um «lorpa», como se diria hoje — os distribuidores do imposto apressavam-se a dobrar-lhe ou triplicar-lhe a sua quota-parte, aliviando assim aqueles que lhes podiam criar dificuldades: os manhosos que souberam dissimular os seus rendimentos, os de cabeça dura que gozavam da reputação de se não deixarem lograr e os chicaneiros endurecidos que não receavam complicações nem «histórias».

É um dogma profundamente radicado nos espíritos populares que o único meio de não pagar pelos outros, a única forma de não ser esmagado por avaliações injustas, é restringir as despesas, mostrar-se sem recursos e aparentar exteriormente a mais completa penúria: «O mais rico de uma aldeia, escrevia em 1709 o bailio da Ilha de França, não ousaria presentemente matar um porco senão de noite, porque, se fizesse isso em público, aumentar-lhe-iam o imposto». A Assembleia provincial de Berry verifica igualmente em 1778 que o cultivador «receia mostrar recursos», isto é, rendimentos, e que «se abstém de os dar a conhecer nos seus móveis, nos seus vestuários, na sua alimentação e em tudo quanto esteja submetido à vista de outrem...»

Os impostos arbitrários, por módicos que sejam, são sempre de cobrança difícil. O contribuinte do antigo regime é teimoso, dissimulado e rabugento até um ponto que se não pode suspeitar. A sua má vontade é sem limites e não se resolve a pagar senão no último extremo. A maior parte das vezes, está em atraso dois ou

três anos. Alguns, que têm dinheiro enterrado, não largam um soldo antes da quadragésima intimação, conforme diz Boisguillebert Preferem ser arrastados perante o tribunal e ameaçados com prisão a terem de dar a conhecer a sua boa situação financeira, pagando dentro dos prazos. Fazem interceder por eles o senhor, o juiz e o cura; gemem, gritam, e protestam sem parar e todos procuram gemer, gritar e protestar mais fortemente e durante mais tempo, para não parecerem mais ricos que o seu vizinho ou mais transigentes do que ele.

Rousseau, perdido numa montanha e cheio de fome, entrou um dia em casa dum camponês e pediu-lhe de comer. O homem esquivou-se logo: não tinha nada que lhe desse, porque tudo lhe tinham levado; por mais que procurasse, nada encontraria: tudo estava vazio. Rousseau suplica, insiste e declina a sua identidade. O camponês ouve o que ele diz, acalma-se, readquire a tranquilidade, abre a tremer um esconderijo e, com grande mistério, tira de lá pão, carne e vinho, mas afirma que seria um homem perdido «se soubessem que ele tinha tal fortuna».

Esta era exactamente a situação do camponês do antigo regime: uma grande afectação de miséria e, por trás deste manto de farrapos, uma vida calma, quase sempre sem dificuldades e algumas vezes abastada.

Esses homens são — importará dizê-lo? — homens livres. A servidão que se manteve em quase todos os países da Europa já não existe em França. Subsiste apenas, por forma atenuada, em algumas regiões do Jura e de Bourbonnais. O rei teve o cuidado, em 1779, de eliminar os últimos vestígios de servidão nos seus domínios e nisto foi imitado por alguns senhores do Franco-Condado.

A maior parte das vezes os camponeses são também proprietários. Ao passo que na Inglaterra o regime das «enclosures» mantém os camponeses na dura situação de servidores ou jornaleiros esses homens aproveitam-se em França da alta dos produtos agrícolas para melhorarem as suas condições de vida. A verdade é que, na véspera da Revolução, metade do solo, pelo menos, lhes pertencia. E, da parte que cabia ao clero, aos nobres e aos burgueses, tinham de ser deduzidas muitas terras improdutivas: bosques, terrenos de caça, parques e domínios de recreio.

Seja-nos permitido citar algumas cifras. Se em Mauges, uma das regiões onde a propriedade eclesiástica e a aristocrática mais sòlidamente se haviam mantido, as duas ordens privilegiadas detinham ainda 63 % da terra, em Larrazet (Tann-et-Garonne), segundo o cadastro de 1769, que chegou até nós, os lavradores e os artistas rurais possuiam já naquela data, 49,8 % do território; em Paroy, (Sena e Marna), circunscrição de Provins), ao que nos informa um cadastro de 1768, na posse do castelão, os camponeses dispunham de 501 arpentos em 941. Igual proporção em Forez. De 1750 a 1789, os camponeses da circunscrição de Suessião adquiriram quatro vezes mais terra do que a que perderam. De 1779 a 1781, os de Limusino ganharam 4 000 arpentos. Nas oitenta e cinco paróquias da eleição de Tulle, de 247 000 arpentos, os camponeses possuíam 137 080; nas quarenta e três de Brive, possuíam 34 000 para 63 000. Nestas duas circunscrições, apenas dezassete por cento não eram proprietários.

Relativamente a certas regiões, chegamos a conclusões ainda mais favoráveis. Tal é o caso, por exemplo, de Gillonay, no Delfinado, perto de Côte-Saint-André, onde, a partir de 1702, os camponeses possuíam 800 hectares de terreno para um total de 1 378. Por ocasião da Revolução possuíam já 1 250. Os nobres não salvaram senão algumas videiras. Os dois castelos e as herdades contíguas foram vendidos a burgueses.

Em Saint-Benoît-sur-Loire (Orléannais), a partir de 1734, a velha e célebre abadia, que tinha possuído todo o território, não conserva senão quatro herdades. Foram agricultores abastados — lavradores, como então se dizia — quem adquiriu as outras.

O resto da população, constituído por trezentos e quarenta chefes de família, estava na posse de 733 arpentos de terra, vinhas e prados. Duzentos e noventa e seis possuem uma casa ou parte duma casa. Os quatro habitantes mencionados como jornaleiros ou trabalhadores possuíam o seguinte: o primeiro, uma casa e um jardim; o segundo, parte de uma vinha; o terceiro, um arpento de terra, e meio arpento de uma vinha; o quarto, uma casa, meio arpento de terra e um quarto de vinha.

Os proprietários muito pequenos ocupam-se simultâneamente de duas explorações: uma por conta própria e outra na qualidade de caseiros ou arrendatários. A isto devemos ainda acrescentar

um outro recurso: a indústria caseira, tecelagem ou pequena metalurgia, indústria essa que estava muito desenvolvida no século XVIII e que hoje quase desapareceu. Os cerralheiros de Vimeu e os relojoeiros do Jura são testemunhas deste antigo modo de trabalho.

Em muitas regiões, a cultura manteve-se primitiva. O alqueive continua a ser regra e os rendimentos são fracos. Por isso, o governo esforça-se por espalhar o uso dos prados artificiais, no que muitas vezes é bem sucedido, com a ajuda da nobreza que, por se tratar de moda, começa a interessar-se vivamente pelas questões agrícolas. Instalam-se herdades-modelo, criam-se escolas veterinárias, organizam-se concursos, estancam-se terrenos pantanosos, arroteiam-se charnecas, reduzem-se as terras de pastio e melhora-se a criação de gado pela introdução e aclimatação de novas raças. Goethe, que veio a França em 1792, no séquito dos exércitos prussianos, ficou impressionado com a limpeza e solidez das casas da Lorena, com a beleza do seu mobiliário e com a riqueza das suas adegas. Se não era ainda um perfeito bem-estar, era alguma coisa que se lhe assemelhava muito.

Mas esta propriedade dos camponeses, que cresce e melhora, é, de facto, uma propriedade no verdadeiro e total significado da palavra, ou o camponês será um simples detentor, onerado com uma intolerável servidão?

O feudalismo, que já não existe como regime político nem mesmo como quadro social, subsiste sob o ponto de vista civil e económico. Ao lado do governo real, vêem-se, juncando o solo, os destroços do governo que o precedeu e que, despojado das suas atribuições e tendo cessado de prestar serviços, continua a receber a paga dos mesmos.

Este encargo, que já não se podia justificar, foi impacientemente suportado: eis o que é certo e, de resto, natural e legítimo. Quanto mais a propriedade dos camponeses se foi estendendo, tanto mais esse encargo foi parecendo vexatório, como é fácil de compreender; mas que ele tenha sido um peso insuportável — isso é mais que duvidoso.

Em primeiro lugar, é preciso não nos deixarmos iludir pela extraordinária quantidade de termos que servem para designar as taxas feudais. Nenhuma língua foi tão rica em sinónimos.

Conforme os lugares, conforme a sua importância e conforme

a natureza das terras, o mesmo imposto podia-se chamar *champart, terrage, agrier, agrière, parcière, tasque, tierçage, sixte, cinquain, vingtain, carpot,* etc. Cada substantivo tem sete ou oito equivalentes e, algumas vezes, mais; e desta infinidade de denominações poder-se-á concluir a existência dum sistema fiscal multiforme e insaciável, quando, afinal, tudo se reduzia a quatro ou cinco foros, uns cobrados em géneros e outros em dinheiro.

As contribuições em dinheiro tinham sido estabelecidas, duma vez para sempre, na Idade Média. Isto equivale a dizer que, devido à depreciação da moeda, essas taxas estavam reduzidas a nada e não subsistiam senão como simples formalidades que poderiam satisfazer a vaidade do senhor feudal mas que, certamente, lhe não satisfaziam a bolsa.

As taxas em géneros eram mais pesadas, mas o direito a elas era contestado e, por negligência, por medo de criar dificuldades ou com receio de provocarem uma emigração, muitos senhores abstinham-se de exercer os seus direitos com rigor. «Fazei muito barulho — ordenava o duque de Cossé-Brissac aos seus administradores — mas não exerçais violências senão em casos urgentes e indispensáveis».

Em muitos lugares, os camponeses estavam correntemente vinte ou trinta anos sem pagar coisa alguma. Noutros, tinham conseguido certas vantagens que reduziam consideràvelmente as antigas taxas. Noutros ainda, comprando a terra, adquiriam, ao mesmo tempo, os direitos que pesavam sobre ela. Centenas de portagens tinham sido suprimidas pelos intendentes. Se o censo não tinha já razão de existir, as banalidades justificavam-se ainda por uma contrapartida: a manutenção dum lagar, dum forno ou dum moinho. O dízimo eclesiástico implicava também que o clero faria as despesas do culto, instruíria as crianças, prestaria assistência aos pobres e trataria os doentes. É difícil calcular o montante das taxas senhoriais. Todavia, em diversas localidades do Meno, Jean de la Monneraye conseguiu reunir alguns dados precisos. Pelo que respeita ao feudo de Maulny, o total dos gravames feudais atinge 12,5 % do rendimento. Os censatários do feudo de Courtuoux, sobre um rendimento anual de 360 libras, devem só 15 soldos de censo e duas corveias, o que é, na verdade, ínfimo. No feudo de la Forest, os proprietários plebeus entregam ao senhor a centésima parte dum

rendimento de 4 488. No senhorio de Trouchet, os foros feudais equivalem à décima sexta parte do produto das terras. Em média, sem pretender uma exactidão ilusória, poderíamos, nesta região, atermo-nos a uma taxa de 10 %, pouco mais ou menos o que se paga na Guiena (segundo Marion), menos do que na Bretanha (H. Sée), mas mais do que no Russilhão (Brutails).

De facto, o odioso das sobrevivências feudais não estava no seu peso, mas sim no simples facto de que se tratava de sobrevivências com todo o seu cortejo de incertezas e querelas. «Nada há de real no feudalismo senão os processos», dizia Le Trosne. E nisso, é que, com efeito, residia o mal.

Os direitos feudais eram um inesgotável pretexto para chicanas. Havia uma bicharia de pequenos intrigantes campónios que não tinham outro meio de existência senão estas dissenções perpétuas e que procuravam, por todas as formas, agravá-las. Tudo servia de motivo para contestação: a pouca clareza do que era costume fazer-se, a imprecisão dos termos, a falta de títulos primitivos, a dificuldade em encontrar equivalentes para as antigas medidas de capacidade e superfície, a discrição entre o que era devido em dinheiro e o que o não era, o número, a natureza e a legitimidade das transmissões e das remissões, as fraudes e as demoras dos moleiros senhoriais, etc. Pleiteava-se e tornava-se a pleitear sem descanso nem tréguas. As partes rivalizavam em má fé para deixarem a contenda aberta. E o juiz ajudava-as nos seus propósitos.

Esta febre de disputas agrava-se na segunda metado do século. Muitos nobres já não residentes nas suas terras ou que desejavam evitar incómodos, assegurando-se dum rendimento regular, tinham arrendado a cobrança dos seus direitos úteis a financeiros ou comerciantes que, não estando ligados aos povos do domínio por nenhuma recordação de família, nem por qualquer ponto de honra, se dedicavam pura e simplesmente a tirar deles o maior lucro possível. Às vezes, não se sentindo já na posse de documentos irrefutáveis, numa época em que as suas pretensões eram dia a dia mais atacadas, muitos senhores trataram de fazer renovar, verificar e completar o seu «tombo» («terrier»), encarregando disso certos juristas especializados neste género de trabalhos e aos quais concediam geralmente uma percentagem sobre as rendas que viessem a recuperar.

Os camponeses, que durante muito tempo tinham argumentado

com a insuficiência dos textos para apoiarem a sua resistência, só perderiam com esta operação. Precisamente no momento em que o governo encorajava publicistas assalariados a propor a abolição dos direitos que pesavam sobre os camponeses, estes tiveram o desgosto de ver que os senhores tentavam sobrecarregá-los com novos encargos. Por isso, levantaram-se em massa, como desespero dum afogado que, prestes a chegar a terra, se vê de repente a braços com um obstáculo imprevisto.

Este ódio era injusto. Geralmente, os fidalgos provincianos não eram más pessoas Tão sujos e tão enlameados como os seus caseiros, não conservavam agora do seu senhorio senão uma árvore genealógica, um pombal, um cão de caça e uma velha espada enferrujada. A sua fortuna tinha soçobrado na tormenta das guerras religiosas, e a alta constante do preço de vida, provocada pela afluência do ouro americano, não lha permitira restaurar. Como o pai de Chateaubriand, que se alojava com cinco criados e duas éguas num castelo onde se teriam abrigado cem cavaleiros com o seu séquito e com a matilha do rei Dagobert, esses fidalgos vegetavam miseràvelmente nos seus solares desmobilados e em ruínas. A maior parte das vezes, as suas últimas terras estavam hipotecadas e as suas rendas empenhadas a homens de negócios que procediam à cobrança dos juros com uma severidade que os próprios senhores nunca teriam empregado.

Os camponeses não possuiam qualquer motivo para os destacar pessoalmente. Em muitos lugares, no mais aceso do Terror, são eles que os hão-de proteger e salvar. Mas, neste ano de 1788, odeiam-nos porque os julgam o último obstáculo à sua libertação total: o último, isto é, aquele contra o qual se acumulam cóleras e rancores, aquele que, na pressa de chegar, despedaçam com a maior selvajaria em vez de o contornar, como contornaram todos os outros. A sombra da servidão parecia muitas vezes mais pesada que a própria servidão. Mas, nunca será demais afirmá-lo, a população rural não é homogénea: entre o jornaleiro que só tem os seus braços para viver e o lavrador rico que contrata os seus serviços, existe quase tanta diferença como entre um sapateiro e um duque e par do reino. Todavia, o jornaleiro não é infeliz, porque, na aldeia, a propriedade não tem o carácter absoluto que o direito romano lhe dá. Está subordinada ao que um jurista chama «direito social», quer

dizer, às justas necessidades do comum. Por outras palavras, submete-se às diversas servidões que, periòdicamente, a põe à disposição da freguesia inteira, de ricos e pobres igualmente. É o baldio sobre as terras abandonadas, a respiga, o direito de rastolho, os usos nas florestas, a fruição indivisa dos bens comunais, montados, pauis e prados. Tudo isto permite ao camponês que não possua bens de raiz ter uma cabra, um porco, uma vaca, coelhos, fornecer-se gratuitamente de palha, madeira e forragem. Alguns destes costumes ocasionam uma regulamentação apertadíssima das culturas: para que o rebanho comunal possa deslocar-se còmodamente, é preciso que o território do lugar seja obrigatòriamente partilhado em secções ou solos e que cada um deles se submeta à mesma rotação, alqueive, trigo de Inverno, milho de Primavera. O baldio proibia que se fechassem os prados; exigia que as colheitas e a ceifa se fizessem em toda a parte ao mesmo tempo, segundo os «bans» (proclames). Enfim, a respiga e o direito de rastolho resultavam muito menos vantajosos se se consentia substituir a foice à foicinha. Assim «todos os pensamentos do camponês pobre tendiam a limitar o direito de propriedade individual, para defender os usos colectivos que lhe permitiam viver e que ele considerava como propriedade não menos sagrada do que as outras».

Mas não é menos evidente que tais usos constituem um obstáculo, quase insuperável, ao progresso agrícola: a liberdade de fechar (já praticada no oeste e no centro) é reclamada pelos agrónomos, como condição necessária para o melhoramento do solo e dos métodos, para o crescimento da produção. A partir de 1765, proprietários, criadores de gado e intendentes esforçam-se por fazer triunfar a política do individualismo agrícola. O Conselho, ainda que inclinado às inovações, procede, todavia, com muita circunspecção: fecham-se sobretudo prados para salvar os rastolhos. Entretanto, a inquietação subsistia entre os pobres, presos à rotina como uma salvaguarda.

Uma outra querela se travava relativa aos bens comunais. Se se decidia partilhá-los, como proceder à partilha? Em igualdade, por famílias? Proporcionalmente aos impostos? Qual será a parte do senhor? O terço, a metade, como muitos pretendiam? Como traçar as parcelas? Quem faria a sua atribuição? E os pobres não seriam prejudicados com receber em propriedade plena um pequeno

fragmento de campo ou de floresta, em vez de conservar um direito sobre o conjunto?

Em suma, para usar termos um pouco solenes, pode dizer-se que em 1789, a parte menos favorecida da população rural achava-se em revolta virtual contra a transformação capitalista da agricultura.

Não resta dúvida que os camponeses haviam enriquecido. De facto, a alta dos preços, continuada desde 1730, aproveitara, desigualmente, a uns e a outros. Alguns historiadores têm pretendido que ela esmagara os jornaleiros, porque a alta dos salários acompanhara mal a dos géneros alimentícios. É esquecer que os contratos de trabalho preveniam não só quanto ao alimento e à bebida, mas também quanto ao calçado e a um fato por ano.

A vida tornara-se mais segura por toda a parte. Toda a França participara nesse movimento de prosperidade. À falta de outra prova, o aumento regular da população é suficiente para demonstrar isso mesmo. Essa população era de 25 milhões de habitantes, duas vezes mais que a Inglaterra e do que a Prússia, e tão grande como a da Alemanha, da Áustria e da Hungria reunidas.

Neste ditoso país, o Estado era pobre. Por se ter visto o mesmo em Berlim e noutras partes, tal paradoxo já não nos admira. Chegou a haver escândalo. «Era extraordinário, diz Besenyal, ver o rei quase a declarar-se em bancarrota, na ocasião em que a França estava tão florescente, a população no grau mais desejável, a agricultura e a indústria no seu ponto culminante e Paris nadando em dinheiro...»

Para falar verdade, é impossível estabelecer exactamente o orçamento real. A multiplicidade dos orçamentos especiais, o grande número das caixas particulares, a acumulação das cobranças, a dispersão dos serviços de inspecção por tribunais diversos, tudo tornava a contabilidade difícil e complicada. As cifras apresentadas pelos diversos inspectores gerais mostram diferenças consideráveis, sem que haja razões sólidas para que se possa decidir por umas ou por outras.

As receitas são a parte mais clara do orçamento: 504 milhões, dos quais 256 para os impostos indirectos. Para as despesas, vendo as coisas pelo lado pior, chega-se a 629 milhões, havendo, portanto, um «déficit» de 125 milhões para 1789.

Destes 629 milhões, 34 destinavam-se à casa real e dos prín-

cipes e 32 a pensões. Era muito; era excessivo. Não há dúvida de que importâncias consideráveis eram esbanjadas em favores, sinecuras, gratificações e dádivas de todas as espécies, distribuídas a torto e a direito pela brilhante mas famélica clientela que rodeava o soberano. Gastava-se com os cortesãos, como se gasta hoje com os eleitores. Mas somos obrigados a admitir que a lenda exagerou muito estas reconhecidas «rapinices».

Justifica-se grande parte destas despesas. Era preciso manter as propriedades reais e os edifícios nacionais. Muitas pensões eram, na nossa linguagem moderna, reformas e socorros de caridade que os serviços prestados justificavam. Não se devia esquecer, enfim, que a corte tinha sido, no seu princípio, um meio de refrear e vigiar os grandes senhores facciosos. E, se nos lembrarmos dos horrores da Fronda, será preciso confessar que a paz social muito lhe devia. Poderiam, é certo, realizar-se compressões enérgicas, mas, por muito importantes que eles fossem, não seriam senão um medíocre paliativo, porque iriam recair sobre capítulos que, afinal, eram secundários.

Se passarmos sobre a guerra — 100 milhões — e sobre a marinha — 47 milhões — que, no estado em que se encontrava a Europa, não davam lugar a compressões consideráveis, chegamos à verdadeira causa do «déficit»: o pagamento dos juros e o reembolso dos empréstimos — 318 milhões —, metade do orçamento, proporção enorme, mas mais fraca, no entanto, do que hoje! Para estes trezentos milhões, Luís XIV e Luís XV não entravam senão em menos dum terço, exactamente 93 milhões, e Luís XVI pelo resto.

O facto é de importância e merece que se insista sobre ele.

Os melhores anos orçamentais do século foram os de 1737, 38 e 39. Durante este período, as receitas cobrem as despesas, os pagamentos estão em dia e há, talvez, pequenos saldos.

O rei e o principal ministro Fleury dão o exemplo de economia. Acusam-nos de avareza e as más línguas segredam que o Bem-Amado ficava caro às suas amantes.

As guerras continentais e marítimas destroem este belo equilíbrio. O capital era grande e justificava todos os sacrifícios. Era preciso defender as colónias e disputar à Inglaterra a hegemonia dos oceanos. As finanças sofreram um rude golpe e, apesar de numerosos apelos à economia, o «déficit» reaparece. No entanto, não

há qualquer catástrofe a registar. Os ministros das finanças de Luís XV não são todos águias: longe disso. No entanto, por meio de expedientes mais ou menos hábeis e de tentativas mais ou menos felizes, conservam-se ainda fiéis àquela máxima elementar que quer que a cada novo empréstimo correspondam fontes de receita destinadas a assegurar o serviço do pagamento dos juros. Graças a esta precaução, evitaram-se piores desgraças. No momento em que Luís XV morreu, o abade Terray acabava de empreender a reforma da vintena e começava a sujeitar a ela todos os contribuintes privilegiados.

Turgot nada muda — nem para bem, nem para mal — mas depressa é substituído por uma personagem que os seus contemporâneos consideraram um génio benfeitor e que não era senão um ilusionista vaidoso: Necker.

Sendo um pequeno banqueiro, conhecera, em 1762, devido à indiscrição dum empregado, o andamento das negociações de paz entre a França e a Inglaterra e aproveitou tal informação para comprar, por preço ridículo, grande quantidade de valores ingleses que não tardaram a subir, dando-lhe um lucro fabuloso. Essa foi a origem da sua fortuna. Depois, aumentou-a por meio de operações análogas sobre créditos canadianos. Soube fazer com que a origem dessa fortuna fosse esquecida, reunindo à sua mesa filósofos e publicistas «avançados». Esta magnificência valeu-lhe a reputação de homem esclarecido.

Mas a verdade é que toda a sua arte se limitava ao lançamento dos empréstimos. Sabia encontrar combinações que agradavam ao público e apoiava-as com manifestações de sentimentos afectuosos, economias de cotos de velas executadas com grande alarde e, principalmente, com um dilúvio de notícias optimistas, mas falsas. Tal é a sua famosa Exposição de 1721 que, apresentando a situação por forma inteiramente inexacta, faz nascer mil ilusões e, ao mesmo tempo, prepara amargas decepções e torna a revelação da verdade tanto mais difícil e tanto mais temível.

Devorado por um amor-próprio que parecia escapar-se-lhe de todos os poros da pele, pretendeu sustentar a guerra da América por meio apenas do crédito, isto é, sem encargos novos; e, para melhor garantir o animador resultado da emissão, teve o cuidado de propor aos subscritores dos empréstimos colocações extremamente

vantajosas para eles, mas ruinosas para o Estado: empréstimos com prémio e com rápida amortização, e principalmente rendas vitalícias a 8, 9 e 10 %, com a faculdade de poderem ser transferidas para três ou quatro cabeças, sem condição de idade. Nascia assim uma ciência nova que consistia em utilizar as infinitas possibilidades de ganho que as operações de Necker ofereciam.

Os banqueiros genebreses, principalmente, tornaram-se eminentes em tal ciência. Formaram, em todos os países da Europa, associações de bebés vigorosos, para os quais transferiam as suas rendas por 70 ou 80 anos e faziam cobrir todos os riscos de morte por companhias de seguros. Os pais de família tomavam de empréstimo capitais a 5 % e colocavam-nos em rendas vitalícias com o juro de 10 % a favor dos filhos. Ao fim de 14 ou 15 anos, a dívida encontrava-se amortizada e a criança ficava a receber toda a vida o juro de 10 % dum capital que nunca possuíra. E tudo era assim. Segundo uma expressão de Linguet, «não se poderiam enunciar as facilidades inconcebíveis que o ministro francês concedia a todo aquele que estivesse disposto a ajudá-lo a arruinar a nação».

Em 1777, Necker contraíu um empréstimo de 24 milhões; em 1778, 48; em 1779, 69; em 1780, 36 em 1781, 77. A isto devemos juntar os impostos indirectos por interpostas pessoas. O Linguadoque subscreve 48 milhões; a Bretanha, 16; a Provença, 8; Artois, 3; a cidade de Paris, 10; a Ordem do Espírito Santo, 11; o clero, 14; a cidade de Génova, 6; os arrematantes e administradores dos impostos, 29 ou 30; os possuidores de ofícios, 7, etc. Era mais de meio bilião que nenhum penhor novo garantia. Contava-se com o empréstimo mais recente para pagar os juros do precedente.

«Charlatanismo!», dizia o marquês de Mirabeau. O termo não é muito forte e Necker tinha-se condenado no dia em que escrevera: «O mais perigoso e o mais injusto dos recursos é... contrair empréstimos sem lhes ter os juros assegurados. Tal administração, que seduz porque adia o momento dos embaraços, não faz senão aumentar o mal e cavar mais fundo o precipício».

Depois dele, os seus sucessores encontraram-se neste dilema: ou continuar a contrair empréstimos, iludindo o público com a miragem da riqueza — e esse foi o método de Calonne até à Assembleia dos Notáveis — ou despedir o formidável raio da fran-

queza e tentar aumentar, por uma só vez e formidàvelmente, os impostos em vigor. Este foi o segundo método de Calonne e o de Brienne.

A última solução — a melhor ou a menos má — não era impossível, desde que houvesse força de vontade. A França estava em plena prosperidade e os contribuintes, ou pelo menos uma grande parte deles, estavam longe de ter atingido os limites das suas possibilidades. A bancarrota foi mesmo retardada alguns anos pelo único facto das valorizações devidas a um excepcional movimento de negócios. Mas, se se pudesse pedir mais, seria preciso pedi-lo doutra maneira.

Se os impostos do antigo regime não eram excessivos, eram vexatórios, por serem essencialmente impostos sobre o rendimento: a talha sobre o rendimento global e as vintenas sobre as promissórias. É mesmo uma coisa curiosa que, sob o pretexto dum sistema de impostos democrático, se tenha restabelecido um sistema que, cento e cinquenta anos antes, era universalmente detestado. Embora a monarquia, mais prudente nisso do que os regimes modernos, houvesse fugido às maiores dificuldades consentindo na arrematação de rendas móveis, via-se a braços, no que dizia respeito às outras, com a eterna impossibilidade de desmascarar a fraude. Com um largo sistema administrativo e com meios de investigação inquisitoriais não se consegue hoje isso; que poderiam então fazer os intendentes e os directores das vintenas, acorrentados por uma infinidade de franquias, avenças e privilégios?

Os progressos realizados pelo abade Terray não foram mantidos, porque exigiam do governo lutas contínuas e uma perseverança sem qualquer quebra, e porque, além de tudo, em matéria de impostos sobre rendimentos, é quase impossível lutar contra a má fé e má vontade dos poderosos.

Para salvar a situação, havia apenas um meio: lançar por terra o velho sistema e substituí-lo por impostos simples que assentassem sobre bases claras. Isto foi o que fez a Revolução e que a Terceira República tão desastradamente demoliu. Demais, o caminho estava já traçado. A contribuição dessa natureza estava já estabelecida na cidade de Paris, isto é, exactamente onde era mais difícil estabelecê-la. No entanto, fora bem acolhida e funcionava a contento de todos. Era possível generalizá-la. Numerosos

projectos de contribuição predial — então dizia-se subvenção territorial — tinham sido estudados nas repartições da inspecção geral. O que Calonne propôs aos Notáveis não era mal compreendido. Os trabalhos levados a cabo nas províncias para o estabelecimento da talha tabelada, a avaliação dos bens dos nobres sujeitos às vintenas e a revisão dos cadastros, tudo isso facilitaria a operação. Mas, para tal, era preciso *querer* e é sempre a este *querer* que nós chegamos.

A França anterior à Revolução não era de forma alguma infeliz. Tinha razão para se queixar, mas não para se revoltar. Havia dois grandes problemas que se impunham à sua atenção: a abolição dos vestígios do feudalismo e a reforma financeira. Nenhum era insolúvel, se uma crise intelectual e moral não tivesse atingido a alma francesa até às suas profundidades. Complicaram-se os menores conflitos e tornou-se inquietante e, depois, desesperada uma situação que era apenas difícil.

3. A DOUTRINA REVOLUCIONÁRIA

O SÉCULO XVI tinha sido, para o génio francês, uma época de pleno desabrochar. O homem, tal como apraz então representá-lo, é um ser consciente e reflectido que impõe silêncio aos seus apetites e às suas paixões para se submeter a uma regra superior de ordem e de harmonia. Desconfia das fantasias individuais, das singularidades do sentimento, dos actos instintivos, de tudo quanto é nebuloso e mal definido, de todas essas arremetidas inconscientes que obscurecem os espíritos mais límpidos como a sombra de uma nuvem tolda a superfície dum lago. Conhecendo as suas fraquezas, não faz dos seus desejos o fundamento da moral nem da consciência. Tem gosto pela hierarquia e pela disciplina. A sua maior glória consiste em submeter-se à experiência e à lógica, bem como à tradição, que é a experiência acumulada. É cristão e conservador. Sente horror pelas desordens e pelas revoluções. Ama o universal e o estável. Em todos os tempos e em todos os países, sob todas as modas e todas as aparências, o seu prazer é voltar a encontrar as mesmas verdades permanentes e gerais. Tem o dom da organização, o espírito recto, o amor da verdade e o sentido das realidades.

Durante cinquenta anos, a França revê-se em Luís XIV, porque é razoável, moderado, exacto, metódico, senhor de si, e porque os seus sentimentos são nobres, a sua vida gloriosa e bem distribuída. O mesmo ideal inspira todo o século. Colbert e Vauban exprimem-no com tanta força como Racine, Poussin e Bossuet. Um

sermão de Bourdaloue, uma instrução de Hugues de Lionne têm, desse ideal, o mesmo cunho que o Louvre, Versalhes e as comédias de Molière. Foi esse ideal que deu a realeza do mundo à França a qual, por meio dele, continuou a obra maravilhosa de Atenas e de Roma.

O drama do século XVIII não está, verdadeiramente, nas guerras nem nas *jornadas* da Revolução, mas na dissolução e na reviravolta das ideias que tinham iluminado e dominado o século XVII. Os motins e as carnificinas não serão outra coisa senão a expressão retumbante e sangrenta dessa dissolução. Quando eles rebentarem, já o verdadeiro mal estará consumado há muito.

O espírito revolucionário é velho como as sociedades. O aspecto que ele tomou em 1750 não é de facto uma novidade. Em todos os tempos, os poetas enlevaram-se a imaginar países encantados onde os homens, perfeitamente bons, viveriam à vontade no meio duma natureza cheia de delícias, e os moralistas serviram-se do mesmo estratagema para censurarem os seus contemporâneos e os envergonharem dos seus vícios. Mas tudo isto não passava dum gracejo ou dum efeito de retórica. Para que estes sonhos se transformem em dogmas, para que estes gracejos degenerem em ódio à autoridade e em desprezo pela civilização, é necessário que sejam inflamados pela paixão religiosa.

A Reforma foi a primeira explosão do individualismo destruidor e da sentimentalidade republicana. As grandes questões intelectuais e sociais, em vez de serem resolvidas em comum e pelas vias tradicionais, começaram a ser interpretadas no segredo dos corações e no isolamento das consciências. As incertas aspirações de cada indivíduo tornaram-se, para ele, uma verdade e um deus. A actividade harmónica dos agrupamentos naturais, os seus hábitos de disciplina religiosa e estética desvaneceram-se perante as iniciativas particulares de cada um dos seus membros. E chamou-se a isto «libertação». Por toda a parte onde a Reforma triunfou sob a sua forma pura a forma luterana, não houve, na realidade, senão anarquia e, quando findou o período da fermentação, ficou a existir um fraccionamento territorial quase infinito e uma desagregação moral quase irremediável. A unidade francesa foi salva e o rei salvou-se com ela. Triunfando o classicismo,

Pascal, Descartes, Bossuet e La Bruyère vão buscar à monarquia a sua concepção do direito e do governo. Parece que nada virá perturbar este equilíbrio e este acordo. No entanto, a mística revolucionária não está morta. É ela que inspira as tiradas dos libertinos contra a memória e contra a razão, que corromperam a natureza e subtraíram ao homem o gosto e a arte do prazer puro. É ela que levanta os panfletários protestantes que, da Holanda e da Alemanha, inundam a França e a Europa com os seus libelos. É ela que corrompe, com as suas quimeras, um dos espíritos mais dóceis e mais brilhantes do século: Fénelon.

Luís XIV dera-se ao trabalho de escrever, para seus filhos, uma espécie de «Manual do Perfeito Soberano», em que procurava fazer-lhes sentir a majestade da sua condição, a fim de que eles cumprissem os seus deveres com serenidade e amor. Preceptor do herdeiro do trono, Fénelon procura incutir-lhe o desgosto pelo cargo. A sua obra, «Le Télémaque», é uma crítica untuosa de todos os princípios monárquicos. «O ofício de Rei é grande, nobre, delicioso...», escrevera Luís XIV. «Que loucura, diz Fénelon, fazermos consistir a felicidade em governar os homens... Insensato aquele que procura reinar! Feliz aquele que se contenta com uma condição privada e agradável, na qual a virtude lhe é menos difícil. Teme, portanto, teme, meu filho, uma condição tão perigosa... É uma servidão que acabrunha...»

Os homens de Estado que, depois da Fronda, tinham reflectido sobre a estrutura e solidez dos governos, ficaram possuídos, com tal exame, de uma desconfiança instintiva da besta humana e, como não tinham medo das palavras, não hesitaram em dizer que ela tinha de ser contida pela força e que, em definitivo, a força é o cimento de toda a sociedade. «Não esquecerei nunca, conta d'Argenson, o que meu falecido pai me disse a primeira vez que me permitiu que discutisse com ele sobre os movimentos a que se entregava então o parlamento contra a autoridade real. A tudo quanto lhe expus sobre as razões, argumentos e vivacidade do Parlamento, limitou-se a responder: Meu filho, o vosso Parlamento tem tropas? Quanto a nós, temos 150 000 homens; eis ao que tudo está reduzido!» Fénelon não se importa com esses espíritos positivos e frios. Afogando dificuldades e objecções sob um dilúvio de efusões optimistas, afirma imperturbàvelmente; «Quando a justiça e a virtude

falam, acalmam todas as paixões... Todos os povos são irmãos e devem amar-se como tais...» O rei de Fénelon é um condenado ao Céu e à guilhotina, depois de ter feito, com a mão na consciência, a desgraça dos seus súbditos e conduzido o seu povo à derrota e à anarquia.

Mas Fénelon chegava muito cedo. O inquebrantável bom senso de Luís XIV, uma polémica de Bossuet, admirável de razão e de eloquência, foram suficientes para abafar o incêndio que se anunciava. As poucas faúlhas que continuaram a voltear por aqui e por ali não pegaram o fogo a coisa alguma. Seriam necessárias as viagens a Londres de Montesquieu e de Voltaire para reanimar — e desta vez a valer — a pregação individualista e revolucionária.

Do país inglês, Montesquieu e Voltaire trouxeram um quadro que nos espanta. Eles não viram «a ilha sombria e turbulenta dos regicidas», a nação intolerante, ávida e ambiciosa, que organizara a perseguição religiosa sob a forma mais fria e mais implacável — a forma administrativa — mas uma Salento liberal, esclarecida, povoada de sábios e pensadores e digna de fornecer ao mundo modelos de civismo e de virtude.

Este foi o ponto de partida para uma crítica de pormenores, divertida pelas seduções de que se adornava e desconcertante pela sua infantilidade e facilidade.

Os abusos certos e as injustiças reconhecidas não são ali mais mal tratados do que os princípios e as instituições de que vivem e viverão todas as sociedades. Por meio dum trocadilho, dum sorriso ou dum epigrama, tudo é condenado, à mistura e sem apelo. Para esta execução sumária faz-se surgir uma personagem nova, um selvagem imaginário que representa a natureza adornada com todas as graças e todas as subtilezas das civilizações milenárias. O seu papel é admirar-se sem cessar e usar de todos os recursos dum espírito culto, cortês e apurado, para tornar absurdos, ridículos e prejudiciais o mesmo apuro, a mesma cortesia e a mesma cultura.

Durante quarenta anos, a França esteve cheia destes iroqueses muito parisienses, destes persas muito civilizados, destes ingénuos sem ingenuidade. Com as suas sábias ironias, com as suas comparações desdenhosas e com as suas surpresas estudadas, chegaram a perturbar os espíritos, a fazer germinar a dúvida e a inquietação nos mais firmes, e a fazer considerar como atentados e usurpações

os direitos mais comuns, e como organismos novos, inquietantes e ilegítimos aquelas instituições que, de há séculos, eram respeitadas e servidas.

A favor desta reviravolta, entra naturalmente na França a literatura germânica, cuja acção estivera interrompida depois da Reforma.

Como observou Louis Reynaud, cujos notáveis trabalhos eu me limito a citar ou resumir aqui, os homens do século XVII reconheciam na Alemanha filósofos e sábios, mas tinham-se mostrado muito reservados no que dizia respeito a poetas e escritores que ela dizia possuir em grande número. Em poesia, arte e belas-letras, parecia-lhes existir qualquer coisa que não se harmonizava com o que eles conheciam desse país. Nas suas «Entretiens d'Ariste et d'Eugène», um homem de gosto e de espírito, o padre Bouhours defendia, pela boca de uma dos seus personagens, a ideia de que é quase impossível a um alemão atingir a intuição do belo.

O génio alemão é, na ordem intelectual, essencialmente individualista. «A língua está organizada para assegurar aos poderes obscuros a sua expressão completa à custa dos elementos racionais. Abundam ali os termos para designar os fenómenos sensíveis e as emoções. Falta-lhes o claro e franco vocabulário das ideias. Elevada ou abaixada sucessivamente por tons de intensidade variável, agrupada em volta de alguns termos enèrgicamente pronunciados, a própria frase têm uma natureza constantemente patética. Posto em presença dum homem reflectido, que vê claro em si e que se move com facilidade na vida mundana, o Alemão fica derrotado. Dai-lhe, pelo contrário, um organismo elementar e apagado, um louco, um maníaco, um ser possuído da febre dos sentidos, e ele os compreenderá e descreverá perfeitamente. Pela sua constituição íntima, é um parente próximo desses indivíduos. A sua inteligência está aprisionada nas confusas emoções da carne e penetrada por elas de todos os lados.» Rejeitando o poder da razão, o espírito francês adoptava, na mesma ocasião, a fórmula de pensamento dos povos germânicos.

Os Alemães perceberam isso imediatamente. Ao passo que as obras inglesas não se introduziam em França senão por intermédio de franceses — o abade Prévost e Voltaire — os Alemães, organizavam eles mesmos a sua propaganda, e foi deles, Grimm, quem se

encarregou de revelar aos súbditos de Luís XV os méritos literários da sua pátria. No mês de Outubro de 1750, o «Mercure de France» publicava uma primeira carta dele, que depressa foi seguida pela segunda, em Fevereiro de 1751. Com todas as espécies de mesuras e cumprimentos, Grimm ousava proclamar que a literatura alemã valia bem a literatura francesa e que, se ela não tinha atingido o esplendor da sua vizinha, é porque lhe faltavam uma cidade como Paris e um rei como Luís XIV. Mas a sua vez havía de chegar ou, melhor, estava próxima.

O rombo estava feito. Pela brecha, passaram artigos, gramáticas e traduções. Um outro alemão, Miguel Huber, foi o organizador da invasão. Complacente, conciliador, amável, falando sucessivamente a linguagem da filosofia e da religião, com a mão sobre o coração, desfazendo-se em máximas edificantes, conduziu, por forma muito segura, os destinos da literatura teutónica. Dono do «Journal Étranger», autor duma volumosa colecção de poesias alemãs em quatro volumes, teve a grande habilidade de não oferecer ao público francês senão o que correspondia aos seus desejos: temas idílicos, sentimentais e moralizadores. Conciliou a benevolência de Fréron e dos seus devotos, acalmados por esta abundância de declarações virtuosas, e obteve o concurso entusiasta da facção mais irrequieta do partido filosófico, agrupada em volta de Rousseau e de Diderot. Não há dúvida de que Rousseau era suficientemente caprichoso para se não deixar arregimentar pessoalmente, mas empurrou os amigos. Como poderia ele ficar indiferente? Era o seu misticismo naturalista que nos vinha por outra via.

Todo este papel impresso constitui hoje uma leitura bastante fastidíosa. Nesse tempo encantava. Um escritor muito medíocre, Gessner, pouco conhecido dos seus compatriotas, alcançara em Paris um êxito prodigioso, que se manteve, sem enfraquecer, durante dez anos. A primeira das suas obras — «La Mort d'Abel», traduzida em 1759 por Hubert e Turgot — era disputada ardentemente. As outras eram elevadas até às nuvens e consagradas como obras-primas. Admirava-se nelas com frenesi a natureza inteiramente nua, essa natureza acolhedora e pura que a afrontosa civilização durante tantos anos havia encoberto: campos férteis que ninguém cultiva, mas que nem por isso deixam de produzir opulentas colheitas, rolas sobre todas as árvores para edificação dos

amantes, flores que nunca murcham, aves que gorjeiam sem cessar, animais modelos todos lã e manteiga, velhos que se desfazem em experiência e sabedoria, crianças submissas e afectuosas, donzelas espantosamente cândidas que fazem as suas mães as mais comoventes perguntas sobre o amor e o casamento e, de mistura com tudo isto, alguns extraviados, provisòriamente criminosos, mas que se vêm dilacerados pelos remorsos e que se converterão, no meio duma torrente de lágrimas, à primeira homília que se lhes faça. «Um poeta nas margens do Reno, escreve Dorat, é, de qualquer forma, o homem da natureza. Não respira senão para a estudar; não a estuda senão para a pintar. Não conhece nem o fel, nem o ódio, nem os manejos da ambição, nem os furores da inveja; não escreve apenas para existir na memória dos homens: escreve para os tornar melhores, para lhes incutir sem cessar a imagem da virtude.»

Os progressos científicos e práticos realizados no decorrer do século favoreceram estes desvarios. Não foi porque a ciência alguma vez tivesse dado qualquer consistência ao mito da bem-aventurada natureza pervertida pelas leis humanas. Não foi também porque os sábios e inventores, com excepção de d'Alembert, tivessem sido sequazes da filosofia. Mas o espectáculo de tantas máquinas desconhecidas, a revelação de tantos conhecimentos novos embriagaram os profanos e a gente de letras e, deste deslumbramento, chegaram à conclusão de que viviam num século extraordinário, de que tudo o que anteriormente havia sido dito e feito não era de considerar e de que, por consequência, um espírito esclarecido se havia de manifestar pelo desprezo a que votava tudo quanto o tinha precedido.

É em vão que Taine se consome para demonstrar que Voltaire, Diderot, Rousseau e os seus amigos eram verdadeiros homens de ciência. Voltaire tinha o génio da vulgarização, mas o seu laboratório de Girey não era senão uma fantasia de M.me du Chatelet que teria instalado sobre as suas ruínas uma oficina metalúrgica ou uma capela, se a moda tivesse sido a metalurgia ou a devoção. As experiências de Montesquieu fazem sorrir: a mais importante consistia em mergulhar na água a cabeça dum pato e notar o tempo que decorria até que ele morresse. Quanto a Diderot e a Rousseau, o primeiro não passava dum autodidata trapalhão e o segundo sabia muito poucas coisas.

O verdadeiro espírito científico, desinteressado, prudente e sem orgulho, está em contradição quase absoluta com o espírito filosófico de 1750. As hipóteses não são, para ele, senão construções provisórias que permitem agrupar um certo número de resultados experimentais. A experiência continua a ser o juiz supremo. Nenhuma teoria, por muito sedutora que seja, resistirá ao seu desmentido. Nunca os filósofos puseram em prática tal submissão do indivíduo ao objecto. E não o poderiam fazer sem se condenarem a si próprios. A sentimentalidade declamatória a que se entregavam tornava-os incapazes da observação e insensíveis à experiência. Às afirmações tão sensatas e sólidas de Buffon sobre a formação das rochas sedimentárias, Voltaire opôs argumentos duma puerilidade espantosa e divertiu-se a reproduzir as experiências de Spallanzani sobre as lesmas, única e simplesmente para trazer a lume um panfleto contra os monges e contra a religião: «Les Colimaçons du R. P. L'Escarbotier».

O padre Escarbotier, pregador e cozinheiro do grande convento da cidade de Clermont, escreveu ao Reverendo Padre Elias, carmelita descalço e doutor em teologia: «Até a algum tempo não se falava senão dos jesuítas, mas agora entretêm-se com os caracóis. Cada coisa tem o seu tempo, mas a verdade é que os caracóis durarão mais que todas as nossas ordens religiosas, pois é claro que, se houvessem cortado a cabeça a todos os capuchinhos e a todos os carmelitas, eles não poderiam receber mais noviços, ao passo que uma lesma, a que se cortou o pescoço, adquire nova cabeça ao fim dum mês. Em 27 de Maio, pelas nove horas da manhã e estando o tempo sereno, cortei a cabeça, rente pelas quatro antenas, a quatro lesmas nuas, isto é, sem a casca, duma cor acastanhada, e a doze caracóis com casca. Cortei também a cabeça a oito caracóis, mas entre as antenas. Ao fim de quinze dias, duas das lesmas mostravam já uma cabeça em crescimento, comiam e as suas quatro antenas começavam a apontar. Muitas vezes falei disto nos meus sermões e não encontrei outra comparação senão com S. Diniz, pois, tendo-lhe sido cortada a cabeça, transportou-a duas léguas nos braços, beijando-a ternamente. Mas, se a história de S. Diniz é uma verdade teológica, a verdade dos caracóis é uma verdade física, uma verdade palpável que toda a gente pode verificar com

os próprios olhos. A aventura de S. Diniz é o milagre dum dia, ao passo que a dos caracóis é a verdade de todos os dias.»

É muito interessante, mas isto não tem, com as pesquisas do «verdadeiro sábio», como diz Taine falando precisamente deste gracejo, senão relações extremamente afastadas.

Quanto a Diderot, para dar conta dos admiráveis estudos de Réaumur sobre os insectos, não encontrou senão esta pobreza: «Que pensaria de nós a posteridade se apenas tivéssemos para lhe transmitir uma imensa história de animais microscópicos? Para grandes génios, grandes objectos; para pequenos génios, pequenos objectos». Fréron qualificou esta opinião de «indecência», no que tinha razão.

Na realidade, os filósofos exaltaram, confiantes e sem a conhecerem bem, *a aquisição* científica do seu tempo, porque podiam tirar dela conclusões contra a tradição, contra o catolicismo e contra a história e a autoridade, mas não prestaram uma verdadeira e aturada atenção às ciências mais abstractas: matemáticas puras e mecânica celeste, cujo método de *dedução* transportaram para o domínio político e social, onde tal método tão pouco se aplicava que eles o engatavam ao postulado da bondade natural do homem, o qual não tem qualquer carácter de evidência.

Desde 1751 a 1772, a «Enciclopédia» reune contra o inimigo comum todas estas ideias e todas estas aspirações: crítica da monarquia e dos seus sustentáculos intelectuais, ateísmo, sensualismo, elogio do século XVIII considerado como o século das luzes e do progresso, descrédito da civilização, apologia dum pretenso estado da natureza em que todos os homens seriam iguais em direitos e em bens e, enfim, estudo muito pormenorizado das máquinas e dos ofícios. A esta parte — a mais bem feita e a mais útil — estavam anexos onze volumes de gravuras; servia de guarda-vento ao resto. Pode dizer-se que fez o êxito da obra.

Rousseau não gostava dos enciclopedistas. Tinham-lhe ferido a vaidade e algumas das suas doutrinas repugnavam-lhe. Não estava de acordo com eles sobre o fundo das ideias e, demais, foi o seu génio que deu à mística revolucionária todo o brilho e força de propaganda.

De infeliz nascimento, sem família e sem amigos, pervertido até à medula dos ossos pelas suas primeiras aventuras femininas,

devorado por uma inquietação raivosa que, por fim, havia de degenerar em pura loucura, chegara de Genebra, uma dessas cidadelas da Reforma onde «há séculos turbilhonavam amálgamas de decomposição».

Para dar largas aos seus furores, às suas inquietações e à sua necessidade de destruição, há-de encontrar inflexões de voz duma amplidão e duma beleza surpreendentes. Coisa horrível este uso dos mais maravilhosos poderes da língua e da poesia para a canonização duma alma tão sórdida.

Mas Rousseau não se limita aos anátemas, às lamentações e às invectivas. Estabelece as bases da sociedade futura, que assegurará aos homens o exercício dos seus direitos naturais. Tais fundamentos são: a igualdade completa dos associados, a alienação dos direitos de cada um em proveito da colectividade, a subordinação dos contratantes à *Vontade Geral*. Entendamo-nos sobre o sentido desta expressão. A *Vontade Geral* não é a vontade do maior número, mas sim a voz profunda da consciência humana, tal como ela deveria falar em cada um de nós e tal como ela se exprime pela boca dos cidadãos mais virtuosos e mais esclarecidos.

Em resumo: a *Vontade Geral* define-se, portanto, pela conformidade com um sistema filosófico — o individualismo. A República identifica-se com uma doutrina; a sociedade fica reduzida a um dogma. Fazer transitar tal dogma para os factos, traduzi-lo em actos, reorganizar o mundo de harmonia com os seus postulados — eis a política revolucionária.

A sua primeira tarefa e, por assim dizer, a sua única tarefa consiste em destruir e impedir de renascer todos os organismos naturais que, até então, enquadravam e sustentavam os indivíduos e que passam agora a ser considerados como opressivos e imorais. A propriedade, a família, a corporação, a cidade, a província, a pátria e a Igreja são outros tantos obstáculos a abater. Objectar-se-á que a maior parte dos cidadãos os respeitam, sentem-se bem com eles e ali encontram a sua felicidade e paz de alma, mas isso pouco importa: não há liberdade contra a liberdade. Se a *Vontade Geral* não fala dentro deles, é porque são pervertidos e degradados, e é um dever, para os cidadãos «conscientes», tratar de os emancipar, mesmo contra sua vontade.

Tornada religião, a República tem a sua ortodoxia, os seus eleitos e os seus réprobos. Maiorias, eleições, votos, consultas

populares, tudo isso é a fachada, o jogo em que se deixam prender os ingénuos, admirando-se de que as regras não sejam nunca aplicadas senão contra eles. Por trás destas agitações, há a pequena congregação dos fiéis e dos iluminados. São eles quem detém a verdade e que juraram entre si estabelecer o seu império. Eles é que são a *Vontade Geral*. Quanto aos seus adversários, qualquer que seja o seu número, o seu respeito pelo sufrágio universal e a sua devoção pela forma republicana, eles nunca passarão de aristocratas, de reaccionários, de hereges e, na ocasião oportuna, de usurpadores, pois, da mesma forma que há um rei legítimo, há um povo «legítimo».

Contra eles, todos os meios são permitidos: a fraude eleitoral, assim como a guilhotina.

É nisto que vêm a terminar os idílios e as choradeiras. O homem nasceu bom. Se há velhacos e maus, é porque a civilização o corrompeu. Para se regenerar, tem de pôr de lado pretensos benefícios que, na realidade, não passam de cadeias e de injustiças. Se hesitar, a força o obrigará, porque a sua má vontade é um crime, um crime contra a Virtude. E serão declarados suspeitos todos aqueles que, nada tendo feito contra a Revolução, nada fizeram a seu favor.

Mas não se compreenderia a formação da mística revolucionária, nem principalmente a sua evolução, de certo modo mecânica e fatal, para a sua forma mais excessiva, se não se tivessem em conta os caracteres particulares do meio que a acolheu, nutriu e espalhou. Esse estudo não está ainda feito por uma maneira metódica e completa. Augustin Cochin, que o havia empreendido morreu antes de completá-lo. No entanto, os trabalhos que ele deixou são assaz numerosos para que nós possamos percorrer, sem nos extraviarmos, esse domínio que era o seu.

Os amadores de teorias novas no século XVIII não ficaram isolados. Associaram-se para porem em comum os seus conhecimentos e precisarem as suas ideias. Esta organização, que se anuncia em 1720, precipita-se em 1750. Por ocasião da morte de Luís XV, está terminada.

Em todas as cidades pululam as associações de espíritos superiores e espíritos fortes, os salões literários, as academias, os gabinetes de leitura, as sociedades patrióticas, os liceus, os museus, as

lojas maçónicas, as sociedades de agricultura. As suas sessões são regulares e seguidas. Lê-se e discute-se. Há um exército de pensadores que se entregam à controvérsia e tomam deliberações sobre a questão do dia: circulação de cereais, novos impostos, assembleias provinciais, ou sobre problemas de doutrina, como o papel da civilização, direitos naturais e fundamentos das sociedades.

Se nos lembrarmos de que o primeiro discurso de Rousseau foi uma resposta a um concurso da Academia de Dijon, poderemos avaliar o tom, o andamento e o alcance dos seus trabalhos, que em nada diferiam dos dos outros. Com efeito, todas as sociedades estão ligadas, quer por relações de filiação como as lojas, quer por uma correspondência ininterrupta que subordina as mais afastadas e as menos activas às que estão melhor informadas e são mais ousadas. Duma extremidade à outra do reino, há um perpétuo vaivém de votos, de mensagens e de moções que procuram cimentar a união dos princípios, asfixiar as veleidades de independência e fazer avançar toda a gente com um passo igual.

A República das letras que é, em 1720, uma alegoria torna-se, em 1755, uma realidade. É mesmo o único estado a que se podem aplicar as teorias do «Contrato Social», o único que é formado por iguais o único em que a Vontade Geral pode, a todo o momento, ser resgatada pela discussão entre os melhores. Estes debates e os votos que lhes põem fim marcam os progressos da doutrina revolucionária, que é preciso depois levar do pequeno número dos iniciados ao grande número dos profanos. E é aqui que surge a discordância fundamental que não deixará de aumentar até 1794. A República dos iniciados está organizada e funciona ao arrepio das realidades. Quanto mais desenvolve a sua lógica, mais se afasta da vida. Quanto mais quer governar, menos capaz se mostra de tal coisa.

Na vida, para que nos associemos, é necessário que haja identidade de opiniões; aqui, as reuniões fazem-se fora de toda a conveniência e de todo o interesse, para descobrir e definir a doutrina que será a do grupo. O entendimento é o meio e não o sinal ou a consequência do acordo. Na vida, contam os actos; aqui, as palavras. Na vida, o que se procura são resultados materiais e tangíveis; aqui, apenas votos. Na vida, governar é lutar contra as coisas, prever, preparar, organizar, agir; aqui, a grande

arte consiste, em compor a ordem do dia e em constituir a maioria. Na vida, um pensamento julga-se pela experiência e pela prova dos factos; aqui, é a opinião que domina. É real o que tem o assentimento dos auditores; é verdadeiro o que promove a sua adesão.

Na vida, o homem não é um indivíduo isolado: faz parte do organismo social; é membro duma família ou dum corpo profissional; é guiado por toda a espécie de considerações que não são do domínio da lógica verbal: religião, fé, moral, tradições, sentimentos, lealismo político e dever profissional. Na sociedade de pensamento, o iniciado faz tábua rasa de tudo o que não é abstracção e razão raciocinante. Suprime tudo aquilo que lhe é verdadeiramente pessoal; reduz-se à pequena faculdade dedutiva, que é a coisa do mundo mais espalhada.

Se vai do instinto ao verdadeiro, ao sólido, ao efeito mais que à opinião, se introduz na discussão outro coisa que não seja a ironia e o espírito do sistema, aperceber-se-á depressa de que está a ser desagradável, maçador, odioso e ridículo ao auditório. Acabará por se sentir deslocado e, se ele mesmo não se afasta, será «depurado» na primeira ocasião séria. Uma vez que os refractários sejam eliminados, aí temos os nossos homens aproximados uns dos outros, isolados dos profanos, ao abrigo de objecções e resistências e entregues a um enlevo tanto mais intenso quanto mais puro é o meio.

E é assim que, actuando os escritores sobre as sociedades e as sociedades sobre os escritores, a multidão inconsciente dos irmãos se encontra arrastada por um movimento cada vez mais rápido «para o advento de certo tipo intelectual e moral que ninguém prevê, que cada um reprovaria e que todos preparam: «o jacobino socialista de 1793».

A revolta americana precipitou ainda a revolução.

As Treze Colónias eram, desde há muito tempo, um dos principais temas da literatura sentimental e humanitária. Via-se nelas um povo novo, muito próximo da natureza, tolerante, piedoso, patriarcal, sem outra paixão senão a do bem, sem outro fanatismo senão o da virtude. Os capítulos que Raynal lhes consagra são a parte brilhante da sua «Histoire des Indes» que, diga-se de passagem, é muito aborrecida, muito banal e vinda muito pouco a propósito. Quando elas resolveram separar-se da Inglaterra, nasceu

o entusiasmo pela confederação a quem competia a suprema honra de fazer a educação do mundo e de lhe mostrar o caminho da liberdade. A declaração dos direitos redigida por Jefferson num estilo de código moral deu volta à cabeça aos espíritos superiores. Alguns fizeram-se «quakers»; outros — e dos mais nobres — alistaram-se no séquito de La Fayette nos exércitos republicanos. Os mais tímidos ajudaram-nos com a sua propaganda, gritando bem alto que tinha começado a era da regeneração. Desde há meio século que os círculos filosóficos reclamavam alguma coisa de novo e os seus sonhos iam realizar-se noutra terra. Aquilo que para eles não passava ainda de palavras e papel tornava-se, lá longe, carne e sangue. As palavras convertiam-se em factos; a idade de ouro ia renascer. A leitura de tais notícias causava frémitos de inveja. Só o pensamento destes altos feitos produzia exaltação. Ardia-se em admiração, em febre, em desejos, em esperanças...

Nesta ocasião, Benjamim Franklin chegava a Paris na qualidade de embaixador: «Tudo nele, diz um publicista, anunciava a simplicidade e a inocência dos antigos costumes. Tinha-se despojado da cabeleira emprestada». Isto significava que não usava cabeleira postiça. E isso fez com que o acolhessem ainda com maior admiração. Mas a verdade é que ele tinha menos inocência do que parecia.

Este homem, corpulento e matreiro, era um dos principais dignitários da maçonaria americana. Logo que se instalou em Paris, pôs-se em contacto com os irmãos de França e tomou parte activa no trabalho de depuramento e unificação que, após muitas dificuldades, assegurou nas lojas o triunfo dos elementos avançados e acabou, em 1780, por estabelecer a supremacia e a fiscalização do Grande Oriente criado em 1773. De um momento para outro, a sua casa de Passy passou a ser o quartel-general dos agitadores. Governa a Loja das Nove Irmãs (as Musas), que reúne artistas e literatos, Helvécio, Lalande, Condorcet, Champort, Parny, Mercier, Lacépede, Houdon, Vernet... Contribui para a organização de uma universidade livre e uma sociedade de conferências. É pelo seu braço que Voltaire se apresenta na cerimónia de iniciação.

É ele o grande sacerdote dos filósofos, o Messias dos descontentes, o patrão dos fazedores de sistemas. Suas pastas estão cheias de

cartas que mostram o lugar que ele ocupa no espírito público e a influência que tem sobre este. Escrevem-lhe de toda a parte. Um mestre-escola envia-lhe o plano de um pacto federal e maçónico que deve ser imposto a todos os soberanos da Europa. Um cardeal — trata-se de Rohan, o do Colar — organiza festas em sua honra. Um médico — trata-se de Marat — submete experiências físicas à sua apreciação. Um advogado — trata-se de Brissot — interroga-o sobre o novo mundo, onde tenciona ir, para receber uma lição de Revolução. Um outro dedica-lhe o seu primeiro discurso de defesa: é Robespierre.

Quando Franklin deixa a França, a lenda dos Estados Unidos é já indestrutível. O seu sucessor, Jefferson, não faz senão confirmá-la e daí procede toda uma literatura romanesca e enfática que, por forma incansável, repete o elogio do Povo eleito e da República-modelo. Alguns americanos, a quem este verbalismo irritava, protestaram em vão; a sua história tinha-se tornado um artigo de fé.

Os Estados Unidos tinham dado à doutrina revolucionária o que lhe faltava ainda: o exemplo. O futuro já não dependia senão da energia do governo. Mas havia ainda um espírito de governo?

4. A CRISE DA AUTORIDADE

HÁ períodos em que os perigos e as desgraças públicas fazem lembrar ao povo a utilidade do mando; mas, esquecido o perigo e reparado o mal, esse sentimento desaparece.

Desejada depois da *Fronda* pelos seus benefícios, saudada com entusiasmo em 1661, a autoridade cansava já em 1715, antes de ser tratada, em 1789, como tirania. Não era porque fosse mais pesada ou mais custosa: simplesmente, tinha envelhecido. Habituado aos seus serviços, o país já não os notava. Considerava como naturais e espontâneas uma ordem e uma tranquilidade que se não mantinham a não ser por meio de cuidados contínuos, e impacientava-se com uma submissão que era o preço dessa ordem e dessa tranquilidade.

Logo que Luís XIV fechou os olhos, renasceram as agitações entre aqueles que, por posição, são os adversários natos do poder real: os grandes e os corpos privilegiados. Fortes por si mesmos, acomodam-se muito melhor a um estado semianárquico, em que fazem figura de chefes, ou a poderes independentes, do que a uma autoridade única e forte que, mantendo a paz e a justiça, torne o seu patrocínio inútil, lhes tire os apaniguados e a influência, e os obrigue a eles mesmos a obedecer. Libertados da vigilância real, lançaram-se em tudo quanto havia sido interdito pelo reinado precedente e adoptaram, com alegria, as ideias de liberdade que começavam a circular abertamente.

Tais ideias eram aprazíveis e pareciam inocentes. Lisonjea-

vam vaidades, sem parecer que ameaçassem interesses. Que mais agradável, nestas condições, do que uma viagem ao país das nuvens, na companhia de um guia espiritual bem educado?

Nas festas brilhantes que a sociedade realiza, a conversação é o factor principal; mas, sem filosofia, tal conversação seria insípida. É a filosofia que lhe dá a sua pimenta, a sua ironia, os seus paradoxos, os seus ditos picantes, as suas audácias e as suas impiedades. «Não poderá haver jantar ou ceia em que ela não tenha o seu lugar, diz Taine. Está-se à mesa no meio de um luxo agradável, entre mulheres sorridentes e bem vestidas, com homens instruídos e amáveis, numa sociedade escolhida em que a inteligência é pronta e a réplica segura. Quando se chega ao segundo prato, a «verve» explode, os ditos de espírito surgem, os ânimos aquecem e cintilam. Poder-nos-emos abster de, à sobremesa, discutir, com gracejos, as coisas mais sérias? Com o café, chega-se à questão da imortalidade da alma e da existência de Deus. Para fazermos uma ideia desta conversa ousada e aliciante, temos de recorrer às correspondências, aos pequenos tratados, aos diálogos de Diderot e de Voltaire, ao que há de mais profundo na literatura do século: e, mesmo assim, só vamos ali encontrar um resíduo, um fragmento morto. Toda essa filosofia escrita foi dita, foi proferida com a entoação, a alma e a naturalidade inimitável do improviso, com gestos e com a expressão móvel da malícia e do entusiasmo. Hoje, arrefecida e posta no papel, tal filosofia enleva e seduz ainda; que aconteceria então, quando saía viva e vibrante da boca de Voltaire e de Diderot?»

No século XVII, os escritores tinham sido tratados com a maior distinção na corte e na cidade. Mas não se julgava que eles tivessem uma missão a cumprir e pensava-se que as cartas não passavam de um nobre divertimento em que o espírito dá largas à sua liberdade, sem outro desejo senão o de agradar ao público, tornando-se igual aos eternos modelos deixados pelos Antigos. No século XVIII, à literatura desinteressada sucede a literatura de combate, audaciosa e agressiva. Os escritores tornam-se reformadores profissionais, mas no seu novo papel gozam do respeito e da admiração de que haviam gozado os seus antecessores. Convivas afectados e reis dos salões, adulados para além de quanto se pode imaginar, são os directores de consciência da aristocracia mais fina

e elegante. Há milhares de lindas cabeças empoadas que se embriagam com as teorias que acabarão por as fazer rolar para dentro do cesto de Sansão.

Logo que saiu do colégio, Voltaire teve como protector um homem muito conhecido, o marquês de Caumartin, antigo intendente de Finanças e conselheiro de Estado, que o apresenta ao Grande Prior de Vandoma. Liga-se com o presidente Hénault, com o marechal de Villars, com o presidente de Maisons e com o marquês de Ussé. Sentado à mesa do príncipe de Conti que, como ele, faz versos, atreve-se a perguntar-lhe: «Somos príncipes ou poetas?» A sua questão com o cavaleiro de Rohan e a sua viagem a Londres não o impedem de ser nomeado gentil-homem da câmara nem de ser recebido na corte nesta qualidade.

Em 1747, no jogo, na câmara da Rainha, como visse a sua amiga M.me du Châtelet perder uma grande importância — 84 000 libras — disse-lhe, em voz alta e em inglês, que ela estava a jogar com trapaceiros. A sua intenção fora compreendida e, como a bravura não era o seu forte, fugiu para Sceaux, para casa da velha duquesa do Maine, enteada de Luís XIV. E aí se conservava no seu quarto, com as portadas das janelas fechadas, trabalhando à luz de velas. «À noite, conta Henri Carré, cerca das duas horas, quando a duquesa tinha despedido toda a sua gente e se metera na cama, Voltaire descia ao quarto dela. Um criado, que estava senhor do segredo punha uma mesa na alcova e trazia-lhe a ceia. A duquesa explicava-lhe as intrigas do tempo de Luís XIV e ele lia-lhe, em troca, o conto ou romance que andava a escrever».

Quando se instalou em Ferney, foi bem pior. Os maiores personagens do reino, com Choiseul e Richelieu à cabeça, mendigavam os seus favores e aguentavam-lhe o mau humor. O seu regresso a Paris, em 1778, provocou um verdadeiro delírio.

Conhece-se a vida de Rousseau. Antigo lacaio despedido por roubo, mantido aos dezasseis anos por uma amante de trinta e que dividia os seus favores por ele e pelo seu jardineiro, expulso por Mably, que o contratara como preceptor, e lhe roubava a adega, amante de uma mulher de má vida, Teresa Levasseur, com quem vivia em casa de outra protectora, M.me d'Epinay, perseguido imaginário, meio doido antes de o estar completamente, este homem é querido, admirado e adulado por toda a alta sociedade que experimenta não

sabemos que prazer doentio em se humilhar perante ele e adorar as suas taras. O príncipe de Conti escreve-lhe cartas a trasbordar de afeição. M.me de Luxemburgo envia-lhe um dia este bilhete: «Amo-vos de todo o meu coração. O senhor de Luxemburgo abraça-vos e ama-vos de todo o seu coração» e, outra vez, este: «Não sois vós que tendes de vos pôr a meus pés; sou eu que tenho de me lançar aos vossos...»

Quando se vê em dificuldades com a polícia, toda a gente se precipita para lhe favorecer a fuga. Se tem de mudar de casa, há quem se bata para lhe dar habitação — a ele, a Teresa e à mãe de Teresa. «Tereis a chave dos meus livros e dos meus jardins, escreve-lhe o príncipe de Ligne. Plantareis, semeareis, fareis o que quiserdes».

No fim do reinado de Luís XVI, vão ao seu túmulo como quem vai a uma peregrinação. «Metade da França deslocou-se já a Ermenonville para aí visitar a pequena ilha que lhe está consagrada, diz um novelista. A rainha e todos os príncipes e princesas da corte lá foram na última semana. Asseguraram-me que esta ilustre família permaneceu mais de uma hora à sombra dos choupos que cercam o túmulo».

No século XVII houve muito quem troçasse dos nobres, mas apenas por causa do seu ridículo e da sua fraqueza. Desta vez atacam-nos na sua honra, nos seus direitos e na própria existência. E são eles quem anima os seus agressores, quem os lisonjeia, quem lhes cria fama e, na ocasião devida, quem os sustenta, como aconteceu com o conde de Artois e o príncipe de Condé que sustentaram Chamfort, para este, em paga, convidar a Nação a suprimir a nobreza e chamar *tolos* aos cortesãos e *cretinas* às titulares.

Em 1765, Horácio Walpole, de passagem por Paris, admirava-se de tanta inconsciência: «O riso passou de moda, como os fantoches e o emboca-bola. Esta boa gente não tem tempo de rir, porque tem muito que fazer. É preciso, primeiramente, lançar por terra Deus e o rei; e todos, homens e mulheres, estão empenhados nesta demolição». E, como tivesse falado de Voltaire a uma dama, esta respondeu-lhe com desprezo: «É um beato, um deísta».

Em 1771, depois do exílio do Parlamento, todas as sociedades de recreio e reuniões sociais tinham-se tornado, no dizer de Besenval «pequenos estados gerais, onde as mulheres, transformadas em

legisladoras, estabeleciam premissas e declamavam, com a maior segurança, máximas de direito público». Uma destas revoltadas afirmava que «o poder absoluto era uma doença mortal» e que «as acções dos soberanos estão submetidas à censura dos seus próprios súbditos».

O conde de Ségur deixou, nas suas «Memórias», uma exacta e sensata pintura desta loucura: «Quanto a nós, jovem nobreza francesa, sem saudades do passado e sem preocupação pelo futuro, caminhávamos alegremente sobre um tapete de flores que nos ocultava um abismo. Rindo-nos com escárnio das modas antigas, do orgulho feudal de nossos pais e das suas solenes etiquetas, tudo quanto era antigo nos parecia incómodo e ridículo. As antigas doutrinas, com a sua sisudez, eram um peso para nós. A liberdade, fosse qual fosse a sua linguagem, agradava-nos pela sua coragem, como a igualdade nos agradava pela sua comodidade. Encontra-se prazer em descer, desde que se acredite que se pode tornar a subir até ao ponto desejado; e nós, sem qualquer espécie de previdência, desfrutávamos, ao mesmo tempo, as vantagens do patriciado e as doçuras de uma filosofia plebeia. Assim, embora nos minassem sob os pés os nossos privilégios, restos do nosso antigo poder, esta pequena guerra agradava-nos. Não lhe experimentávamos os golpes nem outra coisa tínhamos dela senão o espectáculo. Continuando intactas as formas do edifício, não percebíamos que o estavam a minar no interior. E ríamo-nos dos graves alarmes da velha corte e do clero, que trovejavam contra este espírito de inovação. Aplaudíamos as cenas republicanas dos nossos teatros, os discursos filosóficos das nossas academias e as obras ousadas dos nossos literatos...»

Haverá necessidade, para completar o quadro, de lembrar a primeira representação do «Mariage de Figaro» em 27 de Abril de 1784? Toda a corte lá estava. Às onze horas da manhã já a duquesa de Bourbon mandava os seus lacaios para a «bicha» da bilheteira, que não abria senão às quatro horas. Senhoras de categoria instalaram-se no «galinheiro» com as filhas, e toda esta sociedade elegante aplaudiu estrondosamente as tiradas contra a nobreza: «Julgais-vos um grande génio? Que tendes feito para merecerdes tantos bens? Apenas vos destes ao trabalho de nascer...»

«Não julgava que fosse tão interessante para uma pessoa o

ver-se enforcada em efígie», dissera a dançarina Guimard. Quando os aristocratas aclamam aqueles que os enforcam em efígie, pode-se prever que não faltará muito para que os enforquem a valer.

Mas estes nobres não são simples particulares. São servidores do Estado, magistrados, oficiais, embaixadores, ministros. A sua filosofia é, de qualquer forma, uma traição, pois, como defenderão eles o rei e a monarquia, se estão convencidos de que o melhor governo é a democracia?

O duque de Orleães, primo do rei, é grão-mestre da Franco-Maçonaria. Há, nos regimentos, vinte e cinco lojas militares, onde oficiais e soldados confraternizam no culto da igualdade. Na loja *União*, de Toul-Artillerie, o venerável é um sargento, ao passo que o coronel, marquês de Havrincourt, não é senão o delegado do Grande Oriente. A imensa maioria dos juízes, certos intendentes e muitos funcionários filiaram-se no partido filosófico e frequentam as sociedades de pensamento. A Academia Francesa é toda filósofa e, depois que d'Alembert é secretário perpétuo, procura afastar todos os independentes. Quando Turgot é chamado para ministro, faz-se uma limpeza. É-lhe preciso colocar Dupont de Nemours, Morellet, de Vaisnes, Condorcet, Suard, assim como arranjar que o conde de Guibert, amante de M.lle Lespinasse, entre para o Estado-Maior.

Citemos um exemplo particularmente típico: o de Malesherbes, director da biblioteca.

Sob o antigo regime, o director da biblioteca era encarregado de fiscalizar a publicação, comércio e circulação de quanto se imprimia. Visava as obras em manuscrito e podia interditar aquelas que lhe parecessem contrárias aos bons costumes ou perigosas para a ordem social. Tinha a seu cargo também a vigilância das fronteiras e a repressão de oficinas clandestinas. Ordenava a apreensão de todos os livros e jornais postos à venda ou distribuídos sem terem sido submetidos à sua censura, e castigava os autores e propagandistas de tais obras. Tratava-se de um posto de primeira categoria e de um lugar capital na ocasião em que se dirigia contra a monarquia uma grande ofensiva intelectual.

Esse cargo foi desempenhado, até 1750, pelo conde de Argenson, que, tomando os seus deveres a sério, organizou, a partir de 1748, um sistema de repressão eficaz. As fronteiras foram

fechadas, ordenaram-se prisões e procedeu-se, com resultado, a várias investigações. Mas, no melhor da luta, Argenson foi substituído pelo primeiro presidente da *Cour des Aides* (tribunal dos impostos indirectos), Malesherbes. Sendo um filósofo, deu aos revolucionários uma impunidade quase completa. Decretou, é certo, algumas medidas de rigor, mas apenas como pró-forma, pois tais medidas depressa foram revogadas ou deixadas sem execução. O seu único resultado foi fazer aos publicistas um ruidoso reclamo e criar-lhes uma lisonjeira reputação de mártires, sem os incomodar absolutamente em nada e sem os atemorizar um só instante.

De enfiada, aparecem a «Lettre sur les sourds» de Diderot, os «Discours» de Rousseau, as grandes obras de Voltaire, a «Enciclopédia», e as miscelâneas de d'Alembert. Livros interditos por Argenson, como a «Histoire de Louis XI» de Duclos, são agora autorizados a circular. A vigilância nas fronteiras é uma ilusão. Os pacotes de brochuras sediciosas que os cortesãos enviam uns aos outros não são examinados. Essas brochuras são vendidas nas casas dos príncipes, nas da Ordem de Malta, nos conventos e nos estabelecimentos religiosos. Vendem-nas em Versalhes, no próprio castelo. Toda a gente as conhece, mas a polícia finge ignorá-lo.

Vaidoso, crédulo, muito sensível às homenagens interessadas da gente de letras, envaidecido por concorrer para o estrondoso renome dessa gente, não compreendendo nem o alcance dos livros publicados nem a importância dos seus próprios actos, tipo acabado do liberal que tem sempre medo de ser apodado de reaccionário, Malesherbes emprega todo o seu poder para acender a revolução e proteger os incendiários.

Serve de intermediário entre Rousseau e o seu livreiro, envia-lhe por um correio especial as provas que deveria ter apreendido e, quando surge qualquer dificuldade entre o genebrês e o seu livreiro normal, é ele quem se esforça obsequiosamente por lhe arranjar outro.

Mas é preciso saber-se que são os defensores da autoridade quem faz as despesas da sua generosidade. Fréron nunca conseguiu arranjar qualquer privilégio para o «Année Littéraire» e, a toda a hora, o jornal era suspenso porque se atrevera a criticar d'Alembert, Voltaire ou mesmo Marmontel. Em 1758, esteve prestes a ser entregue ao tribunal por ter publicado a crítica de uma obra

contrária à «Enciclopédia» e foi proíbido, sob pena da instauração de um processo, de responder aos ataques que lhe eram dirigidos. Em 1752, Malesherbes proíbiu a circulação de um trabalho do padre Geoffray, hostil a Diderot. Em 1754, por intermédio de Bourgelat, seu agente em Lião e colaborador da «Enciclopédia», manda processar um tal padre Tholomas que se lembrara de responder ao artigo *Collège* do dicionário. Palissot e Gilbert são vítimas de iguais perseguições e o segundo morreu devido a isso.

Os filósofos gritavam contra a tirania, mas a verdadeira tirania era aquela que eles exerciam sobre a literatura. Escutemos o tom com que d'Alembert reclamava para os seus amigos a protecção do poder: «Estou informado de que no último número da folha de Fréron a «Enciclopédia» é acoimada de obra escandalosa. Sei que estas folhas e os seus autores não têm importância; mas essa razão não deve, como me parece, autorizar semelhante abuso nem permitir a um censor que a aprove. Seria faltar ao que devo a mim mesmo e a todos os meus colegas o deixar de vos apresentar as minhas queixas, bem resolvido a conservar-me tranquilo em seguida, se, por uma infelicidade, cuja culpa não será minha, não nos for feita justiça. Tenho todas as razões para confiar em vós. A vossa equidade e a honra, que tenho, de ser vosso confrade respondem por isso». As pessoas do rei correm em auxílio dos inimigos do mesmo rei...

Multipliquemos este exemplo por cem e por mil e teremos uma ideia do que foi a política interior da França de 1750 a 1789: uma progressiva abdicação da monarquia.

A seu lado, com a sua tolerância, com a ajuda e subsídios da aristocracia, com a cumplicidade e participação da magistratura, da polícia e da administração, constitui-se um novo poder, activo, audacioso, intolerante: o partido filosófico. Esse partido tem os seus quadros: as sociedades; os seus chefes: os enciclopedistas; os seus arautos: os parlamentos; o seu exército: a «basoche» empregado do Parlamento de Paris); as suas grandes manobras: as lutas políticas em volta dos impostos e da religião.

Os contemporâneos aperceberam-se perfeitamente deste esbulho e deste suicídio. Muitos o assinalaram em termos formais.

Não só Voltaire que, vez após vez, havia implorado dos «cacouacs» (1) que formassem um «rebanho», uma «matilha», um «corpo de iniciados», afim de se tornarem os «senhores», mas também Duclos que declara que o «comando poderoso» é o das «gentes de espírito» que «governam», e ainda Necker que consagra à opinião pública várias páginas do seu «Traité des Finances» e conclui que tal opinião «reina sobre todos os espíritos», que os príncipes a «respeitam» e lhe «estão submetidos», e que é ela quem dá as leis na cidade, na corte e até no palácio dos reis. Por último, d'Alembert diz, mais claramente ainda, que «a opinião governa o mundo» e que «os filósofos governam a opinião».

O reinado de Luís XV é fértil em desavenças entre os dois poderes. A propósito de tudo — dos jansenistas, das vintenas, dos jesuítas, das estradas, da corveia, das imunidades provinciais, da circulação dos cereais — estalam verdadeiras revoltas filosóficas, contra as quais o governo, minado, enfraquecido e desanimado, permanece impotente. Não há dúvida de que o exército de ataque está dividido; parlamentares e filósofos nem sempre se entendem. Adversários do papa e do rei, os primeiros continuam a respeitar a religião e a manter-se muito apegados aos seus privilégios de casta, ao passo que os segundos são ateus e igualitários. Mas, se disputam em tempo de tréguas, reconciliam-se perante o inimigo e vão para o combate lado a lado e muito fraternalmente.

Nada mais monótono do que estas batalhas, travadas, conduzidas e terminadas de uma maneira sempre semelhante, com a mesma audácia e as mesmas armas do lado dos assaltantes, e com a mesma incoerência e as mesmas capitulações por parte do ministério.

As leis são feitas pelo rei no seu conselho, mas é aos parlamentos que compete a sua aplicação, o julgamento das infracções e o castigo dos que prevaricam. Os ministros tinham, portanto, obrigação de lhes comunicarem essas leis, para efeito de registo. No reinado de Luís XIV, *tratava-se* apenas de uma simples formalidade de transcrição, mas, morto este grande rei, o regente cometeu a imprudência de dar às cortes soberanas o direito de «remontrances», isto é, a faculdade de criticarem as determinações que lhes

---

(1) Alcunha empregada por Voltaire para designar os sofistas ridículos. — *(N. T.)*.

eram submetidas e, até, o direito de simples e pura revogação, recusando-se a fazer delas qualquer registo. Em teoria, tal recusa podia ser fàcilmente anulada, pois o rei tinha o direito de promulgar novo decreto e fazer ele mesmo o seu registo numa sessão solene denominada: «lit de justice». Mas os parlamentos depressa tomaram o hábito de reforçar a sua oposição legal e limitada por meio de outra oposição ilegal, mas muito mais eficaz.

Muito ricos, proprietários dos seus cargos, como hoje o são os notários e os advogados, aliados às maiores famílias, sòlidamente unidos por laços de parentesco e de interesse, sucedendo-se de pais para filhos e de tios para sobrinhos, dominando de muito alto as jurisdições inferiores, arrastando consigo a multidão imensa dos sequazes da «basoche», eles proclamavam a greve da justiça em todos os seus graus, aterrorizavam e amotinavam os demandistas, sustinham o andamento dos assuntos públicos e particulares e, por meio de deliberações e determinações demagógicas, apelavam sem vergonha para as paixões populares mais irreflectidas e mais baixas.

Trabalhado pelos panfletistas, inflamado por manifestações teatrais, Paris rugia, prestes a sublevar-se. Por meio das sociedades, a agitação invadia a província. Graças a elas, arrastando-se uns aos outros, estados, vilas, capítulos e corporações agitavam-se e protestavam. Fustigado por essa agitação, o governo experimentava o rigor, mandava para as suas casas do campo os grevistas mais irrequietos, prendia alguns dos cabecilhas e nomeava uma comissão extraordinária para liquidar os processos pendentes. Seguem-se novas declamações e novos panfletos; assiste-se à saída em massa dos exilados no meio duma multidão ululante e, principalmente, como ninguém acreditava na firmeza real, os advogados recusam-se a pleitear perante os novos juízes e os demandistas recusam-se a comparecer perante o seu tribunal. Depois ao fim de algum tempo, seguem-se algumas concessões discretas da corte: demissão do ministro, do governador ou do intendente incriminado; capitulação, em regra, do seu sucessor e reentrada triunfal dos «Pais da Pátria»! O mais triste é que, nestas querelas, a justiça e o progresso estavam do lado do rei.

Os parlamentos foram exímios em dissimular sob as suas tiradas humanitárias e liberais as ideias mais antiquadas e os interesses mais egoístas. Conseguiram fazer frustrar as reformas mais úteis,

porque eram contrárias aos seus privilégios de classe e, particularmente, a igualdade perante o imposto engodada mais uma vez pelo estabelecimento da vintena. Imobilizaram a monarquia na rotina e obrigaram-na a recorrer, sem cessar, a expedientes ruinosos que ela mesma havia condenado. A sua acção consolidava os abusos que os seus discursos tornavam mais sensíveis e mais difíceis de suportar. Paralizavam a monarquia e denunciavam a sua imobilidade. Atiçavam a revolta e impediam que se lhe desse remédio! Custa a crer que se admitisse tal absurdez.

Luís XV era muito inteligente para não ver que a oposição parlamentar conduzia a monarquia para a catástrofe e, apesar do seu cepticismo, estava muito compenetrado dos seus deveres para não tentar uma reacção. Em 1771, percebendo que a indulgência não era já aconselhada e que tempos graves se aproximavam, decidiu-se a desferir o grande golpe que devia salvar o Estado. O chanceler Maupeou foi encarregado da operação. Por uma série de rigorosos edictos, suprimiu o Parlamento de Paris, tirou aos outros as suas atribuições políticas e dividiu as suas muito vastas jurisdições em certo número de novas cortes chamadas Conselhos superiores. A justiça aproximava-se daqueles que dela estavam dependentes, a venalidade dos cargos ficava abolida, as «épices» (1) eram interditas, as despesas diminuídas, os processos simplificados e os tribunais de excepção reduzidos. Um novo pessoal, mais esclarecido e mais instruído, vinha substituir o antigo, demissionário ou exilado. A intratável e altiva oligarquia, cuja cegueira obstinada tinha tornado impossível qualquer reforma, estava enfim quebrada!

Tudo isto fora apressadamente, sem violência mas também sem fraqueza. O público, sentindo que desta vez o rei estava resolvido a ir até ao fim, não se mexera.

Alguns filósofos, com Voltaire à cabeça, chegaram mesmo a colocar-se ao lado do chanceler e deram-lhe apoio com os seus escritos.

Os gracejos de Beaumarchais e as suas disputas com o conselheiro Guzman — que foi, aliás, censurado — não impediram a reforma de ir por diante nem os novos tribunais de funcionar.

(1) Presente em espécie e depois em dinheiro que os litigantes deviam dar aos juizes. — *(N. T.)*.

Os demandistas depressa se aperceberam de que esses tribunais eram mais rápidos e menos custosos do que os outros.

Os magistrados afastados ficaram sucumbidos. Alguns submeteram-se ao novo estado de coisas e pediram que os admitissem nos Conselhos superiores.

O inspector-geral Terray aproveitou-se desta reviravolta para proceder a certos retoques em impostos, correcções hábeis e produtivas, para eliminar isenções abusivas e, principalmente, para obrigar os privilegiados a pagarem com exactidão as vintenas, visto que eles se tinham habituado a defraudar o fisco e a subtrair à sua acção a maior parte dos seus rendimentos.

Desaparecido o Parlamento, temos exacta a vintena. Era o fim dos empréstimos e das antecipações, o «déficit» vencido e a amortização tornada possível. Era, sobretudo, um golpe mortal nos privilégios ilegítimos e uma via aberta para uma completa reforma financeira e para uma organização racional do reino. Como muito bem frisou Jacques Bainville, se se pudesse fazer a economia da Revolução, era em 1774 e não em 1789.

Por infelicidade, Luís XV morreu. E, ainda por desgraça, sucedeu-lhe Luís XVI. Este homem, nada tolo, era dotado de certas qualidades, algumas das quais, pelo menos, eram as dum rei. Era trabalhador, solícito, consciencioso e bem intencionado. Tinha conhecimentos, memória e senso. Possuindo a força necessária para subtrair a sua política estrangeira às facções, encontrou o homem que era necessário para a realizar, aproveitou as lições do reinado precedente, reconstituiu a marinha e conseguiu manter a paz no continente, alcançando no mar e nas colónias a desforra do tratado de Paris.

Mas, desde que se aplica à política interior, é inferior a si mesmo. Já não vê claro e já não sabe o que quer. Na sua vida pronunciou algumas frases que muito dizem a seu respeito. Quando lhe anunciaram a morte de Luís XV, exclamou: «Que fardo! E não me ensinaram coisa alguma!» Em Remos, quando lhe puseram a coroa, apressou-se a dizer: «Incomoda-me!» E em 1776, quando aceitou a demissão de Malesherbes, suas palavras foram estas: «Como sois feliz! Não poder eu também deixar o meu lugar!» No fundo, é o rei do «Télémaque», um filósofo coroado que se envergonha de comandar homens livres. Está tão imbuído de Fénelon

e de Rousseau que, um ano depois da sua subida ao tronco, se filia numa loja maçónica da corte. Crê na bondade humana e repugnam-lhe os meios da autoridade. Cegamente optimista, obstina-se em pensar que as coisas se arranjarão por si mesmas por um simples jogo da divina natureza. Recusa-se a prever o pior e a recorrer à força, no momento em que ainda tem possibilidade de o fazer. O seu liberalismo fez muito maior mal à monarquia do que as amantes de Luís XV e as bancarrotas de Terray.

A rainha Maria Antonieta tinha graça, majestade, coragem, vontade e espírito. Mas sofria também a influência da moda que queria, por toda a parte, simplicidade e liberdade. Rainha de França, pretendia viver como uma princesa sem reino. As cerimónias impacientavam-na e aborreciam-na. Fàcilmente se deixou convencer, dizia o duque de Lévis, «de que seria um erro não tornar a sua condição tão feliz como a dos seus primeiros vassalos, cuja companhia a deliciava; de que num século tão iluminado, em que se punham de parte todos os preconceitos, os soberanos deviam libertar-se desses entraves incómodos que o uso lhes impunha e, finalmente, de que era ridículo pensar que a obediência dos povos dependia do maior ou menor número de horas que a família real passava num círculo de cortesãos enfadados e enfadonhos.»

Disto se seguiu a perturbação na vida da corte. «Com excepção de alguns favoritos, todas a gente foi excluída. A categoria, os serviços, a consideração, o alto nascimento deixaram de ser títulos de admissão na intimidade da família real. Apenas ao domingo, as pessoas apresentadas podiam ver os príncipes durante alguns instantes. Mas essas pessoas, na sua maior parte, acabaram por reconhecer que era um erro virem de tão longe para não serem melhor recebidas, e desistiram disso. Versalhes, esse teatro da magnificência de Luís XIV, onde, de todas as partes da Europa, se vinham receber lições de bom gosto e cortesia, não passava agora duma pequena cidade de província, onde se não ia senão com repugnância e donde era preciso sair o mais depressa possível...»

A etiqueta impunha o respeito, reatava dia a dia os laços de fidelidade dos cortesãos para com os soberanos e fazia com que o rei se mantivesse acima de todas as cabalas ou intrigas do palácio. Desde que ela desapareceu, a corte tornou-se fácil presa das «cape-

linhas». Prestando a sua atenção a duas ou três, a rainha humilhou todas as outras. Nos salões, abandonados, ouviam-se canções e circulavam panfletos. Paris ficou cheio dessa literatura enlameada, onde se remexiam à pá todas aquelas porcarias e infâmias que, vinte anos depois, haviam de ser apresentadas perante a audiência do tribunal revolucionário. O discurso de acusação de Fouquier-Tinville não fará mais do que repetir as calúnias de Madame, da condessa d'Artois ou de M.me de Balbi.

O novo regime começou por uma falta, a maior que se podia cometer e a única irreparável: a reabertura dos Parlamentos. Para quem meditar, dois minutos que seja, nas desordens que eles tinham provocado desde há meio século, tal medida é incompreensível e não se explicaria, de facto, por forma alguma, se Luís XVI e os seus conselheiros tivessem sido homens dotados de serenidade, habituados a ver os acontecimentos como eles são e a olhar para o passado.

Mas esses homens eram doutrinários e sentimentais; viviam num mundo irreal, onde as palavras lhes ocultavam os factos. A sua terna ingenuidade tornava-os antecipadamente os instrumentos inconscientes dos ambiciosos e dos revoltados, aos quais a nomeação dos novos magistrados tinha feito perder lugares, privilégios, influências e aclamações populares. Nada será mais curioso, a este propósito, do que comparar os argumentos empregados de parte a parte. Os memoriais de Maupeou ao rei são modelos de previdência e de bom senso. Invoca a experiência e cita factos. Os adversários respondem com princípios e soluços: «Sem parlamentos, não há monarquia» — diz Maurepas. E, como bom aluno de Fénelon, Luís XVI aprova: «Que têm feito os grandes, os Estados da província, os parlamentos, para merecerem a sua dissolução?» A pressão que vem de fora acaba por decidi-lo. Espalham-se panfletos ameaçadores e afixam-se cartazes sediciosos. A sua popularidade está em xeque e, finalmente, cede. Os «grandes robes» voltam em triunfo no meio de manifestações e, para celebrarem a sua vitória, dirigem ao rei advertências desdenhosas e impertinentes, que eram a pura negação da sua autoridade.

Era contraditório anunciar uma política de progresso e dar a mão aos adversários abatidos; era um absurdo querer reformas e recusar-lhes as condições; era uma loucura esperar obediência e

premiar a revolução. Havia o orgulho de se ter restaurado a monarquia patriarcal com os seus grandes corpos equilibrados, com a sua nobreza autónoma e com os seus juizes independentes. Mas estava-se agora condenado à impotência e à anarquia.

E não tardou que se apercebessem disso. O reinado de Luís XVI não conta senão projectos abortados, promessas não cumpridas, reformas suspensas apenas esboçadas. Todas as tentativas de progresso e, em particular, todas as que encaminhavam a França para um imposto igual, foram entravadas pela obstrução dos parlamentos. Os ministros sonhavam com grandes empresas que libertariam a autoridade e salvariam a situação, mas depressa os parlamentos os obrigaram a expedientes ruinosos e odiosos: prolongações de impostos e empréstimos dissimulados, para os quais seria preciso ainda comprar, por elevado preço, a sua cumplicidade e o seu silêncio. Estas capitulações eram tanto mais humilhantes quanto mais elevado era o alvo a atingir e tanto mais desastrosas quanto, para ganhar o apoio da opinião, houvera o cuidado de espalhar por toda a parte «relatórios» ou «preâmbulos», em que se criticavam violentamente os abusos que era necessário abolir e que continuavam a existir. Que podiam pensar os camponeses, que tinham lido à porta da igreja as diatribes de Turgot contra a corveia ou tinham ouvido comentar essas diatribes na prática dominical, quando lhes vinham anunciar, três meses mais tarde, que, apesar de todas as boas razões, nada seria alterado e que tal imposto continua a ser cobrado da mesma forma?

Sopeado pelos senhores que a si mesmo impusera, agitado e impotente ao mesmo tempo, o governo não inspirava temor nem respeito. As suas contradições, a sua fraqueza, os seus recuos estimulavam a crítica, a desobediência e a revolta. Tudo parecia permitido contra ele e — o que é pior — sem qualquer risco.

O caso do Colar mostra bem até que ponto se tinha descido.

O cardeal de Rohan, bispo de Estrasburgo e esmoler-mor de França, apaixonara-se pela rainha, que o detestava e desprezava. Uma aventureira, a condessa de La Mothe, e um charlatão, Cagliostro, disseram-lhe que tinham maneira de lhe conciliar as boas graças de Maria Antonieta. O cardeal, que era uma boa figura mas excessivamente vaidoso, acreditou neles. Teve uma entrevista nocturna num bosque com uma criada de quarto, que ele tomou pela

rainha e a quem emprestou 150 000 libras. Pouco tempo depois, pedia-lhe ela que servisse de intermediário, junto dos joalheiros Boehmer e Bossange, pois queria comprar um colar de diamantes no valor de um milhão e meio. Desejava adquiri-lo em segredo para não alarmar o rei.

Concluído o negócio, o colar foi entregue à condessa de La Mothe e vendido em Londres. Quando chegou o vencimento da primeira prestação, tudo se descobriu. Luís XVI mandou prender imediatamente Rohan, Cagliostro, a condessa e todos os cúmplices, num total de quinze pessoas. Se fosse dotado de tino político, teria também punido o cardeal, mandando-o meditar para algum convento, onde não desse mais que falar de si. Teve, porém, a ingenuidade de o enviar ao Parlamento.

A instrução e o processo foram longos e escandalosos. As facções da corte intervieram a favor do cardeal para humilhar a rainha. A Sorbona tomou o partido do seu prior. Os panfletistas aproveitaram o assunto para enlamear a família real. Em resumo: Rohan foi absolvido. A sentença significava que era legítimo acreditar que a rainha de França era capaz de se vender — ou quase — a troco dum colar.

Por toda a parte surgia a injúria e a rebelião. A propósito dos mais fúteis assuntos, rebentavam conflitos. O governo estava completamente paralizado, no próprio momento em que a situação financeira fazia sentir, mais que nunca, a necessidade duma solução.

Não tendo já vontade própria para poder remover os obstáculos, via-se na necessidade de ir buscar um apoio cuja popularidade e autoridade fossem capazes de compensar o crédito e as intrigas do Parlamento. Assim ia caminhando para a arbitragem dos Estados Gerais, mas fez-se, primeiramente, a experiência com os Notáveis.

Era a velha ideia de Fénelon que, à falta de melhor, Calonne adotara. Reuniram-se em Versalhes 144 altos personagens: príncipes, duques, marechais, prelados, conselheiros de Estado, presidentes dos conselhos municipais das grandes cidades, delegados das províncias, todos com a missão de deliberarem sobre um programa de reformas que lhes era apresentado. O principal era a substituição das vintenas por um imposto predial, igual para todos, incluindo o clero, e distribuído por assembleias provinciais

eleitas, para as quais se transferiam, além disso, certas atribuições administrativas dos intendentes, que ficavam reduzidos quase ao papel de comissários do rei junto dessas assembleias.

Calonne apelou para o bom coração dos privilegiados e para o seu liberalismo, sem parecer suspeitar, nem por sombras, de que tal liberalismo não consistia por forma alguma em sacrificar os privilégios, mas apenas em criticar o rei e arruinar-lhe o poder. Acirrados pelos panfletos, crivados de motejos pelos parlamentares, empurrados pela gente dos salões, trabalhados pelos príncipes que sonhavam com a regência, os notáveis acabaram por declarar que estavam dispostos aos maiores sacrifícios, mas levantaram questões prévias que adiavam indefinidamente os trabalhos. Entre outras coisas, reclamaram a instituição duma contabilidade fiscalizada, protestaram contra as pensões da corte (que eles recebiam), acusaram de falso o orçamento de Necker para ocultar o verdadeiro e, por fim, pediram a convocação dos Estados Gerais, única entidade capaz de proceder à remodelação dos impostos. Voltava-se assim ao mesmo ponto: os notáveis, criados para dar um xeque no Parlamento, colocavam-se ao seu lado.

A manobra de obstrução foi conduzida pelos cinco arcebispos de Aix: mons. de Boisgelin; de Bordéus: mons. Champion de Cicé; de Arles: mons. Dulau; de Tolosa: mons. Loménie de Brienne; de Narbona: mons. de Dillon.

Calonne em vão se esforçou para convencer os agitadores em conferências particulares. Depois, tentou a intimidação, fazendo denunciar por panfletários o egoísmo dos previlegiados: «Vai pagar-se mais? Com certeza. Mas quem? Apenas os que não pagam o bastante... Os privilégios serão sacrificados? Sim. A justiça assim o quer e a necessidade exige-o...» O clamor contra Calonne torna-se ensurdecedor. O rei ordenou-lhe que se retirasse, mas a partida não deu resultado algum. O seu sucessor, Loménie de Brienne, chefe do Conselho das Finanças, escolhido entre a oposição, encontrou-se em frente dos mesmos problemas, sem poder, como o seu antecessor, escolher os remédios. Na prática, e juntamente com a ideia de uma próxima convocação dos Estados, não restou mais que uma infeliz medida: a instituição das Assembleias provinciais. Cheias de boas intenções, nada de útil fizeram, mas esforçaram-se por desacreditar a obra dos intendentes e, à força de

queixas, de enredos e querelas conseguiram, quase por toda a parte, desanimá-los. Ao passo que as dificuldades se amontoavam, as molas da autoridade iam-se distendendo uma a uma. A parte mais sólida e mais moderna do governo monárquico acabava, por sua vez, de ser atingida.

A revelação do «déficit», que sucedeu às garantias e às mentiras de Necker, de que ainda então se vivia, teve o efeito dum trovão.

A opinião pública, desorientada, não pôde acreditar que a causa principal das dificuldades fosse a loucura política dos empréstimos praticada pelo genebrês. Reclamaram-se culpados, falou-se de roubos, de escândalos, de agiotagens. Espalhou-se o boato terrorista de um enorme aumento de impostos, quando se não tratava senão de obrigar a pagar os que não pagavam, e, favorecida por esta loucura, a agitação desceu até ao mais fundo do país.

Foi nestas condições desastrosas que o ministério se voltou de novo para os parlamentos, afim de que estes sancionassem o pouco que os notáveis lhe tinham concedido e lhe dessem o que lhe fora recusado. O chanceler Lamoignon aconselhava a que se andasse depressa e se encostassem sem delongas os magistrados à parede obrigando-os a declarar, clara e enèrgicamente, se eram a favor da justiça fiscal ou contra ela e se a favor dos privilégios financeiros ou contra eles. Exactamente ao contrário, Brienne expediu-lhes os edictos um a um, começando pelos que eram populares: assembleias provinciais, substituição da corveia e livre circulação do trigo. A pesar da sua repugnância, aceitaram-nos sem protesto, procurando conciliar o público; mas, ao primeiro edicto que se referia à criação duma taxa nova levantaram as mesmas objecções que os notáveis: quiseram saber, como eles, sobre que incidia a contribuição, anatematizaram, como eles, as despesas das casas principescas e, para terminar, proclamaram, como eles, que a nação reunida nos seus Estados era a única que podia adoptar as medidas necessárias para acabar com os grandes abusos.

Voltava a cair-se na pequena guerra tradicional com os mesmos ataques de parte a parte: censuras, sessões com a presença do rei, registo por autoridade real, protesto contra esta transcrição, decreto declarando-a nula e sem efeito, anulação desse decreto pelo Conselho, iterativas censuras, «lit de justice», exílio do parlamento em Troyes, greve da justiça e, por fim, uma paz coxa e mal garantida, em que cada uma das partes deixava um pouco da sua honra. O parlamento voltava a Paris, as vintenas que chegavam à expiração eram prorrogadas e o governo autorizado a proceder à sua cobrança com mais exactidão (Setembro de 87).

Privado dos impostos produtivos que reclamara, o governo procurou afanosamente melhorar aqueles que lhe tinham sido concedidos. Ao mesmo tempo, realizava enormes compressões de despesas, reduzia as pensões, suprimia funcionários e diminuia o número dos oficiais, excelente tarefa que tinha o defeito de não trazer alívio imediato e de atirar para o campo dos descontentes os servidores dedicados, que não tinham culpa nenhuma e que eram as vítimas.

A ocasião não era para meias medidas. A ideia dos Estados progredia hora a hora. O governo, que tinha necessidade dum grande empréstimo de consolidação, viu-se constrangido a ceder perante as solicitações dos portadores eventuais e, ao mesmo tempo que fazia a primeira emissão, anunciou a reunião dos Estados para 1792. Imediatamente se organizou a oposição para a conseguir sem demora.

A partir desta data, a audácia dos tribunais de justiça não conhecia limites. Por toda a parte surge uma revolta declarada contra a realeza, onde esses tribunais vão buscar os seus poderes e da qual são um simples porta-voz. Os das províncias opõem-se à cobrança das novas vintenas e os de Paris fazem frustrar o empréstimo, aterrando os capitalistas. O duque de Orleães, primo do rei, toma a chefia do movimento. Apoquentado Luís XVI perde a paciência, ordena ao duque que se retire para o seu castelo de Villers-Cotterets e manda prender dois dos mais exaltados entre os rebeldes. O parlamento de Paris fulmina imediatamente novos protestos para lhe contestar o direito e, sob o pretexto de represálias, proibe aos fiscais dos impostos de proceder à verificação das contribuições a impor, isto é, para dizer tudo, impede-os de porem a descoberto as enormes fraudes cometidas pelos seus membros. Este miserável egoísmo, esta sórdida cupidez, que atirava com os encargos públicos sobre as classes mais pobres, foram saudados pela opinião como uma proeza heróica, digna dos Romanos!

O rei não tinha já a escolha dos seus actos: era-lhe preciso

abdicar ou usar da violência; entregar a coroa a uma oligarquia judicial limitada e tirana ou quebrar-lhe, pela força, os criminosos manejos. Em resumo: era preciso fazer uma segunda edição de Maupeou, depois de o terem renegado, mas agora em circunstâncias mil vezes mais difíceis!

A reforma judiciária proposta por Lamoignon não era, no entanto, o resultado duma improvisação. O chanceler pensava nela há muito tempo e já lhe traçara as linhas principais quando era ainda um simples magistrado. A lentidão dos julgamentos, a multiplicação imensa dos processos e das despesas inerentes, a abundância dos oficiais inferiores — escrivães, procuradores, oficiais de diligências e secretários — o aumento assustador das «épices», a ignorância dos novos conselheiros e a cegueira dos velhos, o número de erros judiciais, o escândalo de muitos e enormes equívocos que infundiam indignação e terror nos espíritos, a complicação dos tribunais especializados, a decadência dos estudos de direito, eram outras tantas razões que, uma a uma, justificavam os seus projectos.

Estes, em número de seis, prosseguiam e completavam a obra realizada outrora por Luís XV. As justiças senhoriais ficavam quase aniquiladas e os tribunais especiais eram quase suprimidos. Os parlamentos perdiam todas as atribuições políticas a que se tinham arrogado e não lhes eram reservados senão alguns casos de apelação e alguns poucos casos referentes à nobreza, ao clero e ao domínio rural. Fora estes, estabeleciam-se na hierarquia judicial os três graus que Napoleão voltaria a instituir mais tarde: os «prévôtés», para as contravenções, embargos à aposição de selos, actos de tutela e inventários; os «présidiaux», ou tribunais de 1.ª instância, para os delitos e causas civis até ao valor de 4 000 libras; os «grandes bailliages», para as apelações, para os crimes e para as causas importantes. O processo criminal era suavizado; preparava-se a unificação da jurisprudência; a justiça aproximava-se daqueles que a demandavam e suprimia-se uma grande quantidade de cargos inúteis. Garantias de categoria e honra haviam de facilitar o recrutamento de novos magistrados. Enquanto se aguardava que terminasse tal recrutamento, os parlamentos estavam em férias.

A esta lei reflectida, benéfica e audaciosa, Brienne tinha aposto uma última disposição destinada a tirar aos parlamentos a autoridade da sua antiga e majestosa origem. À história da antiga monarquia, foi ele buscar, para a ressuscitar, a «Cour du Roi», assembleia de vassalos e conselheiros que acompanhavam os primeiros Capetos e donde tinham saído, por desmembramento, o Parlamento, por um lado, e o Conselho do rei por outro. Esta corte plenária, uma vez reconstituída, herdava o registo das leis, pelo menos até à convocação dos Estados, sempre prometida para 1792. Compunha-se de príncipes, de pares, de marechais, de bispos, de conselheiros de Estado e de magistrados de nomeação vitalícia e irrevogáveis. Reunia-se regularmente de Dezembro a Abril e, extraordinàriamente, por convocação real.

Estas medidas, saídas do Conselho e entregues aos impressores, foram reveladas por traição a alguns parlamentares parisienses que amotinaram logo os seus colegas. A 3 de Maio de 1788, reuniam-se e juravam resistir, por todos os meios, aos projectos que lhes acabavam de ser denunciados. Uma tentativa da polícia para prender dois conselheiros provocou um verdadeiro motim de empregados forenses e juizes, aos quais a populaça começava já a juntar-se. Foi preciso que a tropa interviesse. Dois dias depois, o Parlamento era enviado a Versalhes para ali ouvir a leitura dos seis edictos, ao mesmo tempo que os governadores e os intendentes davam conhecimento deles às cortes da província.

Tem-se escrito muitas vezes que o «golpe de Estado» de Maio tinha provocado em toda a França uma formidável explosão de hostilidade, perante a qual Brienne se vira obrigado a recuar. Ora isto é inteiramente falso. Os edictos não suscitaram, a princípio, indignação alguma. O mal-estar dos últimos meses provinha de tal forma duma falta de autoridade que bastava que esta se manifestasse por um acto de força para despertar nos corações o respeito e a obediência e arrastar consigo, pelo menos provisòriamente, a imensa maioria da opinião. Em Paris, o ministro Breteuil mandou fechar as associações e os gabinetes de leitura, de maneira que a oposição encontrava-se desprovida de pessoal e de pontos de reunião. Algumas prisões realizadas com conhecimento de causa acabaram por a desorientar. O aparato de alguns soldados em armas fez reflectir os basbaques e os grupos dispersaram-se. Nos salões e nos cafés começava a dizer-se que a reforma oferecia grandes vantagens, que os parlamentares se haviam mostrado muitas vezes egoístas, igno-

rantes, injustos e cruéis, que a sua retirada de Troyes provava a sua hipocrisia e cobardia, que era inútil terçar armas por eles, etc. etc. De resto, os novos tribunais começavam a instalar-se e a funcionar, não obstante as afrontas, as ameaças e os ultrajes prodigalizados aos seus membros pelos cabecilhas da «basoche». Os «présidiaux» de Orleães de Angolema, de Túrones, de Poitiers, de Man, de Beauvais, de Sens, de Langres, de Riom, de Châlons e de Lião não puseram qualquer dificuldade para se transformarem em grandes bailiados. O Châtelet resistiu, mas tal resistência não passava dum simulacro, e toda a gente sabia que ele não esperava senão algumas novas deserções para, por sua vez, se reorganizar também.

Na província, onde as medidas da polícia não tinham sido devidamente tomadas e onde a intimidação era mais fácil do que em Paris, o partido parlamentar obtinha êxitos que, aliás, estavam longe de ser gerais. Em muitos lugares, sobretudo no sul, o governo estava por cima. Em muitos outros, é claro que não lhe desobedeciam senão contra-vontade, com medo de insultos e vinganças. Os corpos constituídos, intimados à força a pronunciarem-se contra o ministério, não mostravam pressa alguma em dar a conhecer os seus sentimentos. Os seus protestos, quando se decidiam a apresentá-los, foram, a maior parte das vezes, de pura forma, incolores e sem alma.

As suas deputações, quando as houve, não manifestaram entusiasmo nem convicção. Em Dijon, por exemplo, tinha-se combinado que os quatro advogados mandados a Versalhes dariam a Lamoignon uma lição de civismo. Para os animar e lhes incutir firmeza, obrigaram-nos a repetir a cena durante dois dias, com as devidas entoações e apóstrofes. Mas, na presença do guarda dos selos, esqueceram a lição, desfizeram-se em desculpas, protestaram a sua submissão e foram gastar nas tabernas de Sèvres e de Saint-Cloud o produto da subscrição patriótica organizada em sua honra. E a Borgonha passava por ser um dos centros de resistência! Se Brienne se aguentasse ainda algumas semanas, arrastaria para o seu lado os tíbios e os hesitantes e o exército parlamentar debandaria como no tempo de Maupeou!

Infelizmente, ele não era homem para enfrentar uma luta prolongada. Aderia voluntàriamente a soluções brutais, mas era incapaz de as sustentar. Depressa se cansou da sua atitude enérgica

e, a partir dos princípios de Junho, começou a negociar com um parlamento rebelde: o da Provença. Como se prevê, em vez de realizar o apaziguamneto que esperava, esta fraqueza não fez senão estimular a resistência e, repercutida por milhares de correspondentes, espalhou-se por toda a França a notícia de que o ministério não tardaria a retratar-se e de que os parlamentos, restabelecidos com todo o seu poder, exerceriam represálias terríveis sobre aqueles que os haviam abandonado. Entre os governadores e os comandantes encarregados da execução dos edictos e da repressão das desordens, alguns não desempenhavam os deveres do seu cargo senão com um desgosto que não procuravam dissimular. Como espíritos finos dos salões, com a cabeça cheia de tiradas filosóficas, estavam de alma e coração ao lado da oposição e clamavam contra o despotismo ministerial, sem darem um passo para subtraírem os magistrados fiéis às humilhações e aos motejos.

Nas cidades, onde o partido parlamentar dispunha de grande clientela de oficiais inferiores, parentes e criados, a vida daqueles desgraçados tornava-se impossível. Afixavam às suas portas panfletos obscenos, disparavam tiros de pistola contra as janelas das suas casas, perseguiam-nos à pedrada, apupavam-nos à saída do Tribunal, punham-nos de quarentena, pronunciavam contra eles as maiores infâmias e, às vezes, quebravam-lhes os carros e batiam-lhes. Em Dijon, o comandante, Gouvernet, fez melhor: sob o pretexto de que as suas ordens haviam sido ultrapassadas, demitiu e condenou à prisão um tenente do corpo da polícia a cavalo que se limitara a dispersar a multidão amotinada diante do edifício da Intendência! Resultado: foi preciso mandar vir dois regimentos para reforçar os gendarmes que se encontravam exasperados.

As quebras de autoridade foram mais graves ainda na Bretanha e no Delfinado. Reinava na aristocracia destas duas províncias um espírito revolucionário estranhamente composto de amor pelo que era novo e de apego às velhas instituições, de fanatismo local e de exaltação patriótica. Na Bretanha, onde o governo havia sempre sido difícil e onde a nobreza, senhora dos Estados, estava desde há muito tempo exercitada nas cabalas e nos movimentos de conjunto, o aviltamento do Parlamento era considerado como uma violação do contrato da duqueza Ana e um atentado contra a independência da Nação. O Delfinado já não tinha representação desde

1628, mas em Outubro de 1787 recebera uma Assembleia provincial. Receando que esta nova administração se empenhasse em repartir com maior exactidão os impostos, o Parlamento e a Câmara de Contas pensaram imediatamente em a deitar por terra por meio de úm lanço superior: proibiram-na de exercer as suas funções e, em nome dos privilégios das províncias, reclamaram em altos gritos o restabelecimento dos antigos Estados, únicos qualificados para falarem em seu nome. Na Bretanha e no Delfinado os comandantes eram dois nobres liberais: o conde de Thiard e o duque Clermont Tonnerre, dispostos, um e outro, a nada fazerem contra os sediciosos. Antecipadamente podia-se prever tudo quanto ia acontecer.

Thiard começou por proibir ao intendente Bertrand de Molleville que fechasse os gabinetes de leitura, que eram outros tantos clubes de insurrectos. Encobriu a desobediência de vários oficiais que se recusaram a marchar contra os seus compatriotas. Tolerou e aprovou, até certo ponto, as manifestações e as mascaradas que lançavam o ridículo e o odioso sobre os novos edictos e sobre os seus partidários. Limitou as medidas de ordem e repressão a ridículas revistas de tropas, durante as quais os soldados eram injuriados, revistados e desarmados, sem que pudessem esboçar o menor gesto de defesa. Doze nobres da Bretanha, eleitos pelos seus pares, foram, por fim, enviados à corte como portadores dum violento requisitório contra os ministros. Brienne mandou-os prender e encerrar na Bastilha, mas, inconsequente em tudo, ordenou que lhes mobilassem um aposento especial e concedeu-lhes autorização de receberem os parentes e de comunicarem livremente com o exterior. Os «mártires» depressa transformaram a sua confortável prisão num foco de agitação, donde partiam, sem cessar, as mais incendiárias correspondências.

Em Grenobla, Clermont Tonnerre permitiu que as coisas se azedassem, sem esboçar o menor gesto de precaução ou de energia. Em 7 de Junho, excitados pelos escritos de Barnave, os bandos recrutados pelos juízes espalham-se pelas ruas e dirigem-se para o edifício do comando, para o obrigarem a reabrir o Tribunal. Esses bandos esbarram com alguns destacamentos da Royal Marine e da Austrasie. Imediatamente os amotinados sobem para os telhados e atiram sobre os soldados tejolos, pedras e telhas. Uma patrulha da Royal Marine, cerrando fileiras, dispara e foge.

O comandante da Austrasie, tenente-coronel Boissieu, ordena aos seus homens que suportem tudo sem reagir. Clermont Tonnerre manda anunciar que tem confiança nos sentimentos pacíficos da multidão e reduz a vinte e cinco homens a guarda da sua sede, que é imediatamente invadida e posta a saque. O próprio duque é feito prisioneiro e, sob a ameaça do cutelo, vê-se obrigado a restabelecer o Parlamento, que regressa em triunfo ao som dos sinos e sob uma chuva de flores. Em 21 de Julho, convocados pelos chefes do movimento, reunem-se ilegalmente em Vizille os Estados do Delfinado, cujas decisões, redigidas por Mounier, servirão de tema a uma parte da campanha de brochuras que vai grassar nos fins de 1788.

Estas manifestações entusiastas assumem, com a distância do tempo, o aspecto dum triunfo. Para falar verdade, a agitação mantinha-se superficial, limitada à nobreza de espada e toga, à grande burguesia de negócios e à populaça das grandes cidades, sempre disposta a vir para a rua, sob qualquer pretexto, para assaltar as lojas e gritar «Viva o rei!» No próprio Delfinado, os rebeldes não tinham senão Grenobla. A massa da província conservava-se calma. Em Vizille, de 1 014 comunidades, apenas 185 se haviam feito representar. Na Bretanha, o procurador síndico dos Estados, que tinha empreendido uma digressão para provocar e recolher manifestações antiministeriais, foi friamente recebido em Lannion, em Saint-Brieuc e em Tréguier; mal, em Morlaix e muito mal em Quimper, donde teve de fugir precipitadamente, perseguido pela arruaça e coberto de imundícies. Em Rennes, depois que Thiard foi substituído pelo marechad Stainville, a calma restabeleceu-se como por encanto, pois se sabia que, dali por diante, as tropas estavam autorizadas a fazer uso das armas.

O rei não se apercebia exactamente do que se passava. Estonteado pelo barulho, crivado de reclamações, perseguido pelas lamentações dos grandes senhores liberais, desnorteado pelos escritos parlamentares que representavam a França em fogo, enganado pelos governadores que pintavam tudo com as mais negras tintas para se libertarem duma missão que lhes pesava, o rei de França imaginava que tinha todos os seus súbditos contra si. Na sua consciência surgiam os escrúpulos. E começava a desejar uma solução qualquer, um acordo, um remédio. Ainda por cima, Brienne, que

procurava separar o Terceiro Estado da nobreza, teve a desastrada ideia de atirar às pernas dos seus inimigos a questão dos Estados Gerais. Um decreto publicado em 5 de Julho anunciou uma convocação próxima e pediu a «todas as pessoas instruídas do reino» que enviassem ao governo memoriais e projectos, capazes de o esclarecerem sobre o melhor modo de eleição e organização da futura assembleia. Isto equivalia a fazer sentir aos privilegiados que os próximos Estados poderiam deixar de se assemelhar aos antigos e escaparem-se-lhes completamente. Era lançar o azeite sobre o fogo e incitar o país à agitação, num momento em que era preciso procurar-lhe a calma e a tranquilidade.

O convite foi ouvido. Em três semanas apareceram mais brochuras do que tinham aparecido em trinta anos. Sob tal dilúvio, o ministério acabou por perder a cabeça. A desordem moral não incitava muito a trabalhar. Os negócios caminhavam mal. Os impostos não eram cobrados. Brienne que tinha tido a prudência de arranjar um pequeno tesouro de guerra foi mendigar um adiantamento à assembleia do clero que lho recusou. Foi preciso suspender os pagamentos. Era o fim.

A 8 de Agosto, um decreto suprimia a Corte plenária e convocava os Estados Gerais para 1 de Maio de 1789. A 25, Brienne pedia a demissão. A 26, Necker voltava a ser chamado. A 14 de Setembro, retirava-se Lamoignon. A 25, os parlamentos estavam restabelecidos com todo o seu poder, e o seu regresso era, em Paris, o sinal de desordens graves que duraram quinze dias e que não foram reprimidas senão com muito custo e a tiros de espingarda. Estava-se já em pleno período eleitoral; a sorte do país ia ser jogada nesta aventura, na qual o governo se via metido pela simples razão de que não tinha *ousado* nem *querido* governar, quando tinha ainda os meios e a força para isso.

5. A ANARQUIA

CONTANDO, para triunfar, com o brilho dos seus serviços, a monarquia entregava-se ao acaso dos Estados Gerais com toda a sua inocência e boa fé.

O momento fora singularmente mal escolhido. A França, que acabava de viver meio século de prosperidade sem nuvens, suportava, há já alguns meses, uma crise económica muito grave, e os efeitos dessa crise pareciam-lhe tanto mais penosos quanto mais ela se habituara ao bem-estar e ao conforto.

Inteiramente dominada pela doutrina do «*laissez faire, laissez passer*», o governo resolvera, em 1786, e por uma forma bastante brusca, modificar a sua tradicional política aduaneira de protecção e proibição, substituindo-a por um regime que se aproximava muito do livre-câmbio. O tratado de comércio assinado com a Inglaterra reduzira a pouco os direitos cobrados pela importação de objectos fabricados e permitira a entrada em França, em boas condições e em grandes quantidades, das mercadorias inglesas. Com tal invasão, a nossa indústria ficou abalada. As empresas que estavam melhor apetrechadas, como o grupo normando, resistiram, mas as outras fecharam as suas portas e limitaram a sua produção. Vergennes esperava que as dificuldades obrigariam os industriais a modernizarem as suas máquinas e os seus métodos, e que um pequeno mal seria compensado por um grande bem. Mas a ocasião não era própria para tais melhoramentos. Os «*stocks*» ficaram por vender, os operários sem trabalh vagueavam pelas

ruas das cidades, pediam pão e amaldiçoavam os ricos. As primeiras perturbações, afastando a clientela, agravaram o desemprego e a miséria.

Para cúmulo de infelicidades, as colheitas de 1787 e 1788 foram medíocres. Em 1787, as inundações cobriram os campos, apodreceram as sementes e provocaram em muitos lugares aluimentos de terras, que destruíram vinhas, prados e árvores. Em 13 de Junho de 1788, quando se ia dar início à ceifa, uma horrível tempestade, acompanhada de granizo, assolou todo o Norte da França, desde a Champanha à Normandia. Segundo o testemunho, talvez com algum exagero, do procurador geral Séguier, a colheita, em certos cantões, teria ficado reduzida a metade.

Logo que houve conhecimento desta desgraça, os camponeses, com receio da fome, esconderam todo o cereal que tinham e os mercados ficaram vazios. Os boatos que já corriam de açambarcamento e fome ganharam assim maior força.

No entanto, a volta de Necker ao poder animara um pouco a confiança e dera ao governo os meios de poder vegetar. Mas o genebrês era incapaz de dominar os acontecimentos. Podemos afirmar que os não compreendia. Até então a agitação havia-se propagado pela forma costumada e Brienne não tinha sido derrubado por meios diferentes daqueles que lançaram por terra os ministros de Luís XV, Machault, Silhouette ou Bertin: os mesmos pretextos, as mesmas cenas, o mesmo vocabulário e as mesmas tropas. Mas, desta vez, a vitória dos assaltantes fora assaz completa para que eles pudessem manter a sua coligação equívoca. Unidos contra o poder real enquanto este pareceu temível ou, pelo menos, capaz duma acção ofensiva, parlamentares e liberais separam-se, logo que ele capitulou. Saía-se para fora dos caminhos batidos. Já não se tratava, a não ser secundàriamente, do ministério e do Rei. Outro poder ia surgir: os Estados. Quem os empalmaria?

Reaccionários e privilegiados, os parlamentares pediam que convocassem esses Estados segundo as velhas fórmulas que, mencionando e frisando as hierarquias de nascimento, de cargos e de fortunas, asseguravam a preponderância das duas primeiras ordens. Igualitários e discípulos de Rousseau, os liberais queriam uma verdadeira assembleia, submetida à única lei do número, sem distinção

de classes nem de origem. O ideal dos parlamentares era uma monarquia fraca, na qual o Rei não seria senão o primeiro dos seus nobres, onde os poderes administrativos passariam dos intendentes para a aristocracia local e na qual, finalmente, nada se faria sem a aprovação das Cortes de Justiça, guardas e intérpretes das leis

A última entrevista de Luís XVI com sua família no Templo.

1 — Luís XVI.
2 — Rainha Maria Antonieta.
3 — Madame Isabel, irmã do rei.
4 — Madame Royale (a Delfina).
5 — Luís XVII (o Delfim).
6 — Padre Edgerworth (confessor do rei).
7 — Cléry (criado de quarto de Luís XVI).
8 — Oficiais municipais.

fundamentais. Os liberais sonhavam com uma constituição que faria da coroa uma magistratura honorífica, mas suprimiria também os privilégios individuais, familiares e corporativos, para submeter a nação nivelada ao governo das «luzes».

Entre os dois programas nenhum compromisso seria possível

e o conflito surgiu imediatamente, com grande surpresa dos parlamentares, a quem a queda de Brienne e de Lamoignon havia cegado. Julgavam-se ainda senhores da situação, quando já se encontravam abandonados, ultrapassados e combatidos pelos seus aliados da véspera. Ainda não estavam apagados os lampeões acesos em sua honra, quando já se viam denunciados como tiranos e inimigos do povo. Sem qualquer transição, as injúrias e as ameaças vinham substituir o delírio das aclamações e dos aplausos.

Haveria coisa mais natural? Na sua luta pela popularidade, os parlamentares eram obrigados a ficar para trás. Enquanto se tratava de falar contra o Rei e seus servidores, não se tinham deixado ultrapassar; agora, com o Rei à margem de toda a discussão, chegava-lhes a vez de serem os visados. A não ser que desaparecessem, não lhes seria já permitido dizerem-se «patriotas».

Panfletos, jornais, discursos, folhas soltas, tudo sobre eles caiu. Foi um dilúvio de *Observações, Cartas, Respostas, Considerações, Mensagens* e *Simples Avisos*, onde se põe a descoberto, com furiosa veemência, a avidez, a ignorância e o egoísmo destes grandes juízes que, oito dias antes eram Catões e Brutos. Os notáveis, saudados há pouco como o Senado de Roma por terem recusado ao governo os impostos necessários para o bom andamento do serviço público, passaram a ser agora — exactamente os mesmos — vilipendiados e amaldiçoados, porque se pronunciavam a favor das antigas leis.

Entregue a si mesmo, Luís XVI, respeitando naturalmente situações adquiridas e direitos consagrados pelos anos, ter-se-ia sem dúvida pronunciado no sentido da tradição. Necker inclinou-o para o lado dos liberais, sem, contudo, o ligar absolutamente a eles. O resultado do Conselho de 27 de Dezembro de 1788 concedeu ao Terceiro Estado um número de deputados igual ao das duas outras ordens reunidas, mas não especificou que ele disporia também dum duplo número de sofrágios e que as deliberaçõese os votos se fariam em comum. O intendente da marinha, Malonet, que foi deputado do Terceiro Estado por Riom, pedia a Necker que publicasse sem demora o programa real: «Deveis ter um plano de concessões, de reformas, que, em lugar de abalar tudo, consolide as bases da autoridade legítima. Este plano deve tornar-se, por vossa influência, o texto de todos os cadernos de baliados. Não deveis esperar que os Estados Gerais vo-los peçam ou ordenem; deveis ter pressa em oferecer tudo o que os bons espíritos podem desejar, dentro de limites razoáveis: quer de autoridade quer de direitos nacionais». Era o bom senso. Barère, o futuro convencional, que passou o ano de 1788 em Paris, por questões de família, deixou um diário da sua estadia, em que abundam as reflexões políticas. Ele tem confiança no Rei. Que este se pronnuncie pela abolição dos previlégios e ninguém fará chicana do seu poder absoluto! O conflito não é entre o povo e a Monarquia, mas entre o Terceiro Estado e as duas primeiras ordens. «A aristocracia possui uma força real, ao passo que o despotismo de um só apenas tem a força de opinião. Obrigam-se os ministros de um Príncipe a suprimir abusos, a fazer sacrifícios; são até expulsos como aconteceu ao arcebispo de Sens e ao Senhor de Lamoignon, mas nunca se obrigarão os aristocratas senão pela força». O *Resultado do Conselho* continha ainda algumas outras indicações: reunião periódica dos Estados para o voto do imposto, supressão das ordens de prisão sem processo, instituição duma lista civil para ocorrer às despesas pessoais do Rei... Mas tudo isto era vago e sem alcance. Afinal o que se fez foi promulgar, a 24 de Janeiro, um regulamento que alterava o modo ordinário de convocação para o substituir por um sistema complicado, em que cada partido encontrava razões para se julgar defraudado. Dir-se-ia que o governo tinha prazer em descontentar toda a gente.

Duma maneira geral, estabelecia-se o sufrágio universal: directo para os privilegiados e, por vários graus, para o Terceiro Estado. Era uma resolução defensável, com a condição de dar, à multidão dos eleitores, chefes seguros e conselhos sólidos. Mas não. Tinham-se tomado todas as precauções para afastar os homens que poderiam conter e esclarecer essa multidão. Nas cidades, chamando à Assembleia as diversas categorias de habitantes, tirara-se toda a probabilidade de influência aos magistrados e às notabilidades. No clero, os cónegos não têm senão um voto por cada dez; os monges, um por convento. As eleições eclesiásticas são entregues aos curas da aldeia, descontentes ou ressabiados. Dum modo geral, ressuscita-se, como base das circunscrições eleitorais, a divisão do país em bailiados, divisão caduca que esfacelava os quadros normais da vida económica e social, perturbava os hábitos dos cida-

dãos e desorientava os administradores. Mas há melhor. Para subtrair o eleitor às solicitações da fortuna ou muito simplesmente à rotina dos hábitos, proibiu-se que se organizassem listas de candidatos. Cada um devia encontrar por si mesmo o eleito da sua escolha. Por fim, para coroar esta pirâmide de ingenuidades, o guarda dos selos, Barentin, o mais extraordinário funcionário que em qualquer ocasião presidiu a umas eleições, intimou severamente todos os agentes do Rei «a não permitirem que se procurasse influenciar a escolha dos votantes ou fazer quaisquer diligências que pudessem constranger os sufrágios!»

Isolados, desorientados, sem qualquer indicação e sem guias, os eleitores eram empurrados para as urnas como um rebanho e, não bastando pedir a esta massa inorgânica que escolhesse representantes, ordenavam-lhe ainda que ela própria traçasse o seu programa e redigisse, colctivamente, os seus memoriais de queixas ou representações.

Era absurdo. Porém, tudo se passou, o mais rápida e fàcilmente possível. Os memoriais foram redigidos e os deputados nomeados sem hesitação nem demora, como por encanto. É que, se o governo não se mexeu, outros por ele realizaram a campanha, o que se tornou extremamente fácil, visto que a multidão não estava subjugada nem dirigida, e as autoridades sociais, que poderiam proteger a sua fraqueza, tinham-se abstido de o fazer, ou conservavam-se, conforme as ordens recebidas, neutras e imparciais.

O partido liberal estabelecera já as suas comissões locais: lojas, academias, gabinetes de leitura, sociedades filosóficas e patrióticas treinadas desde os princípios de 1788, habituadas a manejar a opinião e a agitação das praças públicas após um ano de gritos, discursos e manifestações. Instrumentos maravilhosos de propaganda e de combate, todas estas organizações estavam já unidas por uma correspondência contínua e por uma troca regular de notícias e brochuras. Pouco era preciso para as confederar completamente e aprisionar a França eleitoral nas malhas da sua rede. Esse foi o trabalho duma comissão central, o *Clube dos Trinta,* que se reunia em casa de Duport e onde se encontravam todos os chefes do movimento *patriota.*

O duque de Montmorency — Luxemburgo, que fazia parte do clube, deixou-nos algumas notas relativas ao seu funcionamento: As sessões realizavam-se aos domingos, terças e quartas-feiras, das cinco horas às dez, e, nele, não se podia ser admitido sem o voto unânime da sociedade, a qual, a princípio, contava apenas doze membros. Fui convidado a assistir a uma delas: os personagens mais notáveis eram o bispo de Antun (Talleyrand); o duque de Biron; Mirabeau, La Faytte; Target; Lacrettele; o conde de Castollane, sem qualquer valor, um espírito ardente, coberto de dívidas, praticando a agiotagem e procurando arranjar dinheiro por todos os meios; o abade Luís, conselheiro do Parlamento; Trudaine, também conselheiro, o marechal de Beauvun; o marquês que escreveu muitas brochuras (Condorcet); o abade Sieyès; o visconde de Noailles; e outros (Dupont de Nemouro, Freteau, Lapeletier, Saint-Fargeau...).

Ao abrir a sessão, tomava-se conhecimento da situação dos espíritos, do andamento dos notáveis e dos ministros, do efeito dos panfletos que se haviam distribuído, regulava-se o que se devia comunicar à Assembleia e, sobretudo, o meio de dirigir a opinião pública a fim de forçar os acontecimentos a desenrolarem-se de acordo com as ideias da sociedade. Empregavam-se todos os meios, desprezava-se Necker, que era considerado um manequim necessário para agitar a população ou para a tornar efervescente...»

Foi o Clube dos Trinta e das suas filiais que partiram essas brochuras curtas, nervosas e vibrantes que inflamaram os espíritos e lançaram o odioso e o ridículo sobre os partidários do antigo regime. Como um reservatório inesgotável de oradores, de jornalistas e de políticos, as sociedades estabeleceram os modelos de memoriais, espalharam-nos pelo campo, prepararam e dirigiram as assembleias eleitorais e fizeram excluir os adversários, triunfar os seus homens e adoptar o seu programa. O dinheiro não faltava; o duque de Orleães foi um dos que mais deram. É mesmo possível que também viesse do estrangeiro. Batalhões de *jovens cidadãos,* recrutados entre as classes mais baixas da população, intimidaram os medrosos e reduziram ao silêncio ou puseram em fuga os mais ousados dos «reaccionários». Em certos lugares, travaram-se verdadeiras batalhas, com sangue derramado e mortes. Mesmo em

Paris, em fins de Abril, rebentou uma insurreição no «faubourg» Saint-Antoine, a qual tomou sùbitamente proporções alarmantes. Foi preciso que a tropa disparasse para ficar senhora da situação, o que só se conseguiu após um combate travado de noite.

No conjunto, as eleições produziram realmente aquilo que delas esperavam os clubes filosóficos. O enorme amontoado de memoriais de reclamações, dos quais apenas uma parte está convenientemente editada, provam-no claramente.

Os memoriais rurais não são quase nunca memoriais de camponeses. Em quase todos os lugares, foram propostos, redigidos ou copiados por homens de leis. Reproduzem os modelos, não só no espírito mas também no estilo — que os trai. Às vezes, o tabelião letrado que os escreveu embelezou-os com citações latinas, versos ingleses, passagens de Fénelon, de Montesquieu, invocações à natureza ou agradecimento ao Ser Supremo, no gosto do vigário saboiano. Outras vezes, um lavrador obstinado e manhoso junta-lhe a lista pueril das vozearias locais. Mas, nas cidades como nas aldeias, há uma reivindicação que deveria ter sido apoiada com entusiasmo: a eterna lamentação contra o imposto. Por toda a parte se pedia um sistema de contribuições iguais para todos e determinadas de harmonia com índices simples, não dando lugar a fraudes e respeitando o segredo das fortunas. Nas assembleias do clero, entre os bispos e curas, surgiu uma querela violenta. Quase por toda a parte os curas empalmaram a eleição e apresentaram as suas reclamações contra o luxo, avidez e negligência dos prelados.

A nobreza que, em parte e desde há muito tempo aderira às ideias liberais, tinha acolhido das fórmulas «avançadas», o que não ameaçava directamente os seus interesses: constituição, tolerância, supressão dos intendentes, reforma do clero, até mesmo igualdade fiscal (em mais de metade dos cadernos publicados), mas com restrições e com a condição de se não tocar nas rendas senhoriais úteis.

Por forma quase geral, os homens das sociedades tinham-se esforçado por deixar na sombra os pedidos pròpriamente rurais: supressão dos direitos feudais, divisão dos bens das comunas, regulamento da pastagem livre, etc. A questão agrária arriscava-se, com efeito, a dividir as suas hostes, irritando não só os grandes capitalistas nobres e privilegiados, mas também os burgueses possuidores de feudos ou arrendatários de direitos senhoriais.

A França agrícola ia ser representada, para o Terceiro Estado, por advogados e procuradores; para a nobreza, por homens dos salões; para o clero, por curas, leitores da *Enciclopédia*.

Em fins de Abril, começaram a desembarcar em Versalhes os mil e cem deputados, uns em terra conhecida, com o sorriso nos lábios, desembaraçados e meneando-se todos, outros desorientados, hesitantes e envergonhando-se do seu acanhamento. A 12 de Maio, fizeram a sua apresentação ao Rei; a 4, realizou-se a procissão do Santíssimo Sacramento e a 5 abriram os Estados. Principiou-se mal; o Terceiro Estado queixava-se de ter sido recebido sem as atenções que esperava. As cerimónias tinham sido aborrecidas e fatigantes. O sermão do bispo de Nancy, violenta catilinária contra a Corte, causara escândalo. A Rainha, sentindo-se observada tomara uma atitude altiva e mostrara-se desdenhosa e alheia a tudo.

Durante três meses tinham-se agitado tantas coisas metafísicas que aqueles homens chegavam a esquecer-se da razão por que se encontravam ali. Obrigado a fazer todas as manhãs um novo milagre para poder enfrentar os compromissos do dia, o governo era, sem dúvida, o único que se lembrava. Tratava-se de arranjar dinheiro e, desde que os parlamentos e os notáveis não tinham querido conceder os meios para isso, era aos Estados que competia fazê-lo. Mudava-se de conselheiros, mas os credores continuavam; esta era uma verdade desagradável que Necker se encarregou de trazer à memória de todos. E fê-lo sem grandeza, sem graça e sem boa fé, num discurso confuso e cheio de cifras, no qual a miséria do Tesouro estava meio encoberta e em que apresentava, para a remediar, pequenos meios e pequenas reformas.

Previa que a tarefa dos Estados seria cada vez mais alargada. «Que diversidade de objectos se hão-de oferecer por todos os lados à vossa consideração! O espírito sente-se assustado!...» Ele deixava entender que «numa época em que os restos da antiga barbária já se não sustentam senão pelos laços usados, enfraquecidos e prontos a romper-se» impunha-se a abolição das sobrevivências feudais. Pronunciava até a expressão *ordem nova*, mas nada saía

da bruma e esta vacuidade devia ser insuportável aos juristas que formavam o grosso da coluna do Terceiro Estado. Um plano de acção bem claro, definindo sem ambiguidade o que seria cedido e o que seria conservado, repassado de firmeza e de decisão, teria agrupado em volta do trono todos os espíritos calmos, intimidado os outros e enquadrado os trabalhos dos Estados dentro de convenientes limites. Houve apenas uma penosa sensação de mal-estar e de hesitação. O mágico iludiu, mas a sua exposição forneceu ao Terceiro Estado a arma com que, por forma segura, devia conduzir a Corte à submissão: a «chantagem» ao *déficit*.

Os homens que haviam conduzido a campanha eleitoral para o Terceiro Estado eram suficientemente hábeis para não deixarem de perceber esta magnífica possibilidade de manobra. E o golpe estava tanto mais indicado quanto o crescente desemprego obrigava o governo a gastar em socorros o pouco dinheiro que lhe restava.

Que podia fazer o Rei, visto que não havia um programa real Usar de força e dissolver os Estados? Não era isso que ia encher os cofres nem garantir os portadores de títulos. E, depois, uma vez demitidos os Estados, a que se havia de recorrer? Encontrar-se-ia diante dos antigos poderes — parlamentos, notáveis, assembleia do clero — dos quais nada se podia esperar. Governar sem eles? Reduzi-los à obediência? Brienne tentara-o e fora mal sucedido. A sua experiência, mal começada e mal sustentada, tinha acabado de perder os meios violentos no espírito de Luís XVI, que era já um discípulo de Fénelon suficientemente bom para sentir por tais meios uma profunda e natural aversão. As *Comunas*, por outro lado, encontravam aliados nas duas outras ordens: os grandes senhores liberais estavam de coração com elas e os padres das aldeias serviam-nas com todo o seu peso. Depois dum mês de hesitações, os acontecimentos desencadearam-se bruscamente.

Em 10 de Julho, o Terceiro Estado, cansado de pedir em vão o voto por cabeça e a verificação em comum dos poderes, procedia sòzinho à chamada de todos os deputados; a 17, engrossado com alguns curas, proclamava-se Assembleia Nacional; em 19, arrastava o clero, que decidira, por uma fraca maioria, juntar-se a ele; a 20, encontrando a sala das deliberações fechada, realizaram a sessão numa sala do jogo da pela e juraram não mais se separar,

enquanto não fosse votada a Constituição; em 23, o Rei pronunciava um violento discurso, intimando as ordens a deliberar separadamente e a não porem em jogo as prerrogativas históricas das classes ou das pessoas; partido o Rei, o Terceiro Estado recusava-se, pela voz de Mirabeau, a deferir as suas pretensões e o Rei nada fazia; a 24, quarenta e sete gentis-homens, chefiados pelo duque de Orleães, vinham juntar-se aos revoltosos; a 27, tendo Necker pedido a demissão, Luís XVI sancionava o facto consumado e ordenava a reunião que havia proibido quatro dias antes.

Embelezados pela lenda, enfeitados com palavras históricas, todos estes acontecimentos assumiram um aspecto de beleza trágica e de inexorável fatalidade. Houve, na verdade, muita indecisão e muita desordem. Se Mirabeau, Sieyès, Mounier e Barnave desempenhavam o seu papel de ambiciosos e de convictos, os seus colegas, menos corajosos e menos decididos, todas as manhãs esperavam ser mandados embora nesse mesmo dia e tinham as malas prontas. A fraqueza real foi que lhes incutiu a audácia. Perderam então todo o domínio sobre si e deixaram-se arrastar mais longe do que tinham querido.

Um soberano que já não exerce o seu cargo, um ministério sem princípios, sem prestígio e sem energia, uma assembleia revoltada, perdida em ideologias e autorizando, com o seu exemplo, todos os excessos — tudo isto só tem um nome: anarquia. no Verão de 1789, a França inteira, na cauda do seu governo, afunda-se lentamente na anarquia. Não há um só dia em que se não registem perturbações, maiores ou menores: moinhos assaltados, lojas saquedas, comboios atacados, mercados postos a saque. Os bens e as próprias vidas, tudo está em perigo. Contrabandistas, ladrões, candongueiros de sal, caçadores furtivos, desordeiros das ruas — toda esta cáfila sai da sombra, junta-se aos amotinados, apoia-os e degrada-os. Durante quatro dias, Ruão está à mercê desta turba. A polícia a cavalo é impotente. As tropas regulares, divididas num grande número de pequenos destcamentos, sentem-se sem força em toda a parte e acabam por vacilar. As autoridades, desanimadas após dez anos de capitulações, desaparecem. Apenas o fisco, esporeado pelas necessidades do Tesouro, tenta sobrenadar e todo o furor se volta contra ele. Não se querem mais taxas. O clamor é geral. Rasgam-se os registos, destroem-se

os arquivos, fazem-se desaparecer todas as barreiras das alfândegas, maltratam-se os funcionários, perseguem-se os cobradores. Em menos de dez semanas, todo o edifício financeiro está por terra.

Paris vive numa efervescência ainda maior do que a da província. Em parte alguma há mais miseráveis, mais desempregados, mais esfomeados. «Em volta da capital, conta Taine, formam-se bandos como nas regiões em que a sociedade humana ainda não começou ou deixou de existir. Nas primeiras semanas de Maio, perto de Villejuif, há um bando de quinhentos ou seiscentos vagabundos que querem forçar Bicêtre e se aproximam de Saint-Cloud. Vieram de trinta, quarenta e sessenta léguas, da Champanha, da Lorena e de toda a área do país devastada pelo granizo. Toda essa gente flutua em volta de Paris e engolfa-se ali como num esgoto, os desgraçados juntos com os malfeitores, uns para encontrarem trabalho, outros para mendigarem, para vaguearem, sob as malignas sugestões da fome e dos boatos que correm pelas ruas».

As provocações não faltam. Nos últimos anos, Paris recolheu todos os revolucionários da Europa. Vieram da Holanda, de Brabant, de Genebra; são todos exilados políticos, descontentes, desclassificados, restos de insurreições que abortaram. As primeiras desordens chamam outros: visionários, espiões, agentes provocadores. E não falta quem os albergue, os festeje e os escute. Todos os cafés são clubes e todos os clubes são focos de sedição.

Em pleno centro, entre o Louvre e as avenidas, os agitadores têm a sua residência inviolável: o Palais-Royal, propriedade da casa de Orleães, «centro da prostituição, do jogo, da ociosidade e das brochuras». As galerias que acabam de ser terminadas abrigam todos os desocupados da capital. Restaurantes, adegas, bordéis, casas mal afamadas, hospedarias duvidosas são outros tantos lugares onde se alberga toda essa população errante, que não vive senão para o jogo, para o prazer, para os actos de malfeitores e para a aventura. O auditório está pronto e os oradores não estão longe. Ao lado e por cima de botequins e das casas de fantoches encontram-se clubes: o *Salon des Arts*, a *Assemblée Militaire*, o *Club des Colons*, o *Club de Valois* e a *Societé Olympique*, sede central da Franco-Maçonaria. Desde manhã até à noite, seis mil pessoas vozeiam neste recinto. Ameaças, arengas, falsas notícias ,panfletos, moções incendiárias, incitações ao assassínio, tudo ali se espalha e repercute. «As paixões estão desencadeadas», diz uma testemunha. Os energúmenos reinam ali como senhores. Um dia, reconhecem um agente de polícia entre os desocupados. Apoderam-se dele, dão-lhe um banho, perseguem-no de porta em porta, batem-lhe, apedrejam-no, calcam-no aos pés, e atiram-no de novo à água. Durante cinco horas seguidas encarniçam-se contra ele. Enfim, o desgraçado consegue escapar-se, ensanguentado, com um olho fora da órbita, coberto de chagas, gritando cheio de dores. Os deputados da direita não se atrevem a mostrar-se em Paris. Em Versalhes, mesmo à porta da sua sala, são correntemente insultados, apupados e maltratados. Em 24 de Junho, o bispo de Beauvais é quase morto. Em 25, o arcebispo de Paris consegue escapar, graças à velocidade dos seus cavalos.

O governo esperava tão pouco esta explosão, acreditava tão cândidamente na bondade humana, estava tão convencido de que os Estados se passariam em abraços e cortesias, que não tomara qualquer medida de protecção. Trinta amanuenses, quarenta e oito comissários, vinte inspectores, algumas centenas de informadores, e mil e duzentos homens de ronda — eis toda a polícia parisiense. Quanto às tropas, reduziam-se à casa militar, sèriamente diminuída por motivo de economia. Em 1788 ainda, foram reformados seiscentos guardas. Ao todo, restavam duzentos ou quatrocentos guardas aquartelados em Vincenas, dois regimentos da guarda francesa e da guarda suíça. Desde o princípio de Junho, não se podia contar com a guarda francesa. Funcionava ali, quase abertamente, um clube regimental constituído por oficiais e sub-oficiais. A disciplina está por terra. O coronel é odiado. Muitos homens vivem com raparigas do Palais-Royal, onde vêm todos os dias jogar e beber. Em 25 e 26, rebentam sublevações e várias companhias recusam-se a prestar serviço. No dia 30 do mesmo mês, onze revoltosos so metidos na prisão e forma-se um bando no Palais-Royal que avança sobre a prisão, rebenta as portas, solta os revoltosos e dá uma festa em sua honra.

A situação torna-se desesperada. O governo fez o que a prudência recomendava, o que outro governo teria já feito há mais tempo no seu lugar: chamou novas tropas. Mas, tendo tido este simulacro de energia, tornou logo a defesa ineficaz. As tropas receberam ordem de se abster de toda a violência e de não fazer fogo

em caso algum. Era querer fazer frente à revolução com um manequim.

Entretanto, a Assembleia movimentava-se. Receando sempre não parecer assaz *patriota*, assaz avançada, em 8 de Julho, por proposta de Mirabeau, apresentara um protesto ao Rei. Em 10, o Rei respondeu que a Assembleia não estava ameaçada e que ele não tinha outra intenção senão manter a paz pública.

O perigo crescia de hora a hora e os regimentos que acabavam de chegar eram objecto de uma propaganda sediciosa e desenfreada. Os oficiais, que eram liberais, fechavam os olhos. Alguns deles, e dos mais cotados, proclamavam em voz alto que, se se tratasse de preparar um acto de força, não se prestariam a participar nele. O Rei resolveu-se então a recorrer aos homens que eram considerados capazes de pôr as coisas no seu lugar e subjugar os sediciosos. No dia 11, Necker foi demitido e substituído pelo antigo ministro Breteuil, que, na sua qualidade de secretário da Casa do Rei, tinha tido Paris, a Corte e a polícia no seu departamento.

A escolha não era má. Breteuil possuía clarividência e decisão Foi ele que, em 1787, fechou os Gabinetes de Leitura e as Sociedades. Se quisessem tentar qualquer operação da mesma natureza, era pessoa para se encarregar disso.

Por outro lado, fora uma falta terem prolongado a chegada dos reforços por uma dezena de dias. Perdera-se o efeito da surpresa e os primeiros batalhões em serviço ficavam expostos, sem defesa, ao contágio revolucionário.

Depois, embora lançando mão de Breteuir, era preciso conservar Necker. É certo que ele não estava à altura das circunstâncias e que as suas responsabilidades eram pesadas. Mas inspirava confiança aos capitalistas e financeiros. Os dois ou três mil capitalistas parisienses acreditavam cegamente no seu génio e estavam convencidos de que a sua retirada seria equivalente à bancarrota. Desde que desaparecesse Necker, desapareciam os cupões. E isso seria a miséria para muitos e uma arrelia para os outros. Os especuladores e os banqueiros alimnetavam a mesma ilusão. Todos os agiotas tinham como que posto em jogo a tendência optimista: êxito da Assembleia, reforma financeira e alta dos fundos do Estado. Se Necker se fosse embora, seria a baixa, a liquidação

desastrosa, a execução, a falência. A dissolução dos clubes e o depuramento da cidade, teriam sido, sem dúvida alguma, acolhidos com um suspiro de alívio pelos comerciantes e pelos proprietários, que há quinze dias reclamavam a formação de uma guarda burguesa para a defesa da ordem e da propriedade. A demissão de Nekar transformou estes conservadores em arruaceiros.

Os agentes de câmbio reuniram-se à pressa, resolverram não abrir a Bolsa no dia seguinte e expediram um dos seus homens a Versalhes para estabelecer a ligação com a Assembleia. Quanto aos banqueiros, vieram para a rua com a família e o pessoal, e puseram à disposição dos revolucionários armas, dinheiro, cómodos e provisões. Dois de entre eles, Delessert e Prevoteau, adiantaram, durante mais de um mês, as somas necessárias para o sustento de um batalhão.

Os capitalistas, escreveu Rivarol, «queriam que Necker reinasse para lhes pagar, ou que tudo fosse derrubado desde que lhes pagassem. Eles ajudaram o povo e a Assembleia a apoderar-se de tudo, sob a condição de que tudo seria conservado para eles.

No dia 12, ao meio-dia, lavra em Paris uma imensa confusão. Num redemoínho de uivos, de toques a rebate e de falsas notícias, arrasta-se uma multidão enlouquecida, à qual se misturam os capitalistas que defendem o seu dinheiro e, ao mesmo tempo, os cadastrados que só esperam ocasião de os poderem roubar. Em certos pontos, erguem-se em triunfo os bustos de Necker e do duque de Orleães. Noutros, uns roubam, outros matam e outros embriagam-se. Os dragões do príncipe de Lambesc, alinhados na praça Luís xv, à entrada das Tulherias, são alvejados com tijolos, pedras e estilhaços de garrafas. O príncipe põe em movimento a sua tropa com alguns galopes e, de harmonia com as instruções recebidas, rompe o contacto para se retirar para a margem esquerda. Os guardas franceses, saídos das suas casernas, disparam sobre as patrulhas fiéis.

A noite de 12 para 13 e o dia 13 são sinistros. Dir-se-ia que se assiste à decomposição total da sociedade. Os burgueses barricam-se nas suas casas. A rua está entregue à populaça mais vil e mais temível. Os eleitores do segundo grau, reunidos à pressa na Câmara Municipal e aterrorizados pelos acontecimentos, tentam organizar uma milícia urbana em que os primeiros habitantes, com

os gentis-homens à frente, se apressam a alistar-se. Mas os bandidos, que acabam de saquear o edifício da polícia, armam-se também e mais depressa. Assaltam a prisão de Force, soltam os presos e engrossam com eles a enxurrada.

Bandos de amotinados invadem todos os lugares onde há espingardas e lanças. Na manhã do dia 14, esses bandos lançam-se sobre os Inválidos. Uma hora depois, afluem junto da Bastilha. O governador Launay, com a sua pequena guarnição de suíços e inválidos, teria podido, sem dúvida, defender-se. Mas a sua filosofia impedia-o disso. Parlamenta, retira os seus canhões, obstrui as canhoneiras das muralhas, permite que um emissário da Câmara Municipal visite a velha fortaleza e convida para a sua mesa dois dos sitiantes. Esta atitude dum homem da sociedade não impede, contudo, que uma multidão furiosa, reforçada por milhares de curiosos, se reúna ao pé das muralhas, disparando incessantemente e procurando o meio de incendiar uma das torres. Por fim, dois homens, armados com machados, conseguem quebrar as amarras da ponte levadiça que abate com enorme estrondo. O primeiro pátio é tomado, os primeiros edifícios são postos a saque e assestam-se quatro canhões sobre a segunda porta. Nessa ocasião, o medo apodera-se da guarnição. Instintivamente, reage; depois, perdendo a cabeça, obriga Launay a capitular. Um oficial inferior, que comandava a guarda revoltosa, promete, sob a sua honra de soldado, que não fará mal a ninguém. Não obstante isso, Launay é assassinado e o seu corpo arrastado para o rio. Um moço de cozinha, «que sabia preparar a carne», corta-lhe a cabeça, espeta-a na ponta duma lança e, seguido por uma multidão selvagem, anda a passeá-la até à noite. O major, o ajudante do major e um tenente são mortos por sua vez. Dois dos inválidos são enforcados e outro fica com a mão cortada. A multidão, ébria de assassínios, corre à Câmara Municipal. O presidente do município, Flesselles, muito pálido, vem ao seu encontro. Ainda não tinha dado três passos, quando, por sua vez, é morto e degolado.

Durante este tempo, inspeccionavam a Bastilha. Havia lá sete prisioneiros: quatro falsificadores, um jovem debochado, preso a pedido da família, e dois loucos. Os falsificadores fugiram sem pedir qualquer explicação. O discípulo do marquês de Sade foi recebido com grande pompa pelas Sociedades e pronunciou enter-

necedores discursos contra a tirania e contra o despotismo. Os dois loucos, a princípio aclamados com entusiasmo, foram, no dia seguinte, conduzidos a Charenton.

Descobriram-se também máquinas desconhecidas que Dussaulax descreveu à Assembleia como horríveis instrumentos de tortura. Havia «um corselete de ferro para segurar um homem por todas as articulações e fixá-lo em permanente imobilidade»: era uma armadura da Idade Média, tirada do museu de armas antigas que se encontrava na velha fortaleza. Havia também «uma máquina não menos destrutiva que foi exposta à multidão, mas ninguém conseguiu adivinhar-lhe o nome, nem o uso directo»: tratava-se dum prelo de imprimir, penhorado em casa de um tal Francisco Lenormand. Por último, encontraram-se túmulos de suicidas que não podiam ser enterrados nos cemitérios: viram neles os esqueletos dos mal-aventurados prisioneiros executados secretamente no fundo das masmorras. «Os ministros não foram previdentes, trovejou Mirabeau, esqueceram-se de comer os ossos».

A notícia da insurreição chegou a Versalhes durante a noite. A Assembleia conservava lucidez bastante para compreender que os horrores que se seguiram à rendição da fortaleza não só justificavam os temores do Rei, mas ainda davam a Breteuil excelentes razões para organizar uma repressão implacável, à qual o Parlamento daria, com alegria, formas legais. Por isso, os chefes da esquerda apressaram-se, sem demora, a transformar em outros tantos actos heróicos os crimes cujos instigadores queriam encobrir. A lenda da Bastilha nasceu quatro horas depois do acontecimento. No dia 15, os capitalistas parisienses, que acordaram envergonhados e inquietos por terem deixado o campo livre aos assassinos, souberam que tais assassinos não tinham existido e que o povo inteiro se levantara em defesa da Liberdade; os assassínios de Launay e de Flesselles tinham sido manifestações da sua justiça soberana.

Todas as precauções eram supérfluas. O Rei não reagiu perante a notícia da tomada da Bastilha mais do que Lambesc em frente dos tijolos e estilhaços de garrafas. Ou melhor: reagiu da mesma maneira, cedendo em tudo quanto lhe era pedido. Demissão de Breteuil, readmissão de Necker, visita solene à

Câmara Municipal, discurso insolente do «maire» Bailly, substituição da roseta branca pela roseta tricolor — nada disto o detém.

A tomada da Bastilha era, para o regime, um golpe importante: a revelação de fraqueza. Conservando, porém, o seu carácter de insurreição, ela teria apenas significado uma impotência policial momentânea, sem que nada de essencial ficasse irremediàvelmente comprometido. Exaltada pelos jornalistas, enaltecida pela Assembleia, aprovada pela Corte e legitimada por Luís XVI, tornava-se o sinal da abdicação real, a prova de que a monarquia renunciava aos seus próprios princípios. Imagine-se a perturbação que produziu nas imaginações populares o súbito desmoronamento de tudo quanto, desde há muitas gerações, era nesta terra o supremo recurso contra a maldade dos homens e a hostilidade das coisas. O Rei era, para a massa, o pai, junto de quem se ia procurar amparo e abrigo. Nele, através dos séculos, se fixavam os olhares de todos. Apelava-se para a sua bondade contra as exacções, os impostos, os maus ministros. «Ah! Se o Rei soubesse!» fora, durante centenas de anos, o grito dos pobres. E eis que o Rei se humilha, reconhece a suzerania do tumulto e a santidade da insurreição. E há então, entre o povo de França, um mal-estar, um terror vago que se insinua nos corações e obscurece os espíritos.

O futuro é ameaçador. Mas, no limiar deste desconhecido, quantos motivos de receio instantes e imediatos! Com fortes abanos, desta vez, a França resvala para o abismo. Já não há juízes, já não há exércitos, já não há leis. Não se sabe quem manda nem quem obedece. Todos os poderes caem por terra. Em 22 de Julho, o intendente de Paris, Bertier de Sauvigny, um dos grandes administradores do século, é preso em Compienha, coberto de ultrajes, conduzido para Paris, atacado pela população e assassinado. Um soldado rasga-lhe o peito e arranca-lhe o coração. Outro corta-lhe a cabeça e passeia-a na ponta dum pau.

O sogro de Bertier, o conselheiro de Estado Foulon, um ancião de setenta e quatro anos, é preso perto de Fontainebleau. Com um colar de cardos ao pescoço e com a boca cheia de feno, arrastam-no para a prisão. Pelo caminho, apoderam-se dele e enforcam-no num lampeão. No dia seguinte, o tenente da polícia Crosne foge para não sofrer a mesma sorte. Na província, governadores, intendentes, juízes, comandantes militares, oficiais da administração,

da polícia e das finanças ficam aterrados e fogem também. Bem poucos são aqueles que escapam a ameaças e a violências.

Para os substituir criam-se desordenamente municipalidades e guardas nacionais. Mas estas autoridades novas vacilam aos menores sopros populares. O presidente da Câmara de Paris, Bailly, é como que ignorado pelo seu Conselho, que se não importa com a pessoa dele nem com as suas opiniões. O próprio Conselho não consegue impor-se às sessenta juntas dos distritos, que pretendem governar os seus bairros como se não houvesse Rei, nem Assembleia, nem tribunais, nem comuna. É uma situação terrível, porque, enquanto todos estes poderes, atacados fortemente desde o seu nascimento, se contrariam, a massa operária e rural, percebendo por toda a parte a fraqueza ou a decrepitude, inquieta-se, desespera-se, prestes a todas as loucuras. E como importa justificar *a posteriori* as usurpações e os crimes, transformando as vítimas em culpados, a Assembleia instituiu a 18 de Julho uma comissão de inquérito, encarregada de fazer abortar as «conspirações» aristocráticas.

Se se encontrasse então um grupo de homens com um só coração, um só espírito, uma só doutrina e, pelo simples facto de constituirem *um* na multidão, *organizados* dentro da desordem e *decididos* na indecisão, o seu poder seria, se não ilimitado, pelo menos muito superior à mediocridade dos seus efectivos e dos seus meios.

Este grupo existia: era o baixo povo dos clubes. Deputados que fizeram eleger recebem correspondências regulares. Impressas, afixadas, comentadas e espalhadas por todas as formas, essas correspondências orientam a opinião, revelam-lhe as intenções verdadeiras ou falsas da Corte, os perigos verdadeiros ou falsos que ameaçam a Liberdade, as medidas verdadeiras ou falsas já tomadas pela capital e que se impõem às províncias, se estas querem mostrar-se iguais em patriotismo. Bastam alguns conciliábulos em casa do duque de Orleães ou no Clube Bretão, para que o mesmo impulso seja transmitido aos extremos da França. Na terrível confusão que se seguiu à tomada da Bastilha, e que se chama o Grande Medo, houve tão depressa uma simultaneidade e uma identidade de alarmes, pânicos e acções, que se não podem explicar senão por esta organização central do espírito público. Augustin Cochin,

que estabeleceu este facto, conseguiu que a história da Revolução desse um passo decisivo.

Assim, aí pelo dia 25 de Julho, bruscamente, surge nova insurreição por todos os lados, na Normandia, no Delfinado, na Alsácia, na Alvérnia, em toda a parte: bandos armados chegam, saqueiam tudo, incendeiam casas, queimam os cereais ainda verdes. Vêem-nos, pressentem a sua aproximação, tocam a rebate. Para as aldeias vizinhas partem correios a dar o alarme às povoações. Os casais isolados despovoam-se. Fogem mulheres e crianças. Os homens armam-se à pressa. Os comandantes militares fornecem-lhes armas às dezenas de milhar, munições, equipamentos e até canhões. Ai daquele que se recusar! Após algumas noites de guardas e de patrulhas, verifica-se que a planície está deserta e a estrada sem eco. Mas a Revolução está armada.

Não tem ela inimigos mais cruéis e mais pérfidos que os bandidos? Os promotores do desemprego e da miséria, aqueles que as cartas vindas de Paris carregam com todos os crimes, todas as conspirações, todas as traições: os aristocratas, os ricos, os nobres. E há em toda a França uma formidável *jaqueria* (1). Taine julga poder afirmar que ela foi particularmente terrível nas províncias de Leste, desde a Flandres à Provença. De facto, poucos cantões ficaram indemnes. Por toda a parte há abadias saqueadas, casas destruídas, propriedades desvastadas. Os camponeses revoltados afirmam que apenas se levantam contra os direitos feudais, cujos títulos procuram destruir. Mas, juntamente com os pergaminhos, queimam também os móveis, o castelo e, às vezes, o castelão. Aos agricultores e aos jornaleiros, juntam-se, para os conduzir, os vádios e os evadidos das prisões. Roubos, torturas, incêndios, assassínios: é um furacão de crimes que passa sobre a França.

Durante este tempo, a Assembleia discutia a Constituição. Sossegada com a apóstrofe de Bernave: «Este sangue era, assim, tão puro?», a maioria pouca importância ligara aos assassínios de Foulon e de Bertier. Avisada dos excessos que se praticavam todos os dias na província, nem por isso se mostrava menos adversária duma repressão que lhe teria tirado os seus aliados populares e privado, contra a Corte, do indispensável apoio dos amotinados da rua. Nestas condições, não restava senão um caminho: o das renúncias. E nele se lançou irreflectidamente.

(1) Nome que se dá ao levantamento dos camponeses ou *Jacques* da Ilha de França contra a nobreza, em Maio de 1358, e que foi reprimida com a maior dureza. — *(N. T.)*.

A 4 de Agosto, por proposta dum deputado sem fortuna, o visconde de Noailles, e dum grande senhor filósofo, o duque de Aiguillon, a Assembleia resolveu suprimir todos os privilégios das comunidades e das pessoas. Numa espécie de delírio sentimental, trespassado de aclamações e de lágrimas, aprovou-se desordenadamente, a supressão dos direitos feudais, dos coutos defesos, das banalidades dos dízimos, dos emolumentos e das imunidades provinciais e municipais. Abraçavam-se, choravam, sacrificavam os seus direitos e os do vizinho e, por fim, já ninguém sabia o que dizia nem o que fazia. Ao romper do dia, aclamaram Luís XVI como *restaurador da liberdade francesa* e adiaram para a próxima sessão a redacção dos decretos da sua febre nocturna.

Mas não era coisa fácil. Dos direitos feudais alegremente sacrificados, uns eram pessoais e sinal duma condição inferior; não havia senão vantagem em os fazer desaparecer. Outros eram reais, incorporados na terra e constituíam uma verdadeira propriedade. Nesta qualidade, tinham sido objecto de numerosas transacções: arrendamentos, vendas, partilhas e empréstimos hipotecários, que se não podiam anular com um traço de pena. Por outro lado, em muitos lugares, esses direitos eram o principal recurso dos pequenos nobres rurais, que seria custoso a sangue frio lançar na miséria. O resgate era a única solução aceitável. Foi preciso adoptá-la.

Todavia era um fosso cavado entre a revolução «burguesa» e a revolução camponesa. Os decretos de aplicação demoraram até Maio de 1790. Em certos departamentos, sobretudo na Gironda, fizeram-se convenções de resgate em grande número. Os camponeses, porém, recusaram-se a pagar. No Inverno e na Primavera de 1790 isto provocou desordens, saque de castelos e incêndios de arquivos.

Quanto aos dízimos, eram também susceptíveis de terem sido negociados e alienados. Mantém-se, no entanto, a sua supressão; mas, com eles, desapareceram as rendas de que viviam os velhos

colégios, as bolsas centenárias e as verbas que serviam para manter certas cadeiras de estudos e professores.

A mesma hecatombe se verifica do lado do Terceiro Estado. Os privilégios oferecidos com entusiasmo eram bens muito preciosos: Assembleias, Estados, Jurisdições, ajustes de impostos, garantias contra o fisco, alfândega e serviço militar, facilidades de administração, garantias económicas que se cifravam em bons e belos escudos: para Bordéus, o monopólio de saída dos vinhos da Aquitânia e, para Marselha, o quase monopólio do comércio do Levante.

Ainda que emendados, os decretos de Agosto abalavam o país até aos seus alicerces. Todas as condições da vida social e da vida económica se encontravam mudadas. Aqueles mesmos que mais recebiam não deixavam de ser lesados doutra maneira; não havia talvez um francês que não perdesse alguma coisa.

Muitos, sem dúvida, tinham pensado nisso e é possível que os seus votos tenham sido secretamente inspirados pela esperança, mais do que pelo medo, de que uma tão grande perturbação viesse a provocar uma importante reacção, à frente da qual se encontrariam os parlamentos, silenciosos mas sempre de pé, em nome da lei e da propriedade.

De facto, os parlamentos não reagiram, mas o partido revolucionário dividiu-se em dois. A dissidência, visível em 5 de Agosto, foi-se alargando nas semanas seguintes, quando os principais artigos constitucionais entraram em discussão.

Os moderados, com Malouet, Bergasse e Mounier, afirmavam que, para fazer face à desagregação do país, era indispensável dar ao poder executivo e ao poder judicial a força que lhes permitiria pôr fim aos atentados. Quanto à Constituição, os deputados, presos pelos seus memoriais, não tinham de pôr em causa o regime que existia de direito e de facto, mas sòmente melhorá-lo. Portanto, nada de *Declaração de Direitos,* inoportuna e mesmo perigosa, se não fosse corrigida por uma *Declaração de Deveres:* um governo equilibrado em que a autoridade seria partilhada entre o Rei, uma Câmara alta hereditária ou vitalícia e uma Câmara baixa, eleita pelos cidadãos de certa categoria, e as leis feitas por acordo dos três poderes, tendo o Rei a faculdade de recusar a sua sanção.

Ao invés, no sentir das esquerdas, a Revolução não podia ser detida nem entravada. Por muito lamentáveis que fossem as desordens, não atingiriam senão os beneficiados do antigo regime. As investigações, confiadas necessàriamente aos agentes do Rei, iriam pôr toda a Revolução em perigo. A Assembleia, sendo soberana, nada tinha que se preocupar com instruções dos seus comitentes. Se quer reconstruir racionalmente o país, é necessário que afirme, desde logo, direitos naturais imprescindíveis. Nada de Câmara Alta, refúgio dos aristocratas. Nada de veto real e, quando muito, um veto temporário.

As negociações entaboladas entre os partidos, sob os auspícios de La Fayette, não foram bem sucedidas. No fim de Agosto, a ruptura era um facto consumado. Seria fácil prever que, para triunfar sobre os recalcitrantes, os *patriotas* iam lançar mão da sua arma vulgar: uma revolta, cujo fim seria, outra vez, meter debaixo da vergasta da populaça não só o Rei como a própria Assembleia. Os clubes, que durante as negociações se tinham conservado calmos, entravam bruscamente em efervescência e tomavam as suas disposições para obrigar o governo a deixar Versalhes e ir para Paris. A 30 de Agosto, rebentava uma revolta que foi uma espécie de repetição geral das jornadas de 5 e 6 de Outubro. Essa insurreição falhou, por falta de preparação suficiente: a guarda nacional, mal trabalhada, ficou fiel aos seus deveres e dispersou os manifestantes. No entanto, o plano dos próximos acontecimentos estava a descoberto.

Os deputados moderados compreenderam isso mesmo e pediram ao Rei que transferisse a Assembleia para 20 léguas distante de Paris, para Suessião ou Compienha, onde ela se encontraria ao abrigo dos empreendimentos do Palais-Royal. Luís XVI, que não sabia o que era medo, recusou: tal retirada seria indigna dele. Tinha adiado a ratificação dos decretos de Agosto e via, com mágoa as brechas que as leis em preparação abriam na sua autoridade, mas não se resolvia a defendê-la pelos meios apropriados: «Havia infelizmente em volta do Rei e da Rainha — diz Malouet — uma vozearia de conselhos, violentos em projectos, mas sem qualquer firmeza e capacidade na execução. Era o bastante para exasperar os patriotas e levá-los aos últimos extremos, mas muito pouco para os levar a agir. O desdém com que se falava na Corte

do partido popular persuadiu os príncipes de que bastava enterrar o chapéu na cabeça para o derrotar, mas, quando chegava a ocasião, nem sabiam mesmo enterrar o chapéu na cabeça».

Como em Julho, Luís XVI imaginou que, para sufocar a revolta, bastaria usar de intimativas e paradas militares, e puseram-se em busca de um novo papão. Em meados de Setembro, foram expedidas ordens de marcha para o regimento de Flandres, de guarnição em Douai, e em 23 fazia ele, de tambores à frente, a sua entrada em Versalhes.

Para neutralizar a propaganda revolucionária, a Corte desvelou-se em volta dele, multiplicando para com os chefes e soldados essas pequenas amabilidades e miúdas atenções que acariciam tão docemente o amor próprio. Segundo o costume, os corpos de tropas da guarnição de Versalhes ofereceram aos seus novos camaradas jantares de boas-vindas. O mais brilhante e o mais alegre foi o que se realizou numa sexta-feira, 2 de Outubro. A recepção, começada a meio da tarde, tornou-se depressa tão ruidosa e tão animada que o Rei e a Rainha tiveram a curiosidade de ir ver o que se passava. A sua chegada inesperada deu ocasião a «vivas» entusiásticos e numerosos brindes. Quando os soberanos se retiraram, todos os jovens os acompanharam e o átrio de mármore encheu-se com as suas saudações.

Não se bebera à saúde da Nação. Alguns, excitados, depois da partida do Rei, gritaram «Abaixo a Assembleia!», mas não houve rosetas tricolores calcadas aos pés, nem tão-pouco distribuição de rosetas brancas. O banquete assemelhara-se exactamente «a todas as festas oficiais em que os convivas cantam, gritam, choram, abraçam-se e cambaleiam um pouco quando se vão deitar». Porém, os oradores e os jornalistas, em busca dum pretexto para provocarem a indignação de Paris, tiveram artes de transformar este jantar bem regado numa orgia e num desafio. Ao mesmo tempo, se acreditarmos em Bailly, surgiram pilhagens oportunas que paralizaram o abastecimento, já difícil, da capital, de maneira que, à voz dos demagogos, os diversos bairros viram levantar-se perante eles, ao mesmo tempo, o espectro da fome e o da reacção. O duque de Orleães, desgraçada vítima dos agitadores que o cercavam, abriu mais uma vez os seus cofres e o dinheiro correu a rodos. Na manhã de 5 de Outubro, dois dias depois duma

efervescência cada vez maior, a revolta rebentou, orientada por um rigoroso plano que se foi progressivamente revelando.

Primeiramente deu-se o levantamento das mulheres esfomeadas que correram a Versalhes para pedir pão ao seu bom Rei. Que coisa podia ser mais inocente? Partem num bando de cinco ou seis mil, mulheres de baixa condição, regateiras dos mercados, meretrizes e, à mistura com elas, alguns desses homens fardados que andam sempre atrás das saias.

Segunda coluna: a guarda nacional, empurrando à sua frente o seu general, La Fayette, glorioso e aturdido, não sabendo nem o que fazia ali, nem o que ia passar-se, mas inteiramente decidido a ser, no fim de contas, aclamado e levado em triunfo.

Por último, na retaguarda, um bando de gente de saco e corda apanhada nas espeluncas e bordéis.

Chovia torrencialmente. Em Versalhes, do lado da Corte, tudo estava tranquilo. O Rei, que há pouco rejeitara a Declaração dos Direitos, andava à caça nos bosques de Verrières. Aproveitando uma aberta, a Rainha, depois do almoço, partira para o seu jardim de Trianon. Foi só às três horas e meia que o Rei pôde reunir o conselho. O sucessor de Breteuil, o conde de Saint-Priest, parece ter sido o único com a consciência nítida do perigo. Em todo o caso, foi ele o único que propôs um plano apropriado à gravidade das circunstâncias: mandar para Rambouillet a Rainha e a família real e, em caso de necessidade, a Corte e o governo; ocupar urgentemente, e de qualquer forma, as pontes de Neuilly, de Saint-Cloud e de Sèvres (esta era de madeira e fácil de destruir); formar um corpo de cavalaria, sob o comando do Rei, que dispersaria os bandos em marcha. À porta do gabinete, Narbonne-Fitzlar oferecia-se para dar ordem de fogo, se ninguém quisesse encarregar-se de tal tarefa.

Necker replicou que não havia qualquer perigo instante e que as medidas de Saint-Priest conduziam à guerra civil. A única atitude razoável seria esperar o que viesse. O Rei não queria sangue. Contentaram-se com fechar os portões e alinhar em frente do castelo, mas sem munições, o regimento da Flandres e os guardas. «É com mágoa, escreve ainda Malouet, que me refiro aos erros deste infortunado príncipe; qualquer capitão de granadeiros o teria salvo, a ele e ao Estado, se o tivessem deixado agir».

Entretanto, a escorrer água, molhadas até aos ossos, patinhando e vociferando, começavam a chegar as primeiras mulheres.

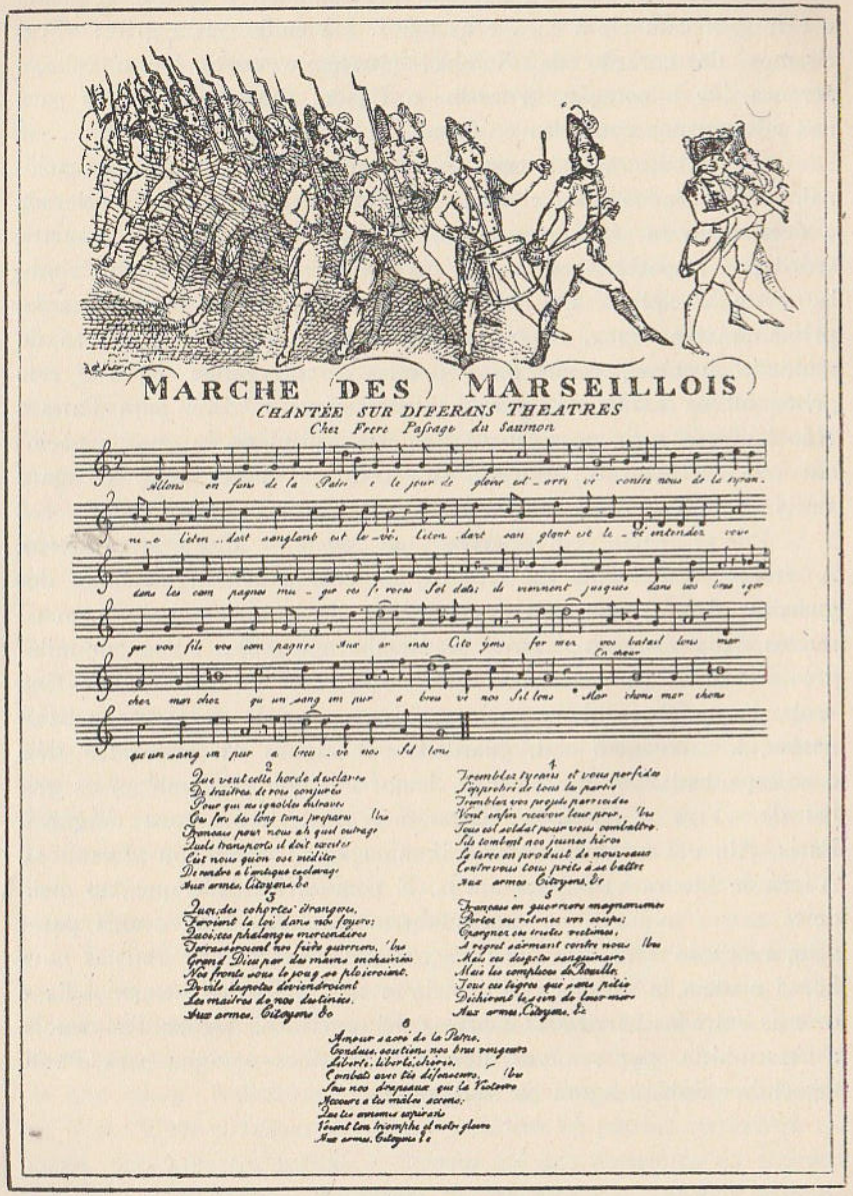
Umas invadiram a Assembleia e, depois de tirarem as saias para as porem a secar, instalam-se nos bancos, misturadas com os deputados que elas empurram, abraçam e injuriam ao mesmo tempo. «Houve, diz uma testemunha, cenas pouco decentes». Outras avançam sobre o castelo. Intimidadas por um momento, aproximam-se dos soldados e tentam forçar a passagem. Até à noite, ficam ali, gritando, cantando, oferecendo-se, ameaçando os oficiais, seduzindo os soldados, desunindo as companhias, distribuindo dinheiro e promessas. As raparigas contratadas em Paris cumprem o seu dever com toda a consciência, muito principalmente porque se encontram embriagadas. «Vamos ter um prazer de mastins, dizem os homens». Às oito horas, para impedir a debandada, toma-se a resolução de retirar a maior parte das tropas e, cobertos pelo nevoeiro, os soldados voltam para as suas casernas, saudados à passagem por alguns tíros de espingarda. É o fim da resistência.

Importunado pelos deputados, o Rei dá o seu consentimento à *Declaração dos Direitos* e aos artigos constitucionais já votados. Mounier corre a levar triunfalmente a notícia à Assembleia e à multidão que começa a dispersar. À meia-noite, na cidade chuvosa e escura, entra o exército parisiense extenuado. La Fayette apresenta-se no castelo, protesta a sua lealdade e jura que responderá pelos seus batalhões, pela ordem e por tudo. O Rei, sossegado ou fingindo está-lo, concede-lhe o que ele pede. Os postos exteriores do Castelo são ocupados pela guarda nacional, a Corte retira-se, as luzes extinguem-se e o próprio La Fayette, após uma última ronda, vai-se deitar. De madrugada tudo dormia.

Era, no entanto, o momento perigoso. A noite fora tranquila porque, depois da sua primeira vitória, os amotinados tinham caído ali mesmo, mortos de fadiga. Mas, quando despontou o dia, o rufar dos tambores agrupa-os de novo e mostram-se todos mais ameaçadores que nunca. Encontram as passagens do castelo abertas e desertas. Num abrir e fechar de olhos, invadem os pátios, arrombam as portas, penetram no palácio e chegam até aos aposentos da Rainha que corre a refugiar-se no quarto do Rei por um corredor secreto. Dos guardas do Rei, uns caiem feridos e outros assassinados, sendo os seus cadáveres esquartejados e arrastados pela lama. As mulheres patinham por ali. Há homens que apanham o sangue coalhado e esfregam com ele a cara e as mãos. Há então quem grite: «Precisamos do coração da Rainha! Queremos cortar-lhe a cabeça, arrancar-lhe o coração, fritar-lhe o fígado, tirar-lhe as tripas para nos adornarmos com elas e, depois, tudo acabará».

O tumulto é tal que os destacamentos da guarda nacional, aquartelados na cidade, acorreram em marcha acelerada e desobstruiram, não sem custo, as salas devastadas. La Fayette, acordara, reaparece, alinha a sua gente e estabelece um simulacro de disciplina. O Rei e a Rainha aparecem na vanguarda, primeiramente sós e, depois, com os filhos. Aclamam-nos, mas da multidão instável, comovida e prestes a entregar-se, eleva-se este grito, última razão de toda a insurreição: «O Rei para Paris!» Não há resistência possível. O Rei está nas mãos da guarda nacional que, de todo o coração, está com os clubes: «O Rei para Paris!» Para poupar mais desgraças, será necessário ceder.

Põe-se então em marcha um cortejo idioso e grotesco. À frente, à maneira de troféus, as cabeças ensanguentadas dos guardas; depois, uma fila de mulheres, de bandidos, todos com os modos mais obscenos; carros de farinha aparecidos como por milagre; soldados em desordem que disparavam ao acaso; por fim, «rolando na obscuridade poeirenta duma floresta de lanças e baionetas», a carruagem real, guardada por alguns destacamentos fiéis e acompanhada por um imenso clamor em que predominam os gritos de «Viva a Nação!» Gastaram-se sete horas para chegar a Paris. Ali, era o delírio. Havia iluminações. Disparavam-se canhões. A cidade inteira veio para a rua. É com dificuldade que, no meio desta massa inquieta, os carros abrem caminho. Houve uma paragem, recepção e discurso nos Paços do Concelho. Por fim, às nove horas e meia, a família real instala-se nas Tulherias, sem mobília e com as entradas barricadas à pressa pelos criados. Alguns dias depois, a Assembleia, por sua vez, deixava Versalhes e vinha para Paris. Os clubes tinham agora os seus reféns.



Marcha dos Marselheses (texto e música do tempo)

6. OS «ASSIGNATS» (1)

QUANDO, no dia 7 de manhã, os novos hóspedes das Tulherias começaram a procurar-se por aqueles quartos escuros e em desordem, onde, para futuro, lhes seria necessário habitar, as entradas do castelo haviam sido já invadidas por uma ruidosa e curiosa multidão. Este primeiro dia passou-se em reconhecimentos pelos diversos aposentos e em conversação com gente miúda. Enquanto os criados desencaixotavam à pressa o mobiliário trazido de Varsalhes, o Rei e a Rainha recebiam delegações, mostravam-se à janela, arengavam à multidão, escutavam as suas reclamações e respondiam às suas censuras. Nos dias seguintes, houve recepção dos corpos constituídos, revista da guarda nacional e passeios pelos jardins públicos. Parecia que as cenas de Versalhes não tinham sido senão um mau sonho que se dissipara. A beleza da Rainha, a sua majestade, a sua coragem, o sorriso e a graça do seu filho, a bonomia do Rei, tudo impressionava os espíritos. Muito à vontade entre a gente humilde, Luís XVI tinha palavras felizes que se divulgavam. Entre Paris e os soberanos, reatavam-se as cordiais relações de outrora. «Estou bem, estai tranquilo, escrevia Maria Antonieta a Mercy-Argenteau. Esquecendo onde estamos e como aqui chegámos, devemos estar contentes com o movimento do povo, sobretudo nesta manhã; espero que, se o pão não faltar, as coisas retomarão os seus lugares».

(1) Papel-moeda emitido em França durante a Revolução. — *(N. T.)*.

Como depois do 14 de Julho, o *mot d'ordre*» era afirmar que não tinha havido nem atentado nem violências. O Conselho geral da Comuna assegurava às províncias que «só o amor plenamente livre de Sua Majestade tinha dado à capital a honra de a possuir no seu seio». Numa proclamação, Luís XVI exagerava. Informado com antecipação da chegada dos parisienses, ser-lhe-ia fácil, como lhe diziam, fazer-se transportar a qualquer outra parte, «mas preferira vir com confiança para a capital, onde recebera os testemunhos mais respeitosos da fidelidade dos habitantes».

Na cidade, algumas medidas tomadas pela polícia juntas a uma efémera melhoria do comércio mudavam as aparências das coisas. Passava-se, sem transição, do pânico à confiança. O duque de Orleães, comprometido nos acontecimentos dos dias 5 e 6, julgou prudente aceitar uma missão diplomática à Inglaterra e afastar-se de Paris. Por parte dos aristocratas, o Inverno foi muito alegre. «Temos tido festas encantadoras, escreveu um deles, prometido à guilhotina». Embriagam-se com recepções e bailes. Vingam-se dos assassínios com epigramas. O estudante bordalês Edmond Gérard, chegado a Paris em Dezembro, escreve aos pais: «Que opulência! Que riqueza em todos estes estabelecimentos cujo brilho cansa os olhos deslumbrados!» Vai à Ópera onde dançam Vestris e Gardel, aos Italianos para ouvir cantar M.me Dugazon, à Comédia que apresenta M.me Racourt. A tragédia é um pretexto para canções e frivolidades. «Notei — havia de escrever Pauline de Tourzel — que nos tempos da Revolução havia sempre momentos de calma depois depois das grandes tempestades, e é isso o que engana aqueles que se encontram envolvidos nestas crises. Se elas se desenvolvessem sem descontinuidade, enrijecer-se-iam para resistir e acabariam por triunfar. Mas, como a corrente afrouxava depois de ter transposto os primeiros diques, deixavam-se levar pela esperança de que tudo estivesse terminado e, com receio de perturbarem esta calma relativa que causa um delicioso prazer, abstêm-se de tomar as necessárias precauções».

Pauline de Tourzel tinha razão. E isso era-lhe fácil, pois escrevia muito depois de 1789. Nesse momento, contudo, encontravam-se homens capazes de ver claro. Cento e vinte deputados do centro, julgando que não estavam seguros, apresentaram a sua demissão. À sua frente, encontrava-se Mounier que tinha redigido o

programa de Vizille. Gabava-se de ter conservado, na sua província, uma influência sem limites. Quando tentou amotiná-la contra a ditadura de Paris, não encontrou eco. A opinião tinha avançado, ao passo que ele mesmo não mudara. É já um reaccionário, quase um suspeito. Os homens gastar-se-ão depressa ao serviço da Revolução. Em oito meses, duas «equipas» — poderiam dizer duas gerações — haviam sucumbido: os parlamentares que tinham provocado a reunião dos Estados e os moderados que os haviam dirigido cinco meses. Os parlamentos imaginaram ter o direito de registar os edictos da Assembleia, como tinham o direito de registar os edictos reais. Depressa aprenderam à sua custa que a soberania popular é menos tolerante que a soberania pessoal: aos primeiros movimentos, eram mandados para férias, esperando ser suprimidos. Sem dinheiro, sem crédito e sem força, os moderados nada tiveram a fazer senão irem-se embora e lamentarem a sua sorte.

Estas eliminações sucessivas dos menos violentos pelos mais violentos são a própria lei da Revolução até o 9 Termidor. Se pusermos de parte a lenda, a fraseologia e o romantismo com que estes acontecimentos são contados, notaremos que todo o mecanismo do período revolucionário consistiu em deixar os partidos avançados ocupar a parte de cima e a arruaça dirigir a política. Contra a Corte e contra os privilégios, os constituíntes tinham apelado para as massas turbulentas da capital. Deplorando, no seu íntimo, os excessos que se haviam praticado depois de 13 de Julho, tinham fechado os olhos, porque lhes era necessário conservar de reserva a força dos clubes e da rua. São, dali por diante, prisioneiros da sua aliança, prisioneiros da fórmula *nada de inimigos nas esquerdas,* fórmula essa que tinham empregado tàcitamente, mas com docilidade.

Depois dos parlamentares e dos moderados, será a vez dos *Feuillants,* (1) dos girondinos, dos dantonistas: toda a gente passará pelo mesmo, até ao dia em que, vendo-se a braços com dificuldades insuperáveis, a Revolução se matará a si mesma, matando Robespierre.

---

(1) Nome dado aos moderados ou realistas constitucionais em 1792. — *(. T.).*

E todos estes depuramentos se fizeram da mesma maneira. O processo consistia em conservar a Comuna de Paris e, por meio dela, pelas secções, pelos clubes e pela imprensa, manter nos *faubourgs* mais exaltados uma agitação contínua que, quando chegasse a ocasião, se desencadearia contra tal homem ou tal grupo. O medo das conspirações, o medo da traição, o medo da fome são os grandes motores das insurreições populares, das *jornadas* que intimidam até ao fim as Assembleias revolucionárias, cheias, como todas as assembleias, de homens fracos e inconstantes. E, por isso, a inquietação é o próprio sinal do *patriotismo*. Os patriotas são inquietos por estado. Todo aquele que está tranquilo é considerado suspeito.

Augustin Cochin, que foi o primeiro e que mais profundamente analisou esta formação, ou antes, deformação do espírito público, cita um relatório de Saint-Just que mostra os prodígios desta natureza que foram operados e a que estado de delírio crédulo podiam chegar os *puros*, os *sólidos*, os da última hora, aqueles que tinham guilhotinado todos os outros. Eis aqui algumas linhas desse relatório: «Em 1788, Luiz XVI fez imolar 8 000 pessoas de todas as idades, de ambos os sexos, em Paris, na rua Mêlée e na Ponte Nova. A Corte renovou estas cenas no Campo de Marte; a Corte enforcava nas prisões; os afogados que boiavam no Sena eram vítimas suas; havia 4 000 prisioneiros; enforcavam-se por ano 15 000 contrabandistas; supliciavam-se 5 000 pessoas; havia, em Paris, mais prisioneiros do que hoje» (Fevereiro de 1794). Isto era dito na tribuna da Convenção, aplaudido, impresso, enviado às mais pequenas aldeias, comentado, repetido e embelezado. Os fiéis dos clubes acreditam em tudo. Os outros não ousam dizer coisa alguma. E, acrescenta com razão Augustin Cochin, todas estas histórias têm a vida dura.

Das conjurações inventadas, dos assassínios forjados, dos falsos alarmes, subsiste um rumor vago, mas tenaz. «Enormes e célebres calúnias, como o pacto da fome e as torturas da Bastilha, têm sido tão poderosamente espalhadas que vivem ainda sem sombra do menor fundamento.

Excitação metódica da opinião e pressão da rua sobre as autoridades — tais são as duas molas do verdadeiro governo revolucionário, o dos clubes. Neste Inverno, em que o governo está longe

de ter conquistado toda a França, os meios de se lhe resistir não faltavam. Mas era preciso descobri-los e pô-los em acção. No entanto, percebe-se que, perante este poder anónimo, o Rei e os seus conselheiros estão como desamparados. Não sabem o que hão-de fazer. Perdem-se em intrigas pueris sem se aperceberem de que o único meio de salvação é enfrentar o perigo, opor propaganda a propaganda, opinião a opinião. No Verão de 1789, Young que atravessou a Borgonha e Auvernha pasmava com as estranhas histórias que ouvia contar à sua volta: a Rainha queria envenenar o Rei, dar a Regência ao conde de Antois, incendiar Paris, fazer saltar o Palais-Royal... Em Royat, arrisca-se a ser preso como agente de Maria Antonieta, encarregado de colocar uma mina debaixo da aldeia... Mas Young está na via do essencial quando se admira de ouvir sempre o mesmo badalar. No seu país, diz, perante semelhante campanha, a Corte teria há bom tempo, inundado os condados de jornais seus, desmentindo, e se necessário, caluniando por sua vez. E nem para isso era preciso ser génio. Um programa de reformas, carácter e alguma sequência nas ideias, era quanto bastava. À falta duma dedicação razoável, a Monarquia conservava no povo enormes poderes sentimentais que se manifestaram durante muito tempo ainda e que seria necessário explorar, em vez de os deixar dissipar em vãs explosões. É certo que esta tarefa política nada teria de faustuoso; mas, desde que se havia iniciado a partida neste terreno, era necessário ainda jogá-la conforme as regras.

A Assembleia, instalada no Picadeiro, depois de uma breve estadia no Arcebispado, tinha recomeçado o debate sobre a Constituição. Governo, administração, justiça, imposto, distinções sociais, estatutos do clero, direito civil, direito penal, tudo quanto enfim, era a própria base das sociedades, fora posto ou tornado a pôr em discussão. Mas, enquanto para conseguirem um voto, os partidos avançados não recuam diante de nenhum meio, por grosseiro que seja, os amigos da Corte e os moderados não mostram senão indecisão, divisão e falta de energia. Algazarra nas tribunas, tumulto, ameaças, manifestações exteriores, desfile de peticionários, tais são as armas ordinárias da esquerda e, nesta assembleia muito numerosa, povoada de homens de boa vontade, mas desprovidos de calma e perdidos de ênfase, esta estratégia de reunião pública é, por assim dizer, infalível.

Os aristocratas — nobres e prelados — procuram não se mos-

trar neste mau lugar ou, se ali aparecem, é para se rirem, falarem alto, proferirem impertinências e irritarem, com a sua atitude, os adversários e as galerias. Os moderados ficam muito enfraquecidos pela demissão dos cento e vinte, quase todos substituídos por novos eleitos de opiniões mais radicais. Vão tentar estabelecer em frente do clube da esquerda — o clube dos Jacobinos — um clube rival: o Clube dos Imparciais, depois clube Monárquico que, embora mantendo o princípio da Constituição, devia combater, quer directamente quer por meio das sociedades filiadas, as campanhas e os projectos dos jacobinos.

Estes, cognominados *Sociedade dos Amigos da Constituição*, tinham nascido em Versalhes, no subsolo do café Amaury, avenida de Saint-Cloud. A princípio, foram apenas a assembleia dos deputados da Bretanha, o *Clube Bretão*. Admitiram depois representantes doutras regiões, simples cidadãos, e foi provàvelmente um girondino, Kersaint, quem, em Novembro, os baptizou. Seja como for, encontra-se aí todo o estado-maior que dirigiu a campanha do desdobramento e dos Estados, em Paris ou na província, Le Chapelier, Lanjuinais, Sieyès, Mirabeau, Duport, Desmoulins, Lacretelle, Barnave, Condorcet, Volnay, La Révellière, os Lameth, Lepeaux, Robespierre, Fréron. O Clube está instalado no convento dos jacobinos, na rua Saint-Honoré. Conta 1 100 membros no fim do ano de 1790. Através do seu escritório de correspondência, anima os clubes da província, seus filiados, que, depois da depuração, descendem das antigas sociedades: há 152 em Agosto de 1790, 406 em Junho de 1791.

A pobre «Sociedade Monárquica» não realizou senão duas sessões: a primeira, denunciada em todos os jornais como contra-revolucionária e a segunda, insultada e dissolvida pela populaça. O seu principal fundador, Malouet, pediu a protecção da Assembleia. Foi tratado como faccioso, pérfido, envenenador do povo e não chegou a fazer-se ouvir.

Para qualquer lado que nos voltemos, vamos encontrar honestidade, aplicação, eloquência, por vezes também fanatismo, mas nem meios nem chefe. Apenas um homem tinha o temperamento, a vontade e a ambição necessárias para dominar os acontecimentos em vez de os seguir: Mirabeau, Honoré-Gabriel de Riquetti de Mirabeau, deputado do Terceiro Estado por Aix-en-Provence.

Mirabeau sai das proporções vulgares da humanidade. É talhado por padrão diferente do dos outros mortais. «Monstro», «exagero», «mata-mouros desgrenhado», desde a primeira infância, quando o pai fala a seu respeito, é para fazer dele um ser de excepção, no bem como no mal.

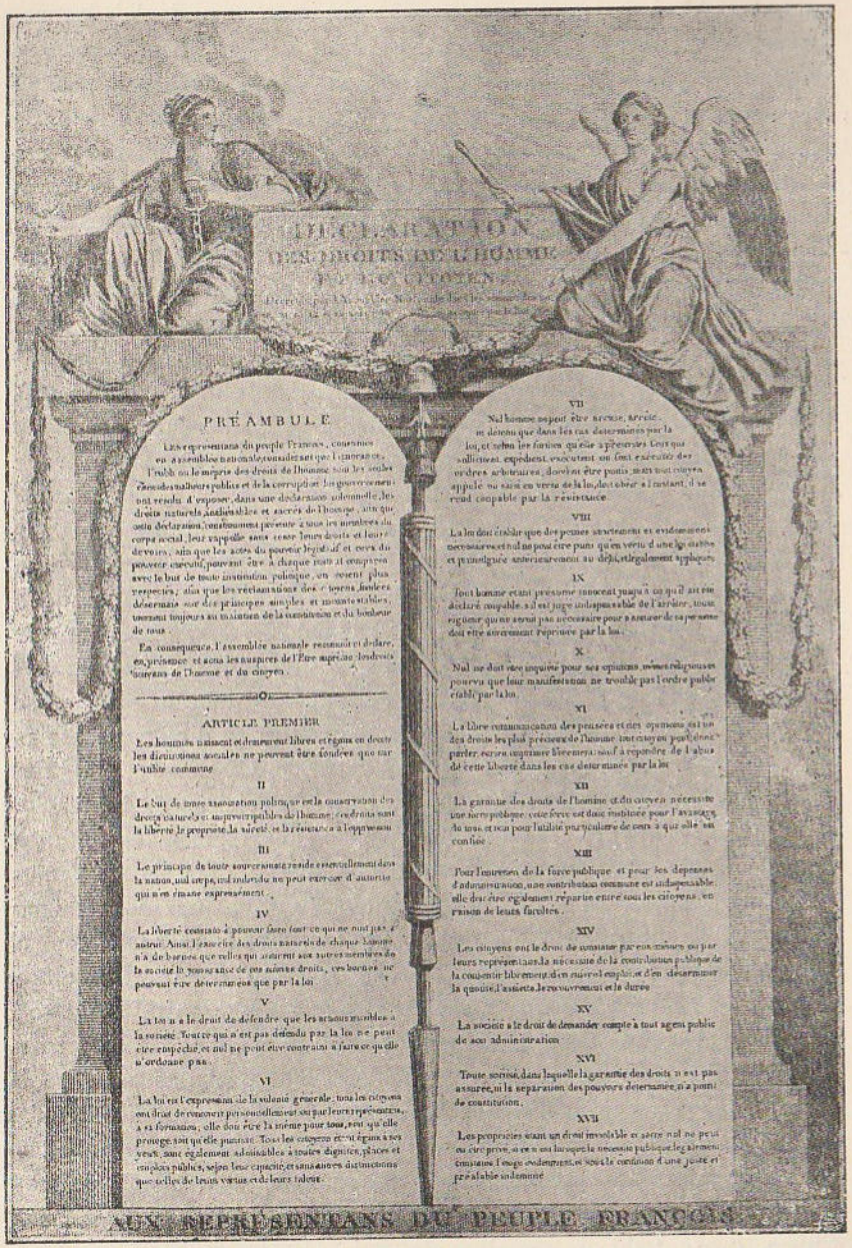
Pesada a enorme cabeça pousada sobre uns ombros largos, a pele branca, a cara inchada e picada das bexigas, os olhos castanhos, os cabelos crespos, a boca pequena, a mão fina, este homem atrai e repele ao mesmo tempo. Voluptuoso, ardente, sanguíneo, duma sensualidade tirânica, a si mesmo se denomina um atleta em amor e, sob tal aspecto, é incorrigível, sem decência, nem medida, servido por um poder de sedução e de mentira a que poucas mulheres resistem. Tinham-no casado aos vinte e três anos com uma menina de Marignane. Pouco tempo lhe foi fiel; apenas o tempo necessário para se arruinar com ela em festas e em prodigalidades de toda a sorte. No decurso duma viagem, veio-lhe à cabeça parar em Grasse, em casa da sua irmã: Senhora de Cabris. Até a odiar com furor, experimentava por ela uma afeição tão exuberante que se haviam espalhado os boatos mais injuriosos a respeito dos dois. Um dia, quando Mirabeau passeava em companhia da Sr.ª de Cabris, vestida de homem, encontra um dos seus parentes, um tal Villeneuve, que passava por ter espalhado certas calúnias que indignaram toda a gente. Excitado por um repasto copioso, Mirabeau quebra-lhe o guarda-chuva nas costas e deixa-o meio prostrado. Ao escândalo seguiu-se a prisão. Mirabeau é conduzido ao castelo de If e, depois, transferido para Joux, perto de Pontarlier. Bem tratado pelo governador, podendo quase entrar e sair à vontade, seduz a marquesa Sofia de Monnier, foge para a Suíça com ela, apanha de passagem uma prima de sua irmã, é reconhecido como culpado de rapto, condenado à morte à revelia, extraditado e encerrado em Vincennes, enquanto Sofia vai dar à luz numa casa de correcção da rua Charonne.

Em Vincennes, durante três anos, Mirabeau lê, trabalha e escreve. O cérebro, como o coração, está-lhe constantemente em ebulição. Sabe tudo, compreende tudo. O comércio, as finanças, as cartas de prego, o magnetismo, a agiotagem, Bicêtre, a estatística, as águas de Paris, a literatura obscena, não há nenhum assunto da moda que ele não tenha abordado e tratado com brilho, barulho

e êxito. «Nada ignorava, diz Aulard, daquilo que interessava aos seus contemporâneos e tudo o que aprendia assimilava-o ràpidamente, parecendo que o sabia desde que nascera». O regulamento de Vincennes era severo, mas não passava dum regulamento. De facto, Mirabeau comunicava livremente com o exterior. E aproveitava-se disso para bombardear Sofia com uma correspondência violenta e inflamada, até que, finalmente, em 13 de Dezembro de 1780, era posto em liberdade. Sem vintém, «nu como um verme», instala-se em casa de Boucher, agente de polícia, cujo generoso procedimento havia suavizado a sua sorte na prisão. A senhora Boucher não se mostra insensível nem às suas infelicidades nem à sua pessoa. E ele tece com ela uma intriga hàbilmente levada a termo, e ainda outras. Mas, como não tem tempo para se prender a estas bagatelas, logo que sai da prisão vê-se arrastado pelo tumulto da vida.

Processo em Pontarlier, processo em Aix, internamente de Sofia, processo de separação obtido pela senhora de Mirabeau, duelo com o conde de Galiffet, acção de prestação de contas contra Mirabeau pai, ligação com a senhora de Nehra, viagem a Londres, processo com um secretário, polémica com Beaumarchais, campanha contra a Companhia das Águas, dificuldades de dinheiro, viagens à Alemanha, ensaios panfletos, livros, diligências junto de ministros, umas vezes obsequiosas e outras arrogantes, a agitação pró Estados, as eleições, os Estados — nove anos de tempestades, de lutas, de procelas, de escândalos, uma mistura de génio, de deboche e de charlatanismo e, para terminar, a mais espantosa das reputações.

Acreditamos, de boa vontade, que os grandes homens têm gozado, junto dos seus contemporâneos, dum crédito igual à fama que nos deixaram. Na realidade, se Mirabeau era, de todos os deputados nos Estados, o mais célebre, era também o mais caluniado. Olhavam-no com curiosidade, mas com desconfiança. Suportavam a sua eloquência, mas tinham medo dele. Repudiado pela nobreza, fizera-se eleger pelo Terceiro Estado, mas não inspirava confiança alguma aos seus colegas. Falava-se correntemente da sua baixeza, da sua venalidade, dos seus vícios. Chegará a seduzir, a convencer, e a arrancar certos votos; terá influência, mas nunca terá autoridade. Na sua maneira de proceder, há sempre um desacordo contínuo, uma dualidade inevitável. Para vencer as prevenções, para ganhar popularidade, é obrigado a pôr-se à frente do partido avançado, armar em tribuno da plebe e em iniciador da democracia. É ele quem, depois da sessão real de 23 de Junho, levanta o ânimo da Assembleia e, com a sua célebre apóstrofe, aponta a fragilidade das ameaças reais. Em Julho, em Outubro, é ainda ele que encontra os períodos mais inflamados para anatemizar a concentração de tropas e o banquete da guarda privada. Torna-se então o ídolo da multidão e agrada-lhe este papel. O seu temperamento arrasta-o para isso. O barulho, os gritos, o contacto com as massas, tudo isso lhe chicoteia o sangue, o embriaga, o arrebata. E, no entanto, é um realista. Melhor do que isso: tem a doutrina da monarquia, um plano de acção muito sólida, muito meditado, ao qual voltará sempre e que, durante meses, tentará fazer adoptar por Luís XVI, convencido, com justa razão, de que tal plano será suficiente para manter e consolidar o trono. Um dia, na Assembleia, preparar-se-á para pedir sanções severas contra os arruaceiros que tinham saqueado a residência de Castries. As direitas, julgando erradamente que ele queria usar da palavra na vez de um dos seus membros, protestam violentamente contra a sua presença na tribuna. Mirabeau enfurece-se logo, profere as mais violentas apóstrofes contra as direitas, acusa-as de sedição, refere-se ao de leve ao caso de Castries e obriga a resolver que se passe à ordem do dia, isto é, a rejeição da repressão. Eis aqui, em ponto pequeno, a imagem dum ano. Nos últimos dias de Maio, Mirabeau, encontrou Malouet e disse-lhe: «Venho junto de vós por causa da vossa reputação. Sois um dos amigos prudentes da liberdade e eu também o sou. Estais aterrado com a tempestade que se avizinha e eu não o estou menos. Há entre nós mais que uma cabeça ardente, mais que um homem perigoso; nas duas primeiras ordens, na aristocracia, tudo o que tem espírito não tem senso comum, e entre os doidos conheço alguns capazes de lançar fogo aos paióis. Trata-se, portanto, de saber se a Monarquia e o Monarca sobrevirão à tempestade que se prepara ou se as faltas cometidas e as que ainda se hão-de cometer nos submergirão a todos. Sei que sois amigo de Necker e de Montmorin, que constituem quase todo o conselho do Rei. Desejo conhecer as suas intenções e dirijo-me a vós para obter uma conferência. Eles devem



Declaração dos Direitos do Homem

ter um plano de adesão ou de oposição a certos princípios. Se esse plano for razoável, no sistema monárquico, eu comprometo-me a empregar todos os meus meios, toda a minha influência para impedir a invasão da democracia que avança sobre nós».

Essa conferência realizou-se. Necker mostrou-se, a princípio, tão frio, tão alheio e tão reservado que Mirabeau veio-se embora sem ter pronunciado mais de quatro palavras. E, já que não queriam ouvi-lo de bom grado, tratou de se fazer temer. «O vosso homem é um doido! Ele receberá notícias minhas!», disse a Malouet. E cumpriu a sua palavra.

Um mês mais tarde, Mirabeau entra em relações com um grande senhor belga ao serviço da França, o conde de Marck, que, devido a alguns feudos que possuía no reino, havia sido eleito deputado da nobreza. Os dois homens simpatizam um com o outro. Jantam muitas vezes juntos e a sós. O conde está em boas relações com a Corte. «Fazei constar no castelo, disse-lhe Mirabeau, que eu sou mais por eles do que contra eles». Mas, no castelo, fazem ouvidos de mercador. Desprezo, rancor, desconfiança, pouco importa: todas as tentativas ficam sem resposta. E cada vez Mirabeau se irrita mais. «Que atitude me será possível tomar? O governo repele-me e eu não posso senão colocar-me no partido da oposição que é revolucionário, ou arriscar-me a perder a popularidade que é a minha força. Os exércitos enfrentam-se: é preciso que entrem num acordo ou que se batam. O governo, que não faz uma coisa nem outra, entrega-se a um jogo muito perigoso». E ainda: «Está tudo perdido; o Rei e a Rainha morrerão e a população há-de espancar-lhes os cadáveres... Sim, sim, espancar-lhes-ão os cadáveres; seria preciso, no entanto, que lho fizésseis conhecer».

Chegam as jornadas de Outubro. Mirabeau apercebe-se de que a Monarquia aviltada não se poderá levantar senão por uma acção decidida e organiza um grande memorial que envia ao conde de Provença, na esperança de que ele falará à Rainha. Tentativa inútil. Volta-se então para La Fayette. Chefe da única força organizada, La Fayette era olhado, junto do Rei, como defensor da corte contra as sedições populares e, junto do povo, como defensor da liberdade contra as conjurações da corte. Mirabeau oferece-lhe a sua aliança nas condições seguintes: fazer adoptar pùblicamente pelo Rei um programa de monarquia constitucional com um corpo legislativo

que consentiria o imposto e um poder executivo que fosse senhor na sua esfera; acabar com a política de usura de Necker; constituir um ministério de primeira força, no qual figurariam ao mesmo tempo Mirabeau e La Fayette, e que exerceria, em nome do Rei e da Assembleia reconciliados, uma verdadeira ditadura. La Fayette, encantado por imitar os mordomos do Rei não ouve senão metade. Responde com cumprimentos e com palavras amáveis. Mas a negociação divulga-se e, no dia 7 de Novembro, a Assembleia declara incompatíveis as funções de ministro e deputado.

Era necessário recomeçar, e em muito más condições. Afastado do ministério, Mirabeau não poderia ser senão um conselheiro íntimo e misterioso, e foi para isso que, depois de muita repugnância, Luís XVI acabou por o utilizar, mas pagando-lhe. Este papel, porém, não fora feito para ele. Uma vez primeiro-ministro, representante do trono, Mirabeau teria podido instalar-se, à luz do dia, sobre a brecha que tinha aberto e defendê-la com toda a sua energia. Mas não era este o caso. Era-lhe necessário representar em público um personagem de que abdicava em segredo. Tratava-se de uma posição falsa para um génio tão fogoso e para uma natureza tão indomável. Ao mesmo tempo que faz ao Rei observações ajuizadas, prudentes e comedidas, deixa escapar a todo o momento tiradas furiosas de que tem de se desculpar e corrigir o seu mau efeito. Em 1789, pronunciara-se contra os *assignats;* em 1790 faz votar a sua criação. Levados até este grau, o dom da palavra e o sentido do combate são forças de tal natureza que aquele que as possui nunca será senhor delas.

Conhecemos completamente os trabalhos remetidos por Mirabeau à corte. Consistem em cinquenta relatórios que vão de Junho de 1790 a Março de 1791. É um plano completo, não de contra-revolução, mas de utilização da Revolução. O que está morto, está morto e não merece ser chorado. Nada de distinção de classes. Nada de parlamentos. Uma monarquia moderna, na qual o poder real, obrigado a colaborar com os representantes da Nação, será, no entanto, muito mais garantido e muito mais forte do que quando se estava seguro pelos corpos privilegiados. Admitida esta base, será preciso ir para diante. Os recursos e os meios não faltam. As ocasiões apresentar-se-ão de per si. A bola virá ao jogador. Mas é preciso que decidam duma vez para sempre. Acabem com

as meias vontades, com as reticências, com as hesitações. Dirijam a opinião pública, em vez de se deixarem arrastar por ela, amaldiçoando-a. Em resumo: faça-se o contrário do que se vem fazendo há quinze anos!

Era pedir muito a Luís XVI. A sua educação, os seus hábitos, a sua filosofia, tudo nele se opunha a uma mudança desta natureza. Comprava os conselhos a Mirabeau, mas não os seguia e suportava o prestígio de La Fayette sem dele se aproveitar. Dir-se-ia que se comprazia na estéril rivalidade dos seus dois mentores, afim de ter um pretexto para não sair da indecisão. Maria Antonieta teria podido compreender a necessidade de agir e obrigá-lo a isso. Mas ela não viu Mirabeau senão uma única vez. Em Março de 1791, perseguido pelo ódio de Barnave, de Duport, dos Lameth e dos jacobinos, esgotado pelos excessos de trabalho e pelos excessos de prazer, Mirabeau caía doente sem esperança de cura. Em 2 de Abril, morria no meio de atrozes sofrimentos suportados estòicamente.

Nestes dezoito meses de tréguas, que tinha ganho a Monarquia? Uma ou duas grandes manifestações de lealismo, aclamações delirantes na festa da Federação, o 14 de Julho de 1790, alguns parágrafos da Constituição um pouco menos desfavoráveis à prerrogativa real e uma aparência de segurança — foi tudo o que ela ganhou. Foi tudo, mas não foi nada. Vendo os acontecimentos por alto, concluímos que foi um belo negócio frustrado, uma nova ilustração da crise da autoridade, aberta em 1774 com a demissão de Maupeou; analisando esses acontecimentos pormenorizadamente, chegamos à conclusão de que foram uma série de incidentes mais ou menos graves, sem ligação aparente, mas cuja repetição revela uma perturbação geral.

A instalação das novas autoridades administrativas eleitas não se fez sem perturbações, principalmente onde as paixões religiosas estavam mais acesas. Mas muito mais importantes foram ainda os motins militares, repetição mais agravada do caso da guarda francesa.

O ministro da Guerra, La Tour du Pin, era um homem honesto e um bom soldado, mas fraco, sensível, completamente do seu tempo, um desses homens, como diz Madelin, que procuram apagar um incêndio com uma esponja. Para a Assembleia, o exército era uma

força reaccionária de que se devia desconfiar e, como para apressar a sua dissolução, tinha em estudo os estatutos dum novo exército. Mas que era o antigo exército? Soldados, gente de saco e corda, transformados em guardas da sociedade por uma disciplina de ferro, oficiais inferiores ressabiados por lhes ser impedida a promoção mercê de medidas insensatas, oficiais divididos, uns liberais que deram, por ocasião da supressão dos parlamentos, o exemplo da desobediência, e outros, homens de dever, mas desarmados pela fraqueza dos seus superiores. Tudo isso não se mantinha senão pela tríplice acção da honra, da hierarquia e da força. A partir de 1789, a máquina desarticula-se.

Humilhados pelas municipalidades que gozavam agora do direito de mobilização, tratados como suspeitos pelos clubes, os chefes não conseguem fazer-se obedecer. Os mais enérgicos são denunciados pelas gazetas, apupados nas ruas e, em certas ocasiões, apedrejados ou assassinados. As casernas tornam-se focos de agitação revolucionária, onde pontificam comissões de soldados que se arrogam o direito de verificar as contas da administração e de denunciar à Assembleia e ao Ministério os actos dos seus coronéis ou dos seus capitães. Um regimento revolta-se, porque o querem mudar de guarnição; outro assalta a caixa do quartel e demite os oficiais; um terceiro ainda põe cerco à casa do coronel. Na Primavera de 1790, registaram-se insurreições de 20 corpos de tropas.

Nos portos militares é ainda pior. Centros artificiais, onde não existe outra indústria senão o arsenal, outra receita senão as modestas despesas dos oficiais, outra burguesia senão alguns homens de leis, vêem-se ràpidamente entregues às sociedades populares, das quais as autoridades e a guarda nacional são apenas humildes servos. Não recebendo de Paris senão vagas exortações à clemência, certos de que serão demitidos à menor sombra de resistência, os comandantes multiplicam as concessões, as baixezas e as afirmações de civismo, sem que obtenham, com esta abdicação diária, outra coisa que não seja uma anarquia ainda maior. Em fins de 1789, os operários abandonaram os arsenais. Em Toulon, no dia 1.º de Dezembro, rebenta uma insurreição geral nos depósitos e nas oficinas. O comandante, Albert de Rions, tenta dominá-la. Sob o pretexto de o subtrair a vinganças, a municipalidade mete-o na prisão com todo o seu estado-maior. A Assembleia nem se digna censurar

este atentado e o conde de Rions, depois de ter sido solto, foi logo demitido. Em São Domingos, os homens da base naval revoltam-se, formam um governo insurreccional, são batidos, mas apoderam-se dum dos navios, o *Léopard,* e refugiam-se em Brest, onde chegam em Agosto de 1790. Foi o sinal dum levantamento geral que só acabou cinco meses mais tarde com o desarmamento da esquadra. Os marinheiros da divisão de Saint-Félix, em cruzeiro pelas costas da Índia, avisam delicadamente o seu almirante de que, em caso de guerra, não se bateriam, a não ser que a julgassem justa e oportuna. Em La Réunion, o comandante Macnemara foi assassinado.

Nos pontos em que as tropas se conservam fiéis, surgem conflitos com os novos magistrados. A municipalidade de Marselha entra em exercício em Janeiro de 1790. Apenas instalada, exige do Rei a retirada da sua guarnição, o que lhe foi concedido. Restam apenas os destacamentos alojados nos fortes. A municipalidade intima os comandantes a evacuá-los, sob pena de serem considerados promotores da guerra civil e, para apoiar o seu ultimatum, fá-los cercar por seis mil guardas nacionais. Deu-se a capitulação. Apenas um, o cavaleiro de Bausset, recusa a sua assinatura. Foi assassinado e a sua cabeça andou a passear na ponta duma lança. «Lamentável acidente», diz o relatório oficial. O ministério agita-se e a Assembleia pede ao *maire* que entregue os fortes ao exército. Como ele está decidido a nunca os entregar, resolve mandá-los demolir. Enquanto apresenta em Paris o protesto da sua submissão, duzentos operários começam a destruição da cidadela e os jacobinos lançam uma contribuição obrigatória para pagar a esses homens.

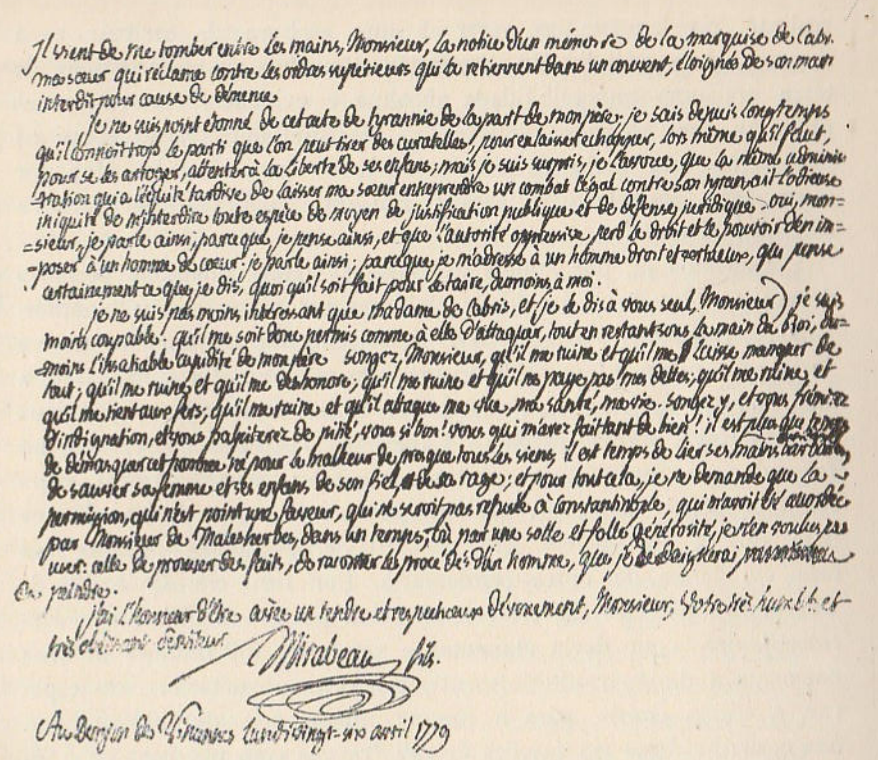
Apesar do seu carácter comovente de fraternidade nacional, a festa da *Federação* precipitou os acontecimentos. Todos os regimentos estavam representados na grande parada do Campo de Marte. Os seus delegados permaneceram em Paris vários dias. Acariciados e doutrinados pelos clubes, voltaram para a sua província com a cabeça em fogo e cheia de declamações revolucionárias. Em Agosto, revoltaram-se três regimentos em Nancy. O marechal de campo de Noue é preso, trazido para fora da sua casa, ferido e metido numa enxovia. O movimento estende-se a Lunéville. Os guardas nacionais do departamento aderem a ele. Instigada por La Fayette, a Assembleia ordena a Bouillé, segundo comandante de Trois-Evêchés, que organize os serviços de repressão.

quota mobiliária o sistema adoptado pela Constituinte era demasiado complicado: seria abolido em 1795; será preciso voltar ao assunto muitas vezes e trabalhar-se-á nele ainda no Consulado. A contribuição industrial dará também análogos dissabores: suprimida em 1793, restabelecida dois anos mais tarde, modificada em várias ocasiões, ficará anos sem render grande coisa.

O abismo não se poderia encher senão duma maneira: lançando para dentro dele a fortuna dos particulares e, principalmente, a fortuna do clero que se não assemelhava às outras e que a tradição e a corrente geral das ideias permitiam considerar como uma fracção da fortuna pública temporàriamente desviada.

A ideia andava já no ar há muito tempo. Calonne foi talvez o primeiro que a teve e a pôs a circular. Muitos memoriais tinham-na apoiado. E essa ideia impunha-se tanto mais quanto desse enorme amontoado de riqueza uma grande parte não servia senão para sustentar cabidos ociosos, abades debochados e ordens monásticas em decadência. As palavras decididas foram pronunciadas por um bispo, Talleyrand. Em 16 de Outubro, propôs que os bens do clero fossem entregues ao Estado e o seu projecto foi imediatamente admitido, aperfeiçoado e apoiado por Mirabeau, Barnave e Thouret.

A sua argumentação tinha o mérito de ser simples e directa. O clero não podia ser já considerado como proprietário dos bens eclesiásticos, mas apenas como administrador duma fortuna legada ao conjunto dos fiéis, isto é, ao país inteiro, que conservava sobre tal fortuna uma soberania absoluta. O clero, não existindo senão como ordem, não podia existir senão como administrador. O Estado tinha o direito e a lógica de o substituir. Havia apenas uma condição: reconhecer o passivo no mesmo pé do activo, isto é, garantir as despesas que eram a contrapartida das receitas. Debalde os defensores da propriedade eclesiástica, os abades Maury e Sieyvés, bem como o bispo de Boisgelin objectaram que as dádivas tinham sido feitas, não à comunidade dos fiéis, mas a um determinado estabelecimento particular, a tal igreja, a tal mosteiro, especialmente designados; que a propriedade colectiva merecia tanto respeito como a propriedade particular; que tocar numa era preparar a destruição da outra; que a operação em vista nada traria para o tesouro e não serviria senão para enriquecer o negro bando dos especuladores



Fac-simile de um autógrafo de Mirabeau

e dos intermediários. Nenhum raciocínio se poderia sustentar contra a ameaça da bancarrota e se, além disso, os deputados não tivessem acreditado na necessidade da confiscação, tê-la-iam contudo votado para tirar ao clero o seu principal instrumento de poder e prestígio.

Em 2 de Novembro, por 568 votos contra 346, a Assembleia aprovou a proposta de Talleyrand: os bens do clero eram declarados à disposição da Nação, com obrigação de esta prover eventualmente, e por forma conveniente, às despesas do culto, à manutenção dos seus ministros e ao auxílio à pobreza. Era uma fórmula vaga, da qual não resultava nem a venda nem o sequestro. Mas é claro que esta situação ambígua não se podia manter por muito tempo. O Estado não necessitava duma hipoteca distante, mas sim de recursos imediatos e, para ele, todo o problema consistia em

realizar ràpidamente as reservas que acabava de atribuir a si mesmo. Uma adjudicação precipitada de dois ou três biliões de terra era uma impossibilidade absoluta e evidente; restava apenas preparar uma alienação progressiva, fazendo antecipação sobre os pagamentos por meio de uma emissão de papel moeda. Mas por quem seria emitido esse papel? Em que quantidade se faria a emissão? E como?

Sabemos já, por muitas experiências feitas, quanto é perigoso deixar ao Estado a faculdade de imprimir notas à sua vontade. Um intermediário vigilante, um estabelecimento autónomo bastante forte para se opor às ordens formais do ministro das Finanças é, a tal respeito, o meio mais seguro de evitar catástrofes. Apesar da sua existência movimentada, a Caixa de Descontos conservava, no meio daquela confusão, o crédito e a solidez necessária para exercer este papel regulador. Neckar punha-a à frente e isso bastou para que a Assembleia não concordasse. Andou-se durante um mês em busca de outra combinação. Por fim, em 19 e 21 de Dezembro, foi resolvido criar uma Caixa nova — *la Caisse de l'Extraordinaire* — que devia alimentar a venda de 400 milhões de bens nacionais a designar ulteriormente, conforme inventário. Sem esperar, a Caixa emitia, para a mesma importância de 400 milhões, *assignats* divididos em facções de mil francos com um juro de 5 %. Estes *assignats* seriam, em parte, entregues à Caixa de Desconto como reembolso dos seus adiantamentos, e o restante seria recebido de preferência no pagamento dos bens nacionais.

Não se tratava ainda de verdadeiro papel-moeda, mas duma obrigação hipotecária que seria impossível utilizar em transacções correntes. Não tardou que estes 400 milhões estivessem devorados e, na Primavera de 1790, voltava novamente o *deficit* com uma dívida um pouco mais pesada e uma opinião pública um tanto mais inquieta. Por isso, em Abril, a Assembleia dava novo passo: o clero seria simples e puramente espoliado; O Estado tomava à sua conta todos os encargos: os bens eclesiásticos confiscados, estando agora isentos de qualquer reivindicação, passavam a ser dados como penhor directo para os *assignats;* esses *assignats* teriam para futuro curso forçado e deveriam ser recebidos como metal soante em todas as caixas do reino. Em 9 de julho, estava resolvida a alienação total dos bens nacionais por meio do papel-moeda. Em 29 de Setembro,

faz-se a emissão duma nova série de 800 milhões de notas — desta vez sem juros — para reembolso da dívida pública. Depois de andar um ano às apalpadelas, a Revolução encontrava finalmente a sua política financeira: a inflação.

Quando se lêem os debates que precederam a votação destas diferentes medidas, não há quem deixe de ficar impressionado com a sua actualidade. São palavras que temos ouvido, discursos que soam aos nossos ouvidos, argumentos que nos são familiares. A ciência financeira não é nova. São sempre os mesmos problemas que surgem, e as soluções possíveis, boas ou más, não são muito numerosas. Assim como os governos europeus depois da guerra, os Constituintes não precisam de ir muito longe para encontrar exemplos e lições. Se o sistema de Law datava de há setenta anos, a falência do papel americano estava-lhes ainda diante dos olhos. Mas nada serve às multidões apaixonadas e encontram-se sempre razões para as cegar.

A inflação de Law e a inflação americana eram — como se dizia — más inflações, inflações condenáveis, pois apenas assentavam sobre esperanças; para uma, os tesouros imaginários dos Mississipi; para outra, o futuro incerto duma República que estava a nascer. Poder-se-iam comprar a estas cauções hipotéticas dois biliões de boa terra francesa? Poder-se-ia imaginar um papel mais sólido, mais são e mais honesto do que aquele que representava este tesouro?

As pessoas prudentes observavam que o valor nominal das notas não tardaria a exceder o valor real do penhor; que este valor era muito mal conhecido e, além disso, sujeito a variar, conforme as colheitas, o preço do trigo, o aumento ou a diminuição do comércio e que, finalmente, se um bem imóvel é suficiente para servir de penhor a uma obrigação encerrada numa gaveta, não o é para garantir um papel-moeda que não se sustenta senão com a condição de poder ser trocado a cada instante por uma quantidade fixa de moeda metálica. Se um particular se recusasse a receber *assignats,* seria possível oferecer-lhe, em substituição, um pedaço de muro arrancado duma abadia ou um pedaço de terreno tirado a um cabido, como lhe ofereceriam, no caso de se tratar de verdadeiro papel-moeda, escudos ou luizes? Dentro e fora da Assembleia, Talleyrand, Lebrun, Malouet, Condorcet, Dupont de Nemours e

Lavoisier multiplicaram contra o *assignat-moeda* os avisos e os conselhos. Impossibilidade de suster as emissões numa crise terrível, depreciação acelerada das notas em relação ao dinheiro, perturbação nas fortunas, elevação do preço de vida que ia a par com o crescimento dos meios de pagamento, desorganização do comércio, miséria geral — eis um pequeno número dos acontecimentos a que a inflação dava causa. Dupont de Nemours fez escândalo, quando anunciou o pão a cinco soldos a libra, o vinho a dezasseis soldos a garrafa, os sapatos a doze francos o par. Havia apenas um erro: o de ser muito modesto nas suas avaliações. Em 1796, o pão será a 50 francos e um par de botas custará 4 000.

Aos argumentos mais fortes e mais convenientes, ao protesto quase unânime das praças de comércio, os partidários do *assignat-moeda* responderam com razões de oportunidade e de política.

O numerário esconde-se, a indústria definha, o comércio sofre. O *assignat* trará a abundância. Abundância fictícia, se quiserem, mas que importa? Tudo é preferível à estagnação, à perturbação e ao desemprego. Se as notas se depreciam, maior interesse haverá em po-las fora ràpidamente. A venda dos bens nacionais será acelerada e a produção será estimulada. «Fala-se, gritava Mirabeau, da alta dos géneros, do encrecimento da mão de obra e da ruína dos manufactores que se avizinha. Porque não falam também das centenas de manufacturas que não têm obra, da multidão de operários que morrem de fome, de milhares de comerciantes cujos negócios se extinguem num repouso pavoroso? Diz-se que duplicar assim o numerário equivale a duplicar em pouco tempo o preço de tudo e que, se o mesmo número de objectos a representar tiver o dobro de sinais, cada um deles perderá metade do seu valor. Trata-se de uma falsa dedução, se é que tal dedução existe! Sendo os sinais dobrados, os objectos a representar multiplicam-se, o consumo e as reproduções crescem, milhares de coisas postas de parte voltam a ter o seu valor, os trabalhos aumentam, formam-se úteis empresas e a indústria fornece matéria para novas despesas». E o abade Brousse vinha ainda reforçar esta opinião: «Por acaso já foram bem calculadas as necessidades da agricultura, da indústria e do comércio? Sabe-se qual é a medida exacta das suas necessidades, após tantos anos de amarguras e de opressão, agora que começa o reinado da liberdade? Quem poderá

deixar de compreender que um bilião a mais, longe de ser um encargo insuportável, não é, antes, um germe de vida e de felicidade? Vejam que, com este novo socorro, as artes e a actividade comercial se reanimam, criam-se novas empresas, tentam-se especulações mais ousadas, o mar cobre-se de novas frotas e, sobre o solo privilegiado da França, espalha-se a prosperidade sob todas as formas. Por outro lado, recusando o *assignat*, porque o havemos de substituir? Por privações, por economias, por uma conversão forçada da dívida ou por novos impostos cobrados a rigor? Serão outros tantos processos que irão comprometer a Assembleia e acarretar sobre ela o ódio do país.

Pelo contrário, o *assignat* ligará indissolùvelmente a sorte da Nação e a sorte da Revolução. Todos os compradores de bens eclesiásticos ficarão pessoalmente interessados no rebaixamento definitivo do clero. Todos os portadores de *assignats* tornar-se-ão os defensores do regime que os criou. «Os *assignats* — dizia Montesquieu — serão o laço de todos os interesses particulares com o interesse geral. Os próprios adversários tornar-se-ão proprietários e cidadãos pela Revolução e a favor da Revolução. Passarão a viver desta terra, agora libertada embora contra sua vontade, e isso será o termo dos vãos temores de que eles queriam lançar mão para deter a nossa obra». E ainda: «Trata-se de fortalecer a Constituição, de tirar toda a esperança aos seus inimigos e de os acorrentar à nova ordem para seu próprio interesse».

Os melhores princípios de economia política não tiveram peso suficiente para fazer face a semelhante tentação. A demissão de Necker, que se tornara tão impopular quanto havia sido adulado, passou quase desapercebida e não alterou coisa alguma. Aos 1 200 milhões de *assignats* primitivos juntaram-se 600 novos milhões em 18 de Maio de 1791, 300 milhões em 17 de Dezembro, 300 em 30 de Abril de 1792, 300 em 31 de Julho, 400 em 24 de Outubro, 300 em 1 de Fevereiro de 1793, 1 200 em 7 de Maio e 2 biliões em 28 de Setembro. Em 1796 chega-se a 45 biliões.

Quanto menos valor têm as notas, mais o seu número aumenta. Quanto mais se imprimem, mais elas baixam. Cada depreciação necessita de uma nova emissão e cada emissão traz consigo uma nova depreciação. De milhões em biliões, a máquina vai rolando para o abismo; mas, para a deter nesta carreira funesta,

seria preciso que houvesse uma imensa coragem e uma heróica vontade. A inflação não é outra coisa senão a facilidade, a ilusão, o perigo adiado, a dificuldade prorrogada para o dia seguinte. E era tão cómodo ocultar o encadeamento fatal das coisas com jogos de cifras,, com ameaças dirigidas contra os aristocratas e declarações contra Pitt e Cobourg! Ao depreciar-se, o *assignat* criava um terreno de escolha para a demagogia, e cada empresa da demagogia era um golpe no *assignat*. Com este duplo propulsor, os fenómenos revolucionários tornam-se cada vez mais intensos. Para aumentar o penhor terreno do papel, as Assembleias foram levadas a criar novas categorias de suspeitos, cujos crimes, imaginários ou reais, serviram de pretexto a novas confiscações. A queda do câmbio, a vida mais cara, miséria, a agiotagem, o desmoronamento das fortunas contribuírem para aumentar o pânico e pôr o país no estado de desvairamento necessário aos movimentos insurreccionais e às medidas extremas. Depois de se terem embriagado um momento com a riqueza fictícia que saía das máquinas de impressão da *Extraordinaire*, as cidades viveram anos de desordem e no mêdo da fome. E, como longe de renegar os seus primeiros erros, a Revolução mais se encarniçava neles, por efeito conjugado do mal e do remédio, a situação não fez senão piorar até ao dia em que tudo rebentou.

Mas, por um contraste muito natural, o *assignat*, que arruinava as cidades, enriquecia as aldeias. Os bens nacionais eram pagáveis em *assignats* e os compradores tinham doze anos para fazer a liquidação. Como o Estado resgatava o seu papel ao par, bastava esperar a baixa para aproveitar a diferença entre o valor nominal e o valor real. Em 1796, um *assignat* de 100 libras, que valia seis soldos, era recebido nos *guichets* oficiais em pagamento de 100 libras de boa terra. Os camponeses, que, em troca do trigo ou da manteiga, recebiam um número crescente de notas, podiam comprar uma herdade pelo preço dum pombal. Quanto mais se acelerava a derrocada financeira, maior era o seu lucro. A princípio, ainda houve certa concorrência e algumas liquidações a dinheiro. Padres, nobres e burgueses que tinham fundos líquidos apresentaram-se como compradores, sem a menor hesitação e sem o menor escrúpulo. Os camponeses, embora não fossem excluídos destas primeiras operações, não tiveram nelas a parte mais forte. Mas, dali por diante, os grandes compradores foram, por sua vez, proscritos; e os

seus bens, próprios ou adquiridos, postos em adjudicação. Aqueles que foram poupados viram fundir-se os seus rendimentos, ao passo que os rurais, produtores de géneros de primeira necessidade, aumentavam os preços em proporção da baixa da moeda e, por último, foram eles os que ganharam no negócio, não os jornaleiros — estes reclamavam uma divisão igual e uma distribuição gratuita — mas sim os lavradores, os tanoeiros, à maneira do Tio Grandet, os comerciantes de vinhos, os estalajadeiros, os artesãos e os lojistas da aldeia. Num estudo sobre as vendas em

«Assignat»

Bondres-du-Rhône, o Sr. Montin cita o caso de três irmãs: Maria, Madalena e Teresa Chabrier que compraram por 218 000 libras, com um lanço inicial de 61 350 libras, uma casa proveniente da congregação de Saint-Homobon, que pr eparam em sete meses. Ou ainda o caso de Agostinho Blanc que teve por 370 libras em numerário, um prado e uma granja avaliados em 1 890 e adjudicados por 6 100.

A este respeito, a Assembleia tinha visto bem as coisas. O *assignat* garantiu a Revolução. Receando serem desapossados por

uma reacção e estando tanto mais agarrados às suas terras quanto as tinham adquirido por quase nada, os compradores dos bens nacionais tornaram-se os defensores forçados do regime que os fizera proprietários a tão baixo preço. Mas, sendo os sustentáculos da Revolução, não eram, por forma alguma, os seus animadores. Para eles, a Revolução dera já todos os seus frutos. Uma vez resolvida a questão agrária muito para além das suas esperanças, nada mais desejavam agora. Quando chegarem os dias sombrios da guerra e das requisições, chamarão com os seus votos o ditador republicano que saberá, ao mesmo tempo, sancionar a evicção dos aristocratas e garantir aos seus sucessores o desfruto sossegado das fortunas confiscadas. Dos decretos de finanças de 1790 surgiu assim uma série completa de consequências contraditórias, mas lógicas, que pesaram sobre nos anos seguintes.

Os Constituintes fazem, na história, figura de homens prudentes. Há observadores superficiais que opõem a sua acção à das outras duas Assembleias. É uma pura fantasia. A política da Constituinte comprometia de tal forma o fuuro que a Legistativa e a Convenção pouco mais poderão que sofrer-lhe ou desenvolver-lhe os efeitos. Entre elas não há qualquer corte, nem qualquer desvio, mas apenas uma insensível sucessão. O que uma fez tinha sido apadrinhado pela outra. E isto é verdade para a questão financeira, como o é também para a questão religiosa.

7. VARENNES

DESPOJANDO o clero das suas dízimas em primeiro lugar e, seguidamente, do seu capital, os constituintes tinham-se comprometido, na mesma ocasião, a reembolsar as suas dívidas e a assalariar os seus membros. A Igreja e o Estado encantravam-se assim estreitamente associados, sob o pretexto de economias e reformas, e a Assembleia depressa se viu tentada a regular os assuntos do corpo eclesiástico, de forma que o subordinasse inteiramente

Externamente e à distância, a Igreja tem força e grandeza. Há cerca de cento e vinte mil pessoas ligadas pelos laços sagrados: cento e trinta bispos, quinhentos ou seiscentos vigários-gerais, cinquenta mil curas, quinze ou dezoito mil cónegos e capelães, sessenta mil religiosos e religiosas — um verdadeiro exército a que não faltam nem os conhecimentos nem aptidões. Quando, por ocasião das procissões do Corpo de Deus, se estende o longo cortejo das confrarias e das congregações; quando, entre tapeçarias e folhagens, refulge o tesouro das catedrais e dos mosteiros, quem ousaria adivinhar, para além desses esplendores, qualquer sinal de decadência ou de fadiga? Mas, no entanto, a Igreja vai declinando. Não se pode dizer que seja grande o número de membros indignos. Na sua grande *Histoire Religieuse*, o Sr. de la Gorce observa, com muita razão, que os depravados, entre os padres de 1780, são uma ínfima excepção. Mas, se o escândalo é raro, o zelo não o é menos. Dias sem luta, estudos sem fé, uma religião sem chama — tal é a

vida de muitos clérigos. Pregam, mas sem ardor; socorrem os pobres, mas não os procuram. Os mais activos empregaram-se na complicada administração dos estabelecimentos da ordem; os mais eruditos redigem memoriais para as academias e os mais ambiciosos tomam parte nas assembleias locais. Entre tantos cuidados terrestres, nada fica para Deus. Os mosteiros despovoam-se por falta de noviços e, no último degrau da hierarquia, os curas da aldeia, mal pagos, sobrecarregados com trabalho, desempenham o seu cargo como um ofício que já não sustenta quem o exerce.

Era preciso que houvesse uma mudança. E tal mudança impunha-se aos católicos mais intransigentes, e parecia tanto mais fácil de realizar quanto o baixo clero se tinha mostrado favorável à Revolução, e porque, em resumo, os bispos quase nada tinham feito para entravar a marcha dessa Revolução, nem mesmo quando se tratara da nacionalização. O caminho a seguir estava naturalmente indicado: uma negociação regular entre o Rei e o Vaticano ou, pelo menos, conferências oficiosas por intermédio dos principais prelados. Mas os Constituintes eram demasiadamente filosóficos para se vergarem a este empirismo. Uns consideravam a Igreja como infame refúgio de todas as superstições e acreditavam sinceramente que o espírito humano não seria libertado senão no dia em que ela fosse esmagada; outros, imbuídos de direito romano, servidores apaixonados do estado, não admitiam, entre ele e os indivíduos, nem corporações nem corpos intermediários; outros, finalmente, protestantes e jansenistas, traziam nas suas veias os rancores insaciados de Port-Royal e dos *Camisards* (1). Já em 28 de Outubro de 1789, um decreto apreciado inesperadamente num fim de sessão havia suspendido, a título provisório, a profissão de votos nos mosteiros e, a 13 de Fevereiro de 1790, a interdição tornava-se definitiva. Quanto aos votos antigos, o poder civil passaria, para futuro, a desconhecê-los e deixaria de garantir o respeito por eles. Por fim, ordenara-se o reagrupamento dos religiosos num pequeno número de casas. A evacuação dos conventos, a que fora dado outro destino, não provocou qualquer agitação. Muitas cidades e vilas tinham pedido, por meio de representações, a conservação das suas abadias.

(1) Protestantes de Cévennes que pegaram em armas depois da revogação do Edicto de Nantes. — *(N. T.)*.

E toda a simpatia não foi além disso. Não houve perturbações graves senão em Montauban, onde católicos e protestantes se bateram.

Mas, até ali, não tinha havido senão escaramuças. O verdadeiro assalto verificou-se na primavera de 1790, quando a comissão eclesiástica da Assembléia terminou o seu relatório. Os mais importantes dos seus membros eram advogados e, mais particularmente, antigos advogados do clero. Tomaram parte em processos de dízimas, de sucessão e de meação, de forma que «não penetraram no mundo eclesiástico senão pela porta das suas baixezas, das suas rapinas e das suas vaidosas competições. Não tendo examinado senão alguns *dossiers* cheios de misérias, persuadiram-se de que toda a vida clerical não era outra coisa senão a repetição desses mesmos *dossiers*» e, pouco a pouco, veio-lhes à mente a ideia de libertar e renovar essa vida clerical por um regresso à simplicidade primitiva. Da mesma comissão fazem ainda parte um bispo assustado que nunca lá aparecia e alguns tímidos abades, dóceis, com a esperança de que a sua docilidade seria recompensada e, por fim, legistas altivos e austeros que pretendiam reduzir os padres ao papel inferior de oficiais da moral e da instrução, de harmonia com a fórmula de Mirabeau e o espírito do *Vicaire Savoyard* (1). Da colaboração dos legistas e dos jansenistas saiu o projecto de *Constituição Civil*, que foi apresentado no fim de Abril, discutido em fins de Maio, votado artigo por artigo com sensíveis alterações no decorrer de Junho, aprovado no conjunto e submetido à aprovação real em 12 de Julho.

A Constituição iniciava-se por uma série de supressões. Destruía todos aqueles benefícios a que não estava inerente qualquer cargo, abolia todos os capítulos, destituía quarenta e oito bispos para não deixar senão um em cada departamento, reduzia a dez o número dos arcebispos, que passavam a chamar-se metropolitas, e não admitia mais que um cura em cada vila de dez mil habitantes ou comuna rural com uma área de duas léguas quadradas. Bispos e curas passariam a ser escolhidos pelos eleitores, que nomeavam os Conselhos de distrito e de departamento.

(1) *Profession de foi du Vicaire Savoyard* é um episódio do *Émile* de Rousseau, em que se defende a necessidade duma religião pessoal, fundada, ao mesmo tempo, sobre o espectáculo da natureza e sobre o sentimento interior. — *(N. T.)*.

As eleições haviam de fazer-se pela pluralidade dos sufrágios e ninguém seria excluído delas: nem os livre-pensadores, nem os hereges, nem os judeus. A instituição canónica seria dada aos bispos, não pelo Papa, mas pelo metropolita. Se este recusasse, o tribunal civil designaria outro prelado para o substituir. O Papa era simplesmente informado das nomeações, mas ficava entendido que estas informações seria «o sinal da unidade de fé e comunhão com o chefe da Igreja universal». Como funcionários, os curas seriam divididos em oito classes, com pensões que iriam de 1 200 a 6 000 libras. Os bispos receberiam 12 000 libras, os metropolitas 20 000 na província e 50 000 em Paris. Os emolumentos eram suprimidos e as ofertas reservadas para os pobres.

Tal é o conteúdo desse estranho acto que não correspondia a qualquer concepção nítida. Uns viram nele um primeiro passo para o aniquilamento da fé e outros um expediente para conservar ao povo aquele tanto de religião que lhe é preciso. Estes haviam procurado uma vingança, aqueles a esperança dum renascimento. «Destas colaborações de pensamentos, diz de la Gorce (cuja notável exposição nos limitamos a reproduzir) nasceu uma confusão enorme. Cada disposição faz-se ecompanhar de cláusulas contraditórias. Percebe-se uma obra de várias faces, frágil, impregnada de germes dissolventes e destinada a perecer, quer sob a fé integral que há-de renascer, quer sob a enchente da incredulidade que submergirá tudo». Considerando, por razões de boa organização, a religião útil à ordem social, os constituintes tinham querido «aprisioná-la num quadro oficial em que ela se conservaria sem se renovar nem se alargar», e, ao mesmo tempo, não davam à Igreja outra escolha a não ser a servidão ou a revolta. No caso de obediência, seria a escravatura; no caso de rebelião de consciência, a guerra civil.

Não teriam os membros da comissão eclesiástica pressentido este dilema? No fim do projecto, fora acrescentado um parágrafo assim concedido: «Dignar-se-á o Rei tomar todas as medidas que forem julgadas necessárias para assegurar a execução deste decreto». Que significa esta enigmática linguagem, senão que o Rei seria encarregado de interpretar e talvez de suavizar as vontades da Assembleia, de maneira que as tornasse aceitáveis para a autoridade pontifícia? Mas, embora em meados de Junho uma nova batalha entre protestantes e católicos tivesse ensanguentado

as ruas de Nîmes, a Assembleia não dá mostras de ter admitido, um só minuto, a eventualidade duma resistência. Suprimiu o convite feito ao Rei para negociar, sem lhe substituir o menor artigo que reprimisse a indocilidade. Foi, sem dúvida, uma imprevidência maior; mas a sonolência do clero não deixava prever todas as capitulações?

O Papa Pio VI reinava desde 1778. Observara ele, em quase todos os países da cristandade, um enfraquecimento das forças católicas, atacadas de frente pelos filósofos e minadas à socapa pelos princípios reformadores. Naturalmente activo e ambicioso, tinha-se tornado, à força de afrontas públicas, paciente, prudente e resignado. As primeiras medidas revolucionárias incomodaram-no muito, mas esforçou-se por o não dar a conhecer. O cardeal secretário de Estado, Zelada, um velho de setenta e dois anos, mais ávido de repouso do que de lutas, aconselhava-lhe moderação. O embaixador de França, o cardial de Bernis, pedia-lhe que não se precipitasse. Contentou-se, portanto, numa carta muito confidencial, a exortar Luís XVI «a velar pelo deposito da fé e a não permitir que o erro se apoderasse do santuário». Veio depois, no Outono de 1789, a secularização dos bens da Igreja e, a seguir, em Fevereiro de 1799, a interdição da profissão de votos monásticos e a supressão das ordens religiosas. O Papa já não podia calar-se.

Em 29 de Março de 1790, num consistório secreto, condenava as recentes leis, mas a sua alocução não foi publicada; os jornais reseberam ordem de nada dizer e o Sacro Colégio aprovou unânimemente esta atitude. De Paris, ao mesmo tempo que a Constituição Civil começava a falar de si, o núncio transmitia por cada correio as opiniões que colhia entre os membros do episcopado. Todos recomendavam a conciliação: «É preciso, repetiam eles, que Sua Santidade venha em socorro da Igreja de França e, mesmo com os maiores sacrifícios, salve a sua unidade».

O próprio Luís XVI não perdia a esperança de arranjar um acordo que lhe permitisse, em consciência, sancionar a reforma eclesiástica sem ofender a Deus e à Igreja. Em Saint-Cloud, onde se havia instalado, gozava, sem pensamento reservado, a paz que se seguira aos grandes perigos de Outubro. Durante o Inverno tinha visitado os hospitais e as igrejas. Mostrara-se nas ruas. Quase por toda a parte fora acolhido não só com respeito mas

até com afeição. Dois dias antes de ter sido votada a Constituição Civil, presidiu à festa da *Federação,* assistiu à missa cantada celebrada no Campo de Marte e foi frenèticamente aclamado. «A idolatria pela Monarquia espalha-se com a força mais violenta, escrevia o *Courrier de Provence,* e parece que foram esquecidos os restauradores da liberdade francesa». Todos estes testemunhos de dedicação e respeito, longe de incitarem o Rei a preparar uma reacção, confirmaram, pelo contrário, a sua política de arranjo e contemporizações. Rei constitucional, rodeado de amor dos seus súbditos, esperava, numa afável expectativa, que as circunstâncias fizessem aparecer a necessidade dum poder executivo mais forte. Os directórios dos departamentos e distritos, que acabavam de ser eleitos e que se compunham, em geral, de burgueses submissos e honestos, muito dedicados à ordem e ao trono, não tardariam a aperceber-se de que, por falta dum chefe, a administração funcionava mal. Certos de que o Rei não meditava qualquer empresa contra-revolucionária e firmando-se na lealdade com que ele tinha aplicado as leis fundamentais, os deputados seriam obrigados a conceder-lhe algumas prerrogativas essenciais.

De que serviria comprometer os benefícios desta resignação num conflito clerical, em que ele não seria apoiado pela burguesia conservadora, que se conservara muito voltairiana?

Na defesa da religião, Luís XVI estava pronto a suportar tudo: mas, exactamente porque a partida era grave e uma falsa manobra podia causar as piores catástrofes, repugnava-lhe declarar-se contra a Assembleia sem ter esgotado todos os meios de conciliação. Por isso, pensou ratificar e publicar a Constituição, pedindo ao mesmo tempo ao Papa que a reconhecesse a título provisório. Entre o provisório e o definitivo, os dias ir-se-iam passando e a Assembleia, satisfeita por haver triunfado em princípio, não recusaria prestar-se às modificações indispensáveis; assim, o cabo seria dobrado sem tempestade.

Esta manobra devia ser vã. Por um lado, a Constituição feria muito a disciplina para poder ser sancionada pelo Papa, mesmo sob a condição de revisão, e, por outro lado, os constituintes eram demasiadamente sistemáticos para poderem tolerar a menor correcção na sua obra. O arcebispo de Aix, Boisgelin, que era, no entanto, o homem mais mole e mais pronto a recuos, redigiu uma breve

refutação da nova lei e imediatamente as suas reservas foram subscritas por trinta bispos e arcebispos e por noventa e três outros prelados. Mas, no seu desejo ardente de evitar o cisma, as autoridades não foram além dos protestos doutrinais. Entricheiraram-se numa atitude passiva, fingiram ignorar a Constituição e esperaram que os adversários tomassem a iniciativa dos primeiros golpes. Os cónegos continuaram a oficiar. Os bispos suprimidos conservaram a sua jurisdição e os bispos mantidos recusaram-se a aumentar a sua. O próprio Papa, não aprovando nem desaprovando, contentou-se com fazer uma consulta geral aos cardeais, teólogos e chefes das ordens. A situação tornava-se muito embaraçosa. Os directórios dos departamentos e dos distritos, encarregados de aplicar a lei, não sabiam o que haviam de fazer. Uns não faziam nada; outros faziam de mais e este misto incoerente de rigor e negligência complicava ainda mais as coisas. Foi então que surgiu na Assembleia a vontade porfiada de acabar com este estado de coisas por meio dum acto de força, por uma medida brutal que obrigaria os bispos e os padres a abandanarem aquela atitude de espectativa e a declararem-se abertamente a favor ou contra as reformas. A 27 de Novembro de 1790, a Assembleia, estimulada pelo protestante Barnave, decidia que todos os eclesiásticos em exercício deviam prestar juramento de fidelidade à Constituição Civil. Todo aquele que se recusasse a prestar tal juramento seria considerado demitido das suas funções e substituído. Os ministros do culto que, sem terem prestado juramento, continuassem a imiscuir-se nas suas antigas funções, seriam perseguidos como perturbadores. As mesmas sanções seriam tomadas contra os leigos que tentassem organizar qualquer resistência.

Um mês depois, Luís XVI ratificava o decreto. Aconselhado por Boisgelin, que lhe dissera que uma aceitação arrancada à força não afectaria a sua consciência, o Rei fizera este sacrifício, convencido de que agia a bem da paz pública e dos interesses do reino.

Criação do *assignat-moeda* em Setembro, obrigação do juramento em Novembro: em três meses, a Assembleia acabava de cometer as suas maiores faltas. Mas, ao passo que a inflação não fazia sentir as suas terríveis consequências senão pouco a pouco, o conflito religioso entrava, logo a seguir, na sua fase aguda.

Os deputados, que, do clero, olhavam apenas os membros

mais timoratos, julgavam que o decreto do juramento seria cumprido duma maneira geral. Mas depressa ficaram desiludidos. Entre os bispos, apenas sete prestaram juramento: Talleyrand, bispo de Autun; Jarente, bispo de Orleães; Lafont de Savine, bispo de Vivico; Brienne, arcebispo de Sens e antigo primeiro-ministro; Gobel, coadjutor do bispo de Bâle; Martial de Brienne, coadjutor de seu tio em Sens, e Dubourg-Miraudot, bispo *in partibus* de Babilónia. «Parece, diz M. de la Gorce, que, com estas defecções, a Igreja não ficou enfraquecida mas antes expurgada». Se dos prelados passarmos aos curas, os resultados não são tão fáceis de estabelecer, sobretudo nas aldeias, onde, para haver paz, foi permitido, por vezes, que o cura jurasse *sob certas reservas*. Por outro lado, muitos eclesiásticos, que a princípio haviam cedido, retrataram-se logo a seguir, quando o Papa condenou solenemente a Constituição, em Março e Abril de 1791. Por último, para avolumar os relatórios oficiais, metade dos quais se podem ainda ver nos arquivos, incluíram nas listas de submissão, a seguir aos padres funcionários, uma quantidade de religiosos e padres *habitués* (1) que estavam isentos de qualquer obrigação e que prestaram juramento levados apenas pela ambição, sem que ninguém lhes exigisse tal coisa. No conjunto, segundo os cálculos mais sérios, 52 a 55 % dos padres recusaram-se terminantemente a jurar. Os departamentos de Oeste, de Flandres e da Alsácia foram os que deram a maioria aos refractários. Os departamentos dos Alpes, Seine-et-Oise, Seine-et-Marne, Doubs, Nièvre e Soma deram a maioria aos constitucionais.

A Igreja antiga estava mutilada. Era preciso construir a Igreja nova. Os dois primeiros bispos eleitos, Expilly em Quimper e Marolles em Sussião, não encontravam ninguém que os sagrasse. Dos sete que tinham prestado juramento, três não gozavam do prestígio necessário para isso e os outros quatro esquivaram-se. «Juro, mas não sagro», dizia Brienne. Talleyrand, por fim, acabou por ceder, salvando assim a Igreja constitucional que, sem ele, estava condenada a desaparecer ou a lançar-se no presbiterianismo.

(1) Que não tinham dignidade nem ofício numa igreja, mas simplesmente licença para dizerem missa e assistirem aos ofícios divinos.. — *(N. T.)*.

Expilly e Marolles, sagrados por ele em 24 de Fevereiro, sagraram por sua vez, em 27, três dos seus confrades que sagraram também outros, de maneira que, em fins de Abril havia já sessenta prelados novos. Com os padres subalternos procedeu-se da mesma forma e as vagas preencheram-se com relativa facilidade, muito principalmente porque numerosas paróquias haviam sido suprimidas.

Tipos e trajos da época

Não bastava, porém, ter ministros e cultos: era preciso também que houvesse fiéis, e estes esquivavam-se. Privados das suas regalias e expulsos das suas habitações, os antigos curas não se tinham ausentado. Dizem missa, pregam e ministram os sacramentos. Se

o estado civil estava confiado ao cura constitucional e se era obrigatório procurá-lo para os baptismos, casamentos e enterros, nada impedia que se duplicasse a cerimónia oficial por meio de outra familiar, a cargo do cura refractário. Pelo Breve de 13 de Abril, o Papa declarou as consagrações criminosas e sacrílegas, interditou de todas as funções os cansagradores e consagrados, pronunciou a suspensão de todo o padre que não se retratasse dentro de quarenta dias. Logo após a sua instalação, os curas ajuramentados viram os crentes afastarem-se deles. Por ocasião da Páscoa, as igrejas estavam vazias. À missa assistiam apenas alguns indiferentes que ali iam por uma questão política. Por outro lado, os que não haviam prestado juramento, refugiados nas granjas, nas capelas ou nas igrejas vagas que tinham alugado, reunem à sua volta assistentes tão numerosos que os clubes ficam alarmados. Apesar do decreto de 7 de Maio, apesar da *Declaração dos Direitos* que garante formalmente a liberdade religiosa, vão-se empregar todos os meios para impedir que o culto privado se propague e dure mais tempo.

Quase por toda a parte surgem incidentes: crentes atacados e espancados em público, ofícios interrompidos com motins, capelas particulares invadidas e saqueadas. Mas tudo isso não atingia as consciências. Para desmoralizar os insubmissos, os partidários do decreto haviam encontrado melhor: fazer do piedoso Luís XVI um constitucional zeloso, obrigando-o a receber a comunhão pascal das mãos dum sacerdote ajuramentado. O infeliz Rei, que tinha mantido o antigo culto no interior das Tulherias, pensou defender-se contra esta apostasia pública, refugiando-se em Saint-Cloud, onde, já no ano anterior, tinha passado a Primavera e o Verão. A partida devia realizar-se no dia 18 de Abril às 10 horas da manhã. Quando as carruagens da corte se vieram alinhar diante do castelo, foram bloqueadas por uma multidão tão compacta que La Fayette se declarou impotente para a dispersar. Foi preciso renunciar à viagem. Tudo isto fora obra dum advogado, Danton, que se encontrava entre os agitadores. A esquerda não se contentou com esta vitória. Por meio de intimativas reiteradas, obrigou o Rei a licenciar dentro de dois dias os membros da sua capela, a dirigir-se precipitadamente à Assembleia para ali jurar de novo manter a Constituição Civil e a assistir, no domingo de Páscoa, à missa oficial celebrada em Saint-Germain-l'Auxerrois.

Não será possível exagerar a importância deste acontecimento. Coberto de humilhações, ameaças, despojado das suas prerrogativas, prisioneiro no seu palácio, Luís XVI deixara de ser livre nas suas opiniões. A sua consciência pertencia à maioria da Assembleia e a sua religião era-lhe ditada pelos clubes. A partir desse dia, considerou-se libertado de todos os seus compromissos de fidelidade à Revolução e só pensou em desembaraçar-se, o mais depressa possível, do jugo, cujo peso, sùbitamente, acabava de sentir.

Havia franceses que já tinham ido procurar refúgio no estrangeiro. Os primeiros haviam partido em 15 de Julho de 1789, no séquito do conde de Artois e do príncipe de Condé que, na véspera, haviam recebido um cartaz no qual se prometia uma boa recompensa a quem levasse as suas cabeças à taberna do Palais Royal. Feridos no seu orgulho e na sua honra pela supressão dos títulos e das partículas de nobreza, muitos fidalgos tinham-se ido juntar àqueles, na segunda metade do ano de 1789. A suspeita, os insultos e as assuadas encarregaram-se de correr com os outros. Em Fevereiro de 1791, as tias do Rei partiram também. Embora munidas de passaportes perfeitamente legais, foram detidas em Arnay-le-Duc e conservadas prisioneiras durante doze dias. Foi preciso que Mirabeau interviesse pessoalmente na Assembleia para que elas pudessem seguir viagem. Mas o que é permitido a particulares, mesmo da mais elevada categoria, não o é a um rei. O Rei de França não emigra nem abdica. Nunca Luís XVI pensou em tal. Todo o seu plano consistia em abandonar Paris às ocultas, retirar-se para uma cidade da província, reunir ali as suas tropas fiéis e, seguro pela força, subtrair o país à tirania dos clubes e da Assembleia. A imensa maioria da Nação, que percebia perfeitamente que a Revolução rolava para um precipício fatal, responderia ao seu apelo. O Rei perdoaria, pacificaria, reconciliaria e, após algumas convulsões, tudo entraria na ordem. Mas que cidade escolher? Outrora Mirabeau tinha aconselhado Rião, mas Luís XVI preferia Metz, porque Metz era a grande praça militar do reino, o quartel general de Bouillé e, depois da repressão de Nancy, o exército de Bouillé era suspeito aos *patriotas*. Tudo foi combinado entre Bouillé e Fersen, o dedicado amigo da Rainha, e fixou-se a partida para 6 de Junho. Mas os jacobinos tinham espiões até entre os criados do castelo. Foi necessário esperar que uma criada de quarto, suspeita

de traição, deixasse de estar ao serviço, e a partida foi adiada para o dia 20, que era uma segunda-feira.

As Tulherias estavam vigiadas como uma prisão: em todas as saídas, a guarda nacional; no jardim, nos pátios e ao longo do terraço, seiscentos guardas de secção armados; nas escadas e nos corredores, patrulhas permanentes; nas antecâmaras e nos salões, criados e suíços que dormiam à entrada de cada porta. Não se podia pensar em saírem todos duma vez. Às dez horas e meia, Madame de Tourzel, governanta dos príncipes de França, saiu em primeiro lugar, por um aposento deserto, levando pela mão o Delfim e Madame Royale. Cerca da meia-noite, depois de terem fingido deitar-se como de costume, o Rei, a Rainha e Madame Elisabeth, irmã do Rei, conseguiram sair para fora do castelo, um a um e por diferentes caminhos. O seu vestuário, muito simples, disfarçava-os um pouco e a Rainha vinha com o rosto velado. Depois, encontraram-se todos à esquina do Petit Carroussel, onde os esperava uma tipóia. O lugar estava apinhado de carruagens, cocheiros e palafreneiros. As tabernas regorgitavam de bebedores. Ninguém prestou atenção à família real.

Na barreira de Saint-Martin mudaram de veículo e continuaram a viagem a trote moderado. Um postilhão com uma muda de cavalos precedia a grande berlinda verde onde seguiam o Rei, a Rainha, os dois filhos, Madame Elisabeth e Madame de Tourzel. Às seis horas chegaram a Meaux e às oito estavam em Ferté-sous-Jouarre. Neste ponto deixaram a estrada de Dormans para seguirem pela de Montmirail, que era duas léguas e meia mais curta. O tempo anunciava-se magnífico. O Rei, com o itinerário na mão, interessava-se pela paisagem e ia distribuindo esmolas pelos mendigos que apareciam pelo caminho. No lugar de Chaintrix foi reconhecido pelo filho do chefe do correio, Lagny, que tinha assistido no ano anterior à festa da *Federação*. Mas Lagny é um bom realista e a berlinda volta a partir a toda a brida. Em Châlons, na rua de Saint-Jacques, novamente os viajantes foram reconhecidos. Os curiosos juntam-se à sua volta, mas nenhum faz qualquer gesto para os reter. No entanto, a partir deste momento a partida está comprometida. Levado por qualquer emissário desconhecido, o aviso da sua passagem vai preceder os fugitivos. Todas as aldeias estão alerta. A notícia alastra como rastilho de pólvora: «Vem aí o Rei!» E, quando os destacamentos de Bouillé, que, a quatro léguas de Châlons, deviam começar a escoltar os soberanos, se apresentarem para ocupar os seus postos de guarda, encontrarão já os camponeses tão exaltados que serão obrigados a retirar-se.

O Rei e a Rainha, que ainda esperavam ser bem sucedidos, tiveram a terrível revelação do perigo ao chegarem à Pont-de-Somme-Vesle, onde deviam encontrar os hussardos de Choiseul. Não encontraram, porém, nenhum: nem um único uniforme. A estrada estava deserta. Que haviam de fazer? Interrogar alguém? Mas isso equivaleria a trairem-se. Esperar? E se viessem atrás deles? Voltar para trás? Era impossível? Então? Então teriam de continuar a seguir o caminho sinistro, onde a catástrofe estava escondida.

Em Saint-Menehould, os dragões de Damas haviam chegado já várias horas antes, mas tinham bebido, passeado, conversado e não estavam muito seguros. Ainda a berlinda real não desaparecera e já no meio de grande excitação se gritava de porta em porta: «O Rei acaba de passar!» O filho do chefe dos correios e um empregado do distrito, Guilherme, a quem chamavam La Hure, ofereceram-se para deter o préstito suspeito. Montaram a cavalo e lançaram-se a galope pelos caminhos transversais que iam dar a Argonne. Em Clermont também não havia dragões; estava lá o seu coronel, conde de Damas, que, receando qualquer conflito com os burgueses, mandara embora a tropa. Era noite escura. Esgotados, os viajantes adormeceram. A berlinda levava meia hora de avanço, mas perdeu-a na cidade baixa de Varennes, à procura da muda de cavalos que estava preparada do outro lado.

Drouet, que conhecia os lugares, cortou a direito pela estrada de Montmédy, lançou o grito de alarme, acordou os municipais, estabeleceu barricadas na ponte de Aire e, quando a berlinda apareceu, foi sùbitamente rodeada pelos guardas nacionais armados que eram comandados por Sauce, procurador da comuna.

Os passaportes? Os passaportes, passados em nome duma amiga de Fersen, a baronesa de Korff, estão perfeitamente em regra. Não há qualquer razão para deter a carruagem. É essa a opinião geral. Mas Drouet intervém; grita, jura, faz um escarcéu. Sauce, aterrado, resolve deter a baronesa de Korff e os seus companheiros até ao dia seguinte e, delicadamente, oferece-lhes a sua casa para

passarem a noite. Um juiz, Destez, que se casou em Versalhes, corre, reconhece o Rei e inclina-se perante ele. Luís XVI, muito comovido, abraça-o, abraça Sauce e os oficiais da comuna, e explica tranquilamente que saiu de Paris porque sua família estava ali exposta a um perigo constante e arriscado a ser morta; cansado de viver entre punhais e baionetas, vem refugiar-se entre os seus fiéis vassalos. Num momento, não há ali senão amigos e fica combinado que, ao despontar da madrugada, o Rei continuará a viagem interrompida. Os hussardos, partidos apressadamente de Pont-de-Somme-Vesle, acabavam de chegar após uma longa marcha através da floresta. Choiseul e Damas acorrem e propõem ao Rei desembaraçar o caminho a poder de sabres para se porem imediatamente a caminho. Luís XVI recusa. Não é verdade que a municipalidade prometeu deixá-los partir dentro de algumas horas? De que serviria forçar aqueles bons camponeses? Nada de violências. Nada de sangue. Esta bonómia acaba por perder tudo. Sauce, cada vez mais embaraçado, tem tempo de mandar um correio a Paris. Em Clermont, esse correio encontra os mensageiros da Assembleia que, desde manhã cedo, galopavam no encalço da família real.

A fuga fora conhecida em Paris no dia 21, às sete horas. À guisa de despedida, o Rei deixara uma proclamação em que expunha, com toda a verdade, o estado desgraçado em que a França caíra. Enumerava todos os sacrifícios que fizera para estabelecer a concórdia e em recompensa dos quais não conseguira senão ver «a destruição da realeza, todos os poderes desprezados, as propriedades violadas, a segurança pessoal posta em perigo por toda a parte, os crimes impunes, o estabelecimento duma completa anarquia por cima das leis, e tudo isto sem que a aparência de autoridade que lhe dava a nova Constituição fosse bastante para reparar um só dos grndes males que afligem o reino». O documento é levado à Assembleia que ouve a sua leitura com ansiedade, esperando encontrar ali qualquer indicação sobre os projectos do Rei. La Fayette, uma hora antes da abertura da sessão, expediu para a província uma ordem do dia anunciando que Luís XVI tinha sido raptado pelos inimigos da Revolução e instigando todos os bons cidadãos a levantarem-se para o arrancarem das mãos dos seus raptores. A Assembleia aceita esta versão dos acontecimentos, manda proceder a um inquérito, ordena que seja disparado o canhão de

alarme e proibe a saída do reino a qualquer pessoa, mesmo que esteja munida dum passaporte legal. Mas esta agitação febril esconde mal os seus receios. Toda a gente acredita que o Rei alcançou a fronteira do Norte e de lá ditará as suas condições à França. Paris veio todo para as ruas e invadiu as Tulherias. Sobre a cidade paira um rumor imenso. Entre o Rei e a multidão sublevada, que peso poderá ter o frágil prestígio dos deputados? Que será feito deles amanha? Que valerão as suas cabeças? Vinte horas depois, o Rei, que se encontrava no quarto de dormir de Sauce, recebia, das mãos dos delegados da Assembleia, o mandado de prisão e exclamava: «Já não há mais Rei em França!» No drama de Varennes, que Lenâtre nos contou com tanta emoção, não faltam efeitos teatrais nem palavras históricas.

O mandado foi dado a conhecer aos soberanos às 5 horas. A viagem foi iniciada apenas às 7. O Rei tinha retardado a hora da partida o mais que pudera, sempre com a esperança de dar tempo a que Bouillé o viesse libertar. Havia já uma patrulha de cinquenta cavaleiros pelas searas, mas o seu chefe não se atrevia a ordenar coisa alguma. Qundo Bouillé chegar, por sua vez, com quatrocentos soldados da Royal-Allemand, os seus oficiais objectar-lhe-ão que os cavalos estão fatigados, que não há homens bastantes, que os caminhos estão maus, que não há vau na ribeira, que já é muito tarde e Bouillé acabará por se ir embora. Tudo aquilo que, de perto ou de longe, diz respeito ao trono encontra-se atacado da mesma paralisia.

O caminho de Varennes a Paris foi, para os prisioneiros, um verdadeiro calvário. O cortejo ébrio, a multidão ultrajante, as ameaças, os insultos, o cansaço: todas as cenas de Outubro renovadas e aumentadas. Perante o espectáculo do rebaixamento real, a cobardia popular exalta. Há pessoas que, pela porta da berlinda, lançam sibre a Rainha as piores porcarias, ao mesmo tempo que outros miseráveis escarram na cara do Rei. Em Châlons foi assassinado um homem, porque se atreveu a cumprimentar a Rainha. O edifício da Intendência, onde os soberanos passaram uma parte da noite, foi cercado e invadido por uma horda de maltrapilhos que vociferavam em alta voz: «Capeto é gordo de mais para o que lhe queremos fazer». Vamos fazer distintivos com as tripas de Luís e Antonieta e cintos com a sua pele». É preciso voltar a partir

sob uma trovoada de imprecações e vaias. Em Epernay, onde fizeram alto para almoçar, o pequeno Delfim é quase asfixiado e a Rainha é tão violentamente empurrada ao descer da carruagem que lhe rompem o vestido de cima a baixo. Terminada a refeição, Luís XVI, Maria Antonieta e Maria Elisabeth não podem sair da hospedaria senão um a um, metidos no meio dum grupo de guardas nacionais. Madame de Tourzel é transportada quase desmaiada para dentro da carruagem. Entre Epernay e Château-Thierry aparecem os três deputados que a Assembleia enviou como delegados: La Tour-Maubourg, Barnave e Pétion, um realista, um constitucional e um avançado. A custo abrem caminho por entre a turba. O Rei repete o seu eterno protesto: «Não queria sair de França; já o declarei e é verdade». Depois, ordena às suas companheiras que se apertem para dar lugar aos comissários e estes entram para a carruagem e apresentam as suas desculpas.

A presença dos deputados trouxe aos prisioneiros uma pequenas tréguas. Testemunhas indignadas dos insultos e das humilhações de que o Rei e a Rainha eram vítimas, esses três homens tomaram as providências necessárias para os libertarem da escolta sórdida e cheirando a suor que os acompanhava. À saída de Château-Thierry, por sua ordem, a guarda nacional a cavalo que viera de Suessião ocupou a estrada e impediu que os curiosos se aproximassem das carruagens que partiam à desfilada, guardadas apenas por alguns cavaleiros. Era a tranquilidade durante uma parte do trajecto. Os prisioneiros e os seus guardas puseram-se então a conversar. Barnave começou mal. Supondo que um dos guardas privados que se encontravam na boleia era o conde de Fersen, julgou-se no direito de esboçar um sorriso malicioso, quase sardónico, que era dirigido à Rainha. Maria Antinieta percebeu e apressou-se a declarar os nomes dos três guardas. Barnave calou-se. Pétion foi mais longe na sua insolência. Declarou que sabia tudo, que os fugitivos, no Carroussel, tinham subido para uma carruagem de aluguer conduzida por um sueco, cujo nome esquecera, mas que a Rainha poderia muito bem lembrar-lhe...

— Não costumo saber o nome dos cocheiros de carros de aluguer, replicou ela com altivez.

No entanto, passadas estas escaramuças, estabeleceu-se uma espécie de cordealidade. O rosto da Rainha desanuviou-se. O Rei

mostrou-se simples e bom, como sempre, falando pouco, mas com muito à-vontade e reflexão. Interrogou Pétion sobre os sentimentos da esquerda e acrescentou curiosamente:

— Senhor Pétion, sois partidário de uma República?

— Era-o na tribuna; aqui, creio que mudo de opinião.

O infeliz pensava que Madame Elisabeth estava apaixonada por ele e, no relatório da viagem, deixou consignada a sua boa sorte em trinta linhas que o cobrem de ridículo.

Dormiram em Meaux. Às seis horas, puseram-se de novo a caminho, sob um céu de fogo e numa atmosfera de chumbo. Tinha sido impossível organizar um serviço de ordem. A berlinda ia avançando passo a passo através de uma massa humana tão densa que não se avistava senão o ondear das cabeças. Gastaram-se treze horas até Paris. O préstito rodeou a muralha de cintura da porta de Villetti à de Beuilly e depois desceu os Campos Elísios até às Tulherias. Os guardas nacionais abriam alas, apresentando armas com a coronha para cima como num enterro. O *mot d'ordre* era «nem um grito, nem uma saudação», e este silêncio pesado era ainda mais esmagador do que a multidão comprimida. De tempos a tempos, ouvia-se ao longe um rufar de tambores, um sussurro da multidão, alguns gritos e tudo caía novamente em silêncio. Nas Tulherias, a berlinda parou em frente do grande portão de três degraus, que era preciso atravessar para chegar à porta central do Pavilhão do Relógio. Foi o momento crítico. Todas as instruções dadas foram esquecidas. A guarda está já cansada e incapaz de se conservar no alinhamento devido. A multidão, furiosa, precipita-se. A guarda privada fica envolvida naquela barafunda e desaparece. La Fayette, os deputados e diversos guardas acorrem, metem-se de permeio e conseguem novamente abrir alas. O Rei passa, com a maior calma e sem mostrar a mais leve emoção; ninguém lhe dirige uma palavra. Depois apareceu a Rainha; ouviram-se alguns murmúrios que depressa foram reprimidos. Aclamam o Delfim e a irmã. Madame Elisabeth e Madame de Tourzel, mortas de fadiga, são as últimas que atravessam a estreita passagem. Eram sete horas da tarde. A grade do peristilo volta a descer. No dia seguinte, quando acordou, a Rainha reparou que os seus cabelos estavam brancos como os duma anciã.

Quanto aos deputados, esses, sentiam-se ao mesmo tempo

orgulhosos e embaraçados. Tinham resolvido que Luís XVI ficaria detido nas Tulherias, sob boa guarda, e ordenaram ao ministro da Justiça que apusesse o selo do Estado nos decretos que eles votassem, sem haver necessidade da sanção real. Era a suspensão, quase a perda total de direitos, mas uma perda que deixava em aberto todas as dificuldades. O Rei seria, de facto, deposto para sempre? Qual seria então o seu sucessor? No caso de ser o Delfim, quem seria o Regente? Seria preciso, independentemente da pessoa do soberano, manter a Constituição ou proclamar a República? Que espécie de República? Uma República popular, que assentasse no plebiscito, ou uma República cesariana com um tribuno que seria qhase um ditador?

Os quatro dias de interregno não tinham sido assinalados por qualquer desordem grave. No entanto, o desaparecimento súbito do Rei, que a imensa maioria do país considerava ainda como a alma e a vida da França, tinha causado, na justa expressão de Lenôtre, uma impressão de aniquilamento e letargia e, no meio desta angústia, tinha sido possível manifestar-se uma série de iniciativas mais ou menos ilegais, cujo número parecia anunciar uma próxima anarquia. Por outro lado, era evidente (e muitos tinham sido obrigados a concordar com isso, pelo menos em segredo) que o Rei não tinha querido deixar a França. Se essa fosse a sua intenção, não teria procurado alcançar a longínqua fronteira de Leste. Teria ido mais perto, para o Norte, por Lila ou Maubeuge, como acabava de fazer, com o melhor resultado, o conde de Provença, na mesma noite e nas mesmas condições. Enfim, sem Rei, toda a obra da Constituinte se desmoronava. Era uma segunda revolução a empreender, nas mais incertas circunstâncias, e sem saber onde tudo iria parar, perante uma Europa alarmada que marcharia, talvez, até à guerra. A burguesia constitucional recusou-se a lançar-se numa aventura, e Barnave, inclinado para a causa real, em parte por uma questão de piedade e em parte pela razão, deu a conhecer muito claramente a sua maneira de pensar num discurso proferido em 15 de Julho: «Toda a mudança de Constituição é fatal e todo o prolongamento da Revolução é desastroso. Um passo a mais na linha da liberdade seria a destruição da realeza; na linha da igualdade, a destruição da propriedade. *Se se tentasse ainda destruir, haveria outra aristocracia a aniquilar que não fosse a das proprieda-*

des? A palavra era profunda: foi compreendida e, *para suster a revolução social, a Assembleia resignou-se a parar a revolução política*. Ficou entendido, duma vez para sempre, que o Rei fora raptado e, graças a esta ficção, pelos decretos de 15 e 16 de Julho puseram-no fora de causa e restabeleceram-no em todos os seus direitos. Para salvar as aparências, foi instaurado um processo contra Bouillé e seus cúmplices, supostos autores desse rapto.

Desde 1788, à medida que os acontecimentos se pecipitavam, o partido revolucionário era cada vez mais impelido para a esquerda e, a cada passo que dava, se ia afastando, com a maior violência, da sua asa direita, a qual imaginava dever a Revolução deter-se a si mesma, e por isso se recusava a seguir o movimento. Os Parlamentos tinham sido as vítimas da primeira depuração, depois da queda de Brienne; os amigos de Mounier tinham sido as vítimas da segunda, após as jornadas de 5 e 6 de Outubro. Mais uma vez os clubes se prepararam para recomeçar o jogo que tinha sido tão bem sucedido e empreenderam uma agitação para impor à Assembleia a mudança de regime que ela acabava de repudiar.

Os jacobinos começaram a fazer circular uma petição em que se pedia a deposição do Rei e a sua substituição por todos os meios constitucionais. Estava declarado o cisma. Sieyès, Barnave e os Lameth tinham, como protesto, abandonado a Sociedade para fundar no convento dos *Feuillants* uma sociedade rival, e esta deserção, juntamente com as votações da Assembleia, paralizara o movimento. Este foi recomeçado por outro clube muito mais popular e muito mais avançado: a Sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem, também conhecido pelo nome de *Club des Cordeliers*.

Os *Cordeliers* datavam de 1790, mas só a partir do Inverno de 1790-1791 entraram em franca actividade, quando tomaram a chefia dos clubes de bairros (ou sociedades fraternais) que se tinham organizado sob inspiração de Marat e Danton para agrupar a gente baixa e o operariado, que não podiam pertencer aos jacobinos por causa da sua cotização muito elevada. Os *Cordealiers* e seus filiados eram os mais temíveis, porque não separavam as reivindicações corporativas das reivindicações políticas. Eram eles que, a partir de Maio de 1791, tinham organizado as grandes greves de carpinteiros, tipógrafos chapeleiros e ferradores, contra os quais a Assembleia

votara, em 14 de Junho de 1791, a lei de Chapelier que reprimia severamente, como um delito, toda a coligação destinada a impor aos patrões um salário uniforme. À voz de Danton, os *Cordeliers* decidiram que em 17 fosse levada com grande aparato ao altar da Pátria, no Campo de Marte, uma nova petição, em que se não trataria já da questão dos «meios constitucionais», mas apenas da deposição. As sociedades populares convidariam os seus filiados para irem ali assinar, em massa, essa petição.

Fortalecidos pelos decretos votados na véspera e na antevéspera pela Constituinte, La Fayette, comandante da guarda nacional, e Bailly, «maire» de Paris, probiram o cortejo. Os clubes, que tinham combinado encontrar-se às onze horas na praça da Bastilha, onde esperavam formar em colunas para o desfile, encontraram a praça cheia de tropas e foram dispersados, à medida que iam chegando. A concentração foi então mudando para o Campo de Marte, onde já se encontrava uma grande multidão de curiosos que para lá fora mlogo de manhã. Mesmo sob o altar da Pátria, foram descobertos dois indivíduos que ali se encontravam agachados em segredo. Para fazer o quê? Talvez fossem simples vagabundos que ali houvessem dormido. Mas, desde que um estava munido com um berbequim, não será descabido supor que desejavam, por meio de orifícios hàbilmente abertos, observar da parte de baixo os seus concidadãos peticionários e gozarem assim, gratuitamente, um prazer fácil. Fosse como fosse, a verdade é que os dois desgraçados foram atirados para o meio da multidão, depois de arrancados à força do seu ninho. Essa multidão estava enervada. Correu o boato de que dois malandrins se preparavam para fazer ir pelos ares o altar da Pátria e, sem mais inquérito, os dois indivíduos foram enforcados — revolucionàriamente. Como a massa dos manifestantes aumentava, La Fayette resolveu-se a varrer a praça e Bailly mandou desfraldar a bandeira vermelha, insígnia da lei marcial. Há já três anos que os parisienses estavam habituados a desprezar os soldados e não tomavam agora a ameaça a sério. Uma saraivada de pedras caiu sobre os mantenedores da ordem que responderam, primeiramente, com uma descarga para o ar e, depois, quando foi disparado um tiro de pistola contra La Fayette, com uma autêntica rajada. Era o sinal da batalha. Ouvem-se tiros de todos os lados, a fuzilaria crepita e os guardas, desesperados

por se verem ali com o peso das armas e debaixo dum calor tórrido, atiram sem cessar. Em alguns minutos, o recinto da Federação esvaziou-se e os fugitivos são perseguidos sem piedade, principalmente do lado de Gros-Caillon. No seu jornal, Marat veio declarar que houve quatrocentos mortos. Há manifesto exagero. É provável que tenha havido dois mortos e sete feridos do lado da tropa e cinquenta mortos e grande número de feridos do lado dos *Cordeliers*.

A cifra exacta importa pouco. O essencial é que, pela primeira vez depois de 1788, o governo legal fizera frente a uma insurreição. A própria Assembleia parecia querer consolidar a sua vitória. Por proposta de Bailly, aprovou, no dia 18, quase sem discussões, um decreto que reprimia muito duramente a instigação ao assassínio, a incitação dos cidadãos à desobediência e a publicação e propaganda de escritos sediciosos. A sua comissão de inquéritos instaurou um processo contra os promotores de desordens recentes. Os cabecilhas ficaram aterrados. Danton fugiu para a Inglaterra. Com mais um pouco de vigor, a corrente demagógica ficaria represada. Mas, uma vez mais, por falta de carácter, a Assembleia deteve-se no caminho: os processos foram arquivados e os clubes continuaram abertos. De todo este reboliço, apenas subsistiram rancores, sem que a situação tivesse melhorado sensìvelmente. A revisão da Constituição empreendida pelos moderados não foi levada a cabo por culpa da direita que, feliz por poder arreliar os seus antigos inimigos, misturou os seus boletins de voto com os da extrema esquerda. Contentaram-se com algumas medidas fragmentárias: foram restituídos certos títulos honoríficos aos príncipes e princesas da família real, as condições de eleitorado foram reforçadas e o direito de petição colectiva foi suprimido; em suma, pouca coisa. Mais importante era o voto que retirava à Constituição Civil o seu carácter de lei fundamental para fazer dela uma lei ordinária e, portanto, de susceptível modificação. Mas tudo isso não era senão o engodo muito vago de uma longínqua obra.

A Assembleia estava esgotada. O caso do Campo de Marte tinha-lhe gasto as últimas forças. O seu prestígio afundava-se na indiferença. Estava um tempo que acabrunhava. Os deputados, exaustos da fadiga, tinham pressa de se ir embora, e o público, cansado também, tinha pressa de os ver pelas costas. Em 4 de

Setembro, a Constituição foi levada a Luís XVI que respondeu, no dia 13, numa carta muito digna, que a aceitava: «Faltaria, no entanto, à verdade — dizia ele — se dissesse que tenho notado nos processos de execução e administração toda a energia que seria necessária para imprimir o movimento e conservar a unidade em todas as partes de tão vasto império; mas, visto que as opiniões estão hoje divididas sobre estes assuntos, concordo em que a experiência fique a ser o único juiz».

No dia 14 lia ele, em Manège, a sua declaração de aceitação. Tudo era alegria. Antes de se separar, a Assembleia votava uma amnistia geral. Organizaram-se festas esplêndidas. A Rainha era aclamada na Ópera e o Rei quase levado em triunfo para o jardim das Tulherias. Os emigrados regressavam. Paris, entorpecido, estirava-se ao sol, entregando-se à alegria de viver. A Constituição, monumento eterno de sabedoria humana, ia assegurar a felicidade da França. A Revolução estava terminada.

8. A GUERRA

A REVOLUÇÃO apenas começava. A Constituição era inaplicável.

«O que se chama um governo, diz Taine, é uma combinação de poderes que, tendo cada um uma função distinta, trabalham em conjunto para uma obra final e total. Se o governo fizer essa obra, nisso reside todo o seu mérito; uma máquina não vale senão pelos seus resultados. O que importa não é que ela esteja bem desenhada sobre o papel, mas sim que funcione bem sobre o terreno. Em vão alegarão os seus construtores a beleza do plano e o encadeamento dos teoremas, visto que se lhes não pediram nem planos, nem teoremas, mas sim uma máquina. Para que tal máquina seja manejável e eficaz, requerem-se duas condições. Em primeiro lugar, é necessário que os poderes públicos estejam de acordo, sem o que anular-se-ão mùtuamente. Em segundo lugar, é preciso que os poderes públicos sejam obedecidos, sem o que serão nulos. A Constituinte nem satisfez a este acordo nem a esta obediência».

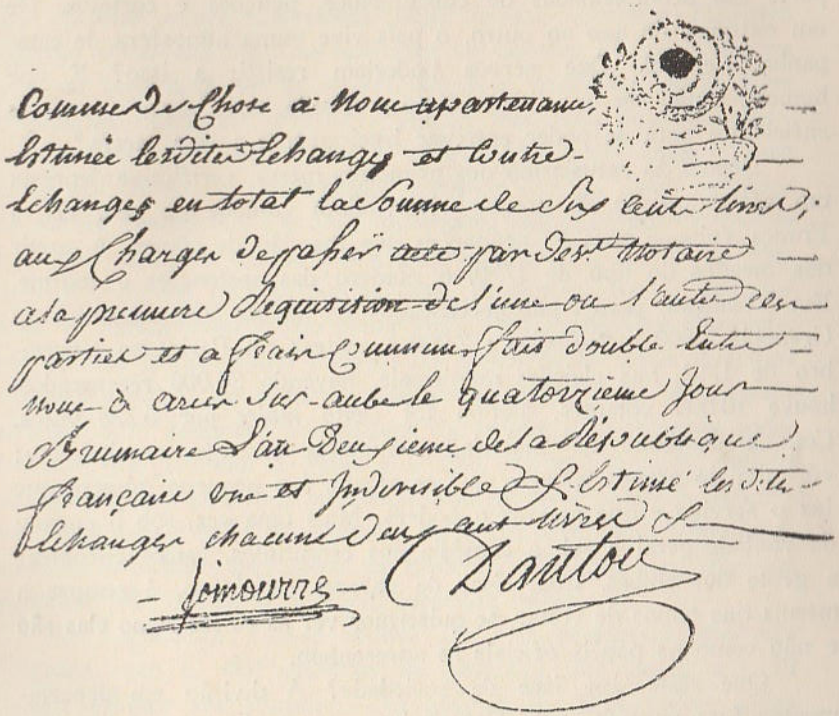
O Rei, uma figura honorária, encontra-se sequestrado no seu castelo. Os ministros estão à margem da Assembleia. Apenas ali penetram, numa postura humilde, para fornecerem informes ou responderem a interrogatórios. Todos os magistrados secundários ou locais — juízes, administradores de distrito ou de departamento, «maires» e oficiais municipais — todos, do maior ao mais pequeno, são nomeados por eleição. Dependem dos seus admnistrados e não

dos seus superiores. O Rei representa o poder executivo, mas não tem qualquer agente de execução. Consideram-no como o comandante do exército, mas a tropa e os gendarmes estão à disposição das camunas, sem que ele possa dar qualquer ordem à guarda nacional. Apenas lhe resta uma arma; a faculdade de adiar, por quatro anos, os decretos que não aprovar. É o *veto suspensivo, o não temporário,* contra o qual a Assembleia não tem outro recurso senão o da fôrça, visto que não há ninguém que possa arbitrar o conflito — nem corpo eleitoral, nem câmara alta. Recusaram ao soberano o direito de dissoloção e não quiseram uma segunda câmara com medo de que ela se convertesse num refúgio de aristocratas. Amarrado, o Rei parece ainda mais para temer. Para melhor o impedirem de agir, tornam-no suspeito. A educação do filho fica debaixo da fiscalização da Assembleia. Todos aqueles que dele se aproximam ou que o servem são, por definição, pessoas corruptas. Se ele se resigna ao papel de espectador passivo, os jornais acusam-no de falta de energia e os republicanos apregoam a sua inutilidade. Se procura a popularidade, trata-se de uma conjura. Se faz uso do *veto,* acusam-no de rebelião.

A Assembleia legislativa declara ser a única entidade que goza da confiança do povo. Mas ela é eleita por um sufrágio de dois graus, por eleitores censitários e, para os chefes da extrema esquerda, isso é um atentado contra os direitos do homem e uma injúria à soberania nacional. Por outro lado, não dispõe de mais meios para se fazer escutar do que o Rei. Os directórios de departamentos e de distritos podem desafiá-la impunemente, exactamente como as municipalidades podem desafiar os departamentos e os distritos. Neste sistema, em que não existe nem hierarquia nem constrangimento legal, as únicas autoridades que deveriam contar são as mais pequenas, aquelas que se exercem sem intermediários e que têm um ascendente mais directo sobre os cidadãos. Mas, à falta de prestígio, de conhecimentos e de pessoal, verifica-se que elas são as menos indicadas para levar a bom termo as múltiplas tarefas de que estão encarregadas.

Em metade das comunas, os oficiais municipais mal sabem ler e é desses ignorantes que se exige a garantia de todos os serviços públicos, desde o armamento da guarda nacional até à confiscação dos bens eclesiásticos! As municipalidades importantes

ficariam da mesma forma esmagadas, se não optassem por desprezar, nas suas funções, tudo quanto é demasiadamente complicado tudo o que é administração pura, tudo o que oferece o risco de lhes criar dificuldades por parte dos eleitores. Os cadastros dos impostos não estão feitos ou estão-no deficientemente. As manifestações não são reprimidas. A segurança das pessoas não está garantida



Fac-simile de um abaixo-assinado escrito pelo próprio punho de Danton

O decreto que autoriza o culto privado é desconhecido e a lei que ordena o resgate das rendas feudais está constantemente a ser violada. Os cidadãos cada vez mostram menos interesse em passarem de eleitores soberanos a administrados dóceis, visto que a sua soberania cada vez é mais solicitada. Vota-se incessantemente. Em Maio de 1790, eleição dos administradores de distrto e de departamento; em Outubro, a eleição do juiz de paz e do tribunal de distrito; em Novembro, renovação parcial do corpo municipal; em Fevereiro e

Março de 1791, nomeação do bispo e dos curas; de Junho a Setembro, renovação parcial dos administradores de departamento e de distrito, eleição do tribunal e eleição dos deputados; em Novembro, renovação parcial do conselho municipal. Todas estas operações não se fazem num dia. Arrastam-se por semanas inteiras. Em muitos lugares são contestadas e têm de ser recomeçadas. Por toda a parte são acompanhadas de conciliábulos, petições e cortejos. De um extremo do ano ao outro, o país vive numa atmosfera de campanha eleitoral. Que nervos poderiam resistir a isso? E que homem, a não ser que fizesse disso profissão, teria vagar e recursos suficientes para se poder entregar inteiramente a essa tarefa?

Depois do entusiasmo dos primeiros meses, verifica-se depressa um afrouxamento. É preciso viver. Com vontade ou sem ela, a França volta-se para as ocupações que lhe dão de comer. A partir dos meados do ano de 1790, o número das abstenções é enorme. Em Vesanção, para 3 p00 recenseados há apenas 950 votantes; em Grenobla 2 500 recenseados e 2 000 ausentes; em Paris, em Novembro de 1791, nas eleições municipais, havendo 80 000 recenseados, houve 10 000 votantes. Pétion foi eleito *maire* por 6 728 votos. Com a demissão da maioria, a minoria torna-se omnipotente: «À falta do grande número que se afasta, é o pequeno número que faz o serviço e que assume o poder». Mais uma vez, sob o engano da vontade geral e sob a comédia dos escrutínios, vamos encontrar a gente dos clubes. Com risco de parecer monótono, é sempre à mesma que temos de voltar, se quisermos ver as coisas como elas são e não como os papéis oficiais as apresentam.

Que resta, em face da sociedade? A divisão em departamentos fora prescrita pela Constituinte para quebrar o quadro provincial. Sieyès aconselhava mesmo a dividir a França em 81 quadrados, de igual superfície. Era preciso, porém, no pormenor do traçado, ter em conta as conveniências locais e as rivalidades de campanário. A conciliação foi laboriosa. Determinaram-se os comissários por razões muito diversas. Para formar o departamento da Mayenne, por exemplo, reunir-se todas as comunas da generalidade de Túrones, dadas à cultura e ao trabalho do linho. O departamento de Tarn foi constituído pela fusão de três pequenas dioceses de Albi, de Castres e da Lavaur, às quais se juntaram seis paróquias tiradas à diocese de Bas-Montauban. Certos departamentos têm a

unidade do solo e da produção; outras, como Isère, são um «contra-senso geográfico». Embora seja assim, duraram, prova de que ofereciam comodidade ao poder. Contudo, pela sua pouca extensão, pela insignificância de duas capitais sobre três, não cessaram de ser um obstáculo a toda a verdadeira vida regional.

A Legislativa reuniu-se em 1 de Outubro. Contava 745 membros. «Nunca houve assembleia mais jovem, escreveu Michelet. Apareceu como um batalhão uniforme de homens quase da mesma idade, da mesma classe, da mesma língua e do mesmo trajo. Com excepção de Condorcet, Brissot e poucos mais, são desconhecidos». Como se fosse para melhor cortar os laços que uniam ainda o novo regime ao antigo, a Constituinte resolveu que os seus membros não seriam reelegíveis. Os seus sucessores são pequenos burgueses medíocres, inhábeis, desconfiados, sem experiência, cheios de preconceitos e ávidos de grandes palavras. A direita, isto é, dali por diante os constitucionais, não conta senão uma centena de membros. Com os seus aliados muito incertos do centro, pode reunir duzentos e cinquenta votos. Na esquerda sentam-se apenas cento e quarenta jacobinos, que dominam e arrastam os trezentos e quarenta independentes que formam a maioria e que, na maior parte, devem o seu mandato à poderosa sociedade. Dos cento e quarenta, sobressaem Condorcet e Brissot, deputados de Paris, bem como Vergniaud, Geusonné e Guadet, deputados de Bordéus. São eles que, pela sua eloquência, vão ocupar o primeiro lugar da cena.

Na Legislativa fala-se muito. De 745 deputados, 400 são advogados, isto é, 400 moinhos de palavras, dos quais uns 20 ressoam sempre em conjunto. As sessões da Constituinte eram desordenadas; as da Legislativa são anárquicas. Imaginemos, diz uma testemunha ocular e habitual, «uma sala de colégio onde questionam centenas de estudantes, a ponto de, a todo o instante, se pegarem pelos cabelos. O vestuário mais que descuidado, os movimentos arrebatados, a passagem brusca dos clamores aos insultos — tudo isto constituía um espectáculo que se não pode comparar nem pintar». As tribunas cospem sobre os oradores moderados. Grupos de homens e mulheres são autorizados a atravessar a sala, soltando gritos e ameaças. Admitem-se na teia todas as delegações e todas as manifestações, sejam elas indecentes ou pueris. É um barulho contínuo, realçado com intermédios de vaias e apupos.

Apenas os grandes oradores conseguem impor silêncio e fazer-se ouvir, pelo menos de entrada. No entanto, nunca houve tão grande embriaguez de palavras, discursos tão pomposos e uma retórica tão oca. O «bric-à-brac» das *conciones* (1) soa ali com um ruído de ferro velho. O círculo de Popílio, os Gracos, os fachos do himineu, Bruto, Catão, o tormento de Cévola, a plebe retirada para o Monte Sagrado, Catilina, Cincinato e a sua charrua, Saturno devorando os filhos, o Senado vendendo o campo onde acampava Aníbal, todas as velhas reminiscências escolares se precipitam do alto da tribuna, entremeadas com ninharias solenes, prosopopeias, apóstrofes aos deuses e citações do «Contrato Social». O próprio Vergniaud deixa-se arrebatar pela frase retumbante e não resiste às aclamações que estimulam a ênfase e a extravagância. É, na verdade, um espírito oco. A despeito dos seus dons, estava aos trinta e seis anos sem colocação, tendo experimentado tudo: seminário, direito, administração, etc., passando o tempo em cafés, incapaz de se fixar e de executar uma tarefa útil. Fala bem e mais nada.

Condorcet tinha outra especialidade: a do aborrecimento. «Escrevia, diz Rivarol, com ópio sobre folhas de chumbo». Mas trata-se de Condorcet, director da Casa da Moeda, secretário perpétuo da Academia das Ciências, filósofo, matemático, antigo amigo de d'Alembert e notável sobrevivente da Enciclopédia. É necessário que haja em cada assembleia um pensador e um oráculo. Este cargo estava naturalmente indicado para tal personagem. E todos se resignam a escutá-lo e a admirá-lo.

Mas, se os actores são maus, a peça é trágica. Passada a primeira embriaguez, a inflação havia começado a produzir os seus estragos. A vida torna-se difícil: os géneros são raros e caros; as desordens constantes afugentam a clientela e o comércio agoniza. Se as colheitas de 1789 e 1790 foram boas, a de 1701 foi má. Já não vêm produtos coloniais de São Domingos. Falta o açúcar. A partir do Outono, começam novamente a ver-se por toda a parte mercearias assaltadas, comboios atacados, mercados postos a saque. Em Fevereiro de 1792, no dizer do ministro do Interior, não se passa um dia em que não haja notícia de qualquer insurreição alarmante. Fiscalizações à força nas herdades, taxas arbitrárias sobre

(1) Arengas. — *(N. T.)*.

o trigo, violações de domicílios, detenção de transportes, assaltos aos moinhos e aos celeiros, tudo isto constitui, dum extremo ao outro do reino, uma nova epidemia de violências, tão semelhante à primeira — a de 1789 — que, ao descrevê-la, temos a impressão de que voltamos dois anos atrás.

Em Fevereiro, em Dunquerque, são assaltadas dez casas de comércio, das mais importantes, e há quatorze mortos e sessenta feridos. Em Noyon, trinta mil camponeses apoderam-se do trigo dos barcos que se encontram fundeados em Oise. Os mercados de Beauce são assaltados pelos lenhadores e fabricantes de prego das florestas de Conches e de Bretenil, e as municipalidades são obrigadas a tabelar a farinha, a manteiga, os ovos, as ferragens e o carvão. Em Montlhéry é assassinado um negociaste de cereais. Em Etampes, o «maire» é também morto. As mesmas cenas passam-se em Yonne e Nièvre, onde os assaltantes são agora os moradores de Morvan que se empregam no transporte de madeiras. Em Março e Abril, o Cantal vê-se a braços com uma insurreição que espalha o terror em cerca de vinte comunas: castelos incendiados, propriedades sujeitas a requisições forçadas e as autoridades inertes ou cúmplices. Em Cocas do Ródans, o desprezo pela lei chegou ao último grau. A guerra civil recresce a olhos vistos. Todas as semanas se organizam verdadeiras expedições: cidades contra cidades, comunas contra comunas. A guarda nacional especializa-se com o melhor proveito nestas razias que a levam sucessivamente a Aubagne, Auriol, Eyguière, Apt e sobretudo a Arles, onde recebe uma contribuição de 86 000 libras. Manosque e Digne são também visitadas por ela. Tal visita custou 13 000 libras à segunda e 62 000 libras à primeira.

Sob as aparências do direito proclamado e jurado mais de cem vezes, não resta senão a opressão duma classe por outra, um desencadeamento brutal de apetites e a tirania dos fanáticos que se arrogam todos os direitos do soberano. No entanto, não serão estas desordens que lançarão por terra o trono e a Constituição. Aterrando os moderados e os burgueses, essas desordens tê-los-iam talvez consolidado. Para chegar à República, serão precisos não só os estragos dos *assignats* e das leis religiosas, mas também, e principalmeste, o perigo exterior — a guerra.

As suas origens estão envolvidas num nevoeiro tão denso e em

tantas complicações que, para chegar a conhecê-las, é preciso passar revista, um por um, aos diferentes actores: o Rei, a Europa e os revolucionários.

No fim de 1789 Luís XVI mandou ao seu primo de Espanha um protesto contra a obra da Constituinte que qualificava de «metafísica»: era apenas uma maneira de sossegar a sua consciência, em face dos príncipes da família, possíveis herdeiros dum trono que se desfazia em bocados. Contudo, um apelo seu aos soberanos para restabelecimento da sua autoridade não seria coisa que espantasse. O recurso ao estrangeiro estava de harmonia com as doutrinas políticas do tempo e não seria preciso ir muito longe para se encontrar numerosos exemplos. Visto que o Estado não se separa do Rei e visto que o Rei é a mais alta encarnação da Pátria, os inimigos do Rei são, ao mesmo tempo, os inimigos do Estado. O direito e o dever do príncipe eram combatê-los e só ele é juiz dos meios necessários para os vencer. A questão da legalidade ou não legalidade de semelhantes processos não oferece, portanto, nenhum interesse; quando muito, chega-se à conclusão de que as nossas ideias sobre este ponto não são as dos nossos antepassados.

Mas, se, de todo o seu coração, Luís XVI se julgava autorizado a pedir socorro a Viena ou a Berlim, não podia, em consciência, procurar a salvação da realeza na perda do reino. Por isso, quando os decretos sobre o clero o decidiram a reclamar uma intervenção da Europa, a sua ideia era muito diferente daquilo que vulgarmente se diz. Não se tratava, na sua intenção, de organizar contra a França uma expedição internacional de polícia reaccionária. Não se pensava em tal. O que Luís XVI pretendia era um congresso de soberanos, com a respectiva concentração de tropas. Tanto o congresso como a concentração realizar-se-iam com grande barulho e aparato. Depois de algumas paradas preliminares, os príncipes fulminariam um manifesto terrível contra os revolucionários de Paris que, intimidados com este barulho de botas e baionetas, depressa baixariam de tom, ao mesmo tempo que renasceria a coragem aos bons cidadãos, amigos da ordem e da Monarquia. As potências declarariam que não pretendiam imiscuir-se no governo interno da França, mas que, não conhecendo senão o Rei, queriam entender-se apenas com ele, quando se encontrasse livre. A Nação, aterrada, precipitar-se-ia aos pés do trono e pediria a

Luís XVI que a salvasse da invasão e da guerra. Luís XVI cederia às suas súplicas, acalmaria a cólera da Europa e, uma vez restabelecido no seu prestígio por esta meditação, retomaria todos os poderes de que fora despojado.

É sempre o processo do espantalho! Nada de invasão, nenhuma demonstração na proximidade das fronteiras; apenas um longínquo papão a arregalar os olhos e a brandir uma espada de pau. Custa a compreender como Luís XVI e Maria Antonieta acreditaram em semelhante comédia. No entanto, a isso estava reduzido todo o seu plano de intervenção, tal como se encontra exposto num memorial de Maria Antonieta a seu irmão, com data de 8 de Setembro de 1791, mais de dois meses depois de Varennes, e numa carta de Luís XVI ao rei da Prússia, com data de 3 de Dezembro, três meses depois da abertura da Legislativa.

Infantilidade? Sim, mas infantilidade que parecia às Cortes uma enormidade, quando a modéstia dos planos do Rei era talvez baseado sobre um conhecimento exacto da Europa.

Os acontecimentos da França tinham sido acolhidos, por parte da Europa, com muita calma e alguma satisfação. As revoluções não eram de forma alguma novidade para as chancelarias. O hábito constante era considerá-las como uma causa de decadência e de as desejar aos adversários. O nosso país ocupava boa posição e, por isso, em muitos lugares causava regozijo o facto de se saber que ele, devido ao perigo interior, se via obrigado a zelar menos os seus negócios externos. Uma França esfacelada e sem recursos correspondia maravilhosamente aos desejos de quatro potências: a Rússia, absorvida pelos assuntos do Oriente, a Austria, enfraquecida pela revolução belga e pela guerra turca, a Prússia, alarmada com o perigo polaco e, principalmente, a Inglaterra, mal refeita da guerra da América, depauperada nas suas finanças e procurando novas saídas para as suas indústrias. «Os Franceses, escrevia Burke, têm-se mostrado os mais hábeis artífices de ruína que alguma vez existiram no mundo. Deitaram completamente por terra a sua Monarquia, a sua igreja, o seu comércio e as suas manufacturas. Têm feito melhor o nosso jogo, sendo nós seus rivais, do que o poderiam fazer vinte batalhas de Ramillies. Se tivésseis vencido completamente a França e ela se tivesse prostrado a nossos pés, teríamos vergonha de enviar aos Franceses,

para regular a sua situação, uma comissão que lhes impusesse uma lei tão dura e tão fatal para a sua grandeza nacional como aquela que eles a si mesmos se impuseram». Não há ninguém, incluindo mesmo os pequenos príncipes alemães, que não tenha saudado com prazer o eclipse do sol de Versalhes. Depois de terem suportado durante tanto tempo o prestígio da corte mais brilhante da Europa, experimentavam um contentamento de bárbaros, ao verem que se apagavam aqueles esplendores que ainda há pouco adoravam servilmente.

A prática da democracia acostumou-nos de tal sorte às lutas de partidos que, inconscientemente, ajuizamos a vida internacional pelo modelo da vida parlamentar e, por preguiça de espírito, gostaríamos de acreditar que, em 1789, todos os reis tomaram o partido do rei de França e que todos os povos eram a favor do povo francês. É preciso pôr de parte tal maneira de pensar. As queixas de Luís XVI não encontraram eco algum. Os reis mostravam-se indiferentes à sorte do rei de França, ou, se algumas vezes experimentavam qualquer piedade por ele, a sua simpatia não ia além de umas condolências de simples etiqueta. «O rei da Prússia — manda dizer o nosso ministro em Berlim — deu-me a honra de conversar comigo e comentou muito a propósito a situação do Rei... Apesar disso, nota-se claramente a satisfação da corte, que talvez quisesse que as desordens da França fossem ainda mais graves e de uma duração eterna». É o próprio irmão de Maria Antonieta, o brutal e sistemático José II, que escreve ao seu chanceler, depois da tomada da Bastilha: «A minha saúde não está de tal forma alterada que me vá incomodar com acontecimentos para os quais não concorri». No entanto, a sua saúde estava abalada a ponto de o levar para o túmulo. Seu irmão e sucessor, Leopoldo, era um espírito vivo e meditativo. Tinha governado a Toscana, e recebera, no país de Maquiavel, boas lições de diplomacia. Diferente em tudo de José, assemelhava-se-lhe pelo seu egoísmo de Estado e exprimia-o com o mesmo cinismo. «Não há nenhum soberano do universo que tenha o direito de pedir contas a uma nação sobre a constituição que ela escolhe. Se tal constituição for boa, tanto melhor para ela; se for má, serão os seus vizinhos que terão a lucrar com isso».

Uma vez bem estabelecidas estas disposições, seria interessante

saber se os gabinetes de Londres e de Berlim terão ficado espectadores sorridentes, mas passivos, das nossas desgraças ou se não terão trabalhado para as agravar. O processo estava de acordo com uma tradição que vinha já de longe e que se não perdeu. Infelizmente para a história, tais intervenções são discretas e poucos vestígios deixam nos arquivos. No entanto, consultando os papéis do tribunal revolucionário, Alberto Mathiez trouxe à luz do dia numerosos documentos de entendimentos com o inimigo, que datam, é certo, de 1793, mas que, aproximados de outros documentos, permitem-nos entrever, com alguma segurança, as manobras dos agentes estrangeiros. Marat falou dos agitadores prussianos que se misturaram com os assaltantes da Bastilha. Mais precisamente, em Outubro de 1790, vemos chegar a Paris um conselheiro do rei Frederico Guilherme, Benjamim Veitel Efraím, que tinha já andado envolvido nos movimentos dos Países Baixos e que, sob o pretexto de negócios e fornecimentos, devia trabalhar a esquerda da Assembleia, afim de que ela obrigasse o Rei a romper a aliança austríaca. Em 22 de Abril de 1791, escrevia ele ao seu amo que «o clube dos jacobinos era inteiramente dedicado à Prússia» e é esta mesma influência estrangeira que o constituinte Rabaut-Saint-Etienne põe em primeiro plano para justificar a sua demissão do clube em plena crise de Varennes. Para ele, o movimento republicano é fomentado em Berlim ou em Londres. «Não se pode ocultar, escreveu ele aos seus compatriotas de Nîmes no próprio dia do morticínio do Campo de Marte, que foi distribuído dinheiro e que houve estrangeiros misturados no meio daqueles grupos; a influência sediciosa veio do exterior». Por ordem da comissão de inquéritos da Assembleia, Efraím foi preso na noite de 18 para 19 de Julho, ao mesmo tempo que uma aventureira holandesa, Etta Palm, que se queria fazer passar pela baronesa de Aelders. Mas ele declarou a sua qualidade de conselheiro privado e foi posto em liberdade ao fim de três dias, sem que se atrevessem a examinar todos os seus papéis.

A Inglaterra também mantinha em Paris numerosos agentes secretos. Em cada uma das suas notas, o novo embaixador em Londres, La Luzerne, prevenia contra as suas intrigas o ministro Montmorin que, desprovido já de polícia e de meios de repressão, não podia, como resposta, senão confessar a sua impotência e a sua ignorância. Um relatório de La Luzerne de 26 de Novembro de

1789 assinala principalmente, como assalariados do governo de Pitt, Danton e o seu amigo Paré que eram então, tanto um como o outro, completamente desconhecidos. Foi, por outro lado, em Londres que Danton se refugiou em Julho de 1791, para escapar às perseguições que foram feitas aos *Cordeliers*. Se dermos crédito ao mais recente biógrafo de Pitt, J. H. Rose, Mirabeau aceitou também dinheiro inglês para pronunciar um discurso contra a aliança espanhola e para acabar com os preparativos marítimos feitos em Brest. Estava-se longe da Internacional dos Reis!

Em face das potências que haviam visto, ou haviam julgado ver, à primeira vista, o benefício que poderiam tirar da crise francesa, os revolucionários não tinham trazido para a Assembleia senão ideias assaz confusas, uma mistura estranha de sonhos pacifistas e de tradições já caducas. Os homens que perfilham, na política interior, as ideias mais avançadas, são, na política exterior, os mais atrasados e retrógrados. Os constituintes professavam, neste assunto, princípios que tinham vigorado em 1640 e que estavam fora de moda em 1715. A aproximação com a Áustria é, para eles, um escândalo. Pouco lhes importa que esta aliança, reduzida por Vergennes ao seu fim estrictamente defensivo, seja um obstáculo para a avidez da Prússia ou que ela tenha permitido, assegurando a paz no continente, vencer os ingleses por mar e reparar, pela guerra da América, as perdas do tratado de Paris. Isso pouco lhes importa; não compreendem. A casa de Áustria é a inimiga; qualquer aliança com ela é uma traição e um logro! Antes de ser a Rainha de França, Maria Antonieta é a *Austríaca;* e este epíteto há-de com certeza perdê-la mais depressa do que todas as suas imprudências.

Quanto ao *Pacto de Família* (aliança com os Borbons da Espanha e da Itália), os constituintes não são também dos seus mais ardorosos partidários. A Espanha é a terceira potência marítima do mundo e a sua ajuda é necessária para fazer frente à Inglaterra. Mas porque se há-de fazer frente à Inglaterra? Por causa das colónias? Desde há meio século que todos os filósofos, com Montesquieu e Voltaire à frente, proclamam que as colónias são um encargo, uma causa de despovoamento e de pilhagem. Não é para conquistar «alguns arpentos de neve», ou para servir os interesses de alguns negociantes de escravos, que a nova França fará a guerra

aos ingleses, inventores do parlamentarismo, nem à Prússia de Frederico, terra bendita das luzes e da filosofia!

O sistema político que fora estabelecido pelos últimos grandes ministros da Monarquia encontrava-se assim em contradição com algumas das tendências profundas da opinião revolucionária, sempre pronta a assemelhar os inimigos externos aos adversários internos e a deixar-se guiar, sobre os dois terrenos, pela mesma sentimentalidade.

Os primeiros incidentes datavam já do princípio da Constituinte. Na Primavera de 1789, a Inglaterra estava em conflito declarado com a Espanha, por causa da baía de Nootka, que ela pretendia ocupar contra a vontade da corte de Madrid, que a reivindicava como ligada ao México. Na ocasião em que se reuniaf os estados, os espanhóis tinham aprisionado um navio inglês e daí resultaram negociações que, na Primavera de 1790, se encaminhavam para uma ruptura. A Espanha reclamava a execução da aliança e, perante as belicosas medidas do governo de Londres, que, em 4 de Maio, ordenara a mobilização da marinha, Luís XVI informava a Assembleia, no dia 14, de que era obrigado, para a segurança do reino, a armar uma esquadra de catorze navios.

Pensava o Rei que iria levantar a opinião pública e unir à sua volta todos os deputados num unânime movimento de patriotismo. Mas enganou-se. A política exterior era, como o resto, um elemento de divisão. A mensagem do Rei veio dar novo pasto às lutas dos partidos. De posse de uma questão de interesse nacional, a Assembleia resolveu-a de harmonia com as leis da ideologia. «Que todas as nações sejam livres como nós, para que não haja mais guerra!», exclamou um deputado. No dia 22, pela voz de Pétion e de Robespierre, a Constituinte declarou ao mundo a paz perpétua! Não mais sangue! «A nação francesa renuncia a fazer qualquer guerra com o fim de novas conquistas e nunca mais empregará as suas forças contra a liberdade de qualquer povo». Este decreto, cujo absurdo se fez notar à luz dos anos seguintes, tinha, neste caso particular, um sentido muito claro: era a ruptura da aliança franco-espanhola, o fim da Pacto de Família.

Um mês depois surgiram novas dificuldades. Avinhão e o Condado Venaissin, possessões pontifícias, formavam um encrave no reino. Eram como que um vestígio da Idade Média. O governo

do Papa, muito fraco mesmo em Roma, era ali completamente impotente. As comunas administravam-se quase à sua vontade, puxando cada uma para si. Avinhão era um verdadeiro recinto privilegiado, donde os contrabandistas e os cadastrados desafiavam a polícia. A desmoralização das autoridades francesas deu-lhes toda a liberdade e a situação tornou-se insustentável. Os partidários da ordem pediram ao Rei que interviesse e que limpasse o país. Mas, como Avinhão pendia para a França, Carpentras continuou pontifical e aristocrata. Por fim, em 12 de Junho de 1790, dominados inteiramente pelo contágio revolucionário, os habitantes de Avinhão expulsaram o legado e pediram a anexação. Que ia ser feito da moção de 22 de Maio a proibir as conquistas? Os legistas da Constituinte não se deixaram embaraçar com tão pouco. A França, declaram eles, renunciou, com efeito, às conquistas preparadas pela astúcia e levadas a efeito pela força, conforme o antigo direito, mas não se julga inibida de acolher no seu seio as populações que venham a ele espontâneamente, em virtude do novo direito, que têm, de dispor de si próprias. «A reuniãão livre dum povo a outro terá coisa de comum com as conquistas?» disse Robespierre. «Uma conquista não será a opressão dum povo que o conquistador põe a ferros?» A ocupação de Avinhão é, portanto, justa. Não é um atentado contra a liberdade: é uma libertação.

A teoria é subtil, mas particularmente perigosa: onde irá dar tal caminho? Se basta um voto (mais ou menos sincero) ou um plebiscito (mais ou menos falseado) para transformar uma anexação numa reunião espontânea, não há razão alguma para que, à custa duma propaganda revolucionária bem dirigida, a França não se julgue autorizada a absorver metade da Europa. Camille Desmoulins, que deu ao seu diário o nome de *Les Révolutions de France et Brabant*, proclama incessantemente a solidariedade dos movimentos revolucionários. «É preciso fazer ao direito público da Europa como Lutero fez ao direito canónico: deitar todos os seus livros ao fogo. Que importa, apesar de tudo, que os tiranos da Europa se reunam contra nós para nos fazerem guerra? Digo ainda mais: talvez semelhante circunstância seja necessária para amadurecer e levar a efeito, mais prontamente, outras revoluções nacionais que se preparam».

Os agitadores estrangeiros, de que Paris se encontrava

cheio, espalham no seu país de origem os princípios da sua pátria de adopção. Por meio destes emissários, a França parecia convidar as populações limítrofes a seguirem o seu exemplo, a fim de preparar, por sedições democráticas, votos de anexação que ela se reserva o direito de acolher para futuro. Em vez de ser um acidente de política interna da França, a Revolução ia tornar-se uma empresa cosmopolita, uma religião universal, ameaçando todos os Estados, não sòmente na sua forma, mas mesmo na sua existência. Acolher, nestas condições, o pedido de Avinhão era lançar um desafio à Europa. A Constituinte hesitou ano e meio. Seis dias antes de se separar, em 12 de Setembro de 1791, de harmonia com o parecer favorável de uma comissão que tinha enviado ao condado para desarmar os partidos, votava a reunião. «É evidente, escrevia logo a seguir o Conde de la Marck, que, depois de tal procedimento, a França vai ficar em verdadeiro estado de guerra com todos os governos; ela os ameaçará incessantemente com insurreições em suas casas e as insurreições a levarão à conquista. Roma, ao destronar os reis, quando os povos se punham debaixo da sua protecção, não tinha outro fim em vista. É possível que algumas cabeças loucas da nova assembleia se aproveitem do entusiasmo da reunião para conseguirem que se decrete uma invasão nos Países Baixos. Daí à insurreição do país de Liaja e da Holanda, não vai senão um passo. Tudo isto vos parecerá insensato. Pois bem! Para a próxima legislatura, tal como ela é composta, medidas igualmente incendiárias, ajudadas pela ambição de La Fayette, hão-de parecer a coisa mais simples deste mundo».

La Marck via bem as coisas. À questão do Condado vinha juntar-se a questão dos príncipes empossados na Alsácia e a questão dos agrupamentos de emigrados. O Imperador e o Império estavam interessados nas duas questões e, na primeira, o direito novo e o direito antigo opunhom-se por forma absoluta.

Os tratados de Vestefália, que tinham cedido à França a Alsácia, não eram claros senão no que dizia respeito aos países que dependiam directamente da Casa de Áustria. De resto, os negociadores alemães tinham sabido introduzir no texto certas obscuridades de forma, das quais esperavam poder aproveitar-se para futuro, reavendo assim o que tinham cedido. Luís XIV não descansou, enquanto não submeteu todo o país à sua inteira soberania. Mas,

ao mesmo tempo que exigia o juramento de fidelidade dos príncipes alemães, possuidores de domínios e de feudos na Alsácia, isto é, em França, confirmava-os, como era justo, nos direitos e privilégios senhoriais que eles usufruiam sob a supremacia do Império. Em 1789, os territórios de que eles eram senhores, nomearam deputados aos Estados, mas eles mesmos não os enviaram. «Seguiu-se daqui que, nestes territórios, os vassalos fizeram acto de cidadãos franceses e tiveram representação na Assembleia, ao passo que os seus senhores fizeram acto de estrangeiros e não ficaram representados». Foi nessas condições que se deu a intervenção dos decretos de 4 de Agosto e dos actos que confiscavam os bens do clero. Os príncipes alemães recusaram-se a reconhecê-los, pela dupla razão de que não lhes tinham dado o seu consentimento e de que eram contrários aos tratados. A Assembleia, embora oferecendo indemnizações aos nobres e aos bispos desapossados, manteve enèrgicamente o seu direito de proceder às reformas, em virtude da sua única autoridade e sem negociação. Direito internacional, soberania da nação: as duas partes não falavam a mesma língua e foi por isso que, não obstante a mediocridade dos interesses em causa, o processo tomou imediatamente um andamento perigoso.

Aceitando uma transacção que teria sancionado a abolição do regime feudal sobre uma parte das suas terras, os príncipes iriam comprometer o princípio sobre a outra e todo o regime germânico ficava abalado. Por seu lado, admitindo a tese desses príncipes, a Assembleia renunciaria à sua obra unificadora, pois, se os contratos que ligavam os príncipes da Alsácia à França eram válidos, todas as províncias podiam invocar diplomas semelhantes para manterem as coisas no mesmo estado em que elas se encontravam, quando da sua reunião à coroa. Por fim, a Assembleia teria abjurado do princípio da soberania popular, pois reconheceria que a Alsácia fazia parte integrante da França, não só por vontade dos seus habitantes, mas também pela carta dos tratados e pela sanção do direito público europeu. Voltava-se a cair na oposição que já tornava insolúvel a questão de Avinhão. Quando a Legislativa se reuniu, não se havia ainda dado um passo.

Última causa de desentendimento: os emigrados. Não se trata aqui dos desgraçados que, devido a perseguições e atentados, foram obrigados a fugir da sua pátria para evitarem a ruína e a morte.

Trata-se dos emigrados voluntários, emigrados da primeira hora: os que seguiram o conde de Artois desde Julho de 1789 e que se armam para restabelecer o antigo regime, mesmo com as suas injustiças e vexames. Foram esses os que se juntaram nos países da margem esquerda do Reno, em Maiença, Coblença e Vórmia e levavam ali uma vida alegre na esperança dum regresso rápido e triunfal. Frívolos, elegantes e escarnecedores, embriagam-se com projectos ridículos e passam o tempo em intrigas pueris. Sem ideias nem discernimento, só se sentem à vontade nas cabalas da corte, julgando-se em condições de reconstruirem a França. Segundo a expressão de Alberto Sorel «não era uma cruzada austera, entusiástica e crente que se preparava, mas sim uma Fronda ruidosa, confusa e inconsiderada». Se as tropas são dificientes, têm, pelo menos, os seus príncipes, os seus chefes e o seu governo: o conde de Provença chegado em Junho de 1791 e que se proclamou regente; seu irmão, o conde de Artois; seu primo Condé que é generalíssimo; os marechais de Broglie e de Castries; o antigo inspector geral Calonne que é, ele só, todo o ministério e o conselho; e o marquês de Bouillé que não pôde salvar o Rei em Varennes e que, por vingança, se constituiu o chefe de Estado-Maior da próxima invasão.

Toda esta gente se agita e toma posições. É um vozear de ameaças que não têm outro resultado senão alarmar os revolucionários e comprometer a família real. Mas ninguém quer saber dos perigos que se correm nas Tulherias. O núcleo da emigração é formado por inimigos de Maria Antonieta, ou seja por essa «igrejinha» que, desde a sua chegada a Versalhes, sempre a tem perseguido com as suas cantigas e calúnias. Que a Rainha esteja ameaçada, tanto pior, ou antes, tanto melhor, porque, do excesso do mal, nascerá a reacção. Compreendendo o imenso perigo que representa esse bando de estouvados, Luís XVI mandou junto dos soberanos o seu antigo ministro Breteuil com a missão de os precaver contra toda a empresa que não fosse aprovada por ele, e assiste-se então ao extravagante espectáculo de os emigrantes combaterem a diplomacia do Rei e, na ocasião própria, a denunciarem aos jacobinos!

Resolvidas firmemente a nada fazerem, as chancelarias tinham a princípio registado com delicadeza os pedidos de homens e dinheiro formulados pelo conde de Artois, até que se cansaram, e já não empregavam, nas suas recusas, aquelas formas que a categoria e o

nascimento do requerente exigiam. Em Agosto de 1791, o futuro Carlos X resolveu-se a uma suprema tentativa.

O rei da Prússia, Frederico Guilherme, e o imperador Leopoldo eram hóspedes do Eleitor de Saxe no castelo de Pillnitz. Deviam falar da Polónia, mas sem nada resolver, e é provável que nenhum assunto sério tivesse sido deliberado em Pillnitz, se, no dia 26, não se tivesse apresentado ali o conde de Artois, rodeado de todo o Estado-Maior da emigração. «O objecto desta estrondosa visita, diz ainda Alberto Sorel, era comprometer os soberanos alemães na causa da nobreza e obrigá-los a tomar resoluções que seriam obrigados depois a manter pela força: a ocupação da Alsácia, por exemplo». Frederico Guilherme não era inimigo duma expedição sem riscos e bem paga, mas Leopoldo não queria ouvir falar de coisa alguma. Por fim, para se desembaraçarem dos seus enfadonhos visitantes, os dois príncipes resignaram-se a assinar um vago manifesto, que, bem entendido, não os obriga a nenhuma medida precisa, mas que, parecendo adaptar-se ao plano de congresso armado, muito do gosto da Luís XVI, talvez atemorizasse os parisienses e, nesse caso, valeria para os signatários o reconhecimento do Rei.

Por esta declaração, cujos termos foram pesados de forma que se anulassem uns aos outros, o Imperador e o Rei da Prússia consideram que o restabelecimento da ordem em França é um objecto de interesse europeu. *Esperam* que os outros soberanos pensarão como eles e que *não se recusarão* a empregar, para esse fim, os meios mais eficazes. *Então, e nesse caso,* eles mesmos estão prontos a agir ràpidamente. Tudo isso era hipotético. A acção austro-prussiana não devia desencadear-se, a não ser que a Europa inteira se lhe juntasse, e tal unanimidade era não só improvável mas também impossível. Foi um desastre completo para os emigrados. Em vez de um compromisso firme, não tinham senão um documento insignificante, uma verdadeira despedida em forma diplomática. Apenas lhes era significado que Leopoldo aconselhava sua irmã e seu cunhado a aceitarem o mais depressa possível a Constituição revista, a fim de colocarem os intriguistas em face dum facto realizado que lhes tiraria o pretexto para agitações.

Tal era essa famosa declaração de Pillnitz que Mallet du Pan chamou «uma augusta comédia» e que era, na realidade muito sinistra. Havia duas espécies de homens que tinham interesse em a deturpar: os emigrados, para mascararem a sua impotência e fazerem crer numa coligação europeia, e os revolucionários para tirarem dela uma prova da traição da corte. E foi nisso que se empenharam uns e outros.

Monsieur (1) e o conde de Artois, que se tinham encarregado de levar a declaração ao conhecimento dos Franceses, fizeram acompanhar a sua publicação, em 10 de Setembro, de uma carta-manifesto que lhe mudou completamente o carácter. A invasão do território francês era anunciada como iminente, prediziam-se as piores represálias, a mediação de Luís XVI era antecipadamente posta de lado, e o seu juramento de fidelidade ao regime era qualificado como uma cobardia e como uma capitulação momentânea, à qual era impossível prestar fé. Por seu lado, os publicistas avançados persuadiram fàcilmente a opinião pública de que o verdadeiro sentido de declaração era fornecido pelo comentário e de que as reservas inseridas confusamente no original não deviam ser tomadas em conta. Quanto ao Rei, encontrava-se preso entre duas corrente e igualmente incapaz de as dominar ou de ceder. Cúmplice dos seus irmãos aos olhos da Revolução, via-se ameaçado por eles de ser colocado debaixo de tutela, se a reacção triunfasse. Desprezado ou odiado pelos dois extremos, não lhe restava senão o frágil apoio dos moderados, e foi a esse apoio que ele se agarrou com todas as forças.

Incapaz de todo o esforço violento devido à sua prisão em Varennes e à apatia da Europa, o seu único desejo era fazer respeitar a Constituição, contando com o tempo e com a experiência para lhe corrigir os defeitos. Sabia-a de cor e a ela se referia até nas mais pequenas circunstâncias, com aquela minúcia e com aquela mania de escrúpulo que lhe era peculiar em todas as coisas. Um dia, tendo de passar revista à guarda republicana, os oficiais teimaram com ele para que vestisse o uniforme, afirmando que esta prova de bondade teria o melhor efeito sobre o moral dos soldados. «Vestir um uniforme? — exclamou — Não sei se a Constituição me permite tal coisa». Tinha demitido a maior parte dos seus ministros e escolhido os sucessores entre os *Feuillants*. Os seus conse-

(1) Título dado, a partir do século XVI, ao irmão mais chegado do Rei de França. — *(N. T.)*.

lheiros habituais eram os próprios autores da Constituição e chefes da antiga maioria: Barnave, Duport e os Lameth. Eram eles quem corrigia os seus discursos e orientava os seus actos de menor importância. A Rainha estava em correspondência diária com eles, e as cartas apenas cessaram quando foram substituídas por conversões directas. No terreno da legalidade, a Monarquia era impecável e invencível. Não poderia ser lançada a terra senão por um grande abalo exterior que erguesse contra si o patriotismo francês; e, para tal operação, o adversário estava naturalmente indicado: era a Áustria, aliada do governo e aliada da família real. «A ruptura da aliança austríaca, dizia um Girondino, é tão necessária como a tomada da Bastilha».

Não se trata duma opinião isolada. É esse o pensamento de toda a esquerda que percebe perfeitamente que, para se apoderar do poder, não pode já contar com o entusiasmo revolucionário que sustentou a Constituinte.

O país está cansado de desordem. Para os camponeses, como para os burgueses, a Revolução está feita. A política não lhes interessa já. Desde que o Rei se ligou lealmente ao novo regime, é tempo de se voltar à vida normal. Basta de saques e de manifestações! Calma e trabalho! «As imprevidências da nova legislatura, escreve Barnave em 10 de Outubro, fizeram surgir a impressão que causara o procedimento do Rei; fortificaram e aprofundaram tal impressão. Os deputados da antiga Assembleia voltam para suas casas com as disposições mais favoráveis. A realeza adquire, dia a dia, o respeito, a confiança e a afeição do povo. São estes os verdadeiros princípios da força. O partido republicano encontra-se representado na Assembleia por forma tão degradante que, dentro em breve, as palavras de republicanos e de malandrins tornar-se-ão sinónimos, na própria linguagem do povo. Por isso, a Constituição assumirá o seu verdadeiro carácter muito mais cedo do que se poderia pensar. A maioria da Assembleia será obrigada pela opinião pública a caminhar com o governo e, de fora, a aristocracia formará sòzinha uma verdadeira oposição».

A mesma maneira de pensar se observa nos jornais avançados A mola está retesada. O espírito revolucionário agoniza. «A Nação está fatigada, diz o «Révolutions de Paris»; se não nos acautelamos, depressa voltará aos seus antigos hábitos». A esperança dos

patriotas esvai-se, diz Desmoulins; o seu primitivo ardor arrefece e o seu partido enfraquece dia a dia». E, por último, Marat: «Quando seguimos com um olhar atento a cadeia dos acontecimentos que prepararam e orientaram a noite de 14 de Julho, sentimos que nada era tão fácil como a Revolução; ela apoiava-se ùnicamente no descontentamento dos povos irritados contra a tirania dos seus chefes. Mas, quando consideramos a carácter dos Franceses, o espírito que anima as diferentes classes do povo, os interesses opostos das diversas categorias de cidadãos, os recursos da corte e a união, não menos natural como formidável, dos inimigos da igualdade, temos de compreender que a Revolução não podia ser senão uma crise passageira e que *era impossível que ela se sustentasse pelos meios que a tinham orientado.*

Foi exactamente deste mal-estar e deste enfraquecimento que resultou a guerra. Para reanimar a Revolução que estava sem fôlego, para a estimular e subjugar o país que duvida e lhes foge, os Girondinos não hesitaram em atear o fogo na Europa. A guerra é para eles uma formidável manobra de política interna. Por meio dela, esperam despertar o entusiasmo revolucionário, pôr ao serviço da defesa jacobina as medidas de defesa nacional e conseguir que o seu partido beneficie das forças levantadas para a defesa da Pátria. Ameaçada de paralisia, a Revolução não a evita senão por meio de uma crise de loucura sanguinária.

A guerra, escreveu João Jaurès, engrandecia o teatro da acção, da liberdade e da glória. Obrigava os traidores a desmascararem-se e as intrigas obscuras ficavam desfeitas como um formigueiro esfacelado pelo vendaval. A guerra permitia aos partidos do movimento arrastarem consigo os moderados, porque a sua tibieza para com a Revolução seria denunciada como uma traição à própria pátria. A guerra, finalmente, pela emoção do desconhecido e do perigo, bem como pela sobreexcitação do orgulho nacional, reavivaria a energia do povo. Já não era possível, pelas únicas vias da política interior, levá-lo ao assalto do poder real. Uma espécie de pesadelo de impotência parecia pesar sobre a Revolução. Pois quê? Nem com o 14 de Junho, nem com o 6 de Outubro, nem mesmo depois de Varennes nos foi possível depor ou submeter o Rei? Mas há mais. Com cada um dos combates que trava e, até, com cada uma das faltas que comete, a realeza parece ganhar novas forças e,

quando apenas o Rei devia ser castigado, são os democráticos que são perseguidos. Para quebrar este encanto secular da realeza, é preciso que ela se entregue finalmente à Revolução ou que, por uma traição flagrante contra a pátria, suscite contra si a cólera dos cidadãos já inflamados pela luta contra o estrangeiro».

Tipos e trajos da época

Os seis meses que os Girondinos gastaram para fazerem triunfar o partido da guerra devem ser apontados entre os mais dramáticos da nossa história; mas, por um contraste frequente, o homem que desempenhou o principal papel, Brissot, é um dos mais equívocos que poderemos imaginar. Como muitos outros, parecia destinado a uma vida tranquila. Filho do dono de um restaurante de

Chartres, de muita e boa clientela, fora destinado à vida do povo e colocado como amanuense em casa de um procurador. Era pouco para ele. Espírito irrequieto e mal preparado com leituras feitas à pressa, Brissot, julgava-se, desde a mocidade, fadado para um alto destino; mas, até então, a sua ambição não passara de casos de polícia, serviços de livraria e especulações entre a gente muito suspeita dos panfletistas pagos e dos espiões internacionais. Com muita dificuldade tinha-se feito eleger deputado por Paris e sonhava com qualquer lance teatral que o revelasse ao mundo. Como vivera em Londres e tinha também feito uma viagem aos Estados Unidos por conta dum banqueiro suiço, assumia ares de personagem cosmopolita e isso dava-lhe certa autoridade sobre os seus colegas da província. Prático em decisões apressadas e em processos atabalhoados, deslumbrava os ouvintes ingénuos pela sua facilidade de improvisar, ao mesmo tempo que os «retalhos de história», com que enchia os seus discursos, os faziam passar junto dos outros por homem sério e sabedor. Durante semanas e semanas, há-de ser, nos clubes, na imprensa e na Assembleia, o pregador obstinado da guerra que se aproxima.

Para ele e para os seus amigos — Vergniaud, Isnard, Gensonné, Ruhl, Herault de Séchelles — todos os argumentos serão bons e, para vencer a opinião daqueles que, como Robespierre, recuam perante a aventura, juntarão ao seu cínico «é preciso fazer-se a guerra» esta enorme mentira: «a guerra far-se-á sem risco». — «A guerra é actualmente um benefício nacional e a única calamedida a recear é não a fazer». — «Podereis adoptar, em estado de guerra, certas medidas que, em estado de paz, seriam julgadas muito severas». — «Seria indigno da maioria duma grande nação como a nossa suportar mais tempo este fogo de ópera cujo fumo nos incomoda». — «Uma grande nação deve-se orgulhar da sua glória, deve punir severamente os temerários que ousam faltar-lhe ao respeito». — «O povo francês tornou-se o mais notável do universo; é preciso que a sua maneira de proceder corresponda ao seu novo destino». — «Digamos à Europa que dez milhões de franceses, inflamados pelo fogo da liberdade, armados do gládio, da pena, da razão e da eloquência poderão sòzinhos, se os irritarem, mudar a face do mundo e fazer tremer os tiranos sobre os seus tronos de barro». — «Os reis sabem que não há Pirinéus para o espírito filo-

sófico que nos deu a liberdade. Eles estremeceriam ao enviarem os seus soldados para uma terra que arde neste fogo sagrado. Por certo, recearíam que um só dia de batalha convertesse dois exércitos inimigos num povo de irmãos.» — «Não tenho senão um receio: que não sejamos traídos. Temos necessidade de grandes traições: a nossa salvação depende disso, porque existem ainda fortes doses de veneno no seio da França e são necessárias fortes explosões para o deitar fora: o corpo está bom e nada há a recear». — «A guerra! A guerra! Tal é o grito de todos os patriotas, tal é o voto de todos os amigos da liberdade espalhados sobre a superfície da Europa, que não esperam senão esta feliz diversão para atacarem e lançarem por terra os seus tiranos». — «A guerra é necessária; a opinião pública provoca-a e a salvação pública impõe a sua lei».

Sob o aguilhão de tais clamores, a Assembleia perde toda a serenidade. As sessões passam a ser um concurso de declamações belicosas e a sua política um misto de fanfarronadas, provocações e violências. Uma atitude decidida, uma firmeza sem cólera teriam bastado para resolver as dificuldades que surgam. A maior delas — a questão dos emigrados — não era, no fundo, senão uma coisa pequena, que muito fàcilmente se poderia fazer cair no grotesco. Era precisamente isso que a Gironda não queria, e as deliberações que ela inspira não têm por fim intimidar ou desarmar os inimigos da Revolução, mas, pelo contrário, exasperá-los, empurrá-los para toda a espécie de imprudências e para os partidos desesperados, que não têm outra saída senão a guerra. Em 31 de Outubro, a Assembleia decide que, se Monsieur não voltar à França dentro de dois meses, perderá os seus direitos à regência. Em 9 de Novembro, declara como suspeitos de conjuração, sujeitos à confiscação dos bens e à pena de morte, os emigrados que permanecerem fora das fronteiras depois de 1 de Janeiro de 1792. Por fim, em 29 de Novembro, a mesma Assembleia estipula que os padres que não tenham prestado juramento à Constituição Civil serão não só privados dos seus direitos cívicos, mas também submetidos à vigilância da autoridade e sujeitos a dois anos de prisão.

Destes três decretos, dois eram quase vãos, pois, por um lado, Monsieur e os emigrados estavam fora de alcance e, por outro lado estavam resolvidos a não entrar em França senão quando se

sentissem mais fortes e, por consequência, em condições de poderem prender aqueles que os queriam proscrever. Quanto às medidas contra os padres, iriam levantar contra a Revolução uma boa metade do clero que se teria acomodado com um culto oficial ou privado e que, para futuro, iria juntar a sua sorte à dos nobres rebeldes. Por conselho dos *Feuillants*, e depois de manifestas diligências do Directório de Paris, o Rei recusou a sua sanção.

Mas isto foi apenas uma paragem. A política belicosa ganhava dia a dia novos adeptos, mesmo entre os constitucionais. O novo ministro da Guerra, o conde de Narbona, e muitos oficiais superiores pertenciam a esse número. Jovem, ardente, amando o risco e o imprevisto, Narbona julgava que as combinações incendiárias da Gironda se poderiam voltar contra ela, no caso de se saber aproveitar a ocasião oportuna. Os agrupamentos de emigrados forneciam o pretexto de uma pequena guerra contra os eleitores renanos. Desta expedição, brilhante e fácil, o exercício voltaria transformado, a disciplina restabelecida, os chefes obedecidos, e o uniforme respeitado e temido. As tropas vitoriosas seriam para o Rei «um refúgio donde ele poderia apoiar a maioria sã da Assembleia e intimidar os clubes» e, se, por infelicidade, essa pequena guerra fizesse desencadear uma outra grande contra a Áustria e a Prússia, seria tempo de retomar o plano de um congresso e de mediação, no qual Luís XVI e Maria Antonieta pensavam sempre e que, no caso de verdadeiras hostilidades, teria um sentido e uma razão.

Como observava Alberto Sorel, tais combinações não eram absurdas. Eram apenas prematuras. «Uma guerra que regenerasse o exército; um exército que se tornasse árbitro do Estado; um general vencedor e pacificador que pusesse fim à anarquia e organizasse as conquistas civis da Revolução — tudo isto foi o que se viu oito anos depois, em fins de 1799. Uma invasão estrangeira, um congresso de potências, um rei mediador entre uma coligação e a França, restabelecendo a paz no país, restaurando o trono e garantindo aos Franceses os princípios essenciais declarados pela Assembleia Constituinte — tudo isti foi o que se viu em 1814». Mas, em 1791, é ainda muito cedo e o país não está devidamente amadurecido. Vai-se para a guerra, como deseja Narbona, mas vai-se também para a República, como pretende Brissot.

Em 14 de Dezembro, convencido e adestrado por Narbona,

Luís XVI vem anunciar à Assembleia o envio de um ultimato ao Eleitor de Trèves. Se antes de 15 de Janeiro os agrupamentos de emigrados não fossem dispersados, o Eleitor (1) seria considerado inimigo da França e tratado como tal. Era o conflito? Ainda não. Por conselho de Leopoldo, o arcebispo de Trèves acedia imediatamente ao pedido da França e os emigrados eram expulsos por ele. O arcebispo de Maiença procedia sem demora à mesma operação, e em 21 de Dezembro o Imperador avisava oficialmente o governo de que lhe era dada inteira satisfação. Acrescentava ainda que, nestas condições, não subsistia para a França qualquer agravo legítimo contra os príncipes renanos e que, por consequência, se qualquer deles fosse atacado, ele ver-se-ia na obrigação de lhe prestar auxílio. A Assembleia aproveitou-se deste comentário para avivar a questão. Escudada nas garantias de Narbona que, voltando de uma visita de inspecção na Lorena lhe declarava que tudo estava a postos, a Assembleia convidou o Rei a perguntar a Leopoldo se renunciava «a todo o tratado e convenção dirigidos contra a soberania, independência e segurança da Nação» ou, por outras palavras, se desdizia a declaração de Pillnitz. O Rei ficava também encarregado de declarar ao Imperador «que, se não desse à Nação, antes de 1 de Março próximo, plena e inteira satisfação sobre o que lhe era pedido, o seu silêncio, assim como qualquer resposta evasiva e dilatória, seriam considerados como uma declaração de guerra».

Desta vez já havia a palavra, mas não ainda o facto. Leopoldo era suficientemente esperto para não se deixar apanhar no laço dos Girondinos. Num memorial confidencial dirigido a Luís XVI, com data de 31 de Janeiro de 1792, deslinda muito nìnidamente as origens da crise. Quanto mais os chefes revolucionários sentem o seu crédito ameaçado, diz ele, «mais procuram medidas desesperadas e violentas, mais procuram arrastar a Nação para extremos irremediáveis, cuja razão principal é reavivar o zelo revolucionário que afrouxa». Por consequência, recusando-se a fazer o jogo da Assembleia, Leopoldo limitará a sua réplica às precauções indispensáveis.

(1) *Eleitores* eram os príncipes alemães que tinham o privilégio de elegerem o Imperador. Esta dignidade foi abolida em 1806 por Napoleão I. — *(N. T.)*.

O tratado de aproximação, assinado por ele com o Rei da Prússia em 7 de Fevereiro, não continha, com efeito, senão cláusulas equívocas e ambíguas que, aliás, visavam menos a França do que a Polónia e a Rússia. Era um rude golpe nos belicistas. Mas um outro mais rude ainda os iria atingir: em 9 de Março, num rasgo de energia, Luís XVI demitia Narbona.

A comoção foi enorme. Deste caso, a esquerda devia sair esmagada ou triunfante. Chamou para a luta os seus maiores oradores: Vergniaud e Brissot. Foi sobretudo o discurso da primeiro que estimulou a Assembleia: «Vejo desta tribuna as janelas dum palácio, onde conselheiros perversos desorientam e enganam o Rei que a Constituição nos deu, forjam os ferros com que pretendem acorrentar-nos e preparam as manobras que nos hão-de entregar à Casa de Áustria. Vejo as janelas dum palácio, onde se trama a contra-revolução, onde se combinam os meios de nos arrastar para os horrores da escravatura, depois de nos terem feito passar por todas as desordens da anarquia e por todos os furores de guerra civil. Chegou o dia, meus senhores, em que podereis pôr termo a tanta audácia e a tanta insolência, confundindo enfim os conspiradores. Muitas vezes, nos tempos antigos e em nome do despotismo, o medo e o terror saíram desse famoso palácio. É preciso que para lá entrem hoje de novo em nome da lei. Uma vez lá dentro, é necessário que se apoderem de todos os corações. Que os que ali vivem saibam que a nossa Constituição não concede a inviolabilidade senão ao Rei. É preciso que saibam que a lei atingirá todos os culpados sem distinção, e que não haverá uma única cabeça suspeita de criminosa que possa escapar ao nosso gládio».

Sob uma borrasca desta natureza, a direita sentiu-se arrasada. O centro e a esquerda juntam os seus votos. O inimigo de Narbono, o pacífico Lessart, ministro dos Estrangeiros, foi declarado culpado e enviado para o Supremo Tribunal, acusado de traição. Por trás dele, era a Rainha a pessoa ferida. Preso Lessart, o ministério *Feuillant* desconjuntou-se. Ainda se não passara uma semana, e já todos os seus membros, à excepção de um, tinham pedido a demissão. Constitucional até ao fim, o Rei encarregou a Gironda de indicar os seus sucessores.

Sendo deputados, os chefes girondinos não podiam ocupar as pastas vagas. Como Barnave e Duport, viam-se obrigados a gover-

nar por meio de interpostas pessoas. Depois de três dias de discussões, indicaram os novos ministros: Dumouriez, para os Estrangeiros, Clavière para as Finanças, Servan para a Guerra, Lacoste para a Marinha e o marido de M.me Roland para o Interior. Desde logo os factos se precipitaram ràpidamente, tanto mais que, tendo falecido Leopoldo, seu filho e sucessor, Francisco II, não pretendia senão fazer falar a pólvora. Em 27 de Março, partiu de Paris para Viena um ultimato muito arrogante. Em 7 de Abril, a resposta era dada no mesmo tom. Em 20, Luís XVI dirigia-se à Assembleia e, como em sonho, num ar alheio e indiferente, propunha declarar a guerra ao «Rei da Hungria e da Boémia». No meio dum delírio de entusiasmo e de ináudita efervescência popular, o decreto foi votado, quase sem discussão, por uma unanimidade à qual faltavam apenas sete votos.

A paz há-de ser feita vinte e três anos mais tarde, depois Waterloo.

9. A QUEDA DO TRONO

DUMOURIEZ e os políticos da Gironda imaginavam que iam conduzir uma guerra concebida segundo a fórmula clássica da luta contra Casa de Áustria. Assim, contavam com a aliança da Polónia e com a neutralidade benevolente da Inglaterra. Por instantes mesmo, pensaram recorrer à velha receita das diversões orientais: a invasão da Hungria pelos Turcos. Mas enganaram-se redondamente. Se os pretextos da guerra eram do antigo regime, a guerra era bem revolucionária. «É preciso declarar a guerra aos reis e a paz às nações!», gritava Merlin de Thionville, no momento do voto. É este o programa da propaganda armada: a guerra indefinida para a revolução universal. Os gabinetes não se enganaram. Em Londres, o enviado francês Talleyrand foi secamente despedido. Em Berlim, o Rei Frederico Guilherme pouco se importou com o tratado de 7 de Fevereiro e juntou-se ao Imperador.

Militarmente, o desengano foi ainda mais cruel. Nada estava preparado. O exército, arruinado por três anos de indisciplina e de motins, era incapaz de sustentar a luta. Projectara-se invadir os Países Baixos, antes que o exército austríaco estivesse em pé de guerra e, para isso, os dois corpos de Biron e de Dillon, guarda-avançada de Rochambeau, tinham sido vivamente impelidos para além da fronteira. Em 28 de Abril, encontraram-se com o inimigo. Foi uma debandada. A cavalaria voltou rédeas sem combater. Dillon, que se lançara à frente dos fugitivos para os segurar, foi assassinado. Todo o exército, tomado de pânico, se pôs em fuga

e lançou fora as armas, exclamando: «Salve-se quem puder!» Por milagre, os Austríacos, que não haviam ainda terminado a sua concentração, não levaram mais longe as vantagens que tinham obtido. Julgando-se seguros para o dia seguinte, deixaram perder um tempo precioso que La Fayette e Luckner, sucessor de Rochambeau, souberam aproveitar para levantar o moral das suas tropas.

Em Paris, toda a gente perdera a cabeça. Maria Antonieta estava convencida de que seu sobrinho estaria nas Tulherias dentro de três semanas e comunicava-lhe o que sabia das deliberações dos ministros — o segredo de Polichinelo, felizmente. A Assembleia, desvairada, esgotava-se em debates estéreis e violentos, onde choviam as injúrias e as bofetadas.

«Temos necessidade de grandes traições», dissera Brissot. Imediatamente os clubes espalharam e afirmaram que o inimigo tinha cúmplices no interior: os aristocratas, os generais, os eclesiásticos, a corte. A exterminação dos traidores era a condição da vitória. Em 27 de Maio, os Girondinos fizeram votar um novo decreto contra os padres refractários, para substituir aquele que Luís XVI tinha fulminado com o seu veto em Dezembro. Todo o padre não ajuramenado e denunciado por vinte cidadãos em actividade seria expulso sem apelo do território francês, desde que os directórios do seu departamento e do seu distrito não se opusessem a isso. Dois dias mais tarde, em 29, a Assembleia, para desarmar o Rei, decreta o licenciamento dos 8 000 homens da sua guarda constitucional e manda o seu chefe, o duque de Cossé-Brissac, para o Supremo Tribunal. Por fim, em 8 de Junho, como a guarda nacional parisiense era devotada à Constituição, a Assembleia decreta a concentração no Campo de Marte de 20 000 federados, isto é, de 20 000 guardas nacionais revolucionários exaltados. Esta última medida fora tomada por iniciativa do ministro da Guerra, Servan, que não tinha avisado o Rei da sua resolução.

A manobra interior não se podia já dissimular. Choveram protestos de todos os lados. A guarda nacional parisiense, uma parte das secções, La Fayette e os oficiais do seu exército pediram ao Rei que não consentisse no apelo aos Federados. O Directório do departamento de Paris renovou as suas negociações contra a deportação dos padres. O próprio ministério estava dividido: Dumouriez, Lacoste e Duranthon, dum lado; Roland, Clarière e Servan,

do outro. A posição do Rei era terrível. Abandonado e combatido por uma parte dos seus ministros que o mandam constantemente insultar pelas suas folhas e pelos seus amigos, cercado de espiões, separado dos seus mais fiéis servidores que não se atrevem a aparecer nas Tulherias, vive numa atmosfera asfixiante de ameaças e de traição. Na frente do palácio retinem gritos de morte. Tão depressa matam um militar como um padre. Outras vezes, é um granadeiro que insulta a Rainha, como se insulta uma regateira. Em pleno Conselho, Roland pretende ler ao Rei uma intimação insolente, que qualificava como «a áustera linguagem da verdade» e que terminava com ameaças significativas: «A revolução está feita nos espíritos; ela acabará à custa de sangue, se a prudência não prevenir desgraças que ainda é possível evitar».

Que podia fazer Luís XVI? Ratificar o decreto sobre os padres seria «condenar à mendicidade, à prisão e à deportação 70 000 padres e religiosos acusados de ortodoxia»; autorizar o acampamento em Paris seria «colocar o trono, a sua pessoa e a sua família à disposição de 20 000 furiosos escolhidos pelos clubes e pela Assembleia, propositadamente, para exercerem violências sobre a sua pessoa». Mas, antes de opor o seu veto aos dois decretos, quis ainda dar um penhor brilhante da sua moderação e da sua boa vontade: consente na dissolução da sua guarda e renuncia a toda a segurança que não seja a que lhe dá a lei e a Constituição. Por outro lado, Roland, Clavière e Servan, que tinham recusado subscrever o duplo veto e pretendido forçar a consciência do Rei, são demitidos em 13 de Junho e substituídos por *Feuillants*. Dumouriez toma para si a pasta da Guerra, esperando assumir o comando dos exércitos. Foi um barulho terrível. Afirmava-se que o Rei ia firmar um armistício e a paz. «Esta ousadia põe-me doida», escreve M.me Jullien. A Gironda, por um momento, julga-se perdida. A Assembleia enchia-se de proclamar que os ministros demitidos eram chorados pela Nação, mas isso não os restituía nos seus lugares. Para quebrar a resistência do Rei, era preciso fazer-se um motim, uma «jornada».

Esta foi preparada em casa dos Roland (M.me Roland não se conformava com o facto de deixar de ser ministra) e orientada por agitadores profissionais: Santerre, um cervejeiro do *faubourg* de Saint-Antoine, Legendre, um carniceiro com atitudes de assassino,

Rotondo, um piemontês que acabará por ser enforcado no seu país por crime de morte, Fournier o *Americano* um plantador de São Domingos, de face pálida e rosto de pirata e uma turba completa de vagabundos subalternos: desertores, taberneiros, carrejões e um marquês caído na valeta. As autoridades comunais não aparecem, mas estão ao lado dos amotinados. O *maire* Piéton e o procurador-síndico Manuel armaram os *faubourgs* e mandaram distribuir lanças. O pretexto da manifestação está bem escolhido: trata-se de celebrar a comemoração do *Jogo da Pela*. Plantar-se-á uma árvore da liberdade no terraço dos *Feuillants* e far-se-á um desfile perante a Assembleia e perante o Rei, depois de se terem apresentado petições «relativas às circunstâncias». Para dar mais imponência ao cortejo, os peticionários levarão as suas armas.

No dia 18, antes de partir para a frente, Dumouriez veio apresentar as suas despedidas ao Rei: «Ides então, perguntou Luís XVI, juntar-vos ao exército de Luckner?» — Sim, Sire, e apenas lamento deixar-vos em perigo» — «Oh! Sim... em grande perigo», replicou o Rei. E o diálogo continuou assim:

— Sire, não tenho já interesse em vos falar como vou fazer; uma vez afastado do vosso conselho, não mais me aproximarei de vós, mas, por fidelidade, peço-vos, mais uma vez, que renuncieis ao veto.

— Não faleis mais disso, porque a minha resolução está tomada.

— Olhai, Sire, que abusam da vossa consciência e que vos levam para a guerra civil. Receio mais os vossos amigos que os vossos inimigos.

— Deus é testemunha de que apenas desejo a felicidade da França.

— Duvido dessa felicidade, Sire. Se toda a gente conhecesse Vossa Majestade como eu conheço, os nossos males depressa acabariam. Mas, permiti que volte a dizê-lo, julgando salvar a religião, apenas as destruís. Os padres serão assassinados... E vós mesmo...

Seguiu-se um pequeno silêncio e, depois, o Rei replicou:

— Espero a morte e, desde já, perdoo aos meus inimigos. Quanto a vós, sinto-me grato pela vossa amabilidade e dar-vos-ei as provas da minha estima, se vierem dias melhores.

A entrevista terminou assim. O Rei estava muito perturbado e Dumouriez extremamente comovido. À porta, o Rei reteve-o ainda:

— Adeus, disse-lhe, sede feliz.

No dia seguinte escrevia a um padre que gozava da sua confiança: «Vinde, porque nunca tive tanta necessidade das vossas consolações. Acabei com os homens; é para o Céu que agora se dirigem os meus olhares. Anunciam-se grandes desgraças. Terei coragem».

No dia 20, de manhã, a partir das cinco horas, começaram a formar-se os primeiros ajuntamentos nos *faubourgs* de Saint-Antoine e Saint-Marcel. Até às dez horas foram lentamente engrossando. Havia hesitação. Certas secções estavam vacilantes. Voltava a dizer-se que Robespierre era adversário dum movimento prematuro. Em Salpêtrière, os cabecilhas compreenderam que, se houvesse demora, o movimento ficaria frustrado e deram o sinal de partida. Na margem direita, Santerre e os seus homens fizeram o mesmo. Os dois cortejos juntaram-se e encaminharam-se para o centro.

Via-se ali gente de todas as espécies: guardas nacionais fardados, carrejões dos mercados, vagabundos, soldados expulsos dos seus regimentos, desempregados, homens armados com lanças, etc. Eram, ao todo, umas 8 a 10 000 pessoas que se incitam umas às outras, por meio de gritos, ameaças e injúrias dirigidas ao *Senhor Veto*. À medida que se aproxima das Tulherias, o cortejo torna-se mais ameaçador. Erguem-se cartazes. Levanta-se, na extremidade de uma forqueta, um coração de veado com este letreiro: *Coração de aristocrata*. Por fim, ao rufar dos tambores, o cortejo chega a Manège. Uma lei da Constituinte proíbe os ajuntamentos. Para mostrar a importância que se liga a tal lei, a Assembleia resolve receber os peticionários e deixa-os atravessar a sala das sessões com as suas armas e emblemas.

As Tulherias estavam guarnecidas com tropas, mas as portas são abandonadas sem combate pelos facciosos encarregados de as defenderem. Num instante, os pátios e os vestíbulos são invadidos. Avisam o Rei, que se encontra nos seus aposentos. Por passagens interiores, depressa chega ao Olho de Boi. Arrastam-no para o vão duma janela. Os ministros, o marechal de Mouchy e alguns oficiais agrupam-se a seu lado. Colocam na frente uma mesa que será uma espécie de obstáculo a defendê-lo da multidão. Ouvem-se as primeiras pancadas na porta: vão abrir e a multidão engolfa-se por ali dentro. O desfile dura mais de duas horas, acompanhado

de cenas grotescas e odiosas. No meio de vociferações, alguns indivíduos tentam ferir o Rei com os sabres; os granadeiros, com as baionetas, afastam-nos. Um outro apresenta-lhe um barrete vermelho na ponta dum pau e o municipal Mouchet enfia-lho na cabeça. Outro ainda, estende-lhe um copo de vinho, que ele bebe à saúde da Nação.

As lanças sucedem às lanças. Sem qualquer sombra de emoção, sem um gesto de transigência nem de medo, o Rei deixa passar a torrente. Impassível, contenta-se com responder às intimativas repetidas de Santerre e dos seus tenentes: «Fiz o que me ordenam a Constituição e os decretos». Esta serenidade acaba por impressionar os presentes. Tinham vindo procurar o «tirano» no seu covil e encontram um homem corajoso, um pouco simplório, com o aspecto e com gestos simples... Às 6 horas aparece Pétion: «Acabo de saber, Sire — diz ele — a situação em que vos encontrais». Luís XVI detestava este indivíduo enfadonho e velhaco. «É espantoso — respondeu o Rei — porque isto já dura há duas horas». Há deputados e soldados que procuram abrir passagem. Os manifestantes, de pé há catorze horas, estavam extenuados. Sob o pretexto de lhes mostrarem o castelo, conseguem arrastá-los cá para fora. Às oito horas, o perigo estava passado. O Rei recebe os deputados e mostra, diz uma testemunha, uma calma inconcebível.

A «jornada» tinha falhado. Mais uma vez Luís XVI soube segurar-se.

O atentado de 20 de Junho provocou indignação em quase toda a França. Setenta e cinco departamentos e um grande número de corpos organizados enviaram os seus protestos. Em Paris, uma petição a favor do Rei e da Constituição recolheu ràpidamente vinte mil assinaturas de cidadãos em actividade. Chegou mesmo a haver no Conselho geral da Comuna uma maioria que censurou Manuel, Pétion e os administradores da polícia, cujo desleixo premeditado permitiu o assalto ao castelo.

Quinze dias mais tarde, depois de um inquérito rigoroso, estes mesmos Pétion e Manuel eram suspensos das suas funções pelo Directório do departamento que, na mesma ocasião, mandava Santerre e os seus cúmplices para os tribunais. Em 28 de Junho, La Fayette vinha pessoalmente à Assembleia e reclamava, em nome do exército medidas «eficazes» contra a «seita» jacobina. A sua

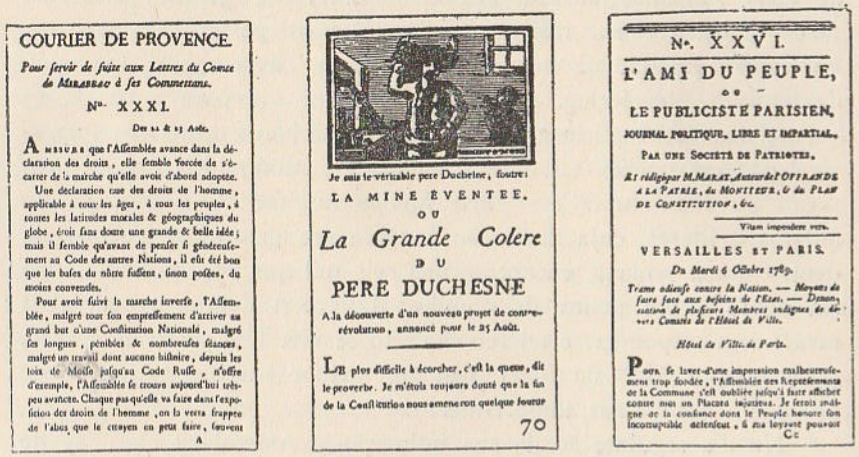
reclamação foi deferida por 339 votos contra 234. «Está demonstrado aos meus olhos, diz o chanceler Pasquier, nas suas memórias, que, quando Luís XVI sucumbiu definitivamente, tinha muito mais partidários do que antes, quando fugiu para Varennes».

Mas, em política, o número não é nada e a acção é tudo. Os homens da ordem estavam muito divididos e muito fracos, para que as suas simpatias fossem eficazes. Discorrem, gemem, mas não fazem nada. «A sua resistência dissipa-se em palavras e escritos». No estado em que se encontrava a França, havia apenas um meio de parar a Revolução: pegar numa arma e vir para a rua. Cinquenta anos de cepticismo e de filosofia lacrimosa tornavam impossível pôr em prática tal defesa. Malouet e Montmorin tinham proposto ao Rei reunir em Paris alguns milhões de fidalgos e de antigos militares, cuja dedicação à coroa era garantida. Poder-se-ia dentro duma semana, encontrar uns seis mil que não pediam senão um chefe e um ponto de reunião: Luís XVI deixou passar dois meses sem responder, e tal reunião não se fêz. Um plano de evasão, proposto por M.me de Stael, não foi melhor sucedido. Mas houve ainda um facto mais importante.

No dia seguinte ao da sua intimação à Assembleia, La Fayette devia acompanhar o Rei a uma revista passada à guarda nacional. Escolhera-se uma legião constitucional e pensara-se que, electrizada pela presença do seu antigo general, ela se deixaria arrastar contra os Jacobinos, cujo clubbe seria fechado. Por ódio a La Fayette, a Rainha avisou a Comuna e a revista ficou sem efeito. La Fayette, para quem o caso do Campo de Marte tinha sido uma lição, não se deu por vencido e tocou a rebate, chamando os seus partidários. Bastaria que aparecessem trezentos, para que tentasse o golpe. No dia marcado apareceram trinta. O único caminha que lhe restava era voltar para a fronteira e foi o que fêz.

Luís XVI não nutria por La Fayette e pelos *Feuillants* uma aversão tão pronunciada como Maria Antonieta, mas enganava-se também muito sobre os Jacobinos que desprezava suficientemente para se acostumar a ver neles uma força considerável. Persuadido de que os Aliados não tardariam a entrar em Paris, limitava toda a sua política a aguardar quatro ou cinco semanas, fazendo recuar, por meios insignificantes, a tempestade prestes a rebentar. O seu antigo ministro, Bertrand de Molleville, homem corajoso e deci-

dido, mas muito dado a intrigas, incutia-lhe a ideia de que os clubes populares poderiam ser fàcilmente comprados e, por conseguinte, paralisados uns pelos outros. Bertrand e a lista civil encarregaram-se de espalhar grandes quantias para esse fim. Danton, Fabre d'Eglantine, Santerre e outros sainda tiveram a sua parte nesta dis-



COURIER DE PROVENCE.

Pour servir de suite aux Lettres du Comte de Mirabeau à ses Commettans.

N°. XXXI.

Du 22 & 23 Août.

A mesure que l'Assemblée avance dans la déclaration des droits, elle semble forcée de s'écarter de la marche qu'elle avoit d'abord adoptée.

Une déclaration des droits de l'homme, applicable à tous les âges, à tous les peuples, à toutes les latitudes morales & géographiques du globe, étoit sans doute une grande & belle idée; mais il semble qu'avant de penser si généreusement au Code des autres Nations, il eût été bon que les bases du nôtre fussent, sinon posées, du moins convenues.

Pour avoir suivi la marche inverse, l'Assemblée, malgré tout son empressement d'arriver au grand but d'une Constitution Nationale, malgré ses longues, pénibles & nombreuses séances, malgré un travail dont aucune histoire, depuis les lois de Moïse jusqu'au Code Russe, n'offre d'exemple, l'Assemblée se trouve aujourd'hui très-peu avancée. Chaque pas qu'elle va faire dans l'exposition des droits de l'homme, on la verra frappée de l'abus que le citoyen en peut faire, souvent

A

Je suis le véritable pere Ducheine, foutre:

LA MINE ÉVENTEE.

OU

La Grande Colere

DU

PERE DUCHESNE

A la découverte d'un nouveau projet de contre-révolution, annoncé pour le 25 Août.

Le plus difficile à écorcher, c'est la queue, dit le proverbe. Je m'étois toujours douté que la fin de la Constitution nous amèneroit quelque fourue

70

N°. XXVI.

L'AMI DU PEUPLE,

OU

LE PUBLICISTE PARISIEN,

JOURNAL POLITIQUE, LIBRE ET IMPARTIAL,

PAR UNE SOCIÉTÉ DE PATRIOTES.

Et rédigé par M. MARAT, Auteur de l'OFFRANDE A LA PATRIE, du MONITEUR, & du PLAN DE CONSTITUTION, &c.

Vitam impendere vero.

VERSAILLES ET PARIS.

Du Mardi 6 Octobre 1789.

Trame odieuse contre la Nation. — Moyens de faire face aux besoins de l'Etat. — Discussion de plusieurs Membres indignes de devenir Conseils de l'Hôtel de Ville.

Hôtel de Ville de Paris.

Pour se livrer d'une impression malheureusement trop fondée, l'Assemblée des Représentans de la Commune s'est oubliée jusqu'à faire afficher comme non un Placard injurieux. Je ferois insulte de la confiance dont le Peuple honore son incorruptible défenseur, à moi toujours pauvre et

Cc

Fac-simile, em tamanho reduzido, de três jornais do período revolucionário

tribuição, mas não alteraram a sua maneira de proceder. Não podiam contradizer-se sem arruinarem ao mesmo tempo o seu crédito e era pagar muito caro as pequenas traições que lhes permitiam cometer, sem terem de esconder a cara.

De facto, nenhuma insurreição foi preparada com menos mistério do que a de 10 de Agosto. Tudo se fez à luz do dia e foi conhecido antecipadamente. Em 1 de Julho, a Assebleia decreta que as deliberações dos corpos administrativos serão públicas, isto é, vigiadas atentamente pelos clubes e submetidas à pressão das tribunas; no dia 6, dissolve os estados maiores da guarda nacional da província e, na mesma ocasião, prepara a supressão das companhias de escol de Paris; em 15, põe fora desta cidade as tropas de linha; em 16, substituiu-as por um corpo de gendarmes formado por subditos e guardas franceses, que fizeram causa comum com os amotinados por ocasião da tomada da Bastilha; em 6 de Agosto,

finalmente, ordena que a guarda das Tulheiras seja formada todos os dias por homens pertencentes a sessenta batalhões, isto é, desconhecendo os seus chefes, sem coesão nem disciplina. Todas as forças da ordem são atingidas. A defesa é desconjuntada peça a peça, ao passo que, por outro lado, o ataque se prepara com o mesmo método.

Para começar, visto que, em 20 de Junho, os *patriotas* da capital não eram bastantes para a sua tarefa, foram-se buscar mais à província. Os voluntários que tinham sido alistados pelo prazo da duração da guerra deviam ser concentrados na retaguarda dos exércitos, no campo de Suessião. Sob o pretexto de os obrigar a assistir à festa do 14 de Julho, os Jacobinos mandaram vir uma parte deles para Paris e, passada aquela data, conservaram lá os mais exaltados e continuaram a chamar outros, cuidadosamente escolhidos pelos seus filiados locais. Os contingentes mais fortes são os dos portos — Marselha e Brest — onde a presença de uma população flutuante facilita o recrutamento. Ao todo serão, pelo menos, 5.000. Os do Sul traziam com eles um conto de guerra, composto algumas semans antes por um oficial da guarnição de htrasburg que se serviu de temas de uma ópera deDaloyrac. A esse conto chamaram daí em diante *A Marselhesa*.

Por seu lado, em 11 de Julho, a Assembleia declara a pátria em perigo e faz acompanhar esta proclamação de um aspecto teatral, próprio para desorientar os espíritos. No mesmo dia, é decretada a permanência das 48 secções, transformadas em outras tantas reuniões públicas oficiais, terreno de escolha parra os agitadores. No dia 13 como estímulo, reconduz Pétion às suas funções de «maire».

Concentração dos federados e agitação das secções — tais foram os dois elementos preparatórios da jornada de 10 de Agosto.

Tudo foi orientado por uma *Junta de insurreição*, presidida pelo cura Vaugeois, vigário-geral do bispo de Blois, Gregório, e do qual faziam parte, entre outros, Merlin (de Thionville), Basire, Chabot, Fournier, Chaumette, Santerre, Anthoine, Lazowski, Uestermana, Carra e outros mais obscuros ainda. Toda esta gente se reunia no *Soleil d'Or*, Praça da Bastilha, no *Cadran Bleu*, em casa de Anthoine, rua Saint-Honoré, ou em casa do marceneiro Duplay, hospedeiro e amigo de Robespierre. Foi Robespierre quem dirigiu as petições apresentadas pelos federados para a deposição do Rei.

Quanto a Danton, estava a descansar nesta ocasião em Arcis e não apareceu senão no último momento. Em 27 de Julho, as secções obtiveram o direito de criar um órgão de ligação, uma repartição para correspondência, e Pétion concedeu-lhes imediatamente um local apropriado no Hôtel de Ville. Era duplicar a municipalidade oficial e moderada com uma outra ilegal e violenta. Uma vez instalada no seu lugar, esta segunda Comuna não tardaria a suplantar e expulsar a primeira.

No entanto, foi difícil pôr as coisas em andamento. Apesar da dupla campanha dos federados e das secções, Paris não caminhava. Os bairros constitucionais resistiam e, nos outros, a maioria continuava inerte. A insurreição, que devia rebentar em 26 de Julho, à chegada dos homens de Brest, teve de ser adiada por falta de entendimento e de preparação. Uma segunda tentativa, no dia 30, à chegada dos Marselheses, não foi melhor sucedida, pois se limitou a umas escaramuças aos cantos das ruas. Um terceiro movimento, em 4 de Agosto, abortou da mesma maneira.

Receando ser empalmados pela revolta que se preparava e à qual eram alheios, os Girondinos empregavam esforços desesperados para se apoderarem do poder pelos meios constitucionais. Tendo-se demitido os ministros *feuillants,* ofereceram-se para os substituir e, para inspirarem confiança ao Rei, esforçaram-se por subjugar a agitação das secções. Mas, no meio destas intrigas, em 1 de Agosto, chegava a Paris o manifesto lançado pelo generalíssimo prussiano, duque de Brunswick.

Este manifesto, redigido por um emigrado, contra o aviso do representante de Luís XVI, Mallet du Pan, era a última imprudência e a última loucura. Dizia-se ali que toda a guarda nacional ou todo o habitante *que ousasse defender-se* contra os invasores seria punido como rebelde. No caso de o Rei ser novamente ultrajado nas Tulherias, Paris seria entregue a *uma execução militar e a uma subversão total.* É mesmo de bom senso não ameaçarmos pessoas que não temos a certeza de poder atingir. As fanfarronadas de Brunswick tiveram o efeito que era de esperar:: longe de aterrorizarem Paris, favoreceram os planos dos republicanos e facilitaram a sua investida. No dia 9, de manhã, chegavam 900 federados. Nessa noite, o comandante da guarda nacional, Mandat, era chamado ao Hôtel de Ville, sendo destituído e assassinado. Quanto a

Pétion, depois de ter movimentado, durante algum tempo, das Tulherias para Manège, o seu grande corpo amedrontado e a sua figura lívida, conseguiu, prudentemente, que a Comuna insurreccional o mandasse para casa e ali esperasse os acontecimentos. No dia 10, de manhã, os revoltosos começaram a reunir-se e a preparar o bloqueio das Tulherias.

O palácio era defendido por corpos heterogéneos que Mandat não podia manter em perfeito acordo por não se encontrar lá: duzentos ou trezentos cavaleiros de Saint-Louis, à paisana, ligeiramente armados e sem comando; novecentos Suíços, chamados de Rueil e de Courbevois, resolvidos a deixarem-se matar, mas que não tinham mais que quinze ou vinte cartuchos por cabeça; novecentos gendarmes, feitos com os amotinados, e dois mil guardas nacionais, uma parte dos quais — os homens dos canhões — estavam preparados para a traição ao primeiro tiro disparado.

Um chefe inteligente teria desarmado e mandado embora os guardas que não fossem seguros, expulsaria do castelo tudo quanto mostrasse fraqueza e, com os mil e quinhentos ou dois mil homens que restassem, organizaria o campo de batalha. Havia canhões e bastantes espingardas e balas, levando em linha de conta as munições dos guardas mandados embora. Por detrás da espessa alvenaria do castelo, seria possível suportar o cerco e ficar vitorioso. Mas não havia um chefe.

Os ministros acreditam ainda na virtude da Constituição. O procurador-síndico do departamento, Rœderer, embora bom realista, está compenetrado da legalidade, e foi ele quem convenceu Mandat a correr para a morte no Hôtel de Ville, sob o pretexto de que se encontrava às ordens do «maire». Os oficiais municipais e os magistrados, a quem incumbe proclamar a lei marcial, estão completamente desvairados. Não fazem mais que desmoralizar as tropas. Atormentam o Rei com o seu desânimo. Rœderer pinta-lhe a situação com as cores mais negras e força-o a refugiar-se na Assembleia para poupar aos filhos o horror do assalto e talvez a morte.

Luís XVI e Maria Antonieta tinham, a princípio, mostrado os mais enérgicos sentimentos. Mas acabaram por se deixar invadir pelo pânico e, *antes mesmo que os assaltantes tivessem disparado um tiro,* abandonaram o palácio real e retiraram-se para a Assem-

bleia com o Delfim, Madame-Royale e Madame Elisabeth. No último momento, o Rei teve ainda uma hesitação: «Mas não há muita gente no Carroussel», disse ele. Rœderer replica-lhe nos termos mais desanimadores: a gente dos bairros está prestes a chegar, todas as secções estão armadas e não há homens suficientes no palácio, para que se possa resistir ao ajuntamento do Carroussel. E puseram-se a caminho: Luís XVI praticava a não-resistência ao mal.

A sua partida foi o sinal de debandada. Não ficou no castelo senão um punhado de fidalgos e os Suíços. Os assaltantes deram então o seu primeiro assalto, que foi repelido com perdas. Num momento, os pátios ficaram vazios e os Suíços, saindo dos seus abrigos, foram buscar ràpidamente os canhões dos Marselheses. Na sua louca galopada, os fugitivos chocaram com a coluna do *faurgourg* de Saint-Antoine, que se formara dificilmente, mas que — enfim! — sempre chegava. Ganhando coragem, os dois grupos voltaram à carga. Por falta de munições, os Suíços foram repelidos para o interior do edifício e ali se entrincheiraram.

O tiroteio tinha sido ouvido na Assembleia. Anunciaram ao Rei — falsa, ou, pelo menos, prematuramente — que o castelo ia ser invadido e, sob o pretexto de impedir uma carnificina, arrancam-lhe uma ordem por escrito, intimando os Suíços a cessarem o fogo e a retirarem-se para as suas casernas. Esta ordem é imediatamente levada. Os Suíços obedecem, agrupam-se e tentam organizar-se numa coluna. Mas foram logo cercados e assassinados.

O castelo, sem defensores, é invadido, e quase todo o pessoal, incluindo os moços de cozinha, foi passado pelas armas. É uma fúria de crimes e de destruição. Só lendo o depoimento das testemunhas se poderá fazer uma ideia de todos estes horrores. Há pessoas que são atiradas vivas pelas janelas e aparadas em baixo sobre as pontas das lanças. Outras são retalhadas e mutiladas. Empilham os corpos nus sobre os pavimentos deitam-lhe o fogo e grelham-nos como costeletas. Espelhos, móveis, tapetes e objectos de arte ,tudo é roubado ou despedaçado. O incêndio devora as construções de madeira que separam o palácio do Carroussel e, quando os bombeiros aparecem, são recebidos a tiro. O fogo manteve-se durante seis dias e foi um milagre que se não tivesse propagado a todo o bairro. Em Paris, nota-se o mesmo furor.

As estátuas dos reis são lançadas por terra; raspam-se as coroas e as flores-de-lis; abatem-se as tabuletas dos fornecedores da corte e mudam-se os nomes das ruas. A Comuna chega a decretar a supressão «de todos os monumentos do feudalismo e do despotismo», isto é, a destruição das igrejas, do Louvre e dos arcos do triunfo; mas, por felicidade, o decreto não é executado.

Ao todo, houve do lado dos realistas oitocentos ou novecentos mortos e grande número de feridos; do lado dos revolucionários, 376 mortos e feridos, principalmente feridos.

Enquanto se matava, Luís XVI encontrava-se encerrado na Assembleia. Estava apenas presente a terça parte dos deputados; os outros, aterrados, não ousavam aparecer. Esse terço decretou a suspensão do Rei até à reunião de uma convenção nacional e o seu internamento no Luxemburgo e, depois, no ministério da Justiça, na praça de Vandoma. Mas a Comuna protestou. Era ela a vitoriosa e era ela quem devia dispor dos prisioneiros. Dòcilmente, a Assembleia entregou-lhos e, em 12 de Agosto, Luís XVI e sua família eram internados na torre do Templo.

Como no regresso de Varennes, o poder estava vago e a Assembleia, sempre amputada de dois terços, resolveu eleger um conselho executivo provisório de seis membros. Entregou as pastas do Interior, das Finanças e da Guerra aos «bons ministros»: Roland, Clavière e Servan. Para os Estrangeiros, escolheu um antigo empregado de Dumouriez: Lebrun. Para a Marinha, Condorcet fez eleger um dos seus colegas da Academia das Ciências, Monge, um notável geómetra aturdido que, no dizer de Madame Roland, fazia habilidades à maneira dos ursos de Berna. Por último, a pasta da Justiça foi entregue a Jacques Danton.

Fundido em bronze, incensado e canonizado por uma escola inteira de historiadores, Danton foi tido, durante vinte e cinco ou trinta anos, como a mais bela encarnação do patriotismo revolucionário ou — numa só palavra — do patriotismo. Para os seus fanáticos, é o homem de Estado «ardente e entusiasta que sonha acabar com a obra secular da defunta monarquia, dando à França as fronteiras da antiga Gália, o tribuno veemente que atira em desafio aos tiranos da Europa uma cabeça de Rei, o homem de audácia que bate com o pé o solo nacional para dele fazer brotar as legiões de voluntários, e o demagogo intransigente que se lança numa luta

sem tréguas contra o inimigo». Esta é a lenda, mas a verdade é outra. Ao cabo duma longa e difícil investigação, Alberto Mathiez conseguiu restabelecê-la, pedaço a pedaço, e as suas pesquisas estão hoje suficientemente adiantadas para que o possamos acompanhar com toda a segurança.

Advogado há dois anos, Danton estava, em 1789, numa situação financeira difícil. Muito endividado, cheio de necessidades, escravvo dum temperamento tirânico, lançou-se na Revolução como um ceifador num prado. Eloquência brutal, figura de bronze e grande grosseirão, é o Mirabeau da canalha. Durante três anos, trabalha os auditórios mais populares. Arrastando atrás de si uma clientela de aventureiros e indivíduos tarados, vamos encontrá-lo em todas as conjuras e em todas as agitações. Sem vergonha e sem escrúpulos, venal, procurando sempre estar de bem com Deus e com o Demónio, recebe dinheiro da Inglaterra do duque de Orleães e da corte. Uns compram-no para que promova arruaças e outros compram-no para que acabe com elas. Não crê na demagogia, mas faz dela um ofício. A Revolução arranca-lhe actos de entusiasmo e de energia, mas não tem confiança na sua duração e procura sempre manter uma linha de retirada. Por isso, conserva-se em boas relações com os agentes realistas da Bretanha e de Paris. Quando se oferece a ocasião, presta-lhes serviços discretos que lhe proporcionaram rendosos reconhecimentos. Na tribuna é pela guerra implacável; mas, em segredo, manifesta-se a favor duma paz atamancada. Em público, gaba-se de ter feito o 10 de Agosto e deitado abaixo a Monarquia. Na intimidade, anuncia ao futuro Luis Filipe a restauração do trono a favor da irmã mais nova. Em Paris é o homem da rua, o defensor dos proletários. Em Arcis, compra terra, uma quinta, dois priorados e cem hectares de terra de lavoura. No ministério de que faz parte, representa o tipo moderno do político espertalhão céptico e amigo de gozar, gostando do poder e sabendo tirar dele todo o proveito.

Os Girondinos, que o temiam e desprezavam ao mesmo tempo, tinham-no escolhido contra vontade para dele fazerem um escudo contra a revolta, mas não era homem para servir de testa de ferro a Brissot e a Verginaud. Instalado num posto honorífico, depressa chamou a si as atribuições dos seus colegas. Monge, Servan e Lebrun obedecem-lhe incondicionalmente. Tem camaradas para todos os

lugares, fornecedores para todos os mercados, decretos para todos os assuntos. Faz uma razia nos fundos secretos, nomeia comissários para os exércitos impele milhares de voluntários para os campos. Sente-se à vontade entre o caos. Encontra tudo aquilo de que gosta: emoções, dinheiro, atitudes. No meio da espantosa desordem em que se encontra a França, apenas ele tem estômago bastante para pretender ser alguém. Não é um homem de Estado. É, visto à distância, uma viva caricatura.

A Comuna insurreccional lançara o trono por terra. Pouco faltou para que fizesse o mesmo à Legislativa. Robespierre impelia-a para isso, mas um vago receio a impediu de tal. Contentou-se com impor à Assembleia e ao Conselho uma série de medidas demagógicas: eleição da futura convenção por sufrágio universal, perseguição dos suspeitos a cargo das municipalidades, buscas nos domicílios dos realistas, reeleição dos oficiais dos corpos de gendarmes e dos juízes de paz de Paris, libertação dos prisioneiros condenados por roubo de cereais, confiscação e venda dos bens de emigrados, internamento de todos os seus parentes, expulsão ou deportação dos padres não ajuramentados, requisição e tabelamento dos cereais, fundação de oficinas nacionais e, por fim, criação du mtribunal extraordinário para julgar os crimes contra a Revolução.

O exército apenas refeito das suas primeiras batalhas, está novamente desorganizado. La Fayette, depois de ter instigado o departamento de Ardenas a protestar contra a prisão do Rei, emigra para a Bélgica, onde é feito prisioneiro. O estado-maior desconjunta-se. Há oficiais que são suspensos, outros vão-se embora e outros ainda não ficam senão por medo. Com a notícia do 10 de Agosto, o exército prussiano pôs-se em marcha: avança sem encontrar qualquer resistência séria. Em 22, Longwy entrega-se sem quase se ter defendido. Em 3 de Setembro, Veroduno capitula após um curto bombardeamento. Em 13, de prussianos forçam a passagem de Argona e lançam-se na estrada de Châlons. É a derrota. Os Girondinos, que provocaram a guerra com um ânimo tão leve, gritam agora que tudo está perdido. Uns propõem mudar o governo para a província; outros acolhem com baixas lisonjas a glória do generalíssimo alemão; o conselho executivo oferece à Inglaterra, em troca da sua neutralidade, um pedaço do nosso império colonial.

Um amigo de Danton, Desportes, é enviado à Alemanha com o fim de solicitar da Prússia uma paz separada. Frases empoladas não faltam na tribuna, mas, por trás delas, há apenas derrotismo e medo.

Na Comuna, é a loucura. Cada recuo das tropas é, para ela, motivo de nova cólera. Encontra-se ali um punhado de homens saídos da escória, hoje Césares, mas talvez amanhã criminosos vulgares de direito comum. Perdidos numa cidade imensa, sentem o seu pequeno número e a sua usurpação. Vem-lhes constantemente à memória o passado. O presidente Huguenin é um concussionário, Rossignol um assassino; Manuel roubou, falsificou e vendeu a correspondência de Mirabeau. Hérbert, fiscal de teatro, foi mandado embora do Variétés por uma gatunice; Panis foi demitido do Tesouro real devido a um desfalque. Todos eles sabem que as visitas domiciliárias da sua Junta de vigilância não têm sido, uma vez em cada duas, senão as mais vulgares rapinices. Se Paris for tomada, será preciso responder por tudo isso! Não há meio termo entre a ditadura e as galés. Mas estes indivíduos têm um conselheiro digno deles: um semilouco um maníaco do crime, o jornalista João-Paulo Marat. «Antes de desaparecerdes — diz-lhes ele sem cessar — suprimi os vossos inimigos e acabai com as vossas vítimas. Caí sobre aqueles que têm carruagens, criados e vestidos de seda. Visitai as prisões, assassinai os nobres, os padres e os ricos. Nada deixeis atrás de vós senão sangue e cadáveres. E a carnificina organiza-se metòdicamente.

Dentro de dez dias fica tudo pronto: as listas de deportações impressas, os degoladores escolhidos e embriagados à razão de 6 francos por dia e vinho à discrição. Em 30 de Agosto, a Assembleia, cansada da tirania do Hôtel de Ville, decide submeter a Comuna à reeleição. Em 2 de Setembro, como réplica, a carnificina começa e a Comuna tenta fazer abranger por ela os Girondinos, decretando mandados de captura contra os principais de entre eles, como Rolando, Brissot e vários deputados do partido. Mata-se nos Carmelitas, na Abadia, em Force, em Salpêtrière, no Châtelet e em Bicêtre. Na Abadia, o meirinho improvisou um tribunal de sangue. Em volta dele, para se exercitarem no trabalho, os assassinos comem, bebem e cantam. Levantam-se bancadas para «as damas» que queiram assistir ao espectáculo. Nos Carmelitas, os

padres tentam fugir pelos jardins e escondem-se entre as árvores: organiza-se uma caça ao homem que faz mais de cem vítimas. Em quatro dias, cometem-se mil e cem assassínios. Entre os mortos encontram-se o antigo ministro Montmorim, o arcebispo de Arles, os bispos de Saintes e de Beauvais, um grande número de professores da Universidade e os suíços que escaparam à morte em 10 de Agosto. A princesa de Lamballe é degolada sobre um marco da rua Pavée e a cabeça espetada na ponta de uma lança, é passeada por debaixo das janelas da Rainha, no Templo. Em Bicêtre e em Salpêtrière, onde se encontram presas as crianças e as meretrizes, desenrolam-se cenas impossíveis de descrever. Ainda no dia 6, aqueles que se encontravam presos, como medida de prevenção, à ordem do Supremo Tribunal, são conduzidos de Orleães para Versalhes e assassinados no dia 9 por Fournier, o Americano.

O Conselho executivo, ao corrente de todos os preparativos, não se tinha mexido. Danton, a quem incumbia a guarda dos prisioneiros, nada fez para os proteger. A um secretário de Rolando que lhe pediu que agisse: «Bem me importa a mim com os prisioneiros — respondeu — arranjem-se como puderem.» E foi com o seu visto que a Comuna enviou às províncias a circular de 3 de Setembro: «A Comuna de Paris apressa-se a informar seus irmãos dos departamentos de que uma parte dos conspiradores ferozes presos nas suas prisões foram condenados à morte pelo povo, actos estes de justiça que lhe pareceram indispensáveis para conter, pelo terror, legiões de traidores ocultos dentro das suas muralhas, na ocasião em que era necessário marchar contra o inimigo. E, sem dúvida, a nação inteira, depois da longa série de traições que a conduziram à beira do abismo, apressar-se-á a adoptar este meio necessário de salvação pública...» Resultado imediato: assassínios em Remos, em Meaux, em Lião e em Caen.

Estes horrores eram obra de algumas centenas de bandidos. Mas o terror era tão grande que ninguém se atrevia a resistir nem a protestar. De resto, o melhor do país estava nos exércitos e aí as coisas passavam-se de maneira diferente.

Ao mesmo tempo que Brunswick se lançava no caminho de Paris, Dumouriez e Kellermann tinham feito a sua junção, um vindo de Sedan e o outro de Metz. Em vez de tentarem barrar a passagem ao inimigo, instalaram-se na rectaguarda, ao longo de Argon,

como se fosse para lhe cortarem as comunicações. Brunswick contava desalojar os franceses por uma bela manobra estratégica. O rei da Prússia, impaciente, obrigou-o a enfrentá-los de cara. O encontro deu-se em Valmy, em 20 de Setembro. O exército revolucionário, composto por uma parte de velhos soldados e por outra de voluntários de 1791, que tinham já um ano de alistamento, aguentou-se bem. A artilharia, inteiramente renovada sob Luís XVI por Gribeauval, era superior à artilharia prussiana. Tudo se limitou a um canhoneio em que nós tivemos a superioridade, de forma que Brunswick não se atreveu a dar o assalto. A chuva suspendeu o combate. Militarmente foi uma partida nula e, moralmente, a França ficou vitoriosa.

Nesse mesmo dia, a Convenção reunia-se em sessão.

10. A GIRONDA

A CONVENÇÃO tinha sido eleita no meio da carnificina, entre 2 e 20 de Setembro. Era toda jacobina. Depois de 1789, a arte de fazer falar a *Vontade Geral* tinha feito consideráveis progressos. Os Constitucionais da Legislativa, impedidos de voltar para as suas circunscrições, por falta de passaportes; os jornais da direita suspensos e o seu material destruído pelos da esquerda; os moderados perseguidos por toda a parte onde ousam aparecer; as Assembleias primárias decretando, logo que abriram, a expulsão dos membros suspeitos de tibieza; o voto secreto abolido em, pelo menos, dez departamentos; eleitos presos logo que foram proclamados; bandos de assassinos rodando em volta das salas de voto: tais foram as condições em que o povo sobeano foi admitido a exercer a sua soberania. O país, amordaçado, não pode elevar a voz: de 7 milhões de eleitores, 6 300 000 abstiveram-se voluntàriamente ou pela força. O último décimo não podia senão obedecer.

Não houve disputa senão em Paris, onde a Comuna exclui os Girondinos para fazer eleger os seus amigos: Robespierre em primeiro lugar, depois Danton, Marat Collot d'Herbois, Billaud-Varene, Tallien, e, finalmente, na cauda, o cidadão Égalité, outrora chamado Filipe de Orleães. Por toda a parte se organizara uma lista única e como os Girondinos eram os mais conhecidos, tinham sido eleitos em grande número. Todos os chefes da Legislativa voltavam e, com eles, Buzot e Lanjuinais, que eram

antigos constituintes, bem como Pétion, Rolando e Barbaroux, que não tinham sido ainda deputados.

A Convenção contava 749 membros com mais 298 suplentes. Destes749 não compareceram, em 20 de Setembro, senão 371, dos quais apenas 253 — um terço — responderam à chamada para a eleição do presidente. Embora a cifra legal tenha sido, daí por diante, segundo a medida das anexações, elevada a 903, raramente serão mais numerosas. Em Julho de 1793, não se contam mais, em certa ocasião, que 186. Eleita por uma minoria, a Convenção foi essa própria minoria. Foi isto que fez a sua força assim como a sua franqueza. O medo deu-lhe audácia. Reinou pelo terror, que é o governo dos fracos, e o terrorismo exerceu-se igualmente sobre os revolucionários e sobre os seus inimigos. «Não havia pessoa que não fosse suspeita, porque ninguém tinha confiança no dia seguinte nem no seu vizinho».

As primeiras sessões, no entanto, foram bastante indistintas e nenhum partido pareceu dever manifestar-se. Em 20 de Setembro, quase por unanimidade, a realeza foi abolida e as pessoas e propriedades colocadas sob a salvaguarda da Nação. No dia seguinte, sem discussão, ficou estabelecido que, para futuro, os actos públicos seriam datados do ano I da República e, no dia 25, por unanimidade, a República foi declarada una e indivisível. Mas esta unanimidade era agora apenas uma aparência e viam-se já nìtidamente dois grupos ou, antes, duas correntes: de um lado a Gironda e do outro a Montanha.

A Gironda sentava-se à direita; é a antiga esquerda da Legislativa. É republicana, democrática, parlamentar e anticlerical. Os seus membros são burgueses cultos e quiméricos. Julgam que a verdade lhes foi revelada, e o seu fanatismo não conhece limites. Mas são consequentes e sinceros. Têm horror pela canalha. Querem um governo regular e respeitado que funcione segundo os princípios revolucionários, mas que, uma vez eleito, seja subtraído às insurreições e aos ataques do *faubourg* de Saint-Antoine. Discípulos dos fisiocratas, representando o povo das aldeias, são hostis a todas as intervenções do Estado no domínio da produção e do comércio. O respeito pela propriedade, a livre concorrência e a livre circulação dos géneros estão na base da sua política económica. O ano de 1792 não decorrerá sem que eles façam revogar todas as medidas de regulamentação — tabelamento e requisição — que haviam sido postas em vigor pelos departamentos ou municipalidades depois de 10 de Agosto. A lei de Chapelier, que proíbe toda a associação operária ou patronal, tem para eles o valor duma lei orgânica. O artigo 4.º desta lei não declara inconstitucionais, atentórias à liberdade e à Declaração dos direitos do Homem, a todas as deliberações e convenções que tenham por fim uma acção concentrada dos trabalhadores com vista a impor um determinado salário? Têm, pois uma tendência instintiva em considerar todo o protesto contra a vida cara, todo o movimento para a alta dlos salários, como uma conspiração contra a ordem social.

Na sua qualidade de provincianos, receiam que a Convenção fique prisioneira da Comuna de Paris. Como revolucionários garantidos, pretendem libertar-se da desordem que os levou ao poder e sem a qual não seriam coisa alguma. Contra a Constituição, contra o Rei, contra os *Feuillants,* apelaram, sem remorsos, para Santerne e para os seus homens — «instrumentos muito desprezíveis de uma revolução útil, gloriosa e necessária» — como escreveu Condorcet. Mas arrepiam-se de raiva quando pensam que os seus auxiliares de ontem são os seus senhores de hoje. A lei é para eles sagrada, depois que são eles quem a faz. Depois de Mounier, de Mirabeau e de Barnave, é agora a sua vez de dizer: «A Revolução está acabada; a Revolução para em nós». A Revolução parará um dia, com efeito mas sòmente quando tiver posto em prática os seus princípios até às últimas consequências. Ainda lá não chegamos. O radicalismo parlamentar dos Girondinos não é um fim: não é senão uma parte do trajecto para o comunismo ditatorial que aparece entre os Montanheses.

Não se deem a este comunismo contornos demasiadamente precisos nem fórmulas muito acabadas. É um comunismo elementar, uma insurreição quase instintiva dos pobres contra os ricos, daqueles que possuem pouco contra aqueles que possuem mais. Desde que se estabeleceu a igualdade política e a igualdade civil, porque se não há-de estabelecer a igualdade social por uma nova distribuição das fortunas ou por uma expropriação geral em proveito do Estado? Certos jornalistas espalham a ideia de que esta segunda revolução é uma necessidade e que, sem ela, a primeira seria nula. Há curas constitucionais que se fazem eco deste sermão.

Há também comissários do Conselho executivo que perfilham as mesmas ideias.

Não temos sobre este movimento, por volta do 10 de Agosto, tantas informações quantas desejávamos. No entanto, os textos reunidos por Alberto Mathiez são bastante numerosos e bastante claros para que possamos fazer uma ideia de tal movimento. O cura Dolivier, ao apresentar à Assembleia uma petição a favor dos arruaceiros que haviam assaltado os mercados de Brie, faz preceder o seu pedido de considerações desta natureza: «Que ideia se faz da propriedade? Quero referir-me à predial. Temos de confessar que, até aqui, pouco se tem pensado em tal e o pouco que se tem dito assenta sobre noções erradas. Parece ter havido receio de se abordar tal assunto, encobrindo-o com um véu misterioso e sagrado, como se houvesse intenção de o subtrair a um exame. Mas a razão não deve reconhecer nenhum dogma político que lhe imponha um respeito cego e uma submissão fanática. Sem querer remontar aos verdadeiros princípios segundo os quais a propriedade pode e deve existir, é certo que aqueles que são chamados proprietários não o são senão a título do benefício da lei. Apenas a nação é verdadeiramente proprietária do seu terreno».

Um outro cura, de Cher, exorta os seus paroquianos a deixarem de pagar as rendas: «Os bens vão ser comuns; não haverá senão uma adega e um celeiro, onde cada um irá buscar o que lhe for necessário...» Um comissário do Conselho executivo, Monmoro, membro influente do clube dos Cordeliers, espalha na Normandia uma nova declaração dos direitos, na qual se lêm estes dois artigos: «1.º — A nação não reconhece senão as propriedades industraiais e assegura a sua garantia e inviolabilidade; 2.º — A nação assegura, igualmente, aos cidadãos a garantia e a inviolabilidade daquilo a que falsamente se dá o nome de propriedades territoriais, até ao momento em que se tenham promulgado leis a tal respeito». Isto equivalia a dizer que os proprietários de bens imóveis não detinham os seus domínios senão a título revogável e enquanto a Assembleia não tivesse resolvido o contrário.

Quanto mais difícil se torna a vida, mais activa se torna a campanha comunista. O cura Jacques Roux dirige-a com uma tenacidade cautelosa, a que não se pode opor nenhuma dificuldade. Membro dos *Cordeliers* e dos Jacobinos, membro do Conselho Geral

da Comuna, faz, da sua secção dos Gravilliers e das secções vizinhas do Templo e do Observatório, focos de propaganda de onde partem, sem cessar, petições contra o comércio livre, contra os capitalistas e contra os burgueses. Assim se constitui, à esquerda dos Montanses, o grupo dos *avançados* cujas ideias os contaminarão pouco a pouco.

Sem dúvida, neste Inverno de 1792, nem Robespierre, nem Marat, nem a maioria se confessam comunistas. Pelo contrário, dizem-se partidários e defensores da propriedade. Mas o que recusam no conjunto, concedem-no parcialmente. A princípio, é uma questão de clientela. Os avançados têm consigo as massas turbulentas da capital, as que fizeram a Revolução e sem as quais a mesma Revolução não poderá sustentar-se. Depois, é uma questão de lógica. As dificuldades económicas que afligem as classes baixas provêm, em grande parte, dos *assignats*. Para os males revolucionários, são precisos também remédios revolucionários. A política de abstenção de Rolando e o seu «*laissez faire, laissez passer*» conduziram a Revolução meio século atrás, ou seja para a aurora da crítica liberal. A política socialista dos avançados, essa, está no espírito do sistema. É o seu desenvolvimento racional. Um ser dedutivo e formal, como era Robespierre, não podia permanecer insensível a esta necessidade. Embora experimentasse, pelo que dizia respeito aos avançados, certa desconfiança e aversão, seria levado, pelos progressos da sua reflexão, bem como pela pressão das classes laboriosas, a tornar seu, pedaço a pedaço, todo o programa desse grupo. Opô-lo-ia à Convenção e sucumbiria ao querer impô-loao país.

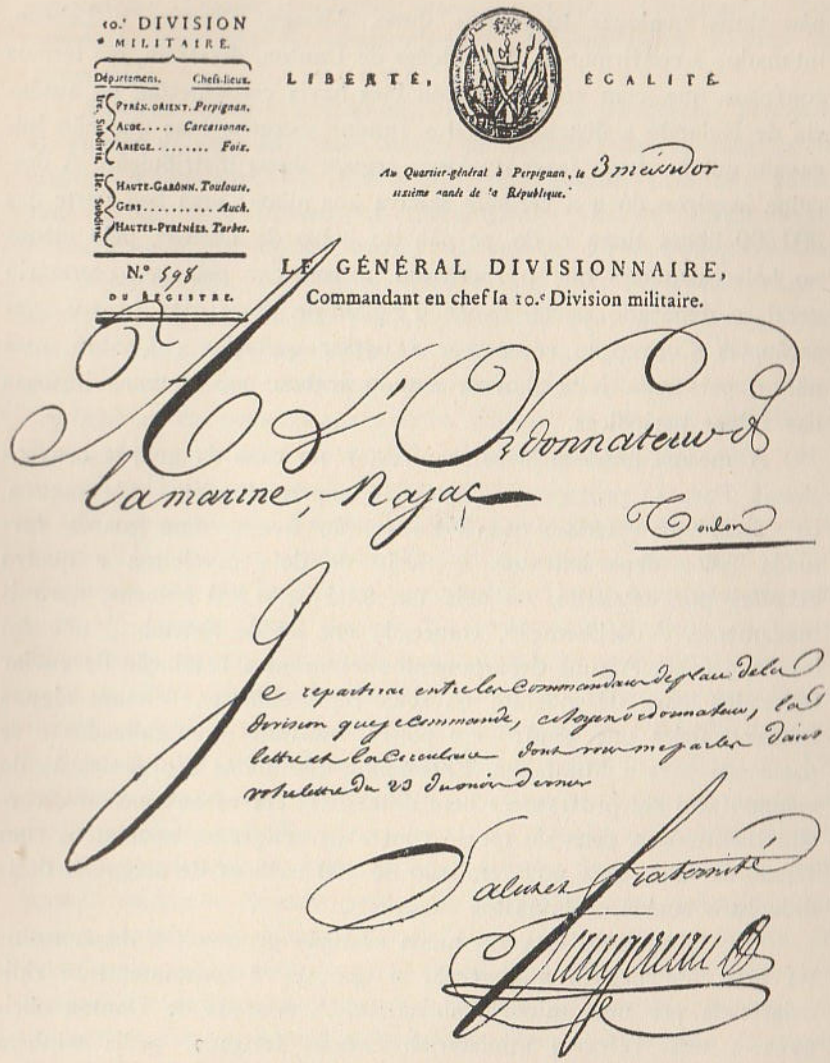
As revoluções têm a sua lógica e as suas leis. Remontando às causas verdadeiras da escassez e da vida cara — inflacção, guerra, perturbações agrárias, insegurança dos transportes — não importa que fosse fatalmente levado a condenar um certo número de actos políticos realizados havia três anos, isto é, que fosse levado a tomar uma posição contra-revolucionária. Era de toda a necessidade, pois, que a escassez e a vida cara tivessem uma explicação mútua, apresentadas como uma maquinação dos aristocratas e dos reaccionários. Enquanto que Saint-Just se detinham ainda a advogar a inflacção e as economias; Marat, em primeiro lugar, deu o tom: «é incontestável que os capitalistas, os agiotas, os monopolistas, os comer-

ciantes de luxo, os trapaceiros, os oficiais de justiça, os ex-nobres, são todos partidários do antigo regime... Hoje, *redobram de zelo para afligir o povo com a alta exorbitante do preço dos géneros* e o temor da fome... Em todos os países onde os direitos do povo não são títulos vãos consignados faustosamente numa simples declaração, a *pilhagem de alguns armazéns à porta dos quais enforcavam os açambarcadores punha termo ràpidamente a esses crimes*... Deixemos as medidas repressivas das leis... Um pouco de paciência, e o povo sentirá enfim esta grande verdade: que deve sempre salvar-se a ele próprio». Era esta, efectivamente, a verdade revolucionária.

Logo de entrada, os Girondinos aparentaram querer-se desembaraçar da Comuna e dos seus amigos. A partir de 25 de Setembro, começaram o ataque contra Robespierre, Marat e Danton, mas a sua manobra foi mal conduzida, sem plano preconcebido e sem sequência de ideias. Desfizeram-se em ameaças vãs e em acusações vagas, inquietaram toda a gente, não chegaram a conclusão alguma e, no meio destes incidentes monótonos, confusos e sem conclusão, acabaram por perder uma parte das suas tropas que, sob o nome de Plaine ou de Marais, constituíram um terceiro partido, um centro amorfo e frouxo, sempre prestes a alinhar ao lado do mais forte ou do mais ameaçador. Afirmou-se, mais tarde, que Rolando tinha constituído um escritório de corrupção para dirigir o espírito público. De facto, das 100 000 libras postas à sua disposição para a propaganda republicana, os jornais girondinos «*La Sentinelle*», de Louvet, *La Bulletin des Annai sde la Vérité* apenas receberam 10.

Robespierre e Marat, acusados de terem inspirado os setembristas e de trabalharem para a ditadura, desarmaram os seus imimigos, o primeiro com a sua linguagem altiva e o segundo com a sua impudência e o seu cinismo.

Danton era mais vulnerável. Eleito deputado ,era obrigado a escolher entre o mandato legislativo e a pasta ministerial. Optou pelo mandato, ao mesmo tempo que Rolando que se encontrava no mesmo caso, optava pelo ministério. Um e outro deviam prestar contas da sua gestão financeira depois de 10 de Agosto. Rolando fê-lo com uma virtuosa solenidade, mas Danton não forneceu senão dados insuficientes. Apertado com interrogatórios, acabou por confessar que não podia justificar o emprego das 200 000 libras que



Fac-simile de uma carta de Augeraud

tinham sido postas à sua disposição para despesas secretas. No entanto, parece que tudo tinha sido deliberado em comum no Conselho executivo e que os outros ministros tinham aprovado as despesas, à medida que iam sendo feitas. Rolando replicou imediatamente que

não tinha qualquer lembrança disso. Monge, Clavière e Lebrun, intimados a confirmar as declarações de Danton, disseram, em termos confusos, que, com efeito, Danton lhes havia comunicado, na ausência de Rolando a distribuição dos fundos secretos, mas que não julgavam que se devia fazer qualquer registo dessa distribuição. A desculpa inspirou dó e a verdade saltava aos olhos: uma boa parte das 200 000 libras tinha caído, se não no bolso de Danton, pelo menos no bolso daqueles que o rodeavam, a começar pelo seu secretário geral, o depenado poeta Fabre d'Eglantine. Este caso causou sensação. A Convenção recusou-se a passar quitação a Danton, mas não o perseguiu judicialmente e tudo acabou por algumas injúrias nas folhas periódicas.

A mesma impotência se manifestou no caso da guarda convencional. Para se protegerem contra os empreendimentos da Comuna, os Girondinos queriam que a Convenção tivesse uma guarda formada pelos departamentos, à razão de dois cavaleiros e quatro infantes por deputado, ou seja um total de 4 500 homens, aproximadamente. A deliberação, começada em 24 de Setembro, não foi levada a cabo. Alguns departamentos tomaram a resolução de enviar federados para defenderem os seus representantes. Vieram alguns milhares deles que, dentro em pouco, estavam desmoralizados e se passavam para a Montanha. Entretanto, discutia-se a organização do ensino (sem ter professores nem dinheiro); era reconhecido o divórcio, instituída a pena de morte contra os emigrados apanhados com armas na mão, uma nova emissão de 400 milhões de *assignats* decidida para suprir os impostos exauridos.

Os Girondinos estavam numa situação grotesca: a duma maioria que não chegava a governar e que se vê constantemente ridicularizada por uma minoria audaciosa. A retirada de Danton obrigava a uma reforma ministerial. Servan fatigado, pedia também que o deixassem ir embora. Rolando e a sua mulher arranjaram-lhes sucessores com os quais se julgavam seguros — um antigo constituinte, o jornalista Garat, para a Justiça, e um antigo empregado do duque de Castries, Pache, para a Guerra.

Rolando e a mulher eram pouco conhecedores de homens. Garat era um tagarela, sem carácter, que fizera o seu nome fabricando elogios académicos e que navegará entre o partidos sem se

pronunciar. Quanto a Pache, apenas instalado, declarou-se Montanhês e entregou as repartições do Ministério da Guerra aos Avançados.

No fim do ano, a Comuna encontrava-se finalmente renovada. A *mairie* voltava para um amigo de Brissot, mas os dois personagens importantes — o procurador-geral síndico e o seu substituto — eram dois extremistas, Chaumette e Hébert. Pouco depois, o concorrente montanhês, batido na *mairie*, tornava-se procurador do departamento. Por último, para coroar esta série de reveses e decepções, os Girondinos perdiam a presidência da Convenção, na qual se encontrava investido um homem do Marais, o bispo Gregório. Assim, os Jacobinos manobravam a Gironda em tudo e repeliam-na de posição em posição. Falhara a ofensiva dos Rolandos contra os «Triúnviros». A resposta dos «Triúnviros» foi a acusação dirigida contra Luís XVI

O processo do Rei é uma das mais comoventes tragédias da história. A simples narrativa do seu cativeiro e dos seus últimos momentos faz um dos livros mais belos e mais humanos que será possível escrever. Mas, no que diz respeito à sequência dos acontecimentos, importa sobretudo focar as razões políticas da acusação e do suplício. O cálculo dos Montanheses é duma terrível simplicidade: é preciso guilhotinar o Rei para fazer do regicídio a marca e a prova das sinceridades republicanas. Sobre a morte do Rei, os deputados hão-de dividir-se e extremar-se. Aqueles que a rejeitarem serão acusados de realistas, de traição e de entendimento com os emigrados e os austríacos, aqueles que a votarem continuarão indissoluvelmente unidos no receio de uma reacção. Quer sejam expostos à execração dos clubes, quer fiquem privados dos seus apoios moderados, os Girondinos ficarão de toda a forma enfraquecidose, talvez, mortalmente atingidos. O processo de Luís XVI marcará o fim da república burguesa, como a declaração da guerra foi o fim da monarquia constitucional. «Não queremos julgar o Rei — disse Danton — queremos matá-lo». «Luís Capeto — diz Jeanbon — foi julgado em 10 de Agosto; pôr em questão o seu julgamento seria fazer o processo da Revolução e seria declarar-vos rebeldes». «É preciso — diz Robespierre — condená-lo imediatamente à morte, em virtude dodireito de inssurreição.» E resumia todas estas razões no seu mais célebre discurso: «Não há processo a organizar;

Luís XVI não é um acusado. Vós não sois juízes. Vós não sois, vós não podeis ser se não homens de Estado e os representantes da Nação. Não tendes uma sentença a proferir a favor de um homem ou contra ele, mas tendes de adoptar uma medida de salvação pública e tendes de exercer um acto de providência ncional. Um rei destronado numa república não é bom senão para duas coisas: ou para perturbar a tranquilidade do Estado e abalar a liberdade, ou para fortalecer uma e outra ao mesmo tempo.» Em outros termos, se o Rei não é culpado são-no os que o destronaram. «A Constituição proibia-nos de fazer o que vós fizesteis». É precis que o Rei morra para que os homens de 10 de Agosto tenham razão.

Apanhados no laço os Girondinos não conseguiram libertar-se dele. Tinham condenado o derramamento de sangue e desejariam salvar Luís XVI, mas não ousavam pronunciar-se abertamente. As suas escapatórias e as suas argúcias chicaneiras não tiveram outro resultado se não levantar os extremistas contra eles e dar ao assassínio do Rei um caracter de hipocrisia jurídica que o torna ainda mais odioso.

Ao mesmo tempo que se deliberava sobre um primeiro relatório da Junta de Legislação, soube-se, em 20 de Novembro, da descoberta nas Tulherias de um armário secreto, um armário de ferro que continha papéis importantes e, em particular, a correspondência do Rei com Mirabeau e com Talon, distribuidores dos fundos da lista civil. Em resumo: os vestígios da agência de corrupção que hvia sido montada por Bertrand de Molleville. Este desfecho teatral completou a derrota dos partidários da indulgência. Todos aqueles que se não pronunciassem a favor da morte passriam a ser considerados como comprados. Os suspeitos viram apenas um meio de se purificarem: guilhotinar. Quando Marat pediu que o voto sobre a sentença se realizasse em alta voz, na tribuna e por chamada nomial, não se ergueu qualquer protesto. Tudo quando os Girondinos poderam conseguir foi que Luís XVI fosse assistido por advogados: Tronchet, de Sèze e Malesherbes, o antigo director da biblioteca, que tantas vezes havia protegido os filósofos contra os seus próprios serviços e que podia agora contemplar de perto os discípolos dos seus protegidos.

O Rei compareceu duas vezes: em 11 e 26 de Dezembro. Mostrou-se simples e digno. Ao interrogatório do presidente Barère, respondeu invocando a Constituição que tinha proclamado a sua inviolabilidade e pela qual ele sempre tinha pautado todos os seus actos. O discurso de defesa de Sèze, hábil e patético, teria provocado a convicção dum tribunal ordinário. Mas não deu resultado. Vergniaud pediu que a sentença fosse pronunciada por plebiscito, mas Robespierre, Saint-Just e Marat combateram furiosamente a proposta. O apelo ao povo era o deconhecido, a absolvição e talvez a Monarquia! «Submeter à ractificação do povo um julgamento originado por razões de Estado, disse Marat, é não só um acto de imbecilidade, mas de loucura. Isso só poderia ser imaginado pelos cúmplices do tirano, dispostos, para encobrirem os seus crimes e para o arrancarem ao suplício, a entregarem o Estado aos horrores da guerra civil.»

Os escrutínios abriram-se em 15 de Janeiro sob a vigilância dos clubes enrraivecidos e dos setembristas que enchiam as Tulherias. Votou-se, sucessivamente, sobre a culpabilidade, sobre o apelo ao povo, sobre a morte... Por 683 votos «Luís Capeto» foi declarado culpado de conspiração contra a segurança geral do Eestado. Por 424 votos, o apelo ao povo foi rejeitado. Em 16 de Janeiro, às 8 horas da noite, começou o derradeiro escrutínio. Votava-se por departamento a partir da letra G. Como doze dos eleitos da Gironda se diziam, ainda em vésera, resolvidos à indulgência, julgava-se que o seu exemplo arrastaria uma maioria. Vergniaud presidia; votou pela morte e foi seguido por oito dos seus colegas de Bordéus. A partir dessa ocasião, os hesitantes recuaram. Durante vinte e seis horas, os deputados sucederam-se na tribuna, no meio das vociferações do público, aplaudidos ou apupados, conforme se pronunciavam a favor da guilhotina ou pela clemência. Nesta ocasião, decidiu-se não só a sorte de Luís XVI como também a sorte dos seus juízes. Houve 721 votantes: 361 pela morte e 360 contra. Mas, como 26 representantes tinham votado a morte com reservas, os escrutinadores juntaram estes 26 votos aos 361, ficando ao todo 387. No dia seguinte, Brissot e Buzot tentaram ainda levantar a questão do adiamento, mas foi rejeitada po 380 votos contra 310. Na tarde do dia 20, Marat dirigiu-se ao Templo para dar a conhecer a sentença ao Rei, que obteve a permissão de passar duas horas junto dos seus e de se confessar a um padre não ajuramentado

A execução realizou-se no dia 21, no meio duma cidade sem vida e dum formidável estendal de tropas. Do Templo às Tulherias estava alinhada uma dupla ala de federados e de gente das secções. Mil e quinhentos homens guardavam o carro real e vinte e cinco mil estavam concentrados na praça da Revolução, onde se levantara o cadafalso. À saída do Templo, cerca das oito horas e meia, ouviram-se alguns gritos de «Perdão!», mas Santerre mandou rufar os tambores e esse rufar continuou ao longo de todo o trajecto. Às dez horas, chegou o cortejo à praça da Revolução. O Rei apeou-se vagarosamente do carro, permitiu que lhe ligassem as mãos, subiu os degrau e, do alto do estrado, exclamou em voz alta. «Povo, morro inocente!». Mos os tambores de Santerre não o deixaram ouvir. Neste momento deram-lhe um emporrão. Luís XVI voltou-se então para Sansão e para os seus ajudantes e exclamou: «Senhores, estou inocente daquilo que me acusam. Oxalá que o meu sangue possa cimentar a felicidade do povo francês!» Quando o cutelo caíu ouviu-se um grande grito. No dia seguinte, Sansão, ao relatar permenorizadamente estes factos, acrescentou: «Seja dito em homenagem à verdade que ele suportou tudo com uma calma e uma firmeza que nos causou espanto. Estou convencido de que o Rei fora buscar tal firmeza aos princípios da religião».

«Luís, diz Alberto Sorel, reinava mediocremente. A guerra civil teria tornado odiosa a sua memória; a proscrição teria apagado a sua lembrança; o cadafalso preparou-lhe uma auréola. Tirando-lhe o manto real e a coroa que o esmagavam, a Convenção descobriu nele o homem que era dotado duma mansidão sem igual e que mostrou, ao separar-se de tudo o que tinha amado, no esquecimento das injúrias recebidas, bem como na morte, esse sacrifício de si mesmo e essa confiança absoluta na justiça eterna que são as fontes das mais impressionantes virtudes humanas. A Convenção excluiu-o da lista dos soberanos políticos, onde a sua categoria era inferior; colocou-o na ordem das vítimas do destino e conferiu-lhe assim uma dignidade superior e rara na hierarquia dos Reis. Pela primeira vez, desde que reinava, Luís XVI pareceu saber ocupar o seu lugar. E, como nesse dia o apresentaram ao mundo com uma extraordinária solenidade, esta jornada é uma daquelas que contam na história das nações e o seu nome associa-se na história dos

povos à idéia do maior dos infortúnios suportado com a mais nobre coragem».

Os Montanheses tinham ganho a partida: a Convenção lançara-se num caminho donde jamais havia de se afastar, e os Girondinos estavam por terra. Em 23 de Janeiro, Rolando, acusado de ser o responsável pelo encarecimento da vida, deixava o ministério do Interior. Antes de dois meses vai rebentar uma revolta contra os seus inimigos. «Já não há meio de recuar, escrevia Marat no *Journal de la République Française*, continuador do *Ami du Peuple*». «Acabamos finalmente de chegar à ilha da liberdade e queimamos o navio que nos transportou», proclamava Cambon. E Lebas dizia, mais simplesmente, mas também com clareza: «Eis-nos lançados; todos os caminhos que ficaram para trás estão destruídos; temos agora de ir para diante, com vontade ou sem ela, e é agora que podemos dizer: viver livre ou morrer». O assassínio do convencional Lepeletier de Saint-Fargeau, por um antigo guarda privado, era como a ilustração destas palavras.

Apesar das suas faltas, os Girondinos conservavam um grande prestígio: tinham querido a guerra e as vitórias sucediam-se. Fora a guerra que os levara ao poder e eram os êxitos militares que ali os conservavam. No dia seguinte a Valmy, a situação dos Prussianos tornara-se singularmente perigosa. Tropas fatigadas, dizimadas pela disenteria e desmoralizadas pela imprevista resistência dos Franceses, dois terços dos soldados doentes, abastecimentos insuficientes e irregulares, uma população hostil, um tempo detestável, um país lamacento, estradas intransitáveis onde os canhões e os carros se enterravam — tudo isto concorria para uma retirada forçada. E tal retirada podia ser um desastre. Se Dumouriez tivesse atacado Brunswick nos desfiladeiros de Argona, o exército prussiano estaria perdido. Mas Dumouriez não tinha confiança bastante nos seus voluntários para arriscar a sua recente glória numa batalha difícil e, por outro lado, estava demasiadamente convencido de que a Áustria era a única inimiga da França para não procurar um acordo com a Prússia. Feliz por ganhar tempo, Frederico Guilherme prestava-se às negociações e distraía os comissários do Conselho Executivo, Westermann e Benoist, com promessas vagas e com veementes declarações contra o Imprador e contra a Casa de Áustria. Promessas e declarações não envolviam qualquer com-

promisso, mas em Paris tomava-se tudo isso a sério, de tal forma que, em 23 de Outubro, seguido sem ser inquietado, Brunswick passava a fronteira com o seu hospital ambulante. Mas já a margem esquerda do Reno tinha sido invadida por outro lado e começava a guerra de conquista.

As discussões que haviam precedido a ruptura com a Áustria mostraram que, para os Girondinos, a revolução não era um simples negócio de política interna francesa, mas sim o primeiro episódio da revolução universal, o primeiro passo para a insurreição geral contra os reis, os padres e os nobres. Para melhora frisar este carácter internacional, os refugiados estrangeiros eram admitidos em número indeterminado nos clubes, nas assembleias e nas administrações. Mesmo no dia seguinte ao da declaração de guerra, o mais irrequieto entre eles, o prussiano Anacharsis Clootz, que se fazia passar pelo orador do género humano, apresentava-se na teia da Assembleia: «Está aqui — dizia ele — a crise do Universo. A religião dos Direitos do Homem inspirará menos virtude, menos zelo e menos entusiasmo que a religião dos falsos profetas?»

A religião dos Direitos do homem! Já não é uma guerra que começa, mas sim uma cruzada — uma cruzada para a dissolução dos Estados.

Um primeiro decreto concedeu uma pensão aos desertores dos exércitos inimigos. Traduzido em alemão e em espanhol, esse decreto foi espalhado aos milhares. Afixavam-no nas paredes e nas árvores, atiravam-no para dentro dos carros, colavam-no nas garrafas de aguardente que se colocavam depois nas guardas-avançadas — estratagemas ingénus, cujo resultado foi mediocre. Mais hábil era a formação de legiões estrangeiras, engodo de exércitos revolucionários que deveriam agir na sua pátria de origem. Houve a legião de Lieja, a belga, a da Batávia, a da Sabóia, a alemã e a inglesa, todas minuciadas e sustentadas à custa da França. Cada legião constituía ao mesmo tempo um clube de patriotas, cujas correspondências, jornais, panfletos e proclamações iam espalhar, até nos mais pequenos principados, as ideias e as exaltações revolucionárias. De Estrasburgo partima missionários que, apoiados pelas lojas maçónicas, insurgiam os renanos contra os eleitores e contra os emigrados. Em Londres, os democráticos, agrupados numa sociedade histórica, multiplicavam as manifestações de simpatia. Por toda a

parte, os acontecimentos de França despertavam a esperança dos miseráveis e dos descontentes. Por toda a parte apareciam homens de letras para defender e exaltar tais ideias. Na véspera das eleições na Convenção, Maria-José Chénir pedia à Legislativa que concedesse a naturalidade francesa aos escritores estrangeiros «que tinham minado os fundamentos da tirania e preparado os caminhos para a liberdade». O seu desejo era que muitos, entre eles, fossem membros da futura Assembleia, para que esta se tornasse o «Congresso do mundo inteiro». Alguns vinte filósofos receberam assim o direito de dcidadãos. Dois dentre eles— Tomás Paine e Anacharsis Clootz — foram eleitos deputados, um por Pas-de-Calais e o outro por Oise. Tomás Paine esentou-se à direita e Clootz à esquerda. «Não poderemos estar tranquilos senão quando a Europa — e toda a Europa — estiver em fogo» — escrevia Brissot. «Mandando-nos para aqui — dizia Danton — a nação francesa elegou uma grande Junta de insurreição geral dos povos contra todos os reis do universo».

Enquanto Dumouriez continha a invasão prussiana, os austríacos do duque de Saxe-Teschen tinham vindo assentar arraias diante de Lila. Mas o duque não tinha tropas bastantes para atacar completamente a cidade e, depois que foi informado da derrota de Brunswick, retirou-se. Entretanto, Dumouriez veio a Paris para propor à Convenção a conquista da Bélgica. Foi recebido em triunfo; organizaram festas em sua honra e encheram-no de felicitações. Os Jacobinos ofereceram-lhe um barrete vermelho, Robespierre abraçou-o e Santerre consentiu ceder-lhe uma parte da artilharia de Paris. O Conselho executivo aprovou o seu projecto, ordenando, em 24 de Outubro, que os exércitos não regressariam aos quartéis de Inverno, enquano os inimigos da República não fossem repelidos para além do Reno.

O general-adjunto que dirigia as repartições do Ministério da Guerra tinha proposto a Dumouriez que adoptasse o plano tradicional, o de Luís XIV e de Turena, em 1672, e do marechal de Saxe e Loewendal, em 1745: um exército de observação, cobrindo um exército de cerco. Mas as tropas revolucionárias não estavam preparadas para uma guerra feita com tática. Ardentes e cheias de coragem, não suportariam uma campanha lenta e metódica. Era preciso fazê-las avançar, arrastá-las para uma ofensiva contínua,

aproveitando o seu entusiasmo e ardor e ligando pouca importância às vidas que se sacrificavam em excesso. De resto, para servir este heroísmo, dispunha-se de meios materiais superiores em número e em qualiddade aos do inimigo e, sobretudo, de uma artilharia de primeira ordem. Se é verdade que a batalha revoluconária era rude e sangrenta, não era, no entanto, um simples corpo a corpo.

Em 6 de Novembro, Dumouriez encontrava os imperiais perto de Mons. Depois duma preparação de artilharia de três horas, os seus soldados tomavam, à baioneta, as alturas fortificadas de Jemmapes e obrigavam o duque de Saxe-Teschen a retirar-se. Seguidamente, Bruxelas, Malines, Lovaina, Lieja, Gand e Namur abriam as suas portas. Antuérpia rendeu-se após quatro dias de trincheiras. Num mês, toda a Bélgica estava conquistada. Por toda a parte os Franceses eram acolhidos com aclamações de regozijo. Na outra extremidade da fronteira ao longo do Reno, nas estradas da Lorena e de Champanha, um segundo general, Custine, tinha feito progressos, ao passo que Brunswick ficava numa situação difícil. Havia já muito que o país cedera à influência francesa, as fortalezas estavam desguarnecidas e a população preparada com uma intensa propaganda. Por toda a parte se encontravam simpatizantes e cúmplices: Spire, Vórmia, Mayence e Francforte entregam-se ràpidamente; os príncipes e os principículos fogem ou oferecem humildemente os seus serviços. Nos Alpes, um terceiro corpo, comandado por Montesquiou, cai sem qualquer declaração de guerra sobre o Piemonte, apodera-se de Montmélian, entra em Chambéry e obriga os sardos a evacuarem toda a Sabóia, ao mesmo tempo que Truguet e Anselme ocupam, sem custo de maior, Nice e Comté.

Para um militar, toda esta campanha, apesar do seu brilho, está cheia de erros e faltas de perícia. Dumouriez e Custine em momento algum tentaram combinar os seus movimentos para cortar a retirada a Brunswick que conseguiu escapar-se fàcilmente. Mas, longe de prejudicar os franceses, esta falta de ciência tornava-os ainda mais temíveis: parecia que só a sua presença era suficiente para o triunfo. Dir-se-ia que o simples nome da liberdade punha os inimigos em debandada. Um publicista alemão, dotado de imaginação bíblica, podia, sem causar riso, comparar Custine a Josué que fizera aluir as muralhas ao som das trombetas.

A vitória fazia surgir numerosos problemas. Ir-se-ia entrar em negociações ou continuar com a guerra, Afrouxar a propaganda no estrangeiro ou intensificá-la? Revolucionar os territórios conquistados ou manter a antiga ordem? Fazer deles estados protegidos ou anexá-los? Já em 28 de Setembro, a Convicção ouvira ler uma carta de Montesquiou que pedia instruções. Trava-se imediatamente um primeiro debate que é interssante pelas contradições que vieram a lume. O pacifismo de 1789, o cosmopolitismo girondino, os planos duma revolução universal, o velho sonho monárquico das fronteiras naturais, o receio duma guerra sem fim contra a Europa — tudo foi trazido à baila. Mas, se a Convenção não ousa ainda pronunciar-se e se se contenta com enviar a carta de Montesquiou à Comissão diplomática, percebe-se, pelo tom dos discursos, que a balança pende para o lado da guerra. Nos bastidores, por outro lado, os ministros defendem com fervor a mesma ideia, e as suas razões, não sendo de pura ideologia, nem por isso deixam de ser de grande peso. O ministro das Finanças, Clavière, afirma que a manutenção dos exércitos arruína o tesouro e pede que eles sejam sustentados à custa do inimigo. Rolando, por seu lado, receio que a volta dos soldados possa ser o sinal de uma reacção militar. «É preciso, diz ele, obrigá-los a avançar tão longe quanto as pernas os levarem, pois, caso contrário, virão cortar-vos o pescoço».

A política girondina, sob a sua forma primitiva, não fora mais do que um pretexto para a retórica incendiária. A prova dos factos obrigava-a a tomar corpo. Havia seis ou oito meses que Brissot fazia jogos malabares, com grandes palavras ameaçadoras. Chegava a ocasião de dizer o que tais palavras encobriam e, desde que já não se tratava de efeitos de tribuna, mas de interesses e resoluções positivas, a história, a gografia e as necessidades políticas e militares voltavam a ter o seu valor e inclinavam as deliberações da Convenção para os caminhos batidos da tradição. O decreto de 19 de Novembro, que prometia fraternidade e socorro a todos os povos desejosos de alcançar a sua liberdade, não foi senão uma manifestação verbal de humanitarismo. Mas, em 15 de Dezembro, a Convenção completava-o, declarando que a ajuda da França não seria gratuíta, pois implicaria, da parte das nações assistidas, uma submissão completa à ditadura e às leis revolucionárias. Era o primeiro passo para a absorpção. O segundo depressa foi também

dado. Uma série de decretos ordenou a anexação de Basileia, de trinta e cinco comunas do Palatinado, de Lieja, da Bélgica e, finalmente, de todo o território compreendido entre Mosela e o Reno.

A Revolução realizava um projecto que já datava de há dois ou três séculos: o desmembramento da monarquia austríaca pela conquista dos Países Baixos. A propaganda revolucionária parecia ter sido feita apenas para acabar a obra de Richelieu.

Aceitando a herança da Monarquia retomando os seus desígnios, a Revolução expunha-se às mesmas dificuldades e aos mesmos perigos. A tomada de Antuérpia e a abertura das embucaduras do Escalda, cuja fiscalização tinha estado, até então, a cargo dos Holandeses, vinham reacender a hostilidade do governo de Londres no que dizia respeito às nossas empresas comerciais e marítimas. Pitt havia saudado com prazer a Revolução, pois julgara que, esgotando os Franceses, essa mesma Revolução lhe permitiria tirar pacìficamente a desforra da guerra da América. Desde o momento em que a Revolução apareceu, já não sob o aspecto da anarquia, mas sob o da conquista, os seus sentimentos mudaram completamente. Nunca a Inglaterra havia consentido que a França se estabelecesse como concorrente nas costas do Norte, em frente ao Tamisa e numa das melhores posições marítimas do globo. Para impedir isso mesmo, tinha amotinado a Europa inteira contra Luís XIV. E há-de agora amotiná-la ainda mais fàcilmente contra a Revolução. Será o último e o mais longo episódio daquilo que Seeley chama a terceira guerra dos Cem Anos, a guerra pela hegemonia económica e colonial. De raciocínio lento e levando também tempo a pôr-se em movimento, a Inglaterra não parará enquanto não tiver liquidado essas velhas contas. A coligação das potências encontrava nela a sua cabeça e o seu caixa. Como no reinado de Luís XV, a França ia lançar-se numa guerra continental, quando o verdadeiro inimigo se encontrava no mar.

Jacques Bainville insistiu sobre este ponto com muita clarividência e razão. Entre as faltas da Revolução, diz ele, uma das mais visíveis e das mais importantes foi «ter-se posto em conflito com a maior potência marítima do mundo sem ter uma esquadra nem esperança de a arranjar, porque uma marinha — instrumento de precisão — não se improvisa». As revoltas e a emigração tinham arruinado a nossa. Por falta de pessoal, de prática e de dinheiro,

não era possível reconstruí-la. Pitt bem o sabia e a sua decisão fora tomada em fins de Novembro. Durante dois meses multiplicou os incidentes, os maus processos e as provocações. Por fim, a execução de Luís XVI forneceu-lhe pretexto para expulsar o enviado francês e levar a Convenção a declarar guerra ao Rei Jorge, ao «stathouder» da Holanda, seu aliado, e ao Rei de Espanha Carlos V, que era um Borbom, primo do Rei de França (1 de Fevereiro — 7 de Março).

A Revolução tinha levantado contra si metade da Europa, mas, por uma fatalidade terrível no momento em que se empreendia, no dizer de Pitt, esta guerra de extermínio, os exércitos franceses encontravam-se em tal estado de cansaço e de desorganização que eram incapazes de entrar em combate. Uma lei concedia aos voluntários de 1792 a faculdade de se retirarem no 1.º de Dezembro de cada ano,com a única condição de terem prevenido o seu capitão com dois meses de antecedência. No dia marcado, houve batalhões inteiros que desmobilizaram. Por outro lado, as deserções faziam consideráveis estragos. Os regimentos dissolviam-se de semana para semana. Em Moselo, em Mosa, no Reno, nos Pirinéus e por toda a parte, as estradas estavam cheias de soldados que voltavam para suas casas sem qualquer permissão, levando consigo as armas e as fardas. Havia na Bélgica, em fins de Outubro, cem mil franceses. Em fins de Dezembro, não restavam mais que quarenta e cinco mil soldados, compreendendo as guarnições. Nos serviços de abastecimentos e aquartelamentos, a desordem era ainda pior. O ministro Pache ocultava, debaixo do aspecto plácido e empoeirado de um velho burocrata, uma alma vingativa, odiosa e ávida do poder. Logo que se instalou no ministério, revolucionara as diversas repartições para ali anichar criaturas dos avançados: Audouin, um antigo vigário de Saint-Thomas; Hassenfratz, um químico de espírito confuso que se tornara «sans-culotte» por amor da porcaria e do desalinho; Vicente um galopim pretencioso que fora eleito para a Comuna de 10 de Agosto, e trezentos ou quatrocentos novos empregados que falavam muito, trabalhavam pouco e não pensavam senão em humilhar os generais e fazer-lhes toda a espécie de afrontas.

O vestuário, o aprovisionamento e os transportes do exército estavam confiados a companhias particulares, entre as quais se

encontrava a companhia Masson-d'Espagnac para os transportes e a Doumerc para o pão e forragens. Pache, que não se atrevia a intrometer-se com Dumouriez, mandou prender os seus fornecedores por roubo. D'Espagnac era um tipo sem carácter que realizava lucros escandalosos e deturpava os contratos o melhor que podia. Mas os homens que Pache colocou à frente das compras — Bidermann, Max, Beer, Cerbeer, Pick e Moselman — não eram melhores, mas talvez piores. É possível que o autorizador de pagamentos, Malus, tenha prevaricado, mas é certo também que o seu sucessor, Ronsin, era um indivíduo completamente incapaz e que se admirou muito por lhe terem confiado funções de que ele ignorava os princípios mais elementares. «Estamos na mais extrema penúria, dizia o general-ajudante Montjoye. Os nossos cavalos morrem de fome; muitos recusam-se a prestar serviço; o país está exhausto e os camponeses vêem-se obrigados a matar as suas cabeças de gado, por não terem que lhes dar de comer». Beurnonville, que comandava o exército de Moselo, tinha pedido para Paris meias, polainas, cobertores, roupas e calçado. Mandaram-lhe meias de criança e sapatos para meninos. Do Escalda aos Pirinéus, tudo estava na mesma: calçado com solas de cartão, botas de papel, carros sem tirantes, roupas em farrapos, a lona das barracas já podre, os lençóis no fio, hospitais sem roupa, sem camas e sem medicamentos. O grande exército de Novembro não era agora mais que uma parada de mendigos.

Prar vigiar o espírito do exército e administrar os países conquistados, a Convenção nomeara alguns dos seus menmbros que passaram a designar-se comissários. A sua acção foi deplorável ao máximo. O comissário do exército de Moselo, José Cusset, estava embriagado desde manhã até à noite. Logo que acordava, ia para a cozinha com o criado de quarto do general, um negro a quem denominava amigo e irmão, chamava a guarda e bebia até rolar paa debaixo da mesa. Em Namur e em Lieja eram Danton e Delacroix quem exercia toda a casta de violências. Sempre à mesa ou metidos com raparigas, não interrompiam os seus prazeres senão para arengar à populaça e incitá-la aos maiores excessos. «Não se fazem revoluções com chá, diziam eles; os princípios da justiça e da humanidade são bons em teoria e nos livros dos filósofos; na

prática, porém são precisos outros meios para operar e é preciso ter bandidos a soldo».

Como a Convenção, o Conselho executivo tinha também os seus comissários: só para a Bélgica eram trinta. Tinham-lhes confiado a «vigilância tutelar» das administrações, bem como as requisições, a introdução dos *assignats* e a confiscação dos bens da Igreja. Literatos desconhecidos, pequenos funcionários, vagos homens de leis, toda essa gente ficou ofuscada com a importância das suas novas funções e cometeu toda a espécie de loucuras, tornando-se odiosa e ridícula. Um deles intimou a municipalidade de Namur a oferecer-lhe «um belo e esplêndido jantar» semelhante em tudo ao que oferecera ao general Valença. Houve outro que denunciou ao povo de Ipres e de Courtrai os nobres e os padres como vampiros semelhantes aos monstros de Nilo que «não imitam as vozes humanas senão para atraírem os desgraçados e os devorarem». Finalmente, um terceiro repetia aos habitantes de Bruxelas que o Brabant não era senão uma vasta estrebaria e que era preciso ir lá, prepositadamente, cortar vinte ou trinta cabeças.

Pessoalmente honestos, os comissários nacionais escolheram para adjuntos e auxiliares refinados canalhas, cujas brutalidades, rapinas e extorsões revoltavam as populações. Um deles, Saghman, ficou célebre. Era um marceneiro de Bruxelas e, certamente, atacado de demência. Para festejar a sua nova dignidade, comprou cinco cavalos, três cabriolés, um tonel em madeira de acaju e três mil vasos de estanho. Julgava-se ministro e foi preciso um trabalho enorme para o impedir de vir para a rua com um vestuário escarlate bordado a arminho.

Por fim, e sobretudo, nem os Belgas nem os Alemães queriam leis revolucionárias. Os Franceses tinham-lhes anunciado que lhes levavam a liberdade e eles tinham compreendido o respeito pelas imunidades, pelas propriedades e pelas instruções. Mas não era nada disso. Esta liberdade era a ditadura do estrangeiro, os *assignats*, a paralização do comércio, a deportação dos padres, as requisições, as contribuições forçadas, a confiscação dos bens dos nobres e da Igreja, a denúncia e pilhagem! Dumouriez tinha-se oposto com todas as suas forças, ao decreto de 15 de Dezembro. A Junta de defesa geral, constituída em 1 de Janeiro para coordenar as operações militares e as negociações diplomáticas, con-

sentiu em desembaraçá-lo de Pache, nomeado quase logo *maire* de Paris, mas não suspendeu o decreto. A partir de então, o descontentamento e a hostilidade aumentaram dia a dia.

Um último incidente acabou de desesperar os Belgas. Os comissários da Convenção tinham posto debaixo de sequestro as pratas das comunidades religiosas. Ordenaram então aos agentes do poder executivo que as transportassem para Lila, onde estariam mais em segurança. A medida não se aplicava nem às igrejas paroquiais nem aos objectos de culto. Mas a isenção não foi observada. Durante três dias, Saint-Gudule esteve a saque dos «sans-culottes» (¹). «Arrombaram as portas — contra Artur Chuquet — quebraram os relicários, dispersaram os ossos dos santos, violaram as sepulturas, puseram as caixas das esmolas a saque e roubaram os registos baptismais. Os oficiais lançavam ao chão as hóstias e pisavam-nas aos pés. Os soldados, vestidos com as capas de asperges e entoando canções obscenas, organizavam caricatas procissões em volta da catedral». Tendo-se pedido aos comissários que interviessem, responderam que nada podiam fazer. O país que continuava a ser profundamente religioso, entrou em efervescência. Em muitos lugares, os destacamentos franceses foram assaltados, desarmados ou fuzilados à queima-roupa.

Os exércitos austro-húngaros retomaram a ofensiva na Primavera. Já em Dezembro, ajudado por uma revolta dos habitantes, Frederico Guilherme reentrara em Francoforte, mas não tinha ido mais longe. Em 1 de Março, o exército austríaco, comandado por Coburgo, caíu sobre o exército da Bélgica, disperso pelos seus acantonamentos de Roer, e fê-lo em pedaços. Dumouriez, ocupado com uma expedição contra a Holanda, deixava-se também bater por sua vez em Neerwinden (18 de Março) e em Sovaina. No Reno, Custine encontrava-se igualmente acossado de um lado para outro e, de todas as suas conquistas, apenas nos restava Maiença, cercada.

A derrota dos exércitos e o perigo exterior foram a causa ou

(¹) Nome que os aristocratas, por volta de 1792, davam aos revolucionários e que depois foi adoptado como sinónimo de *patriota*. — (*N. T.*).

o pretexto de acontecimentos políticos, cuja história permanece obscura: a traição de Dumouriez e as jornadas de Março.

Dumouriez era ambicioso e não aderira à República senão com a esperança de desempenhar dentro dela um grande papel. Pouco a pouco, foi-se apercebendo de que a França não estava amadurecida para a ditadura de um soldado feliz e formou o projecto de um principado independente, que englobaria a Bélgica e a Holanda, e do qual ele seria o chefe. Forçado pela ofensiva austríaca a renunciar à sua marcha para o Norte, teve de modificar,

L'ORATEUR DU PEUPLE, PAR MARTEL.

N°. III. REVOLUTIONS DE PARIS, DÉDIÉES A LA NATION

LE VIEUX CORDELIER; JOURNAL RÉDIGÉ par CAMILLE DESMOULINS

Fac-simile, em tamanho reduzido, da primeira página de alguns dos principais jornais do período revolucionário

mais uma vez, os seus planos, e decidiu-se pelo restabelecimento da Monarquia na pessoa do pequeno Luís XVII, prisioneiro no Templo.

A derrota impeliu-o para os últimos extremos. Sabendo que seria acusado por ter, depois do caso de Sainte-Gudule, revogado, por sua própria autoridade, o decreto de 15 de Dezembro, convenceu-se de que nada mais tinha a fazer e resolveu jogar a última cartada. Podia contar com o Estado-Maior e com uma parte dos oficiais que se sentiam cansados das «questões vergonhosas» da Convenção. Mas, para arrastar as suas tropas para Paris, era preciso ter a certeza de que não seria atacado pela retaguarda. Por

isso, no dia 23, mediante a evacuação total dos Países Baixos, negociava com Coburgo um armistício provisório e uma promessa de neutralidade.

Até aqui tudo está claro. O que não está são as idas e vindas de Danton entre Paris e os exércitos e, sobretudo, a chegada ao campo de Dumouriez, no dia 26, de uma deputação formada por três jacobinos exaltados, Proli, Dubuisson e Pereira, que encontramos envolvidos nas conspirações dos *avançados* e na grande questão da traição de 1794. Danton deixou Dumouriez em 21, depois de Neerwinden. Devia ter pressa de chegar a Paris para ali dar a conhecer os acontecimentos. No entanto, não chegou senão no dia 26. Dumouriez tê-lo-ia informado do que se preparava? Teria ele julgado prudente desaparecer, até que as coisas se definissem, e puedsse alinhar, com segurança, ao lado da vitória? Isto parece aceitável. Quanto a Proli e seus colegas, que serviços vinham eles oferecer? Escutariam as declarações que lhes fez Dumouriez com aquela indignação a que se referem no seu relatório?

O que complica ainda mais as coisas é o facto de que Danton, Proli e os *Avançados*, às primeiras más notícias, tinham semeado o pânico em Paris e tinham provocado, nos dias 8, 9 e 10 de Março, um levantamento das secções contra a Assembleia, que acusavam de conduzir mal a guerra e de não perseguir os conspiradores. Para apaziguar o motim, a Convenção tinha votado a criação de um Tribunal revolucionário, ressurreição do tribunal de 17 de Agosto, suprimido pelos Girondinos. Será preciso ver, nestas jornadas, um primeiro esforço dos Jacobinos para se desembaraçarem, pela força da maioria girondina? Ou pelo contrário, uma tentativa para se estabelecer em Paris uma organização insurreccional que teria secundado o acto de força militar? O bom acordo que reina nesta ocasião entre Marat, Robespierre e Danton iria em apoio da primeira hipótese; no entanto, é preciso pôr a favor da segunda os esforços que Danton empregou para que fosse eleito um novo ministério, cujos membros teriam sido escolhidos entre os convencionais, bem como o encarniçamento com que defendeu Dumouriez até ao dia 28.

Fosse como fosse, depois de um início favorável, as coisas corriam mal para Dumouriez. Entregava a Coburgo o ministro da Geurra e os quatro convencionais que lhe tinham despachado, mas,

aparte um milhar de homens, o exército declarava-se contra ele e assim se viu, por sua vez, obrigado a emigrar. Danton lançou-se para a extrema esquerda com tanto mais furor quanto se sentia compremetido. Em dois discursos de uma violência inaudita acusou os Girondinos de serem cúmplices de Dumouriez e pediu à Convenção que «declarasse guerra aos seus inimigos internos». Arrastados por ele, o centro e a Montanha votaram uma série de medidas que marcam o início do Terror: instituição de um imposto especial sobre os ricos, formação de um exército revolucionário entre «os pobres», recomeço da actividade do tribunal revolucionário com um processo rápido e, finalmente, constituição de uma Junta de Salvação Pública de 9 membros que deliberasse secretamente (28 de Março — 6 de Abril).

Em fins de Fevereiro, a Assembleia tinha dicidido a mobilização de 300 000 homens. O contingente era determinado para cada comuna proporcionalmente à população. Se não se apresentasse um número suficiente de voluntários, ir-st-ia buscar o complemento aos celibatários e aos viúvos sem filhos, desde os dezoito aos quarenta anos, e a escolha seria feita por eleição! Mandar eleger recrutas em plena guerra era coisa que ultrapassava os limites do absurdo, e é fácil imaginar a irritação que tal medida causou em toda a França. Sob o pretexto de impedir os abusos, os departamentos resolveram então confiar às municipalidades o cuidado de escolher os homens que seriam mobilizados, o que era uma excelente maneira de se desembaraçarem dos «aristocratas» e dos «burgueses». Em Paris, as secções designaram nominativamente, um a um, doze mil mancebos que passavam por ser antijacobinos: empregados de notários, empregados bancários e do comércio, empregados de escritório. Em 4 e 5 de Maio, houve no Luxemburgo e nos Campos Elísios dois motins de alistados que gritavam: «Abaixa a anarquia!» Que vás para o diabo Marat, Danton e Robespierre. Esses motins foram brutalmente dispersados por Santerre. Os *muscadins* (1) de 1795 hão-de lembrar-se das mobilizações de 1793. Para o equipamento dos recrutas, a Comuna lançou sem tardar um imposto progressivo sobre as rendas que, para além de 30 000

(1) Nome dado, em 1793, aos elegantes realistas. — *(N. T.)*.

libas, equivalia à confiscação. Fora dito que para estabelecer essa taxa, as secções não se prenderiam com o cadastro do imposto ordinário.

Foi ainda o recrutamento que provocou o levantamento da Vendeia. O país sentia-se atacado na sua religião, nos seus padres e nos nobres. A Revolução fora mal acolhida ali e a revolta estava latente há vários meses. A lei dos 300 000 homens forneceu ocasião para ela explodir. Em alguns dias, a região ficou sob fogo. O Estado-Maior da insurreição compreendia, fraternalmente unidos, camponeses (Stofflet e Cathelineau), nobres (Charette, Bonchamp, d'Elbée, La Rochejacquelin) e alguns curas até, como o abade Bernier. A gente de Vendeia assinou os *patriotas* de Machecoul, desembaraçou-se dos guardas nacionais, dos gendarmes e dos vencedores da Bastilha que se lhe tinham oposto, apoderou-se de Cholet, Thouars e Fontenay, e ameaçou Nantes, onde chegou mesmo a entrar.

A política girondina esfacelava-se por todos os lados. Para se manterem no poder, os Girondinos tinham necessidade de vitórias contínuas. As derrotas internas e externas anunciavam o seu fim. Mas, como tinham a maioria na Convenção, não poderiam ser vencidos senão por um levantamento popular. Não dispondo nem das secções nem da guarda nacional de Paris, os Montanheses não estavam em condições de, sòzinhos, provocarem tal levantamento. A guarda nacional estava à disposição da Comuna e as secções encontravam-se sob a influência dos *Avançados*. Eram estes quem representava verdadeiramente a força que podia agir. O rareamento dos géneros e o aumento contínuo dos preços tinham dado à sua propaganda uma força formidável, como se viu em Fevereiro, organizando-se o assalto às mercearias. Para abaterem os Constitucionais, os Girondinos haviam implorado o auxílio de Danton e de Santerre. Para abaterem os Girondinos, os Montanheses pediram a ajuda de Jacques Roux e de Varlet. Marat conhecia pessoalmente Jacques Roux que o tinha escondido em sua casa, quando ele se encontrava a contas com a justiça. Nos princípios de Abril é que se devia ter feito o entendimento entre os dois. Os *Avançados* prometeram as suas tropas. A Montanha tomou a seu cargo a realização do programa social dos *Avançados*. No dia 10, depois duma petição das secções contra o açambarcamento, Robespierre pronunciava um grande discurso onde difamava «os aristocratas burgueses que têm o horror da igualdade». A 11, a Convenção decretava

o curso forçado do *assignat*. Em 4 de Maio, votava o recenseamento e o tabelamento dos cereais e, a 20, o princípio dum empréstimo forçado de um bilião, que ficava a cargo dos ricos.

Os Girondinos tentaram defender-se, exercendo represálias sobre a figura mais representativa da Montanha: Marat. Sifilítico até aos ossos, coberto de feridas, de cor amarela, o andar convulso, a braços com nevralgias constantes, meio doido, Marat conservara apesar da sua doença, um sentido prodigioso do jornalismo, ao mesmo tempo que os sofrimentos lhe apuravam o gosto pela luta e pelo crime. Ninguém exercia sobre a populaça uma influência semelhantt à sua. Os Girondinos lembraram-se de o arrastar para o tribunal revolucionário, sob o pretexto de que assinara, como presidente dos Jacobinos, uma circular em que se pedia a deportação dos deputados que tinham votado o apelo ao povo, quando se tratou do processo de Luís XVI. Colocá-lo na frente de um júri era o mesmo que pô-lo na situação de se julgar a si mesmo. Interrogado por simples formalidade, foi absolvido em 24 de Abril e levado em triunfo para a Convenção.

Os Girondinos ainda se não dão por vencidos. Vergniaud denunciara à tribuna os processos que tinham dado aso a que os triúnviros provocassem as petições sobre a presença de vinte e dois deputados e revelara a este respeito as molas secretas do jacobinismo: «os relatores e os seus amigos espalharam-se no mesmo instante nas secções de Paris. Cada emissário, segundo as convenções feitas, dizia: «Eis uma petição que é preciso assinar. — Assinai-a. — Inútil. Foi já adoptada pela maioria das secções». Esta mentira deu resultado com alguns». Onde houve resistência «os intriguistas, os ociosos, os desconhecidos ficaram até que se os bons cidadãos se retirassem e, senhores da deliberação, deliberaram ser necessário assinar a petição e, efectivamente assinaram-na. No dia seguinte, quando os cidadãos chegavam à secção, apresentavam-lhes a petição para assinar; aproveitavam-se contra eles da deliberação tomada na véspera. Se queriam fazer algumas observações respondiam-lhe com estas terríveis palavras: «*Assinai, ou não tereis certificado de civismo*». Em muitas secções, mesmo, decidiu-se renovar todos os cartões cívicos ao mesmo tempo e recusava-se os novos aos que não assinavam». Os factos são notórios, não há ninguém que possa contestá-los.

Vergniau, não foi efectivamente contraditado. Pelo contrário, encontra-se um relatório do polícia Dutard, «observador» do Ministério do Interior, com a data de 14 de Maio, a descrição mais extensa ainda, do mesmo mecanismo. «Em quase todas as secções, são os «sans-culottes» que ocupam as comissões de vigilância; são eles também que ocupam a presidência, dão ordens no interior da sala, dispõem as sentinelas, escolhem os censores e revisores. Cinco ou seis espiões frequentadores habituais da secção, ganhando quarenta soldos estão aí desde o princípio ao fim da sessão; são homens para fazer tudo. Estes mesmos homens destinam-se ainda a levar as ordens duma comissão de vigilância a outra, pouco a pouco, de forma que se acontecer alguma coisa numa secção, a secção vizinha seja imediatamente informada; e se os «sans-colottes» duma secção não são bastante fortes, chamam os da secção vizinha». Finalmente, as comissões de vigilância, para coordenar a sua acção, nomearem uma *comissão central*, em que se fala abertamente de *setembrisar* vinte ou trinta deputados. Entre os membros que defenderam a proposta, cita-se um empregado das subsistências militares e dois comandantes da polícia.

Há, porém, secções onde os moderados recalcitram, onde, pela sua teimosia em estar presentes, têm a maioria. Eis a secção Bom Conselho, que abrira fogo contra os girondinos, no princípio de Abril. A 5 de Maio, ela manda uma deputação ler uma mensagem completamente diferente. Os cidadãos da secção vêm com desgosto a representação nacional aviltada, ameaçada, entregue à infâmia, resignada às punhaladas. Comprometem-se a defender a liberdade das opiniões e não suportarão que os bons sejam esmagados pelo despotismo de pretensos patriotas, que não são mais do que intriguistas. Honras da sessão, menção honrosa, resposta afectuosa do presidente Boyer-Fonfrède, tudo é concedido a estes corajosos peticionários pela maioria comovida. Mas era um precedente perigoso para o partido adverso, que se apressou a pôr aquilo na devida ordem. Sob o pretexto de que os purtadores da mensagem tinham provocado tumulto ao regressar ao seu bairro, os comandantes da polícia mandaram-nos prender. Excelente meio para desaminar os imitadores.

Entre os papéis apanhados em casa de Robespierre, depois da sua queda, encontra-se um documento de extraordinária precisão. Courtois, que o publicou, não viu nele senão um desabafo secreto

de ambicioso. Ora, essas linhas escritas entre 16 e 19 de Maio, dão exactamente o segredo dos dias que vão seguir-se: «Os perigos interiores vêem dos burgueses; para vencê-los, é necessário a adesão do povo... É necessário que a insurreição alastre progressivamente no mesmo plano. — Que os «sans-coulottes» sejam pagos e fiquem nas cidades. — É preciso arranjar-lhes armas, enfurecê-los, esclarecê-los». Os indivíduos que é necessário enfurecer não são mais do que alguns punhados. Bastam duzentos ou trezentos homens por secção para fazer a lei, quedando-se o maior número passivo ou amedrontado. Neste Paris que contava mais de um meio milhão dre habitantes, as «mossas» revolucionárias não passavam além de dez mil homens, é certo que enquadrados, treinados, sujeitos a uma disciplina.

Robespierre apela para a Comuna e para o povo no sentido de impedir «o triunfo da tirania». Abstém-se, porém, de indicar os meios: Não é a mim que compete indicar estas medidas, a mim a quem consome uma febre lenta, e sobretudo a febre do patriotismo. Tenho dito. Neste momento, não tenho outro dever a cumprir.

Toda a gente compreendera. Na verdade, no mesmo dia, no «Arcebispado», onde se efectuaram sempre reuniões políticas de eleitores e de seccionários, tinha-se constituído um comité insurreccional de seis, depois nove, a seguir de onze membros de que fazia parte Varlet e Dobsn, alguns dsses militantes obscuros, mas prontos para tudo, intermediários indispensáveis entre os chefes e a tropa. Varlet era empregado dos Correios, Dobsen advogado. Junto deles, cita-se, um comerciante de brinquedos, Bonhommet, um pintor-decorador, Simão, um sapateiro, Wandbing, um carpinteiro corcunda, Fournerot, um espião espanhol, que se dizia banqueiro, Guzmán, dois ou três indivíduos sem profissão determinada, vagamente jornalistas.

O engenheiro jacobino Dufournè representou, pelo menos no princípio, um papel importante. Foi ele que perorando em público deu o tema do ataque: «Lembrai-vos do 10 de Agosto. Antes deste dia, na República, as opiniões dividiam-se; mas hoje que désteis o golpe decisivo tudo guardou silêncio. Chegou o momento de vibrar novos golpes. Não temais os departamento; eu percorri-os; conheço-os a todos; *com um pouco de terror e instruções voltaremos os espíritos à nossa conveniência*».

Em 31, engrossado com os delegados das secções montanhesas (desta vez 34 em 48), a Comissão transporta-se ao Hôtel de Ville,

manda tocar a rebate, rufar os tambores em sinal de perigo e fechar as barreiras. Em 18 de Maio, tratam de nomear uma comissão de doze membros encarregados de fazer um inquérito aos abusos da Comuna. Esta comissão entra imediatamente em exercício, ordena às secções que lhe apresentem o seu registo, proibe as reuniões nocturnas e manda prender Hébert, substituto do procurador-síndico, Varlet, o ajudante de Jacques Roux, e Dobsen, presidente da secção da Cidade. Em 27, peticionários de 18 secções (em 48) invadem a Assembleia, impõem-lhe a liberdade dos presos e a demissão dos Doze. Em 28, a Gironda volta a admiti-los. Em 29, a Comuna, à sua ordem, nomeia para o comando da guarda nacional, em substituição de Santerre que partira para a Vendeia, um antigo orador de feira que se fizera funcionário dos barreiras, o general Hanriot. Cerca das cinco horas, a Convenção é invadida pelos revoltosos que pedem a supressão definitiva dos Doze, a prisão dos vinte e dois principais Girondinos, a contribuição sobre os ricos e o depuramento das administrações. Os Girondinos tinham vindo em grande número. Corajosamente, protestam contra o desfile dos peticionários e opõem-se aos seus pedidos. A Convenção concede apenas a supressão dos Doze.

A jornada falhara. Recomeçá-la-ão em 2 de Junho, mas desta vez, com todas as regras. Durante a noite, a Comissão lança um mandado de prisão contra Roland, Clavière e Lebrun. Roland foge, mas a sua mulher é presa. Clavière e Lebrun são também capturados à saída do Conselho executivo. Os jornais girondinos são apreendidos e os seus redactores presos. Hanriot põe cerco à Convenção com canhões e faz anunciar que nenhum deputado sairá, enquanto não forem entregues os vinte e dois. Alguns deputados que tentam sair são repelidos à coronhada para dentro da sala. Procuram uma saída em massa, mas as barragens não se abrem. Hanriot manda carregar os canhões e são todos obrigados a reentrar, no meio dos gracejos e das vaias dos soldados. É o fim. Reaberta a sessão, a Convenção vota a prisão de vinte e nove deputados, ressalvando apenas que não serão conduzidos debaixo de prisão, mas ficarão presos em suas casas.

Entre esses vinte e nove, encontravam-se Vergniaud, Brissot, Gensonné, Buzot, Guadet, Isnard e Barbaroux. A Gironda estava morta. Ia começar a ditadura jacobina.

11. A REVOLUÇÃO VITORIOSA

OS Montanheses inventaram contra os Girondinos a acusação de federalismo. Os Girondinos tinham-se sempre defendido de tal acusação e, de facto, não se vê que a sua desconfiança a respeito de Paris tenha ido até preparar o desmembramento da República. A revolta de 2 de Junho, pelo contrário, era um verdadeiro acto de força das autoridades parisienses contra a representação dos departamentos, e a sua primeira consequência foi uma insurreição das províncias contra a capital.

Dos vinte e nove deputados cuja prisão tinha sido decretada, doze, entre os quais Brissot, fugiram imediatamente, e outros oito, entre os quais Barbaroux, Lanjuinais e Pétion conseguiram evadir-se ainda nesse mês. Alguns dos seus colegas não «decretados» deixaram Paris para se lhes juntarem e, em conjunto, organizaram a resistência. Duma extremidade à outra da França, levantou-se um grito de indignação contra a Comuna. Sessenta e nove directórios de departamentos protestaram e quase todas as cidades de Oeste, do Centro e do Sul se associaram a eles. O Leste e o Norte, ameaçados pela invasão e ocupados pelo exército, mantinham-se numa prudente expectativa. No primeiro momento, porém, dois distritos de Marna, Nancy, Meurth, uma parte dos Vosges e do Alto Reno, várias secções de Estrasburgo, enviaram ordens de dia com censuras. Mesmo em Paris, houve setenta e cinco deputados para assinar uma

A revolta provincial é, conforme os lugares, diferente no tom

e nos processos. Mas tudo se reduz, com pouca diferença, aos mesmos princípios: a Convenção não é livre; os seus decretos não têm força de lei; é preciso derrubar a tirania parisiense e, enquanto se espera, reunir uma Convenção provisória. Em Caen, em Bordéus e em Toulon, são presos os representantes que se encontravam ali em comissão; em Nîmes, os clubes são encerrados e os partidários de Marat presos. Mompilher ordena a todos os deputados que se apresentem nas suas circunscrições, afim de ali responderem pelos seus actos perante as Assembleias primárias. Nantes declara que a Convenção exagera continuamente os seus poderes e protesta contra a instituição dos representantes em missão. O Jura reclama a reunião em Bourges dos deputados suplentes. Nièvre nomeia uma comissão local de segurança. A Normandia e a Bretanha formam uma federação com uma assembleia comum. Buzot, deputado de Eure, faz de Evreux o centro de levantamento e organiza ali um pequeno exército, do qual Félix Wimpfen toma o comando. Do Sena ao Jura, toda a França estava sublevada, tudo dando a entender que a Comuna, dentro em pouco, estaria por terra.

Isto, porém, não era senão uma aparência. Nos departamentos, assim como em Paris, o partido girondino não tinha raízes. Taine demonstrou-o muito bem. No seu conjunto, o país continua apegado à monarquia constitucional e desinteressa-se das questões da Convenção. Tudo quanto lança em rosto aos Montanheses — regicídio, perseguições, injustiças e crueldades — lançou-o também em rosto aos Girondinos. Talvez com um pouco mais de estima pelo seu carácter e pelas suas qualidades, mas que não é o bastante para os defender em perigo de vida. O movimento de revolta não alastra, se não tiver um caráctter realista: em Lião, onde é dirigido por um emigrado, o conde de Précy, e onde o montanhês Chalier é gulhotinado; em Toulon, onde os almirantes Trogoff e Chaussegros chamam os ingleses em seu auxílio. Em todos os outros lugares há uma ofensiva verbal, o «grito desesperado dum estado-maior sem exército». A princípio, julgou-se que era a voz da França: era a das comissões eleitorais e dos seus eleitos. No entanto, entre estes «maiores», estes procuradores e estes administradores de todas as categorias, há muita hesitação e muita tibieza. Por escrúpulo ou cobardia, não se atrevem a declarar-se abertamente. No mais aceso da sua indignação, querem continuar

a ser homens da esquerda. Têm medo da Comuna, mas receiam ainda mais que os julguem realistas. Esfriado o primeiro calor, voltam-se para Paris, procuram maneira de se saírem airosamente, sem perderem as suas insígnias e o seu mandato.

A inssurreição provincial foi, no entanto, a causa indirecta do assassínio de Marat por uma terceira sobrinha de Corneille, Carlota Corday. Esta habitava em Caen, em casa de sua tia M.me de Breteville. Era uma rapariga sensata, dócil e séria. Realista do coração, tinha assistido aos princípios da revolta e tinha lido as proclamações inflamadas dos proscritos, compreendendo imediatamente qne tudo aquilo não passaria de palavras. Em 7 de Julho, Wimpfen, ao passar revista à guarda nacional de Caen, pediu voluntários que marchassem contra Paris. Apenas dezassete homens se ofereceram. Judiciosa e sublime, como uma heroína de tragédia, Carlota Corday resolveu mostrar aos seus compatriotas quanto pode uma rapariga disposta a arrostar com a morte. Com o seu Plutarco debaixo da braço, saíu de Caen no dia 9, numa diligência, e chegou a Paris no dia 11. Em 12, tentou debalde aproximar-se de Marat, na Convenção, mas, em 13, sob o pretexto de lhe dar informações a respeito da situação na Normandia, conseguiu penetrar no prédio n.º 20 da rua dos Cordeliers, onde Marat habitava com uma rapariga chamada Evrat, vinte anos mais nova do que ele. Obrigado a tomar continuamente banhos de enxofre, Marat estava ainda no quarto de banho, quando recebeu Carlota Coray. Pediu-lhe os nomes dos deputados que se encontravam refugiados em Caen e, quando tomava apontamentos desses nomes, foi apunhalado por ela. Sucumbiu pouco depois e Carlota foi guilhotinada seis dias mais tarde.

O crime fora executado com uma calma inconcebível. E essa mesma calma soube-a mostrar Carlota no tribunal e no cadafalso. «Matei um homem — disse ela aos juízes — para salvar cem mil». A um pintor, que obtivera licença para penetrar na sua cela para lhe pintar o retrato, repetiu, com a mesma tranquilidade, que, longe de se arrepender do que fizera, se sentia feliz por ter livrado a França de um monstro. A Convenção assistiu em massa ao funeral de Marat, que foi enterrado numa gruta artificial das Tulherias. O seu coração fo enterrado na abóbada dos *Cordeliers* e — diz o ministro Garat — cinquenta mil retratos seus foram espalhados pelo território da República.

A Junta de Salvação Pública tinha-se deixado surpreender pelos Girondinos, mas não tardou a ressarcir-se e a Montanha manobrou com habilidade para dividir os adversários. A sede administrativa de Eure foi transferida de Evreux para Bernay e foram criados os departamentos de Loire e Vancluse, para assim opor Saint-Etienne a Lião e Avinhão a Marselha. Concedeu-se aos camponeses a partilha dos bens comunais, deu-se aos funcionários um aumento de vencimento, e os pequenos burgueses foram isentos do empréstimo forçado. Finalmente, dentro de quinze dias, foi votada uma nova Constituição que dava aos cidadãos todas as garantias desejadas contra os empreendimentos do governo.

Os Girondinos pretendem que a Montanha oprime a país? A Constituição assegura-lhes o livre exercício do culto, a liberdade do trabalho, a liberdade ilimitada da imprensa, o direito de petição e de reunião, o direito à assistência, o direito ao trabalho e, para coroar a obra, o direito à insurreição: «A Lei deve proteger a liberdade política e individual contra a opressão daqueles que governam. Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é, para o povo, e para cada parcela de povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres». Os Girondinos pretendem que a Montanha quer estabelecer o comunismo? A Constituição reconhece o direito de propriedade sem qualquer restrição, como sendo o «que pertence a todo o cidadão de usufruir e dispor à vontade dos seus bens e rendas, do produto do seu trabalho e da sua indústria». Os Girondinos pretendem que a Montanha é uma *capelinha* que mantém a representação nacional na escravatura? A Constituição estabelece o renovamento anual do corpo legislativo e o referendum para a legislação financeira, civil e criminal. Poder-se-á sonhar melhor? E, desde que as vias normais e legais estão restabelecidas para a repressão de abusos, não será um crime não se deporem as armas? Todos aqueles que lamentavam o terem-se deixado arrastar para a revolta, acolheram com alvoroço a ocasião, que se lhes oferecia, de se submeterem.

A partir do princípio de Julho, começam as deserções. Um departamento arrasta outro. As administrações retratam-se e desculpam-se. Os clubes reconstituem-se. O Puy-de-Dôme, que mobilizou um batalhão para combater a Montanha, expede-o contra a Vendeia. Ao primeiro encontro, o exército de Wimpfen dispersa-se. O «maire» de Bordéus, Saige, envia a Paris uma deputação para conseguir que a Convenção esqueça «um instante de erro» e perdoe «a irmãos transviados». Quando Tallien voltou a entrar na cidade com 1 800 homens do exército revolucionário, foi esperado por 12 000 homens da guarda nacional que se deixaram bater, dispersar, e desarmar, sem esboçarem o menor gesto de resistência. Para o compensar da sua docilidade, Saige foi imediatamente morto e, logo após, seguiram para o cadafalso 881 dos seus concidadãos, sem mais formalidades. A cidade ficou sob as ordens de uma comissão militar presidida por um cadastrado chamado Lacombe, que espoliou os ricos e reduziu à fome os pobres.

A Constituição, bem entendido, não passava de um ardil. Depois que produziu os seus efeitos, os Jacobinos julgaram-se no dever de a enterrrar, o qu deu ocasião a uma nova comédia. As assmbleias primárias, nomeadas para ratificar o acto constitucional, tinham designado cinco ou seis mil comissários encarregados de levarem a Paris as suas resoluções e os seus votos. Na sua imensa maioria, estes delegados eram favoráveis à Constituição, mas deviam, por outro lado, pedir que o novo regime fosse aplicado sem demora e que as eleições se realizassem o mais depressa possível. O momento era decisivo para a Montanha: se os comissários chegam a desempenhar a sua missão, todo o trabalho que ela vinha fazendo há seis meses para se apoderar do poder ficará perdido. Mas os Jacobinos sabiam bem como manobrar os eleitores...

E lá se põem os cinco mil a caminho, boas e cândidas almas, embaladas por sonhos de fraternidade. A algumas léguas de Paris, as carruagens em que viajavam são obrigadas a parar para se proceder à inspecção das bagagens e dos papéis. Os nossos provincianos, que se julgam pessoas de importância, chegam à conclusão de que pouco pesam diante de um polícia da Comuna. Nada impede que sejam apalpados, interrogados e tomados como suspeitos. Entretanto, são informados de que a Junta de Salvação Pública lhes proíbe todos os conciliábulos e reuniões e que manda prender os portadores de actas negativas. Os comissários começam a compreender... Em Paris, nas barreiras, são esperados por inspectores que os conduzem à *mairie,* entregam-lhes cartões de alojamento, acompanham-nos aos seus domicílios e não os deixam um só momento. Imediatamente principiam as manifestações de regozijo.

Proporcionam-lhes os espcetáculos mais próprios para lhes aquecerem o seu *patriotismo:* a guilhotina, o tribunal revolucionário, as secções, os Jacobinos, a Convenção, De permeio, fazém-nos assistir a qualquer boa tragédia «sans-culotte» — *Bruto, Guilherme Telle* — ou a qualquer arenga das autoridades comunais. Em 10 de Agosto, grande cerimónia e grande cavalgada com carros de triunfo, turíbulos, altares, urnas mortuárias, fachos, trombetas, disparos de canhão e lança. Perto das ruínas da Bastilha, Hérault de Séchelles, presidente da Convenção e os 83 delegados de mais idade (um por departamento) bebem na fonte da Regeneração, nepresentada por uma robusta mulher, cujos seios deixaram jorrar dois jactos de água. Praça de Revolução (ex-Luís XV), lança fogo a uma pirâmide de ceptros e de coroas, donde se escapam três mil pássaros libertados. Nos Inválidos, o cortejo desfila à volta duma montanha artificial onde se vê a estátua do Hércules popular esmagando a hidra da reacção. Finalmente, no Campo de Marte, prosternam-se diante do altar da pátria, sobre o qual está colocada a Constituição, encerrada numa arca, à maneira das tábuas da lei, no templo dos Hebreus. No dia 11, a Constituição, depositada numa nova arca,, é conduzida com grande pompa para a Convenção que a recebe com amor e decide que as operações eleitorais comecem no mais breve prazo. Mas, no dia 12, os comissários, domsticados e aquecidos à medida dos seus desejos, pedem à Assembleia que não prive a França da sua energia e das suas luzes. A Convenção deixa exercer sobre si esta doce violência, e a arca constitucional é guardada por trás da banca do presidente, um nincho donde não voltará mais a sair. A partida estava jogada, a resistência girondina quebrada e a Convenção montanhesa via-se consagrada por aqueles mesmos que deviam impor-lhe a saída.

Desde então, o último acto do drama não devia tardar. Em 3 de Outubro, prendiam, nos próprios bancos da Assembleia, os deputados que tinham assinado o protesto contra o 2 de Junho. Conduzidos à prisão de Force, ali ficaram seis meses, debaixo do cutelo, entre a vida e a morte. No dia 7, por simples verificação da sua identdade, o girondino Gorsas, posto à margem da lei, é decapitado. No dia 24, começa o processo dos 21, acusados confusamente de terem querido restabelecer a Monarquia, de haverem organizado o levantamento da Vandeia, maquinado a traição de Dumouriez e inspirado os assassínios de Marat e de Lepeletier.

Como se receava a sua eloquência, Robespierre e os Jacobinos pediram à Convenção que desembaraçasse o Tribunal «das formalidades que abafam as consciências e impedem a convicção». Foi resolvdo que, após três dias de debates, seria para futuro permitido aos jurados que cancelassem a instrução do processo, declarando que a sua convicção estava feita. O decreto é imadiatamente levado ao tribunal. Nessa mesma noite, os jurados interrompem os interrogatórios e pronunciam a condenação de todos à morte. «Grandes velhacos — escrevia-lhes Hébert — não estejais a divertir-vos; não são precisas tantas cerimónias para guilhotinar uns celerados que o povo já julgou há muito tempo».

Um dos condenados, Valazé, apunhalou-se durante a sessão, e os vinte restantes, entre os quais Vergniaud, Brissot e Gensonné, foram guilhotinados no dia seguinte. A execução durou trinta e oito minutos (31 de Outubro). Oito dias mais tarde, M.me Roland foi também decapitada. Morreu estòicamente, à maneira desses heróis antigos que ela tanto admirara. Aqueles de entre os Girondinos que conseguiram escapar tiveram ainda uma morte mais miserável. Batidos como feras, errando disfarçados de esconderijo em esconderijo, acabaram por ser apanhados e mortos. Muitos suicidaram-se. Lidon fez saltar os miolos; Condorcet envenenou-se; Rolando apunhalou-se; encontraram Rebecqui afogado no porto de Marselha e Buzot e Pétion foram encontrados quase comidos pelos lobos numa charneca de Saint-Emilion. Valady foi decapitado em Périgueux, Déchezeaux em Rochefort, Guadet, Barvaroux e outros três em Bordéus, e os antigos ministros Lebrun e Clavière em Paris.

Restavam Lião, Toulon e a Vendeia.

O cerco de Lião começou em 9 de Agosto e o bombardeio em 22 mas o ataque não ficou completo senão em meados de Setembro. Précy conseguiu escapar numa sortida em 8 de Outubro. No dia seguinte, a cidade rendeu-se. Toulon, ocupada pelos Ingleses, resistiu a Dugommier até 19 de Dezembro.

Se os Montanheses tivessem sido qualquer coisa que não fosse uma facção, ter-se-iam mostrado humanos, quando não por humanidade, ao menos por interesse. A moderação calculada de Roberto

Lindet conduzia sem custo a Normandia à obediência. Caen, a cidade de Carlota Corday, e Evreux, a cidade de Buzot, tinham-se submetido sem se disparar um tiro. Mas em Lião e no Sul, os clubistas não viviam senão para a vingança. Em 12 de Outubro e 24 de Dezembro, a Convenção decreta que «a cidade de Lião será destruída e tudo o que for habitado por ricos será demolido; não restará senão a casa do pobre, as habitações dos patriotas degolados ou desterrados, os edifícios especialmente destinados à indústria e os monumentos consagrados à humanidade e à instrução pública». De igual forma, em Toulon, «as casas do interior serão arrasadas; não se conservarão senão os estabelecimentos necessários ao serviço da guerra e da marinha, das subsistências e dos abastecimentos». — «O nome de Toulon será suprimido; esta comuna usará para futuro o nome de Porto da Montanha». — «O nome de Lião será riscado do quadro das cidades da República; o conjunto das casas conservadas usará, para futuro, o nome de Cidade Livre. Sobre as ruínas de Lião, erguer-se-á uma coluna com esta inscrição: *Lião fez a guerra à Liberdade, Lião já não existe*». Couthon e Dubois-Crancé, que tinham dirigido o cerco e que se haviam contentado com ordenar umas trinta execuções, foram chamados ao fim de quinze dias e substituídas por dois amigos de Hébert: Fouché e Collot-d'Herbois, um oratoriano despadrado e um cabotino de baixo estofo.

Apenas chegados, os dois procônsules organizaram, em honra de Chalier, deus e mártir da religião revolucionária, uma cerimónia, ao mesmo tempo odiosa e grotesca, da qual Luís Madelin nos fêz uma repulsiva descrição.

Logo de entrada, escoltados por um batalhão de Jacobinos armados de machadas e picaretas, os representantes percorreram a cidade com grande pompa, derrubaram as cruzes, saquearam as sacristias, expulsaram dos altares o clero constitucional e proclamaram a abolição do fanatismo. Depois disto, sobre as ruínas do antigo culto, instituíram o novo.

O busto de Chalier apareceu então erguido sobre um palanquim tricolor. Fouché e Collot seguiam atrás. Vinha a seguir um jumento, coberto com uma capa de asperges e com uma mitra na cabeça, trazendo na cauda um crucifixo, a Bíblia e os Evangelhos, e depois um grupo de «sans-colottes» que empunhavam vasos sagrados, cálices e cibórios, roubados nas igrejas Por último, vinha uma multidão de indivíduos que gritavam em alta voz: «Abaixo os aristocratas!» «Viva a República!» «Viva a guilhotina!» A mascarada parou na praça Terreaux. Os representantes ajoelharam diante do palanquim e gritaram: «Deus salvador (é de Chalier que se trata), vês a teus pés prostrada a Nação que te pede perdão. Manes de Chalier, sede vingados! Nós o juramos pela República». — «Chalier, já não existe! Mártir da liberdade, foste imolado pelos celerados! O sangue dos celerados será a única água lustral que poderá apaziguar os teus manes justamente irritados! Chalier, Chalier, nós juramos sobre a tua imagem sagrada vingar o teu suplício! Sim, o sangue dos aristocratas servir-te-á de incenso!» Acenderam uma fogueira e queimaram um Evangelho e um Crucifixo. Obrigaram um jumento a beber o conteúdo dum cálice. Os realistas afirmaram depois que também o havim de obrigar a comer uma hóstia, mas uma chuva torrencial pôs fim à festa.

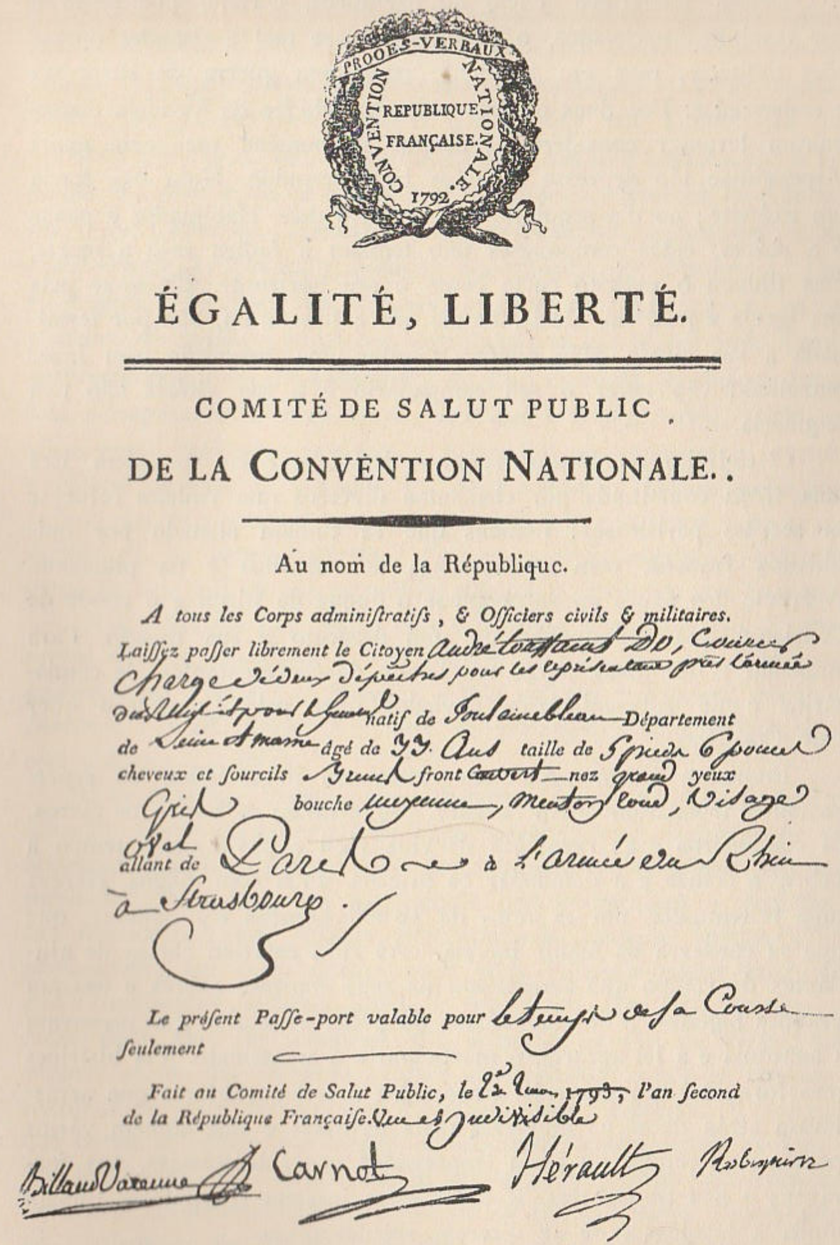
A partir do dia seguinte, caía sobre a infeliz «Comuna libertada» uma chusma de decretos que arrastavam as mais humildes famílias para a miséria e para a escravatura: requisições de calçado e vestuário, confiscação de bens, destruição das casas, taxas, visitas domiciliárias e prisões. Que importa que as cadeias estejam cheias? O tribunal revolucionário saberá limpá-las, porque o seu presidente, Parein, é um bom «sans-culotte». Devido aos seus cuidados, 1667 acusados são enviados para o cadafalso. Condenam-se à morte vendedeiras de peixe por haverem faltado ao respeito a membros da sociedade popular e bombeiros por terem apagado incêndios durante o cerco. Guilhotina-se, fuzila-se e metralha-se. Em 4 de Dezembro, na planície de Brotteaux, 64 mancebos, amarrados dois a dois, são alinhados entre as covas paralelas que se destinavam às suas sepulturas. Em frente, os canhões do exército revolucionário; num estrado, os representantes... A um sinal seu, chega-se o fogo aos canhões e os condenados caem por terra como uma pesada massa. Como muitos ficaram apenas feridos, os soldados deram cabo deles com os sabres. No dia seguinte, nova mortandade. Mas, desta vez, os verdugos viram mais longe, e foram conduzidos 209 lioneses para o campo da morte. Foi uma carnificina infame. Aqueles que escaparam à metralha foram mortos a sabre, a picareta e a machada. «Experimentámos secretas satisfações e verdadeiros prazeres», diziam

Fouché e Collot para Paris. E um dos seus ajudantes, Achard, escrevia ao seu amigo Gravier: «Cabeças e mais cabeças que caem todos os dias! Que delícia seria para ti o teres presenciado ontem esta justiça nacional de 209 celerados! Que majestade! Que tom imponente! Como tudo era edificante! Quantos tratantes, nesse dia morderam o pó na arena de Brotteaux! Que cimento para a República!» As metralhadas não se calaram senão em Fevereiro.

Em Toulon as mesmas atrocidades. Matam a granel, quase ao acaso. Os representantes Fréron e Barrás já tinham a prática de Marselha. Duzentas e cinquenta execuções e vinte e quatro monumentos abatidos: era pauco para homens que proclamavam que toda a cidade rebelde à Revolução deveria «desaparecer da superfície do globo». Toulon pagará o dobro. Embora o estado-maior da insurreição e 4 000 soldados tenham fugido a borde de navios ingleses, toda a cidade é declarada culpada. Em 11 de Dezembro, os republicanos fuzilam duzentos habitantes e marinheiros que vieram ao seu encontro com uma música e bandeiras; em 20, dezóito oficiais de artilhara; em 22, duzentos habitantes; em 24, trezentos. Em princípios de Janeiro, há oitocentos fuzilados. Depois, durante três meses, é a vez da guilhotina. Um dia executam quatro mulheres; outro dia, onze; depois, um velho de 94 anos que é levado ao cadafalso na sua cadeira. Total: cerca de mil pessoas.

Doze mil cabouqueiros são requisitados em Var e nos departamentos vizinhos, afim de demolirem a cidade. Arrasam vários bairros. Milhares de famílias são expulsas. De vinte nove mil habitantes, a população fica reduzida a sete. Sobre estas ruínas instala-se uma colónia revolucionária recrutada à pressa nos portos da Mancha e do Oceano — tropa errante, à qual a Convenção confiara o cuidado de «regenerar a marinha» e que vive à aventura na imundice, no saque e na preguiça. Dir-se-ia um acampamento de «pesquisadores de ouro num jazigo. Esta anarquia durará 6 meses».

A vitória da Convenção explicava-se fàcilmente: Lião encontrara-se imediatamente isolado e reduzido a magras forças. Toulon, que poderá ser indefinidamente socorrido, não tinha obtido dos ingleses senão um irrisório reforço. Na Vendeia, pelo contrário, a luta seria muito mais longa e muito mais difícil.


PROCÈS-VERBAUX NATIONALE CONVENTION 1792 REPUBLIQUE FRANÇAISE.

ÉGALITÉ, LIBERTÉ.

COMITÉ DE SALUT PUBLIC

DE LA CONVENTION NATIONALE.

Au nom de la République.

A tous les Corps administratifs, & Officiers civils & militaires.

Laissez passer librement le Citoyen André Constant ..., Courrier chargé de deux dépêches pour les représentans près l'armée ... *natif de* Fontainebleau *Département de* Seine et Marne *âgé de* 33 ans *taille de* 5 pieds 6 pouces *cheveux et sourcils* Brun *front* ... *nez* grand *yeux* Gris *bouche* moyenne, menton rond, visage oval *allant de* Paris à l'armée du Rhin à Strasbourg.

Le présent Passe-port valable pour le temps de sa course *seulement*

Fait au Comité de Salut Public, le ... 1793, *l'an second de la République Française* une et indivisible

Billaud Varenne Carnot Hérault Robespierre

Fac-simile de um salvo-conduto passado pela Junta de Salvação Nacional.

Denso, misterioso, cheio de barrancos, cortado por sebes e por caminhos excavados, o país prestava-se mal a grandes operações militares, mas era excelente para uma guerra de surpresas e emboscadas. Por duas ou três vezes, os chefes da Vendeia conseguiram levantar consideráveis massas de homens, mas essa gente dispersou-se tão depressa como se havia reunido. Num dia, havia um exército; no dia seguinte, nada restava dele. Habituados a penar e a sofrer, esses camponeses não temiam a fadiga nem a morte, mas tinham o espírito curto como o seu horizonte. Batem-se pela sua igreja e pela sua aldeia. Desde que a libertaram, dão por terminada a sua tarefa. Não querem manter uma guarnição nem fazer patrulhas: vão rever o seu campanário e a sua vitória não tem sequência.

O exército republicano reúne-se à pressa e em desordem. Era uma tropa constituída por elementos diversos que vinham reforçar as secções parisienses: homens que se tinham alistado por quinhentos francos, com a esperança nos assaltos e na pilhagem. À frente dos azues encontravam-se o duque de Biron e o conde de Canclaux, que desempenhavam com desgosto a sua missão. Para aumentar a desordem, surge um bando de representantes, de comissários e de subcomissários enviados quer pela Convenção quer pelo Conselho.

Enquanto Biron procurava entrar em negociações, os representantes instalaram-se em Saumur. Mobilizaram os hotéis, os carros, os cozinheiros e as raparigas de vida fácil e passaram o tempo a beber, a comer e a denunciar os oficiais. «Via com mágoa, escreve uma testemunha, um exército de 10 000 homens em Saumur, que que se conserva na maior inércia. As ruas estavam cheias de ajudantes de campo que arrastavam os seus enormes sabres e usavam grandes bigodes, e de comissários do poder executivo que pregavam a anarquia e a lei agrária, o morticínio e o assassinato. Via histriões transformados em generais, trapaceiros e escamoteadores que arrastavam atrás de si as mulheres mais devassas e que tinham vários postos no exército ou eram empregados nas subsistências, nas forragens e nos transportes. E todos estes insectos corruptores tinham ainda a insolência de se dizerem republicanos».

As coisas não mudaram senão com a chegada da guarnição

de Maiença que, no momento da rendição da cidade, obtivera a concessão de reentrar em França com a condição de não mais prestar serviço na frente. Eram 15 000 homens, excelentes soldados comandados por Kléber e Marceau. Derrotados em Cholet (17 de Outubro de 1793), os vendeanos tiveram ainda a audácia de atravessar o Loire e de se juntarem aos insurretos bretões de Cadoudal e de Cottereau. Tomaram Laval e Fougères, foram mal sucedidos diante de Granville, baterem em retirada por Pontorson, Dol e Angers. Repelidos de Angers, perseguidos em todo a parte, exaustos de fadiga e privações, engolfaram-se em Mans, onde foram surpreendidos a 12 de Dezembro, ao cair da noite, e, depois duma luta selvagem de catorze horas, vencidos e assassinados. «Não se vêem senão cadáveres por toda a parte, diz uma testemunha, armas e carros de víveres voltados ou desmantelados. Desses cadáveres muitos são de mulheres nuas que os soldados espoliaram e mataram depois de as terem violado». Aqueles que conseguiram escapar, cerca de seis mil, foram reunidos, sitiados e fuzilados em Savenay.

Mil e duzentos de entre eles tinham-se rendido contra a promessa de lhes pouparem a vida: foram assassinados por ordem do convencional Prieur (do Marne). «Não voltarei à Vendeia, escrevia Marceau à irmã. Quero combater no estrangeiro. É lá apenas que está a honra e a glória.

E se Marceau tivesse visto a batalha! A repressão confrange o coração. Como os tribunais de departamento eram suspeitos de se apegarem muito à justiça e às formalidades, substituiram-nos por comissões, sedentárias ou ambulantes, que procederam a verdadeiras hecatombes. Em Angers, uma comissão mandou fuzilar 1896 prisioneiros, em oito «levas», com uma fornada suplementar de 292 condenados levados para a morte ao som da música e entre duas alas de soldados. Em Rennes, no dia de Natal, na véspera e no dia seguinte, foram guilhotinadas noventa pessoas: matilhas de cães rodearam o cadafalso para lamberem o sangue que corria a jorros. Na mesma cidade, mobilizaram, entre as famílias burguesas, uma companhia de crianças que foram encarregadas de fuzilar os prisioneiros no cemitério de Saint-Etienne. Procedia-se ao fuzilamento de 20 ou 30 de cada vez e, se os aspirantes a carrascos tinham fraca pontaria, recomeçava-se de novo, como nas feiras.

A comissão Félix, que andava entre Laval e Saumur, não se dava mesmo ao trabalho de representar a comédia de um processo. Limitava-se a recensear os detidos e a marcá-los como quem marca um rebanho. *F* significa «para fuzilar»; *G* significa «para guilhotinar». E assim foram sacrificadas setecentas vítimas.

Em Nantes reinava o convencional Carrier. Era um procurador de Alvérnia com 37 anos de idade, alto, magro, de cor esverdeada, pouca barba, cabelo liso, braços compridos sempre em movimento e com um olhar onde se descobria qualquer coisa de doentio e desvairado. Viram-no em Cholet, mas conseguiu fugir no meio do ruído da batalha. Desde então, impelido pelo medo, não teve senão uma ideia: matar para não ser morto, terrível obsessão que — ajudada pela embriaguez — vai até à loucura. Um dia, à mesa, depois de ter afirmado que a França não podia alimentar a sua população demasiadamente numerosa e que o único remédio para isso seria matar os padres, os nobres e os burgueses, acaba por se exaltar, levanta-se e grita: «Mata! Mata!», como se estivesse já a comandar a operação. As imagens da morte assediam-no. Esse é o seu tormento e a sua volúpia. «Faremos da França um cemitério, disse ele ainda, se não pudermos regenerá-la à nossa maneira».

Havia sobre os pontões de Nantes uma centena de padres idosos e doentes que não fora possível deportar para a Guiana e que andavam a viajar de prisão em prisão. Na noite de 16 para 17 de Novembro, sob o pretexto de os levarem mais uma vez para terra, fizeram-nos embarcar numa velha lancha que servira outrora para a navegação no Loire e que a paralisação do comércio tornava inútil. Amarrados dois a dois, deixaram-se conduzir sem desconfiança, embora prèviamente os tivessem despojado do dinheiro e dos relógios. De repente, um dos cativos, Hervé, cura de Machecoul, notou que a lancha tinha sido cortada em dois lugares, um pouco acima da linha de flutuação e que, por estas aberturas mal vedadas, a água ia entrando vagarosamente. Era a revelação do suplício: os padres caíram de joelhos e, ao acaso, dirigiram uns aos outros as palavras de absolvição. Um quarto de hora mais tarde, a lancha afundava-se com todos os passageiros menos quatro. Destes, três foram recapturados e mortos. Apenas um, recolhido por um pescador, conseguiu esconder-se e foi ele quem narrou o pouco que se sabe dos últimos momentos dos seus companheiros.

Durante este tempo, Carrier presidiu a uma grande festa cívica: a instalação do clube Vicent-la-Montagne, na antiga igreja Saint-Croix. No dia seguinte, enviou à Convenção um relatório da cerimónia com um resumo do seu discurso e a narrativa das seis abjurações que se realizaram durante a festa: as do bispo Minée e de cinco dos seus curas. Depois, acrescentou em *post-scriptum:* «Um facto de outra natureza parece ter querido diminuir o número dos padres: noventa daqueles a quem nós chamamos refractários e que estavam num barco no Loire morreram todos afogados no rio. Que triste catástrofe!»

Em 5 de Dezembro: nova chegada de não ajuramentados, 53 curas inválidos. «É preciso atirar à água todos esses patifes», ordena Carrier. Na noite de 9 para 10, são todos afogados na ponte do Indret. O procônsul anuncia novamente isto à Convenção e termina a sua comunicação com este cínico gracejo: «Que torrente revolucionária é o Loire!» Seguem-se novos afogamentos uns de dia e outros de noite — pelo menos onze — que causaram 4 800 vítimas. A isto é preciso juntar os que foram guilhotinados depois de julgamento. Trabalhavam três comissões locais, e o tribunal de Paris não desdenhava o pasto que lhe enviavam da Bretanha. Um historiador assegura-nos — é certo — que Carrier não fez mais vítimas que o tifo e outras doenças que grassavam nas prisões de Nantes: é, ao menos, uma consolação.

Carrier saiu de lá em Fevereiro de 1794, porque se desaviera com o clube local. A sua partida pôs fim aos afogamentos, mas o general Turreau, sucessor de Marceau na Vendeia, recomeçou à sua maneira a obra terrorista. Dividiu as suas tropas em uma dúzia de colunas móveis que devastaram metòdicamente o país, do qual Merlin (de Thionville) dissera, já há três meses, que não era mais que «um montão de cinzas ensopadas em sangue». Quase todos os chefes da Vendeia tinham sido mortos. Os dois sobreviventes, Charette e Stofflet, foram obrigados a retomar as armas: um em Marais e o outro em Bocage. Às execuções, pilhagens e incêndios responderam com assassínios de sentinelas, chacinas nos comboios de tropas e nos pequenos destacamentos. Foi uma nova guerra, inútil e horrível: uma guerra à navalha nas trevas da noite. Houve

episódios dolorosos e dramáticos; mas, no conjunto, essa guerra ficou localizada e nunca representou um perigo sério para o regime.

Pode-se, portanto, dizer que, nestes princípios de 1794, a Revolução estava plenamente vitoriosa sobre os seus inimigos internos. A Gironda já não existia. As províncias estavam subjugadas. A Montanha reinava pelo ferro e pelo fogo. Terminara a conquista jacobina.

O inimigo exterior recuava também. Para este, não era ainda a derrota: era a retirada. Das derrotadas de Dumouriez às vitórias de Hoche, os acontecimentos militares seguiram a mesma curva que a guerra interna seguiu por ocasião da retomada de Toulon: a mesma inércia e a mesma cegueira a princípio e, depois, à aproximação do perigo, a mesma energia, o mesmo sobressalto de desespero e, apesar das mesmas faltas, o mesmo triunfo.

A Junta de Salvação Pública, instituída em 5 de Abril em substituição da Junto de Defesa Geral, era composta de Montanheses e homens do centro, que estavam sob a influência de Danton e de Cambon. Cambon dirigia as Finanças; Danton os Negócios Estrangeiros. A sua política foi aquilo que sempre tinha sido. Na fachada — ameaças e declamações; nos bastidores — negociações complicadas, intrigas de gabinete e combinações tortuosas, conforme os velhos métodos da diplomacia secreta. E que agentes! Um marquês jacobino, um general necessitado, um abade despadrado, um bastardo do príncipe de Kaunitz, um antigo empregado de Mirabeau, um inglês suspeito, que se dizia descendente de protestantes franceses: em resumo, um bando de irrequietos, aventureiros e trapaceiros. Enqautno os embaixadores aliados se reuniam em Antuérpia para prepararem o desmembramento da França, a Comuna acreditava ainda que se podia, por meio duma diplomacia oculta, dissolver a coligação e recomeçar com a Prússia a guerra contra a Casa de Áustria!

Não há dúvida de que Danton, que, ao sabor dos acontecimentos, passava do imperalismo mais frenético ao mais negro derrotismo, julgava ter encontrado uma ideia justa, isto é, que era impossível pretender revolucionar o mundo inteiro sem encarar a hipótese de uma guerra sem fim. Em 13 de Abríl, fazia saber por meio dum decreto que «a França não se imiscuiria de forma alguma no govertno das outras potências». Isto equivalia a desdizer a propaganda e a revogar os decretos de 19 de Novembro sobre a libertação dos povos oprimidos e o de 15 de Dezembro sobre a revolução forçada. A palavra «potência», empregada em vez de «povo», era significativa. Implicava o reconhecimento dos governos estabelecidos. «Era, diz com razão Sorel, o mesmo que ingressar de novo no antigo direito público e substituir a guerra de revolução pela guerra de Estado». Será preciso, mais dia menos dia, voltar a isso. Mas, nesta ocasião, a reviravolta não tinha objectivo e, em virtude das disposições dos Aliados, não se tratava senão de combater. Na conferência de Antuérpia, *lord* Auckland, que representava Pitt, tinha dado claramente a entender aos seus colegas que o seu governo se interessava muito pouco pelo restabelecimento dos Borbons, mas que, pelo contrário, estava bem resolvido a reduzir a França «a um verdadeiro nada político». E depois acrescentava com vista a Coburgo: «Tomai todas as praças fronteiras do vosso lado e arranjai uma boa barreira para os Países Baixos. Quanto à Inglaterra, declara francamente que ela quer fazer conquistas e as saberá guardar». Quando os enviados de Danton foram, às ocultas, bater à porta das chancelarias, não encontraram senão insolências, humilhações e recusas.

Poderia suceder de outra forma? Estávamos batidos por toda a parte e o inimigo entendia dever aproveitar-se desta circunstância. Poder-se-iam conceber negociações honrosas depois duma vitória ou depois duma batalha indecisa, mas não em plena retirada. Se, por milagre, elas tivessem sido possíveis, Danton tê-las-ia ainda prejudicado pela atmosfera de corrupção e de mistério com que as envolvia, e pela indignidade dos indivíduos de que se servia para tal.

Nas fronteiras, a situação não era melhor. O ministro da Guerra, Bouchotte, tinha retomado os processos de Pache e concebido a ideia de «*sans-culottiser*» os estados-maiores. Junto dos exércitos, encontravam-se já sessenta e sete representantes com essa missão. Foram também para lá enviados, por acréscimo, «comissários do poder executivo», cujo papel consistia em vigiar as opiniões políticas dos generais e espalhar entre os soldados a boa palavra e os bons jornais. Os regimentos, assim como o país, tornaram-se a presa dos clubes e das facções. Havia companhias «maratistas» que acusavam as outras de serem girondinas ou reaccionárias. A maior parte dos oficiais que pertenciam aos antigos quadros

foram obrigados a pedir a sua demissão. Aqueles que tinham dado provas irrefutáveis do seu civismo foram mantidos; mas com receio de denúncias, não ousaram mais dar ordens e fecharam os olhos a todas as faltas. A execução de Custine, condenado à morte por excesso de popularidade, era bastante para arrefecer os mais ambiciosos. A disciplina desapareceu, menos porque houvesse recusa de obedecer do que por ausência de comando.

Foi uma crise terrível. Os poucos generais capazes de dirigirem um exército andavam duma frente para a outra, conforme as combinações de momento. Em dois meses, o exército do Reno mudou cinco vezes de general e, até ao fim do ano, não teve à sua frente, em primeiro ou em segundo lugar, senão incompetentes, óptimos arengadores de clube ou antigos soldados. Houve até uma ocasião em que, por falta de candidatos, o comando foi entregue a um comandante de esquadrão que se descobriu num depósito de remonta. Depois de longas meditações, este generalíssimo improvisado decidiu fazer alinhar as tropas que serviam debaixo do seu comando de harmonia com a sua numeração: o primeiro regimento para a extrema direita em Huningue e o centésimo para a extrema esquerda em Lauterburgo. Quanto aos jovens oficiais que os representantes criavam ao acaso dos encontros ou das recomendações, muitos tiveram de ser, ao fim de alguns dias, transferidos. Em Paris, o secretário-geral de Bouchotte, Vicente, transformava o ministério em um clube «hebertista», onde jovens incapazes declamavam muito, deixando os assuntos numa confusão assustadora. De cima abaixo não havia senão incoerências e tolices. Em Junho e em Julho, havia todas as razões para crer que a França estava perdida. O exército do Reno, repelido na Alsácia; Maiença, prestes a capitular; o exército do Norte, em decomposição; todos os pontos do Escalda, à mercê do primeiro ataque — a coligação não tinha senão a fazer um pequeno esforço para abrir o caminho para Paris. Como em 1792, a França salvou-se devido aos atrasos e às rivalidades dos aliados.

Toda a explicação está numa simples aproximação de datas: em 21 de Janeiro, Luís XVI fora decapitado. Em 23, a Rússia e a Prússia tinham assinado, *sem a Áustria,* o segundo tratado da partilha da Polónia.

Aliados contra a França, a Prússia e a Áustria eram rivais no

Oriente. Ao passo que Coburgo se tinha empenhado a fundo contra Dumourizez, o grosso das tropas prussianas concentrava-se na outra extremidade da Alemanha, marchava sobre a Vístula, ocupava Danzigue, Thorn Posen e um território povoado por um milhão e quinhentos mil habitantes. É certo que Frederico Guilherme prometia não fazer uma paz separada com a França e apoiar, na conferência da paz, os pedidos de compensação que a Áustria formulasse; mas todas estas belas palavras e todas estas promessas no ar não atenuavam em Francisco II o despeito de ser um simplório e o receio de ver quebrar-se definitivamente o equilíbrio oriental com desvantagem para si. A desenvoltura com que o seu aliado o mandava ir buscar à França uma compensação tinha qualquer coisa de irónico e de injurioso.

A Áustria amuada, a Inglaterra quase sem exército, a Prússia absorvida com a Polónia: tudo isto nos permite avaliar como a guerra poderia ser conduzida. «Os aliados, escreve Jomini, teriam podido formar duas grandes massas e avançar de Valencianas sobre Suessião, por um lado, e de Maiença por Luxemburgo sobre Remos, pelo outro. Em quinze avançadas, poder-se-iam conduzir 180 000 homens sobre Paris». É o plano clássico das invasões. Frederico II tinha-o esboçado em 1770 para se distrair dum acesso de gota. Os seus segundos sobrinhos realizaram-no em 1814 e em 1815. Em 1793, esse plano foi adiado.

No Reno, o cerco de Maiença teria podido ser activado logo nos primeiros dias de 1793. Por falta de homens e de material, não começou senão em Abril e não se tornou efectivo senão em Junho. Os Austríacos tinham prometido a Brunswick um reforço de 5 000 homens, mas, encantados por poderem pregar uma partida aos seus aliados, não lho enviaram. Como desforço, quando Wurmser invadiu a Baixa Alsácia, Brunswick levou tanto tempo a apoiá-lo que o impediu de obter um êxito definitivo. No Norte, Coburgo, obsidiado pela infelicidade dos Prussianos em 1792, não queria avançar senão depois de estar seguro de todos os caminhos e de todos os lugares. Era uma longa campanha de cercos que se anunciava. Os aliados convieram nisso, a fim de darem tempo a que as chancelarias resolvessem a questão da Polónia que se complicava cada vez mais. Mas os generais não seguiram o plano adoptado, senão na medida dos seus interesses nacionais. Com a ajuda dum pequeno

corpo de ingleses, holandeses e hanoverianos, comandado pelo duque de Iorque, Coburgo tomou Condé e Valencianas. Depois, o duque de Iorque abandonou-o para atacar Dunquerque, ao mesmo tempo que marchava sobre Le Quesnoy e Maubeuge. Em Londres, Pitt proclamava solenemente que a França seria para futuro considerada em estado de bloqueio, mas não aproveitava a sua esmagadora superioridade marítima, nem para salvar Toulon nem para passar pelas armas os vendeanos. Como dizia Mercy-Argenteau, a coligação perdera-se num labirinto.

As faltas dos aliados não se explicavam sòmente pelas suas dissensões, mas também por uma vista errónea dos negócios da França. Estavam convencidos de que, como na Polónia, os esfacelamentos das facções revolucionárias durariam sempre e que o país se enterraria cada vez mais na anarquia. O cálculo saiu-lhes torto. Ao passo que os exércitos austro-prussianos ficavam pegados seis meses na fronteira, o partido montanhês conseguia esmagar os Girondinos, e depressa chegava a estabelecer, em seu proveito, a mais absoluta ditaduta qu a França até hoje sofreu. A Junta Danton-Cambon fora eleita em 10 de Abril por um mês. Os seus poderes foram renovados em 10 de Maio e 10 de Junho, mas, em 10 de Julho, essa Junta foi substituída por uma outra puramente montanhesa, para a qual Robespierre não tardou a entrar. O seu primeiro cuidado foi acabar com as negociações suspeitas de Danton e, por uma medida mais radical, fazer decretar que, enquanto durasse a guerra, a República não sustentaria relações senão com os cantões suíços e com os Estados Unidos da América. Por fim, como se se tratasse de lançar novo desafio à Europa, a raínha Maria Antonieta era trazida perante o tribunal revolucionário. Depois de um infame processo, em que Fouquier-Tinville tentou debalde conspurcá-la, foi condenada à morte em 16 de Outubro às 4 horas da manhã, e executada ao meio dia. Era o canhão quem tinha agora a palavra.

Os revolucionários sabiam que a França era o país mais populoso da Europa central e ocidental. A sua grande ideia foi utilizar esta superioridade numérica, pondo em pé de guerra efectivos consideráveis, que se não podiam comparar aos que até então se tinham conhecido. Foi esse o objectivo da mobilização em massa, cujo princípio a Convenção adoptou nos começos de Agosto. Tratava-se de uma tarefa esmagadora que nem Bouchotte, nem a

Junta de Salvação Pública, nem a Junta Militar seriam capazes de realizar. Embora um jornal «sans-culotte» se fartasse de afirmar que os vencedores de Pirro e de Aníbal «ignoravam os mais rudimentares elementos do seu ofício», a Junta de Salvação Pública houve por bem agregar a si dois oficiais de engenharia, sabedores e ambos eles deputados: Carnot e Prieur (da Côte-d'Or), que se encontravam em missão na Flandres, e um dos quais — Carnot — se tinha insurgido contra a proscrição dos Girondinos. O simples facto deste herege ter sido introduzido no santo dos santos é suficiente para mostrar o estado de desordem em que se encontravam as coisas governamentais (14 de Agosto).

Carnot salvou a situação e salvou a própria Comissão. Com 40 anos de idade, fazia parte do corpo de engenheiros militares que representava o escol intelectual do antigo exército. Era o tipo perfeito do técnico. Uma das suas primeiras obras tinha sido o *Elogio de Vauban*. E, conseguindo igualar o seu modelo na inteligência, na coragem e na admiração, ultrapassou-o, talvez, nos serviços prestados; mas foi-lhe muito inferior no espírito político. Como acontece a muitos sábios e a muitos militares quando estão fora da sua esfera de acção, fàcilmente se deixava arrastar por grandes palavras e por pequenos personagens. Ou, mais fàcilmente ainda, sabia pôr antolhos para não ver o que se passava à sua volta. «Sou militar, falo pouco e não quero pertencer a nenhum partido. A força armada não delibera; obedece às leis e fá-las executar...» Encarregado da guerra, consagrou-se a ela. «No perigo nacional, escreve Alberto Sorel, não encarou senão as necessidades da defesa. Entregou-se à sua missão, assumiu uma atitude de estoico dentro do Estado e impôs a si mesmo, como um dever do seu cargo, esta capitulação da humanidade: deixou que os terroristas continuassem a guilhotinar sob a condição de que o deixassem defender a França».

Carnot tinha quarenta anos; Prieur, dez anos menos. Abandonara o exército por temer a pobreza. A política foi para ele uma carreira, onde se triunfa depressa. Jovem oficial amancebara-se com a dona da pensão em Dijou, merceeira que tinha o sentido dos negócios. Ele conservou-se-lhe fiel, e fizeram juntos frutuosas operações èm bens nacionais. Durante toda a vida, não cessaram de contar, trocando, em número prodigioso, memórias, notas, contas, recibos. Prieur morreu rico. Ele dizia o que era necessário para

triunfar: «o veneno do fanatismo que os padres não cessaram de destilar... Os oficiais marcados com o selo da mais desprezível aristocracia...» Era governamental por temperamento. Jurou fidelidade a todos os regimes que se sucederam até à sua morte. Ele, porém, solicitara de Luís XVIII a Cruz de S. Luís como a Napoleão a Legião de Honra. Este técnico no está à vontade senão no seu gabinete. Se quisermos continuar a estimá-lo, devemos observá-lo ali.

Carnot reconstituiu ràpidamente o Estado-Maior, fazendo ingressar nele os velhos oficiais do antigo regime, sem se preocupar com as suas opiniões e com a sua origem: Clarke para o serviço de cartografia, Montalembert para a artilharia, Le Michaud d'Arçon para as forticações. Dois membros da Comissão — Roberto Lindet e Prieur (da Côte d'Or) — tomaram a seu cargo, respectivamente, as substâncias e o vestuário, os hospitais e as munições. Carnot tomou a direcção geral dos exércitos. Ainda no reinado de Luís XVI, haviam sido efectuados numerosos estudos preparatórios, tanto sobre o terreno como sobre cartas, relativos à defesa das fronteiras. Carnot chamou a si todos esses relatórios, estudou-os e aproveitou-os. Os seus colaboradores chamaram a si os melhores químicos e os melhores engenheiros da época: Monge, Bertholet, Fourcroy, Chaptal, Périer e outros, a quem encarregaram o fabrico de pólvora e de armas. Já não exestia nada: era preciso criar tudo. Foi uma improvisação vertiginosa, cujos resultados se começaram a fazer sentir pelos fins de 1793.

Até lá, tratou-se do mais urgente e o mais urgente era a mobilização. Barère, num relatório, proclamava que, semelhante à inundação, a liberdade «arrasaria com as suas ondas impetuosas as hordas inimigas e transporia ràpidamente os diques do despotismo.» Estas palavras soavam bem, mas não tinham grande sentido. Em 23 de Agosto, um novo decreto, publicado por inspiração de Carnot, declarava que todos os franceses estariam para o futuro em estado de mobilização permanente para o serviço do exército, mas que apenas os indivíduos de 18 a 25 anos iriam para o combate. Os outros ficariam nos serviços internos e nas fábricas. Tratava-se de uma limitação prudente, pois de nada serviria mobilizarem-se recrutas que não poderiam ser alistados nem armados.

Mas a anarquia militar era tal, nesta ocasião, que certos representantes não obedeceram ao decreto da Convenção e chamaram às armas toda a população masculina dos departamentos em que exerciam a sua missão. Foi assim que no Alto Reno, no Bixo Reno, em Mosela, nos Vosgs, em Lacoste e em Guyardin se alistaram milhares de velhos camponeses que não tinham outro equipamento senão uma fouce ou uma lança. Deixaram-se ficar, enquanto os puderam sustentar, mas desertaram às primeiras restrições.

Um alsaciano descreveu em termos comoventes esta burlesca aventura. Fazia parte dum batalhão que acampara muito longe, numa segunda linha, entre Bitche e Petite-Pierre, um desfiladeiro que não se encontrava ameaçado. Os homens vinham em tamancos e blusa e alguns com armas de caça. Como medida de precaução, tinham trazido com eles vacas, carneiros e vários carros cheios de farinha. Puseram-se à vontade e, dentro em pouco, havia ali uma pequena aldeia com casas feitas de ramos de árvores. O serviço consistia em dormir, beber, mugir as vacas e comer o pão da nação. Aos domingos, as mulheres e as filhas, que se encontravam na vila próxima, empoleiradas nos seus pequenos carros, vinham trazer, aos maridos e pais, presuntos, tortas e frutas. Às vezes havia pânico e falsos alarmes, ou porque uma sentinela atirava sobre um contrabandista que passava, ou porque um cão ladrava ao longe. O tempo foi-se passando. A carne, a cerveja, o vinho e a aguardente acabaram por faltar. Não se recebia um soldo. Um dia ouviu-se o troar do canhão; todo o batalhão desapareceu, ficando apenas os oficiais. Este exemplo serve para se poder calcular a dificuldade que Carnot teve para se fazer obedecer e o tempo que lhe foi preciso para restabelecer a unidade do comando.

No Norte, Houchard, um velho soldado com sorte, conseguiu bater o duque de Iorque em Hondschoote e obrigou-o a levantar o cerco a Dunquerque (6-8 de Setembro). Menos feliz contra os Austríacos, deixou que Coburgo se apoderasse de Quesnoy. Ainda em 13 de Outubro, o exército do Reno, completamente desorganizado pelos representantes Borie e Ruamps, abandonou em Wurmser as linhas fortificadas de Vissemburgo e fugiu para Saverne e Estrasburgo.

Foi o fim dos nossos reveses. Carnot assume pessoalmente o comando do exército do Norte. Sabe perfeitamente que, para se alcançar plena vitória, é inútil estar em toda a parte ao mesmo

tempo; o que é preciso é estar, a fundo, no devido lugar e na ocasião própria. Não havia lugar para hesitações: o ponto sensível da coligação está na Flandres, na junção dos Ingleses e Austríacos. No Reno, enquanto os Prussianos se encontram peados na Polónia, basta a defensiva. Carnot chama para o Norte todas as tropas do Leste que se encontram disponíveis: velha operação preparada desde há muito nas secretarias da guerra, e que já tinha sido iniciada no reinado de Luís XV com a construção de três estradas estratégicas que conduziam de Metz a Dunquerque. Com o seu génio realista, Carnot realiza tudo aquilo que anteriormente havia sido feito. Mas, por um espírito de adivinhação que lhe era muito peculiar, sabe quais são os homens que lhe darão a vitória e eleva-os das últimas às primeiras categorias: Jourdan no exército do Norte, em 24 de Setembro, Pichegru, em 28, no exército do Reno, e Hoche, em 22 de Outubro, no exército de Mosela.

Em 15 de Outubro, Carnot e Jourdan atacam Coburgo em Wattignies, perto de Maubeuge. Os imperiais tinham-se ali entrincheirado fortemente. Durante 15 horas resistem furiosamente aos ataques dos republicanos. Durante a noite, reúne-se um conselho de guerra. Jourdan propõe restabelecer o equilíbrio da linha de batalha, reforçando a ala esquerda que havia enfraquecido. Carnot impôs um plano inverso: desprezar a esquerda, reforçar a direita, que tinha avançado, e explorar a fundo as vantagens já adquiridas. Começava a despontar o novo dia — um dia de Outono, cinzento e morno. Por entre o nevoeiro formam-se três colunas de assalto. À frente dessas colunas marcham Jourdan, Carnot e o deputado Duquesnoy, todos de grande uniforme, com as suas condecorações, insígnias e grandes chapéus com plumas tricolares. O combate prolongou-se até à noite. Tomado, perdido e novamente tomado, Wattignies fica por fim nas nossas mãos. Coburgo estava batido e o cerco levantado a Maulenge. Carnot regressa ràpidamente a Paris e escreve logo ao exército do Norte para o felicitar pela sua bravura e pela sua vitória. Nem uma só palavra dessa carta dava a entender que ele tomara parte no combate. Ter-se-ia dito que nunca abandonara os seus mapas e papéis.

Na Alsácia, após algumas operações em que êxitos e reveses se compensavam, Hoche assumia o comando dos dois exércitos reunidos do Reno e de Mosela e transpunha em 26 de Dezembro,

as linhas de Vissemburgo, ao mesmo tempo que Desaix, que pertencera à nobreza, penetrava em Lauterburgo. Logo a seguir, Wurmser voltava a passar o Reno e Brunswick instalava-se em Vórmia e em Maiença.

Durante o Inverno, as operações paralizaram. Carnot aproveitou-se dessa época para reagrupar as suas forças e para realizar um projecto muitas vezes adiado: a amálgama. A amálgama consistia em juntar, nos mesmos regimentos ou semibrigadas, os soldados de diferentes origens que se tinham mantido até então em formações separadas: soldados de carreira anteriores a 1789, voluntários de 1792 e mobilizados de 1793. Sob o pretexto de igualdade, os jovens recrutas ficavam rodeados de soldados educados na antiga disciplina e «duros de roer»; por outro lado, como para futuro haveria superabundância de oficiais, eram colocados na disponibilidade todos aqueles que deviam o seu posto a uma simples eleição.

A nova ofensiva desencadeou-se em Maio, mesmo na ocasião em que Kosciuzsko incitava a Polónia à insurreição. A luta concentrou-se primeiramente no Sambre, que Jourdan conseguiu atravessar em 18 de Julho, depois na frente de Charleroi que Coburgo, chegado ali à pressa, tentou descercar em 26. A frente francesa estendia-se de um lado e de outro de Fleurus, num prolongamento de trinta quilómetros. Coburgo, durante catorze horas, tentou encarniçadamente romper essa frente. Cinco assaltos foram sucessivamente repelidos com enormes perdas. À noite, Coburgo, avisado da rendição de Charleroi, retirou-se.

Em 6 de Julho, os Aliados evacuaram Bruxelas, onde Jourdan entrou a 11. Em 23, Pichegru apoderou-se de Antuérpia. Lieja caiu no mesmo dia. A Bélgica era novamente nossa.

Os acontecimentos precipitam-se: tomada de Lião em 9 de Outubro; vitória de Wattignies em 16; derrota dos vendeanos em Cholet, no dia 17; tomada de Toulon, em 19 de Dezembro; derrota dos vendeanos em Savenay, em 23; vitória de Vissemburgo, em 26. A Revolução triunfara ao mesmo tempo dos inimigos internos e dos externos. Os Jacobinos pretenderam sempre confundir uns e outros e, para comodidade de repressão, esforçaram-se por fazer acreditar numa grande coligação que englobava, ao mesmo tempo, Pitt, Brissot, Coburgo, Brunswick e Cathelineau. O Terror encon-

trava-se assim, se não justificado, pelo menos encorporado na defesa nacional. É uma mentira. A revolta da Vendeia e a insurreição girondina foram movimentos espontâneos. Toulon entregou-se aos Ingleses, mas estes abandonaram-na. Não houve uma frente única contra os Montanheses: houve quatro ou cinco guerras diferentes, justapostas, mas não coordenadas. E foi esta incoerência, esta falta de ligação no ataque, que ocasionou a derrota dos assaltantes.

Por outro lado, se, na confusão das ideias e na cegueira das paixões, foi possível, durante algumas semanas, confudir de boa fé a defesa nacional e a defesa revolucionária, não tardou que chegasse o desengano. Em Dezembro de 1793, os Ingleses, Prussianos e Austríacos foram batidos. A Vendeia está na agonia. A Gironda não é mais que uma lembrança. Toulon e Lião já nem nomes são no mapa. E, no entanto, o Terror redobra. O seu ponto culminante é atingido depois de Fleurus. Quanto mais sólido está o governo revolucionário, tanto mais sanguinário se torna. tanto mais activa se achava a guilhotina. Os historiadores, que pretendem por todas as formas apresentar-nos as hecatombes montanhesas como lamentáveis excessos de uma réplica legítima, ficam bastante embaraçados, a partir de 1794. Por isso, no desejo cego de ilibarem o sistema, vêem-se na necessidade de atirarem sobre um homem — Robespierre — a responsabilidade de todos os crimes que não conseguem explicar de outra maneira. A ambição de Robespierre, a hipocrisia de Róbespierre, a crueldade de Robespierre são expressões que aparecem em todas as páginas. Desculpa pueril! O Terror é a própria essência da Revolução, porque a Revolução não é uma simples mudança de regime, mas uma revolução social, um empreendimento de expropriação e extermínio.

Ao mesmo tempo que, sob a pressão do inimigo, os exércitos encontram as condições favoráveis de acção — unidade, hierarquia e disciplina — a França interior está submetida a uma experiência comunista que a deixará exangue, arruinada e pronta a entregar-se ao primeiro salvador que possa surgir.

12. O TERROR COMUNISTA

O que mais surpreende nos acontecimentos da época revolucionária, a partir da Legislativa, é o pequeno número de indivíduos que neles tomaram parte. Nas eleições, a cifra dos votantes é insignificante. Na rua, o número de manifestantes decresce dia a dia: seis ou sete mil, quando muito, em Paris, que são sempre os mesmos e que fazem modo de vida da arruaça. Com a queda da Monarquia, a França demite-se dos negócios públicos. Vem depois a tempestade e ela humilha-se, submissa e apagada, esperando em silêncio dias melhores. Sobre o grande povo que se cala reina o pequeno povo que fala — os Jacobinos.

As sociedades tinham sido, depois de 1788, o motor da Revolução. Permanentes e unidas, elas tinham, no meio de uma crescente anarquia, consolidado e aumentado o seu poder; no entanto, até ao 10 de Agosto, não tinham agido senão do exterior, fazendo pressão sobre o governo real. De capitulação em capitulação, este caíra no último grau de fraqueza, mas conservava ainda audácia bastante para se mostrar insubmisso e foi preciso aniquilá-lo.

A França encontrava-se então numa situação singular: sem rei, mas submetida a uma constituição monárquica. A Convenção pretenderá, é certo, exercer o poder executivo, mas as precauções que haviam sido tomadas contra a Corte voltavam-se agora contra ela. Independência das autoridades locais, falta de subordinação, renovação contínua dos corpos administrativos, impotência dos magistrados eleitos, abandono da força armada às Comunas — tudo isto

havia paralisado a Monarquia e paralisava a República. Não existia, sem dúvida, a dualidade entre a coroa e a Assembleia, mas como esta estava dividida em duas facções inimigas, a impulsão do centro, em lugar dc ser una, permanecia, como outrora, cambiante e contraditória. Relativamente à Convenção, considerada em conjunto, os Jacobinos encontravam-se, com suas forças aumentadas, na mesma situação em que, dois meses antes, se apresentavam perante o Rei: senhores oficiosos, ameaçadores, que constrangiam o senhor oficial. Por isso, os seus processos de intimidar não mudaram; eram as mesmas campanhas pela imprensa e pelos discursos, os mesmos desfiles de peticionários, as mesmas jornadas, as mesmas violências. Obrigando a Assembleia a sacrificar, em 2 de Junho, os chefes da sua maioria, os clubes mostraram que estavam dispostos a tratar da soberania popular como haviam tratado da soberania pessoal. No entanto, ao contrário do que por vezes se julga, o 2 de Junho não foi um desfecho, mas sim uma etapa. Seguiu-se uma agitação que, em fins de 1793, terminou com a criação do governo revolucionário, isto é, a ditadura jacobina.

Nesta crise, como era regra há já cinco anos, a Montanha foi manobrada pela extrema esquerda, que se chamava o partido dos avançados. Onde começava ele? Onde parava? É difícil limitá-lo com prcisão. Entre os seus membros, as zangas e os ódios eram frequentes e estavam sempre prontos a excomungarem-se uns aos outros. Mas, feitas estas reservas, podemos afirmar que o movimento saiu da pregação comunista de Jacques Roux e dos seus émulos, Varlet e Leclerc. Foram eles que lançaram a ideia de que a revolução política devia ser completada por uma revolução social e de que a igualdade dos direitos cívicos não se compreendia sem a igualdade das fortunas. Repelidos pelos chefes revolucionários, foram pregar ao povo humilde das cidades, que a inflação havia lançado na mais terrível miséria. No mês de Maio, eram já suficientemente fortes para que Marat e Robespierre fossem obrigados a comprar a sua aliança contra os Girondinos e, até Setembro, a sua influência não cessou de crescer.

A história destes três meses era, até há pouco, quase ignorada. Mathiez, que é o primeiro que a narra pormenorizadamente, julga-a «muito embrulhada e confusa». «As personagens — escreve ele — são obscuras. Os seus actos são mal conhecidos e pior ainda as

suas intenções. É um fluxo e refluxo contínuo de petições, manifestações, pedidos e intrigas. O governo anda, por vezes, ao sabor da corrente, servindo-se de ardis perante a arruaça. As suas declarações e as medidas que adopta contra a desordem não estão isentas de pensamentos reservados. Cede e desdiz-se das suas concessões». Em resumo: é o caos.

No entanto, se quisermos considerar apenas as linhas gerais, é fácil ver claro no meio desse caos e tudo se pode resumir da maneira seguinte. Aproveitando-se das dificuldades da «soldadura» entre as duas colheitas de 1792 e 1793, Jacques Roux mantém as secções em efervescência e, por três ou quatro vezes, tenta lançá-las no assalto à Convenção, que acusa de matar o povo à fome e cobrir, com a sua protecção, os ricos, os negociantes e os agiotas. A petição que ele leu na barra, em 25 de Junho, no decorrer dum requisitório: «A liberdade não passa de um vão fantasma, quando uma classe de homens pode lançar impunemente na fome a outra. A igualdade não passa de um vão fantasma, quando o rico exerce, pelo monopólio, o direito de vida e de morte sobre o seu semelhante. A República não passa de um vão fantasma, quando a contra-revolução se opera, dia a dia, pelo preço dos géneros a que não podem chegar três quartos dos cidadãos sem verterem lágrimas». E o jovem Leclerc, no seu jornal, convidava os legisladores a levantarem-se às três horas da manhã para irem tomar lugar nas linhas que antes do nascer do sol, se estadeiam em frente das lojas fechadas. «Três horas passadas à porta dum padeiro formariam melhor um legislador do que quatro anos nos bancos da Convenção».

O próprio êxito desta propaganda inquieta a Comuna. Com receio de serem ultrapassados, Hébert e Chaumette chamam a si as teorias comunistas e, com o auxílio temporário de Robespierre, seguram as suas tropas dispostas a passar para o inimigo. Expulso dos *Cordeliers*, privado do seu jornal *Le Publiciste de la République*, acusado pelos Jacobinos de ser um emissário de Coblença e um agente de Pitt, denunciado à Convenção pela «viúva» de Marat, Jacques Roux, foi preso, tendo-se suicidado na prisão.

Leclerc acha prudente desaparecer: alista num batalhão de mobilização. Varlet, o orador de ar livre, passa algumas semanas na cadeia. Sai de lá mudo. O grupo está liquidado, mas trata-se,

no fundo, de uma simples mudança de pessoas. Pouco importa que o comunismo tenha sido finalmente representado por Hérbert e não por Roux. O principal é que o comunismo tenha triunfado e que a tendência para a esquerda não tenha parado numa Revolução «burguesa», mas sim avançado até à Revolução «proletária».

A conversão de Hébert, que representa o episódio principal desta evolução, realiza-se depois do assassínio de Marat (13 de Julho). Com a sua autoridade, o seu génio de jornalista, o seu talento prodigioso para adivinhar e exprimir as paixões populares, Marat fechava o caminho aos ambiciosos. Para dizer tudo, era um estorvo. No seu enterro, o amigo íntimo de Hébert, Vicente, não pode ocultar a sua alegria e ouviram-no dizer: «Enfim!» Era um grande lugar a preencher. Roux e Leclerc empurravam-se para o ocuparem. Hébert afastou-os. «Se for preciso um sucessor para Marat, disse ele aos Jacobinos em 20 de Julho, se for precisa uma segunda vítima, ela está pronta e resignada: sou eu».

Hébert não tinha vontade alguma de ser assassinado, mas queria trazer para o seu *Père Duchêne* a clientela do *l'Ami du Peuple* e do *Journal de la République*.

A fim de não ser batido em demagogia, apressava-se a imprimir à toa, na sua folha, todas as bisbilhotices, calúnias, histórias de conspirações e traições que serviam de pasto às conversas dos clubes. Como era também preciso propor remédios para tudo isso apropriava-se, sem qualquer espécie de vergonha, daqueles que Roux tinha lançado, e que ele mesmo, até então, tinha combatido: requisições, tabelamentos, guerra de classes, socialização do comércio «A pátria — exclamava ele em princípios de Setembro — a pátria, os negociantes não a têm! Enquanto julgaram que a revolução lhes seria útil, sustentaram-na e deram as mãos aos «sans-culottes» para destruírem a nobreza e os parlamentos. Tudo isso era, porém, para se colocarem no lugar dos aristocratas. Mas, depois de deixarem de existir cidadãos activos (censitários), depois que o mais miserável dos «sans-culottes» goza dos mesmos direitos do mais rico exactor fiscal, todos esses bandidos... nos viraram as costas e servem-se de todos os meios para destruírem a República; açambarcaram todas as subsistências para as venderem a peso de ouro e nos reduzirem à miséria. Mas, como vêem que os «sans-culottes» preferem morrer a ser escravos, esses devoradores de carne humana

armaram os seus criados e os que os servem nas lojas contra os «sans-culottes». E fizeram ainda pior: alimentaram, vestiram e aprovisionaram os bandidos da Vendeia; e, nesta ocasião, abrem as portas de Toulon e de Brest aos ingleses e estão em negociações com Pitt para entregarem as colónias».

Substituto do procurador da Comuna, senhor do maior jornal de França, Hébert podia desferir os mais terríveis golpes sobre a opinião jacobina. Diz-se que a tiragem de alguns números do jornal foi de 600 000 exemplares, distribuídos gratuitamente em Paris e entre o exército. Mas o seu poder estende-se muito para além do reino do papel. O ministério da Guerra é a sua casa; Bouchotte, a sua vaca leiteira. Dali tira tudo quanto quer: dinheiro, ilegalidades, sinecuras e ordens. São trezentos milhões que se hão-de gastar todos os meses, cinquenta mil lugares ou postos a distribuir, centenas de negócios lucrativos que se hão-de adjudicar. Por aqui se pode avaliar o seu enorme poder. À volta do chefe, há um estado-maior de homens à mão: Vicente, secretário geral do ministério da Guerra, Ronsin, comandante do exército revolucionário, Rossignol, comandante do exército de Oeste. Na sua esteira caminham: Hanriot, comandante da guarda nacional parisiense, Pache, «maire» de Paris, Chaumette, procurador-síndico, um homemzinho gordo, rubicundo e bem tratado, filho dum sapateiro de Nevers, educado num colégio da sua cidade pela protecção dum grande senhor, sucessivamente monge, marinheiro e empregado dum procurador, inteligente e ousado, e ainda Clootz, Royer, Proli, Pereira e todos os refugiados políticos, Clara Lacombe e os seus clubes de «mulheres revolucionárias». Em fins de Agosto, Hébert tem a maioria nos Jacobinos. Em 4 de Setembro, organiza uma jornada para arrastar a Comuna, e em 5, uma segunda para arrastar a Convenção.

O quartel-general dos amotinados é no ministério da Guerra. Logo de manhã, os cabecilhas requisitam os operários empregados nas manufacturas militares. Grupos de homens de confiança percorrem as obras para aliciarem cabouqueiros e pedreiros. Outros apelam para os desempregados. Ao meio-dia, a praça de Grève está ocupada. A Câmara Municipal é invadida e a sala das sessões assaltada por uma multidão ululante, que reclama pão em altos brados. Chaumette tenta, por um momento, dispersar os assaltantes,

dirigindo-lhes boas palavras e fazendo-lhes as mais belas promessas. Mas é trabalho perdido. Percebendo que o caso é sério, alinha, sem qualquer hesitação, ao lado dos peticionários e diz-lhes que no dia seguinte se colocará à sua frente para os conduzir à Convenção: «Trata-se da guerra dos ricos contra os pobres; é preciso que nós mesmos os esmaguemos, pois temos a força nas mãos. Que miseráveis! Devoram o fruto do nosso trabalho, tiram-nos as camisas, beberam-nos o suor e queriam ainda saciar-se com o nosso sangue!» Nessa noite, a exemplo da Comuna, os Jacobinos resolveram apoiar o programa do terror comunista de Hébert e encorporaram-se no desfile do dia seguinte.

Tudo se passou como fora previsto. Ao meio-dia e um quarto realizou-se a reunião na Câmara e dali partem para as Tulherias. Pache e Chaumette vão à frente. Atrás segue um cortejo compacto, do meio do qual se elevam numerosos cartazes: *Guerra aos tiranos! Guerra aos aristocratas! Guerra aos açambarcadores!* A Convenção é avisada da chegada dos peticionários. Imediatamente os manda entrar. É Robespierre quem se encontra na presidência. Pache e Chaumette explicam que a miséria tem como causa o egoísmo dos ricos e a má vontade dos cultivadores. Assinalam o terrível sistema concebido para esfomearem o povo, obrigando-o a vender a sua soberania a troco de um pedaço de pão. Pedem a requisição dos géneros de primeira necessidade e o extermínio da aristocracia mercantil. A Convenção, que tinha preparado já um arsenal de leis económicas, concede-lhes imediatamente a divisão do tribunal revolucionário em quatro secções e a criação de um exército especial, encarregado de aplicar as leis sobre as subsistendências. Ao mesmo tempo, promete ainda fazer melhor nos dias seguintes e, para marcar a sua submissão, elege, logo depois, para a Junta de Salvação Pública, dois membros novos, ambos «hebertistas»: Collot d'Herbois e Billaud-Varenne.

A crise de Agosto de 1793 representa, na história da Revolução, uma viragem tão importante como a crise de Agosto de 1792. Até então, pela rotina do pensamento, bem como pela fidelidade às teorias da sua juventude, a maior parte dos Convencionais tinha-se mantido partidária do liberalismo económico. A introdução do Estado no domínio da produção parecia-lhes ser uma reacção, um regresso ao que se fizera no antigo regime. Para futuro,

vão precipitar-se, num movimento cada vez mais rápido, no caminho que lhes foi aberto pelos comunistas.

A fortuna mobiliária era, nos começos da Revolução, representada, na sua maior parte, por rendas do Estado ou de colectividades, cujas dívidas o Estado chamara a si juntamente com as receitas. Por esse lado, nenhuma medida especial havia a adoptar: bastava deixar agir a depreciação do papel-moeda. Em Dezembro de 1793, o *assignat* já não valia, em média, mais que 50 % do seu valor nominal; em Julho de 1794, valia apenas 33 %. Os portadores de tal papel estavam lesados em $^2/_3$ do seu capital.

A Convenção no entanto, não ficou por ali. De harmonia com um relatório de Cambon, o grande homem da comissão de finanças, resolveu unificar os antigos tipos de empréstimos, ou melhor, substituí-los por certa quantidade de rendas que seriam inscritas no Razão da Dívida Pública sem menção do capital correspondente. Esta operação tinha como resultado não só a redução de juros, mas também — e principalmente — a supressão de todas as vantagens concedidas a certas emissões: sorteios, prémios de reembolso, amortizações, etc. (24 de Agosto de 1793).

Quanto às rendas vitalícias, foram igualmente convertidas em rendas perpétuas. Como a conversão não podia ser efectuada senão de harmonia com certas formalidades difíceis, a primeira das quais era um certificado de não-emigração, uma parte dos títulos encontrou-se automàticamente anulada. Os outros foram trocados por novos cupões, de acordo com uma tabela que lesava consideràvelmente os portadores (12 de Maio de 94), A criação do *Grande Livro,* apregoada por toda a parte como um monumento de probidade, não foi senão uma bancarrota parcial que se acrescentou à ruína monetária.

No que dizia respeito às sociedades por acções, os Convencionais procederam ainda mais radicalmente. Um decreto que datava dos últimos dias da Legislativa tinha suprimido os títulos ao portador e ordenado o registo, em nome dos respectivos proprietários, de todos os títulos e acções, assim como o registo de todas as cessões e tranferências. As infracções reais ou supostas a esta lei serviram de pretexto para uma campanha contra a especulação, que terminou, em 27 de Junho de 1793, pelo encerramento da Bolsa, em 24 de Agosto pela supressão das sociedades anónimas,

e em 8 de Setembro pela aposição de selos nos bancos e casas de câmbio. Os particulares que possuíam créditos-ouro sobre o estrangeiro foram obrigados a entregá-los à Tesouraria Nacional contra o seu valor em *assignats* cotados ao par. Os representantes em missão e as autoridades locais organizaram a requisição das espécies cunhadas, metal em barra e objectos preciosos, cuja confiscação foi finalmente decretada em 13 de Novembro. Os denunciantes recebiam a vigéssima parte das apreenssões e as sociedades revolucionárias obtínham plena licença para fazer buscas «entre os ricos». Como escreve um historiador marxista, elas entregaram-se a este trabalho até à saciadade. O medo levou grande número de pessoas conhecidas por terem pratas a trocá-las por *assignats* que, por um momento, subiram de cotação. Melhoria efémera! Em Dezembro, Cambon, que organizara a caça aos metais preciosos, declarava-os «odiosos e vis». O ouro, aos olhos do «sans-culotte» republicano, dizia ele, não deve ser senão estrume. Prova de que já não lhe levavam muito. Deixava ele prever a instituição dum comércio sem representação monetária, «por troca pura e simples», e, entretanto, decidia que o ouro e a prata não fossem trocados por *assignats*, mas por um novo papel, aceite da mesma maneira pelo Estado, não utilizável, porém, nas transacções entre particulares.

Qualquer que tenha sido o desenvolvimento industrial no tempo de Luís XV e Luís XVI, a fortuna imobiliária da França continuava, em 1789, muito mais considerável do que a fortuna móvel. A confiscação e a venda dos bens eclesiásticos, bem como a confiscação e a venda dos bens dos emigrados, tinham alterado a sua distribuição sem lhe diminuírem o valor. Pelo contrário: ao passo que a guerra, o bloqueio, a emigração e a miséria secavam tantas fontes de rendimento, a terra representava cada vez mais o valor-refúgio por excelência.

O primeiro tabelamento do trigo foi votado em 4 de Maio de 1793, em troca da aliança dos «Enragés» contra os Girondinos. Mas foi muito mal aplicado. As administrações departamentais, à quem incumbiu este encargo, fizeram propositadamente demorar as operações preparatórias, e aproveitaram-se das obscuridades e lacunas do decreto para o deixarem sofismar nove vezes em cada dez.

Em Julho, tudo muda. A pressão comunista torna-se cada vez

mais violenta. De harmonia com o relatório de Collot d'Herbois, a Convenção aprova, quase sem debate, uma lei sobre o açambarcamento (27 de Julho) que, conforme diz Marion, «passava a considerar como inimigo público todo o indivíduo que se atrevesse a negociar em coisas que, segundo se dizia, eram precisamente «as que mais faltavam». O açambarcamento estava definido: era o facto de se conservarem fechados, sem os pôr à venda diária e pùblicamente, géneros e mercadorias de primeira necessidade, tais como farinha, pão, carne, vinho, legumes, frutas, manteiga, cidra, vinagre, aguardente, mel, gorduras, sebo, peixe, lenha, carvão, azeite, soda, sabão, sal, açúcar, cânhamo, lã, papel, couros, ferro, cobre, chumbo, aço, linho e, duma maneira geral, todos os tecidos. Os detentores destes géneros eram obrigados a fazer a declaração dentro de oito dias às municipalidades, que nomeariam comissários dos açambarcamentos para verificarem as declarações e, em caso de necessidade, procederem à venda. Os autores de declarações falsas seriam punidos com a morte, e os denunciantes receberiam como prémio um terço das confiscações.

A lei não atingia a produção e respeitava a liberdade do preço de venda. Estava, no entanto, dado um grande passo para um arresto geral. O segredo do comércio já não existia. Os comissários dos açambarcamentos tinham a liberdade de se introduzirem em toda a parte, examinar os registos e facturas, dispor dos «stoks», visitar as granjas e os celeiros. Quando se toma tal caminho, não é fácil parar. Dentro em breve, chega-se à conclusão de que a lei de 27 de Julho não é mais que uma maneira de se entrar neste campo e de que o Estado tem o poder de fazer pressão sobre os preços para os fazer baixar. Aqui e ali aparecem as primeiras tentativas de tabelamento parcial. Por fim, em 29 de Setembro, a Convenção decreta o tabelamento geral dos géneros de primeira necessidade ou, como então se dizia, o *maximum*.

A todos os artigos a que se referia o decreto de 27 de Julho, e cuja circulação estava já fiscalizada, vinham juntar-se agora os cereais, as forragens, o tabaco, o calçado, os tamancos, os chapéus, os artigos de quinquilharia, enfim, todas as matérias-primas que servem para a produção. Para certos artigos, o preço era o mesmo em toda a França; para outros, variava conforme as comunas. Os agricultores, em particular, eram obrigados a fazer a declaração

das suas colheitas. Além disso, era-lhes proibido venderem o trigo fora do mercado público e por preço superior ao do curso oficial. No caso de recusa, as autoridades abasteceriam os mercados à força, requisitando o trigo antes de colhido, e mandariam fazer a colheita e a debulha por trabalhadores mobilizados para esse fim. O transporte do trigo ficava dependente de autorização, os moleiros ficavam mobilizados com o seu material e o seu ofício era considerado um serviço público. Por último, quando o dinheiro já tinha baixado metade e se depreciava dia a dia, o *maximum* não era fixado senão num terço do preço corrente de 1790. A lei não era apenas uma lei de tirania: era uma lei de expropriação. Os contraventores ficavam sujeitos às penas mais severas: um ano de suspensão aos padeiros que cessassem o trabalho; dez anos de prisão aos moleiros que negociassem em cereais ou farinhas; dez anos de prisão aos agricultores que prestassem falsas declarações e pena de morte para todos aqueles que tentassem impedir as requisições.

Excepto para os cereais, cujo preço era fixado para todo o território, a taxa deveria ser estabelecida da seguinte maneira: seria enviado às principais cidades, marítimas e comerciais do interior, às capitais de distrito, aos locais de produção e às sociedades populares, vinte séries de quadros com as nomenclaturas de todas as espécies de géneros e objectos de consumo. Numa coluna em branco, os destinatários indicarão qual o preço, em 1790, dos objectos e géneros que produzem ou colhem nas suas circunscrições. Depois devolverão as listas a Paris. A comissão de subsistências e abastecimento servir-se-á dele para estabelecer, por comparação e depois do aumento de um terço o *Quadro Geral do Máximo* — dois grossos volumes — que, mandado a cada distrito, permitirá estabelecer o máximo local. Para isso, cada mercadoria à venda deverá ter a indicação da origem. O preço definitivo, no lugar do consumo, é constituído pelo preço de compra na origem, acrescido das despesas de transporte regulamentares e da percentagem de lucro concedido pelas autoridades ao armazenista (5 %) e ao retalhista (10 %). O inquérito preliminar dura quatro meses. O *Máximo Geral* não ficou pronto senão no fim de Fevereiro e foi distribuído em Março.

O máximo aplicava-se aos «stocks» antigos como aos modernos. Só se exceptuaram certos fornecimentos militares (calçado, arreios,

carros) para os quais estava firmado contrato: o preço combinado deveria ser respeitado até à entrega completa. Em todos os outros casos, a taxa de 1793-1794 foi imposta aos artigos em armazém, que tinham sido pagos muito mais caro em 1791 ou 1792. Foi assim que Cláudio Périer, negociante em Grenobla e Marselha ,ficou arruinado, sendo obrigado a liquidar a 4 libras a ana, um milhar de peças de pano comprados a 8 e 9 libras. Roubado, fez-se ladrão. Como era banqueiro, comerciante e importador, caçoou dos seus depositantes em vez de lhes pagar.

Uma vez senhor da produção interior, não restava ao Estado senão apoderar-se do comércio externo. Foi esse o fim do decreto de 30 de Maio de 94, que pôs à sua disposição todos os géneros, matérias-primas e mercadorias importadas por terra e por mar. Havia agências estabelecidas nos portos e nas fronteiras que requisitavam o que lhes convinha, não deixando aos proprietários senão o que sobejava. Pràticamente, o Estado ficou a ser o único importador. Quanto à exportação, era interdita para um grande número de artigos e, para os outros, estava sujeita a uma apertada fiscalização. Além disso, a frota mercantil estava toda à disposição do Estado.

Juntamente com os bens, as pessoas. O decreto de mobilização em massa (23 de Agosto de 1793) não mandava para o exército senão os mancebos de 18 a 25 anos, mas punha toda a população de França, compreendendo mulheres e crianças, ao serviço do Estado. Era lógico que o Estado, sendo o único patrão e o único lojista, fosse também a única entidade a dispor de empregos. A lei de 29 de Setembro prescreveu, ao mesmo tempo que o *maximum* dos géneros, o máximo dos salários, mas foi um pouco mais generosa para os operários do que para os comerciantes: em vez do terço, concedia-lhes metade do salário de 1790.

A mobilização de trabalhadores foi aplicada por categorias, conforme as necessidades em 1793 e 1794: requisição de padeiros; mobilização de impressores para o fabrico de *assignats;* mobilização dos carpinteiros de carros, fundidores, torneiros, alfaiates, curtidores, etc., etc., para o fabrico de guerra; requisição dos carreteiros e flutuadores de madeira para o transporte de combustíveis e cereais. Toda a França foi transformada numa imensa caserna e, como a lei de Le Chapelier tinha tirado aos proletários o direito de asso-

ciação e o direito da greve, a classe operára sofreu, tão duramente como as outras, o peso da política comunista. Em 4 de Abril de 1794, a Convenção proclamou ainda a mobilização geral de toda a gente e mandou para o Tribunal revolucionário todos aqueles que procuraram esquivar-se.

Surgiu então a verdadeira dificuldade: aplicar estas leis impossíveis. Desde que o *maximum* foi promulgado, os armazéns esvaziaram-se num momento, visto que cada um se apressou a comprar por um preço fictìciamente abaixado aquilo que na véspera lhe custava duas ou três vezes mais. Enquanto houve reservas nas caves e no fundo das lojas, a santa guilhotina, como dizia Hébret, pôde fàcilmente fazê-las sair. Esgotados os «stocks», ninguém se apressou a renová-los. Dum dia para o outro, deixou de haver em Paris açúcar, azeite e velas. Havia vinho, mas era falsificado, intragável. Na província, os habitantes das aldeias precipitaram-se para as cidades, a fim de ali trocarem as suas notas por roupas, calçado, peças de pano e artigos de mercearia, que a lei obrigava a liquidar ao desbarato. Depois disto, apressaram-se a guardar o trigo em esconderijos impenetráveis. Cada um queria o *maximum* para o vizinho e a liberdade para si: «Irmãos e amigos, dizia o convencional Frecine, a operários que se haviam insurgido contra o *maximum* dos salários, estou informado, com grande desgosto, de que há entre vós indivíduos que se obstinam em querer obter um aumento de salários que iria sobrecarregar a República. Então, cidadãos? Será possível que o detestável espírito de cobiça, que a justiça nacional acaba de aniquilar nos açambarcadores, se tenha ido anichar na alma pura dos «sans-culottes?» Pedis que a lei seja executada a rigor para o que comprais e recusai-vos a observá-la no que se refere ao que vendeis aos outros?...»

Os apelos ao civismo não deram grande resultado, pois que os observadores Grivel e Siret consignam, no seu primeiro relatório de Janeiro de 1794, que os cocheiros, os operários e os trabalhadores de empreitada pedem todos para além do que a lei lhes concede. «Desde os operários que serram ou montam a madeira, desde os serventes de pedreiro até aos limpa-chaminés, não há ninguém que não exija o dobro do que devem receber». Se é proibido o comércio do ouro, existe uma Bolsa negra em que o luís é diàriamente cobrado. Está esta Bolsa instalada num café da

Rua de Santo André das Artes, onde se reúnem os agiotas. Em duas etapas (Janeiro de 1790 e Setembro de 1791), a Constituinte libertou os judeus: já se vislumbrava um certo anti-semitismo. Em Janeiro de 1794, o observador Pourvoyeur afirma que eles açambarcaram as transacções clandestinas de ouro em lingotes ou de qualquer outra forma.

A resistência dos camponeses anunciava-se tremenda. Era evidente que toda essa gents se havia de esforçar por deitar por terra uma legislação que a espoliava.

De facto, em toda a parte onds podem iludir as investigações, dissimulam as colheitas e vendem-nas, a ocultas, pelos preços que entendem. Quando não podem esconder essas colheitas, deixam-nas apodrecer ao ar livre, sob pretexto de que não têm gente para as transportar para lugares abrigados. Noutros sítios, como o *maximum* do trigo foi aplicado antes do maximum da aveia, consentem em vender a aveia, mas alimentam os cavalos com trigo. Quando a carne é tabelada para a venda a retalho, deixam de fornecer os talhos; quando é tabelada sobre os animais vivos, deixam-nos rebentar de fome.

Um artigo da lei de Setembro dá às municipalidades o direito de confiscar e vender os cereais não declarados. Algumas delas reclamam contra este artigo, interpretado abusivamente, para organizar um mercado «negro», quase oficial, de cumplicidade com os não-declarantes. Outras «exageram o seu estado de miséria» (são os representantes Pinet e Cavaignac que o escrevem) para não executarem as requisições destinadas à alimentação do exército. Num distrito da Dordonha, 23 paróquias em 78 não declaram as suas colheitas nos prazos prescritos, tornando impossível o estabelecimento dum plano departamental de alimentação: é Périgueux que sofre com isso e que come farelo. Em suma, segundo a expressão do Cardenal, que estudou bem este canto da França, as municipalidades rurais dão provas de «um desprezo absoluto das disposições legislativas», por outros termos, duma total má vontade. Os agentes nacionais assinalam melancòlicamente os progressos do «fanatismo».

Na fronteira, o contrabando intensifica-se de forma assombrosa. O quintal de queijo vende-se a quarenta francos ouro em Genebra e a catorze francos papel em França. Poder-se-ia estabelecer um

sistema de vigilância tão apertada que pudesse impedir comércio tão vantajoso?

No Alto Sona, conforme os preciosos informes que nos são dados por Mathiez, a promulgação do *maximum* tem como resultado imediato agravar a crise das subsistências. Os agricultores suspendem a debulha; os padeiros deixam de cozer; os estalajadeiros já não servem os seus clientes; os operários que não têm que fazer nas cidades recusam-se a ir trabalhar para os campos. Um jovem voluntário, cuja correspondência está em poder de Marion, escreve: «Publicaram aqui a tabela dos géneros, mas, desde então, é quase impossível encontrar qualquer coisa para almoçar». De Toulon mandam dizer à Junta: «A cidade parece cercada por um exército inimigo; as subsistências desapareceram e os habitantes das aldeias não vêm aqui senão para esvaziarem as lojas». Buissart escreve de Arrás ao seu amigo Robespierre: «O *máximum* põe-nos em apuros extremos. A nossa obediência rigorosa à lei torna-nos vítimas da desobediência das comarcas circunvizinhas. Morreram de fome diante da abundância. E de Bergues vêm esta nota que resume as outras: «A lei do *maximum* fez neste país o efeito duma conjura liberticida dada à luz por Pitt...»

O comunismo não se concebia sem um inaudito aparato de força e violências. De facto, é ele que dá o seu sentido ao Terror e que explica o seu andamento e duração. A ditadura terrorista está ligada às leis sociais e não aos acontecimentos militares. Posta na ordem do dia, em 5 de Setembro, depois da grande manifestação hebertista, essa ditadura organiza-se no momento em que o perigo exterior decresce. Codifica-se, quando as fronteiras estão já livres. Atinge o seu auge, quando a guerra está vitoriosa e a Bélgica conquistada de novo.

Em princípio, a Convenção é «o único centro de impulsão do governo», mas delega os seus poderes de execução e vigilância nas duas Juntas de doze membros reeleitos mensalmente: a Junta de Salvação Pública, para tudo quanto diz respeito à guerra, diplomacia, subsistências e leis revolucionárias; a Junta de Segurança Geral para o que se refere à polícia e à justiça. O pormenor da administração fica a cargo dos ministros e, depois da sua suspensão, é abandonado às simples comissões executivas anexas à Junta de Salvação Pública. Para assegurar duma maneira completa a unidade da República, a Convenção envia para os departamentos e para os exércitos uma parte dos seus membros que, sob o nome de «representantes em missão», estão encarregados de vigiar o espírito público, fiscalizar o comportamento dos generais e depurar e accionar os poderes locais. Os representantes comunicam com a Convenção por intermédio da Junta de Salvação Pública, que tem o direito de os demitir. Os procuradores eleitos dos distritos e das comunas são substituídos por agentes nomeados pela Convenção e responsáveis perante ela; os procuradores síndicos dos departamentos são suprimidos, e a renovação das municipalidades é suspensa (4 de Dezembro).

O Estado comunista não podia contentar-se com as modestas administrações antigas. Aos seis ministérios são adicionados vinte novos serviços, donde saem mais cem. Há comissários dos bens nacionais da primeira origem (bens eclesiásticos), comissários dos bens nacionais da segunda origem (bens dos emigrados), comissários para requisição dos cavalos de luxo, comissários do vestuário, comissários dos açambarcamentos, comissários das colheitas e fabrico de pólvora, comissários dos recenseamentos, comissários das subsistências, comissários dos transportes, uma agência do comércio exterior, missões de compra no estrangeiro, recebedores de impostos revolucionários sobre os ricos, uma polícia imensa, um exército de fiscais, guardas das casas que se encontram seladas pela Justiça, guardas de indivíduos suspeitos, gendarmes, carcereiros e, finalmente, um exército revolucionário destinado a apoiar as requisições: seis mil infantes, três esquadrões de cavalaria e mil e duzentos artilheiros, ùnicamente para a região parisiense.

Foi Chaumette quem, em 5 de Setembro, obteve a criação, de tal exército para dominar os rurais, «esses novos senhores, não menos cruéis, não menos ávidos, não menos insolentes que os antigos», e os comerciantes, «classe ávida, tão cruel como a primeira». O recrutamento começou logo no dia seguinte e, a 9, o próprio Carnot apresentou à Assembleia o estatuto orgânico das forças revolucionárias. Funciona um posto de recenseamento em cada secção, onde os voluntários se alistam.

A junta revolucionária aparta os duvidosos; uma segunda escolha é feita na Comuna. Os soldados são alimentados, alojados e vestidos e recebem um pré de quarenta soldos por dia. Eles próprios nomeiam

os seus suboficiais e os oficiais até ao posto de capitão. O estado-maior é nomeado pelo governo. De facto, foi designado pelos Jacobinos. Compreende um general de divisão, amigo de Marat, o actor dramático Ronsin, empregado de Pache, no Ministério da Guerra e comissário militar na Vendeia; dois generais da brigada, Bonlanger e Parein, aquele artífice de joalheiro, originário de Lieja, este empregado de procurador; um chefe de estado-maior, o actor Gramont, e um comandante de cavalaria, o desenhador de bordados Mazuel.

Em Setembro de 1792, Gramont participara no morticínio dos prisioneiros de Orleães e comandara a guarda quando da execução da Rainha. Sanson relata nas suas memórias que foi Gramont quem dera ordem para mostrar ao povo a cabeça decapitada, «cujas pálpebras estremeciam num agitar convulsivo». Roubou muito, para ele e para as prostitutas que o rodeavam. Boulanger era um nulo e não saiu do nada. Parein, um dos vencedores da Bastilha, presidira, de Julho a Setembro de 1793, à comissão militar que esvasiou as Angers abastecendo a guilhotina. Mazuel participara no assalto das Tulherias, em 10 de Agosto. Era brutal e gozador, com certo sadismo. Os soldados tinham os chefes que mereciam. Um observador do ministério do Interior chama-lhes salteadores.

Em suma, o exército revolucionário está à disposição dos representantes e das comissões para a execução das leis republicanas: requisições, *maximum*, depuração, repressão e caça aos suspeitos. Ronsin dirige-se a Lião com os seus homens para os fuzilamentos. Um representante, que opera em Seine-et-Oise, reclama a visita duma companhia em Montanha-do-Bom-Ar para fazer desaparecer os restos das superstição. A Junta de Salvação Pública oferece um batalhão a Laplanche para acabar de «purificar» Caen, «onde subsiste uma surda fermentação»; Garnier (em Aube) tem necessidade de reforços para acabar as requisições «com fruto». Um membro da Comuna de Paris escreve de Pontoise que o exército revolucionário, em toda a parte, onde se mostra, faz «milagres», e o representante Javogues informa de Mâcon que «as visitas domiciliárias» operadas pelo destacamento enviado de Paris «produziram o maior bem». Será preciso esperar a queda de Robespierre para se ser plenamente informado dos excessos cometidos pelas colunas revolucionárias: roubos, torturas, prisões arbitrárias, destruições de obras de arte, saques, violações, incêndios de florestas, assassínios.

Entretanto, em plena vaga hebertista, um bando de Ronsin visitou a herdade do deputado Lecointe. Desta visita a Convenção foi obrigada a ouvir o relato a seguir.

No fim de Outubro, ao cair da noite, na aldeia de Tigery, perto de Carbeil, vinte e cinco soldados irromperam em armas na casa do cidadão Gilbon, velho de setenta e um anos, lavrador, «com três charruas ao seu serviço», e pai de seis filhos. Intimam toda a gente a levantar-se, encostam à parede, com os pés e as mãos ligados, o fazendeiro, a mulher, os criados de lavoura e as duas criadas. Depois, arrombam os armários, apoderam-se de tudo o que encontram de valioso, vinte e seis talheres de prata, taças, relógios, uma caixa de rapé, a cruz de ouro que a mulher de Gilbon traz ao pescoço, o seu relógio e o alfinete.

— Onde está o teu dinheiro? perguntam ao lavrador.

Como não responde, arrastam-no até à cozinha, fazem-no sentar em frente ao fogão e põem-lhe os pés em cima das brasas. O homem dá-lhes então 72 libras em numerário e 6 000 em *assignats*.

As buscas acabaram por grandes libações na cave. À meia-noite, os soldados retiraram-se precipitadamente, não sem terem arrombado um tunel de vinagre, mas sem desprender as suas vítimas. «Nos campos, o pavor é tal, conclui Lecointe, que os desgraçados que sofrem vexames deste género não têm coragem para se queixarem, muito felizes por terem escapado à morte». Tudo o que traz o nome de força armada causa-lhes o maior terror. «É o que dizia, à sua maneira, o partidário da Comuna, Pain: Os lavradores são os homens mais dóceis da Terra: só lhes faltava exercício. Deixando-lhes alguns instrutores do exército revolucionário, faremos deles alguma coisa».

No dia 26 de Fevereiro (8 de Ventoso, Sant-Just proclamava na Convenção a necessidade ds acabar a revolução social com uma distribuição das riquezas: «A opulência está nas mãos dum número assaz grande de inimigos da República; as necessidades colocam o povo na dependência dos seus inimigos. Concebeis que um império possa existir, se as vantagens civis redundam a favor daqueles que são inimigos da forma de governo? Aqueles que deixam a revolução em meio, não fazem outra coisa senão cavar o próprio túmulo. Os bens dos conspiradores são para os desgraçados.

Os desgraçados são os grandes poderes da Terra...» Imediatamente a Convenção decretou que os bens dos inimigos da República fossem confiscados e distribuídos pelos «patriotas indigentes». Em 3 de Março, novo decreto ordenou a imediata organização de duas listas complementares: a dos suspeitos, que seriam expropriados, e a dos «sans-culottes», que seriam instalados no seu lugar.

A designação de «pessoas inimigas da República» era imprecisa. Havia já a lei de 17 de Setembro que considerava suspeitas não só os antigos nobres e parentes de emigrados, mas todos aqueles que, pelas suas palavras, acção ou abstenção, se tinham mostrado «inimigos da liberdade». Isso não era suficiente. Em 13 de Março, são declarados traidores à pátria e sujeitos à pena de morte todos os que tiverem originado perturbações no referente a subsistências, ou tentado corromper o espírito público, ou preparado qualquer mudança na forma de governo. Em 16 de Abril, um decreto envia para a Guiana todo o indivíduo que, vivendo sem trabalhar, for acusado de se ter queixado do regime. Por fim, em 10 de Junho, vem a famosa lei de Prairial que publica a lista completa dos crimes punidos com confiscação e pena capital. Como diz um sábio professor, «a emoção foi violenta». E havia razão para isso. A lista era tão longa que todos os Franceses se podiam considerar sujeitos à guilhotina.

De facto, são considerados como inimigos do povo e arriscam-se ao cadafalso todos aqueles que tenham tentado aviltar ou dissolver a Convenção nacional e o governo revolucionário (portanto: os realistas e moderados); aqueles que tenham procurado impedir os abastecimentos (portanto: os agricultores e os comerciantes que se não sujeitassem ao *maximum* dos salários); aqueles que tenham perseguido ou caluniado os patriotas (portanto: todos os inimigos passados, presentes e futuros dos Jacobinos e da sua gente); aqueles que tenham espalhado boatos falsos (portanto: todas as bisbilhoteiras) e aqueles que tenham intentado desorientar a opinião pública ou provocar desânimo (portanto: todos os descontentes). Os acusados eram trazidos perante o tribunal revolucionário, quer pela Convenção, quer por uma das duas juntas do governo, quer pelos representantes em missão, quer ainda pelo acusador público. A instrução prévia estava suprimida. Se o tribunal entendesse

que possuía provas morais suficientes, não seriam ouvidas testemunhas.

A coisa, desta vez, era clara. Não se tentava disfarçar o Terror com as cores nacionais. Todos os pretextos apresentados anteriormente para o justificar eram agora rejeitados. Já não se tratava de atemorizar os cúmplices de Pitt e de Coburgo, nem mesmo de fazer frente a um partido hostil. Tratava-se ùnicamente de aniquilar 300 000 famílias para se apoderarem dos seus bens. Despotismo da Liberdade, dogmatismo da Razão: era assim que os revolucionários denominavam o regime que tinham fundado. Camisa de forças, tirania, inferno e opressão: é assim que os historiadores mais imparciais o classificam hoje. Digamos mais simplesmente que é o reinado do Contrato Social: «a alienação total de todo o indivíduo, com todos os seus direitos, a favor da comunidade», segundo a exacta fórmula de Rousseau. Quanto àqueles que objectarem que os revolucionários não são de forma alguma a comunidade, Saint-Just responder-lhes-á que a Vontade Geral não é a vontade do maior número, mas sim a vontade dos puros, que são os encarregados de elucidar a nação sobre os seus verdadeiros desejos e a sua verdadeira felicidade.

O trabalho de pensamento e de depuração empreendido nas sociedades desde há quarenta anos está terminado. Conforme a lógica mais rigorosa, a sua doutrina evolucionou do liberalismo anárquico para a ditadura comunista. A seu exemplo, e por pressão sua, o governo passou da monarquia muito cristã para a coligação montanhesa-hebertista. Tendo modelado o Estado à sua imagem, elas não têm motivos para se diferenciarem dele: encorporam-se nele e tornam-se a sua espinha dorsal. «É no seio das sociedades populares, diz a propaganda da Junta de Salvação Pública de 4 de Fevereiro de 1794, que o espírito de liberdade tem a sua origem, cresce e sobe até ao seu ponto mais elevado. Como sentinelas avançadas, que ocupavam, de certo modo, a vanguarda da opinião, essas sociedades deram o sinal de alarme em todos os perigos e à aproximação de todos os traidores. Foi nos seus santuários que os patriotas encontraram e afiaram as suas armas vitoriosas. A República espera novos serviços das sociedades populares. O governo revolucionário, organizado nos seus diferentes partidos, vai-se desenvolver com força e, vencendo todas as resistências, deve

apertar nos seus laços todos os inimigos do povo. A Convenção nacional chama-vos para partilhardes os vossos esforços com ela, afim de se assentar este edifício sobre bases inabaláveis. Vós sereis os nossos mais poderosos auxiliares...» E mais adiante: «O edifício da República estará brevemente acabado. Sociedades populares: a vós se devem os arrojados e indestrutíveis fundamentos desse edifício; a vós pertence assentar-lhe a cúpula».

Em Janeiro de 1794, as sociedades são em número de 1 900, espalhadas por toda a superfície do território. Não há cidade ou grande burgo que não tenha a sua, filiada na sociedade-mãe da rua Saint-Honoré. São elas que formam as Juntas de vigilância ou as Juntas revolucionárias, cujos membros têm o encargo de, ao preço de 3 francos por dia, separar os bons dos maus, passar certificados de civismo e organizar listas de suspeitos. São elas quem designa os candidatos a funções públicas e os soldados do exército revolucionário. São elas, ainda, quem fornece os jurados para o tribunal, quem denuncia os agentes cuja falta de civismo conheçam e quem aplica as medidas de segurança. São elas quem organiza expedições às pequenas vilas para limpar as suas municipalidades, quem preside às penhoras, às investigações e às prisões e quem rodeia os representantes em missão e lhes inspira os seus decretos. Soberano colectivo, Povo Eleito, são elas os juízes da ortodoxia republicana, dispondo arbitràriamente das fortunas, das liberdades e das vidas.

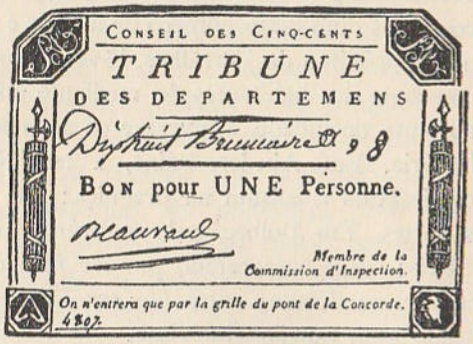
Nunca tão assombroso poder caiu em mãos tão miseráveis. O que há de melhor em França esconde-se ou está no exército. Quem governa é o rebotalho, ou, como diz Taine, os que se notabilizaram pela improbidade, pelo procedimento imoral, pelo vício, pela ignorância, pela estupidez ou pela grosseria: «desclassificados e pervertidos de todas as espécies e condições, subalternos invejosos e odiosos, pequenos lojistas endividados, operários estroinas e nómadas, frequentadores de cafés e tabernas, vagabundos da rua e do campo, homens da ralé e mulheres públicas e, em resumo, toda a gentalha de ambos os sexos; no meio desta amálgama, alguns energúmenos de boa fé, cujo cérebro leviano aceitou espontâneamente as teorias em voga. Os outros, em bem maior número, são verdadeiras feras que esploram o regime estabelecido, e que

não aderiram à fé revolucionária senão porque ela oferece largo pasto à sua ambição desmedida».

Na verdade, o Terror não foi uniforme. Mas causou mais estragos no Oeste e no Sudeste que em qualquer outro ponto. Tudo dependia da insulência das sociedades e dos representantes em missão. Houve regiões onde se viveu tranquilamente. Por exemplo, na Touraine: Madame Dupin, viúva do permier general, pôde viver sossegadamente no seu castelo de Chenonceaux, sem outro contratempo que um sem número de formalidades esmiuçadoras. Segundo os cálculos do historiador americano Greer, em seis departamentos, ninguém foi condenado à morte; em trinta e um outros, conta-se menos de dez execuções. Mas Greer não menciona os provincianos enviados ao tribunal de Paris. Alguns eruditos publicaram registos comunais dum certo número de aldeias e burgos. Nos de Rennemoulin, que é próximo de Versalhes, lê-se em todas as páginas a preocupação constante dos habitantes de, mediante um conformismo exterior duma absoluta docilidade, atravessar os acontecimentos sem violência e sem história. Em Aix-lers-Bains, a negligência domina. Gendarmes e comissários rivalizam na preguiça: é o porteiro que entrega os passaportes. Em Bolbec, pelo contrário, prende-se pelos motivos mais fúteis: um é encarcerado por ter fechado a porta a um patriota que ia ver um doente; outro por ter «desdenhado» da Revolução e trauteado uma canção «incívica».

No seu grande relatório de 10 de Outubro de 1793, Saint-Just proclamou que a guerra aos ricos era a tarefa essencial do governo revolucionário: «É necessário que vos encarreguéis da opulência dos tributos... Quando tiverdes empobrecido os inimigos do povo, esses inimigos já não entrarão em concorrência com ele...». Admirável achado! Mas onde se haviam de ir buscar os ricos? Os domínios dos nobres encontravam-se confiscados; os rendimentos do comércio e da agricultura foram destruídos pela socialização; as heranças, esfaceladas pela partilha igual e pela admissão dos bastardos às sucessões; as vendas, crédito e hipotecas, reduzidos a metade ou a dois terços, devido à desvalorização monetária. Já não havia «homens com supérfluo» e aqueles que ainda existiam estavam com esse supérfluo muito reduzido. No entanto, a caçada organiza-se. As sociedades populares estão altamente interessadas nisso, muito principalmente porque a lei destinou o produto das

taxas revolucionárias à manutenção das juntas de vigilância, ao pagamento da gente das Secções, ao socorro dos desempregados, aos aluguéis dos «sans-culottes» necessitados e, em suma, a todas as indemnizações que a Revolução lança como pasto aos seus servidores. «A sociedade popular e a municipalidade, escreve de Orleães o representante Laplanche, devem-me algum reconhecimento. Para prover às suas necessidades e liquidar as suas dívidas, dei-lhes — sempre à custa dos ricos — 40 000 francos a uma e 49 000 francos a outra. Bastaram-me dois dias, em Bourges, para arranjar dois milhões». E anuncia para breve uma distribuição de 20 francos por cabeça a cinco ou seis mil «sans-culottes». Em Estrasburgo Saint-Just e Lebas lançam uma contribuição de dez milhões, a pagar em 24 horas, sobre 193 nobres. Deste dinheiro, dois milhões são destinados aos «patriotas indigentes». Se necessário, quando os suspeitos faltam, fabricam-se inscrevendo na lista dos emigrados homens que não tinham deixado a França. Foi o que aconteceu em Dijon ao presidente Ricardo de Ruffey: era rico,



Fac-simile dum cartão de ingresso na sala do Conselho dos Quinhentos

Em 26 de Agosto de 1793, o representante José Lebon, deputado de Pas-de-Calais, foi enviado em missão para o seu departamento de origem e ali se demorou até 10 de Junho de 1794. Era um rapaz alto e pálido, que tinha servido como regente no colégio dos oratorianos de Beaune e que tinha sido por pouco tempo cura constitucional em Neuville-Vitasse. Das suas primeiras funções conservava, de ordinário, uns modos hipócritas e falas untuosas. Mas, por vezes, a sua verdadeira natureza manifestava-se em furiosos impropérios.

Desdenhando os pretextos vulgares de conspiração ou federalismo, mandava inscrever à força nas suas listas negras todos os contribuintes tributados por mais de 50 francos. «Considerando que

entre os acusados de delitos contra a República importa sobretudo fazer cair a cabeça dos ricos reconhecidos como culpados, o tribunal criminal estabelecido em Arrás julgará em primeiro lugar, revolucionàriariamente, os acusados distinguidos pelos seus bens ou possibilidades...» Os seus bens ou possibilidades! São suspeitos os que possuem e são suspeitos os que podem vir a possuir. Desta maneira, a guilhotina não pára. Em seis semanas foram executados, em Cambraia, 149 cidadãos e 392 em Arrás.

Nesta última cidade, o cadafalso estava levantado em frente ao teatro. Lebon e sua mulher assistiam dum camarote às execuções. Um dia, depois de uma fornada bastante copiosa, o carrasco, para tornar mais interessante o espectáculo, entreteve-se a agrupar os cadáveres de ambos os sexos, depois de despidos, nas posições mais horríveis e mais indecentes. Outra vez, quando ia ser executado um antigo marquês, Lebon suspendeu a execução para ler ao condenado o último número dum jornal que tinha no bolso. Depois disso, exclamou: «Vai dar aos teus iguais a notícia das nossas vitórias!» E foi-lhe decepada a cabeça. Outra vez ainda, depois da execução de vinte e sete habitantes de Saint-Pol, (é Lenotre quem o conta) um dos jurados, que acompanhava duas mulheres ao teatro, passou sobre o lugar onde corria o sangue das vítimas. Mergulhou a mão nesse sangue e, com os dedos a escorrer, soltou estas palavras: «Como é belo!»

Em Paris, a justiça revolucionária não tem fantasias desta natureza. O pessoal é mediocre, mas rotineiro. O acusador Fouquier-Tinville é um antigo agente de negócios, laborioso e metódico, que desempenha a sua tarefa de morte como trataria dum processo de meação de paredes. Com a sua testa baixa, cor macilenta, nariz picado das bexigas, olhos redondos, lábios finos e sem barba, é o verdadeiro burocrata da guilhotinha. Como bom servidor do poder, processa todos aqueles que o mesmo poder lhe envia. Atribuíram-lhe alucinações e pesadelos, mas trata-se de puro romantismo. Fouquier não é homem para se queixar do trabalho. O seu ofício é pedir cabeças e assim faz. Quantas mais tem, melhor; o resto não é com ele. Quando o serviço se acumula, executa-o por fornadas, para ganhar tempo. Um dia, são guilhotinados os antigos parlamentares e, no outro, os antigos arrematantes de impostos. Mas esta série é uma decepção; julgavam-nos ricos, mas já não o

eram. Certos acusados manifestam o seu mau gosto, matando-se antes do julgamento, para subtrairem os bens à confiscação. Mas trataram de pôr fim a este abuso. Fouquier não tem fortuna e não estima o dinheiro. De tempos a tempos, no entanto, autoriza, mediante dinheiro, a transferência dum detido para uma casa de saúde onde se esquecem dele.

Os casos políticos são os mais estrondosos, mas infinitamente mais numerosos os provenientes do *maximum* e das leis comunistas. A partir de Abril de 1794, os camponeses e os lojistas chegam em bandos às prisões. Só em Paris, dois meses antes do Termidor, há 2 000 indivíduos encarcerados. De 12 000 pessoas que foram condenadas à morte, 7 545 são lavradores, moços de charrua, operários e negociantes de diferentes categorias. Em Doubs, de 1 900 emigrados, 1 100 pertencem ao povo. Na Alsácia, calcula-se que, só no Inverno de 1793-94, se refugiaram 50 000 habitantes para além do Reno. Em Paris, foram guilhotinadas 51 pessoas em Outubro de 1793, 58 em Novembro, 68 em Dezembro, 71 em Janeiro de 1794, 73 em Fevereiro, 127 em Março, 257 em Abril, 358 em Maio, 122 nos dez primeiros dias de Junho e 1 376 de 10 de Junho (lei de Prairial) até 27 de Julho (9 Termidor) Ainda em 27 de Julho, foram guilhotinados uns vinte lojistas e operários.

Mata-se muito, mas rouba-se mais. Os bens nacionais, colocados sob sequestro, são roubados por aqueles mesmos que os têm debaixo da sua guarda. «Depositário de bens arrestados» e «ladrão» são perfeitos sinónimos na linguagem do tempo. Os livros, os quadros, os móveis, os tapetes, as carruagens, os parquetes, as janelas, os mármores, tudo desaparece. Mas estes lucros são fáceis e limitados. Os membros das Juntas de Vigilâncias têm uma tarefa mais fatigante, mas muito mais lucrativa. Negoceiam com certificados de civismo e com mandados de captura. «Paga-se para se não ser considerado suspeito, paga-se para se ser posto em liberdade e paga-se, duma maneira geral, para se levar a vida sem perigo». «Não há senão um meio de evitar o perigo, diz Mallet du Pan: é assalariar os carrascos como quem assalaria uma ama, ao mês, e pagar-lhe proporcionalmente à actividade da guilhotina». Se, por felicidade, a comuna contém ainda restos da aristocracia mercantil, está meia feita a fortuna da Junta.

Mas há ainda uma benesse que é a mais ampla de todas. «A República, tendo roubado imensamente, conseguiu ainda, embora tivesse sido também muito roubada, conservar muito: grandes lotes de mercadorias, muitos despojos de palácios e aldeias e — principalmente — imóveis, terras e edifícios. Tudo isso deverá ser entregue a quem der mais. Mas, quando a propriedade é um crime, quem ousaria comprar senão os «sans-culotte?»

A partir de 1793, são eles, ou quase só eles, que beneficiam da queda do *assignat*. Adquirem ao melhor preço fazendas e solares e, de harmonia com um mecanismo bem conhecido, esperam que o dinheiro esteja desvalorizado. Um punhado de madeira paga a floresta; um cavalo paga a herdade; as grades do parque pagam o domínio inteiro. Umas vezes o comprador do castelo é o denunciante do castelão, outras é o seu carcereiro e ainda outras é o juíz. No Var, em Vancluse e em Bocas do Ródano existem bandos organizados que, com a ajuda das sociedades populares, mandam prender os proprietários rurais para, seguidamente, se apoderarem dos seus bens. Sob a capa do comunismo, efectuam-se formidáveis razias. Depois do Termidor, veremos aparecer, repentinamente, enormes fortunas, cuja origem se não pode explicar. «É triste — diz o representante Charbonnier, citado por Marion — é triste não vermos senão ambiciosos, homens cúpidos, na maior parte dos mais ardorosos patriotas... Devoram a República, comem-na aos pedaços. Oh! Que patriotas antropófagos!»

Sendo um regime contra natureza, o comunismo não podia engendrar senão a ruína e a miséria. Regulamentações, burocracia, inquéritos, impostos, tribunais e guilhotina, tudo isso faliu. Foi uma falência absoluta e completa. Nunca se lançou mão de tantos meios, e de meios tão terríveis, para se chegar a um resultado tão lastimável e tão humilhante: a França a braços com a fome, não subsistindo senão pela fraude ou pelo socorro do estrangeiro.

A correspondência dos representantes em missão e dos agentes do poder executivo não deixa dúvida alguma a tal respeito. Por toda a parte, as populações lutam com a fome. O pão está racionado à razão de meia libra por pessoa. E a maior parte das vezes não se obtém senão um quarto: um quarto duma massa escura e indigesta, feita de centeio, de cevada ou de bolota e aveia. Em

muitos lugares, o pão falta às vezes oito e dez dias seguidos. Procuram então substituí-lo por fava, castanha, erva ou grama.

Paris inspira mais receio do que os departamentos. Por isso, para o nutrirem, reduzem à fome regiões inteiras: há seis departamentos que têm de lhe fornecer o pão, e vinte e seis que são obrigados a dar a carne. O exército revolucionário apoia as requisições com as suas baionetas e canhões. E, apesar disso, tudo falta. Uma a uma, a Comuna institui a carta do pão, a carta do açúcar e a carta da carne. Formam-se *bichas* à porta do padeiro, do merceeiro, da leitaria e do carvoeiro. E é preciso chegar muito cedo para se não vir de lá de mãos vazias.

Às três horas da madrugada, já há filas de desgraçados que se alinham ao longo das casas, com as costas à chuva e os pés sobre a neve. Está tudo às escuras, porque, devido à falta de azeite, os candeeiros públicos não se acendem. Diante da loja fechada, estacionam guardas de vigilância. Às oito horas, abre-se a porta e toda aquela gente se precipita, pois todos querem ser os primeiros a entrar para serem os primeiros servidos. Os mais fortes atropelam os mais fracos e, por vezes, há mulheres feridas. Os guardas, com as coronhas das espingardas, tentam manter a ordem E dali vai toda aquela gente fazer *bicha* para outro lugar, em busca de outro género. Para impedir os assaltos, é preciso guardar os matadouros e os mercados, bem como escoltar os que vêm vender hortaliças e leite. Um dia, anuncia-se um barco carregado de vinho. Mal chega ao cais, penetra nele uma multidão tão grande, que o barco se afunda imediatamente. O observador La Tour La Montagne nota no seu relatório de 22 de Fevereiro: «O espectáculo que Paris oferece começa a tornar-se inquietador. Nos mercados e nas ruas, os cidadãos correm em grande número, atropelam-se, gritam, choram e oferecem por toda a parte a imagem do desespero; dir-se-ia, ao ver todo este movimento, que Paris luta contra os horrores da fome».

Nos exércitos a penúria é extrema. A compra de víveres já quase impossível por falta de mercadorias, torna-se ainda mais onerosa, porque o Estado-negociante é amigo de papelada, negligente e mal servido. As requisições dão origem a prodigiosas rapinices. Os serviços entravam-se uns aos outros. Toda a sua organização está agravada com despesas inúteis e formidáveis.

Requisita-se a Orleães o cereal necessário para a alimentação de Paris, mas envia-se de Paris o cereal para a alimentação de Orleães. Requisitam-se para Châlons homens que conduzam para Mosela as forragens necessárias ao exército, mas, como nada se providenciou sobre a alimentação dos cavalos que hão-de conduzir os carros de transporte, os homens dão-lhes a comer o feno que haviam de transportar. Quando Carnot preparara a ofensiva na Primavera de 1794, o principal argumento de que se serve para incitar os generais a uma luta sem tréguas é que a França, ameaçada pela fome, não se poderá salvar senão indo buscar as suas subsistências ao inimigo: «Temos de reconhecer que estaremos perdidos, se vós não entrardes ràpidamente em país inimigo afim de obter subsistências e vestuário de todas as espécies, porque a França não pode sustentar por muito tempo a situação forçada em que se encontra neste momento... É preciso viver à custa do inimigo ou morrer...»

Por um feliz acaso, a França tinha crédito grande nos Estados Unidos. Os adiantamentos feitos às treze colónias por Luís XVI, durante a guerra da Independência, não haviam sido ainda reembolsados. A Junta pediu que eles fossem pagos em géneros, isto é, em cereal. O governo federal concordou, mas, por outro lado, impôs à República a demissão do seu embaixador, Genet, cuja propaganda revolucionária o inquietara a ponto de, em certa ocasião, o prender. O almironte Villaret-Joyeuse lançou-se ao encontro da frota inglesa: dezasseis embarcações, entre as quais *Le Vengeur*, foram afundadas ou incendiadas, mas o comboio passou (8 de Junho).

Tudo isso, no entanto, não passava de expedientes. O comboio trazia 240 000 quintais de farinha, menos de uma libra por habitante, o que equivalia a nada. Com estes meios, não se remedeia a ruína de um país, nem tão pouco se dá remédio aos estragos diários de uma execrável política.

Nos princípios de Julho, a situação era mais crítica do que nunca. Mathiez, que não é contrário ao governo revolucionário, resume-a com vigor nestes termos: «Camponeses abatidos pelas requisições e transportes, operários extenuados por uma alimentação deficiente e lutando pela conquista de um salário que a lei lhes recusava, comerciantes quase arruinados pelas contribuições, capi-

talistas espoliados pelo *assignat*, toda esta gente mostrava uma calma aparente, em que fermentava um profundo descontentamento. Só aproveitava com o regime esse bando numeroso dos agentes da nova burocracia, bem como os fabricantes de guerra».

Até então, a Revolução vencera todos os obstáculos. Mas agora vê-se perante a intransponível barreira dos abastecimentos ou, como dizia ainda Carnot, perante a invencível natureza das coisas.

13. ROBESPIERRE

A JUNTA de Salvação Pública, eleita em 10 de Junho, depois da queda da Junta Danton-Cambon, compunha-se de nove membros: Jeanbon saint-André, Barère, Gasparin, Couthon, Hérault, Thuriot, Prieur (do Marne), Saint-Just e Robert Lindet. Gasparin demitiu-se em 24 de Julho para protestar contra a prisão de Custine. Thuriot demitiu-se em 20 de Setembro para protestar contra a distituição de Houchard. Robespierre substituiu Gasparin em 27 de Julho. Em 14 de Agosto, entraram Carnot e Prieur (de Côte-d'Or) e em 6 de Setembro, Billaud-Varenne e Collot d'Herbois. Temos, portanto, doze membros, onze dos quais exercerão suas funções até ao 9.º Termidor. Agindo e governando em conjunto, o Conselho está, intimamente, dividido e em desacordo. Hérault de Séchelles desempenha ali o papel de Alcibíades. Foi advogado geral do Parlamento de Paris, frequentador assíduo da roda da Rainha e amigo de Madame de Polignac. É um libertino do antigo regime: rico, voluptuoso e corrupto. Encarregaram-no da diplomacia, mas na diplomacia não há que fazer. Quando Hérault for decapitado, ninguém pensará em dar-lhe sucessor.

Carnot e Prieur (da Côte-d'Or) eram capitães de engenharia em 1789; pertence-lhes a secção militar. A Jeanbon Saint-André, antigo capitão de longo curso e antigo pastor protestante, é confiada a marinha. Robert Lindet que, devido aos seus 47 anos, é o veterano da Comissão, tem a seu cargo as subsistências.

Billaud-Varenne e Collot d'Herbois, um advogado e um actor, representam a facção hebertista, à qual se ligam. Para os distinguir dos técnicos, os «indivíduos de exame», chamam-lhes «os revolucionários». Estão ali para espalhar a morte e reclamar sangue. Na ocasião própria, Collot mete a mão na massa.

Se Prieur (do Marne) não dá motivo a que falem dele, Barère encarrega-se de fazer barulho por quatro. Substitui os ausentes, ajuda os presentes, prepara e lê os relatórios à Convenção. Inesgotável, dotado duma excelente memória, sempre pronto a improvisar seja o que for e em que tom for, é um instrumento desprezível, desprezado e cómodo.

Para terminar, temos os «homens do comando»: Saint-Just, Couthon e Robespierre, a quem estão reservadas a política geral e a direcção do espírito público. Com os seus vinte e seis anos, Saint-Just é o benjamim dos doze. Se não fosse de uma bravura a toda a prova, dir-se-ia que era um retórico excitado. Filho dum oficial da gendarmaria, neto dum notário, empregado de procurador em Paris, estudante em Remos (Reims), internado alguns meses numa casa de saúde, a pedido da mãe, a quem roubou alguns objectos de valor, encontrou-se na Revolução sem lugar, sem profissão, vivendo à custa da família, tendo por única bagagem uma epopeia burlesca em sete mil versos duma obscenidade laboriosa e triste. A reunião dos Estados abre-lhe uma carreira. Envolve-se ardentemente nas controvérsias locais, escreve um livro político, que alcança êxito, propõe a sua candidatura à Legislativa, mas não tendo a idade requerida é obrigado a retirá-la. Permanece à parte, impaciente, escrevendo para ele próprio páginas de imprecações: «Sois todos uns covardes que nunca me apreciasteis. Sois infames. Para vós eu sou um patife, um celerado porque não tenho dinheiro para vos dar. Arrancai-me o coração e comei-o, tornar-vos-ei o que não sois: grandes... Ó Deus! é preciso que Bruto padeça, esquecido, longe de Roma. Entretanto meu partido está tomado: se Bruto não mata os outros, matar-se-á a si próprio». A queda de Luís XVI arranjou as coisas deste Bruto enervado: foi eleito para a Convenção e imediatamente se ligou a Robespierre. Em todas as circunstâncias, diz muito judiciosamente o Sr. Gignoux, ele aparecerá um pouco como o parteiro do pensamento de Robespierre: há-de estimular e levar esse pensamento a consequências externas. Persuadido de que a

Razão eterna se encarnou nele, é pródigo em frases categóricas e em aforismos definitivos. É belo, insolente, cruel e duma vaidade sem medida. Como a sua grande ambição é tornar-se condestável da República, consegue que o enviem em missão junto dos exércitos, agita-se ali muito e detesta Carnot.

Depois do estudante, o enfermo. Couthon está paralítico das pernas e transportam-no num pequeno carro. Nas escadas, levam-no em braços. É um sanguinário a frio que tem, de vez em quando, vistas de homem de Estado.

Por último, Robespierre.

Maximiliano-Maria-Isidoro de Robespierre nasceu em Arras, em 6 de Maio de 1758, quatro meses depois do casamento dos pais. Órfão muito cedo, foi educado pelo avô materno que o mandou para o colégio. Parece que nesta idade Robespierre era um bom rapazinho, aplicado, trabalhador, amigo do sossego e orgulhoso dos êxitos que obtinha. O bispo simpatiza com ele e arranja-lhe uma bolsa de estudo para Louis-le-Grand. Sendo um óptimo aluno, foi escolhido, em 1775, para discursar diante do Rei, que visitara aquele antigo e notável estabelecimento. Louis-le-Grand conservava os bolseiros durante os estudos universitários, e Robespierre não sai de lá senão em 1781, já licenciado e advogado. Teve, em resumo, uma infância austera, mas sem ser particularmente infeliz: poucos acontecimentos, bons estudos e um êxito brilhante. Tudo isto são coisas correntes.

De volta à sua cidade natal, Robespierre é logo admitido a pleitear no Conselho de Artois. Um presidente toma-o como secretário. O bispo nomeia-o juiz do tribunal episcopal. Era um começo de vida honroso, embora sem estrépito. Há um retrato de Boilly que no-lo representa nessa época: pequeno burguês, muito cuidado no trajar, olhar doce, nariz arrebitado, sobrancelhas bem marcadas, barba forte e a expressão satisfeita de um gato que rosna.

Sua irmã Carlota diz-nos que ele se levantava às 7 horas, almoçava uma chávena de leite, deitava muita água no vinho que bebia, terminava as suas refeições com uma chávena de café, passava as noites com os camaradas ou em família, e trabalhava no seu escritório, quando não estava no tribunal, em visitas ou em passeios. Monsieur de La Palisse vivia desta maneira. Nos seus momentos

de ócio, Robespierre dirigia às damas galanteios estudados, como aqueles que se escrevem ao sair da escola, e compunha versos jocosos, ao gosto do tempo, que não eram bons nem maus.

Os seus inimigos atribuíam-lhe uma voz esganiçada. No entanto, quando se dominava, conseguia torná-la agradável e clara. A sua carreira de advogado foi banal. Casos medíocres e em medíocre quantidade: o suficiente para viver. Por isso, Robespierre não estava em boas relações com os seus colegas, a quem acusava de não abrirem caminho aos novos. Um dia, aparece-lhe finalmente um caso retumbante. Um tal Vissery, de Saint-Omer, tinha mandado colocar, sobre o telhado da sua casa, um pára-raios em forma dum globo eriçado de dardos. Os vizinhos tiveram medo e mandaram-no apear pelos oficiais municipais. O advogado Buissart, que tem o processo, passa-o a Robespierre. Durante três audiências, Robespierre defende a Razão escarnecida, a ciência ultrajada e o progresso das luzes desprezado. Era um tema fácil e comum a todo o século. O êxito foi triunfal e o juiz julga a questão a favor de Vissery, que volta a por o pára-raios no seu lugar. Mas os vizinhos requereram uma vistoria que veio declarar que o pára-raios estava mal instalado e que era mais perigoso do que útil. A causa foi ganha em primeira instância e perdida na apelação, o que não surpreendeu ninguém.

Os apologistas de Robespierre apresentam esta época da sua vida como uma era de êxitos contínuos. Os seus detractores, porém, apresentam-na como um período de incessantes dissabores. Olhando as coisas de perto, chega-se à conclusão de que nem uns nem outros têm razão. Robespierre é um pequeno advogado da província, cuja clientela não é ainda certa, mas que tem tido a sorte de dar que falar de si fora da sua cidade. A sua existência seria a dum enclausurado que se isolou no silêncio duma ambição ressabiada? De forma alguma. Robespierre tem amigos e faz parte duma sociedade de gente nova, os Rosati, que se reunia no Verão para beber, cantar e recitar versos. Desafinaria? É possível, mas não devia ser ele o único. Com a melhor boa vontade do mundo, não poderemos ver nele, nesse momento, nem o monstro incipiente da lenda, nem o Messias marcado com o selo divino que nos descreve o seu biógrafo Hamel. Se fosse preciso

defini-lo, poderíamos recorrer aos sinais de passaporte: testa regular, estatura também regular, algum talento, vida vulgar, pequenas necessidades e temperamento moderado. Comparemos esta juventude acanhada e limpa à mocidade tempestuosa de Mirabeau: este, ardente de paixão, fora da medida comum, passando das aventuras para o escândalo; Robespierre com uma juventude incolor, igual à de toda a gente, sempre entregue aos seus autos.

Se quisermos compreender Robespierre, é necessário não o vermos na sociedade vulgar, onde nada o distingue, onde nada há que o possa fazer brilhar e onde apesar dos seus trabalhos e dos seus conhecimentos, teve a pouca sorte de não ser guindado a uma categoria superior. Michelet, que quase sempre o apresenta como um clerical mascarado, deu, em duas frases, a única explicação plausível da sua ascensão prodigiosa: «É preciso, diz, estudá-lo no meio que lhe foi próprio. Robespierre deve ser estudado na inquisição jacobina».

Palavras profundas que dão a chave de tudo: Robespierre é o homem de clube por excelência. Tudo o que o prejudica na vida real torna-se-lhe no clube um penhor de êxito. Tem o espírito pouco profundo, poucas ideias e pouca invenção? Está ao nível do seu auditório, não o espanta e não excita a sua inveja. A sua personalidade é fraca e indistinta? Funda-se na personalidade colectiva e dobra-se sem esforço à disciplina democrática. A sua situação social é quase nula? O clube funda-se sobre a igualdade de todos os seus membros e ele suporta mal as superioridades exteriores de categoria e dinheiro. Preocupa-se pouco com os seus trabalhos? Mais assíduo poderá ser às sessões do clube. Viveu ainda pouco e a sua experiência dos homens e das coisas é ainda limitada? O clube é uma sociedade artificial, construída ao contrário da verdadeira sociedade. Têm a inteligência formalista, sem grande ponto de apoio sobre o real? No clube não é a acção que conta, mas sim a palavra.

Em 1783, depois do processo do pára-raios, Robespierre foi admitido na Academia de Arrás e, seis meses mais tarde, coroado pela de Metz. Como todas as academias da província, a Academia de Arras tinha aderido às doutrinas mais avançadas. Fundada em 1738, tornara-se um centro de grande propaganda filosófica e um

laboratório de «livre-pensamento». Robespierre fez ali a sua aprendizagem de militante. Aplica-se ao que os franco-mações chamam *a arte real:* a manipulação da opinião, das eleições e dos escrutínios. Aprende a jogar com a passividade de uns e com a falta de atenção dos outros e — talento supremo dos cabecilhas populares — a arrastar os indivíduos, um a um, fazendo-lhes crer que vão ficar isolados dos outros. Em 1789, as lojas e academias transformam-se muito naturalmente em comissões eleitorais. Robespierre dirige a campanha e é eleito.

Aqui ainda os seus admiradores e os seus inimigos não parecem igualmente enganar-se, quando, a propósito de cada uma das suas intervenções nos debates da Constituinte, uns apontam os epítetos elogiosos que lhe concedem certos jornais e os outros os à-partes e os gracejos que os membros da direita não deixam de lhe dirigir. Mas isso não tem importância alguma. O que conta é o que Robespierre faz aos Jacobinos.

Embuído de Rousseau, cheio da doutrina do Contrato Social, exercitado por seis anos de repetição no manejar de cabalas, compreendeu, sentiu e adivinhou que a lei dos movimentos revolucionários é «nenhum inimigo à esquerda». Compreendeu, sentiu e adivinhou que, quanto mais fraco for o governo, mais fortes serão as sociedades. E não se enganou no terreno: manobra sobre o que é mais sólido. Este homem medíocre tem o senso ou, se assim o quiserem, o génio da Revolução e do seu mecanismo.

Em 1789, é realista. Depois da fuga de Varennes, pede a substituição do Rei pelos meios constitucionais. É republicano na Legislativa e montanhês na Convenção. Vai para o «dirigismo» no mesmo passo do clube: nem muito depressa, nem muito devagar. «Clootz, dirá ele, tem estado sempre para cá ou para lá da Revolução». E noutra passagem: «Nada se assemelha mais ao apóstolo do federalismo do que o pregador intempestivo da indivisibilidade». É um ortodoxo, segundo a ortodoxia do dia. As suas intervenções na Assembleia não têm outro significado. Ao passo que Mirabeau, Duport, Lameth e muitos outros procuram a satisfação de ambições pessoais, ele não sobe à tribuna senão para lembrar a Lei e os Profetas. Protesta contra o estabelecimento dum censo eleitoral; combate os conselhos de guerra e defende os marinheiros que se amotinaram em Toulon, bem como os soldados

que se revoltaram em Nancy. Pouco lhe importa que o aplaudam ou que o apupem. Não fala para a Assembleia, mas sim para a clientela jacobina. E é por isso que o clube o glorifica. Em 1 de Abril de 1790, é nomeado presidente; em Junho de 1791, é encarregado de preparar o programa para as próximas eleições. Em Julho de 1791, depois do morticínio do Campo de Marte e da dissidência dos *Feuillants,* é um dos poucos deputados que se mantem fiel à sociedade-mãe e contribui para lhe juntar as sociedades dos departamentos, serviço este que se não esquece.

A associação jacobina é «um ser com duas caras», escreve o último biógrafo de Robespierre, Gerardo Walter. Primeiro, havia a sociedade, as suas sessões, os seus oradores, um presidente majestoso que nas suas funções se rodeava de secretários. Era a fachada, o exterior temível e impressionante... Mas enquanto, quatro vezes por semana, as abóbadas do velho edifício retiniam com o ruído dos discursos e aplausos «um pequeno grupo de alguns vinte membros trabalhava na sombra, ou se quisermos, nos bastidores. Era a Junta de correspondência». Robespierre mantém relações com as sociedades da província, responde às suas cartas, envia-lhes regras de conduta, «sugere a atitude a tomar» quanto aos homens e quanto aos actos. «É ele o verdadeiro juiz político da sociedade, pois a província jacobina, devidamente adestrada por ele, trabalhada tenazmente pelas suas reiteradas mensagens, acabava por impor a sua maneira de ver aos homens que a representavam em Paris. A sociedade-mãe, depois deste singular circuito, sofria, no fim de contas, no seu próprio seio, a influência dessa corrente». Era preciso ser dono do clube, fiscalizar a composição e actividade da Junta de correspondência. Era necessário dirigi-la. E é nisso que Robespierre é mestre.

Todos os grandes revolucionários mergulham de qualquer forma na vida. Marat tem uma amante. Brillaud-Varenne está apaixonado por sua mulher. Fouché tem uma rapariga a quem adora. Hanriot ama o vinho. Danton é casado e tem filhos. Saint-Just teve também uma adolescência bastante movimentada. Robespierre não ama coisa alguma: nem dinheiro, nem mulheres, nem a aventura, nem a boa mesa. Vive modestamente em casa do marceneiro Duplay, no meio de uma corte de bisbilhoteiras e tolos.

Fala-se duma paixoneta que teve por Eleonora Duplay, uma rapariga alta, de feições grosseiras e lábios grossos, mas essa afirmação não tem qualquer fundamento. O universo de Robespierre está no círculo fechado e inflamado dos jacobinos. Entrega-se de alma e coração a todas as paixões que o agitam, sem que nenhum sentimento exterior venha contrariar o seu curso. Oferecem-lhe funções activas: a presidência do tribunal de Versalhes, bem como o lugar de delegado público no tribunal criminal do Sena. Recusou o primeiro cargo e pediu o demissão do segundo, mesmo antes de tomar posse. Vive num mundo artificial, donde não quer sair e que acaba por considerar o verdadeiro mundo.

A sua sinceridade é absoluta: «Irá longe — disse Mirabeau — porque acredita em quanto diz». E isto é espantoso, porque supõe uma tal deformação da personalidade que nos custa a conceber. «Se, no meio das únicas desgraças que podem abalar uma alma como a tua, escreve ele a Danton em 15 de Fevereiro de 1793, depois da morte de sua primeira mulher, a certeza de teres um amigo carinhoso e dedicado te pode dar alguma consolação, eu ta ofereço de bom grado. Amo-te mais que nunca e até à morte. Neste momento sou tu mesmo...» Catorze meses depois, o amigo carinhoso arrastava Danton para a execração nacional: «Danton o mais perigoso dos inimigos da pátria, se não fosse o mais miserável deles...» Hipocrisia? Não. Danton deixara de seguir pelo bom caminho: o resto nada valia.

Robespierre faz corpo com o Jacobinismo. Como ele, por toda a parte vê ciladas, conjurações e precipícios. Como ele, é desumano e violento. Mas, à medida que os Jacobinos se depuram, o seu nível moral e intelectual rebaixa e Robespierre cresce outro tanto. É honesto, correcto e limpo na sua pessoa. Não especula com os fornecimentos nem se aproveita dos acontecimentos para enriquecer. Leva uma vida simples e digna: isto basta para o fazer subir ao pináculo. Acrescentemos a isto que nele existia a preocupação de cuidar da sua pessoa e certa habilidade teatral; nos outros, havia uma necessidade imperiosa de se abrigarem à sombra dum homem que não fosse suspeito. Por isso foi sagrado *Incorruptível*.

A palavra é bem achada. Robespierre é incorruptível. Mas já não é o homem insignificante que era. É a doutrina revolucionária

em acção. Daí deriva o seu papel particular no seio da Junta. Não se interessa pelo pormenor dos negócios. Abandonou a outros a guerra, a marinha, a correspondência com os departamentos. Nunca sai em missão. A sua tarefa é defender os jacobinos e proteger-lhes a unidade.

Danton esteve quase a voltar para a Junta em Setembro. Mas recusou, por não se sentir com forças para isso. No entanto, conserva-se na Convenção como simples deputado, mas com a auréola do seu nome, do seu passado e da sua eloquência. Os descontentes agrupam-se por trás dele e impelem-no para a frente. Estaria ele disposto a retomar o poder? Temos as nossas dúvidas. Ele próprio se declara «farto dos homens», doente e desanimado. Madelin julga-o neurasténico. Em todo o caso, chegou à ocasião em que pensa em descansar. Casado segunda vez com uma rapariga realista, que quis ter a sua união abençoada por um padre refractário, entrega-se inteiramente à felicidade doméstica e, munido duma licença em regra, retira-se para Arcis, onde se demora cinco semanas, de 13 de Outubro a 18 de Novembro.

Em Paris organiza-se o governo revolucionário, guilhotina-se a Rainha, Filipe d'Orleães, Bailly, Manuel, Houchard, os Girondinos. Em Arcis, Danton caça, pesca, passeia pelos prados e bosques. Um dia, encontrando-se em casa duns velhos camaradas, apareceu-lhe o seu sobrinho Mergez, que vinha apressado de Paris: «Vossos amigos convidam-vos a voltar o mais prontamente possível. Robespierre e os seus partidários reúnem os seus esforços contra vós». Danton encolheu os ombros. «Querem a minha vida? Não teriam coragem para isso!» E, como Mergez insistisse, gritou: «Vai dizer a Robespierre que depressa o irei esmagar — a ele e aos seus» Por fim, foi preciso partir.

Os Dantonistas tinham poucas probabilidades de triunfar nos clubes. Já não podiam agir senão na Convenção que, aviltada e aterrorizada, conservava o direito de renovar as Juntas e de lho fazer sentir de tempos a tempos. Mas, para abalar a massa silenciosa do Marais, era preciso prèviamente operar grandes mudanças nos espíritos. Em definitivo, tudo se encontrava subordinado ao êxito duma campanha da imprensa, à qual resolveu dar o seguinte tema: Basta de guerra! Basta de guilhotina!»

Os Indulgentes — é este o nome que se lhes vai dar — não

tinham senão um jornal: *Le Rougyff*, réplica muito sensaborona do *Père Duchêne*. Camilo Desmoulins lançou em 15 de Dezembro o *Vieux Cordelier*.

O primeiro número vinha cheio de profissões de fé revolucionárias e de elogios à Junta, sem que se veja claramente onde o autor queria chegar. Ninguém, contudo, se enganou. A partir do segundo número, o seu pensamento esclareceu-se. Marat foi ao ponto extremo do *patriotismo*. Para além, não há senão «desertos selvagens, gelos e vulcões». O número três já não deixava lugar a equívocos. Sob o pretexto de traduzir Tácito e enumerar, depois dele, todos os suspeitos no tempo dos imperadores, Camilo traçava o quadro transparente dos suspeitos da República. No número quatro, finalmente, através das suas indecências e garotices ordinárias, deixa explodir a grande palavra: «Eu penso bem diferentemente daqueles que vos dizem que é preciso deixar o Terror na ordem do dia. Estou certo, pelo contrário, de que a liberdade seria consolidada e a Europa vencida, se tivésseis uma *Junta de clemência*». A palavra está proferida. Ele tentará depois explicá-la, enfraquecê-la e diminuí-la. Mas respondeu-lhe o grito dos corações e a França agitou-se com isso.

Tudo isso, porém, era mais barulhento do que perigoso. Desmoulins tinha talento e facilidade, mas não passava dum galopim vicioso. Danton, temível nos seus bons dias, recaía, depois de cada investida, num torpor que o tornava incapaz de qualquer esforço durante longos momentos. Os seus amigos não estavam organizados e, se os seus planos despertavam, secretamente, numerosas simpatias, encontravam-se muito mais pessoas dispostas a aplaudi-los do que a ajudá-los.

Muito mais temíveis eram os hebertistas. Depois de haverem imposto o seu programa oficial à Junta, encontraram-se pelo próprio facto da sua vitória, um pouco desamparados, não tendo mais nada a propor à sua clientela que o governo não lhe oferecesse já. Mas não tardaram a refazer-se.

A Convenção tinha começado a discutir em Outubro o estabelecimento dum novo calendário que tinha como ponto de partida, para a *era dos Franceses*, o 22 de Setembro de 1792. O ano I ia de 22 de Setembro de 1792 a 21 de Setembro de 1793, o ano II de 22 de Setembro de 1793 a 21 de Setembro de 1794, o ano III

(que era bissexto) de 22 de Setembro de 1794 a 21 de Setembro de 1795 e assim sucessivamente. Cada ano devia ser dividido em 12 meses, cada mês em três décadas e cada década em 10 dias. Os 5 ou 6 dias que não se enquadrassem no novo cálculo eram agrupados no fim do ano sob o nome de dias complementares ou *Sans-Culottides*. «Para que serve o vosso calendário?» perguntara Gregório ao relator Romme. «Para suprimir o domingo» respondeu este. Suprimir o domingo, os santos, as igrejas, o clero e Deus — eis o novo programa hebertista.

A Igreja refractária estava caída por terra, mas a Igreja constitucional subsistia. Enquanto o clero ortodoxo parecera ameaçador, o clero constitucional foi cumulado de favores pelo governo; mas, desde que o primeiro se dispersou, o segundo passou a representar o fanatismo e a reacção. Entre os antigos curas e os de agora, dizia-se então, a diferença será grande? É verdade que os segundos são eleitos e prestaram juramento de fidelidade; mas não ensinam eles os mesmos dogmas que os seus antecessores? Não celebram as mesmas cerimónias, nos mesmos lugares e com a mesma pompa, com as mesmas vestimentas sumptuosas e os mesmos paramentos de ouro e prata? O tribunal revolucionário não foi obrigado a condenar à morte três padres ajuramentados: um por falar mal da Convenção, outro por ter celebrado em 15 de Agosto a procissão de voto de Luís XIII e o terceiro por ter afirmado que Capeto morreu como um mártir e ter continuado a cantar *Domine, salvum fac regem* em vez de *Domine, salvam fac rempublicam?*

Sim, chegou a ocasião de dar cabo desta «casta orgulhosa», destes «cultos supersticiosos e hipócritas», destes «druidas rebeldes», votados a uma «vida ultrajante para a natureza».

Já em Nièvre o representante Fouché ordenara aos padres que se casassem, proibira o uso do hábito religioso fora das igrejas, presidira à destruição das cruzes, estátuas e outras «tabuletas» que apreciam nas praças, caminhos e lugares públicos, e mandara gravar sobre as portas dos cemitérios a célebre inscrição «*A morte é o sono eterno*», o que equivalia a fechar, por uma decisão da polícia, as portas do Paraíso, do Purgatório e do Inferno.

No Soma, o representante Dumont proclamou que os padres eram «arlequins e palhaços vestidos de negro»; submeteu a uma

polícia especial «todo o padre, suíço, bedel e qualquer outro desta espécie»; encerrou os padres já idosos numa prisão e reservou a catedral de Amiano (Amiens) para as festas cívicas.

O materialismo ateu estava na linha da Revolução comunista. Nos seus «*Preconceitos Destruídos*», o convencional Lequínio deu a fórmula dele: «A religião, escreveu, é uma cadeia política, e nada mais, inventada para governar os homens e que não serviu senão para os dominar, para os conduzir e fazer existir a multidão para proveito de alguns indivíduos». A campanha hebertista despertou profundos ecos. Contudo, outrora pela organização social, o ódio da religião, que minava certas camadas do povo, manifestou-se por uma forma pouco comum. Um representante fala de descarga eléctrica, um outro de explosão, e outro ainda de «irrupção vulcânica», e Robespierre de «torrente».

O procurador-síndico da Comuna de Paris, Chaumette, era tão hostil a tudo quanto conservasse traços de religião que trocara o nome de Pierre-Gaspard pelo de Anaxágoras. Quando viu que o movimento de descristianização triunfava na província para além de todas as esperanças, apressou-se a pôr Paris ao nível dos departamentos mais adiantados. Em 16 de Outubro, a Comuna proíbe toda a exteriorização de culto; em 23, ordena que se retirem todas as cruzes e efígies religiosas; em 6 de Novembro, intima o arcebispo Gobel a dirigir-se ao Município para ali abjurar da religião católica.

Gobel resistiu. Declarou que não reconhecia erro na sua religião e que continuaria apegado a ela. «Faz como quiseres, replicou Hébert; mas, se amanhã não tiveres abjurado, tanto tu como os teus padrecas sereis mortos». Por fim, transigiram. A Comuna permitiu que Gobel não renegasse explicitamente das suas crenças e Gobel consentiu em abdicar das suas funções episcopais.

No dia marcado, apresentou-se na Câmara seguido pelos seus vigários e por alguns padres cheios de medo. Chaumette recebeu aquele cortejo com um discurso filosófico e puseram-se todos a caminho do Louvre, seguidos por alguns mancebos mascarados com mitras e casulas, e empunhando cibórios. Por alturas da Ponte Nova, o cortejo foi acolhido aos gritos de «Abaixo a padralhada!» Chaumette interveio, dizendo: «Não, meus amigos; são virtuosos sacerdotes que se vão despadrar na Convenção!» Seguiu-se um concerto de gritos, aplausos e baixos gracejos, que não cessou senão à entrada das Tulherias. Ali, Gobel teve de ouvir ainda dois ou três discursos em honra do culto futuro — o culto da Razão. Depois, foi convidado a ler o acto de submissão e a depor sobre a mesa a cruz peitoral e o anel. Quando se resolveu a fazer isso, os eclesiásticos que o acompanhavam imitaram-no, bem como todos aqueles que, por serem deputados, se sentavam nos bancos da Assembleia. Entre estes estavam Lindet, bispo de Eure e Gray-Vernon, bispo de Alta Sabóia, não falando de um ministro protestante, Juliano (de Tolosa), que renegou o Evangelho, como os outros o catolicismo. Houve apenas um que recusou: Gregório, bispo de Loir-et-Cher.

Como as coisas estavam a correr bem, Chaumette apressou-se a organizar uma nova manifestação. Em três dias preparou-se tudo e, no dia 10 de Novembro, a Razão fez a sua entrada em Notre-Dame. Todos os desfiles republicanos se assemelhavam e este não era diferen tedos outros. À frente, as autoridades do departamento e da Comuna; a seguir, músicos e cantores e, para fechar o cortejo, raparigas vestidas de branco com fitas tricolores. No interior da Catedral, erigiram uma montanha feita de cartão, no cimo da qual se via um templo grego. Sobre os lados caíam grandes cortinados com pregas. Em volta, fachos e bustos: Voltaire, Rousseau e Franklin. Houve discursos, cantos e música. As raparigas subiram à montanha e do templo saiu uma artista da Ópera que figurava a Razão.

A Convenção fingira ignorar esta cerimónia. Chaumette foi buscá-la ao domicílio. Músicos, cantores e vestais penetraram no recinto legislativo, uns atrás dos outros. Chaumette anunciou que o fanatismo não tinha podido suportar o brilho da luz. O presidente Laloy anatemizou num discurso a hidra da superstição. Thuriot pediu que o novo culto fosse celebrado pela segunda vez, e toda a gente voltou para Notre-Dame no meio de grande algazarra. De novo, o facho da verdade iluminou as trevas. As trombetas ressoaram pelas abóbadas. As raparigas vestidas de branco voltaram a escalar a montanha e a Razão novamente saiu do templo. Chaumette celebrou a Natureza, a Justiça e a Verdade e todos se separaram algo cansados.

Nos dias que se seguiram, repetiram-se estas mascaradas: desfiles de guardas nacionais vestidos com sobrepelizes, transporte para a Convenção dos tesouros das sacristias, exposição dos antigos relicários nos arquivos, incineração das relíquias, banquete cívico em S. Estáquio, baile em Saint-Gervais, etc.

Finalmente, em 23 de Novembro, a Comuna decretou que as igrejas e os templos dos diferentes cultos que existiam em Paris fossem imediatamente encerrados. Todo aquele que pedisse a sua abertura seria preso como suspeito, e os padres seriam responsáveis por quaisquer desordens que pudessem ocorrer nessa ocasião.

À medida que se ia desenvolvendo, a campanha hebertista assumia um carácter de anarquia que inquietava e irritava Robespierre. Odiava os padres e considerava-os charlatães. No entanto, dava-se conta de que, para ser sólida e durável, a empresa da socialização dos bens e das pessoas deveria, em breve prazo, estender-se às ideias morais e religiosas. O seu sonho era uma religião civil encorporada no Estado, servida por ele e que garantisse a sua moral. O crapuloso ateísmo de Chaumette arruinava o seu projecto e descoroava a obra da Revolução, reduzindo-a ao mais baixo materialismo. Tratava-se de um crime contra o espírito, que outro crime, mais grave ainda, acompanhava. Quatro hebertistas — Proli, secretário de Hérault de Séchelles, Desfieux, Pereira e Dubuisson, todos três membros da Junta de Correspondências dos Jacobinos — tinham imaginado criar, no interior dos antigos clubes, uma nova rede de sociedades populares que obedeciam a uma Junta central, com sede na Câmara. Desta maneira, os «sans-coulottes» mais decididos e mais enérgicos encontravam-se subtraídos à influência das Juntas e submetidos à impulsão secreta de certos agitadores. O estado jacobino, minado e manobrado no interior, estava arriscado a cair à mercê da minoria hebertista, exactamente como o estado constitucional, minado e manobrado por dentro, tinha caído à mercê da minoria jacobina.

Além disto, a descristianização não progredia sem perturbações e a guerra não acabara ainda. Em muitos lugares, faziam-se manifestações diante das igrejas fechadas. Havia sinais no sul de uma recrudescência de emigrações. O *décadi* não chegava a substituir o domingo; por vezes, um juntava-se ao outro, e era pior. Em 8 de

Novembro, a Junta de Salvação Pública teve de ser severa com os operários que não trabalhavam nesses dois dias, e ainda por cima, nas festividades do antigo calendário. Nas manufacturas de papel tinha havido greves porque o descanso do *décadi* era menos vantajoso do que o de domingo. Os operários recusaram uma indemnização compensadora de quinze soldos por dia e puseram em perigo o fabrico dos *assignats*. Robespierre bem mandara afirmar pela Convenção a liberdade de culto (6 de Dezembro) e pusera em movimento a máquina jacobina contra a descristianização, sem afrouxar com isso as severidades contra os padres suspeitos de sentimentos contra-revolucionários, porque a unidade do regime proclamado pela lei orgânica de 4 não estava menos ameaçada.

A Junta de Salvação Pública foi salva dos dois perigos dantonista e hebertista por uma série de escândalos que, aparecendo oportunamente, lhe permitiram derrubar, ao mesmo tempo, os adversários da direita e os da esquerda.

Até ao encerramento da Bolsa, a mais importante das companhias por acções, a Companhia das Índias, tinha sido alvo de ataques numerosos por parte dos deputados que a acusavam de fraudes fiscais e de intrigas subterrâneas contra o *assignat*. Os mais veementes dos acusadores sentavam-se nas bancadas da Montanha, entre os amigos de Danton: Fabre d'Eglantine, que tinha sido seu secretário no ministério da Justiça, Delaunay (d'Angers), Thuriot, Juliano (de Tolosa), Delacroix (de Eure-et-Loir), Basire, e o ex-capuchinho Chabot. Estes virtuosos representantes eram movidos por considerações que, certamente, não eram desinteressadas. O seu jogo, muito simples, consistia em fazer baixar as acções da companhia a 500 ou 600 libras por meio de moções esbulhadoras, afim de comprarem o maior número possível a esse preço e fazerem-nas subir depois a 4 ou 5 000 libras por meio de moções tranquilizadoras. Quando a supressão das sociedades anónimas foi decretada em 24 de Agosto, a manobra nem por isso parou. As mercadorias e os armazéns da companhia foram selados, mas o encargo de fixar as modalidades da liquidação foi entregue a uma comissão de sete membros, na qual pontificavam Delaunay e Chabot. Durante dois meses a comissão passou o tempo, ora em louvores ora em censuras. Por fim, em 8 de Outubro, apareceu o decreto definitivo, que — facto estranho — não estava em acordo com o de 24 de Agosto.

A companhia estava autorizada a realizar ela própria o seu activo, sob a longínqua vigilância de alguns comissários nacionais. Este vantajoso arranjo tinha custado 500 000 libras ao Conselho de Administração. Chabot, só pela sua parte, recebeu 100 000.

Os que se aproveitaram do negócio estavam convencidos de que a sua interesseira complacência passaria desapercebida. Mas um deles, Fabre d'Eglantine, via-se, com Danton, diàriamente importunado pelos hebertistas que os consideravam, a um e a outro, como cúmplices mascarados dos federalistas e aristocratas. Chabot e Juliano, por outro lado, tinham muito má reputação. Um mês antes, a Junta de Salvação Pública tinha-os feito excluir da Junta de Segurança Nacional, porque haviam protegido o municionário Espagnac, acusado de fraude em negócios militares. Para se pôr a coberto e afastar de si toda a suspeita, Fabre fez-se denunciador.

Em 9 ou 10 de Outubro, pediu que fosse ouvido por Robespierre e Saint-Just, na presença dos principais membros da Junta de Segurança Geral: Lebas, Panis, Vadier, Amar, David e dois outros. Fabre explicou que a República estava ameaçada por uma grande conspiração, cujos chefes eram Proli, Desfieux, Pereira, Dubuisson, Chabot e Juliano. Segundo ele, estes homens eram agentes do estrangeiro e estavam pagos para desorganizar a Revolução. Os seus sentimentos patrióticos em excesso não eram senão uma máscara, com que disfarçavam a sua tarefa de provocação e espionagem.

Robespierre e Saint-Just prestaram a maior atenção às revelações de Fabre. Em Julho, tinham-se por acaso descoberto em Lila os papéis dum emissário inglês, donde se depreendia que Pitt tinha distribuído fundos consideráveis para preparar em várias praças fortes a destruição dos arsenais e dos estabelecimentos militares. Tudo quanto Fabre dizia corroborava este facto e apresentava os caracteres da maior verosimilhança. Naquela ocasião, contudo, a Junta contentou-se com mandar proceder a um inquérito: Proli e Desfieux, presos no dia 12, invocaram imediatamente a protecção de Collot e de Hérault, e foi preciso pô-los em liberdade acto contínuo.

O caso não ficou por ali. Callot e Hérault partiram em missão, um para Lião e outro para a Alsácia, e os acusadores ficaram com o campo livre. Chabot pensou então dar um golpe de mestre, reeditando a proeza de Fabre. Em meados de Novembro, entregou, primeiramente a Robespierre e depois à Junta de Segurança Geral, uma lista com os nomes dos seus principais cúmplices e todos os pormenores da maquinação. A liquidação da Companhia das Índias não tinha sido senão um episódio duma empresa mais vasta de chantagem e especulação, que tinha englobado a Caixa de Descontos, a Companhia de Seguros «Incêndios e Vida» e a Companhia das Águas. Além disso, dando crédito a Chabot, os hebertistas tinham sido os instrumentos dum aventureiro realista, o barão de Batz, que se servira deles para impelir a Convenção a adoptar medidas pouco felizes e levantar contra ela a opinião pública. Chabot jurava que não tinha entrado nesta dupla conjuração senão para melhor a poder denunciar. Para provar o que dizia, mandava entregar à Junta as 100 000 libras que recebera. O deputado Basire confirmou o seu depoimento.

Fabre d'Eglantine tinha entregado Proli, Desfieux, Pereira, Dubuisson, Juliano e Chabot. Chabot entregava Delaunay e Basire. Mas Proli era primo coirmão de Clootz; Clootz era amigo dos banqueiros holandeses Van der Yver e o principal teórico do ateísmo. Por meio de Proli, chegava-se até Hérault; por Desfieux, até Hébert; por Clootz, a Chaumette e por Juliano, a Espagnac. Por outro lado, Fabre pretendia que Vincent, secretário geral da guerra, cometia irregularidades. Mas o general do exército revolucionário, Ronsin, era criatura de Vincent e ambos eram amigos de Hébert. Batz recebia na sua casa de Charonne a Basire, Dufourny e o procurador-síndico Lullier. Chabot era cunhado dos dois judeus austríacos, Junius e Emanuel Frey, cuja casa bancária se tinha conservado aberta, quando as outras estavam debaixo de sequestro. Os Frey denunciaram um agente espanhol, Guzmán, que fora membro da Junta insurreccional de 31 de Maio. Delaunay forneceu a prova de que o íntegro Fabre estava implicado no caso da Companhia das Índias. Mas Fabre era Danton. E Danton eram todos aqueles que tinham trapaceado juntamente com ele e, para começar, Desmoulins, seu chefe de gabinete por ocasião das delapidações do ministério da Justiça depois de 10 de Agosto, e Delacroix, seu colega por ocasião da pilhagem da Bélgica. Pela denúncia de Fabre, Robespierre tinha na mão a ponta do fio. Ao puxar, iria

arrastar perante Fouquier-Tinville as mais importantes personagens da Convenção, fraternalmente unidas aos mais belos canalhas.

«Duas facções — dizia ele em 8 de Janeiro aos Jacobinos — são dirigidas pelo estrangeiro. Aqueles que são dotados dum génio ardente e dum carácter exagerado propõem medidas ultra-revolucionárias; aqueles que são dotados dum espírito mais moderado e mais doce propõem meios infra-revolucionários. Combatem-se entre si, mas pouco lhes importa que fique vitorioso um ou outro. Como ambos os sistemas devem perder a República, chegarão a um resultado certo: a dissolução da Convenção nacional».

Primeiramente lançaram a rede ao peixe miúdo e esse foi o trabalho dos meses de Novembro e Dezembro. Na noite de 12 para 13 de Fevereiro, chegou a vez de prenderem Fabre. Danton, que se preparava para falar a favor dele na Convenção, ficou pregado no seu lugar por uma frase de Billaud-Varenne e não se atreveu a abrir a boca. Desmoulins retratava os seus precedentes artigos no *Vieux Cordelier* e, como alguns dias depois reclamava por seu lado contra a prisão do seu padrasto Duplessis, Danton declarou pùblicamente que ele não tinha razão: «Nada de privilégios! Uma revolução não se pode fazer senão geomètricamente!» Era a derrota.

Os hebertistas eram mais teimosos. Ronsin e Vincent, uma vez também presos, tinham sido postos em liberdade por pressão dos seus amigos, e não ocultavam a sua intenção de tirarem uma retumbante desforra da Junta. Em 2 de Março, Ronsin tem a coragem de falar abertamente duma «insurreição necessária», dum «novo 31 de Maio». Dois dias depois, nos *Cordeliers*, Carrier, que chegava de Nantes, queixava-se de não reconhecer a Montanha. «Os monstros quereriam destruir os cadafalsos»!... A insurreição, uma santa insurreição, eis o que deveis opor aos celerados!» Hébert, picado pelos amigos, pronuncia por sua vez as palavras fatídicas, «a insurreição, sim, a insurreição...», que Monmoro corre a levar à sua secção, a de Morat, que as aclama. Instruído por estas manifestações, Robespierre, antes de ir mais longe, julgou prudente pôr do seu lado os bandos dos «sans-coulottes». A lei de Ventoso, que dividia os bens dos suspeitos pelos «patriotas indigentes», forneceu-lhe o meio para isso. Quando os hebertistas quiseram, passados dias, provocar uma jornada, os seus apelos caíram no vácuo.

Em 14 e 15 de Março, Hébert, Clootz, Vincent, Proli, Dubuisson, Pereira, Desfieux e Ronsin foram todos presos. Julgados de 21 a 23. Guilhotinados em 24.

No dia 30, era a vez de Danton, Delacroix e Desmoulins. Fouquier-Tinville juntou-lhes Hérault, Guzmán, d'Espagnac, Chabot, Basire, Delaunay e os irmãos Frey. O processo correu de 2 a 5 de Abril e a guilhotina liquidou-os nesse mesmo dia 5.

Uma conspiração das prisões forjada pela polícia serviu de pretexto a nova fornada: Chaumette, Gobel, a viúva de Hébert, Lucilia Desmoulins, dois generais, etc. Ao todo, dezassete pessoas guilhotinadas em 13 de Abril.

As sociedades populares organizadas por Proli foram suprimidas, dissolvido o exército revolucionário de Ronsin, depuradas as autoridades parisienses e demitidos vinte e um representantes em missão: nada restava das facções.

Enquanto Saint-Just estudava um projecto de instrução pública que permitia ao Estado tomar conta das crianças desde a mais tenra idade, Robespierre julgou que tinha chegado a ocasião de erigir a religião republicana sobre as ruínas das antigas superstições.

Em 7 de Junho, pronunciava ele na Convenção um discurso muito estudado sobre a relação entre as ideias morais e os princípios republicanos. O fundamento da sociedade, dizia ele, em substância, é a moral. A moral nada valerá se não for acompanhada de sanções. Nenhuma sanção é mais eficaz do que a sanção duma divindade, dum juiz secreto e omnisciente, que compensa os erros e as insuficiências da autoridade humana. Mas, se não há divindade? Isso pouco importa. Tudo o que é útil ao mundo e bom na prática é a verdade. Em consequência disso, a Convenção adoptou, sem mais demora, um catecismo em quinze artigos.

O artigo primeiro reconhece a existência do Ser Supremo e a imortalidade da alma. Os artigos 2 e 3 enumeram os deveres para com o Ser Supremo, isto é: o ódio aos tiranos, a punição dos traidores, a fraternidade e a prática da justiça. Os artigos de 4 a 10 instituem festas que lembrarão ao homem «o pensamento da divindade e a dignidade do seu ser». Estas festas são: o 14 de Julho, o 10 de Agosto, o 21 de Janeiro, o 31 de Maio e mais trinta e seis festas, em honra e glória do Ser Supremo, da República, da Justiça, do Pudor, da Fragilidade, do Estoicismo, da Idade Viril,

da Fé Conjugal, da Agricultura, da Indústria, etc... Os outros artigos mantinham a liberdade dos cultos, mas puniam, segundo os rigores da lei, «os ajuntamentos aristocráticos» e as «pregações fanáticas». A primeira festa é marcada para o 20 Prairial, que, por acaso, é o Domingo de Pentecostes (8 de Junho).

Tudo aquilo foi ridículo. Perante o pavilhão central das Tulherias, por cima do qual se encontrava um enorme barrete vermelho, elevava-se, até à altura do primeiro andar, um anfiteatro de verdura carregado de flores, vasos, bandeiras e estátuas. Em baixo, havia uma estátua do Ateísmo feita de estopa, no interior da qual se anichava uma Sabedoria incombustível. No Campo de Marte, encontrava-se a inevitável e simbólica Montanha provida de todos os acessórios: uma coluna de cinquenta pés, uma gruta, atalhos abruptos, quatro túmulos etruscos, uma pirâmide, candelabros, um templo grego e um altar.

Tudo havia sido dirigido por David e o programa dos festejos fora distribuído aos milhares de exemplares. Às cinco horas da manhã, juntam-se as quarenta e oito secções que repetem pela última vez o hino de Méhul, que os professores do Conservatório lhes andaram a ensinar durante três dias. Às oito horas, realiza-se a partida para as Tulherias, a passo cadenciado e em filas; as mulheres vestidas de branco, os homens empunhando ramos de carvalho e as crianças com cestos de flores. Às dez horas, há uma salva de artilharia, ouve-se a música e chega-se à Convenção. Robespierre, eleito presidente para a cerimónia, instala-se numa cadeira isolada e lê um curto sermão, que lhe foi preparado por um velho padre. Os coros da Ópera, juntamente com gente das secções, entoam o hino: *Pai do Universo, Suprema Inteligência.* Robespierre desce do seu trono, lança o fogo ao Ateísmo de estopa e a Sabedoria incombustível aparece cheia de fuligem.

Organiza-se depois uma procissão para o Campo de Marte: as secções por ordem alfabética, três músicas militares, cem tambores, um carro da Liberdade arrastado por oito bois, os deputados com um ramo de flores na mão, Robespierre de fraque azul, bem em evidência e vinte passos em frente dos outros. Toda aquela gente dá a volta à Montanha e, seguidamente, os deputados e os coros sobem pelos caminhos escarpados. Voltam a cantar o hino *Pai do Universo, Suprema Inteligência.* Quando soa a última estrofe, ouve-se

PROCLAMATION

DU GÉNÉRAL EN CHEF

BONAPARTE.

Le 19 Brumaire onze heures du soir.

A mon retour à Paris, j'ai trouvé la division dans toutes les Autorités, et l'accord établi sur cette seule vérité, que la Constitution était à moitié détruite et ne pouvait sauver la liberté.

Tous les partis sont venus à moi, m'ont confié leurs desseins, dévoilé leurs secrets, et m'ont demandé mon appui; j'ai refusé d'être l'homme d'un parti.

Le Conseil des Anciens m'a appelé; j'ai répondu à son appel. Un plan de restauration générale avait été concerté par des hommes en qui la nation est accoutumée à voir des défenseurs de la liberté, de l'égalité, de la propriété: ce plan demandait un examen calme, libre, exempt de toute influence et de toute crainte. En conséquence, le Conseil des Anciens a résolu la translation du Corps législatif à Saint-Cloud; il m'a chargé de la disposition de la force nécessaire à son indépendance. J'ai cru devoir à mes concitoyens, aux soldats périssant dans nos armées, à la gloire nationale acquise au prix de leur sang, d'accepter le commandement.

Les Conseils se rassemblent à Saint-Cloud; les troupes républicaines garantissent la sûreté au dehors. Mais des assassins établissent la terreur au dedans, plusieurs Députés du Conseil des Cinq-cents, armés de stylets et d'armes à feu, font circuler tout autour d'eux des menaces de mort.

Les plans qui devaient être développés, sont resserrés, la majorité désorganisée, les Orateurs les plus intrépides déconcertés, et l'inutilité de toute proposition sage évidente.

Je porte mon indignation et ma douleur au Conseil des Anciens, je lui demande d'assurer l'exécution de ses généreux desseins, je lui représente les maux de la Patrie qui les lui ont fait concevoir: il s'unit à moi par de nouveaux témoignages de sa constante volonté.

Je me présente au Conseil des Cinq-cents; seul, sans armes, la tête découverte, tel que les Anciens m'avaient reçu et applaudi; je venais rappeler à la majorité ses volontés et l'assurer de son pouvoir.

Les stylets qui menaçaient les Députés, sont aussitôt levés sur leur libérateur; vingt assassins se précipitent sur moi et cherchent ma poitrine: les Grenadiers du Corps législatif, que j'avais laissés à la porte de la salle, accourent, se mettent entre les assassins et moi. L'un de ces braves Grenadiers *(Thomé)* est frappé d'un coup de stylet dont ses habits sont percés. Ils m'enlèvent.

Au même moment, les cris de *hors la loi* se font entendre contre le défenseur *de la loi*. C'était le cri farouche des assassins, contre la force destinée à les réprimer.

Ils se pressent autour du président, la menace à la bouche, les armes à la main; ils lui ordonnent de prononcer le hors la loi: l'on m'avertit; je donne ordre de l'arracher à leur fureur, et six Grenadiers du Corps législatif s'en emparent. Aussitôt après, des Grenadiers du Corps législatif entrent au pas de charge dans la salle, et la font évacuer.

Les factieux intimidés se dispersent et s'éloignent. La majorité, soustraite à leurs coups, rentre librement et paisiblement dans la salle de ses séances, entend les propositions qui devaient lui être faites pour le salut public, délibère, et prépare la résolution salutaire qui doit devenir la loi nouvelle et provisoire de la République.

Français, vous reconnaîtrez sans doute, à cette conduite, le zèle d'un soldat de la liberté, d'un citoyen dévoué à la République. Les idées conservatrices, tutélaires, libérales, sont rentrées dans leurs droits par la dispersion des factieux qui opprimaient les Conseils, et qui, pour être devenus les plus odieux des hommes, n'ont pas cessé d'être les plus méprisables.

Signé BONAPARTE.

Pour copie conforme : ALEX. BERTHIER.

A PARIS, DE L'IMPRIMERIE DE LA RÉPUBLIQUE Brumaire an VIII.

Proclamação de Bonaparte no 19 Brumário.

uma formidável salva de artilharia, as crianças espalham flores e os «sans-coulottes» de ambos os sexos abraçam-se efusivamente. E está tudo acabado. A Convenção volta em massa para as Tulherias e os cidadãos que têm «assignats» dispersam-se pelas tabernas.

A festa do Ser Supremo fora a apoteose de Robespierre que, porta-bandeira da Revolução, tinha parecido o seu senhor. Cada novo dia lhe trazia cartas de adoração. «Admirável Robespierre, facho, coluna, pedra angular da República...» — «Quero saciar os meus olhos e o meu coração na tua fisionomia...» — «Protector dos patriotas, génio incorruptível, montanhês iluminado que vê tudo, tudo prevê e tudo faz abortar...» — «Tu és a minha divindade suprema; olho-te como um anjo tutelar...» No estrangeiro já não se dizia «A República»; dizia-se «Robespierre», «os exércitos de Robespierre» e «a armada de Robespierre».

À força de respirar este incenso que chegava até ele em grandes lufadas, Robespierre tinha-se deixado possuir de uma vaidade doentia, não perdoando a menor ofensa ao seu amor-próprio e irritando-se às mais ligeiras suspeitas. No entanto, como possuía um carácter fraco, julgava desarmar toda a crítica, fazendo sem cessar a sua apologia. Os colegas na Junta já não o podiam suportar. Entre Carnot dum lado, Saint-Just e ele do outro, as querelas eram constantes e tão frequentes que provocavam ajuntamentos debaixo das janelas do Pavilhão da Flora.

A irritação não era menor entre os convencionais. Uns tinham julgado ridículo o desfile em 20 do Prairial e não perdoavam a Robespierre o tê-los metido nesta fantochada. Outros acusavam-no de se preparar para a ditadura. Os membros da Junta de Segurança denunciavam as suas usurpações: não organizara ele, sob a direcção do seu compatriota Herman, uma polícia secreta ligada directamente à Junta de Salvação Pública? Por fim — e principalmente — os procônsules regressados ùltimamente da província, Fouché, Fréron, Barrás e Tallien, sentiam pairar sobre eles uma ameaça constante e perguntavam entre si se as suas prevaricações não acabariam por os levar à gilhotina. A lei do Prairial, segundo a qual os deputados poderiam para futuro ser trazidos perante o tribunal, independentemente da aprovação da Assembleia, reuniu todos os ódios dispersos. Passou-se uma semana em angustiosos conciliábulos. Cinquenta deputados não dormiam na sua cama e não se mostravam na Assembleia senão de fugida. Quando, por acaso, Robespierre reparava neles, ficavam aterrados. «Ele é capaz de julgar que eu penso alguma coisa», balbuciava um que julgava ter sido olhado com mais atenção.

Um membro da Junta de Segurança Geral, o velho Vadier, que era um voltairiano de alma e coração e que, lá no seu íntimo, considerava Robespierre um vulgar padreca, imaginou então envolver o nome do «Incorruptível» numa extravagante palhaçada que acabava de ser descoberta por dois dos seus agentes. Uma velha e pobre louca, chamada Catarina Théot, costumava reunir na sua casa da rua Contrescarpe um pequeno grupo de iluminados, aos quais anunciava a chegada do próximo Messias. Catarina tinha um director de consciência, Dom Gerle, quase tão desiquilibrado como ela. Este Dom Gerle fora membro da Constituinte e Robespierre tinha-lhe passado outrora um certificado de civismo. No seu relatório para a Convenção, Vadier condimentou com toda a sua arte esta história e, através de reticências e subterfúgios, dava-se a entender que o Messias anunciado por Catarina seria Robespierre em pessoa. Vadier era um brincalhão. A Convenção, ao escutá-lo, riu-se a bom rir. Robespierre percebeu que, acima da «Mãe de Deus», era ele o visado, e cometeu a loucura de o dar a conhecer, obrigando Fouquier-Tinville a remeter-lhe, nessa mesma noite, o «dossier» Théot.

No dia seguinte, o Tribunal revolucionário julgou uma fornada de 54 acusados, entre os quais se encontrava uma tal M.me de Saint-Amaranthe, dona de uma casa suspeita no Palais-Royal, um tal Admiral, que disparara um tiro de pistola sobre Collot d'Herbois, uma operária Nicole, que tinha dado de comer a um realista, e uma rapariga de vinte anos, Cecília Renault, que fora presa à porta de Robespierre e que era acusada de tentativa de assassínio, por lhe terem encontrado dois pequenos canivetes no bolso. Foram todos guilhotinados. Cecília Renault, coberta com o manto vermelho dos parricidas, tinha um ar infantil. Quando a jovem operária foi ligada à prancha, ouviram-na perguntar numa voz doce: «Estarei bem assim, senhor carrasco?» A multidão estava comovida. Ninguém protestou em alta voz, mas correu o

boato, lançado não se sabe por quem, de que esta execução era uma vingança por ciúmes. De resto, o irmão de Robespierre, o jovem Agostinho, chamado Bonbon, frequentava a casa de M.me de Saint-Amaranthe e qualquer coisa suspeita devia haver por esse lado. Robespierre tinha querido armar em polícia, mas devia perceber que, em tal terreno, estava deslocado.

A Revolução chegara ao fim da sua carreira. Homens, bens, ideias, religião — tudo tinha sido posto à prova. Passara o tempo de demolir e chegara a ocasião de governar. Se Robespierre tivesse sido um homem de Estado, ter-se-ia lançado à tarefa e enfrentado as dificuldades. Mas Robespierre não era senão um profeta abandonado pelo Estado. Espalhara a todos os ventos as máximas do «Contrato Social» e como não tinha nada mais a ensinar, deixou-se abater como um odre vazio. E voltou a ser o que era: um simples advogado de Arrás.

Não se sabia como aplicar os decretos de Ventoso. A repartição dos indigentes não coincidia com a repartição dos bens a distribuir. Havia comunas cheias de mendigos, mas desprovidas de terras livres. Um estudo feito no distrito de Thiers assinala por exemplo que na capital apenas se encontravam dezasseis suspeitos, que eram religiosas não ajuramentadas, e que não possuíam nada. Seria necessário proceder-se a uma deslocação autoritária da população? Por outro lado, o *maximum* dos salários não funcionava. Enquanto a Comuna parisiense foi hebertista, segurava o *maximum* das mercadorias, mas ignorava o outro. A bem ou a mal, os empresários tiveram de conceder aos seus operários salários muito superiores à escala oficial. Esta discordância ameaçava todo o sistema. A Comuna reconstituída com Fleuriot-Lescot em lugar de Pache e Cláudio Payan em lugar de Chaumette mostrou-se decidida a aplicar a lei e, para começar, remodelou a comissão que restabelecia as remunerações nos trabalhos por conta e por empreitada. Contudo, ela reconhecia que o *maximum* oficial deveria ser revisto e o tra-vão aliviado: a nova tarifa dos salários foi publicada em 21 de Junho (5 Termidor). Mais vantajosa que a precedente, não atingia sem dúvida as cifras praticadas até então com a complacência das autoridades.

Ora, é justamente nesta altura que se agrava de novo o abastecimento. A gilhotina pudera aterrorizar os detentores de «stocks», pôr a descoberto reservas escondidas e provocar um certo número de vendas. Não incitara o produtor a trabalhar, nem o comerciante a encher de novo as suas caves e os seus celeiros.

Então, que fazer? Empurrar a revolução para o colectivismo integral? Os sobreviventes do hebertismo pensavam confusamente nisso. Mas era pura quimera. Os «sans-coulottes» urbanos eram um punhado, incapazes de dominar a resistência dos proprietários rurais, a verdadeira massa. Então? Bater em retirada? Voltar a comprar ouro para se abastecerem fora? Cambon já esqueceu as suas tiradas contra os metais preciosos, e trocam-se novamente os luíses por «assignats». No entanto, o papel baixa cada vez mais: 100 libras-papel não valem mais do que 48 libras-ouro em Janeiro, 38 em Março e 34 em Julho. E depois como fazer chegar os víveres às cidades? Tolerar um certo mercado negro para manter a vinda das mercadorias? Deixar de tratar os comerciantes por inimigos públicos, garantir-lhes a segurança, um lucro honesto? «Sangrar o grande comércio em lugar de o matar», como aconselhava Barère? É ao que se resignam muitos representantes em missão. Os próprios tribunais têm repugnância em condenar os pretensos açambarcadores. No fim do Inverno, a Comuna parisiense autorizou as encomendas familiares, os envios directos do campo aos particulares e consentiu no aumento de preço do azeite, da carne e do tabaco. Mas Goujon, animador da Junta de Subsistências da Convenção e partidário do pulso forte, retirou-se. Estalam novas greves nas manufacturas de armas, nas minas, nos portos e mesmo nos campos, principalmente no Soissonnais. A Junta de Salvação Pública é obrigada a tomar medidas draconianas para impedir os trabalhadores requisitados de desertar na véspera das colheitas.

Que queria doravante Robespierre? Ninguém o sabe. Pela socialização das ideias morais e religiosas ele chegara ao fim do seu programa. Sentia sem dúvida necessidade duma pausa que permitiria à República firmar-se, organizar-se, talvez mesmo negociar a paz. Mas diz-se doente, cansado, e, de facto, não parece igual a si mesmo.

Enquanto Fouché e Tallien trabalhavam dia e noite para a sua ruina e enquanto a conjuração se vai tramando sob os seus

olhos, Robespierre porta-se como um menino amimado, amua e lastima-se. Durante um mês não põe os pés na Junta. Trata de excluir Fouché e Dubois-Crancé dos Jacobinos, mas, em 23 de Julho, por instigação de Barbère, presta-se a uma reconciliação simulada com Vadier, ao qual cede a sua repartição da polícia. Depois, repentinamente, apresenta-se na Convenção e, sem ter prevenido Saint-Just nem Couthon, pronuncia um discurso que revela uma inépcia espantosa: «Tenho necessidade de desabafar e vós tendes necessidade de ouvir a verdade. Os negócios políticos enveredam por um caminho pérfido e alarmante; o sistema combinado dos Hébert e dos Fabre d'Eglantine prossegue agora com uma audácia inaudita. Os contra-revolucionários são protegidos. O patriotismo e a probidade estão banidos». Passando em seguida das generalidades aos indivíduos, ataca, sem os nomear, todos aqueles que considera hostis, e aos quais, de uma só vez, atira para os braços de Fouché. Barère em primeiro lugar: «Falam-vos muito das nossas vitórias; contadas com menos pompa, pareceriam maiores». Carnot: «Semeia-se a divisão entre os generais; a aristocracia militar é protegida; os generais fiéis são perseguidos; a administração militar envolve-se numa autoridade suspeita». Depois, Cambon: «Tem de se organizar um sistema racional de finanças; o que vigora presentemente é mesquinho, pródigo, complicado e ruinoso». Em seguida, Billaud, Collot e todos os comunistas: «Os conspiradores levaram-nos, contra nossa vontade, à adopção das mais violentas medidas, e reduziram a República à mais espantosa miséria...» Agora, Vadier, Amar e os membros da polícia: «Existe uma conspiração contra a liberdade pública que tem cúmplices na Junta de Segurança Geral e nas repartições desta Junta». E, para terminar: «Castigar os traidores, reformar as repartições da Junta de Segurança Geral, depurar esta mesma Junta, depurar a Junta de Salvação Pública, esmagar as facções — eis o que se impõe...»

O efeito foi enorme. A Convenção experimentou a sensação de que um abismo se abria a seus pés. Vadier, Cambon, Billaud, Fréron e mais vinte outros intimam Robespierre a precisar as suas acusações. Nomes! A lista! Quem é incriminado na Junta de Segurança Geral? «Quem se orgulha de ter a coragem da virtude — exclama Charlier — deve ter também a coragem da verdade. Citai os nomes dos que acusais!» Robespierre não compreende que, citando dez, iria sossegar trezentos. Não está disposto a «acusar este ou aquele». E, como apertassem com ele, terminou por declarar: «Mantenho o que disse». A Convenção recusa-se a votar a impressão do seu discurso e, à noite, enquanto ele vai fazer-se aclamar pelos Jacobinos, Fouché e Tallien entram em negociações apressadas com o Marais e arrastam-no para o seu lado.

O que se passou no dia seguinte pode dividir-se em dois actos: uma sessão na Convenção e um levantamento da Comuna. A sessão da Convenção durou perto de cinco horas: cinco horas de ameaças, de invectivas e de gritos. Robespierre, que não pôde pronunciar uma palavra, é acusado, juntamente com o irmão, Saint-Just, Couthon, e Lebas, da Junta de Segurança Geral. Dumas, presidente do tribunal revolucionário, é apanhado numa audiência, e Hanriot, completamente embriagado, deixa-se prender estùpidamente na sede da Junta. Pelas seis horas, o Incorruptível e o seu estado-maior são expedidos para Luxemburgo e para Force. Na mesma ocasião, a Comuna, já avisada, declara-se revoltada. O «maire», Fleuriot-Lescot, e o vice-presidente, Coffinhal, libertam os prisioneiros e conduzem-nos, um a um, para o Hôtel de Ville, ao mesmo tempo que Hanriot, com duzentos artilheiros, simula cercar as Tulherias. Um gesto de Robespierre e a Convenção está perdida. Mas Robespierre não faz esse gesto. Fala durante uma, duas, três horas... Os grupos reunidos na praça de Grève agitam-se incertos e inquietos. À meia-noite e meia hora, os emissários da Convenção proclamam por toda a parte que o tirano e os seus cúmplices, bem como a Comuna e os que responderem ao seu apelo, são tidos à margem da lei. À margem da lei! A morte sem julgamento! Começa a cair uma chuva diluviana e os homens das secções aproveitam-se disso para se dispersarem. Barrás, seguido por alguns gendarmes e por um punhado de partidários, invade tumultuosamente o Hôtel de Ville. Lebas faz saltar os miolos. Robespierre dispara também contra si e esfacela a maxila. o irmão precipita-se duma janela e quebra uma perna. Saint-Just deixa-se prender sem resistência. Algumas horas depois, foram descobrir Couthon, fingindo-se morto debaixo duma escada; e Hanriot ferido num pátio.

Robespierre e 21 cúmplices foram conduzidos à guilhotina no dia seguinte, 28 de Julho (10 Termidor), às 5 horas da tarde.

Robespierre foi o vigésimo a ser morto e Fleuriot o último. No dia 29, foram decapitados setenta membros da Comuna. No dia 30, mais doze.

Desde a Federação que se não via tamanho regozijo. A alegria popular exteriorizava-se num formidável tumulto de risos, gritos, «lazzi» e canções. Quando os municipais passaram amarrados nos carros, um rugido se elevou da multidão: «Abaixo o máximo!»

14. A CONVENÇÃO DO TERMIDOR

Quando os Convencionais saíram das Tulherias no 10 Termidor de manhã, as aclamações populares deram-lhes a conhecer que eles tinham posto fim ao Terror. Ficaram então deveras admirados, visto que não tinham matado Robespierre para mudar o regime, mas para eles mesmos não serem mortos. A sua coligação heteróclita não tinha outro cimento senão o medo e a vingança. Sossegados quanto à sua sorte, os carrascos de ontem não queriam senão ser os carrascos de amanhã. Mas foram impedidos disso por um impulso irresistível da Nação que, como muito bem escreveu Madelin, os obrigou «a saudarem na sua revolução de serralho a vitória da humanidade».

Enquanto as Juntas se conservaram unidas, tinham parecido invencíveis e inabaláveis. O país, oprimido e desarmado, morria de fome sem ousar queixar-se. De repente, o homem terrível em quem a Revolução se encarnara é abatido numa noite por um punhado de conspiradores desonestos, sem que a sua queda tenha provocado outra coisa senão uma arruaça de bairro. Paris atreve-se então a olhar de frente as pessoas que o oprimem, e apercebe-se de que a maior parte são insignificantes personagens, sem génio e sem virtude, que deviam todo o seu poder à cobardia e à divisão dos outros. O seu desgosto aumenta ainda, quando o Terror lhe aparece na sua horrível realidade. Desde há meses que não se sabia e não se lia senão o que era aprovado pela censura jacobina. Gradualmente, pelos jornais, pelos relatórios das comissões encarregadas

de fazer um inquérito aos actos dos antigos ditadores, e pelos debates no tribunal revolucionário, surge a verdade. Milhares de crimes ignorados são trazidos ao conhecimento público com todo o seu execrável cortejo de saques e atrocidades. Os próprios Convencionais ficam espantados e, quando os mais comprometidos são chamados a prestar contas, não encontram senão esta desculpa: «Eu não sabia...»

Das ruas, surge, como por milagre, o exército reaccionário dos «Muscadins». Todos eles têm o seu uniforme: casaco comprido, calções justos e peruca loura; o seu poder executivo: um cacete grosso revestido de chumbo; a sua fortaleza: o Palais-Royal; o seu canto de guerra: «Le Réveil du Peuple»; os seus chefes: Tallien, Legendre, Fréron; a sua rainha: a amante de Taillien, Teresa Cabarrus. No teatro, onde se não representam senão peças antijacobinas, há manifestações sem fim, sempre que se faz qualquer alusão a Robespierre ou aos seus cúmplices. Os bustos de Marat são destruídos e os barretes vermelhos atirados ao rio. Jornais e panfletos caem como granizo sobre os últimos terroristas, «os bebedores de sangue», a «cauda de Robespierre». Os Jacobinos escondem-se. As folhas revolucionárias desaparecem ou mudam de opinião. As duas ou três que sobrevivem têm uma existência intermitente e os vendedores não se atrevem a apregoá-las na rua. «Ouvi as queixas dos patriotas oprimidos pela aristocracia...», geme Carlos Duval no «Journal des Hommes Libres».

A aristocracia não tinha nada que ver com o caso. Os «Muscadins» não são antigos nobres. São empregados de cartórios, de escritório, de comércio e dos bancos. A reacção do Termidor não é tão geral e tão profunda senão porque é inteiramente popular. É a reacção dos estômagos e dos interesses contra o comunismo, contra a penúria e contra a fome. «Não mais comunismo!» Este é o ponto capital característico de todo este período. A tal respeito, não há desacordo. Operários, rurais e burgueses estão todos de acordo. A burocracia jacobina deve desaparecer e, com ela, todas as medidas de requisição e expropriação.

Far-se-ia um grosso volume com os discursos pronunciados na Convenção para glorificar o comércio e a propriedade depois do Termidor. Respigamos, ao acaso, nos extractos reunidos pelo Sr. Marion. Começamos por Cambon, em nome da Junta das Finanças: «Nas sociedades populares, as qualidades de negociante, de artista e de comerciante eram títulos de proscrição: é tempo de restituir a esta parte importante da indústria nacional a dignidade e o vigor que ela tem o direito de esperar de um governo justo. Proponho-vos que proclameis em alta voz que, de acordo com os grandes princípios da justiça que constituem essencialmente a República, protegeis o comércio e as propriedades». Blutel declara em nome da Junta do Comércio: «Uma grande nação que exerce o comércio por intermédio do seu governo é uma monstruosidade...» Dubois-Crancé diz: «Mandaram encarcerar quase todos os grandes agricultores e os seus domínios perderam o fruto incalculável da sua indústria». Robert Lindet, em nome da Junta de Salvação Pública: «Durante muito tempo receámos que as terras não voltassem a ser cultivadas e que as pastagens não voltassem a encher-se de gado, enquanto se conservavam presos os proprietários ou arrendatários dessas terras e pastagens. Declarai solenemente que todo o cidadão que empregue ùtilmente os seus dias nos trabalhos da agricultura, nas ciências, nas artes ou no comércio, ou aquele que possui fábricas ou manufacturas, não poderá ser incomodado nem tratado como suspeito». Thibaudeau diz: «Não será ridículo encarregar cinco indivíduos de abastecerem exclusivamente vinte e cinco milhões de homens? É necessário que as Juntas do governo procurem os meios de diminuir a infame burocracia que nos devora...» Depois, Thibault: «Se não tivesseis criado uma comissão exclusiva de comércio e abastecimento, não haveria escassez...» Boissy d'Anglas: «O objectivo da Junta era concentrar numa única mão todo o comércio do país, confiar a alguns indivíduos escolhidos pela própria tirânia o cuidado de alimentar, a uma taxa antecipadamente determinada, todos os cidadãos da República... O governo dirigiria tudo, determinaria tudo; seria o único comerciante, o único agricultor, o único manufactor... Concentrando todas as riquezas, dirigindo todos os trabalhos, teria tudo na mão e exerceria uma tirania absolutamente desconhecida na Terra». Por fim, Giraud, em nome das Juntas reunidas: «Apreciámos todas as arengas contra os comerciantes, mas sabemos agora que aqueles que as propagavam não desejavam outra coisa senão a deslocação das fortunas!»

Foram precisos dez meses para traduzir em actos este tardio

bom senso. E, durante esses dez meses, as medidas de reparação e de reacção entrelaçam-se de tal forma que parecia necessário pô-las todas em vigor ao mesmo tempo. No conjunto, a tarefa da Convenção foi muito simples: constituiu em demolir a revolução social, afim de salvar a revolução política. Os pormenores são, porém, confusos. É uma rede de intrigas, de capitulações e de abjurações. Em 21 de Setembro de 1794, num acto repentino, a Assembleia conduz o corpo de Marat para o Panteão. Quatro meses depois, expulsa-o ignominiosamente de lá e manda demolir o monumento que havia sido erigido em honra do amigo do povo na praça do Carrocel. Em 21 de Janeiro, celebra com um concerto a execução de Luís XVI, mas, no meio da cerimónia, escuta, sem qualquer reacção, uma violenta acusação contra o terrorismo e, no dia seguinte, permite uma manifestação dos «Muscadins» que queimam, com grande aparato, um jacobino de palha e vão lançar as suas cinzas no esgoto de Montmartre. De um dia para o outro, a maioria desdiz-se. Uma moção aprovada de manhã é suspensa à noite, aprovada de novo no dia seguinte, adiada duas horas depois, e substituída mais tarde por uma moção exactamente contrária.

Resolvera a Convenção, em 24 de Agosto, que as Juntas do governo — para futuro em número de três: Salvação Pública, Segurança Geral e Legislação — seriam renovadas na sua quarta parte todos os meses, com a precaução suplementar de que os membros que saíssem não seriam elegíveis durante os trinta dias seguintes à expiração dos seus poderes. Com este jogo de saídas, de eleições e de entradas, a composição das Juntas está constantemente a mudar e, desta maneira, as suas resoluções são incertas e a sua autoridade é medíocre.

Enquanto o governo revolucionário fora permanente e concentrado, agira com um vigor, com uma rapidez e com uma profusão de meios proporcionados à grandeza do seu poder. Dividido e instável, já não tem plenitude nem energia. As lutas pessoais, as injúrias e as querelas retrospectivas ocupam três quartas partes do seu tempo. «A França — escrevia Malet du Pan — é conduzida pelos acontecimentos e não pelos homens; estes são arrastados pela força das circunstâncias e não as premeditam quase nunca. Os meios que empregam obrigam-nos a recorrer àqueles que não quereriam utilizar e ultrapassam quase sempre o fim real. A anarquia interna

da Convenção e a sua condescendência forçada pelos sentimentos que se manifestam em público tornaram-na hermafrodita: há dois meses que não conserva dois dias seguidos o mesmo sexo...»

Os mais notáveis dos homens do Termidor — Billaud-Varenne, Fouché e Collot d'Herbois — foram os promotores ou os agentes da política de socialização; mas, para abater Robespierre, tinham despertado a Plaine e esta, estimulada pela vitória, reclama o pagamento dos seus serviços e a sua parte no poder. No dia seguinte ao Termidor, contentaram-se com completar a Junta de Segurança Pública, fazendo entrar nela alguns dantonistas. No fim do mês, Collot, Barère e Billaud saem. Um pouco mais tarde, o centro da esquerda procura insinuar-se ali e a Junta de Segurança Geral passa para a direita. Em Dezembro, a Assembleia vota a reintegração dos Girondinos que se encontravam presos. Na Primavera, chama os Girondinos que andavam fugidos ou declarados fora da lei e, para preencher os lugares vagos, convida os deputados substitutos, todos agentes da reacção política. Assim se forma a coligação dos moderados, dos dantonistas, dos montanheses arrependidos e dos federalistas que haviam reconsiderado: este partido, porém, por falta de plano e de coesão, não se poderá chamar um partido de governo, mas antes um partido de negação. Merlin (de Douai), Cambacérès, Boissy d'Anglas, Reubell e Sieyès são os seus homens mais representativos.

Primeiramente, foi-se ao mais urgente. A lei de Ventoso, que prescrevia a distribuição dos bens dos suspeitos pelos «sans-coulottes», foi posta de parte, e a lei do Prairial revogada (1 de Agosto). Daqui resultava lògicamente que os prisioneiros detidos em virtude desta última lei deviam ser postos em liberdade. Foi esse o objectivo de um decreto de 5 de Agosto, que renovou igualmente o pessoal do tribunal revolucionário — juízes e jurados. Fouquier-Tinville, devido a um processo que lhe instauraram, foi condenado à morte e guilhotinado. A Comuna de Paris fora decapitada no 10 Termidor. Substituíram-na por doze municipalidades administrativas.

Depois da Comuna, os Jacobinos. A Sociedade parecia ainda temível. Contentaram-se, para começar, com lhe cortar as unhas rentes, por meio da dissolução das Juntas revolucionárias e pela supressão dos quarenta soldos concedidos aos homens das secções em cada reunião. Em Setembro, vibraram-lhe um golpe mais directo:

proibiram que as sociedades populares se federassem e se correspondessem entre si. Finalmente, em Novembro, Fréron e os *mus*-respondessem entre si. Finalmente, em Novembro, Fréron e os «Muscadins» deram um assalto à «*Jacobinière*». Foi uma coisa lastimável. Os homens que tinham feito tremer a França tremeram também por sua vez perante os cacetes, e fugiram vergonhosamente. As «rendilheiras», depois de uns açoites bem dados nas nádegas, debandaram também sem qualquer reacção. O clube já não existia. A Convenção, que se limitou a sancionar o facto consumado, ordenou o seu encerramento (12 de Novembro).

A partida estava ganha pelos moderados. Em Dezembro, votam, seguidamente, a abolição do *maximum*, a supressão da comissão de abastecimento, a liberdade total do comércio, o estabelecimento de uma polícia especial para a vigilância das tribunas da Assembleia, a supressão da fiscalização postal, o processo contra Carrier e a amnistia à Vendeia. Em Janeiro, os emigrados, que exerçam uma profissão manual, são autorizados a regressar. Em 21 de Fevereiro de 1795, é votada a separação entre as Igrejas e o Estado e é declarado livre o exercício de todos os cultos. Em 9 de Março, é suprimida a festa de 31 de Maio. Em 25 de Abril, reabre a Bolsa e, em 30 de Maio, as igrejas são entregues às diferentes clerezías.

A reacção no interior arrastava consigo a reacção no exterior. Na sua origem, a guerra não fora mais do que uma manobra contra a Monarquia. A partir de 10 de Agosto, aquela passara a ser um pretexto para se encobrirem todos os excessos. Fora graças a ela e ao prestígio que ela lhes dava, que os Jacobinos se haviam sustentado no poder. Se a queda destes não significava o termo da política belicosa, introduzia-lhe, contudo, certas cambiantes. De resto, com a ocupação da Renânia e com a entrada de Pichegru na Holanda, a República encontrava-se nas condições mais favoráveis para negociar. Por último, entre os coligados, os mais indicados à paz eram precisamente aqueles contra os quais menos ódio havia em Paris: a Espanha, que se não tinha lançado naquela aventura senão pelo seu espírito de cavalaria e que estava cansada de fazer em pura perda o jogo da Inglaterra, a Holanda que fora arrastada por Pitt, e a Prússia que, até àquela ocasião, colhera apenas derrotas e desaires e não esperava outra coisa senão poder ressarciar-se, à custa dos

Polacos, das desilusões que lhe haviam sido causadas por Custine e Jourdan.

Merlin (de Douai) estava empenhado em realizar o sonho das fronteiras naturais, dando à França o limite do Reno. A Prússia consentia, mediante uma promessa de compensação. A paz negociada por um velho diplomata de carreira, Barthélemy, foi assinada, na Basileia, em 14 de Abril. Em 16 de Maio, Sieyès e Reubell concluíam igualmente com a Holanda o tratado da Haia: as Províncias Unidas cediam à República os seus territórios da margem esquerda do Reno, e comprometiam-se a prestar-nos o auxílio da sua armada contra a Inglaterra. Em 4 de Julho, sempre na Basileia, Barthélemy assinava o tratado espanhol: o governo de Madrid cedia-nos o que possuía em São Domingos e aliviava-se connosco contra os Ingleses. A Bélgica, encorporada na República, formava, com a Flandres holandesa, Maestricht e Venlo, nove departamentos novos.

Paz no exterior e paz no interior. Teria sido um êxito magnífico, se fosse acompanhado por idêntico resultado no domínio financeiro! Mas, por este lado, a situação apresentava-se mais grave do que nunca.

O comunismo não deixara atrás de si senão ruínas. O povo estava doente, o comércio paralisado e a agricultura no último extremo: onde é que a Convenção havia de ir buscar dinheiro? É certo que havia no país muito numerário, mas escondiam-no. Durante seis anos, os capitalistas suportaram muito para poderem confiar no dia seguinte. Uma vez desaparecida a confiança, não é com discursos nem com promessas que ela se readquire novamente. Exige garantias, não sendo bastante uma simples mudança de maioria. É preciso que haja um governo experimentado e garantias estáveis. Ora, estava-se muito longe de tudo isso. Assim, tanto antes como depois do Termidor, a Revolução não viu senão papel-moeda. Aos dez biliões de *assignats* emitidos com a data de 27 de Julho, vêm juntar-se agora as emissões ordenadas por simples decretos da Junta das finanças: novecentos milhões em Setembro e um bilião em Outubro, para começar. Mas, quanto mais papel há em circulação, menos vàlor ele tem. O luís de ouro, que valia 75 libras papel em meados de 1794, sobe a 200 em Abril de 1795, a 325 no princípio de Maio, a 500 no fim, a 600 no princípio de Junho

e a 2 000 em Outubro. Como se compreende, todos os géneros sobem em proporção e, por isso, vêem-se a braços com a mais espantosa miséria os funcionários, os empregados, os que vivem dos seus rendimentos e, em resumo, todos aqueles que um ordenado ou um rendimento fixo punham até então ao abrigo de necessidades e que passam, agora, a não ter, para viver, senão um ridículo e pequeno maço de «assignats».

Para cúmulo de infelicidade, todos os géneros faltam, cada um por sua vez. Sob o Terror, os camponeses haviam semeado o menos possível, muito pouco no Outono de 1793 e muito menos ainda na Primavera de 1794. Por isso, a colheita foi muito deficiente. De mês a mês, redobram os clamores dos esfomeados. No Inverno, surgem novas provações. O termómetro desce, em Paris, a 18 graus abaixo de zero, o Sena gela e o transporte de madeiras torna-se nulo. Para se conseguir algumas achas, é necessário devastar Bolonha, Vincenas e Saint-Cloud. Na Primavera, o feijão custa 120 francos o alqueire, em vez de 4 que custava em 1790; uma couve custava 8 francos, em vez de oito soldos; um pedaço de sabão, 41 francos em vez de 18 soldos, e tudo na mesma proporção. Para manter o pão a um preço acessível, o governo gasta 300 ou 400 milhões por mês. Um exército inteiro protege os comboios e os moinhos. No entanto, em Maio, a ração individual desce para um quarto de libra e, seguidamente, para menos. Dá-se o nome de *pão* a uma mistura viscosa de farelo, milho, favas e castanhas que não se podia atirar contra uma parede sem que não ficasse colada a ela.

É necessário ler os relatórios da polícia publicados por Schmidt e Aulard para se poder fazer uma ideia da pobreza do povo. Em páginas e páginas seguidas, notam-se as mesmas queixas, o mesmo desespero, o mesmo acabrunhamento e, por vezes, à mistura, um furioso sobressalto de raiva impotente.

Examinemos, ao acaso, a primeira quinzena de Janeiro. *2 de Janeiro:* «Os relatórios sobre a escassez de madeira e carvão exigem as mais rápidas medidas...» — *3 de Janeiro:* «Saint-Rémy conta que encontrou no «faubourg» de Santo António várias mulheres que choravam, lamentando a sua miséria. Por toda a parte se nota um sentimento de profunda tristeza; se o presente é terrível, receia-se ainda mais o futuro...» — *4 de Janeiro:* «... a excessiva carestia dos comestíveis e a falta de combustíveis são o assunto de todas as

conversas...» — *5 de Janeiro:* «Vários cidadãos armaram-se com achas para baterem num comerciante que vendia a lenha muito cara e, além disso, servia os carreteiros antes de servir o público, que estava cansado de esperar...» — *6 de Janeiro:* — O oficial de justiça Chevalier, declara que o pão em casa de muitos padeiros não se encontra cozido de manhã por falta de lenha...» — «*7 de Janeiro:* «...Continuação das queixas sobre o elevado preço das subsistências...» — *8 de Janeiro:* «...o descontentamento é sempre o mesmo...» — *9 de Janeiro:* «...os cidadãos das secções de Gravilliers, de Reunião e outras não obtiveram senão meia libra de velas para quarenta dias...» — *10 de Janeiro:* «...os relatórios sobre a miséria nos departamentos fazem prever as maiores perturbações...» — *11 de Janeiro:* «Losset relata que, na rua Jacques, três padeiros não tinham pão às 11 horas...» — *12 de Janeiro:* «No «faubourg» Marcel, as bichas eram enormes à porta dos carniceiros; a maior parte dos cidadãos ficou sem carne». — *13 de Janeiro:* «o número de pessoas do campo que ficam sem pão é cada vez maior...» — *14 de Janeiro:* «os donos de casas de pasto estão prestes a fechar a porta; a carne aumenta de dia para dia; havia ajuntamentos às portas dos padeiros». — *15 de Janeiro:* «As bichas são frequentes às portas das padarias; todos se queixam da carestia dos géneros e diz-se que ainda vão aumentar mais».

Três meses e meio mais tarde: *1 de Maio:* «...as queixas das mulheres continuam às portas dos padeiros...» — *2 de Maio:* «a mendicidade começa a reaparecer em Paris sob a forma mais odiosa...» — *3 de Maio:* «...a distribuição faz-se sempre mal... Uma mulher, à vista de seu marido exaltado e de quatro filhos sem pão dois dias, arrastou-se até junto do rio, batendo na cabeça e arrancando os cabelos; depois, levantou-se furiosa, como se quisesse atirar-se à água...» — *4 de Maio:* «...as inquietações do público são mais fortes do que nunca...» — *5 de Maio:* «todas as vozes se juntavam para manifestar o descontentamento sobre o enorme descrédito dos «assignats»...» — *6 de Maio:* «...na secção do Observatório não houve ontem farinha nem pão...» — *7 de Maio:* «Em muitos padeiros onde se dava, nestes últimos dias, meia libra de pão, não deram ontem senão duas ou três onças...» — *8 de Maio:* «...todos gritam que se não pode viver com três onças de pão e da pior qualidade. Apesar desta redução, muitos cidadãos

estão privados dele; mães de família e mulheres grávidas estão a braços com a maior aflição e caem de fraqueza...» — *9 de Maio:* «...as mulheres choravam amargamente e diziam que não podiam viver nem dar de comer aos filhos. Nas ruas encontram-se muitas pessoas que caem de fraqueza e inanição...» — *10 de Maio:* «...Ontem, na rua Noyers, um jovem cidadão, serralheiro de profissão, veio buscar o seu pão. Disseram-lhe que já não havia. Voltou então para casa e exclamou: «Não terei mais necessidade dele». E atirou-se dum quarto andar a baixo, vindo a morrer pouco tempo depois...» — *11 de Maio:* «...foi necessário prestar socorros a alguns infelizes que a miséria enfraquecera a tal ponto que se não podiam ter de pé... Uma mulher, que não tinha pão para dar ao filho, amarrou-o a si e atirou-se à água... Outro cidadão, chamado Mattez, desesperado pela necessidade, golpeou o pescoço...» E cenas como estas repetem-se semanas seguidas.

Por cima deste povo esfomeado havia um punhado de especuladores e de maus ricos que tinham engordado à custa da miséria pública e que se apressavam a gozar o fruto das suas rapinas. Elevando de 18 a 36 libras a sua indemnização diária, os representantes tinham dado o mau exemplo. De resto, quem pode dizer o que o «assignat» valerá amanhã? Gastemos depressa; saboreemos o momento que passa. Prazeres frenéticos, prazeres grosseiros. Ao mesmo tempo que os teatros se convertem, no dizer da polícia, em «verdadeiras cloacas de deboche e vício», vêem-se abrir seiscentos e quarenta e quatro bailes públicos, que passam a ser outras tantas casas de prostituição. Dança-se nos Carmelitas, no cemitério de S. Sulpício e nas igrejas. E em toda a parte onde se não dança, joga-se e come-se. Seria melhor escrever: empanturra-se. Dir-se-ia que os sofrimentos dos pobres aguçaram o apetite dos ricos. Nunca os proprietários de restaurantes fizeram tanto negócio. Enquanto na periferia se não vêem senão figuras lívidas cobertas de andrajos, as casas de gelo do Palais Royal estão cheias de risos, de diamantes, de caras afogueadas e de mulheres quase nuas. Dum lado, os ventres apodrecidos; do outro, os ventres vazios. E estes vão precipitar-se sobre aqueles.

O primeiro motim deu-se no 12 Germinal (1 de Abril de 1795). Não foi surpresa para ninguém. Já há vários dias que as Juntas tinham tomado as suas precauções. Cada partido pensava que a jornada iria servir os seus interesses: a direita, porque ela comprometia a esquerda; a esquerda, porque ela intimidaria a direita. Por isso, em vez de prevenirem o movimento, deixaram-no, a princípio, desenvolver-se à vontade. A Assembleia escutava um discurso de Boissy d'Anglas, que expunha uma vez mais o que o governo tinha feito para assegurar a alimentação do povo. No momento em que Boissy dizia: «Nós estabelecemos a liberdade...», a multidão invadiu a sala a gritar: «Pão!» Mas, depois da queda da Comuna e dos Jacobinos, os «faubourgs» não tinham chefes nem organização. Enquanto os manifestantes desfilavam em frente da barra, Legendre teve tempo de reunir os *Muscadins* e os gendarmes, que esvaziaram a sala a cacete e a chicote. O general Pichegru, que um feliz acaso trouxera a Paris, foi investido no comando da capital: a Assembleia estava salva.

Como teve medo, vingou-se. Os sobreviventes da Montanha, os «crétois», foram dizimados; Barère, Billaud-Varenne e Collot d'Herbois expatriados, e outros dezasseis convencionais, entre os quais Cambon e Thuriot, presos, assim como Pache e Rossignol. Vadier, condenado também a deportação, conseguiu fugir. Em 10 de Abril, foi publicado um decreto que ordenava o desarmamento dos terroristas em toda a extensão do território, o que equivaleria a abrir a porta às vinganças pessoais. Houve rixas e assassínios, principalmente nos departamentos «federalistas» do Meio Dia, onde os representantes de 1793 tinham exercido sevícias e onde os ódios eram mais veementes.

Billaud-Varenne esteve quase a morrer. Foi salvo das febres pelas religiosas do hospital. Encontraram-no sob o Império casado com uma negra, plantador de cana-de-açúcar e proprietário de escravos. Collot d'Herbois, este, não resistiu à transplantação. Vadier morreu um ano depois de Waterloo.

Em 1 Prairial (20 de Maio) houve segundo motim, mas, desta vez, mais grave. Toques de sino a rebate, uma enorme multidão aglomerada e os serviços de ordem impotentes: foi como um eco das grandes jornadas de 1792. O deputado Féraud, que se esforçava por impedir a entrada na Convenção, foi lançado por terra, calcado aos pés e arrastado para fora do recinto; por fim, houve um negociante de vinhos que lhe cortou a cabeça e atirou com ela à multidão. Às nove horas da noite, a «Crête» instituí uma nova

Junta de quatro membros e ordena apressadamente a libertação de todos os Montanheses encarcerados, o restabelecimento do «pão da igualdade», a supressão dos doces e a prisão dos jornalistas moderados.

Durante este tempo, as Juntas tomavam as suas deliberações debaixo da protecção de alguns membros fiéis das secções. Os insurrectos podiam apoderar-se deles dum momento para o outro. Mas não pensaram nisso e passaram duas horas a berrar. Sob o pretexto de assegurar o transporte das subsistências, a Assembleia guarnecera com tropas as comunas vizinhas de Paris. Defermon e Doulcet de Pontécoulant correram a avisar os esquadrões mais próximos.

Uma vez mais, a Convenção fora salva pelos *Muscadins* e pelos soldados. À meia-noite, apoderam-se das Tulherias, dispersam a multidão à baioneta e varrem, no meio de grande confusão, os Montanheses e os seus defensores. Às três horas, realiza-se nova sessão na Convenção. Os deputados da direita — únicos presentes — anulam os anteriores decretos publicados e votam a prisão de Duquesnoy, Prieur (do Marne), Romme, Soubrany, etc. Em 21, os motins renascem, mas, em 23, a Assembleia passa à ofensiva. Os «faubourgs» são cercados e atacados a canhão. No dia 24, dá-se a rendição. Em 25, fazem-se dez mil prisões, as armas são apreendidas e a guarda nacional é depurada.

A Assembleia estava desembaraçada da extrema esquerda, mas sentia-se prisioneira dos seus defensores. A verdade, porém, é que ela tanto queria a uns como a outros, e é esse o drama até ao aparecimento de Bonaparte. Ameaçados por dois lados, os revolucionários não têm senão um cuidado: conservarem-se no poder, afim de salvarem a vida. Condenaram os terroristas, quando outrora foram os cúmplices, os criados e a «claque» dos mesmos terroristas. Legendre tomou parte no 31 de Maio; Merlin (de Douai) é o autor da lei dos suspeitos; Dumont, Fréron, Tallien e Barrás andaram a matar e a roubar pela província. Com excepção de dez ou doze que se abstiveram, todos os membros do centro e da direita votaram o acto de acusação contra o Rei e mais de metade declararam-no culpado. Entre todos estes homens, cria-se, com medo das represálias, uma associação de interesses e uma comunidade de ódios, cujo programa podia ser resumido em três

palavras: «conservar os lugares». E isto não quer dizer que se deixassem ficar no que era provisório, pois estes convencionais da decadência são suficientemente inteligentes para compreenderem que o país, já fatigado, não pretende senão a segurança dos bens e das pessoas. E, por outro lado, esses homens não se encontram assaz convencidos para quererem realizar, a toda a força, as suas quimeras. Então, hesitam e procuram...

O Rei não lhes inspiraria receio, se tivesse consentido em ser seu instrumento. Em volta do pequeno Luís XVII, prisioneiro no Templo, tinham-se tramado as mais estranhas intrigas. Mas, por sua morte (em 8 de Junho de 1795), as pretensões ao trono passaram para seu tio, conde da Provença, que tomou o título de Luís XVIII. Nada nele indicava o hábil político e o benfazejo soberano, a quem caberia a honra de «restaurar» a França. Posto à margem pelas chancelarias, rodeado de visionários, embalado por falsas esperanças e por falsas informações, estava completamente enganado sobre a disposição dos ânimos. O manifesto que lançou de Verona para anunciar o seu advento é vago, ameaçador e falto de táctica. Os Franceses esperavam promessas de ordem e liberdade, os adquiridores dos bens nacionais contavam com garantias, e os que viviam dos rendimentos aguardavam indemnizações. Luís XVIII anunciava a supressão de alguns abusos, o restabelecimento dos Parlamentos, o reconhecimento do catolicismo como religião do Estado, e o depósito, «no tabernáculo da coroa», das famosas leis fundamentais que não passavam de uma ficção de jurista.

A oligarquia do Termidor regozijava-se ruidosamente com este erro, quando se soube em Paris que alguns emigrados tinham desembarcado na baía de Carnac, sob a protecção da armada inglesa (26 de Junho), operação tão odiosa que bem se poderia dizer que foi preparada pelo governo de Londres para acabar de perder os Borbons.

Os dois chefes da expedição, Puisaye e d'Hervilly, não se entendiam. Faltava a cavalaria. Os reforços, conduzidos por Sombreuil, chegaram muito tarde. Os «Chouans», (1) muito arrefecidos, apoiaram mal a tentativa. Por fim, Hoche bloqueou a pequena

(1) Insurrectos realistas. — (*N. T.*).

armada realista na península de Quiberon e aprisionou-a toda: doze mil homens emigrados e auxiliares.

A Convenção aproveitou com júbilo a ocasião que se lhe deparava para romper com a direita comprometedora. Tallien, enviado para oeste, mandou comparecer os prisioneiros perante uma comissão militar, que condenou à morte oitocentos dentre eles. As execuções de Quiberon podem ser comparadas à repressão do «faubourg» Antoine. Extremistas da direita, extremistas da esquerda: a mesma fórmula servirá por muito tempo.

Com os seus movimentos livres, os Convencionais apressam-se a votar uma constituição para substituir a de 1793, que era inutilizável. O trabalho tinha sido preparado por uma Junta de onze membros, eleita em Dezembro de 1794. Ràpidamente conduzida, a discussão acabou em 22 de Agosto de 1795.

Como toda a política do Termidor, a Constituição do ano III é obra do medo. Com medo da democracia socialista, estabelece-se o sufrágio censitário em dois graus; com medo da ditadura convencional, divide-se o poder legislativo em duas câmaras renováveis anualmente numa quinta parte — os Quinhentos e os Anciães; com medo da monarquia, confia-se o poder executivo a um colégio de cinco membros, o Directório, eleito pelos conselhos e renovado por um quinto anualmente; com medo da opinião, restringe-se a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião; por último, com medo da reacção, é resolvido que dois terços dos futuros representantes serão escolhidos entre os Convencionais. No caso de as eleições não serem conformes com este princípio, a própria Convenção elegeria os seus sucessores.

A Constituição do ano III foi submetida a plebiscito. Os Convencionais sabiam bem do seu ofício de democratas: os decretos dos dois terços foram aceites por 205 000 votos contra 108 000. Houve alguns milhões de abstenções. E era isso que se chamava a soberania popular.

Mas não fora em vão que a esquerda organizara tantas jornadas. A direita quis, por sua vez, experimentar a sua sorte e sublevar a rua. Paris inteiro estava contra a Convenção, odiada e desprezada muito mais do que se podia imaginar. Para se defender, não podia contar nem com a guarda nacional, em grande parte realista, nem com a tropa, que já não obedecia senão

com repugnância, e que estava sempre disposta a fraternizar com os amotinados. Pouco escrupulosas na escolha dos meios, as Juntas apelaram para os assassinos de Setembro, para os «gulosos de guilhotina» e para os arruaceiros de Prairial. Foram buscá-los mesmo às prisões e a caminho do degredo. «Chamámo-lo, diz Barrás, esse batalhão sagrado...». A esta horda, juntaram-se quatro mil homens de linha apanhados no campo de Sablons.

Mas quem iria comandar este exército? Barrás, investido na direcção suprema das operações, procurava um auxiliar. O comandante do campo de Sablons passava por realista. Era um antigo marquês de Vendeia, e de boa família, que se recusara a pôr-se pessoalmente à frente dos forçados de Bicêtre e, por ocasião dum primeiro alistamento contra a secção de Le Peletier, abandonara o terreno sem se atrever a mandar dar fogo. A Convenção queria um general da direita, um general que já tivesse prestado as suas provas de adesão ao regime. Barrás descobriu, entre os oficiais em disponibilidade, um antigo protegido de Agostinho Robespierre, que ele próprio se lembrava de ter visto no cerco de Toulon e que ia partir para a Turquia à frente de uma missão de artilheiros. E foi assim que Bonaparte se tornou o «porte-sabre» dos regicidas, e firmou a sua reputação militar numa simples operação de polícia (5 de Outubro de 1795 — 13 Vindimário do ano III).

Com quase todas as manifestações do «partido moderado», o assalto das *honnêtes gens* foi muito mal conduzido. Deixaram arrebatar nas suas barbas a artilharia do campo de Sablons e, como começasse a chover durante a sua concentração, esperaram muito prudentemente que voltasse o bom tempo, antes de se porem em marcha. Dentro em breve, as suas colunas foram embater no cais Voltaire e na rua Saint-Honoré contra poderosas barragens que as detiveram. A batalha foi particularmente renhida por altura da igreja de Saint-Roch, que não foi retomada pelos Convencionais senão em 6 de Outubro, às quatro horas da manhã. A *Jornada* do 13 Vindimário causou quinhentas ou seiscentas vítimas, incluindo os feridos. Instituíram-se três conselhos de guerra para julgar os revoltosos. Houve várias condenações à revelia e mandaram fuzilar um antigo guarda privado, o cavaleiro de Lafond, que comandava a coluna da margem esquerda. Era um belo homem, mas um ruim general. O seu vencedor, Bonaparte, promovido a

general de divisão, substituiu Barrás no comando das tropas do interior. Fazendo intervir o exército nas lutas civis, a Convenção abriu uma escola de golpes de Estado, cujas lições não ficariam perdidas.

No dia 25 de Outubro, a Convenção votou uma lei de excepção, destinada a garantir o futuro: até à paz geral, eram excluídos de todas as funções legislativas, administrativas, municipais e judiciárias os franceses que, nas assembleias eleitorais, tivessem preconizado medidas contrárias às leis; todos os que tivessem figurado em listas de emigrados, com os seus pais, filhos, netos, irmãos, cunhados, e parentes por afinidade, ao todo perto de um milhão de pessoas. Os lugares tornados vagos por esta exclusão seriam preenchidos não por eleição, mas por nomeação do Directório. As leis de 1792 e 1793 contra os padres refractários voltavam a ser postas em vigor; finalmente, eram excluídos para sempre do exército os oficiais e equiparados que, em qualquer momento, depois de 10 de Agosto de 1792, tivessem pedido a demissão. Os que haviam sido reintegrados deviam demitir-se novamente.

No dia seguinte, a Convenção deu por findos os seus trabalhos. Nesse dia, os membros da Junta de Salvação Pública foram almoçar em casa de Méot. Foi um almoço simples: a empada, 800 francos; o peixe, 1 000; a pera, 10; o «brioche», 300; o sal, 120. Nessa ocasião, o luís de ouro valia 2 500 francos; a libra de estearina custava 55 francos e um par de botas 1 200 francos.

O relatório da polícia sobre os acontecimentos do dia dizia: «...os pobres murmuram e receiam o Inverno que já se faz sentir...»

15. O DIRECTÓRIO

EM 2 de Novembro de 1795, os directores dirigiram-se das Tulherias para Luxemburgo, onde a Constituição resolveu que fosse a sua residência. O cortejo foi ridículo: dois carros de aluguer, cem soldados de infantaria mal vestidos, cento e cinquenta dragões sem botas e com as meias rotas. Nos carros, quatro homens; dois deles, La Révellière e Le Tourneur, eram quase ignorados; outros dois eram conhecidos, mas tinham má fama: Reubell, como terrorista impenitente, e Barrás, como um devasso e um «podre». O quinto, Sieyès, recusara o cargo. O seu substituto, Carnot, não será eleito senão dois dias mais tarde. Os quatro «sires» andaram errantes pelo palácio e acabaram por descobrir uma mesa bolorenta e cambada. O porteiro emprestou cadeiras e acendeu uma fogueira com achas. Um dos directores tivera o cuidado de levar do Pavilhão de Flora um caderno de papel de carta. O Directório, incompleto e a tremer de frio, assinou então a acta relativa à sua instalação.

Na semana seguinte os directores nomearam os ministros da Justiça, do Interior, da Guerra, da Marinha, das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e, um pouco mais tarde, da Polícia geral. Os titulares, com excepção de Merlin (de Douai), foram chefes de serviço dedicados e trabalhadores, mas sem importância política. O mais difícil fora encontrar o herói que estivesse disposto a governar as finanças da República. Tinham oferecido o lugar a um funcionário do antigo regime, Gaudin, que o recusou. Procuraram então um secretário de Roland, autor dum *Essai* sobre os «assignats».

Também não quis. Por duas ou três vezes voltaram ainda a falar com Gaudin, que recusava sempre as propostas governamentais: «Onde não há finanças nem meio de as arranjar, um ministro é inútil».

Gaudin tinha razão. O Directório não possuía nada que, de longe ou de perto, se assemelhasse a um orçamento ou a qualquer espécie de contabilidade. Não havia receitas estáveis, nem previsões de despesas, nem dinheiro. A única fonte de receitas era constituída pelas emissões de «assignats». Mas, como o seu descrédito aumentava de dia para dia, havia razão para perguntar se existiria possibilidade de fazer suficientes emissões para cobrirem as despesas do dia seguinte. Por isso, o grande cuidado deste desgraçado regime era acelerar o funcionamento da prancha de impressão de notas. Um dia, por engano, expediram para a fábrica de papel de Essonnes os produtos químicos que se destinavam à fábrica de Buges. Durante quarenta e oito horas, esta fábrica fica paralisada, por falta de matéria-prima e chega-se às portas da falência. Noutra ocasião, surgiu uma greve entre os operários papeleiros e quase se estabeleceu o pânico. O governo acusa os cabecilhas do movimento de conspirarem contra a segurança do Estado e de intrigas «para acarretarem a dissolução da República».

O luís de ouro, que valia 2 500 francos papel em princípios de Novembro, vale 4 000 em meados de Dezembro. O Directório torna a Bolsa responsável por esse facto, e manda-a encerrar pelos dragões. «Alguma vez se sustentou o crédito por meio de cavalaria?», pergunta um estrangeiro. Dois dias depois, o luís está a 6 500 francos e, fora de Paris, os «assignats» deixam de ter curso. Em troca do seu trigo, os camponeses não aceitam senão numerário ou objectos de primeira necessidade. «Na feira d'Angers, informa a administração de Maine-et-Loire, todas as mercadorias, géneros, gado, etc., são vendidos a dinheiro sonante e com recusa de papel-moeda. No dia seguinte ao desta feira, poder-se-ia perguntar se a República ainda existia, visto que todos estavam resolvidos a não aceitar dinheiro nacional. Proprietários, negociantes e operários, todos parecem estar ligados, por uma convenção tácita, para porem fora de circulação qualquer espécie monetária que não seja metal sonante.

Nas repartições, a penúria é horrível. As administrações

municipais não têm aparos, nem papel, nem tinta. Logo que anoitece, os empregados vão-se embora por falta de luz. Já ninguém quer ser funcionário. Os hospitais não têm receitas, as prisões já não possuem guardas e deixa de haver polícia. Todas as grandes direcções financeiras e técnicas sossobraram. As estradas estão sem conserto. As mala-postas deixam de funcionar, porque não se pode comprar forragem para os cavalos. Os cadastros dos impostos deixam de ser enviados, porque não há maneira de os imprimir. Os exércitos não se mantêm senão pela pilhagem e pelo roubo. De 1 200 000 homens mobilizados em 1794, podemos calcular que 800 000 desertaram e os que ainda não o fizeram estão a braços com a miséria.

«Mandat» do... Amor.

Os relatórios da polícia e as informações dos departamentos estão cheios dos mesmos factos. Um juiz do Tribunal do Sena morre de fome em casa. Alguns dos seus colegas, para ganhar alguns soldos, fazem-se contratar como serventes de pedreiro. Os que vivem dos rendimentos e os proprietários mendigam à esquina das ruas. Em Troyes, em cem crianças recolhidas nos hospitais, noventa morreram durante o Inverno de 95-96. Os observadores que prestam atenção às bichas à porta dos estabelecimentos dizem coisas deste género. Praça Maubert: *A República que vá para o Diabo! O reinado de Robespierre era melhor.* Rua Honoré: *Se se continuar a fazer guerra aos ricos, seremos sempre desgraçados porque os ricos faziam trabalhar toda a gente.* Secção de Granvilliers: *Antes um rei que morrer de fome.*

Em 6 de Dezembro de 1795, o Directório envia uma mensagem aos Conselhos: «Cidadãos legisladores, dizia-se nela, julgámos nosso dever, ocultar, ou pelo menos diminuir aos vossos olhos, uma parte dos males que afligem a República... Mas a hora dos paliativos

passou e qualquer demora só servirá para aumentar o perigo. Todas as molas se quebram nas nossas mãos, e a mais terrível das catástrofes ameaça afundar a República inteira. As últimas receitas do Tesouro estão esgotadas. Chegamos ao último extremo, a não ser que, do Génio da Liberdade surja qualquer recurso inesperado, mas com a rapidez do raio». Quinze dias mais tarde, os directores voltavam à carga: «É preciso rasgar o véu. Temos necessidade de recursos mais prontos e mais poderosos. Os exércitos estão sem pré, sem víveres, sem forragem, sem calçado, sem vestuário, sem tendas, sem material de acampamento e sem meios de transporte. A chegada de subsistências é incerta. As próprias negociações importantes que tínhamos entre mãos fomos obrigados a suspendê-las, porque não temos com que pagar as despesas de viagem dos nossos enviados». Mas o Génio da Liberdade tinha falta de imaginação, ou essa falta era dos seus porta-vozes. O único remédio que o Conselho descobriu para a horrível situação do país era o velho e eterno expediente do empréstimo forçado, bastantes vezes utilizado e sempre sem resultado.

Os mais ricos contribuintes de cada departamento deviam estar sujeitos a subscrever um empréstimo de 600 milhões de francos, valor metálico, pagável em numerário, em trigo ou em «assignats» recebidos a 1 % do seu valor nominal. Em cada quatro cidadãos, um seria tributado. Os subscritos seriam divididos em dezasseis classes, segundo a fortuna presumível, e inscritos logo por determinada importância, conforme uma escala progressiva. O primeiro terço do empréstimo devia ser entregue na última década de Nivoso (10 a 20 de Janeiro de 1796), e os dois outros em Ventoso (20 de Fevereiro a 20 de Março).

Seiscentos milhões de francos-ouro representavam 60 biliões de «assignats». Ora, só havia ainda 40 milhões em circulação. O empréstimo forçado não só reabsorvia todo o papel, mas daria ainda 200 milhões de dinheiro fresco, ou seja o suficiente para viver 2 meses, pelo menos.

A lei foi acolhida com favor pela opinião. Houve alguns dias de grande esperança. Via-se já o dinheiro são restaurado, e os especuladores de guerra seriam obrigados a subscrever na proporção do que haviam roubado. O povo miúdo, principalmente, regozijava-se ao pensar que os antigos «sans-coulottes» iriam finalmente prestar a sério as suas contas. Não havia ninguém que não esboçasse uma significativa careta, quando passava pelo seu fornecedor de leite ou pelo seu carniceiro. Ninguém se lembrava, porém, de que podia também ser apanhado na rede.

Em 19 de Fevereiro de 1796, contando com os felizes resultados da operação em curso, o Directório mandou queimar, com grande solenidade, na praça de Vandoma, as pranchas, cunhos e matrizes que serviam para o fabrico de papel-moeda. Foi uma bela fogueira. O ministro Ramel pronunciou o elogio fúnebre do morto. Reconheceu que ele tivera sérios defeitos: a desordem e a prodigalidade, mas que, nem por isso, deixara de ter grandes virtudes: «Os «assignats» fizeram a Revolução; foram a causa da destruição das ordens e dos privilégios; lançaram por terra o trono e fundaram a República...»

Mas a verdade é que o regozijo fora prematuro. O empréstimo forçado tinha parecido uma invenção genial, desde que se tratava de ferir o vizinho. Quando, porém, chegou a ocasião de pagar, toda a gente se esquivou. A distribuição, feita à pressa, deu lugar a muitos abusos: comerciantes tributados sem o menor inquérito, cifras aumentadas devido a uma denúncia anónima, particulares sobrecarregados por uma questão de vingança, avisos distribuídos com falsos endereços e executados à risca, etc. Tudo isso, sem dúvida, se explicava pela precipitação com que fora preciso organizar os cadastros, mas a verdade é que o sacrifício exigido ao país não se tornava assim popular. «Não se ouvem senão queixas, diz um polícia. Duma maneira geral, parece que todos estão dispostos a deixar arrestar e vender os móveis, de preferência a efectuar o pagamento. Há pessoas que, no meio da sua cólera, gritam que não é possível deixar subsistir mais tempo um governo tão tirano, e que se torna necessário esperar que o povo abra os olhos...» É muito difícil tosquiar um contribuinte teimoso, principalmente quando esse contribuinte se encontra um tanto ou quanto enraivecido. Depois de ter usado da força, o Directório resolveu enveredar pelo caminho das revisões, das concessões, dos adiamentos e de outros diversos expedientes que dão um aspecto honrado às falências. Em vez dos 60 biliões anunciados, os cofres públicos receberam 13 biliões em papel e 8 milhões em valores reais. E ainda é preciso notar-se, para apreciar estas cifras, que,

durante o período da cobrança, o «assignat» de 100 libras tinha baixado de 1 franco para 6 soldos e que, por outro lado, as quitatações e os cupões do empréstimo haviam sido recebidos em pagamento das contribuições a uma cotação muito mais elevada do que a cotação do dia e, por consequência, prejudicavam consideràvelmente as importâncias cobradas.

Não restava senão uma solução: inventar um segundo papel-moeda. Foi o «mandat» territorial, criado pela lei de 18 de Março de 1796. Os «mandats» deviam ter curso como moeda e serem recebidos pelos particulares e pelo Estado. Comportavam a hipoteca e a transmissão especial de crédito sobre todos os bens nacionais. Em qualquer altura podiam ser trocados, sem qualquer lanço ou conferência, por uma porção de domínio público.

O Directório esperava muito do seu novo papel-moeda. Dirigiu aos Franceses uma patética proclamação para os convidar a depositarem confiança nos «mandats». Mas os Franceses tinham ainda sob os olhos o exemplo do «assignat», e não haviam ainda esquecido os inflamados discursos com que foi saudada a sua aparição. Tudo isto os tornava cépticos. Em segundo lugar, a lei de 18 de Março declarava que os «assignats» poderiam ser trocados por «mandats» territoriais à razão de 30 francos-assignats por 1 franco-mandat. Ora, 30 francos em «assignats» não valiam mais que dez cêntimos em metal. Segundo a mais impecável lógica, o «mandat» territorial não podia estar ao par do ouro, mas sòmente a um décimo. Estabelecendo entre o «mandat» e o «assignat» a relação fictícia de um para trinta, em vez da relação verdadeira de um para trezentos, os Conselhos tinham-se gabado, certamente, de elevar a cotação do antigo papel, mas foi o novo que baixou.

Para cúmulo de infelicidade, o Directório imaginou fazer valer o «mandat» pelos meios violentos que tão mal sucedidos foram com o «assignat»: multas e trabalhos forçados para aqueles que dissessem mal desse papel, multas e prisão para aqueles que se recusassem a recebê-lo, proibição de compras e vendas em numerário, obrigação de realizar todas as operações por meio de «mandats», etc. A França que estava em via de voltar, pela força das coisas, a uma moeda estável, encontrou-se, mais uma vez, mergulhada na desordem. Na sua magnífica «Histoire Financière», Marion, ao qual vamos buscar o essencial da nossa exposição, descreve muito sòbriamente este

regresso ofensivo da anarquia e conclui: «Todo o comércio estava paralisado pelo regime exclusivo dum dinheiro sempre incerto e móvel... Recusar aos cidadãos o direito de fazerem transacções à sua vontade era impedi-los de toda a actividade». Ligado ao «assignat», o «mandat» ia juntar-se a ele no abismo. Em fins de Março, apesar dos sabres da legião de polícia, o «mandat» perdia 65 % do seu valor, e 90 % em fins de Abril. Em dez meses, percorreu todos os caminhos que o «assignat» percorrera em seis anos. Por fim, em 4. de Fevereiro, foi votada a lei que o desmoedava. Para futuro, deixava de ter curso forçado, e seria substituído, à razão de 1 %, por títulos recebidos em pagamento de bens nacionais, mas que não tinham valor de dinheiro.

Em resumo: 45 biliões e meio de «assignats» estavam em 2 400 milhões de títulos que, por sua vez, se reduziam a 240 000 francos de numerário. Nestas condições, um bom patriota que, em 1790, acreditasse em Mirabeau e em Cambon, e tivesse guardado 3 000 francos de «assignats», encontrar-se-ia, em 1797, com vinte soldos por fortuna.

A partir deste momento, a política financeira do Directório transforma-se inteiramente, sem deixar de ser inábil e insuportável. Até então, vergara sob o peso dum papel super abundante e que não valia nada. Doravante, vai esgotar-se em busca dum numerário que vale muito, mas que se não deixa apanhar. Nunca a luta entre o fisco e os contribuintes teve um carácter tão áspero, e nunca a autoridade foi tão ávida e tão enredadora. Nunca a cobrança dos impostos foi efectuada com tanta dureza e, se a França não sucumbiu, foi porque a administração era ainda fraca e incoerente.

Nesta guerra de usura, a vantagem devia quase sempre estar do lado do público, cuja má vontade obstinada desafiava quaisquer medidas de rigor. Por isso, a toda a hora, o Directório se viu obrigado a recorrer a operações de crédito. Mas, como não inspirava senão uma reduzida confiança, encontra apenas credores de baixo estofo, fornecedores duvidosos, usurários, agiotas e outros bandidos da finança. Como os contratos dos fornecimentos militares, estes empréstimos são um pretexto infinito para comissões, corretagens, «luvas» e esbanjamentos de toda a espécie. O ministro da Marinha, Truguet, que necessitava de fundos para os seus serviços, pediu adiantada a certos negociantes de cereais a quantia de

420 000 francos e, em troca, assinou letras pelo dobro. Por isso, os 420 000 francos recebidos custaram 840 000 à República. E, quando os ministros dão o exemplo, os outros logo os imitam. Toda a gente vai buscar dinheiro às caixas do Estado, sem se importar com as formalidades nem com a contabilidade: os generais para os seus exércitos e os magistrados locais para os seus departamentos. Desde a parte superior até à inferior da escala, não há, no dizer do representante Gibert-Desmolières, senão «imprevidência, desordem e as mais vergonhosas delapidações». Os sofrimentos do país são piores que nunca. Seria preciso, para os pintar, reproduzir o quadro de miséria pública tal como foi reproduzido no dia seguinte ao do Termidor, carregando os traços até à mais extrema firmeza.

Só os ladrões prosperam e os ladrões recrutam-se entre os deputados e entre os membros das administrações departamentais. Max Beer, fornecedor dos exércitos, tem por sócios Fréron, Goupilleau, Delaunay, todos antigos convencionais. Um outro convencional, Clauzel, antigo vendedor ambulante e antigo montanhês, comprou, por um punhado de «assignats» imensas pastagens no Ariège. Quando era representante em missão, o maratista Dumont adjudicou por cinquenta mil libras o castelo de Plony que, com o mobiliário, valia seiscentos ou setecentos. Barrás tem Grobois, Fouché Ferrières, Camus, austero jansenista, um dos três representantes entregues por Dumouriez aos Austríacos, e recentemente trocados pela filha de Luís XVI, M.me Royale, é proprietário do magnífico domínio de La Chevrette, pertencente outrora a M.me d'Epinay e confiscado a sua filha, emigrada. Um erudito publicou a correspondência do obscuro Le Paige, deputado dos Anciães, com o seu homem de negócios, Dieudonné, que por um feliz acaso é também administrador do departamento dos Vosgos. Como representante da nação, fixa o preço das terras que ele compra como representante de Le Paige. «Confesso, escreve-lhe este, que os agiotas podem procurar bens a bons preços». Um outro investigador exumou as cartas do deputado Rovère a seu irmão, bispo constitucional do Vaucluse. O bispo tivera escrúpulos. O seu irmão aclamou-os: «Fiz-vos notar que se sobrevivermos à Revolução, seria muito agradável ter colocado ùtilmente as economias e não seriam uma ou duas aquisições a mais ou a menos que nos fariam perder a vida».

No meio desta desordem, é natural que o Directório tenha

considerado a guerra como a única garantia de duração. Em primeiro lugar, era o melhor meio de dar que fazer aos generais e aos soldados, para os quais se não encontrava qualquer ocupação no interior; em seguida, era, no caso de vitória, o enorme recurso da pilhagem e das contribuições forçadas.

Carnot, que tinha retomado o seu papel de organizador da vitória, concebera um vasto plano contra a Áustria. Sobre Viena marchariam três exércitos: os dois primeiros pelo vale do Danúbio e o terceiro pela Itália do Norte. Moreau e Jourdan, com o exército do Reno e o exército de Sambra e Mosa, formariam a primeira garra da tenaz; o exército dos Alpes formaria a segunda. Mas quem comandaria esta? Decididamente, não se poderia pensar em Hoche, ocupado na Vendeia, nem em Pichegru, suspeito de traição, nem em Schérer, manifestamente incapaz.

Carnot e Le Tourneur queriam um chefe resoluto e hábil; La Revellière, um anticlerical; Barrás desejava um que fosse contemporizador, e Reubell, por sua vez, queria um homem de pulso, capaz de organizar um saque que rendesse alguns milhões. Por fim, concordaram em escolher Bonaparte. Esta escolha causou escândalo. Bonarparte não contava no seu activo senão a vitória do 13 Vindemiário, e dizia-se, à boca fechada, que este general de rua devia a sua nomeação à noiva, Josefina de Beauharnais, que estava muito nas boas graças de Barrás. Cem vezes se fez alusão aos inícios de Bonaparte: o casamento gorado, a partida precipitada, os soldados conquistados, a disciplina restaurada, os generais subjugados, as proclamações vibrantes como uma fanfarra e — repentinamente — o trovão da vitória, Montenotte, Dego, Millesimo, os Piemonteses cercados, os Austríacos batidos, a tomada de Turim, o Adda atravessado em Lodi, a Lombardia conquistada em três dias, e a rendição de Milão numa embriaguez de triunfo (Abril-Maio de 1796).

Segue-se, depois, o cerco de Mântua. Quatro exércitos austríacos descem dos Alpes em socorro da famosa fortaleza. O primeiro é posto em debandada em três dias (Castiglione, 5 de Agosto); o segundo é atacado pela retaguarda, perseguido e esfacelado; o terceiro é atacado de flanco e obrigado a recuar (Arcole, 15-17 de Novembro); o último é esmagado ou capturado, coluna a coluna,

(Rivoli, 14 de Janeiro de 1797). Mântua rendeu-se em 2 de Fevereiro.

Terceiro episódio: a marcha sobre Viena. Bonaparte força a passagem do Piave e a do Tagliamento, apodera-se dos estreitos de Tarvis e de Neumark e leva as suas guardas-avançadas até Semmering, a 100 quilómetros da capital austríaca. Dali, oferece ao arquiduque Carlos um armístico que depressa se transformou, em Leoben, nos preliminares da paz (18 de Abril).

No segundo tomo da «Histoire Contemporaine» de Ernest Lavisse, Pariset deu à sua narrativa da campanha de Itália o nome de *Emancipação Política de Bonaparte*. Este título justifica-se. Num ano, o pequeno oficial corso, tornou-se não só o maior general da Europa, mas também o principal poder dentro da República. Os directores que o nomearam vêem-se agora na necessidade de o suportar. Por duas ou três vezes, assustados com a sua crescente popularidade, tentaram impor-lhe um adjunto que seria, ao mesmo tempo, uma espécie de espião a seu lado. De todas as vezes, a sua resposta foi pedir a demissão, e os directores recuaram. Ídolo do exército e do país, engrandecido ainda com os reveses de Jourdan e de Moreau na Alemanha, sabe que é indispensável e resolve-se a tirar partido desse facto. Tem a sua diplomacia, as suas finanças e a sua corte. Organiza à sua vontade os territórios conquistados. Trata reis e príncipes como de igual para igual. Dir-se-ia ser ele só o governo inteiro.

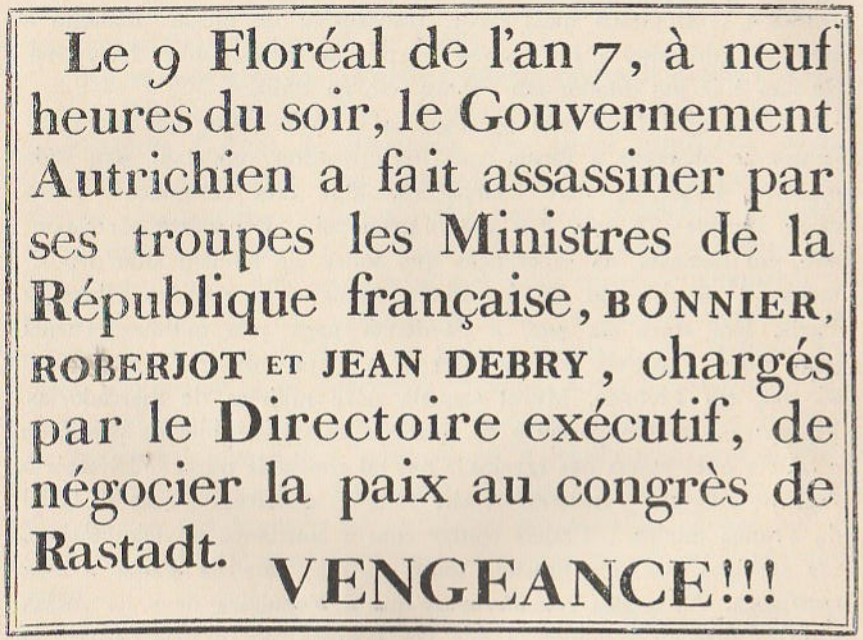
No mês de Setembro de 1796, o general Petiet, ministro da Guerra, observa num relatório oficial sobre o exército da Itália: «Como este exército se encontrou cedo em condições de se bastar a si mesmo, cessaram todas as relações entre ele e a minha pessoa e, não obstante as cartas urgentes que escrevi, não pude obter qualquer informação sobre o estado do serviço, nem do general em chefe, nem do chefe do estado-maior, nem do comissário pagador...». Em 1797, Bonaparte importa-se menos ainda com os directores. Atira para o cesto dos papéis as instruções que lhe enviam de Paris, manda retroceder o general que devia assistir às negociações de paz, trata como entende com o arquiduque, suspende por meio de um armistício feito à pressa a ofensiva de Hoche sobre o alto Danúbio e conclui os preliminares de Leoben sem recorrer a ninguém, como se se tratasse de um «condottiere».

O imperador reconhece à França a fronteira do Reno e abandona todas as possessões italianas. Em compensação, a República de Veneza é suprimida. Veneza e os estados de terra firme são anexados à Áustria, e as ilhas Jónias ficam pertencendo à França. O Estado Milanês, a Lombardia, o Ducado de Módena e a Romanha formam um único Estado: a República Cisalpina, à qual Bonaparte dá uma primeira Constituição, decalcada sobre a Constituição francesa. Um pouco mais tarde, transforma da mesma maneira a República de Génova, que passou rebaptizada em República Liguriana. Se não é já um ditador em França, é-o na Itália.

Seja qual for o seu prestígio, a verdade é que nos surpreendemos ao observar a forma como os directores suportam, sem nada dizerem, todas as suas usurpações. Mas esta resignação explica-se, porque — e esse é o ponto principal — Bonaparte correspondeu, em demasia, às esperanças que sobre ele haviam sido depositadas: a planície do Pó é posta a saque e os milhões afluem a Paris. Em troca da paz, a Sardenha paga três milhões, Parma paga dois, Plaisance entrega dez e o Papa entrega trinta. Num só dia, em Livorno, Murat saqueia doze milhões de mercadorias. De outra vez, desaparecem os quadros, estátuas, objectos preciosos e toda a ourivesaria das igrejas. Com tal chuva de ouro, o Directório reprime os seus rancores, recebe tudo e agradece; «Sois o herói da França inteira... Podeis contar com a confiança do Directório... Os serviços que nos prestais todos os dias dão-vos direito a essa confiança. As *somas consideráveis* que a República deve às vossas vitórias provam à evidência que vos ocupais, ao mesmo tempo, da glória e dos interesses da Pátria...» Entre o general faccioso e o governo reduzido ao último extremo, cria-se, deste modo, uma estranha associação: o general sustenta o governo e este assume a responsabilidade da política do general. Para futuro, tocar no Directório equivale a ameaçar a independência de Bonaparte e desaprovar os arranjos territoriais imaginados por Bonaparte será o mesmo que cortar os víveres ao Directório. Bem ou mal, Bonaparte torna-se, pelo menos provisòriamente, o apoio mais firme do regime, que ele está constantemente a ridicularizar. Na crise política que vai surgir, o exército estará com os revolucionários e contra os homens da ordem.

Quando dizemos a crise vai surgir servimo-nos de uma

expressão imprópria. A crise, de facto, surgiu no dia seguinte ao Termidor. Entre os revolucionários que se agarram ao poder e a França que reclama homens novos, nasceu, a partir desse momento, uma oposição completa. Pela primeira vez, nas eleições de 1795, apesar do decreto dos dois terços, o país manifestou o desprezo que sentia pelos convencionais. Em vez de escolher entre


Le 9 Floréal de l'an 7, à neuf heures du soir, le Gouvernement Autrichien a fait assassiner par ses troupes les Ministres de la République française, BONNIER, ROBERJOT ET JEAN DEBRY, chargés par le Directoire exécutif, de négocier la paix au congrès de Rastadt. VENGEANCE!!!

Fac-símile de um cartaz afixado nas ruas de Paris.

eles os quinhentos legisladores previstos, não nomeou mais do que duzentos e cinquenta e cinco. Os outros tiveram de ser nomeados pela própria Convenção. Além disso, estes duzentos e cinquenta e cinco são os mais notáveis dos antijacobinos: Lanjuinais eleito por setenta e três colégios, Boissy d'Anglas por setenta e dois, Pelet (de Lozère) por setenta e um e Thibaudeau por trinta e dois, Quanto aos duzentos e cinquenta do «novo terço», são todos moderados de 1791 ou liberais de 1789: Matieu Dumas, Vaublanc, Dupont de Nemours e Barbé-Marbois. Paris elegeu um familiar de Luís XVI, Pastoret, e um antigo advogado geral do Parlamento,

Danbray; Versalhes escolheu dois advogados do Rei no processo de Janeiro, Tronchet e Sèze.

Acusam o Directório de ter desorganizado a República, servindo-se alternadamente de cada um dos partidos extremos para abater o outro. Nos seus memoriais e trocas de impressões, os directores defenderam-se sempre de terem permitido esta manobra política e, de facto, se lermos atentamente as suas primeiras proclamações e as suas primeiras instruções aos comissários dos departamentos, não encontraremos ali senão a intenção bem marcada de continuar a política do Vindimário, isto é, a união dos republicanos contra os realistas.

De facto, quase todos os terroristas amnistiados são reintegrados nos seus lugares, a polícia subvenciona os jornais da esquerda e tolera a instalação, no antigo convento dos cónegos regulares de Santa Genoveva, dum novo clube «A Reunião dos Amigos da República», que será conhecido correntemente pelo nome de «Clube do Panteão». Por outro lado, as menores tentativas realistas são reprimidas com ferocidade. A Vendeia expira. Stofflet e Charette são fuzilados na Primavera de 1796. Com um pequeno bando proveniente de Berry, Phelippeaux apodera-se de Sancerre, mas não pode sustentar-se lá e as suas tropas dispersam-se. Um levantamento em Cevenas não foi mais bem sucedido. A resistência armada está extinta. Nas assembleias, o novo terço não passa duma minoria sem força. A oposição refugia-se nos salões ou nos cafés, onde se entrega a tagarelices sem consequências. No fim de 1795 e no princípio de 1796, a França encontra-se num estado que podemos chamar letárgico. Por acabrunhamento ou por indiferença, não reage a coisa alguma, e este aniquilamento dá ao Directório uma aparência de solidez. Mallet du Pan, observador malicioso mas lúcido, nota, no seu boletim de 22 de Novembro: «Todas as molas estão relaxadas; os terroristas encontram-se em liberdade, mas o terrorismo dormita. Cada partido se observa e se teme a si próprio; o povo, sempre imbecil, vendo preenchidos os novos lugares, e vendo também um Corpo legislativo, um Directório e ministros, julga que tem um governo e — o que é mais — um governo constitucional».

A união dos republicanos não durou: havia muitos ódios entre eles. A ruptura foi provocada por um pequeno grupo de Jacobinos

ressabiados, que acalentam projectos de vingança: Robert Lindet, que tinha sido preso depois da insurreição do Prairial; Amar, que fora condenado a degredo; Félix Le Pelletier, Chasles, Darthé e Germain, todos recentemente amnistiados. Mas os seus rancores não faziam um programa. Por isso, ao cabo de alguns meses, foram obrigados a pôr-se em contacto com o jornalista Babeuf, que defendia no seu jornal, «Le Tribun du Peuple», as idéias comunistas de Robespierre.

Antes da Revolução Babeuf era feudista: por profissão, tinha trabalhado para a reacção feudal. Em 1789, na sua terra de Montdidier, Roye e Perona, tomou parte nos motins contra o fisco e distinguiu-se pela violência das suas opiniões. Feito membro do distrito de Perona, foi acusado de ter falsificado uma escritura de venda e condenado por contumácia a dez anos de cadeia. Refugiado em Paris, encaixou-se com a protecção do Marechal num pequeno emprego na Comuna. Descoberto, preso, posto em liberdade sob caução e por fim absolvido, cai na miséria, alimentando a muito custo a mulher e os três filhos. Mas esta miséria não o impede de conservar com a ajuda um jornal de um tipógrafo dantonista. Fréron é seu amigo e gaba-se no seu jornal de ser o *Átila dos Robespierristas*. Afasta-se pouco a pouco dos seus protectores e, por instigação de Fouché, denuncia no seu jornal a «retrogradação alarmante que se opera». Preso depois do motim de Prairial e levado para Arrás, dá a última demão, com um outro preso, Carlos Germain, na sua doutrina económica e social, que não cessará de defender à força de citações de Robespierre e Saint-Just.

A sua ideia é que sossobrou a Revolução porque ela não foi levada até ao fim. Eram boas todas as medidas que ela tomou: máximo, mobilização, contribuições revolucionárias, estatização do comércio sobre a autoridade do Estado, nacionalização das fábricas de guerra, repartição autoritária das mercadorias. Mas era apenas um pequeno passo para «a reforma radical das propriedades», isto é «a comunidade dos bens e dos trabalhos». Bem entendido, o colectivismo integral será ditatorial.

O comunismo conquistou todos os assignats de Babeuf? Não é provável. Encontram-se entre eles, com os destroços do estado-maior robespierrista e os sobreviventes da Montanha, Duplay Bouchotte, Turreau, Javogues, Juliano (de Drôme), Barère, David,

Pons (de Verdun), Lecointre, estalajadeiros que compram o jornal para os seus clientes, funcionários, artesãos, homens de lei, negociantes, o irmão e a viúva de Lebon, o genro de Pache, a irmã de Marat, uma filha de Duplay, a viúva de Lazowski, reunidos apenas pela comunidade do ódio. A doutrina não foi mais do que uma máquina de guerra para abalar o regime. Igualdade de salários, supressão da propriedade, socialização das subsistências, guerra aos ricos, guerra aos abastados: havia nela tudo o que era necessário para agir nos «faubourgs». O partido de Babeuf nasceu assim, da aproximação de terroristas decaídos, de teóricos comunistas, de operários infelizes e de pequenos burgueses arruinados.

Os prosélitos surgiram ràpidamente. Félix Le Pelletier era rico. Procuraram-se os outros comanditários e, entre eles, o ex-marquês d'Antonelle e o príncipe alemão Carlos de Hesse. Fundou-se um novo jornal destinado à classe popular e obteve-se a adesão do Clube do Panteão, bem como da legião da polícia. Foi nomeada uma Junta insurreccional secreta, que organizou um serviço de informações, uma administração civil e um estado-maior militar. Cada um tinha o seu papel e a sua tarefa a desempenhar. Era necessário que todos os dias aparecesse um cartaz e uma brochura. O poeta Sylvain Maréchal compunha canções populares revolucionárias, que eram depois entoadas nos cafés e nas praças públicas:

Ah! pobre povo; adeus século de ouro!
Já não esperes senão jejum e miséria!
Passou o 10 Termidor
Dia em que imolaram Robespierre!

Estes revolucionários eram sérios como Padres da Igreja ingénuos como crianças e formalistas como procuradores. Nunca houve conspiradores que rabiscassem tanto papel. A Junta insurreccional mantinha um registo das suas deliberações, recebia relatórios e expedia circulares. Havia guiões, sinetas, palavras de santo-e-senha. Os directores, que foram informados do que se passava por um agente da polícia secreta, deixaram as coisas atingir um certo desenvolvimento, mas conservaram-se sempre de atalaia. Quando julgaram que o fruto estava bem maduro, trataram de o colher. A legião da polícia foi dissolvida, o Clube do Panteão encerrado

e Babeuf, com os seus cúmplices, foram presos (3 de Março a 10 de Maio de 1796). Para obrigarem todos os comparsas a desmascararem-se, alguns agentes provocadores organizaram uma arruaça no campo de Grenelle, e houve assim um pretexto para lançar a rede pela segunda vez (9 de Setembro). Por fim, o Supremo Tribunal de Vandoma condenou à morte Babeuf e Darthé, ao mesmo tempo que uma comissão militar, com sede no Templo, mandou fuzilar trinta e um acusados, entre os quais se encontrava o antigo convencional Javogues.

Exceptuando o desenlace, a *conjuração dos Iguais* assemelha-se muito a uma conspiração de opereta. Apesar das patéticas exortações do Directório, tal conjuração deixou o público indiferente. Ninguém a tomou a sério e, muito menos, foi tomado a sério o zelo imprevisto do governo ao armar-se em defensor da ordem e da propriedade. Entre o regime e o país havia um fosso que alargava dia a dia. Se a Constituição do ano III tivesse trazido paz e bem-estar, não há dúvida de que teria sido aceite com mais ou menos resignação. Mas, num ano, dissiparam-se todas as ilusões. A vida torna-se mais difícil que nunca e a reacção acentua-se cada vez mais. A falência do «assignat» e a queda do novo papel precipitam essa reacção. Os emigrados regressam, o catolicismo renasce, os padres deportados voltam e os constitucionais reformam a sua Igreja. Dirigida por uma agência denominada «Instituto Filantrópico», a propaganda realista intensifica-se. As ruas que tinham mudado de nome voltam a ter os nomes antigos, quase todos de santos. Proíbe-se o toque dos sinos, mas as igrejas estão cheias de fiéis e as cerimónias religiosas realizam-se com regularidade. Sem que a questão duma restauração monárquica fosse abertamente posta, a massa volta-se insensìvelmente para os homens e para as ideias de outrora. Toda a gente anseia por repouso, por segurança e por todos esses bens humildes e preciosos que tornem a vida possível e que a realeza tinha assegurado. Luís XVIII lança nova proclamação, prometendo o esquecimento dos erros, das injustiças e dos crimes e apelando para todos os franceses de boa vontade e amigos da ordem.

Esta hábil reviravolta era obra dum novo estado-maior monárquico, cujo inspirador, um antigo conselheiro do Parlamento de Aix, chamado André, foi tirado da sombra, em que se comprazia,

pelo Sr. Bessand-Massenet, graças aos seus estudos nos arquivos ingleses.

Hábil e bem-falante, amando o dinheiro como alguém que é entendido na especulação, monárquico sincero, mas sem ilusões, André representara nos Estados Gerais e na Convenção o papel dum manobrador de corredores. Emigrado em 1792, viveu em Londres, depois na Alemanha e Suíça, não se mostrando muito, gerindo cuidadosamente a fortuna que ele tinha à sua guarda, sempre a par das mais secretas negociações. Conseguira que a maior parte dos fundos distribuídos pelo gabinete britânico no Continente lhe passasse pelas mãos e servia-se deles para organizar em França um certo número de redes encarregadas de transmitir as informações e instruções, e encaminhar os emissários e o dinheiro.

O seu plano consiste em aproveitar-se da apatia geral para conquistar o poder por meios legais, isto é, formando a opinião por meio de uma propaganda incansável e não revelando os seus fins senão a um. «Vede os Girondinos». Primeiro, juraram eles próprios fidelidade à constituição monárquica: só atacaram os agentes. Procuraram tornar-se senhores das eleições, para formarem uma maioria na Assembleia, nas autoridades constituídas, nos estados-maiores do exército e da guarda nacional; em seguida aproveitaram-se das faltas do governo e por fim revolveram tudo: os homens fizeram o que os exércitos não teriam podido fazer... Robespierre não procedeu doutra forma».

A restauração não pode efectuar-se senão com o consentimento dos burgueses conservadores, compradores, na maior parte, de bens nacionais, e, com a aquiescência tácita dos rurais, inimigos para sempre de toda a ressurreição feudal. Por outras palavras, não existe nenhuma probabilidade de reerguer o trono e restabelecer a paz social, a não ser que se aproxime e funda numa amálgama largamente cimentada os que pactuaram com a resolução e que estão cansados dela, com aqueles que a sofreram mas que aspiram igualmente ao repouso. O Conde de Précy, herói da revolta lionesa, o padre Bernier que, durante o Terror, dirigiu em Paris a agência clandestina do partido realista, apoiam André.

Organiza-se uma *máquina*. Com o nome de *Institutos Filantrópicos*, um chefe da organização, Des Pommelles, antigo colaborador de Ségur no ministério da Guerra, cria um pouco por toda a

parte sociedades de modelo jacobino que agrupam e repreendem os eleitores, explorando todos os seus descontentamentos, sem descobrir ainda uma doutrina política caracterizada. Expulsam-se os corrompidos, protege-se a propriedade. Entre os propagandistas, encontram-se nobres, cultivadores, negociantes, padres, homens de lei. Em Bordéus, um antigo plantador de São Domingos; no Périgord, um organista; no Maine-et-Loire, o jornal filantrópico, «Les Petites Affiches d'Angers», é dirigido por um professor da escola central do departamento. Nascem em Paris outras folhas, «Le Mémorial», «Tribune Politique», «Europe Politique et Litéraire», «Orateur Constitutionnel». Nunca o movimento foi conduzido com tanto método, unidade e vigor.

As eleições de Março e de Abril de 1797 foram um desastre para o governo. Dos duzentos e dezasseis convencionais que representam o terço que sai, apenas treze conseguem ser reeleitos e dois deles em assembleias ilegais. Todos os novos eleitos são adversários do regime, das leis e da gente da Revolução. A eleição de alguns causa surpresa, por se tratar de pessoas vindas de longe. Assim sucede com Fleurieu, ministro da Marinha no reinado de Luís XVI, com Murinais, marechal de campo nos exércitos reais, e com Tronson du Coudray, advogado de Maria Antonieta. Se o país não sabia exactamente o que queria, ao menos dizia claramente o que não queria.

A mudança de maioria deu-se logo a conhecer na reabertura do Parlamento. Como a sorte designou Le Tourneur para sair de director, os dois Conselhos escolheram, para o substituir, Barthélemy, que tinha negociado o tratado de Basileia e cujas ideias monárquicas eram bem conhecidas. Barthélemy teve, nos Quinhentos, 309 votos para 458 e, nos Anciães, 138 para 218. Logo a seguir, os Conselhos formularam o seu programa. No interior, tratar-se-ia da pacificação religiosa, da restauração financeira, da estreita fiscalização das contas públicas e da renovação das administrações; no exterior, era necessário olhar pela paz geral, acabar com as aventuras e condenar o imperialismo e a propaganda.

As duas partes do programa estão evidentemente ligadas: não se poderão restabelecer as finanças sem, ao mesmo tempo, renunciar à guerra. Para reconstituir a sua riqueza, o país tem necessidade de todos os seus filhos. Por outro lado, com um governo incerto e desacreditado, está-se à mercê do menor revés e será absurdo fazer conquistas, sem que haja força para as conservar. Que importa que a Itália do Norte esteja cheia de Repúblicas aliadas, se não há pão em Paris e se, à primeira surpresa, estas anexações se deverão desmantelar como um castelo de cartas?

Todo este plano é perfeitamente sensato e, como bom pronúncio, os Conselhos apressam-se a revogar uma série de leis terroristas ainda em vigor contra os padres refractários e contra os parentes de emigrados. Mas apesar da sua vitória eleitoral, não lhes será possível ir mais longe.

Dos cinco directores, não podem contar em absoluto senão com Barthélemy, e este é um homem gasto, tímido, habituado às intrigas parlamentares e incapaz de decisões audaciosas. É certo que é ele o que mais vezes se vê apoiado pelo seu colega Carnot, mas este continua a ser republicano e tem certo rancor aos moderados, pelo facto de eles não terem eleito, em vez de Barthélemy, o ministro da polícia, Cochon, jacobino arrependido e funcionário de pulso.

Em segundo lugar, a própria maioria está dividida. Na extrema direita, há uns vinte deputados realistas que se agrupam em volta de Imbert-Colomès e de Pichegru. São homens decididos que se não deixam embaraçar com a escolha de meios. Mantêm um embrião de organização militar e, na ocasião própria, não recuariam perante um acto de força. O grosso do partido tem-nos na conta de furiosos e sofre com impaciência as suas propostas incendiárias. Camilo Jordan, Royer-Collard e as respeitáveis personagens que formam com eles o que hoje chamaríamos o centro da direita declaram não ter quaisquer preocupações hostis à República, proclamam em todas as circunstâncias que se manterão dentro da legalidade e, com uma candura inaudita, julgam poder aterrorizar os antigos partidários da guilhotina por meio de moções de censura e de ordens do dia de confiança. Por último, à esquerda dos conservadores, agitam-se ainda uns cem convencionais, sem dúvida vindos de longe, mas que se mostram hostis a qualquer reacção mais acentuada, com

medo de serem eles mesmos as vítimas de tal atitude. André, muito visto, não pôde fazer-se eleger em Paris. «Tenho um desgosto mortal, escreveu. Teria sobre os meus colegas uma influência que me foi impossível adquirir fora». É certo que Gilbert-Desmolières recebe em sua casa, na rua de Clichy, os mais notáveis membros dos três grupos, mas as relações de salão não formam um partido e, se há entre os frequentadores de Clichy um entendimento vago e intermitente, nunca houve verdadeira coesão.

Barrás e Reubell eram os que mais em perigo se sentiam por causa das suas delapidações e do seu passado. Jogando com o perigo clerical, conseguiram chamar a si La Révellière-Lépeaux, que não era mau homem, mas que, sendo o criador duma religião laica — a teofilantropia — via em cada padre um inimigo pessoal. Por último — e isso foi o principal — alarmaram os generais, fazendo-lhes ver que o fim da guerra seria o fim da sua glória, dos seus empregos e das suas ambições.

Em Julho, apertados pelos Conselhos, os directores resignaram-se a demitir os seus ministros, mas, em vez de escolherem os sucessores entre os frequentadores de Clichy, foram buscá-los a uma sociedade muito republicana que se reunia no antigo palácio de Montmorency. Como um verdadeiro desafio, o ministério da Guerra foi confiado a Hoche, vencedor da Vendeia e metralhador de Quiberon. Sem demora, Hoche destacou do exército de Sambra e Mosa uma divisão que marchou sobre Paris. Um artigo da Constituição proibia que se fizessem passar tropas a menos de 60 quilómetros do lugar onde o corpo legislativo se reunia. Avisados da chegada de Hoche, os Quinhentos pediram explicações ao Directório. Barrás tinha maquinado tudo aquilo sem nada dar a conhecer a Carnot, que era o encarregado dos assuntos militares, mas, vendo que o caso se azedava, não insistiu. Os soldados afastaram-se do limite constitucional, e Hoche, que não tinha ainda a idade requerida para ser ministro, pediu a demissão. Bonaparte ofereceu-se para o substituir.

Numa proclamação feita ao exército para solenizar o 14 de Julho, Bonaparte afirmara uma vez mais o seu lealismo republicano e, por sua instigação, os regimentos colocados sob as suas ordens tinham assinado mensagens muito violentas, em que asseguravam

aos directores a sua inteira dedicação: «Há homens que, cobertos de ignomínia e saturados de crimes, se agitam e conspiram no meio de Paris, quando nós triunfamos às portas de Viena... Contamos com as leis e as leis calam-se... É necessário que os exércitos pacifiquem a França...»

Enquanto os graves cavalheiros da maioria perdem o seu tempo com tagarelices e com recriminações, Barrás reúne trinta mil homens nas proximidades de Paris e Bonaparte dá-lhe Augereau para os comandar. Os Conselhos, postos ao corrente destes preparativos, não têm a audácia de lançar a acusação contra o organizador do golpe de Estado. Em 4 de Setembro de 1797, (18 Frutidor), pelas três horas da manhã, as Tulherias foram cercadas e, quando os deputados, convocados à pressa pelos seus presidentes, se preparam para reunir em sessão, são apanhados como se apanham ratos numa ratoeira. Ao meio dia, os emissários do governo agrupam os membros da maioria e obrigam-nos a aprovar a operação.

Os decretos do 19 Frutidor anulam as operações eleitorais de 49 departamentos; 198 deputados que cumprem o mandato pelo menos há quatro meses, são invalidados; 165 cidadãos (e entre eles dois directores e 63 deputados) são exilados; a legislação terrorista contra os emigrados e contra os padres refractários volta a ser posta em vigor; a imprensa é colocada durante um ano sob a vigilância da polícia; os jornais da direita são suspensos e os redactores condenados a trabalhos forçados.

A lista dos proscritos continha realistas e republicanos. Dir-se-ia que os haviam escolhido, não pelas suas opiniões, mas pela sua honestidade. Carnot (que felizmente se tinha escapado) lá figurava com Barthélemy, Jordan, Tronson du Coudray (que morreu na Guiana), Barbé-Marbois, Siméon, Mathieu-Dumas... Para substituir Carnot e Barthélemy, o Parlamento escolheu Merlin (de Douai) e François (de Neufchâteau).

Desembaraçados da oposição, os directores e Bonaparte apressaram-se a colher os frutos da sua vitória comum. Em 30 de Setembro de 1797, o ministro das Finanças, Ramel, punha em vigor uma lei que reduzia dois terços à dívida pública: era uma bancarrota de dois biliões. Em 17 de Outubro seguinte, os preliminares de Leoben eram transformados num tratado definitivo em Campo Fórmio: era o reconhecimento do proconsulado napoleónico. Bar-

rás e Bonaparte tinham-se portado como bons e leais associados. Mas quanto tempo iria durar o seu entendimento?

André conseguira fugir. Não voltou a ser visto senão, sob a Restauração, muito rico e pai de nove filhos. Em reconhecimento dos seus serviços, Luís XVIII nomeou-o intendente das Florestas e Domínios da Coroa. Tentara acabar com a Revolução por meio das vias pacíficas e constitucionais. Fracassara, porém, em virtude da eterna fraqueza dos moderados, sempre tímidos, sempre rivais. Mas o adiamento indefinido da monarquia constitucional não significava mais do que a guerra e a aventura.

16. BRUMÁRIO

DESDE o Termidor que o governo da França era presa dum bando completamente isolado não só do grosso da nação, mas mesmo da minoria revolucionária. Representando-se apenas a si próprios, os directores e as suas criaturas tinham-se instalado no poder como quem se instala numa praça forte; mas, quando pediram socorro para tentar uma sortida, a sua fraqueza manifestou-se tão claramente que, tendo dizimado a direita em 18 Frutidor, viram-se, a partir do dia seguinte, arrastados para a extrema esquerda.

Depois do golpe de Estado, demitiram-se ou depuraram-se todas as administrações departamentais, destituíram-se metade dos juízes, criaram-se tribunais de excepção e renovou-se o pessoal dos ministérios e das embaixadas. Tanto os lugares novos como os antigos voltaram a cair nas mãos dos Jacobinos. A Convenção, ao expirar, interditara o acesso a cargos públicos aos reaccionários e aos moderados; esta lei foi posta de novo em vigor. Os padres devem prestar juramento de fidelidade à República e ódio à Realeza. Se se recusarem, serão deportados por medida individual. Os emigrados regressados e não sumidos são obrigados a voltar para o estrangeiro dentro de quinze dias, sob pena de terem de comparecer perante uma comissão militar e serem fuzilados. Num ano, foram enviados para a Caiena 1 448 padres franceses e 8 235 padres belgas. Muitos nobres, que nunca haviam deixado a França mas que tinham sido inscritos nas listas de emigrados apenas para lhes

confiscarem os bens, não escapam ao pelotão de execução senão abandonando precipitadamente a família e a pátria.

É o Terror, mas um Terror manejado por tartufos. A Convenção, ao menos, levantara o cadafalso no centro de Paris. Quando o Directório fuzila, é às ocultas, em Grenelle. Além disso, a vista do sangue derramado amedronta-o e, por isso, não se atreve a voltar à guilhotina. Às execuções públicas que causam aversão e provocam piedade prefere a longínqua agonia nas febres tropicais. Não mata: obriga a morrer.

Os primeiros deportados são em número de dezoito, entre os quais o director Barthélemy, negociador do tratado de Basileia, o general Pichegru, conquistador da Holanda, o presidente dos Anciães, Barbé-Marbois, e o presidente dos Quinhentos, Laffon de Ladebat. Metem-nos em gaiolas rolantes, sem molas, com grades de cima a baixo e abrindo de um dos lados por uma única porta com cadeado. Quando chove, a água escorre das clarabóias superiores. A cada balanço, os ocupantes são atirados duma parede contra a outra. Chegam a Arrochela cobertos de pisaduras e mortos de fadiga. Conduzem-nos num barco de condenados às galés de celas estão imundas e onde não gozam de ar puro senão duas horas por dia. Por último, deixam-nos passar fome. Para os condenados do ano seguinte, religiosos e jornalistas, restabelece-se a cadeia de forçados: o comboio a pé, sob ferros, até Rochefort. Segue-se o barco, o calor e as epidemias. Dos 193 deportados vindos para a Guiana pelo «Décade», morreram 156; dos 120 vindos pelo «Bayonnaise», morreram 119. Quando os cruzadores ingleses impedem os transportes, amontoam as vítimas nas casamatas das ilhas da Ré e de Oléron e ali as deixam apodrecer na imundície.

Os Directores não perseguem os padres senão para melhor atacarem a religião. Estes homens, que são especuladores, são também doutrinários e agarram-se cada vez mais à sua doutrina, muito principalmente porque é por meio dela que conseguem escapar ao íntimo desprezo do seu próprio pensamento. Não acalentam qualquer ilusão nem sobre a vida que levam, nem sobre o regime que criaram, nem sobre o pessoal que empregam. Mas, na lama em que se afundam, conservam como que um resto de ideal. Libertar o espírito humano, estabelecer uma moral racional é ainda um pedaço de sonho revolucionário. Ao servir esse ideal, afirmam a

fidelidade à sua juventude e armam em teóricos e em filósofos. Pouco se lhes dá que os tratem como sectários, iluminados ou fanáticos. Talvez assim se esqueçam de lhes chamarem podres.

Devido à sua submissão política, os padres constitucionais julgaram escapar à perseguição; foi, porém, uma falsa esperança e um mau cálculo. O bispo Gregório, *Gregório primeiro de Paris*, é tão difamado como o papa Pio VI, *Pio último de Roma*. Ajuramentados e refractários são confundidos sob a mesma denominação de beatos, e nada valem todos os protestos.

O decreto directorial de 3 de Abril de 1798 prescreve a estrita observância do calendário republicano, como sendo uma das medidas mais próprias «para fazerem esquecer até aos últimos vestígios do regime real e sacerdotal». Portanto, não haverá mais domingos nem dias de descanso, além dos aniversários republicanos — 21 de Janeiro, 14 de Julho e 10 de Agosto — descanso obrigatório do «décadi» para todos os cidadãos, cerimónias decadárias presididas pelas autoridades e obrigatórias para os alunos das escolas, interdição de celebrar os casamentos civis em outra ocasião que não seja à saída da cerimónia decadária. Durante dois anos, apesar das troças e das resistências, o Directório encarniçou-se em impor esta religião sem Deus e que ninguém aceitava.

Quando o país inteiro se sentia atormentado pela necessidade de absoluto e pela inquietação do além, os sermões cívicos declamados pelo administrador de cantão, eram — mesmo quando ajudados pelo órgão — derivativos bem medíocres. No entanto, o caso seria apenas para rir, se não tivessem surgido por toda a parte as mais absurdas medidas. Para impedir os católicos da abstinência, era proibido vender peixe em certos dias. Em cada «décadi» havia pelotões de polícia que percorriam os campos com o fim de não permitir o trabalho. No cantão de Manosque perseguiram a tiro os lavradores que estavam a trabalhar. Em Ille-et-Vilaine, uma pobre velha de 82 anos foi multada por estar a fiar na sua roca à porta de casa. As lojas fechavam todos os «décadis» e estavam abertas aos domingos. Em Estrasburgo, foram processados trezentos e cinquenta jardineiros por se não terem apresentado no mercado no domingo anterior.

Esta fúria de querer regulamentar as ideias e os costumes vai tão longe que a censura se estende da imprensa ao teatro. O repor-

tório é expurgado, os nomes das personagens são modificados e os imperadores de tragédia são mudados em magistrados republicanos. Como aos espíritos foi vestida a libré revolucionária, pensa-se depois em obrigar os corpos a envergá-la também. David propõe um uniforme de cidadão e tratam de lhe desenhar o modelo. No entanto, não se resolveram a adoptá-lo; apenas impuseram o uso da roseta tricolor.

Mas isso não basta. O partido revolucionário exige um regresso completo ao regime de Robespierre sob a sua forma social, bem como sob a forma política e, como as eleições deverão realizar-se na Primavera de 1798, espera reconquistar a maioria dos Conselhos, valendo-se da exasperação geral.

Depois do perigo da direita, o perigo da esquerda. O Directório não perde tempo a filosofar sobre esta manobra política que se lhe tornou já familiar. Designa oficialmente os seus candidatos, apoia-os com uma pressão descarada, suspende os jornais que os combatem e, como precaução, decide que os eleitos serão validados, não pela nova legislatura, mas pela antiga, isto é, por aqueles mesmos que eles combateram.

Os proscritos do Frutidor não tinham sido substituídos: não era, portanto, o terço que seria necessário preencher, mas sim mais de metade das cadeiras vagas, ou seja 437 para 750. Apesar das ameaças e das fraudes, os escrutínios foram uma catástrofe para o governo. Instruídos pelo golpe de Estado que no ano anterior tinha sido vibrado e que lhes dava a conhecer a nulidade do regime electivo, os moderados abstiveram-se em massa. Quase por toda a parte, as assembleias primárias foram compostas por terroristas e, quando se deu fim às últimas contagens, verificou-se que trezentos *anarquistas* iam ter assento no Palais-Bourbon e nas Tulherias. A resposta não se fez esperar. François (de Neufchâteau), director cessante, não se devia retirar senão depois da posse das novas Câmaras. No entanto, abandonou o seu lugar mais cedo e os Conselhos, batidos, deram-lhe como sucessor um burguês de pulso: Treilhard. Por último, esses mesmos Conselhos quiseram dar-se ao trabalho de verificar os poderes dos seus sucessores e encontraram numerosas ilegalidades. Em 11 de Maio (22 Floreal) resolveram excluir 98 deputados. Mas, destas 98 cadeiras, apenas distribuíram aos seus amigos 45 e deixaram ficar as outras sem

titulares. Para apreciar, como convém, a beleza desta operação, será preciso lembrar que, dois meses mais cedo, se tinha celebrado, com grande pompa, a festa da Soberania do povo.

O 22 Floreal valeu, para os Directores, uma moratória de um ano, mas, se entravou a tendência para a esquerda, não conseguiu quebrá-la. Os Jacobinos continuaram a sua propaganda no país, e, como perceberam que o programa de Babeuf era, mais que nunca impopular, mudaram ràpidamente a sua palavra de ordem e substituíram a *guerra aos ricos* pela *guerra aos pobres,* campanha hábil e suficiente para reunir debaixo da mesma bandeira os descontentes de todos os partidos. E, depois, a mina era inesgotável e não havia a recear a falta de argumentos!

Discursos inflamados entregaram confusamente à execração pública os enriquecidos pela guerra, os fornecedores do Estado, os *abutres,* os *vampiros,* os *sanguessugas* do povo, os *modernos Verres.* O défice foi apresentado como consequência da pilhagem e os Directores denunciados como cúmplices e criaturas a soldo dos banqueiros e dos ladrões. Uma comissão encarregada de fazer um inquérito sobre esta desmoralização apresentou um relatório ameaçador: «Não existe sector algum da administração pública, dizia ela, onde a corrupção e a imoralidade não tenham penetrado. Uma indulgência mais longa tornar-nos-ia cúmplices desses homens que a voz pública acusa. É necessário atirar toda essa gente abaixo dos seus carros sumptuosos e precipitá-la no aniquilamento do desprezo público, visto que a sua fortuna colossal atesta os meios infames de que ela se serviu para a adquirir».

A táctica dos Jacobinos foi coroada de êxito. Nas eleições do ano VII (Março-Abril de 1799) recolheram os votos dos católicos e dos moderados que, não podendo fazer vingar os seus, asseguraram, por ódio ao governo, o triunfo dos *anarquistas.* A vaga era tão forte que o Directório não se atreveu a recomendar a operação do ano anterior. Os trezentos novos eleitos tomaram conta dos seus lugares em 20 de Maio e foram todos validados. Desta vez, a maioria estava bem derrubada, e houve a impressão geral de que o Directório ia todo a terra.

No entanto, dos cinco reis, é necessário exceptuar o ex-padre Sieyès que tinham ido buscar à embaixada de Berlim para o instalarem no lugar de Reubell. Apóstolo e regicida, tem todos os

estigmas que distinguem o revolucionário de primeira água. Havendo sabido calar-se e esconder-se por ocasião da Convenção, não tem qualquer compromisso com os comunistas. Por outro lado, estando fora do poder há quatro anos, beneficia daquela grande força dos que souberam fazer-se desejar. Como disse Alberto Vandal, a sua reputação aumentou com tudo aquilo que ele deixou de fazer. O seu silêncio está cheio de pensamentos e, quando fala, é por oráculos. Desde a morte de Condorcet que a República não tem filósofo. Sieyès desempenha esse papel. É misterioso, profundo e ininteligível. Todos os partidos reclamam este homem e a Constituição que ele traz na cabeça. De resto, Sieyès pouca importância liga aos seus novos colegas e, quando se digna citá-los, fá-lo com desdenhoso desprezo. É necessário exceptuar também o visconde Paulo Barrás. Esse é um podre por excelência. No entanto, é inteligente; arma-se em espadachim e, de tempos a tempos, brande ruidosamente o sabre do Termidor e do Vindemiário. Mas tem demasiada necessidade da República para não pôr o seu sabre ao serviço do mais forte.

Em 16 de Junho, os Conselhos declararam-se em sessão permanente e desencadearam a sua ofensiva contra o Executivo. Verificaram que a eleição de Treilhard não era regular. Pediram-lhe que se fosse embora e Barrás convenceu-o a isso, sem grande dificuldade. Sem dizer uma palavra, Treilhard pegou no guarda-chuva e foi dormir para sua casa, na rua Maçons. Restavam La Révellière e Merlin. No dia 18, uma moção dos Quinhentos declarou-os indignos de desempenharem funções públicas. Houve, entre os Directores, uma discussão violenta. As duas vítimas não queriam ir-se embora.

Barrás e Sieyès procuravam incutir-lhes medo, mas sem resultado. Por fim, com a ameaça de lhes ser instaurado um processo, resignaram-se a pedir a demissão, mas declararam que era com a forca na garganta que a assinavam.

Tornava-se necessário substituir os que partiam. Sieyès conseguiu que elegessem três nulidades que ele esperava dominar: Gohier, que fora ministro da Justiça no tempo da Convenção, Roger-Ducos, antigo juiz de paz em Dax e antigo convencional e, finalmente, o mais desconhecido dos generais, Moulins, que tinha ganho o seu posto como ajudante de Santerre (18 de Junho — 30 Prairial).

Os ministérios e o estado-maior foram também depurados.

Puseram fora os arrangistas mais notórios e substituíram-nos por alguns sobreviventes da Montanha. Robert Lindet, que voltava a aparecer, ficou com as Finanças: Bernardotte e Marbot, ambos conhecidos pelas suas opiniões exageradas, ficaram, respectivamente, com a pasta da Guerra e com o comando militar de Paris. Por fim, sob o nome de *Sociedade dos Amigos da Igualdade e da Liberdade*, os Jacobinos reconstituíram o seu clube, e o governo concedeu-lhes, como lugar de reunião, a sala do Picadeiro, isto é, aquela que tinha abrigado a Constituinte, a Legislativa e a Convenção nos seus princípios.

Os novos Jacobinos ardiam em desejos de se tornarem dignos dos seus modelos. As suas reuniões e os seus discursos não foram outra coisa senão apelos à vingança e ao assassínio. Um pedia a imolação de cinquenta mil burgueses aos manes de Robespierre e de Babeuf; outro pedia que fossem postas em vigor leis revolucionárias sobre o comércio e a propriedade, e outro, finalmente, pedia que restabelecessem as sociedades populares com todas as suas atribuições de vigilância e polícia. Da província, anunciava-se que «os homens do sangue» deixavam os seus esconderijos e vinham para a rua. Voltar-se-ia aos tempos da guilhotina? Os *anarquistas* faziam suspirar pelos *podres*.

Depois da renovação do Directório, os Conselhos mantiveram-se ainda dez dias em sessão permanente e, antes de se separarem, promulgaram duas leis de excepcional gravidade (28 de Junho). A primeira ordenava a mobilização de todas as classes que não tinham ainda sido chamadas totalmente, e a segunda estabelecia, sob o nome de empréstimo forçado, um levantamento, sobre o capital, de 100 milhões. Duas semanas mais tarde (12 de Junho), a lei dos reféns ressuscitava as Juntas revolucionárias e encarregava-as de organizarem em cada comuna a lista dos aristocratas e dos parentes de emigrados, que seriam, para futuro, considerados responsáveis pelos assassínios de *patriotas* nos departamentos em que houvesse alteração da ordem. Por cada *patriota* assassinado, seriam deportados quatro reféns. Se houvesse roubo ou pilhagem, pagariam eles a indemnização.

Mas uma coisa é votar as leis e outra é aplicá-las. O país, que acolheu sem nada dizer os golpes de Estado da direita e da esquerda, está igualmente cansado da política e da guerra. Desper-

tado um momento pelas vitórias de 1796, recaiu na sua indiferença. Ninguém quer ser soldado. O alistamento é acolhido com uma resistência quase geral dos recrutas que, em vez de partirem, se organizam em bandos armados e, em muitos lugares, fazem frente aos agentes do governo. No Oeste, a «Chouannerie» (1) desperta. Nove departamentos estão numa insurreição latente. As cidades, muradas e guardadas como nos tempos feudais, pertencem ainda à República, mas as aldeias são dos Brancos (2). Presentes em toda a parte e em toda a parte insaciáveis, reinam pela emboscada e pela surpresa. A princípio, são atentados individuais, casas queimadas e gendarmes assassinados. Pouco a pouco, os grupos tornam-se mais densos e as desordens alastram. Nos arredores de Vitré, um transporte público, escoltado por cento e vinte soldados, é detido, e a sua escolta dispersada. Em Argentré, um destacamento de linha é atacado a tiro à queima-roupa e obrigado a fugir. Em Blois, em Chartres e em Caen assinalam-se também formações de grupos e atentados semelhantes. Em Ruão, há manifestações nas ruas, aos gritos de «Vivam os «Chouans»! Abaixo os Jacobinos!» Todo o sul está a braços com uma guerra civil que se espalha por toda a parte e que renasce constantemente. A *Companhia de Jehu*, os salteadores, os desertores, os «chauffeurs» e os emigrados regressados formam uma tropa heterogénea que mata e rouba. Onde começa o realismo? Onde acaba? Como se há-de distinguir o banditismo profissional do banditismo político? Nesta anarquia geral nada há, de claro, senão a falência da autoridade. Em 5 de Agosto, Tolosa é subitamente cercada por quinze ou vinte mil rebeldes e salva-se apenas devido à chegada dum reforço que veio de Auch a marchas forçadas. Deram-se verdadeiros combates e, durante alguns dias, receou-se um levantamento geral. Depois, a revolta desmoronou-se de novo.

O levantamento sobre o capital encontrou pela frente uma resistência que, se não foi tão ruidosa, não deixou de ser igual-

(1) Nome que se dá, genèricamente, às insurreições realistas que precederam a guerra da Vendeia e que, nalguns pontos, duraram até ao Consulado. — (*N. T.*).

(2) Brancos e Azuis eram, respectivamente, os realistas e os republicanos. — (*N. T.*).

mente pertinaz. Os contribuintes eram escolhidos por júris departamentais e tributados de harmonia com os presumidos rendimentos, por uma escala progressiva. O imposto era aumentado de metade para os celibatários e para os viúvos sem filhos, duplicado para os antigos nobres e triplicado para os parentes de emigrados. Os júris recrutavam-se entre os cidadãos não atingidos pelo empréstimo, que se distinguissem pelo seu *patriotismo* e pela sua dedicação à Constituição do ano III. Era pouco tranquilizador. De facto, mais ainda do que a riqueza, foram as opiniões políticas que serviram para designar aqueles que deviam ser obrigados a contribuir para o empréstimo. No modo de ver dos membros dos júris não se tratava de salvar as finanças do Estado, mas sim de arruinar os moderados e os realistas. Os ressentimentos pessoais e as denúncias anónimas foram as verdadeiras bases da repartição. Houve, além disso, descalabros enormes: uma criança de seis anos e que, portanto, nascera três anos depois da abolição dos títulos, foi qualificada pelo júri de Beauvais como ex-nobre e, consequentemente, obrigada a pagar. Mas os jurados não eram incorruptíveis. Os grandes fornecedores encontravam sempre argumentos que os convencessem e os mais hábeis souberam dissimular. Alguns conseguiram que os declarassem em falência e mandaram o fisco entender-se com os seus credores, verdadeiros ou falsos. Outros, finalmente, declararam-se abertamente em guerra. Alberto Vandal conta esta anedota que corre a respeito do especulador Collot que, tributado por uma cifra exorbitante, ofereceu 50 000 francos. O júri recusou sob o pretexto de que era pouco: «Não querem? respondeu Collot. Então não recebem nada. Adeus!» Dois meses mais tarde, este mesmo Collot era o principal comanditário de Bonaparte no seu golpe de Estado. Dum dia para o outro, todos os cidadãos susceptíveis de serem atingidos reduziram os seus gastos. Criados, cavalos e carruagens, tudo desapareceu. O terço consolidado baixou um quarto. As vendas de imóveis pararam. Os produtos de registo ficaram reduzidos a nada, e os negócios, já em crise, afrouxaram ainda mais. Em resumo: a operação rendeu muito pouco e fez perder muito. Recolheram 10 milhões de francos, mas esta miserável cobrança foi compensada e em muito, pela baixa de todas as outras receitas.

Quanto à lei dos reféns, a falência foi ainda mais completa. Não só irritou os departamentos do Oeste e os levou a insurgi-

rem-se como também provocou tal indignação, que, a acreditar em Gohier, não houve um único refém deportado.

Desta maneira, os Jacobinos aterraram o país sem resultado algum. O seu programa apresentava-se, uma vez mais, impraticável. Mas outros males pareciam estar prestes a juntar-se àqueles que eles haviam já espalhado e, entre esses, o mais terrível de todos era a invasão.

Depois do tratado de Campo Fórmio, o Directório tinha continuado a sua política de propaganda, de rapina e de revolução. A Holanda e a Suíça transformadas em Repúblicas unitárias e espoliadas, Mulhouse e Genebra anexadas, o Piemonte ocupado, o Estado Pontifical invadido e onerado com uma contribuição de guerra — tal é o balanço da sua acção no continente. Mas, se estas operações davam bons resultados, não eram decisivas, porque o nosso principal inimigo, a Inglaterra, não se encontrava atingido.

Desde há muito tempo que se pensava num desembarque na Irlanda. Hoche tinha-o tentado em vão, em 1796, mas não renunciara ao seu projecto. Haviam-se feito novos preparativos e fora resolvido apoiar a operação principal com uma diversão sobre Clyde. Depois da morte de Hoche e depois de a esquadra holandesa ter sido aniquilada em Camperdow, o Directório voltou à ideia do desembarque, confiando-o, desta vez, a Bonaparte. As tropas aquarteladas no Oeste foram agrupadas sob o nome de exército da Inglaterra e, em Fevereiro de 1798, Bonaparte partiu em inspecção às costas do mar. Passados quinze dias, voltou com o plano da expedição ao Egipto.

As razões desta mudança têm parecido sempre misteriosas. É certo que, depois de Choiseul, a ideia de os franceses se estabelecerem no Egipto era familiar aos diplomatas e aos homens de Estado do antigo regime. Talleyrand tinha-a defendido em numerosos memoriais. A ocupação do mar Vermelho e do istmo de Suez cortaria, dizia ele, as comunicações directas entre a Índia e as Ilhas Britânicas. O vale do Nilo seria uma excelente base de operações, quer para organizar um golpe de mão à Índia, quer para abastecer os príncipes insurrectos no séquito do nosso fiel amigo Tippou-Sahib. Por fim, nas negociações de paz, o Egipto poderia desempenhar o útil papel de moeda para trocos. Bonaparte não era insensível a estas razões. Mas, na sua imaginação de ilhéu abarrotado de estudos

clássicos, o Oriente continuava a ser o país fabuloso, donde haviam saído as grandes glórias e os grandes impérios. Continuar em França seria afundar-se nas lutas políticas e perder cada dia, em baixas intrigas, um pouco de reputação e de autoridade. Quando o governo se tornava cada vez mais impopular, a prudência aconselhava que o abandonassem à sua miserável sorte. O Egipto encerrava, pelo menos, as preciosas vantagens dum proconsulado longínquo: a independência, o fausto, a soberania e, duma maneira geral, tudo quanto Napoleão desfrutara na Itália e que lhe faltara depois de Campo Fórmio. De resto, desde que o segredo fosse bem guardado, a operação far-se-ia em seis meses e sem risco.

À falta de melhor, o Directório deixou-se convencer. Em 19 de Maio de 1789, trezentos navios com 16 000 marinheiros e 38 000 soldados deixavam Toulon sob o comando do almirante Brueys. Bonaparte levava consigo trinta e dois generais e duzentos colaboradores civis. Os Ingleses, completamente enganados, esperavam ainda os Franceses na Mancha, quando Malta estava já tomada e a esquadra de Brueys se encontrava fundeada à vista de Abuquir. O desembarque fazia-se sem dificuldades. Em 2 de Julho, o exército apoderava-se de Alexandria e em 21, junto das Pirâmides, os Mamelucos vinham esfacelar-se contra as suas fileiras cerradas.

Do mar do Norte ao Nilo, a França estava vitoriosa. Mas este edifício de conquistas e de repúblicas assentava sobre uma base extremamente frágil. Os fragmentos que constituíam essa base estavam pregados apenas com alfinetes. Para durar, faltava-lhe quase tudo, a principiar por um governo, um tesouro e uma marinha.

Brueys fora admiràvelmente sucedido no transporte das divisões do Egipto, mas a sua armada improvisada não estava em condições de medir forças com a inglesa. Surpreendido por Nelson no seu ancoradouro de Alexandria em 1 de Agosto, Brueys não pôde fazer outra coisa senão deixar-se matar heròicamente a bordo. Todos os navios franceses foram afundados. Bonaparte estava separado da França.

Era o primeiro abalo. Animada, a Inglaterra apressou-se a reatar a coligação. Decidiu primeiramente o rei de Nápoles, alarmado com a ocupação de Roma, depois a Turquia, suserana nominal do Egipto, a Rússia, inquieta com a propaganda revolucionária e, finalmente, a Áustria, desejosa de voltar a pôr pé na Itália

(Dezembro de 1798 — Março de 1799). As hostilidades recomeçaram, sem que o congresso de Rastatt, onde se discutia o novo estatuto da Alemanha, tivesse sido dissolvido. Os plenipotenciários do imperador não se retiraram senão em Abril. A sua partida arrastou a dos outros diplomatas. Os enviados franceses deixavam a cidade com sua família, quando foram assaltados pelos hussardos húngaros, arrancados à força para fora das carruagens e feridos a sabre. Dois de entre eles, Bonnier e Roberjot, foram mortos: o terceiro, João de Bry, sobreviveu aos ferimentos. O governo austríaco negou ser o autor do atentado e atirou a responsabilidade para cima de salteadores indisciplinados. Era, porém, uma mentira. A ordem tinha vindo de Viena.

Os coligados punham em linha 350 000 homens, dos quais 80 000 russos. O Directório dispunha apenas de 170 000 e era-lhe necessário defender, além da França engrandecida, as Repúblicas irmãs da Holanda, da Suíça e da Itália, que, ainda por cima, se portavam como maus parentes e se revoltavam. Na Alemanha, Jourdan tinha dado apenas alguns passos para além do Reno, quando foi batido pelo arquiduque Carlos. Na Itália, Championnet conseguia ocupar Nápoles, mas era expulso de lá, e assim nós perdíamos, sucessivamente, Roma e Toscana. Na planície do Pó, Souvorof surpreende a passagem do Adda, lança-se entre Macdonald e Moreau, esmaga o primeiro em Trébia, obriga o segundo a retirar-se e entra triunfante em Milão. Na Holanda, Brune não pôde impedir o desembarque dum exército anglo-russo. A Alsácia está ameaçada. É a derrota. Apenas Massena consegue manter-se na Suíça com as forças seguras e em boa posição.

À luz de todos estes desastres, manifesta-se claramente a incapacidade do Directório. A maioria de Prairial dividiu-se. Da esquerda, mais impetuosa, separou-se o grupo dos «políticos», esse terceiro partido que se forma sempre nas horas mais perturbadas da nossa história e que se compõe de revolucionários autênticos mas sensatos.

O centro de tal partido era Sieyès. Os principais membros foram recrutados entre os Anciães ou no Instituto. Eram, na maior parte, homens graves, de vida simples e de costumes moderados. Sobreviventes ou discípulos da «Enciclopédia», não eram, de forma alguma, realistas ou contra-revolucionários. Pelo contrário, a

sua única ambição era salvar os princípios revolucionários da catástrofe que ameaçava subvertê-los. A França não podia continuar a viver na anarquia. Se, em breve prazo, a República não restabelecesse a ordem e a paz, a reacção era certa e, com a reacção, viria a Monarquia. Para tal perigo, havia um único remédio: a República ser reformada pelos republicanos. Mas, para essa grande obra, não se podia contar nem com o bom senso nem com a boa vontade dos Conselhos. Depois do Termidor, diversos golpes de Estado haviam modificado a sua constituição legal, e todas as maiorias se tinham mostrado igualmente rebeldes. De resto, não se tratava já de arranjar um Parlamento dócil, mas de impor imediatamente ao país uma nova Constituição que, nos termos das leis em vigor, não poderia ser aplicada senão ao fim de nove anos. A única solução seria uma solução de força. A mudança preparada no seio do governo tinha de ser definitivamente apoiada ou executada pelo exército. Já se lançara mão dos generais para esmagar o movimento realista do Vindemiário e deportar os deputados moderados do Frutidor; seria agora um general quem restituiria à República o seu vigor e o seu prestígio.

«Procuro uma espada», dizia Sieyès. Mas que espada? Bonaparte estava no Egipto, Carnot na Holanda e Jourdan, Augereau e Bernadotte faziam o jogo dos Jacobinos. De Utreque, La Fayette oferecia os seus serviços, mas tratava-se de um homem que passara já de moda. Sieyès acabou por escolher Joubert, que era novo, belo, ousado e cavalheiresco. A sua glória, sem dúvida, não era ainda grande mas Sieyès confiou-lhe o comando supremo do exército da Itália. Moreau devia acompanhá-lo na qualidade de mentor: a prudência ao lado da impetuosidade. Os dois, juntos, venceriam Souvorof. Joubert, aureolado pela vitória, voltaria a Paris e tentaria a aventura.

Joubert saiu de Paris em 16 de Julho. Sieyès, a quem o turno estabelecido entre os directores fizera, durante quatro meses, presidente do Governo, aproveitou o aniversário do 9 Termidor para pronunciar um veemente discurso contra a tirania jacobina. Pouco depois, obteve dos seus colegas a demissão do ministro da polícia, Bourguignon, e a sua substituição pelo antigo artilheiro de Lião, Fouché. O público, mal informado, tremeu. Mas o público não tinha razão.

Há cinco anos que Fouché vive miseràvelmente, experimentando todos os ofícios, mal sucedido por toda a parte, rondando em volta do poder e disposto a desempenhar qualquer cargo, desde que fosse bem pago. No Frutidor e no Prairial, desempenhou o papel secreto de polícia, sendo recompensado pela embaixada da Holanda; depois chamaram-no a Haia — a ele que fora presidente dos Jacobinos — para servir a política antijacobina. Fouché não se deixava embaraçar com considerações filosóficas, como os respeitáveis membros do Instituto que cercavam Sieyès. Para ele, salvar a Revolução consistia primeiramente em salvar os revolucionários e, entre estes, a sua pessoa em primeiro lugar. Um governo forte e estável, constituído por indefectíveis demagogos, e no número dos quais ele se encontraria, era, a seu ver, a maneira indicada de resolver a crise. Continuando a pregar a violência a um país que não aspirava senão à tranquilidade, os *anarquistas* de 1799 retardavam e comprometiam este feliz desfecho. «Que ides fazer do Clube?», perguntavam a Fouché os seus amigos, inquietos. «Uma coisa muito simples, respondeu, vou dissolvê-lo». Foi, de facto, a coisa mais simples do mundo. Dirigiu-se pessoalmente à sede da Sociedade, expulsou os membros presentes, fechou a porta e, deixando um piquete de cavalaria à entrada, veio-se embora sossegadamente com as chaves no bolso. Os preságios eram favoráveis. No último momento, porém, tudo se desmonorou. Joubert foi batido e morto em Novi (15 de Agosto). Sieyès já não tinha espada.

Mas era tenaz. Procurou outra. E, como se fosse para lhe dar tempo, a situação militar melhorou repentinamente. Massena esmagava em Zurique os Russos de Korsakof, que uma prematura retirada dos Austríacos deixara sòzinhos na sua frente. Depois voltou-se violentamente contra Souvorof e derrotou-o em frente do lago dos Quatro Cantões, em fins de Setembro. Quinze dias mais tarde, Sieyès escolhia um novo soldado: Moreau, o general das retiradas estratégicas e das operações desesperadas. Realizava com ele e com Baudin um primeiro conselho de guerra, quando um mensageiro trouxe uma notícia extraordinária: Bonaparte, deixando o seu exército no Egipto e iludindo o cruzeiro inglês, acabava de desembarcar em Fréjus. «Aí tem o seu homem, disse Moreau. Bonaparte preparará um golpe de Estado melhor do que eu».

Bonaparte fora acolhido com um entusiasmo inexprimível, ao som de músicas, de aclamações e de festas. Mas, para não alarmar o governo e os Conselhos, teve, no último momento, a suprema habilidade de mudar o trajecto e entrou incógnito em Paris. Quando se apresentou no Luxemburgo para dar conta dos seus actos, a guarda reconheceu-o e gritou: «Viva Bonaparte!» Era, verdadeiramente, o homem da situação. O projecto que acariciava depois de Campo Fórmio tornava-se realizável. A França esperava-o. Bastava estender a mão para o país ser seu.

As coisas, porém, passaram-se muito menos fàcilmente e pouco faltou para que tudo ficasse gorado. Logo de entrada, perdeu-se muito tempo e o tempo urgia. Sieyès e Bonaparte não se decidiam — nem um nem outro — a dar o primeiro passo. Foi só em 30 de Outubro que, por intermédio de Talleyrand e de Rœderer, se tomou uma resolução decisiva. Em segundo lugar, o que constituía a força da conspiração constituía também a fraqueza. O lado bom do caso era o facto de este ser apadrinhado por intelectuais, políticos e juristas, o que lhe tirava as aparências comprometedoras duma revolta pretoriana. Mas estes homens do Código e estes homens de estudo não eram grandes cabos de guerra e muitos deles impopulares no exército. Em terceiro lugar, como se pensava em não recorrer à soldadesca senão no último extremo, ficava entendido que, de entrada, se tentaria o processo de intimidação. Bonaparte teria, portanto, de afrontar sòzinho os Conselhos e poderia sair-se mal desta prova, porque um grande general não é, precisamente, um bom orador de reuniões públicas. Em quarto lugar, os conjurados estavam longe de se entenderem, pois cada um se julgava o mais esperto e pensava enganar os outros no último momento. Dentro de sua própria família, Bonaparte devia contar com seu irmão Luciano que, de surpresa, fora elevado à presidência dos Quinhentos e julgava que um Bonaparte civil valia bem um Bonaparte militar. Por último, se se pensara na forma de deitar a terra o Directório, nada se havia previsto para o dia seguinte. Vendo as coisas de perto, este modelo de golpe de Estado é apenas, como todas as empresas humanas, uma série de acasos, de incertezas e de vontades contrariadas.

O programa comportava duas *jornadas*. Durante a primeira, Sieyès e Roger-Ducos desorganizariam o governo. Durante a segunda, Bonaparte obrigaria os Conselhos a darem-lhe plenos poderes.

A primeira cartada foi ganha fàcilmente. No sábado, 9 de Novembro (18 Brumário), às seis horas da manhã, os Anciães eram convocados para uma reunião extraordinária. Um questor, Cornet, anunciou-lhes num relatório patético a iminência duma insurreição terrorista e pediu-lhes que salvassem a República, ordenando que os Conselhos não se reunissem senão no dia seguinte ao meio-dia, no Palácio de Saint-Cloud, sob a protecção do general Bonaparte, que assumira o comando da guarnição de Paris. Às oito horas, estava votado o decreto. Barrás, Moulins e Gohier, que não faziam parte da conjuração, dormiam ainda quando os Anciães recolheram a casa.

No entanto, estes três homens constituíam a maioria do Directório e podiam ser perigosos. Talleyrand encarregou-se de explicar a Barrás que a sua presença era inútil. Barrás tinha paixão pelo dinheiro e Talleyrand sabia convencer. Ao meio-dia, Barrás retirava-se para Grosbois. Sieyès e Ducos pediram a demissão. Já não havia poder executivo. Gohier e Moulins recusaram-se, porém, a imitar os seus colegas e dirigirem-se ao Luxemburgo com a maior dignidade. Moreau veio avisá-los, um quarto de hora depois, de que se considerassem detidos nos seus aposentos e que estavam proibidos de receber visitas ou enviar qualquer correspondência. Até aqui, tudo corria bem. Santerre, que procurava sublevar os «faubourgs», não tinha ouvintes. No entanto, surgiam dois pontos negros. Por um lado, os soldados encarregados de vigiar Gohier e Moulins tinham-se recusado a cumprir tal ordem. Por outro lado, Paris conservava-se inerte. Ninguém se levantava para defender o regime e ninguém tão-pouco se apresentava para ajudar Sieyès e Bonaparte. No caso de desaire, no dia seguinte, não se poderia contar com qualquer ajuda.

Em Saint-Cloud, a manhã do dia 19 passou-se em preparativos e em movimentos de tropas. Enquanto se preparavam à pressa a Galeria de Apolo para os Anciães e a «Orangerie» para os Quinhentos,

os deputados afluíam de todos os lados e começavam a trocar impressões. De Paris chegavam, em carruagens, centenas de curiosos, acorridos ali como quem vinha assistir a um espectáculo teatral. Bonaparte, ágil e febril, vigiava pessoalmente os trabalhos e passava revista às tropas. Havia no parque como que uma amostra de todos os corpos que constituíam a guarnição de Paris. Eram, ao todo, dez companhias de linha, três esquadrões e duas companhias de artilharia. Havia também os guardas constitucionais e os granadeiros do Directório: dois batalhões aproximadamente, constituídos pelos resíduos do exército revolucionário e conhecidos pelas suas tendências jacobinas.

Os Conselhos estavam convocados para o meio-dia e os legisladores apresentaram-se à hora marcada, envergando os seus pomposos uniformes: toga romana, banda, chapéu e plumas. Acabavam de dispor as carteiras. Durante meia hora, passearam ao ar livre e os mais exaltados dos Quinhentos aproveitaram a ocasião para se misturarem com os Anciães, incutindo-lhes a inquietação e a desconfiança. Quando, finalmente, abriu a sessão, os Anciães, aterrados com as palavras de ilegalidade e usurpação, não ousaram decidir-se imediatamente pela criação dum novo poder executivo e, quando Bonaparte se apresentou para lhes anunciar a grande conspiração anarquista, foi acolhido friamente. Bonaparte, intimidado atolou-se na sua arenga. Em vez de provocar uma moção a favor da reforma constitucional, indispôs os amigos com o seu alanzoado e exasperou os outros com as fórmulas autoritárias que espalhou no discurso.

Não se apercebendo do seu desaire, quis dirigir-se, sem demora, à sala dos Quinhentos que sabia ser-lhe, na sua maioria, hostil. Contava provocar um escândalo? Lançar as facções umas contra as outras? Não se sabe. Logo que entrou, foi recebido com vaias, separado dos oficiais que o acompanhavam, empurrado, corrido a soco e quase asfixiado. Lefebvre e Murat libertaram-no a custo e trouxeram-no cá para fora quase sem sentidos. O caso, decididamente, estava a correr mal. Os gritos de «fora da lei» que tinham saudado a lastimosa retirada do general não eram uma simples fórmula de estilo. Foi com um «fora da lei» que abateram Robespierre.

O golpe de Estado da direita ameaçava acabar num golpe de Estado jacobino.

Dez minutos mais tarde, tinha mudado a situação. Bonaparte, transportado para um salão do primeiro andar, voltara a si pouco a pouco. Traído pelos nervos, conseguiu dominar-se por meio de um prodigioso esforço da vontade. De uma janela que dava para o terraço soltou o grito de «Às armas!» A ordem é repetida pelos diversos comandantes e os seus homens tomam posições. Durante este tempo, nos Quinhentos, o presidente, Luciano Bonaparte tenta desculpar o irmão. A Assembleia vaia-o também. Num grande gesto teatral, atira para a tribuna o chapéu e a banda e sai sob a protecção da guarda. Os dois irmãos encontram-se, a cavalo, na frente das tropas. Enquanto Napoleão se faz aclamar pelas tropas de linha, Luciano avança para os granadeiros do Corpo Legislativo e, numa arenga inflamada, do melhor estilo revolucionário, instiga-os a socorrerem a Assembleia ofendida, na pessoa do seu presidente, por uma minoria de facciosos e de assassinos. Estes veteranos da guerra civil encontram-se no seu elemento. Luciano soube pronunciar as palavras que eram necessárias. Os homens mexem-se. Murat põe-se à sua frente e, a toque de caixa, arrasta-os em marcha acelarada para a «Orangerie». Com o ruído que se aproxima, manifesta-se o pânico. O público foge. Os deputados gritam. Murat, no meio do tumulto, ordena-lhes que saiam. Uns saltam pelas janelas e outros deixam-se arrastar para fora. Na noite que cai, os soldados, gracejando, contemplam a fuga desordenada de todas aquelas togas.

A farça terminara. Não restava mais do que metê-la dentro de fórmulas. Pelas onze horas, os contínuos dos Quinhentos apanharam, pelos albergues, uma centena de legisladores que se deixaram reconduzir ao palácio. Reunidos à luz de velas sob a presidência de Luciano, resolveram, de acordo com os Anciães, que o Directório fosse substituído por uma Junta provisória de três cônsules que seriam Bonaparte, Sieyès e Roger-Ducos. Às duas horas da manhã, o padre, o general e o juíz de paz prestavam juramento de fidelidade à República una e indivisível.

A distância, este juramento tem qualquer coisa de cómico. No entanto, Bonaparte respeitou-o em parte. Se não salvou a

República, salvou da Revolução tudo quanto podia ser salvo: a mística, o pessoal, a política estrangeira, o cosmopolitismo e a organização social. Até então, a França não concebia o regresso a ordem senão sob a forma de uma restauração monárquica. Em dez anos, a Revolução enganara todos os cálculos e fizera perder todas as esperanças. Esperara-se dela um governo regular e estável, de boas finanças, de leis sábias, assim como se esperara a paz no exterior e tranquilidade cá dentro. Mas o que se teve foi a anarquia, a guerra, o comunismo, o Terror, a falência, a fome e duas ou três bancarrotas. A ditadura napoleónica conciliou a necessidade da autoridade com a ideologia democrática. Foi um expediente de teóricos no último extremo. Os doutrinários de 1789 tinham querido regenerar a humanidade e reconstruir o mundo. Para escapar aos Borbons, não restava aos doutrinários de 1799 mais do que entregar-se a um sabre.

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

PÁG.

1. O antigo regime 7
2. O estado pobre num país rico 23
3. A doutrina revolucionária 40
4. A crise da autoridade 55
5. A anarquia 81
6. Os «assignats» 109
7. Varennes 135
8. A guerra 157
9. A queda do trono 185
10. A gironda 203
11. A revolução vitoriosa 233
12. O terror comunista 259
13. Robespierre 287
14. A convenção do termidor 315
15. O directório 331
16. Brumário 353

A REVOLUÇÃO FRANCESA

num dos melhores trabalhos de síntese até agora elaborados.

Nova edição, consideràvelmente aumentada